Infância
Roubada

Crianças atingidas pela
Ditadura Militar no Brasil

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva"

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Infância Roubada

Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil

Assembleia Legistativa do Estado de São Paulo

17ª Legislatura

Samuel Moreira – Presidente
Enio Tatto – 1º Secretário
Edmir Chedid – 2º Secretário

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva"

Membros efetivos

Adriano Diogo (PT) - Presidente
Marcos Zerbini (PSDB)
André Soares (DEM)
Ed Thomas (PSB)
Ulysses Tassinari (PV)

Suplentes

João Paulo Rillo (PT)
Mauro Bragato (PSDB)
Estevam Galvão (DEM)
Orlando Bolçone (PSB)
Regina Gonçalves (PV)

Assessoria

Amelinha Teles
Ivan Seixas
Renan Quinalha
Ricardo Kobayaski
Thaís Barreto
Tatiana Merlino
Vivian Mendes

Coordenação e produção editorial: Tatiana Merlino
Preparação: Ricardo Kobayaski
Produção: Vivian Mendes e Tatiana Merlino
Pós-Produção: Renan Quinalha e Vivian Mendes
Edição de arte e diagramação: Camila Sipahi Pires
Pesquisa iconográfica: Camila Sipahi Pires e Tatiana Merlino
Tratamento de Imagens: Camila Sipahi Pires e Thais Cechini
Revisão: Pádua Fernandes e Ricardo Kobayaski
Foto de capa: Sheila Oliveira
Imagens: Arquivo Público do Estado de São Paulo, acervo pessoal, Douglas Mansur, Revista Brasileiros

São Paulo (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva"
Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. / Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo : ALESP, 2014.
316 p.

ISBN

1. Ditadura militar

CDU 321.86(81)

1ª edição

São Paulo, 2014

Infância Roubada

Crianças atingidas pela
Ditadura Militar no Brasil

Sumário

Prefácio

Este livro representa o cumprimento de um compromisso da Democracia Brasileira com uma geração pouco conhecida, formada por crianças e adolescentes filhos de perseguidos políticos e desaparecidos durante o período autoritário, de 1964 a 1985. Seus pais sumiram de uma hora para outra. A espera durou uma noite, duas, um mês, um ano ou mais. Ninguém sabia quando, e se, voltariam. Mesmo com tantas dúvidas, não deveriam comentar nada com ninguém.

Cresceram à sombra do medo, angustiados pela incerteza e expectativa de reaparecimento do pai ou da mãe ou de ambos. Viveram dias, meses, e depois, anos à espera deles. Privados de brincar com os pais, passear, ter um almoço em família ou receber ajuda numa lição. Muitos tiveram a vida consumida por esta dúvida, sem que afinal tivessem direito sequer a um esclarecimento oficial sobre o destino de seus pais, um processo que deixaria marcas indeléveis.

O livro traz um olhar diferenciado sobre o período ditatorial no Brasil. É o olhar das crianças que tiveram sua Infância Roubada. Como uma geração de brasileiros, eles cresceram em um período de graves violações de direitos humanos e agressões ao direito da cidadania. Mas receberam marcas profundas e particulares. Não tinham responsabilidade pelas opções políticas dos pais nem pela situação do país. Seus relatos, sempre emocionados, traduzem o que conseguiam compreender daqueles dias tão difíceis para o país e para suas vidas.

Os depoimentos foram colhidos pela Comissão da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, num trabalho marcado por desafios incomuns. A começar pela sensibilização dos depoentes a falar, em sessões públicas, de momentos dolorosos, que muitos preferiam esquecer. Deixá-los à vontade para “abrir o baú de lembranças” foi, com toda certeza, um exercício de sensibilidade e paciência, importante não só pelo respeito a eles devido por todos, mas também para que os depoimentos pudessem ser compartilhados com outras pessoas e gerações.

Este livro tem exatamente esta aspiração: oferecer uma nova fonte de consulta, reflexão, divulgação e conhecimento sobre o período autoritário. Com este trabalho, o Poder Legislativo Paulista espera contribuir para aprofundar a compreensão tanto do cidadão comum, como da sociedade civil, governos, instituições, organizações sociais, academia, historiadores e estudiosos em geral.

A construção da Democracia Brasileira é um processo permanente e vivo, que precisa ser continuamente semeado. Para que as liberdades duramente conquistadas sejam apropriadas por toda a população.

O conhecimento sobre o passado é capaz de iluminar o presente e abrir caminho para um futuro em que os direitos sejam respeitados e os deveres cumpridos por todos. O olhar daquelas crianças aponta na direção do fortalecimento do Estado de Direito Democrático e da construção de uma cultura de total respeito aos Direitos Humanos.

Deputado Estadual Samuel Moreira
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Apresentação

Esta obra é resultado do ciclo de audiências “Verdade e Infância Roubada”, realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” entre 6 e 20 de maio de 2013. Na ocasião, foram ouvidos cerca de 40 testemunhos de filhos de presos políticos, perseguidos e desaparecidos da ditadura. Hoje, adultos na faixa de 40, 50 anos, cujas histórias ainda não haviam sido contadas. Os depoimentos foram marcados por lembranças da prisão, do exílio, do desamparo, de questionamentos em relação às suas identidades, de medo, insegurança, isolamento, solidão e vazio que, em muitos casos, são traumas não superados.

Eles foram sequestrados e escondidos em centros clandestinos de repressão política da ditadura militar brasileira (1964 – 1985). Afastados de seus pais e suas famílias ainda crianças, foram enquadrados como “elementos” subversivos pelos órgãos repressivos e banidos do país. Foram obrigados a morar com parentes distantes, a viver com nomes e sobrenomes falsos, impedidos de conviver, crescer e conhecer os nomes verdadeiros de seus pais. Foram, enfim, privados do cuidado paterno e materno no momento mais decisivo e de maior necessidade, que é justamente a infância.

Levados aos cárceres da ditadura militar, foram confrontados com seus pais, nus, machucados, recém-saídos do pau de arara ou da cadeira do dragão. Foram encapuzados, intimidados, torturados antes mesmo de nascer. Filhos de guerrilheiros que hoje estão desaparecidos nasceram em prisões e cativeiros. Sofreram torturas físicas e psicológicas, como Carlos Alexandre Azevedo, que com 1 ano e 8 meses apanhou e foi levado ao Dops. Anos depois, em fevereiro de 2013, aos 39 anos, não aguentou mais as dores da vida e se suicidou.

Passados quase 30 anos do fim da ditadura, num país onde a transição para a democracia segue inconclusa, onde ainda há corpos insepultos, arquivos não abertos, histórias não contadas e uma Comissão da Verdade tardia, o acolhimento de testemunhos de filhos de ex-presos políticos é fundamental para se ter um panorama da perversidade do aparato implantado pelo Estado de exceção.

A obra nasce dessa necessidade que a Comissão da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva” sente em colocar luz sobre a dimensão da violência cometida pela ditadura. Se o inventário de violações de direitos humanos que nos foi legado do regime de 1964 é extenso e profundo, fato é que esse capítulo das violências contra crianças e adolescentes é uma das faces mais perversas desse poder repressor. São crimes contra a humanidade que devem ser apurados com a devida punição dos responsáveis.

Durante esse ciclo de audiências públicas, nem todos os convidados conseguiram comparecer. Às vezes, chegaram a confirmar, mas não apareceram. Alguns vieram, mas tiveram dificuldade de falar sobre o assunto. Assim, na obra, há, também, outros testemunhos, colhidos por escrito ou por meio de entrevistas. O livro conta também com dezenas de fotografias da época que ilustram todos os testemunhos. São imagens obtidas por meio de extensa pesquisa iconográfica em arquivos pessoais, familiares, internet e acervos públicos.

Esperamos que esta publicação, que o leitor tem em suas mãos, contribua para o momento privilegiado de nossa história, no qual a busca pela verdade, memória e justiça em relação ao período da ditadura se torna fundamental para o fortalecimento de nossa incipiente democracia. Só assim poderemos garantir um futuro melhor às novas gerações de crianças e adolescentes de nosso país.

Deputado Estadual Adriano Diogo
Presidente da Comissão da Verdade do Estado
de São Paulo “Rubens Paiva”

Introdução

por Amelinha Teles

1. Mulheres e crianças inimigas do Estado

... Talvez uns cinco homens me torturaram. Eu nunca mais voltei a ser a mesma... [...] Não há palavras para explicar [...] Estou tentando agora superar [...] Quando me sequestraram, meu filho tinha 10 meses. Fazia pouco tempo que tinha deixado de amamentar. Quando sai da prisão, meu filho tinha 2 anos. No momento em que se pôs de pé, perdeu os pais: eu fui sequestrada e o pai foi assassinado...

Teresa Meschiatti, *"Tina", guerrilheira da Argentina*

A Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo realizou uma série de audiências em que crianças, que sofreram nas mãos da repressão política da ditadura, direta ou indiretamente, puderam relatar suas experiências e como conseguiram enfrentar e superar tamanha truculência. Assim, o trabalho que ora apresentamos visa dar conta dos relatos dessas pessoas que eram crianças à época da ditadura e da importância desses depoimentos para a construção da verdade e da justiça. No entanto, como falar das crianças sequestradas, abandonadas, torturadas ou nascidas nos centros clandestinos da repressão sem considerar a questão das mulheres, militantes mães e das mães não militantes, que por sua vez eram companheiras de militantes políticos. Isso porque não houve crianças atingidas pelo aparato repressivo que não estivessem vivendo com suas mães militantes e, via de regra, tinham um forte vínculo com as suas mães, sejam militantes ou não. Suas mães de alguma forma foram perseguidas, presas, sequestradas, assassinadas/desaparecidas pela ditadura e seus agentes. Ora, as crianças dependem dos adultos para serem cuidadas, limpas, alimentadas e precisam de atenção, de amor e devem ser socialmente introduzidas junto a outras crianças e outros adultos para crescerem em afetividade, dignidade e cidadania. Essas atividades têm sido historicamente de responsabilidade das mulheres embora estas tenham convocado os homens para assumirem também essas tarefas, dividindo-as igualitariamente, tanto no âmbito doméstico como em relação aos cuidados. Tais fatos, ainda que falte muito da presença dos homens, vêm concorrendo para fortalecer e melhorar a vida em sociedade, seja para as mulheres, para os homens e, principalmente, para as crianças. Quando as crianças foram abruptamente arrancadas de suas mães, como ocorreu com o emprego deliberado da truculência dos DOI-Codis que usaram de violência inclusive contra as crianças, elas perderam tudo isso de uma vez só: a segurança afetiva e os cuidados mínimos, o que as marcou profundamente por toda a vida. Cada uma teve ou tem ainda que lidar com essa ferida, que muitas vezes sangra, incomoda. Todo esse sofrimento das crianças foi também usado como forma de torturar as mães militantes ou mães não militantes. Assim, neste capítulo devemos ressaltar que é impossível falar das crianças sem tratar do quanto as mães, militantes ou não, foram afetadas por tudo isso que aconteceu no Brasil, durante a ditadura.

A ditadura militar (1964–1985) acarretou radical mudança na política brasileira e nos países da região que acabaram também por implantar ditaduras similares. A repressão atingiu as forças populares organizadas, sobretudo sindicalistas, camponeses, estudantes, professores, intelectuais e artistas. Um número incalculável foi preso, exilado ou passou a viver na clandestinidade. A Editora Vozes publicou[2] , em 1988, o livro *Perfil dos Atingidos*, organizado a partir de

estudos baseados nos processos da Justiça Militar, movidos contra presos políticos. Das 7.367 pessoas processadas, 88% eram homens e 12% mulheres. Estudo feito em 1970, pelo Estado Maior do Exército, a partir de um levantamento dos presos que se encontravam à disposição do Exército em todo o território nacional, chegou a um total de mais de quinhentas pessoas: 56% eram estudantes ou haviam deixado recentemente a atividade estudantil. A idade, em média, era de 23 anos. Do total de presos, 20% eram mulheres, sendo que no Rio de Janeiro a porcentagem de mulheres atingia 26%, no Nordeste 11% e no Sul não era mais do que 2%. O *Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos* apresenta um total de 437 militantes mortos e desaparecidos, sendo que 11% são mulheres. Na região do Araguaia existiram pelo menos setenta guerrilheiros desaparecidos, dos quais doze são mulheres, ou seja, 17%.

De qualquer forma, a participação de mulheres não pode ser considerada desprezível nem na época, e muito menos se comparada aos dias atuais. Ainda hoje, com os resultados eleitorais de 2012, as mulheres estão sub-representadas na política. Na Câmara de Deputados são apenas 9%, no Senado 10% e nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo as vereadoras somam 15% e 10% respectivamente. No Brasil ainda prevalece uma mentalidade de que política é coisa de homem. Nesse diapasão, imagine como era tratada a participação de mulheres nos subterrâneos clandestinos da política, nas décadas de 1960/1970. Segundo o relatório da Inter-Parliamentary Union – organização que reúne os parlamentos de 162 países, o Brasil ocupa, no ranking de 190 países, o 119º posto em relação à participação das mulheres na política. O Brasil tem partidos políticos sexistas que não oferecem condições mínimas para a participação das mulheres, embora tenhamos uma mulher de esquerda, militante na luta de resistência à ditadura, na Presidência da República, Dilma Rousseff.

Quando se olha para o movimento de resistência à ditadura, não existe uma estimativa de quantas militantes eram mães ou foram sequestradas grávidas. Mas houve militantes políticas, mães e/ou grávidas que foram sequestradas, torturadas, bem como crianças que também sofreram os efeitos perversos da atuação dos órgãos públicos voltados para a repressão política – Soledad Viedma Barret (1945 – 1973)[3] foi assassinada durante o episódio conhecido como Massacre da Chácara São Bento, em Recife (PE). Suspeita-se de que estivesse grávida na ocasião de sua morte. Mas ela teve uma filha antes, Ñasaindy, que na época estava com um ano e oito meses. A filha de Soledad não conheceu a mãe ou não se lembra, por conta da tenra idade. Mais, igualmente não conheceu o pai, José Maria Ferreira de Araujo, assassinado (e desaparecido) no DOI-CODI/SP, em 23 de setembro de 1970. De acordo com Elio Gaspari, no livro *A Ditadura Escancarada*[4], "[...] a mitológica Dina (Dinalva Oliveira Teixeira: 1945–1974) foi assassinada grávida. Ela estava sob o controle do major Curió [do Exército]". Esses são exemplos, outros apresentamos mais à frente, cujos números são incalculáveis, que mostram como a infâmia da ditadura atingiu crianças, roubando-lhes a infância inclusive ao se abater sobre suas mães.

Muitas das crianças que aqui tratamos, filhas de militantes políticas(os) sequestradas(os), foram mantidas em cárceres clandestinos, nascidas em cativeiros, torturadas ou ameaçadas de serem submetidas a torturas, algumas foram arrancadas dos braços de suas mães, impedidas de serem amamentadas e afagadas, outras chegaram a ser torturadas mesmo antes de nascer, ou assistiram às torturas em seus pais ou, então, viram os pais serem assassinados. Quase todas eram filhas e filhos de mulheres militantes políticas.

Crianças também nasceram em cativeiro. Lia Cecília foi uma delas. Hoje com 39 anos, nascida em 1974, na região da guerrilha do Araguaia, filha de um guerrilheiro do Araguaia, desaparecido, Antonio Teodoro de Castro (1945–1974), que era conhecido na área da guerrilha como *Raul*. Sobre sua mãe, não há nenhuma informação, mas encontra-se desaparecida desde aquela época. Teria Lia nascido no cativeiro e seus pais mortos em seguida? Haveria outras crianças da região do Araguaia com história semelhante à de Lia? Haveria outras crianças nascidas nos campos de concentração, criados pelos militares, na região da guerrilha? São perguntas para as quais até hoje não há respostas. São situações que não foram devidamente esclarecidas. Cabe ao Estado brasileiro esclarecer esses fatos.

Algumas crianças puderam ir com suas mães para o exílio, mas houve aquelas cujas mães partiram sozinhas sem que seus filhos pudessem ir por questões econômicas ou de segurança. É o caso de Ieda Reis, guerrilheira da VAR-Palmares. Ela ficou exilada durante dez anos logo após ter seu filho, que só veio conhecer quando ele já estava com 10 anos de idade, no momento em que ela retornou ao Brasil. Ambos tiveram que passar por um doloroso e inconcluso processo de reconhecimento e convivência. Por um longo tempo, um olhava para o outro e não sabia o que dizer, o que fazer.

Outras crianças nunca conheceram os pais, por exemplo, Vanúsia, nascida na clandestinidade, em 27 de agosto de 1969, filha de Ranúsia Alves Rodrigues (1945–1973) , guerrilheira, presa, torturada e assassinada, cujos restos mortais nunca foram entregues a seus parentes. Vanúsia foi criada por duas mulheres que moravam na comunidade da Mangueira, na cidade de Recife (PE). Somente aos 23 anos viu uma foto da mãe, publicada no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos*. Igualmente as meninas Isabel e Iara não souberam de seus pais quando vivos; à época do assassinato do pai, Raimundo Gonçalves Figueiredo (1939–1971), em 28 abril de 1971, tinham respectivamente 2 anos e 1 ano de idade. Um ano depois foi assassinada a mãe delas, Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo (1938–1972), em 29 de março de 1972. Elas não têm lembranças concretas de seus pais, procuram preencher as lacunas das memórias afetivas ouvindo relatos de parentes e militantes da época.

O absurdo da ditadura produziu, ainda, o absurdo de prender e banir crianças, fichando-as como subversivas, considerado-as "perigosas à segurança nacional'. Elas cresceram e se formaram fora do país. É o caso dos meninos criados pela "tia" Tercina Dias de Oliveira, militante do movimento guerrilheiro na área do Vale da Ribeira (SP): Ernesto Carlos Nascimento (nascido em 1968), aos 2 anos de idade foi preso, em 1970, pelos agentes do DOPS, em São Paulo; Zuleide Aparecida do Nascimento (nascida em 1965) estava com 4 anos e 10 meses; Luis Carlos Max do Nascimento, irmão de Zuleide, nascido em 1963, com 6 anos e 7 meses de idade; e Samuel Dias de Oliveira tinha quase 9 anos. Todos foram banidos do Brasil sob alegação de que eram elementos perigosos e inimigos do Estado.

Não apenas adultos, mas também crianças foram sequestradas e ficaram nas dependências dos centros de tortura onde seus pais e outros presos eram torturados e seviciados. Como, por

---

[1] Marta Diana. *Mujeres Guerrilleras: Sus Testimonios en la militancia de los setenta*, Editora Booket, Buenos Aires, 2007, p.44. Tradução livre.
[2] Maria Amélia de Almeida Teles, *Breve História do Feminismo no Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1993, p.64.
[3] *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos (1964-1985)*, Imprensa Oficial, São Paulo, 2009, p. 413.
[4] *Idem*, p. 583.

exemplo, os irmãos Janaína e Edson Teles, de 5 e 4 anos de idade, que estiveram por vários dias no DOI-CODI/SP e num centro clandestino da repressão, em São Paulo, onde ouviam os gritos de tortura de seus pais e de outros presos que ali se encontravam.

Houve crianças que foram torturadas para forçar seus pais a denunciarem outros companheiros. Gino Ghilardini, à época, com 8 anos de idade, filho de Luis Ghilardini (1920–1973), comunista assassinado sob torturas no DOI-CODI/RJ, foi preso juntamente com a mãe, Orandina. Ambos foram torturados. O menino Gino conta que era violentado para o pai falar o que sabia: "Eu ouvia meu pai ali perto gemendo, eu escutava, mas não podia fazer nada". Passados uns dias, Gino foi encaminhado e ficou durante vários meses na Fundação Nacional do Menor no Rio de Janeiro.

Pais foram assassinados diante de suas crianças, tal qual ocorreu com a família Lucena. Antonio Raimundo Lucena (1922 – 1970) foi assassinado em 20 de fevereiro de 1970 na frente de seus filhos de 3 e 6 anos, respectivamente. O filho mais velho, de 18 anos, estava sequestrado e sofria torturas no DOI-CODI/SP. Sua esposa, Damaris Lucena, foi presa, torturada e banida do país juntamente com os filhos pequenos.

Houve crianças cujas mães foram sequestradas por serem esposas de militantes comunistas. Assim aconteceu com Marilda, esposa do militante comunista Carlos Nicolau Danielli (1929 – 1972), assassinado sob torturas no DOI--CODI/SP. Ela foi sequestrada e seus filhos, Vladimir, Valdenir e Vladir, com 9, 7 e 6 anos de idade, sofreram muito por se sentirem sozinhos e abandonados. O mesmo aconteceu com a esposa de Rafael Martinelli, dirigente do movimento sindical. Enquanto ele foi perseguido e sequestrado pelos agentes da repressão, ela foi levada para as dependências do DOI-CODI, do jeito como costumava ficar em sua casa, descalça. A esposa de Martinelli não tinha nenhuma participação política. Mas seus três filhos ficaram sós e abandonados enquanto ela estava submetida aos interrogatórios e torturas naquele órgão.

Outro caso emblemático da violência da ditadura sobre as crianças é o dos filhos de Virgilio Gomes da Silva (1933 – 1969), militante da ALN – Ação Libertadora Nacional –, assassinado sob torturas pelo DOI-CODI/SP, sendo Virgílio um desaparecido político, pois seus restos mortais até hoje não foram entregues a seus familiares para um sepultamento digno. Os filhos de Virgílio eram crianças e foram presos com a mãe, que não era militante, Ilda Martins da Silva. Ilda foi interrogada, torturada e separada dos filhos:

> *"Eu não queria me separar deles de jeito nenhum, veio uma freira, pegou-os e os levou para o DOPS/SP. Eles ficaram dois dias lá e depois foram levados para o Juizado de Menores, onde permaneceram por dois meses. Isabel, a mais nova, era um bebê de 4 meses, foi hospitalizada e quase morreu. Eu fiquei presa por nove meses e estive incomunicável, não podia ver meus filhos ou saber deles. E eu não tinha participação política em nada".*

Muitas das crianças aqui tratadas se tornaram adultos atormentados, vítimas de um sofrimento mental permanente, devido à tamanha violência cometida contra eles. Não suportaram e acabaram morrendo. É o caso de Carlos Alexandre Azevedo (Cacá) que se matou aos 39 anos de idade. Filho de pai e mãe, militantes, Cacá, quando tinha 1 ano e 8 meses, teve sua casa invadida por policiais do DOPS/SP, no dia 15 de janeiro de 1974. Como começou a chorar, os policiais deram-lhe um soco na boca que começou a sangrar. Com o corte nos lábios, sangrando, foi levado para o DOPS/SP e passou por mais de 15 horas em poder dos homens da repressão. No DOPS/SP, os pais ouviram relatos de outros presos de que ele teria levado também choques elétricos. Mais tarde, o bebê foi entregue aos avós maternos, em São Bernardo do Campo (SP). Como disse o pai anos depois:

> *"Na verdade, em vez de entregue, ele foi jogado ao chão. Acabou com um machucado a mais na cabeça. Isso me foi contado. O certo é que ele ficou apavorado. E esse pavor tomou conta dele. Entendo que a morte dele foi o limite da angústia"*[7].

A ignomínia de crianças nascidas de estupros praticados por agentes do Estado existiu, ainda que não se toque nesse assunto, presas políticas foram insultadas em sua dignidade e violentadas nos chamados DOI-CODIs e outros centros de tortura. O silencio é permanente em torno da questão. As razões para o silêncio permanente que paira sobre o assunto são muitas: a profunda humilhação de ser uma mulher estuprada e ainda mãe de uma criança filha de um estupro cometido por torturadores. E a questão permanece interdita. Se ainda prevalece a ideia de que a palavra das mulheres não é crível nos dias de hoje, o que dizer naqueles anos de chumbo quando mulher era assunto proibido e considerado "subversivo". A revista *Realidade*, de janeiro de 1967, n. 10, teve sua edição especial dedicada à situação das mulheres apreendida pela censura. O jornal *Movimento*, n. 45, foi totalmente censurado, por realizar uma edição voltada para "O Trabalho da Mulher no Brasil". São exemplos mostrando que o fato de falar sobre as mulheres, revelando dados de sua realidade na família, no trabalho, na educação e na sociedade causava muita preocupação às autoridades militares que eram extremamente misóginas. Tanto é que é um dos ditadores (General Figueiredo, 1978-1985) chegou a dizer em público que: "... mulher e cavalo a gente só conhece quando monta".

Deve-se ressaltar, também, que a violência sexual acarreta consequências de longo prazo não só às vítimas como para todo o grupo social a que elas pertencem, inclusive pode levar à infertilidade.

Ainda nos dias atuais, as militantes que sobreviveram não se sentem fortalecidas e com garantias para denunciar os torturadores/estupradores e ver a apuração de tais crimes. Há uma ausência de ações políticas no sentido de oferecer oportunidade para uma narrativa pública sobre o estupro cometido dentro de órgãos policiais. Não vamos aqui descrever os casos, mas não podemos deixar de reconhecer sua existência. Registrar que houve o estupro como prática de tortura nos órgãos de repressão durante a ditadura militar é o começo para desvelar os horrores cometidos contra as mulheres durante a ditadura.

Embora desde o século XV, possam ser encontradas referências ao estupro como violação das normas relativas à guerra e passível de punição, o que ainda se constata são os grandes entraves para se fazer a denúncia desses crimes. Não há nenhuma política reparatória nesse sentido no Brasil[8].

---

[5] Idem, p.411.
[6] *Revista Brasileiros*, nº.68, março de 2013: "Subversivos: Acredite". "Estas crianças foram presas e banidas do Brasil. Mais de quarenta anos depois elas contam como sobreviveram. Há quem não tenha conseguido, quando meninos são fichados como terroristas", Luiza Villaméa, p.54.
[7] Idem, p.64, matéria de Luiza Villaméa.
[8] Adriana Sader Tescari, *Violência Sexual contra a Mulher em Situação de Conflito Armado*, Editora Sergio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 2005, p.38.

2. Denúncias de mulheres grávidas publicadas pelo projeto "Brasil Nunca Mais"

Muitas mulheres que, nas prisões brasileiras tiveram sua sexualidade conspurcada e os frutos do ventre arrancados, certamente preferiram calar-se, para que a vergonha suportada não caísse em domínio público. Hoje, no anonimato de um passado marcante, elas guardam em sigilo os vexames e as violações sofridas. No entanto, outras optaram por denunciar na Justiça Militar o que padeceram, ou tiveram seus casos relatados por maridos e companheiros.[9]

O projeto *Brasil Nunca Mais* consistiu na primeira pesquisa realizada a partir dos processos contra presos políticos transitados no Superior Tribunal Militar (STM) no período de abril de 1964 a 1979, sob a responsabilidade da Comissão de Justiça e Paz. O conteúdo do Projeto reuniu 707 processos completos e dezenas de outros incompletos num total de um milhão de documentos. O estudo desses processos e a sistematização das informações foram realizados de 1979 a 1985. No final dos trabalhos, foi publicado um livro com o nome *Brasil: Nunca Mais*, que reúne denúncias contidas nos autos dos processos de militantes políticos, mulheres e homens, nas auditorias militares, na época da ditadura militar.

Militantes ou esposas de militantes, grávidas, foram vitimas do aborto forçado, praticado por agentes policiais dos DOI-CODIs. Muitos desses abortamentos foram denunciados nas audiências da Justiça Militar. Eis o relato de alguns desses casos:

O auxiliar administrativo José Ayres Lopes, 27 anos, preso no Rio, declarou em 1972[10]: *"(...) que, por vezes, foram feitas chantagem com o depoente em relação à gravidez de sua esposa, para que o depoente admitisse as declarações, sob pena de colocar sua esposa em risco de aborto e, consequentemente, de vida; (...)".*

O estudante José Luiz de Araújo Saboya, de 23 anos, no Rio, denunciou: *"(...) que durante o período em que esteve no DOPS, em seguida no CODI, a sua esposa se encontrava em estado de gestação e permaneceu detida como elemento de coação moral sobre o interrogando; (...)".*

Helena Moreira Serra Azul, 22 anos, estudante, no Conselho de Justiça, em Recife (PE) , ao ser interrogada, relatou: *"(...) que o marido da interroganda ficou na sala já referida e ela ouviu, do lado de fora, barulho de pancadas; que, posteriormente, foi reconduzida à sala onde estava o seu marido, que se apresentava com as mãos inchadas, a face avermelhada, a coxa tremendo e com as costas sem poder encostar na cadeira; que o Dr. Moacir Sales, dirigindo-se à interroganda, disse que, se ela não falasse, ia acontecer o mesmo com ela; (...) na Delegacia, todos já sabiam que a interroganda estava em estado de gestação; (...)".*

Helena Mota Quintela, vendedora, 28 anos, em 1972, em Recife, denunciou: *"(...) que foi ameaçada de ter o seu filho 'arrancado à ponta de faca'; (...)".*

Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima, 25 anos, estudante, ao depor, relatou como se deu o nascimento de seu filho: *"(...) ao saber que a interroganda estava grávida, disse que o filho dessa raça não devia nascer; (...) que a 17.10 foi levada para prestar outro depoimento no CODI, mas foi suspenso e, no dia seguinte, por estar passando mal, foi transportada para o Hospital de Brasília; que chegou a ler o prontuário, por distração da enfermeira, constando do mesmo que foi internada em estado de profunda angústia e ameaça de parto prematuro; que a 20/2/1972 deu à luz e 24 horas após o parto, disseram-lhe que ia voltar para o PIC (Policia de Investigações Criminais); (...)."*

Maria José da Conceição Doyle, estudante de Medicina, em 1971, em Brasília: *"(...) que a interroganda estava grávida de 2 meses e perdeu a criança na prisão, embora não tenha sido torturada, mas sofreu ameaças; (...)".*

Maria Cristina Uslenghi Rizzi, 27 anos, secretária, denunciou à Justiça Militar de São Paulo: *"(...) sofreu sevícias, tendo, inclusive, um aborto provocado que lhe causou grande hemorragia, (...)".*

Olga D´Arc Pimentel, 22 anos, professora, em 1970, no Rio: *"(...) sevícias, as quais tiveram, como resultado, um aborto provocado que lhe causou grande hemorragia, (...)".*

Luíz Andréa Favero, 26 anos, professor, preso em Foz do Iguaçu, declarou na Auditoria Militar de Curitiba, em 1970, o que ocorrera a sua esposa: *"(...) o interrogando ouviu os gritos de sua esposa e, ao pedir aos policiais que não a maltratassem, uma vez que a mesma se encontrava grávida, obteve como resposta uma risada; (...) que ainda neste mesmo dia, teve o interrogando noticia de que sua esposa sofrera uma hemorragia, constatando-se posteriormente, que a mesma sofrera um aborto; (...)".*

Regina Maria Toscano Farah, estudante, 23 anos, ao depor, no Rio, declarou: *"(...) que molharam o seu corpo, aplicando consequentemente choques elétricos em todo o seu corpo, inclusive na vagina; que a declarante se achava operada de fissura anal, que provocou hemorragia; que se achava grávida, semelhantes sevícias lhe provocaram aborto; (...)".*

As marcas da tortura permanecem, como mostra o testemunho de Isabel Fávero, ex-militante da VAR-Palmares, presa em 5 maio de 1970, em Nova Aurora, cuja denúncia foi feita, quarenta anos antes, pelo seu marido, Luiz Fávero[11]. Ela relata com detalhes o abortamento sofrido e denunciado pelo seu marido na época: *"Eu ficava horas numa sala, entre perguntas e tortura física. Dia e noite. Eu estava grávida de dois meses, e eles estavam sabendo. No quinto dia, depois de muito choque, pau de arara, ameaça de estupro e insultos, eu abortei. Depois disso, me colocaram num quarto fechado, fiquei incomunicável".*

Outra mulher e militante política, Nádia Lucia do Nascimento, integrante do MR-8, presa em São Paulo, em 1974, grávida de seis meses, no DOI-CODI/SP, foi colocada na "cadeira de dragão" pelo torturador conhecido por Capitão Ubirajara (delegado da polícia civil de São Paulo, que integrava as equipes de torturadores do DOI-CODI/SP, cujo nome oficial é Aparecido Laerte Calandra). Depois de arrancada a roupa, ela levou choque elétrico por todo o corpo, o que fez com que abortasse. Ficou durante dias com fortes hemorragias e dores, sem sequer um atendimento médico[12].

---

[9] *Brasil: Nunca Mais*, Editora Vozes, 1986, Petrópolis, p.43.
[10] *Idem*, pp.48-50.
[11] *Idem*, p 50.
[12] Testemunho dado à Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

3. Maternidade, infância, clandestinidade e terror de Estado

... me espanta a capacidade que se tem de sobreviver ao horror.[13]

... à ameaça de morte, podemos responder com uma nova vida.[14]

A maternidade foi usada, das mais diversas formas, pela repressão política como meio de tortura, para enlouquecer e aniquilar militantes, o que acarretou uma sobrecarga pesada do ponto de vista emocional e físico, de forma especial, às crianças e às mulheres, que, ao serem violentamente reprimidas por sua militância de contestação à ditadura, ou por serem filhas de militantes, eram submetidas às mais vis torturas, sejam psicológicas ou físicas, por serem mães e terem seus filhos pequenos, ou simplesmente porque eram crianças, filhas de "comunistas".

As militantes na luta contra a ditadura militar, de um modo geral, pertenciam a organizações políticas clandestinas, pois era taxativamente proibido se organizar e se expressar de maneira pública sob a vigência dos governos militares. Portanto, as normas dessas organizações eram bastante rígidas devido às questões de segurança. A militância clandestina precisava de esconderijos para se encontrar, planejar atividades cotidianas. Eram casas/residências, conhecidas como "aparelhos". Para manter uma fachada legal era conveniente destacar um casal de militantes jovens para cuidar do "aparelho". Diante de um casal com essas características as suspeitas junto à vizinhança eram bem menores.

As mulheres militantes, ao decidirem pela maternidade, eram advertidas de forma sistemática sobre o que poderia lhes advir caso caíssem nas garras da repressão. Havia reações negativas em relação à escolha pela maternidade. As organizações, de um modo geral, não adotavam nos seus planos de ação o enfrentamento dos problemas do cotidiano, considerados menores e que deveriam ser postergados para quando houvesse o triunfo da *revolução*. Por outro lado, existia o compromisso, nas mais diversas circunstâncias, de proteger mulheres e crianças das garras perversas da repressão. Algumas organizações excluíam as grávidas ou mães de crianças pequenas das tarefas políticas e/ou militares, no sentido de impedir que acontecesse o pior: a mãe ter sua criança torturada e/ou sequestrada, usada como refém pelos agentes da repressão, assim como as crianças assistirem suas mães ou seus pais sendo torturadas (os). A relutância em aceitar as mães como militantes não era sem razão. A repressão política não poupou nem crianças nem mulheres grávidas. Muitas mulheres abortaram nas dependências dos DOI-CODIs de tanto apanharem e levarem choque na barriga, vagina e demais partes do corpo.

Assim como existiram mulheres que tiveram seus partos, na mais ferrenha clandestinidade, outras tiveram seus filhos na cadeia, como Hecilda, Crimeia Schmidt, Linda Tayah. Todas foram presas grávidas e, mesmo sendo muito torturadas, permaneceram grávidas e seus filhos nasceram sob a ameaça de torturas sendo que algumas dessas crianças sofreram a tortura ainda na barriga de suas mães. Nessa seara, temos o caso do Joca, João Carlos Schmidt de Almeida Grabois. Sua mãe, Criméia, foi presa com sete para oito meses de gravidez. Levou choques elétricos, foi espancada em diversas partes do corpo e sofreu socos no rosto. Quando os carcereiros pegavam as chaves para abrir a porta da cela e levá-la à sala de tortura, o seu bebê ainda na barriga começava a soluçar. Nasceu na prisão e, mesmo anos depois, quando ouvia o barulho de chaves, voltava a ter soluços.

As crianças que viviam na clandestinidade, de um modo geral, moravam nos "aparelhos" que poderiam ser invadidos, vasculhados e sequestrados os que ali se encontravam, pelos agentes dos órgãos de repressão. A perseguição policial, ora velada, ora aberta, era constante na vida da militância. O risco era permanente. As crianças, na sua maioria, precisavam ter nomes falsos. Não sabiam o verdadeiro nome de seus pais por questão de segurança. As distintas tarefas partidárias que compunham uma ação política ou armada de maior envergadura se faziam de forma compartimentada e, muitas vezes, era pouco o tempo para se preparar e tomar conhecimento do perigo iminente. As mulheres militantes participavam igualmente da concretização das tarefas políticas e militares, o que talvez tenha sido a grande novidade da época. De qualquer forma, as atividades domésticas recaíam mais sobre as mulheres. O comando era sempre dos homens, mesmo que as mulheres tivessem desempenho igual ao dos homens. Eram eles que estavam nas direções das organizações, com raríssimas exceções, mas as mulheres agiram com coragem e criatividade.

Dessa vez as mulheres não precisavam vestir-se de homem para ir à guerra como fez Maria Quitéria em outros tempos. Embora muitos comandantes esperassem que as mulheres se comportassem como homens. Segundo a ex-guerrilheira Crimeia, muitas mulheres que optaram pela luta política aprenderam a afirmar a diferença e buscar novas formas de fazer política. Afinal, dessa vez as mulheres foram à luta por conta própria, por sua própria decisão e ali entraram para valer. Suzana Lisboa, militante da ALN na década de 1970, considera que "(...) era vantajosa, do ponto de vista do desempenho da organização, a integração de mulheres na luta armada (...)".

Ela afirma que numa sociedade machista em que a mulher não era reconhecida e considerada, uma guerrilheira teria mais facilidade de sair de uma ação militar e se confundir na multidão. As mulheres tinham mais facilidades de obter documentos falsos. Não precisavam de atestado de reservista. E com isso tornava-se mais fácil conseguir um emprego e manter uma fachada legal. Muitas chegaram a ser citadas pelos agentes da repressão, que eram pegos de surpresa ao se defrontarem com mulheres dispostas a enfrentar o inimigo com tanta ousadia e destreza. Eles se assustavam com o fato de que essas mulheres rompiam, sistematicamente, com os papéis sociais que lhes eram e ainda são impostos de submissão, dependência, falta de decisão e coragem.

A vida política realizada às escondidas da ditadura e da repressão política aproximava os militantes e era comum entre eles uma conversa sobre assuntos mais íntimos. A clandestinidade e a perseguição constante os tornavam mais afetivos e mais próximos. A igualdade entre os sexos era, como ainda é hoje, uma proposta a ser alcançada. Cada minuto vivido era intenso, porque o perigo e a morte rondavam por perto.

---

13 Susel Oliveira da Rosa, *Mulheres: Ditaduras e Memórias*, Editora Intermeios, São Paulo, 2013, Carta de Danda Prado, p.180. (Coleção Entregêneros).
14 Fala de Crimeia Alice Schmidt de Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia, publicada no livro já citado: *Breve História do Feminismo no Brasil*, p.72.

4. Mudanças profundas na vida das mulheres sob a égide do autoritarismo

... A inserção do feminismo no movimento pela recuperação da democracia passava por uma critica ao autoritarismo não apenas como o sistema político-militar que governava a maioria dos países latino-americanos, mas ampliava essa crítica identificando o autoritarismo como sistema de relações de disciplinamento e de dominação que aprofundava a situação de subordinação e opressão das mulheres no continente...

Lilian Letelier [15]

Entretanto, surgiam fatores que aceleravam mudanças de hábitos e costumes na sociedade brasileira. O capitalismo se desenvolvia rapidamente com o aumento excessivo da exploração da mão de obra, o achatamento salarial, o incentivo e os subsídios estatais para a instalação de multinacionais. A partir da expulsão da população do campo, há uma transferência abrupta de um grande contingente da população da área rural para as áreas urbanas em busca de trabalho e sobrevivência. As mulheres, em geral, passaram a ter novas atribuições, seja na chefia da família ou na competição para o mercado de trabalho, fazendo crescer a participação da mão de obra feminina. Elas passaram a ter mais possibilidades de controlar o número de filhos que queriam ter. A pílula anticoncepcional, descoberta em 1960, começou a ser popularizada. As mulheres começaram a exercer o direito ao prazer sexual sem necessariamente ficarem grávidas. As mulheres, então, travaram um movimento de ruptura do tabu da virgindade. Passaram a exercer uma maior liberdade sexual subvertendo a ordem dada pelo acirramento da repressão política e moral. Desse modo, a maternidade começa a ser exercida como um direito de escolha. A média de filhos por mulher era em torno de seis em 1960 e caiu para cerca de dois, no final do século 20. Assim, as mulheres lograram por se tornar mais independentes, a assumir mais atividades nos espaços públicos, seja nas escolas ou no mercado de trabalho. Aproximavam-se, mesmo sem ter consciência plena, das incipientes ideias feministas.

Nos anos de 1970, no mundo ocidental, vivia-se o auge da segunda onda feminista, na qual as mulheres conduziram bandeiras que reivindicavam o direito de decidir sobre o próprio corpo, que as questões do plano pessoal deveriam ser tratadas também no campo político. Tratavam de temas como corpo, sexualidade, prazer sexual, aborto e a maternidade. Queriam desfazer a ideia de que tinham um único destino selado, o de serem mães.

Tais ideias circulavam junto às militantes, ainda que com mais dificuldade, devido à falta de liberdade e a perseguição constante que as impediam, muitas vezes, de discutir questões do cotidiano. Acreditava-se que somente após a revolução socialista haveria oportunidade para cuidar de assuntos do campo pessoal, cultural. Portanto, a questão das mulheres ficaria para depois. Paradoxalmente, as mulheres que decidiram pela militância de oposição à ditadura, eram, de um modo geral, pessoas que tinham maior independência e autonomia. Tiveram que enfrentar muitas barreiras de ordem pessoal, familiar, profissional, para assumir a posição política de enfrentamento ao autoritarismo. Assumiram o papel histórico de protagonistas de ações libertárias, tornando-se sujeitos políticos, atuantes na construção de uma sociedade justa e democrática. A maioria delas exerceu de forma destemida o direito de escolha nos mais diversos campos da vida inclusive em relação a ser ou não mães. Mas insistiram em tratar as questões pessoais no plano político das organizações. Foram, ainda que nem todas estivessem conscientes disso, as pioneiras do feminismo dos anos de 1970 no Brasil e região.

As militantes tiveram que romper com os estereótipos femininos e se empenharam em ações que eram restritas a homens, como o manejo de armas, a elaboração de estratégias de resistência para driblar o inimigo, entre outras. Não se deixaram intimidar, de ter desejos e manifestá-los, não recusaram tarefas por causa da menstruação, de um abortamento, da gravidez ou aleitamento. E aquelas que caíram nas garras do inimigo, grávidas ou não, de um modo geral, enfrentaram seus algozes de maneira firme e altiva. As mulheres mães, por sua vez, enfrentaram a dupla ou talvez tripla opressão (enquanto pertencentes ao sexo feminino, como parte do povo em luta e como mães) sem deixarem de ser "sujeitos políticos", conscientes de suas ações e seus significados.

O corpo, a sexualidade e a maternidade ocupam lugares centrais no processo histórico de discriminação contra as mulheres. A subordinação e opressão das mulheres se dá, em grande medida, pelo controle do corpo feminino. A expressão maior deste controle é a violência contra as mulheres – prática tão antiga e naturalizada que, naqueles anos de ditadura, prevalecia o ditado popular: "Em briga de marido e mulher não se mete a colher", "embora fossem" violentadas/espancadas e assassinadas as mulheres. Assim como também se entendia que os homens tinham uma necessidade irrefreável e incontrolável de sexo. Daí a justificativa da prática da violência sexual contra as mulheres. A culpa de serem estupradas recaía sobre as próprias mulheres vítimas. Daí a dificuldade de se denunciar os estupros. A desigualdade entre os sexos tem sido estruturalmente estabelecida ainda nos dias de hoje. O que dizer de quase meio século atrás? Quando nem mesmo havia sido conquistada a igualdade jurídica e formal. No Código Civil daquela época, o homem podia pedir a anulação do casamento se a mulher não fosse virgem e não tivesse avisado a ele com a devida antecedência e precaução. O pai podia deserdar a filha "desonesta". A honestidade das mulheres significava uma sexualidade reprimida. Tanta tirania atingia as mulheres como um todo, reforçava e justificava as ações repressivas nos espaços públicos como privados.

Some-se a isso o fato de que havia uma campanha de controle da natalidade incentivada pelos Estados Unidos – baseada na ideologia imperialista – contra o nascimento de filhos de pobres no Brasil e em diversos países, denominados à época como países do Terceiro Mundo[17].

O estado ditatorial patrocinava iniciativas de controle da natalidade promovidas pela Bemfam – Sociedade Civil de Bem Estar Familiar –, criada

[15] *In* Maria Betânia Ávila (org.), *Textos e Imagens do Feminismo: Mulheres Construindo a Igualdade*, SOS-Corpo, Recife, 2001, p.198. *Revista Brasileiros*, nº.68, março de 2013.

[16] Hoje creche é um direito constitucional da criança pequena à educação. Mas há mais de dez milhões de crianças brasileiras que vivem no Brasil, sem poder usufruir deste direito por falta da construção de creches. (N. da A.)

[17] Países do Terceiro Mundo eram os países pobres ou subdesenvolvidos. Segundo a teoria terceiro mundista, o mundo era dividido em países capitalistas (Primeiro Mundo), socialistas (Segundo Mundo) e os demais eram do Terceiro Mundo. (N. da A.)

durante a ditadura militar, em 1965, e reconhecida como órgão de utilidade pública. O governo militar assumiu um caráter ambíguo: mantinha uma postura oficial de não intervencionismo na vida das pessoas quanto à decisão de ter ou não ter filhos. Mas na prática abria caminhos, com subsídios e facilidades substanciais para ações antinatalistas, com acordos entre as secretarias de saúde e a Bemfam nos diversos estados brasileiros, priorizando os mais pobres, impondo, de forma criminosa e irresponsável, a esterilização em massa. Por outro lado, os serviços públicos de saúde não ofereciam sequer informação e muito menos orientação quanto ao uso dos meios contraceptivos. Essa postura contribuiu enormemente para a expansão das esterilizações femininas e de doenças gravíssimas de hipertensão. Os índices apresentados naquela época já eram altíssimos: em Pernambuco, 18,9% das mulheres de 15 a 44 anos se encontravam esterilizadas (trompas ligadas) enquanto 12,5% usavam pílulas; em Manaus, 33% das mulheres estavam com as trompas ligadas; 17% no Piauí; e 15% das paulistas. Estavam excluídas desses cálculos as mulheres esterilizadas por outros motivos, como abortos mal feitos ou pelo uso inadequado de pílulas ou do DIU (*Folha de São Paulo*, edição de 17 jul. 1983). A ação da Bemfam e de outras entidades congêneres, com o suporte do Estado brasileiro, reduziu drasticamente os índices de fertilidade no Brasil, inclusive em áreas com baixa densidade demográfica como na Amazônia.

Nesse contexto, as militantes políticas que decidiram ser mães, o fizeram em condições desafiadoras tanto por lutarem contra a ditadura militar como ainda pela ousadia de se engravidarem. Tomaram o caminho da descoberta do corpo, se apropriaram dele, de sua sexualidade e das próprias decisões tanto em relação à reprodução como ao exercício da sexualidade e da atividade política. Assim também como aquelas que decidiram o aborto e o realizaram em condições de clandestinidade: sem lei e sem recursos materiais. Foram mulheres que ousaram exercer o direito de escolha até as últimas consequências.

5. Mas afinal, o que é gênero?

Não se nasce mulher, torna-se.
Simone de Beauvoir, *em 1949*

Hoje, com o avanço das ciências sociais e da ciência, em geral, pode-se contar com recursos teóricos e políticos valiosos para enfrentar a discriminação histórica contra as mulheres. A categoria gênero, entendida aqui como instrumento de análise da construção social e das relações entre os sexos, ao ser usada para dimensionar as causas estruturais e sociais das desigualdades entre mulheres e homens, desconstrói como naturais e/ou próprias da natureza humana, a subjugação, discriminação e opressão das mulheres. É necessário que no uso da categoria gênero deva ser incorporado o conceito de divisão sexual do trabalho, pois esta se encontra no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres. Observa-se que a divisão sexual do trabalho é uma realidade em todas as sociedades humanas e é a base da desigualdade social entre os sexos. Os homens têm ocupado por um longo período histórico os espaços públicos, vinculados à produção e adquirindo o poder econômico e político enquanto as mulheres ficaram por muito tempo restritas aos espaços privados, incumbidas de realizar as tarefas domésticas e de cuidados. As mulheres, ao saírem para ocupar o seu lugar no mercado de trabalho e buscar formação profissional e política tiveram que arcar com o ônus de exercer, ao mesmo tempo, as atividades do mundo privado e do público, o que lhes têm ocasionado uma enorme sobrecarga de trabalho e de responsabilidade. Ocorre a chamada dupla jornada de trabalho (o trabalho na produção e na reprodução), o que traz dificuldades para sua participação na sociedade. Assim podemos perceber que a divisão sexual do trabalho impõe uma divisão dos papéis sociais masculinos e femininos, que são construídos culturalmente e que determinam uma maior valorização dos homens em detrimento das mulheres. As mulheres têm sido, assim, impedidas de exercerem o poder de decisão. Por exemplo, tanto a mulher quanto o homem podem dar banho no bebê ou trocar sua fralda. Não se trata de um problema físico ou hormonal. Se as mulheres têm sido mais eficientes nesse trabalho é porque se capacitaram para isso por muito mais tempo. Com isso queremos mostrar que as desigualdades entre homens e mulheres não são naturais. Foram historicamente construídas. A categoria gênero vem justamente mostrar que as desigualdades podem ser desnaturalizadas e desconstruídas. Empregar a categoria gênero na análise da realidade aprofunda o conhecimento e leva a rejeitar o determinismo biológico. Não são os aspectos biológicos e sexuais que criam as desigualdades sociais, econômicas e políticas. As desigualdades são fruto da arbitrariedade e das injustiças sociais, o que cria condições de inferioridade para alguns segmentos e classes sociais. Enquanto as diferenças são biológicas e devem ser respeitadas, as desigualdades devem ser erradicadas.

O conceito de gênero, articulado às demais categorias, clássicas ou não, como raça, etnia, geração, orientação sexual, classes sociais, aprofunda a compreensão da realidade e desconstrói a ideia de que o homem é o paradigma da humanidade. Inscrevem-se, portanto, nos paradigmas da humanidade, mulheres e homens porque ambos são humanos. Desse modo são constituídos novos atores e novos sujeitos políticos, revelam-se métodos transformadores que devem nos levar a mudanças profundas e compatíveis com a diversidade e as necessidades humanas. A submissão das mulheres ao poder dos homens, vista até então como processos naturalizados, passa a ser questionada e ressignificada.

Hoje, graças às lutas feministas de mulheres, há nos diversos níveis do Estado brasileiro (federal, estadual e municipal) ações e políticas públicas para efetiva equidade de gênero e igualdade de direitos. Na ditadura, a situação era o oposto.

6. A construção da verdade sob a perspectiva de gênero

Os danos e violações de direitos humanos cometidos contra as mulheres pela ditadura militar devem ser dimensionados sob a ótica de gênero, para que se alcance com profundidade a verdade dos fatos, registrando-se que as militantes políticas, ou não, se recusaram a reproduzir o papel social de submissão e de dependência dos homens, contribuindo de maneira fundamental para a construção de uma democracia de fato, e isso num período em que tudo o que faltava era democracia. Desse modo, nossa frágil democracia não se consolidará, dentre outras coisas, sem que se faça justiça às mulheres e às crianças que lutaram e/ou foram atingidas pela ditadura.

Nessa seara, constatamos que na atividade política clandestina, houve também avanços nas relações de gênero. Existiram ocasiões em que se quebrou a lógica até então aceita como natural, dito noutras palavras, ao homem o espaço público e à mulher o espaço privado. Muitas vezes, os homens foram obrigados a ficarem escondidos em aparelhos, devido à intensa perseguição enquanto as mulheres, devido a levantarem menos suspeição, foram às ruas no preparo e no desencadeamento de ações políticas e militares. Por consequência disso, existiram homens que aprenderam a lavar suas roupas, a fazer sua própria comida, tomando à frente das atividades domésticas. Mas foram exceção, infelizmente: "A participação feminina nas organizações militantes pode vir a ser tomada como um indicador das rupturas iniciais que estavam ocorrendo nos papéis tradicionais de gênero[18]".

De inicio a ditadura, ao considerar que o inimigo se encontrava no seio do povo e ao estabelecer que qualquer pessoa estava sob suspeição, teve, como alvo principal, os homens guerrilheiros. Com o desenvolvimento da luta contra a ditadura, a participação das mulheres tornou-se mais incômoda para a repressão que usou de métodos os mais perversos, reforçando o moralismo e preconceito machistas para desmoralizar a participação das mulheres. Na tortura, as militantes eram tratadas pelos policiais, de um modo geral, como putas, amantes, amasiadas e justificavam assim os estupros nas dependências dos DOI-CODIs. Mesmo assim, não recuaram nem deixaram de defender as liberdades sejam de ordem pessoal ou de ordem política.

As desigualdades históricas entre homens e mulheres foram reelaboradas e aprofundadas pela ditadura, que não admitia, em nenhuma hipótese, que mulheres desenvolvessem ações não condizentes com os estereótipos femininos de submissão, dependência e falta de iniciativa. As mulheres, militantes políticas da época, subverteram a ordem patriarcal tão solidamente acomodada na ideologia ditatorial. Ao ingressarem para as lutas da oposição política, das mais diversas maneiras, as mulheres pegaram em armas ou apoiaram ações políticas de protesto, sejam armadas ou não, mantiveram a segurança de "aparelhos" que escondiam a militância e o material de luta, participaram da imprensa clandestina, escreveram, fizeram funcionar as gráficas e distribuíram as publicações produzidas de forma artesanal e em condições muito precárias. Cuidaram da saúde e da segurança de militantes e familiares. Tiveram suas crianças na clandestinidade, nas prisões. Viram suas crianças expostas às sessões de tortura, ameaçadas ou mesmo torturadas. Sofreram abortos dolorosos devido aos espancamentos e chutes dos torturadores. Foram impedidas de amamentar seus bebês nos cárceres, menstruaram de forma excessiva ou escassa conforme as sessões de torturas. Foram estupradas e sofreram violência sexual. Tiveram seus corpos nus expostos para os torturadores espancá-los, queimá-los com pontas de cigarro ou com choques elétricos, enfiarem fios elétricos em suas vaginas e ânus, arrebentarem seus mamilos e cometerem estupros.

Houve militantes assassinadas cujos cadáveres, em muitos casos, encontram-se *desaparecidos* até os dias atuais. Muitas dessas mulheres foram levadas à morte, por meio de um assassinato friamente calculado, com atos de estupro, mutilação inclusive genital. Outras foram assassinadas com o uso da *coroa de cristo*, como era chamado um método de tortura, que, por meio do emprego de uma cinta de aço, apertava-se o crânio até esmagá-lo.

Outras foram mortas em acidentes estrategicamente planejados, como foi o caso de Zuzu Angel que denunciou insistentemente o desaparecimento do seu filho. Outras enlouqueceram com tamanha dor e perseguição policial.

Houve muitas e muitas que lutaram no anonimato e que a história terá de trazer à tona a participação para que se alcance a verdade. Junto a elas, muitas crianças também sofreram e não tiveram suas histórias inscritas na história política do país, não tiveram o reconhecimento nem reparação. Gostaríamos que sua dor e sua tenacidade para resistir se espalhassem na cultura e nas ações do povo de modo a não mais autorizarem que tais fatos se repitam.

Ao buscar a verdade, a Comissão deve analisar os fatos e suas circunstâncias, numa perspectiva de *gênero*, ou seja, considerando que as desigualdades entre os sexos levaram a consequências e sequelas distintas entre mulheres e homens, em decorrência das brutalidades cometidas pela ditadura militar. As mulheres e as crianças serão não apenas lembradas como reconhecidas como pessoas com direitos inalienáveis à dignidade, às manifestações afetivas, à liberdade e à justiça.

---

[18] Ingrid Gianordoli-Nascimento, Zeidi Araujo Trindade e Maria de Fátima de Souza Santos, *Mulheres e Militância*, Editora UGMG, Belo Horizonte, 2012, p.44.

Depoimentos

44 testemunhos colhidos pela
Comissão da Verdade do Estado de São Paulo
“Rubens Paiva”, no mês de maio de 2013,
durante o “Seminário Verdade
e Infância Roubada”

Filho do Zorro

por Andre Almeida Cunha Arantes

Era 1965, meus pais Aldo e Maria Auxiliadora estavam curtindo o frio do inverno Sul-Americano na praia de Punta Gorda, em Montevidéu. Não foi uma escolha voluntária, até porque a melhor época para aproveitar as praias uruguaias é no verão, entre os meses de janeiro e fevereiro. Por outro lado, o melhor mesmo seria ter ido para Punta del Este que é a praia mais bonita e mais procurada desse pequeno país. Mas o motivo não era passar férias e sim uma imposição do momento político no Brasil, que acabava de mergulhar em um período de ditadura militar que duraria aproximadamente duas décadas.

Em 13 de junho de 1965, durante esse período de férias forçadas, no Sanatório Americano, minha mãe ficaria feliz de me ver chorar pela primeira vez. Moramos no Uruguai quase um ano. Depois voltamos para o Brasil e fomos morar em São Paulo. Mais tarde, dentro da política de integração na produção, fomos morar no Nordeste.

Tinha 3 anos e lá estávamos em mais uma situação estranha. Durante a noite, uns "amigos" de meus pais vieram nos buscar em nossa pequena casa que ficava no interior de Alagoas, mais precisamente em Pariconha, distrito de Água Branca no alto sertão. Nos levaram de jipe para um castelo (Policlínica da PM de Alagoas), em Maceió. Lembro que achei aquilo estranho. Como era noite, o castelo pareceu meio sombrio. Acreditei que quando acordasse de manhã perceberia que o castelo era legal. Quando despertei no outro dia, estava em um quarto pequeno e cinza, cheio de grades.

À esquerda, Andre aos 5 anos e Priscila aos 4 anos no Parque do Ibirapuera em São Paulo, 1970

Mudamos algumas vezes de "endereço". Depois do "castelo" fomos para Escola de Aprendizes de Marinheiro de Alagoas. Uma vez por dia descíamos para brincar em um pátio, cheio de lixo e ratos, que minha mãe apelidou carinhosamente de Jerry. O Jerry era o ratinho esperto de um desenho animado da época que vivia fugindo de seu algoz, o gato Tom. Como era pequeno, não percebi, mas o "Tom" tinha nos pegado. Estávamos detidos em uma prisão da marinha. Comia no restaurante dos oficiais até o dia em que um oficial pediu que a minha mãe me deixasse com ele e a esposa, já que ela não tinha futuro pra me oferecer. O que o oficial não sabia é que o mundo dá voltas. Mais do que depressa, minha mãe me pegou pela mão e saiu dali. No dia seguinte, já estávamos comendo no restaurante dos soldados e dias mais tarde fomos transferidos para outra prisão.

> "Uma vez por dia descíamos para brincar em um pátio, cheio de lixo e ratos, que minha mãe apelidou carinhosamente de Jerry"

Eu, minha mãe e minha irmã ficamos quatro meses presos. Meu pai, que foi preso dias depois, ficou seis meses na prisão. No final desse período meus pais foram levados a julgamento, em Recife. Durante a sessão, eu e minha irmã, que nessa época tinha 2 anos, ficamos correndo por toda sala e fazendo uma bagunça danada. Vendo essa confusão, um militar do Conselho de Sentença procurou saber o que estávamos fazendo ali. O escrivão que já estava sensibilizado com a nossa situação disse que estávamos presos com nossos pais. Durante o julgamento não se tocou em nossa presença. Todavia, o mesmo militar questionou um coronel da PM de Alagoas por que minha mãe estava presa. Ele respondeu que em Alagoas quando não encontravam o marido prendiam a mulher. Com isso nossa advogada pediu a libertação de nossa mãe. Acatado o pedido, fomos os três libertados. Meu pai ficou preso mais algum tempo e depois fugiu da prisão durante um jogo de futebol entre os dois principais times de Alagoas.

Depois dessa aventura ficamos algum tempo em Goiás, na casa de meus avós paternos. Assim que as coisas esfriaram fomos para São Paulo, onde um novo capítulo começava. Durante esses anos de ditadura, o contato com nossa família foi muito pequeno. Era uma questão de segurança. Conhecia apenas alguns poucos tios e um casal de primos que moravam em São Paulo, sendo que o contato era esporádico. Sempre passávamos as festas – aniversários, Natal e Réveillon – sozinhos, sem contato com outros familiares. Mesmo assim, o Natal era uma grande festa cercada de expectativas.

Lembro que recebia muitos presentes, mas nunca sabíamos direito quem os havia dado. Eram dos tios e tias, vários que não fazia a menor ideia que existiam. Mas não parava para pensar nisso, só queria curtir os presentes, era um momento mágico.

O tempo foi passando, fui crescendo e percebia que a gente mudava bastante de casa. Basicamente, por vários bairros da periferia na Grande São Paulo. Aquilo parecia normal, tinha uma família, estava na escola, fazia natação em um clube da prefeitura de São Paulo... Tudo fluía bem até que dois acontecimentos me chamaram atenção.

O primeiro foi quando meus pais resolveram que eu e minha irmã tínhamos que conhecer os nossos primos e tios de Belo Horizonte. Anualmente, todo esse pessoal ia de trem para uma casa em Angra dos Reis. Era muita gente. Só de primos de primeiro grau devia ter mais de quinze na casa. Durante uma brincadeira em que cada um tinha de fazer sua apresentação, ocorreu um problema. Cada primo reunido ali na sala levantava e dizia o nome e o que gostava de fazer. Quando chegou a minha vez, falei meu nome "frio". Na verdade, o nome era Andre mesmo, mas o sobrenome era "frio" e bem diferente do dos primos. Quando eu acabei, um dos primos levantou e disse que eu falara meu sobrenome errado, pois não guardava relação com sobrenome de nossa família. Como sempre, onde há muitas crianças juntas, a história acabou em briga, pois me senti ofendido pelo fato de alguém dizer que eu mentia com relação ao meu sobrenome. Já de volta a São Paulo, relatei o ocorrido em casa. Meus pais não falaram nada, mas também nunca mais pusemos os pés em Angra dos Reis.

Já tinha em torno de 8 anos. Não queria pressionar meus pais, pois tinha muito carinho por eles, mas a certeza de que aquilo que meus primos falaram em Angra dos Reis a respeito do nome da nossa família fosse verdade foi aumentando.

Mais ou menos nesse período, tive uma conversa franca com meu pai. No caminho da escola, ele sempre ia contando histórias sobre os três irmãos coelhos: Zico, Zeca e o Zoca. Eram três coelhinhos espertos e de muito bom caráter. Eram corajosos e nunca mentiam. Eu me sentia o próprio "Zico". Esses coelhos eram meus heróis. Então, em um determinado dia, meu pai insistiu que eu não deveria contar aos primos onde morávamos. Aí eu disse: "Pai, você ensina para a gente que não é para mentir e agora está me pedindo para mentir". Meu pai arregalou os olhos, pensou um pouco e disse: "Olha, filho, você vê o seriado do Zorro, não vê? Você acha que o Zorro pode sair contando para todo mundo qual é a identidade verdadeira dele?". E eu, "Lógico que não, pai, só o Mudinho sabe disso. Se o Sargento Garcia souber a identidade do Zorro, vai prender ele". "Pois é, filho, esta é nossa situação", disse meu pai. "Já entendi, pai, pode deixar que eu vou guardar segredo", disse. Acompanhado desse diálogo, veio a seguinte explicação: existiam os barrigudões (tipo Sargento Garcia) e o povo. Havia uma briga entre estes dois grupos, assim como no filme do Zorro, nós estávamos lutando do lado do povo contra os barrigudões. Bom, para mim a explicação estava mais do que boa. Vi que tinha desvendado o segredo da família e ainda por cima descobri que era "filho do Zorro".

> "Um dia no quarto/ escritório do meu pai, achei caneta e li o sobrenome do meu avô. Percebi que o sobrenome dele não era parecido com o nosso"

O segundo momento "estranho" foi quando meu avô paterno faleceu. Eu tinha quase 10 anos. Foi enviado para meu pai a caneta do meu avô que tinha seu nome inscrito na lateral. Um dia no quarto/escritório do meu pai, achei a caneta e li o sobrenome do meu avô. Percebi que o sobrenome dele não era parecido com o nosso. Aí disse: "Descobri, descobri que o sobrenome do vovô Galileu é Arantes. O nome de nossa família é Arantes". Diante disso, meus pais contaram a razão de nosso sobrenome trocado. Naquele dia, fiquei sabendo que o nome de meu pai era Aldo e o de minha mãe era Maria Auxiliadora. Virei para o meu pai e disse: "Você não tem cara de Aldo e sim de Roberto". Este era o nome frio do meu pai.

Entre 6 e 11 anos, moramos na Zona Leste de São Paulo. Vila Formosa, rua Itaquera, Mooca, Vila Manchester eram os lugares que frequentávamos. Nesse período, fiz natação no Clube da Vila Manchester. Era um clube da prefeitura de São Paulo, bem equipado com pista de atletismo, campo de futebol, quadras cobertas sala de ginástica e a piscina. Passava a tarde nadando. Fiz muitos amigos, treinei bastante e, como todos, tinha um sonho : treinar natação no melhor clube da cidade, o Corinthians. Sonho que não durou muito... explico.

Com essa história de ser "filho do Zorro" e ter que manter a identidade secreta da família, eu "entendi" que não poderia aparecer. Isto significava que se ficasse bom e fosse para o Corinthians, ia acabar entregando minha família. Então desenvolvi um certo sentimento de ir me distanciando deste desejo de melhorar e ir nadar no Corinthians.

No final do ano de 1976, bem perto do Natal, meu pai foi preso em um episódio chamado "Chacina da Lapa". Fomos acordados bem cedo pela minha mãe, pegamos algumas coisas, colocamos na mochila e nos mandamos de táxi para casa de meu tio em Santo Amaro, um bairro de São Paulo. Era um tio que eu já conhecia, irmão da minha mãe. Ele e minha tia Tei, também irmã de minha mãe, eram praticamente os únicos parentes que víamos de vez em quando. Minha mãe não contou nada para a gente a respeito do ocorrido com meu pai. Ficamos alguns dias nessa casa imaginando que já estávamos saindo de "férias". Certa manhã, minha mãe me chamou com uma revista na mão e pediu que eu lesse a matéria. Era uma matéria que trazia fotos de meu pai e alguns amigos que foram presos na mesma reunião. Ele estava com o rosto tão machucado que nem o estava reconhecendo.

A partir daí, tudo foi devidamente esclarecido. Dias depois, eu e minha irmã fomos levados pelo meu tio para Belo Horizonte, onde moraríamos por um ano com minha avó materna, enquanto meu pai seguia sendo torturado e minha mãe foragida da repressão, em algum lugar que não sabíamos.

O período em Belo Horizonte foi um momento de "transição". Sem meus pais, mas conhecendo uma infinidade de tios e primos, que eu nunca soubera que existiam. Estranhei um pouco, pois além de estar sem meus pais, era tudo muito diferente.

Depois de um ano, as coisas se acalmaram e voltamos a nos encontrar com minha mãe. Retornamos todos para São Paulo. Mas agora o endereço era outro, já estávamos na Bela Cintra, uma das boas ruas da capital paulistana.

A rotina era estudar, treinar no Paulistano ou Pinheiros, sair com os amigos e no final de semana visitar meu pai na prisão. Percebi que apesar de estar em clubes bons, não tinha muito desejo de competir e vencer. Aos poucos, fui percebendo que me sentia fazendo parte do time dos que estavam sendo oprimidos, que perdiam. Os opressores eram os vencedores, aqueles que tinham torturado meu pai, nos prendido, separado a família. Tinha este sentimento dentro de mim. O desejo de vencer estava cada vez mais longe, como algo proibido.

Em agosto de 1979, foi aprovada e sancionada a Lei da Anistia. No mesmo dia da sua publicação, meu pai foi libertado do presídio de presos políticos em São Paulo, o Barro Branco. A família se encontrou novamente e passou a viver junto. Esse foi um momento muito bom. Meu pai foi eleito deputado federal por Goiás em 1982 e fomos todos morar em Brasília. Tudo diferente. Uma situação bem diferente.

Estava com 18 anos e já tinha parado de treinar natação e outros esportes também. Como todo adolescente nesta idade, não sabia muito bem o que queria. Sentia que as coisas tinham mudado, mas ainda não tinha entendido o que havia dentro de mim. Entrei na faculdade, primeiro em Economia, depois em História, mas nada me agradava. Revolvi mudar para São Paulo. De São Paulo, fui de bicicleta para o Rio de Janeiro pela recém-inaugurada Rio-Santos. Nessa viagem, senti gostos que já tinha esquecido. O gosto da liberdade, do esforço físico, do contato com a natureza. Acabei ficando no Rio de Janeiro e fui trabalhar com cinema, que era uma das paixões que eu tinha. Fiquei um ano no Rio de Janeiro e acabei voltando para Brasília.

Estávamos em meados de 1986. Meu pai fora reeleito deputado federal e morávamos em uma quadra só para deputados federais na Asa Norte. Isso tudo deixou bem claro que a situação mudara e havia se consolidado. Nós já não éramos do time dos perdedores. Estava liberado para vencer. Essa foi a senha para voltar para o esporte e tentar vencer. Já não tinha mais amarras, já não precisava mais me esconder, eu queria agora era aparecer. Foi um momento de mudança radical em minha vida. Sentia-me integrado, em casa. Tinha descoberto o que eu queria. Queria vencer.

> "Olhando para trás, vejo como esporte e política estiveram entrelaçados em minha vida. Quando criança, minha leitura das questões sempre passou pelo corpo"

Resolvi fazer triathlon (natação, ciclismo e corrida). Treinei muito, consegui ganhar provas em Brasília, Goiás e Espírito Santo. Participei de campeonatos brasileiros, fui selecionado para fazer parte da Seleção Brasileira em campeonatos Sul-Americanos, Pan-Americanos e Mundiais. Estive na Argentina, Estados Unidos, Canadá, República Dominicana, México, Cuba, Ilhas Virgens, Espanha e Austrália competindo e representado nosso país. Sabia que podia, sempre soube, mas tinha que ser no momento em que não pusesse minha família em "perigo".

Acabei entrando no curso de Educação Física em 1988 (D. Bosco), fiz especialização em Treinamento Esportivo em 2001, na Universidade de Brasília, Mestrado em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília, em 2005, e hoje em dia faço Doutorado em Ciências do Desporto na Universidade do Porto em Portugal. De 2000 a 2005 fiz parte do JGSPINNING, maior programa em ciclismo de academia no mundo, convidado pelo próprio fundador do programa Johnny Goldberg. Estive representando o programa em vários países da América do Sul e em duas conferências mundiais nos Estados Unidos. Em 2003 fui convidado, pelo então Ministro de Esporte do Governo Lula, Agnelo Queiroz, para ser Secretário Nacional de Esportes de Alto Rendimento. Nesta função, estive em missão oficial nos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingos na República Dominicana e nas Olimpíadas de Athenas, Grécia. Como Diretor da SNEAR, participei dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007. Hoje, sou Diretor da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte e dou aulas de Educação Física no Centro Universitário UniCEUB.

Olhando para trás, vejo como esporte e política estiveram entrelaçados em minha vida. Quando criança, minha leitura das questões sempre passou pelo corpo: alguém falava em superar obstáculos e eu me imaginava saltando barreiras em uma pista de atletismo. Diziam que era preciso ser forte, e eu me imaginava levantando um grande peso; que era necessário ser resistente, e eu me imaginava em uma maratona. Enfim, era um jeito muito particular de sentir as coisas, como foi também relacionar a vitória à opressão e o perdedor aos oprimidos. Decidir não "aparecer" por medo que minha família fosse descoberta. Enfim, cabeça de criança fantasia muito e estas coisas ecoam na adolescência. Esta foi a minha história, com cicatrizes geradas pela ditadura e com oportunidades criadas pela democracia.

Acredito que no peito da minha mãe, lá no fundinho, ela tem vontade de encontrar com aquele oficial da marinha que disse que ela não teria futuro para me dar e dizer : "Tá vendo, eu tinha certeza que o futuro do meu filho seria melhor comigo..."

ANDRE ALMEIDA CUNHA ARANTES nasceu em 13 de junho de 1965. É filho de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes e Aldo Arantes. Ex-triatleta, doutorando em ciências do desporto, professor universitário e diretor de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte.

Identidade, nome e o paradoxo da liberdade: carta aos meus pais

por Priscila Almeida Cunha Arantes

Antes de iniciar meu depoimento, gostaria de recorrer a um mito antigo que versa sobre a história de um sobrevivente. Refiro-me ao poeta Simônides, considerado o inventor da arte da memória na Grécia antiga. Diz o mito que o poeta teria estabelecido as bases da mnemotécnica – a arte da memória – em função de um acidente vivido por ele próprio. Simônides foi o único sobrevivente do desabamento do teto do salão de um banquete onde se comemorava a vitória do pugilista grego Skopas.

O que importa nessa história é o que aconteceu após tal tragédia. Os parentes das vítimas, que queriam enterrar seus familiares, não conseguiam reconhecer os mortos que se encontravam totalmente desfigurados pelas ruínas. Recorreram, então, a Simônides, o único sobrevivente, que graças à sua memória conseguiu se recordar dos participantes do banquete, na medida em que se lembrou do local ocupado por cada um deles durante a comemoração.

Se a história de Simônides está muito distante do nosso tempo, por outro lado, ilustra bem o embate contra o esquecimento da história.

Aquele que testemunha, de certa forma sobreviveu a uma situação limite, traumática, no meu caso e de meus familiares: à época da ditadura militar no Brasil. Como filha de pais que foram presos, torturados, foragidos e clandestinos – e eu mesma presa com minha mãe e meu irmão quando tinha 3 anos de idade, no sertão de Alagoas, apesar de não ter lembrança desse episódio – deixo aqui meu depoimento na esperança que possa contribuir não somente para a construção de uma memória coletiva mas que, de alguma forma, ele possa servir de dispositivo para que essa história não se repita nunca mais no nosso país.

À esquerda, Priscila com 4 anos no Parque do Ibirapuera em São Paulo, 1970

> "Muitas vezes quando ouvia meu pai escutar a Internacional em seu rádio pequeno, em seu quarto, bem baixinho, ficava uma pergunta no ar: por que ele tem de escutar o som tão baixo?"

Recentemente meu pai me pediu um depoimento sobre as memórias da minha infância. Gostaria então de compartilhar aqui alguns trechos desta carta que recebeu o título de *Identidade, Nome e o Paradoxo da Liberdade: Carta aos meus Pais*.

Talvez um dos dispositivos mais antigos da humanidade seja o de dar nome às coisas. Dar nome às coisas significa dar a elas vida, história, identidade. É assim que uma criança recebe um nome ao nascer, carregando-o para o resto da vida. Escolher, dar um nome a uma criança é fazer uma espécie de doação de uma história simbólica familiar. Doação que a insere na continuidade de uma filiação, a inscreve nas linhagens maternas e paternas: uma espécie de fio de Ariadne que lhe indica um caminho, sem traçá-lo de antemão.

Priscila Almeida Cunha Arantes. Foi este o nome que os meus pais me deram em 1º de maio de 1966 quando nasci, mas não foi este o nome que utilizei até meus 11 anos de idade, quando, então, meu pai foi preso e minha mãe ficou foragida, na época da ditadura militar em nosso país.

Até os meus 11 anos, sempre fui Priscila Guimarães Silva; uma criança feliz que vivia como muitas outras de minha idade na periferia de São Paulo com a família.

Existia, por vezes, uma sensação velada que talvez, pela minha idade na época, não conseguia entender. As janelas da casa na avenida Itaquera eram forradas de papel e sempre me davam a impressão que estávamos escondendo algo que eu não tinha muito claro o que era. Muitas vezes quando ouvia meu pai escutar a Internacional em seu rádio pequeno, em seu quarto, bem baixinho, ficava sempre uma pergunta no ar: por que ele tem de escutar o som tão baixo? Mas os natais eram sempre muito gordos ao meu olhar. Recebia sempre várias roupas que, apesar de serem usadas, vinham sempre envoltas em um lindo papel celofane

“Fui acometida por uma série de desmaios, pequenos lapsos de consciência, talvez um desejo real de esquecer, por um pequeno espaço de tempo, algo que me incomodava em profundidade”

vermelho, que somente a minha mãe sabia fazer. A casa da avenida Itaquera tinha um quintal grande que, apesar de receber, às vezes, a visita de alguns amigos indesejáveis, enormes ratos – só recentemente vim a saber que vivíamos nos fundos de um açougue –, brincava com minhas bonecas e com meu exército de formigas, minhas companheiras inseparáveis.

Certo dia, fomos tirados às pressas da avenida Itaquera e levados por meu tio Bruno, irmão da minha mãe, de carro, até Belo Horizonte para a casa de minha avó materna. Não entendia ao certo porque estávamos indo para Belo Horizonte e muito menos o que de fato acontecera. Mas sabia que era algo muito grave, e alguma coisa acontecera ao meu pai. Ele e minha mãe tinham combinado de que se o meu pai não voltasse de uma viagem em uma determinada época é porque alguma coisa tinha ocorrido. E de fato ocorreu. Meu pai fora capturado em plena estação Paraíso, do Metrô – nome engraçado! – pelos militares, em dezembro de 1976.

Não me lembro desse dia com detalhes. Mas me recordo do desespero de minha mãe, levando-nos às pressas, eu e Andre, à casa de tio Bruno. Na viagem a Belo Horizonte fomos parados por um policial. Acho que o tio Bruno dirigia muito rápido e senti um nervosismo grande no ar. Chegamos à casa da minha avó. A casa era muito grande, tinha quase quarenta cômodos, e fomos acolhidos em clima de festa e com muito carinho pela família de minha mãe, uma família que, no entanto, eu nunca tinha visto (a única exceção era a querida Tia Tei, que nos acompanhou por diversas vezes na época da clandestinidade). Eu e Andre moramos por lá até minha mãe poder viver em liberdade.

Encontramo-nos, acho, somente um ano depois, na casa da tia Diva. Minha mãe estava magra, pálida, fruto da dieta forçada em macrobiótica que teve de passar quando ficou escondida na casa de conhecidos no Rio de Janeiro. Seu corpo enfraquecido me chamou a atenção naquela época. Uma imagem que eu jamais esquecerei.

Foi em Belo Horizonte que pude de fato me tornar Priscila Almeida Cunha Arantes. Anos antes, meu pai, quando ainda morávamos na avenida Itaquera, tinha comentado comigo e meu irmão que nosso sobrenome não era Guimarães Silva. Naquela época, apesar da surpresa, o comentário não teve significado nenhum para mim. Eu continuava sendo Priscila Guimarães Silva, vivendo com meus pais na avenida Itaquera.

Também foi em Belo Horizonte que uma nova realidade se abriu para mim. Talvez hoje, mais madura, eu possa reconhecer o paradoxo daquela sensação. Por um lado pude descobrir que tinha um nome de fato real, outro, este sim verdadeiro, que trazia consigo uma família, uma história; uma outra identidade. Era um mundo completamente novo que se abria para mim.

Mas ao mesmo tempo, e talvez este fosse o fator que mais me assustou, assumir a minha verdadeira identidade e meu nome trouxe a perda da convivência com meus pais. E mais do que isto: a consciência de que eles estavam em uma situação de perigo iminente. É exatamente no momento que nossos nomes podiam ser utilizados, que meu pai foi preso e minha mãe ficou foragida.

Obviamente este paradoxo de identidade se tornou mais acentuado em um momento de adolescência quando essas questões já são colocadas à mesa. Para além de uma mera crise de identidade era uma real crise de identidade: seria melhor continuar sendo Priscila Guimarães Silva e poder viver clandestina com meus pais em liberdade? Ou seria melhor ser Priscila Almeida Cunha Arantes e poder viver em liberdade com os meus pais presos? Pois, para mim, os dois estavam presos. Só depois soube que minha mãe estava escondida no Rio de Janeiro. Independentemente da minha opção na época, eu não tinha escolha real a fazer.

Essa sensação paradoxal veio acompanhada por outra experiência que foi muito marcante na minha adolescência. Estávamos em Belo Horizonte quando dois ou três homens entraram na casa da vovó Isa dizendo que eram amigos de meus pais. Não me lembro exatamente quem foi me avisar das supostas visitas. Olhei à espreita por uma das portas da sala e tendo a nítida sensação de que aquela visita vinha carregada de alguma ameaça, me escondi debaixo de uma das mesas redondas que havia

na sala de minha avó. Foi exatamente em volta dessa mesma mesa que minha avó, minha tia e os dois visitantes sentaram-se para conversar. Fiquei ali um bom tempo a escutar a conversa que não vou esquecer nunca mais: a conversa, em tom de ameaça – pois o que eles queriam saber era onde a mamãe estava – descrevia com minúcias e detalhes a tortura recebida pelo meu pai: espancamento, pau de arara, corpo inchado... quase morte. Anos depois vim saber que esses visitantes faziam parte da equipe de torturadores de meu pai.

Nessa época fui acometida por uma série de desmaios, pequenos lapsos de consciência, talvez um desejo real de esquecer, por um pequeno espaço de tempo, algo que me incomodava em profundidade.

“Trago comigo esta história marcada por um duplo nome: um nome clandestino e um nome verdadeiro”

Meu grande refúgio, no entanto, eram as aulas de pintura. Certa vez fomos à casa da tia Leda. Em uma das salas de sua casa, vislumbrei uma tela em branco presa num cavalete. Ao seu lado, um pequeno livro que continha, na sua capa, a imagem do carteiro de Van Gogh. Não tive dúvida: peguei um carvão e desenhei na tela em branco a imagem do pintor impressionista. A partir desse dia Tia Leda me matriculou em um curso de pintura. Esse contato com o mundo das artes, nessa época, talvez tenha sido uma das molas propulsoras de minha profissão atual e de meu interesse pelo mundo das artes.

Assim que voltamos de Belo Horizonte fomos morar na Bela Cintra. Nessa época eu, minha mãe e meu irmão íamos, com frequência, visitar o meu pai no presídio Barro Branco. Lembro-me da ambrosia, dos desenhos em pirogravura, das conversas com o Ariston, das pinturas do Guerra, da revista da polícia, da greve de fome vivida pelo meu pai.

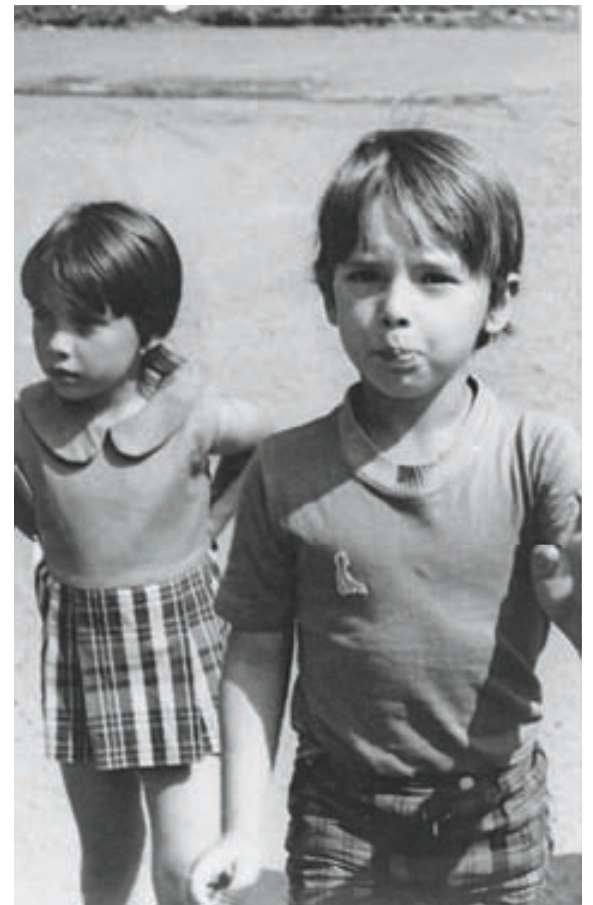
Mas, talvez, um dos dias mais marcantes de minha vida, foi o dia em que meu pai foi solto, o mesmo da aprovação da Lei da Anistia. Ele descia a rampa do presídio, com uma pequena mala na mão. Estávamos ali, novamente, a família reunida, fora do espaço confinado das quatro paredes da prisão.

Hoje, tenho 47 anos e com muito orgulho me chamo Priscila Almeida Cunha Arantes, filha do Aldo e da Dodora, irmã de Andre, casada com Wagner e mãe de Tiago e Carolina.

Para muitos, o nome é um bem. A continuidade do nome como referente da pessoa pode, em alguns casos, não se interromper com sua morte necessariamente. Alguns nomes permanecem vivos na memória de outros homens, principalmente quando se referem a nomes que contribuíram para a construção de uma história coletiva.

Trago comigo esta história marcada por um duplo nome: um nome clandestino e um nome verdadeiro. Sinto orgulho dos meus pais: pessoas, nomes, que lutaram e contribuíram para a construção de um mundo melhor e que possibilitaram a mim, Priscila Almeida Cunha Arantes, desfrutar da vida em liberdade!

Priscila Guimarães Silva: *presente!*

PRISCILA ARANTES, formada em Filosofia pela Universidade de São Paulo, é pós-doutora em Arte Contemporânea pela Penn State University (EUA). É professora universitária em cursos de graduação e pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e diretora e curadora do Paço das Artes, Museu da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Entre suas publicações destaca-se *Arte @ Mídia: perspectivas da Estética Digital*, finalista do 48 prêmio Jabuti, *Arte: História, Crítica e Curadoria* (org.). e *Re/escrituras da Arte Contemporânea: História, Arquivo e Mídia* (prelo).

Andre aos 5 anos e Priscila aos 4 anos no Parque do Ibirapuera em São Paulo, 1970

Aldo Silva Arantes nasceu no dia 20 de dezembro de 1938, em Anápolis (GO). Iniciou suas atividades políticas no movimento estudantil secundarista.

Estudante de direito da Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro, foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em julho de 1961.

Em dezembro de 1963 casou-se com Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes. Após o golpe militar de 31 de março de 1964, que derrubou o presidente Goulart, exilou-se em Montevidéu.

De volta ao Brasil em 1965, passou a viver na clandestinidade. Em 1968, quando realizava trabalho político junto aos camponeses no sertão de Alagoas, foi preso. Após cinco meses e meio fugiu da prisão.

Em 1972, juntamente com a maior parte dos militantes da AP, ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), cujo comitê central passou a integrar.

Em dezembro de 1976 foi novamente preso quando participava de uma Reunião do Comitê Central do PCdoB, no bairro da Lapa, em São Paulo, episódio conhecido como Chacina da Lapa.

Em julho de 1977, foi condenado a cinco anos de prisão. Permaneceu preso até agosto de 1979, quando foi beneficiado pela anistia aprovada pelo Congresso.

Em 1979, filiou-se ao partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Exerceu o mandato de deputado federal por quatro vezes e foi constituinte em 1988.

Autor dos livros : *História de Ação Popular – da JUC ao PCdoB*, co-autor, com Haroldo Lima (1984) ; *O FMI e a Nova Dependência* (2002); *Meio Ambiente e Desenvolvimento - em busca de um compromisso* (2010); *Alma em Fogo – memórias de um militante político* (2013).

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, a Dodora, nasceu em 5 de novembro de 1940, em Belo Horizonte (MG). Foi uma das fundadoras da organização Ação Popular (AP), na década de 1960. Em 1968 foi presa em Alagoas junto com seus filhos Priscila e Andre. Após sair da prisão seguiu com a militância clandestina de combate à ditadura militar.

Foi uma ativa e importante militante da luta pela anistia no Brasil. Participou da fundação do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo (CBA/SP) e foi dirigente dos Movimentos Nacionais pela Anistia (1978-1982).

Psicóloga, Mestre em Psicologia Clínica e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Psicanalista membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Foi coordenadora Geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2009-2010). Foi membro das Comissões de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e do Conselho Federal de Psicologia (2004-2008 e 2011-2013).

Autora dos livros: *Pacto Re-Velado: Psicanálise e Clandestinidade Política* (1994) e *Tortura* (2013)

Família Arantes

1. Aldo, 25 anos, e Dodora, 24 anos, em lua de mel, Poços de Caldas (MG), 1963

2. Dodora grávida de Priscila com Andre no colo em São Paulo, 1966

3. Aldo com Andre recém nascido, São Paulo, 1965

1

2

3

4

5

6

4.Dodora e Andre com 2 anos Guarujá (SP), 1966

5.Dodora e Priscila com 1 ano, Guarujá (SP), 1966

6. Andre com 2 anos, Guarujá (SP), 1966

7. Andre com 3 anos e Priscila com 2 anos, São Paulo, 1968

7

8

11

SEIS SUBVERSIVOS PRESOS NO "APARELHO" DA LAPA

11, 12 e 13. Publicação na imprensa sobre a Queda da Lapa, dezembro de 1976; histórico político produzido pelos orgãos de repressão; foto de Aldo, com sua mãe Maria de Lourdes Silva Arantes (D. Quita) – documentos encontrados nos prontuários de Aldo do DOPS no Arquivo do Estado de São Paulo

12

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA DOPS / [illegible]

ALDO DA SILVA ARANTES

- HISTÓRICO POLÍTICO -

07.07.1970 - Denunciado pela 1ª Auditoria da Aeronáutica, como incurso nos artigos [illegible] da L.S.N. (Lei de Segurança Nacional), acusado de pertencer à "Ação Popular".

[illegible].12.1970 - Decretada sua prisão preventiva no processo da VAR-PALMARES.

06-09-1973 - Expedido pela 1ª Auditoria da 2ª C.J.M., mandado de prisão contra o marginado, por despacho de [illegible]-73, exarado nos autos do processo nº [illegible]/70, decretando sua prisão preventiva, com base nas letras "a" e "b" do artº 254 e letras "a" e "c" do artº 255, ambos do Código do Processo Penal Militar.

9

8. Andre com 4 anos, Priscila com 3, a priminha Ana e os avós paternos, D. Quita e Sr. Galileu em Anápolis (GO) dias após a libertação da prisão em Alagoas, 1969

9. Andre e Priscila na mesma data acima

10. Históricos escolares com os nomes frios: Andre e Priscila Guimarães Silva

13

10

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO ITAQUERA - DRE-IQ

E.M.E.F. PRESIDENTE KENNEDY

ANDRÉ GUIMARÃES SILVA

SÃO PAULO — SP — Brasileira

PROMOVIDO

TRANSFERIDO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO ITAQUERA - DRE-IQ

E.M.E.F. PRESIDENTE KENNEDY

PRISCILA GUIMARÃES SILVA

SÃO PAULO — SP — Brasileira

PROMOVIDO

TRANSFERIDO

À direita, Ato Político pela Anistia organizado, entre outras pessoas, por Dodora, em 22 de agosto de 1979 Foto: Ricardo Malta

Abaixo, fichas do DOPS que retratam a vigilância sobre os parentes de presos políticos mesmo após a Anistia

ARANTES - Maria Auxiliadora

uma das integrantes do CBA-esposa do preso pol. ALDO ARANTES.
24.7.79-cit.Jorn.Cidade/Bauru-art:-MULHER DE PRESO POLITICO FALA DA LUTAPELA ANISTIA.

20-C-44-4114

ARANTES - Maria Auxiliadora Cunha

Em 29.08.80-D.I.DOPS/SP-ref.representando o CBA, SP e Mov.Feminino pela Anistia.,

ARANTES - Maria Auxiliadora Cunha

Em 29.08.80-D.I.DOPS/SP-S/Ato Públ.Praça da Sé-ref.falando do Comite Brasileiro p/Anistia que se terminará qdo for derrotada a mão oculta,como ocorr.com Santo Dias da Silva.,

Ao lado, portão de saída do Presídio do Barro Branco em São Paulo. Aldo foi beneficiado pela Anistia – foto publicada no dia 30 de agosto de 1979 na Capa da Folha de São Paulo

Uma conversa escrita

por Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes

Andre com 3 anos, Dodora com 28 e Priscila com 2, São Paulo, meses antes de serem presos em Alagoas, 1968

No início dos anos 1960 participei da fundação da organização política Ação Popular, de matriz católica, que ampliou suas posições no campo marxista-leninista e passou a ser denominada APML (Ação Popular Marxista-Leninista). Mais à frente, a Organização abraçou concepções maoístas que influenciaram política e ideologicamente seus militantes e suas práticas. Casei-me com Aldo Arantes, também fundador de AP, em dezembro de 1963 e recebemos convite para integrar o governo de João Goulart em Brasília.

Chegamos a Brasília em janeiro de 1964. No dia 1º de abril de 1964 ocorreu o golpe militar. Eu estava dentro da nossa casa em Brasília e, de repente, a casa começou a tremer, o chão do quintal tremia, vi ratos correndo na rua, para lá e para cá. Um barulho diferente e trepidante provocado por um desfile de tanques de guerra que seguia para a Esplanada dos Ministérios. A partir de então começaram a ser editados os primeiros Atos Institucionais. Aldo poderia ser cassado e preso. Saímos de Brasília imediatamente, deixei tudo na casa. Saímos de Brasília para uma longa noite que foi terminar somente quinze anos depois. De 1964 até 1979, vivi entre o exílio, a prisão e a militância clandestina severa. Passei a usar nomes frios com identidades falsas. Nesse momento não tínhamos filhos e nossa primeira decisão foi ir para o exílio. Os exilados de primeira hora que tinham intenção de voltar imediatamente ao Brasil seguiram para o Uruguai, que era mais perto. Fiquei grávida do meu primeiro filho, o Andre, que nasceu em Montevidéu. Foi um dos primeiros filhos de exilados políticos brasileiros, nasceu em 13 de junho de 1965. Decidimos voltar logo para continuar no país, a luta de resistência. Já no Brasil, na cidade de São Paulo, em 1º de maio de 1966, nasceu nossa filha Priscila.

A situação política foi recrudescendo rapidamente e houve uma decisão da APML: os militantes e os dirigentes deveriam partir, como militantes clandestinos, para a integração na produção. Aldo e eu seguimos para a integração na produção no campo. Tomamos um ônibus na rodoviária em São Paulo e partimos para o interior do estado de Alagoas. O Andre tinha 3 anos, a Priscila tinha 2. Fomos para Água Branca. E de lá, para um subdistrito de Água Branca, Pariconha. Era uma região de camponeses pobres e meeiros que plantavam feijão.

Fomos morar com Gilberto, Rosa e a filha Rita, de 7 anos, que nos antecederam na integração nessa região. Tínhamos diferentes funções. Eu fui designada para ser professora de alfabetização de adultos na região. Era o ano de 1967. Atravessamos o ano e entramos em 1968. Tínhamos o hábito de ouvir, todas as noites a Hora do Brasil. Anoitece cedo no campo, às 21 horas, já era noite alta no dia 13 de dezembro de 1968. Ouvimos passos no jardim e no quintal. Na varanda, vozes de homens. Rosa e eu nos levantamos. As três crianças dormiam. A porta da frente foi sacudida com violência. Abram a porta. Aqui é o Coronel. Tínhamos acabado de ouvir no rádio, o decreto do A1-5 e mal havíamos assimilado suas implicações, ao anotar apressadamente seus artigos. Não houve tempo. Conhecemos na prática seu significado. Não abriremos a porta, respondemos. Estamos sós com as crianças. Com os gritos e as violentas pancadas, na porta da frente, dos fundos e nas janelas, as crianças acordaram. A gritaria aumentou, e com nossos filhos nos braços, vimos a porta ser violentamente sacudida e finalmente arrombada, a pontapés e golpes de fuzis. Entraram vários homens, não sabíamos a princípio quantos. As lamparinas de querosene estavam apagadas. Percebemos que eram muitos. Nossa casa foi revirada. Colchões, armários prateleiras, tudo vasculhado. Perceberam que havia apenas roupas, mantimentos e brinquedos. Onde estão as armas? perguntavam aos berros. Disseram que iam nos levar para Água Branca e depois Maceió. Temos ordens. Agora tudo é permitido. Foi feito um decreto e tudo o que achamos suspeitos, vamos investigar. Gente suspeita, vamos prender. Vocês são professoras, seus maridos, gente de São Paulo. Vamos levar todo mundo. Resolveram que tínhamos que ir presas. Argumentamos sobre as crianças, que queriam que deixássemos para trás. Afinal, depois de muita conversa, decidiram que eu iria só com eles. Rosa ficaria com as três crianças.

Partimos para uma viagem que me parecia interminável. O tempo todo ouvi gracejos e perguntas. Não disse uma palavra. Chegamos a Maceió. Era dia 14 de dezembro de 1968. Fiquei dormindo no quarto dos investigadores. Estava exausta. Entravam e saiam o tempo todo, falavam alto, faziam comentários. Perguntavam por Aldo, quando voltaria de São Paulo. Fiquei quatro ou cinco dias em Maceió. Fui levada de volta para Pariconha. Um ou dois dias depois, Aldo chegou tarde da noite. Soube na estrada o que acontecera.

Nesta mesma noite, 22 de dezembro, fomos todos presos: Aldo, eu, Andre e Priscila, Gilberto, Rosa e Rita. Prenderam também toda a liderança camponesa militante. Passamos o Natal entre as cadeias de Água Branca e de Maceió. Começou uma noite longa, para nós, especialmente para os pequeninos presos. Ficamos todos, nos primeiros dias no DOPS de Maceió, as crianças e eu na mesma cama e no mesmo quarto dos investigadores.

Depois do Ano Novo, Andre, Priscila e eu, fomos deslocados para uma delegacia de bairro. Apesar de a cela ter uma das paredes totalmente de grade, ficávamos sufocados, trancados o dia todo, sem que qualquer brisa ou vento amenizasse o calor. Tivemos problemas gravíssimos de saúde. Todos os três desidratados tivemos estomatite e Priscila teve uma crise aguda de difteria. Quase não conseguimos nos alimentar. Priscila ficou magrinha, só aceitava leite em pó, às colheradas. Os dois tiveram furunculose. Andre chegou a ter vinte furúnculos enormes e Priscila, outros tantos. Não tínhamos qualquer espécie de atendimento médico ou de saúde. Ficamos, literalmente depositados, sequestrados até o final de janeiro.

Depois fomos levados para a Escola de Aprendizes de Marinheiros nos arredores da cidade. Um lugar cheio de coqueiros à beira-mar. Alojaram-nos na ala dos oficiais. Na primeira noite almoçamos na sala dos oficiais, a contragosto. Em um desses dias, ao final da refeição, o oficial do dia aproximou-se de mim e disse: “Estive conversando com minha esposa e como não temos filhos, resolvi pedir que a senhora me dê seu filho. Podemos criá-lo muito bem. Olhe bem para a senhora. Que futuro a senhora tem? Seu marido está preso, a senhora está presa, ninguém da sua família apareceu, não vai ter condição nenhuma de educar esta criança”. Emudeci, não consegui responder, não gritei, não chorei, fiquei petrificada. Fui andando para trás, segurando o Andre, até sair da sala. Não voltamos a ver esse oficial, nunca mais entramos nessa sala. Pedimos para almoçar na cozinha com os marinheiros. O resto do dia ficávamos no quarto. Depois conseguimos circular pela escola quando já havia terminado o expediente. Estávamos profundamente debilitados. Nessa época, estávamos novamente com a Rosa e a Rita, duas mulheres e três crianças. Durou pouco a estadia aí. A Marinha não queria se envolver mais.

Resolveram então nos levar para o hospital da Polícia Militar, no centro de Maceió. Era um hospital antiquíssimo, cheio de torres, perto da cadeia pública conhecida como Presídio da Morte onde Aldo ficou preso com os demais companheiros. Fomos confinados num quarto, sobre o qual havia uma porção de histórias, era o quarto onde ficavam os desenganados. Um quarto grande, muito abafado, ao lado de um outro quarto menor, sem iluminação, sem janela, cuja porta dava para o quarto do capitão Fontes, que saía cedinho, voltava à noite.

Os dias pareciam intermináveis. Não sabíamos o que fazer com as crianças. Só podíamos sair do quarto por quinze minutos para as refeições. Conseguimos licença para um banho de sol, depois das 16 horas. Nesta hora, o pátio de descarte do hospital não recebia mais o sol, apenas um facho fugidio que caía sobre os degraus da escada, onde as crianças ficavam sentadinhas, vendo ratos enormes brincarem de entrar e sair pelos restos de pernas e braços de gesso, entre curativos usados, caixas vazias, bandagens, cacos de vidro,

tudo jogado no meio de um mato que crescia. A gente dizia para as crianças que os ratos eram os primos do Jerry dos desenhos animados. Mesmo assim, com as energias recuperadas, não conseguimos cansá-los.

Dentro do quarto-cela, inventamos uma programação rígida de ginástica, brincar de roda, joguinhos. Depois vinham as atividades de contar as tampas de borracha coloridas dos vidros de antibióticos, empilhar caixas de remédio vazias, formar uma carreira com as serrinhas de seringas. Depois do almoço as crianças dormiam, e o que sobrava de tempo passavam dentro de uma banheirinha de plástico debaixo do chuveiro. Às quintas-feiras visitávamos o Aldo na cadeia. Depois de algum tempo apareceu uma advogada contratada pelos nossos companheiros.

Quando finalmente conseguimos ir à primeira audiência da Auditoria Militar de Recife, Andre e Priscila fizeram tanta bagunça na Audiência que o juiz, irritado, mandou que se retirassem da sala os três menores. Dra. Lygia lhes comunicou: "Excelência, estas crianças são presas. Foram presas em dezembro juntamente com suas mães". Fomos dispensadas, os homens continuaram presos. Saímos da Auditoria, voltamos para Maceió e de lá para São Paulo. Aldo ficou preso ainda na delegacia de Maceió de onde fugiu juntamente com o Gilberto, em uma operação montada por APML.

Exatamente dez anos depois, em dezembro de 1976, Aldo foi preso na Lapa, em São Paulo, no episódio conhecido como Chacina da Lapa. Andre e Priscila, com 12 e 13 anos, passaram a frequentar novamente os presídios, agora como visitantes de seu pai, durante dois anos e seis meses até a Anistia de 1979. Eu me integrei de corpo e alma à construção da campanha pela Anistia ampla, geral e irrestrita.

Sobre minha prisão com meus dois filhos tenho hoje a clareza de que fomos sequestrados, não há qualquer notícia da prisão das crianças, não consta de nenhum documento. Consta meu julgamento e a absolvição. Sobre eles, nada. Poderiam ter sido sumariamente sequestrados sem papéis que comprovassem sua presença no cativeiro. Depois que saímos da prisão e do Nordeste, voltamos para São Paulo, continuamos a militância clandestina, fomos morar nos bairros mais periféricos, no Morro Grande, Itaquera, Vila Formosa, e permanecemos clandestinos mais oito anos. As crianças foram para um parquinho da prefeitura e depois foram alfabetizadas em escola do estado e da prefeitura. Fizeram toda a escola com nomes frios: Andre e Priscila Guimarães Silva. Esse tempo teve fortíssimo impacto sobre eles, pois já estavam maiores e percebiam que havia muito segredo e muito não dito sobre as coisas e as situações que vivíamos. Somente saímos da clandestinidade quando o Aldo foi novamente preso no episódio conhecido como Chacina da Lapa que massacrou dirigentes do PCdoB então reunidos.

Sobre a vida clandestina, posso afirmar que foi uma experiência que até hoje reverbera na alma. Hoje percebo com mais clareza o quanto marcou o Andre e a Priscila e a mim mesma. Tanto é que, quando retornei à universidade, após a anistia de 1979, fiz minha dissertação sobre a experiência da clandestinidade política, através de uma abordagem psicanalítica. A incidência que teve sobre a vida dos meus filhos, somente agora, passados quase quarenta anos é que posso perceber melhor, a partir do que eles mesmos contam em seus testemunhos. Sempre nos surpreendemos negativamente com as reverberações que a ditadura civil-militar impôs a todos nós e que ainda continuam pulsantes.

A felicidade interrompida da “menina ruim”

por Rita de Cássia Resende

Em 1968, aos 5 anos de idade, fui morar com meus pais Gilberto e Rosemary em um povoado camponês chamado Pariconha, no interior de Alagoas. Ali, eles eram chamados de “Juarez” e “Rosa”.

Minha mãe me explicou que eles deveriam ser chamados por esses nomes para a nossa segurança e que isso seria nosso segredo. Pelo que me lembro, apesar da pobreza do lugar, as pessoas eram boas e eu brincava com a meninada como uma criança normal. Fui feliz ali até o dia que aconteceu algo que uma criança não pode entender, nem suportar sem sentir pavor e insegurança. Foi uma noite de pesadelo. Acordei com batidas fortes na porta, gritos, depois porta caindo, a casa sendo invadida por soldados fortemente armados. Hoje eu diria que foi um filme de terror. Depois, a prisão. E a falta de tudo: acabou o sol, as brincadeiras, comida pouca e ruim.

Eu gostava de correr, mas tinha que ficar parada. Tínhamos quinze minutos para almoçar em um refeitório que saía para um pequeno pátio. Corríamos para lá, a Priscila, o André e eu, crianças presas políticas, querendo brincar. Víamos ratos enormes subindo pelas calhas do prédio velho. Havia muita sujeira e hoje sei que era lixo hospitalar jogado a céu aberto no pátio do Hospital do 20º Batalhão da Polícia Militar de Alagoas.

À esquerda, Rita quando criança

Mães e crianças ficamos mais de cinco meses presas. Para mim, representou uma eternidade. Sei que sofri muitas perdas, mas sempre me recusei a aprofundar nesta questão, talvez por fuga, medo... Apesar dos esforços de meus pais, depois que saímos dali só consegui me alfabetizar aos 9 anos de idade.

Durante anos me fechei e não suportava política e polícia. Depois, entendi que a causa de meus pais era nobre. Lutaram por um ideal de justiça e igualdade social. Quando criança e mesmo adolescente sentia que me tiravam o direito à vida. A advogada que nos defendeu falou aos militares no julgamento que nós, crianças presas, éramos uma ameaça à segurança nacional.

O tempo passou e apesar de tudo que me foi tirado, hoje sou uma pessoa feliz dentro do possível. Tenho uma filha, Maria Tereza, e um neto de 2 anos, Joaquim, que proporcionam muitas alegrias e completam minha vida. Penso que hoje eles vivem em uma sociedade melhor e que eu inconscientemente contribuí para isso.

> “Mães e crianças ficamos mais de cinco meses presas. Para mim, representou uma eternidade. Sei que sofri muitasp erdas, mas sempre me recusei a aprofundar nesta questão...”

Fragmentos de memória

Em Pariconha lembro que brincava de fazer carro de boi com cacto e palito de dente, fazia guerra de mamona. Ganhei um pote de barro para carregar água na cabeça, mas quebrou. Brincava com coisas simples da região, pois não tinha brinquedo.

Na primeira prisão, lembro que chegou uma mala cheia de coisas. Fiquei desesperada para ver o que tinha dentro. Por sorte, me deixaram pegar alguns brinquedos: um boneco chamado "Bonitão", que vestia uma roupinha azul e era de plástico, fogãozinho e panelinhas. Foi onde minha mãe achou cartas de Goiânia com a verdadeira identidade de meus pais biológiocos e escondeu. Ela falou que eu precisava ir ao banheiro então leu as cartas e jogou fora.

No mesmo lugar, andando no pátio da prisão, vi várias celas pequenas e em uma delas estava meu pai deitado em um banco de madeira. Tentei a todo custo abrir a grade da cela, então no tanque ao lado tinha uma faca enorme. Peguei a faca e falei para o agente que eu ia matar todo mundo. Ele olhou pra mim e disse "menina ruim". Fiquei muito brava aquele dia. Nesse dia, meu pai escreveu uma carta para mim porque era meu aniversário. Até hoje tenho uma cópia da carta. (Porque a original se perdeu com o tempo).

No cômodo que ficamos tinha pouco espaço. E ainda pisei em um prego enferrujado. Nessa mesma prisão, um agente carcerário deu para mim, para o André e para a Priscila os presentes que ele tinha ganhado de Natal para seus filhos na Campanha de Natal. O que eu escolhi foi um barco azul e branco. Isso significou muito para mim. Era como se eu visse o brilho de uma jóia na lama.

RITA DE CÁSSIA RESENDE nasceu em 1 de abril de 1962. É filha adotiva de Rosemary Reis Teixeira e Gilberto Franco Teixeira. É funcionária pública estadual em Goiás.

A Rita no seu sétimo aniversário

Acordei sentindo o afago de u'as mãos, que, através das grades de uma cela do DOPS conseguiu me alcançar e acariciava meus cabelos. Estes afagos compensaram a noite mal dormida em cima de um banco duro de madeira e entremeada de preocupações sobre qual seria meu destino nas mãos dos já famosos agentes especialistas no "tratamento" aos presos políticos. De quem seriam aquelas mãos? Desperto e vejo a dona delas, a Rita, que eu deixara dois meses antes, corada, cheia de uma energia contagiante, alegre e brincalhona. E agora, como a vejo? A emoção sentida, a minha alegria ao descobrir quem me acordara não puderam apagar a infinita tristeza que me invadiu e que a custo consegui dissimular diante da outra Rita que eu via. Estava pálida, seus cabelos cor de ouro pareciam que perdera seu brilho natural, seu aspecto era de muita tristeza, resultado de mais de um mês passado trancada num quarto-cela do DOPS (ambiente que nem os pessoas grandes imaginam uma criança). Na verdade esqueci-me de dizer. A Ritinha tem apenas 7 anos de idade e está presa, juntamente com sua mãe e seu padrinho, pelo Governo. É u'a ameaça à segurança nacional. Hoje, 1º de abril (seu sétimo aniversário), decorridos mais de três meses, você vem me visitar no "presídio da morte", para onde fomos transferidos. Apesar da sua proximidade, pois você se encontra numa outra prisão, a enfermaria da polícia militar de Alagoas, a uma quadra de onde me encontro, todas as dificuldades são encontradas para que você não venha ver-me. Foi necessário que estivéssemos juntos nesta situação para que eu recordasse todos seus sete anos de vida e percebesse como tenho sido egoísta com você, principalmente quando você veio viver conosco. No início, quando você era muito novinha meu egoísmo não me fazia sentir e então você tinha mais liberdade comigo, subia nos meus joelhos, nos meus ombros. Muitas vezes eu tomava você nos braços e a Rosa ficava rindo do meu jeitão de pegar uma criança. Depois que você veio morar conosco, enchendo nossa casa com sua inesgotável energia, suas risadas sonoras, seus gritos [illegible], eu não soube retribuir a você toda a alegria que nos proporcionou. Tenho tido para você apenas reprimendas, fruto de uma educação feudal recebida de meu pai. Várias vezes eu me surpreendi tomando certas atitudes iguais as que meu pai tomava, na minha infância, e que tanto revolta me causava. Inúmeras vezes sua mãe (Rosa) criticou minhas atitudes e infelizmente, pelo meu individualismo e [illegible], não trouxeram os resultados por ela esperado. Comecei

a me aperceber mais claramente do meu erro quando viajei. Senti, quando me despedi, que você não teve a liberdade de me abraçar e eu também não a incentivei nem tomei a iniciativa – e você que precisa tanto de carinho. Durante minha ausência pude pensar melhor e à medida que a saudade aumentava, mais claramente se apresentava diante de mim a situação de fato. Cada vez mais eu fazia com que você se afastasse de mim. Eu voltava cheio de planos e com a firme decisão de me modificar. Quanto mais eu chegava de casa mais aumentava o medo, em mim, de que quando você me visse, apesar de todos os presentes que lhe trazia, não me abraçasse. No entanto foi um gesto seu de carinho que me saudou naquele dia. Ritinha, devo-lhe uma soma enorme de carinhos,
....
Quero que você saiba a alegria imensa que senti quando você, da última visita me abraçou e me beijou. Você começa a me ensinar como ser carinhoso, principalmente com crianças. Acho que alegrias maiores virão. Um dia antes de vocês virem nos visitar eu tive um sonho muito bonito no qual você me chamava de papai. Tenho grandes esperanças que este sonho se torne realidade. Um beijo do seu padrinho Juarez.
P.S. Logo que sairmos da prisão nos iremos descansar uns dias no campo, onde você terá a liberdade de fazer o que bem entender, em recompensa destes dias amargos que você tem passado.

Carta que Gilberto escreveu à filha no seu aniversário de 7 anos. Pai e filha estavam presos

"A Ritinha tem apenas 7 anos de idade e está presa, juntamente com sua mãe e seu padrinho, pelo governo. É uma ameaça à segurança nacional. Hoje, 1º de abril (seu 7º aniversário), decorridos mais de três meses, você vem me visitar no "presídio da morte", para onde fomos transferidos. Apesar de sua proximidade, pois você se encontra numa outra prisão, a enfermaria da polícia militar de Alagoas, a uma quadra de onde me encontro, todas as dificuldades são encontradas para que você não venha ver-me"

Álbum de família

1 e 2. Rita com 1 ano de idade, em Goiânia (GO), 1963

3. Aos 9 anos, em Goiânia (GO)

4. Em Goiânia (GO), 1974

5. Rita e sua irmã Uliana, em Brasília (DF), 1974

6. Rita (ao centro), no dia de seu casamento, em fevereiro de 1981, junto com a família

7. Rita (ao centro), com a família: a irmã Uliana (primeira à esquerda), sua filha Maria Tereza e seu irmão Juarez, em Goiânia (GO), 1990

1

2

3

4

5

6

7

Rosemary Reis Teixeira

nasceu em 26 de março de 1944, em Goiânia (GO). Filha de Maria Reis Resende e Joaquim Resende Barros. Em agosto de 1962, conhece Gilberto Franco Teixeira, com quem começa a se relacionar (o casal segue junto até os dias atuais). Influenciada pela militância do avô, Pedro Doca, que foi do Partido Comunista, iniciou sua militância na Juventude Estudantil Católica (JEC), em 1963.

Depois, passou a militar na organização Ação Popular. Em 1965, ingressa no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goias (UFG). Em março de 1967, com o acirramento da repressão, Rosemary e Gilberto casam às escondidas e entram para a clandestinidade. Em abril do mesmo ano, o casal e a filha adotiva Rita vão viver em Pariconha, interior de Alagoas. Lá, Rosemary passa a usar o codinome de Rosa e Gilberto assume o codinome de Juarez Echeverria. Em Pariconha fazem trabalho de base com os camponeses do sertão alagoano. Rosemary atua na alfabetização de camponeses por meio do método Paulo Freire e na politização das mulheres da região. Em dezembro de 1968, é presa junto com sua filha e com Dodora Arantes e seus dois filhos. Seu marido também é preso. Após cinco meses de prisão, voltam para Goiás e seguem na vida na clandestinidade.

Em maio de 1971, nasce a segunda filha do casal, Uliana Reis Teixeira. Nessa época, Rita estava com 11 anos. No mesmo ano Rosemary retorna à faculdade, onde é impedida de colar grau com a turma sob o argumento de que o histórico escolar dos dois primeiros anos não foi encontrado. A colação de grau ocorreu somente em 1988 quando, depois de anos de busca, um amigo professor encontrou os referidos documentos "esquecidos" em uma gaveta da universidade. Em 1982 nasce o terceiro e único filho homem do casal, Juarez (nome escolhido em homenagem ao pai Gilberto por sua atuação política com esse nome na clandestinidade). Juarez viveu 10 anos e faleceu em em 1992. Hoje, Rosemary é servidora pública estadual aposentada.

Gilberto Franco Teixeira

nasceu em 18 de junho de 1941, em Goiânia (GO). Filho de Anita Lombardi Teixeira e Adolpho Sindulpho Teixeira. Militante do movimento estudantil secundarista do Liceu de Goiânia. Em 1963 inicia a militância na JEC junto com sua companheira Rosemary. No ano seguinte, ingressa na Faculdade de Direito da UFG. É eleito presidente do centro acadêmico XI de Maio, onde atua intensamente.

Com o golpe militar de 1964, participa da luta do movimento estudantil contra a intervenção Federal em Goiás e a destituição do Governador. Em 1965, é preso em São Paulo com mais 13 militantes da Ação Popular e levado ao DOPS. Em 1966, é decretada a prisão de Gilberto em função de sua atuação no XI de Maio da Faculdade de Direito. Assim, interrompe o curso e entra para a clandestinidade para evitar a prisão.

Depois do período de trabalho de base junto aos camponeses de Pariconha e da prisão, já de volta a Goiás, Gilberto volta à universidade e termina o curso de direito.

1

2

3

A-10 O JORNAL ESTADO MACEIÓ, TERÇA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 1996

Pariconha: luta, prisão e tortura

Gilberto Franco, o "Juarez Echeverria", relembra o treinamento marxista no sertão alagoano em plena ditadura

4

1 e 2. Fichas e fotos de Rosemary e Gilberto nos órgãos de repressão

3. Reportagem sobre a militância do casal em Pariconha (AL)

4. "Esta foto foi tirada em meados de 1984 portanto 16 anos após termos sido arrancados daquele lugar pela repressão. Quando resgatamos o nosso direito de 'ir e vir' voltamos à Pariconha para rever o povo e o lugar. É difícil expressar em palavras a emoção sentida. Foram três dias de intensa movimentação. A mulher que está na foto abraçada comigo é a Maria Rosa do Nascimento conhecida como 'Maria do Antônio Agostinho' que eu vi sair da obscuridade, se alfabetizar em nossas aulas noturnas e se transformar em líder das mulheres de Pariconha, juntamente com 'Helena de Moça' (que está na foto, na porta do Clube de Mães, de blusa vermelha). Elas levaram em frente o trabalho iniciado naquele tempo, com a garra que somente mulheres forjadas na adversidade são capazes de ter", diz Rosemary Reis

“Vivi as dificuldades da minha filha como se fossem minhas”

por Rosemary Reis Teixeira

O ideal de uma pessoa jovem é muito forte. Eu era jovem e possuía essa força. Desejava mudar, corrigir erros, fazer justiça. Lutar por um mundo melhor, eliminar as diferenças. Ver pessoas desprotegidas doía na minha consciência de jovem idealista, que acreditava ser possível transformar a sociedade e viver em um mundo mais justo.

Em função da repressão advinda da ditadura militar, eu e Gilberto [Gilberto Franco Teixeira] tivemos de optar por deixar a vida normal e viver na clandestinidade. Isso naturalmente acarretou mudanças radicais para nós e para nossa filha.

Nessa época, Rita era uma menina de 5 anos, saudável, alegre, vivia em Goiânia, em um porto seguro. Rodeada por uma família grande, muitos primos da sua idade, amigos.

Com a ditadura, para sobreviver à repressão, nós, Gilberto e eu tivemos que adotar outra identidade: “Juarez e Rosa”, e nos mudamos para o sertão alagoano.

Essa mudança de vida, o convívio com pessoas muito pobres (camponeses sem terra e sem o mínimo necessário à sobrevivência) foi o lado bom, o lado benéfico de toda essa história. Aprendi muito nessa época, principalmente em termos de relacionamento humano. Por incrível que pareça, aprendi com a Rita, a criança que imediatamente se integrou com todos, com a criançada do lugar, com a pobreza, com a alimentação diferente e escassa. Aprendeu a brincar com as coisas que o lugar oferecia. Para crianças, não existem fronteiras ou obstáculos para se viver com as diferenças, seja de cor, religião, situação econômica e social. A relação social é profunda, pura, sincera. Eu já me norteava por esses princípios, mas vi através da Rita que a prática vai muito além da teoria, tudo é muito simples e verdadeiro. Se nós, adultos, aprendêssemos mais com as crianças, certamente teríamos um mundo melhor.

Se eu pudesse, falaria somente do lado bom da história mas não seria a história verdadeira. O estrago foi muito grande. A repressão militar destruiu sonhos e projetos de vida que previam uma vida digna para todos. Causou muitas feridas e deixou muitas cicatrizes.

Minha experiência de mãe nessa época foi muito sofrida. Sofri por ver a Rita passar por situações que foram frutos da minha escolha. Eu escolhi lutar por uma sociedade mais justa e sabia que isso envolvia risco, mas o ideal nos movia para a frente e o filho é parte de nós, não tem como separar a vida de pais e filhos.

O instinto de proteção de uma mãe não tem limites e eu me via impedida de exercê-lo, impotente numa prisão com a minha filha sem saber o que poderia acontecer no dia seguinte. A solução foi viver um dia após o outro tentando minimizar o sofrimento da criança com um suprimento muito grande de carinho, paciência, dedicação. Foi uma experiência muito difícil. Quando a Rita dormia, eu podia extravasar os meu próprios sentimentos: medo, angústia, ressentimentos, impotência, receios. Apareceria uma doença amanhã? O dente doeria? E se os militares tirassem a menina de mim? Ou me levassem para longe dela? Nossa família em Goiânia não sabia da nossa prisão porque fomos presos com outra identidade. Não havia como esperar ajuda. O que restava era apreensão e temor, dia após dia. Se os militares descobrissem nossa verdadeira identidade tudo poderia piorar ainda mais.

O pai da Rita, Juarez (Gilberto) também preso em outra unidade carcerária, conquistou a confiança de um agente e através dele conseguiu uma advogada para nos defender. Essa foi a fagulha de luz diante daquele futuro incerto. É com agradecimento e grande carinho que falo dessa jovem advogada, destemida, valente, que sem obter qualquer vantagem financeira evitou que o pior acontecesse. O nome dela é Maria Ligia Januzzi Jablonca.

Após cinco meses de prisão, conquistamos a liberdade, mas não o direito à vida normal, pois tivemos que viver com várias restrições por mais alguns anos. Tive, como mãe, que lutar para ajudar minha filha a vencer seus medos, inseguranças, limitações, inclusive na aprendizagem escolar pois ela somente se alfabetizou aos 9 anos de idade.

Muitas coisas ainda poderiam ser ditas, pois a missão de uma mãe é ver o filho se realizar como pessoa e o trabalho para alcançar esse objetivo nos acompanha durante toda a vida.

Vivi as dificuldades enfrentadas pela minha filha como se fossem minhas. As conquistas eu partilhei com ela na mesma intensidade. Em tempos difíceis, vivemos momentos muito marcantes. Devo registrar aqui um desses momentos. Faço uma homenagem à solidariedade humana.

A solidariedade é um sentimento que penetra fundo na alma e que vive para sempre em quem foi beneficiário dela. Eu vivi essa experiência.

Ao sair da prisão fui orientada a seguir para São Paulo com minha filha e encontrar, nessa cidade, em uma determinada praça, a pessoa que me ajudaria naquele momento. Eu estava frágil e desorientada após cinco meses de prisão e tinha pouquíssimo dinheiro. São Paulo, em 1969, vivia seus piores momentos de repressão.

Sentada em um banco da praça com minha filha, vi se aproximar de nós e se apresentar, aquele homem alto, de olhar bondoso que me inspirou confiança. Seu nome era João. Tempos depois soube que se tratava do Paulo Stuart Wright, ex-Deputado Federal pelo Paraná, torneiro mecânico e líder operário que estava sendo caçado por toda a cidade. Andamos a pé por um longo tempo e nos lugares onde o clima de guerra se acalmava ele carregava a Rita no colo e demonstrava a ela todo o seu carinho. Em outros momentos, ele caminhava à frente e nos orientava a segui-lo à distancia até chegarmos à casa de sua irmã onde nos deixou em segurança.

Essa lembrança me emociona muito, principalmente por saber que pouco tempo depois ele foi preso e torturado até a morte. Deixo minha homenagem ao grande homem Paulo Stuart Wright que muito lutou pelo povo brasileiro.

Hoje estamos aqui, vivas, minha filha Rita e eu, para contar essa história. Quantos ficaram pelo caminho, quantos tiveram seus sonhos rompidos, quantas vidas perdidas.

Dizem que o tempo cura todos os pesares. Acredito que as feridas provocadas pelas atrocidades da repressão nos tempos da ditadura permanecerão abertas para sempre na lembrança de todos aqueles que foram atingidos, seja pela perda da liberdade, pela infância roubada ou pela morte prematura de muitos cujos familiares não tiveram sequer a chance de enterrá-los com a dignidade que o ser humano merece.

“Por que você é tão tristinha?”

por Marta Nehring

Eu nasci em janeiro de 1964, o ano do Golpe. Minha mãe, à época, tinha 20 anos e estudava Ciências Sociais na USP, que nessa época ficava ainda na Maria Antônia. Meu pai, também jovem, trabalhava na *Pfizer*, como técnico industrial e fazia pós-graduação em Economia, na USP. Ambos eram de esquerda e militavam juntos, porém apenas o meu pai partiria para a luta armada.

Minha mãe teve uma criação liberal. Meu avô era um livre pensador, foi dono de livraria. E a minha avó, que tivera um pai repressor e violento, teve por princípio jamais levantar a mão para os filhos. Juntando os dois lados, resultou que eles cultivaram a irreverência como modo de ser. Tanto, que o meu tio João, irmão mais velho da minha mãe, também entraria para a guerrilha. Já na família do meu pai o espírito era outro. Minha avó vinha de uma história triste, perdera o marido cedo, quando meu pai tinha apenas 3 anos de idade – ele era o primogênito. Meu avô paterno morreu num desastre aéreo na Baía da Guanabara, deixando minha avó viúva e grávida do terceiro filho. Aliás, toda vez que eu pouso no aeroporto Santos Dumont, morro de medo.

“No que diz respeito à repressão política, não me lembro de nenhum evento especialmente traumático. Ainda assim, até hoje tenho pesadelos horríveis”

Enfim, nasci e logo depois veio o Golpe. De forma que minha infância foi ligada à trajetória política dos meus pais e esta, por sua vez, à trajetória da ALN – Ação Libertadora Nacional. Inclusive, se eu tenho algum avô paterno, é o Toledo, Joaquim Câmara Ferreira, que estava sempre em casa e a quem reencontramos em 1969 em Havana, Cuba.

No que diz respeito à repressão política, não me lembro de nenhum evento especialmente traumático. Ainda assim, até hoje tenho pesadelos horríveis. Com frequência acordo – anteontem mesmo aconteceu – com a certeza de ter alguém no quarto. Depois fiquei sabendo que, numa das vezes em que a polícia esteve em casa, revirando tudo, entraram no quarto onde eu dormia, acho que devia ter uns 4 anos. E me lembro, na mesma época, de chegar na vila onde a gente morava, no Itaim, e as crianças virem correndo me contar que a polícia tinha estado na minha casa. Teria sido quando meu pai foi preso? Não sei se tem a ver, mas o fato é que até hoje acordo com essa sensação de ter alguém estranho no quarto.

No meu aniversário de 5 anos, meu pai conseguiu sair da prisão – ele foi liberado, por alguma razão. Tinha uma festinha na casa da minha avó e eu me lembro dela chamando “Marta, tem uma surpresa para você”. Ela me levou até o andar de cima e lá estava meu pai. Guardo a imagem dele ali, de camisa vermelha, sorrindo, pronto para me abraçar.

Marta e sua mãe Maria Lygia em Cuba, 1970

Depois só fui revê-lo em Cuba, para onde partiu ao fugir do Brasil. Ele fazia treinamento militar e minha mãe e eu fomos para lá, também. Mas mesmo em Cuba, nós demoramos para encontrá-lo, pois ele estava nas montanhas e nós em Havana. Lembro de uma ou outra cena com ele e de sua preocupação em me passar valores éticos: o que é certo, o que é errado; cuide de suas coisas; ajude a sua mãe; não dê trabalho; faça a sua ginástica; limpe os seus lápis de cor; não misture as cores da aquarela. Aliás, a aquarela eu guardo até hoje e os lápis de cor também. Acredite! Todos limpinhos. E assim o que mais lembro dele é essa tentativa – hoje entendo – de ser pai. No meio daquela correria toda, ele tentando me dar um norte.

E teve aquele episódio no Malecón – para quem não sabe, o passeio à beira-mar de Havana. Como estava programado que meu pai voltaria ao Brasil, para retomar a luta, ele deveria mudar de identidade: "Teu pai vai aparecer disfarçado", me disseram. E toca minha mãe, eu e mais um cubano (cujo nome esqueci), esperando meu pai. E aí vinha vindo um negão de "dois metros e meio" e os adultos brincavam: "Ah, esse é o teu pai". Detalhe: o meu pai era loiro de olho azul. Eles se divertindo à minha custa. Eu ficava olhando "Não. Não é o papai". Aí vinha um anão, "Esse é o teu pai". Não foi só tragédia. Pensando bem, até que podia ser muito engraçado. E, de repente, para minha surpresa, apareceu meu pai ali na calçada... A única diferença era o cabelo pintado de preto.

Finalmente ele viajou e mandou cartas dos países por onde passou antes de aportar no Brasil, Checoslováquia e depois Itália. A gente não sabe exatamente a data na qual ele desembarcou no Rio, mas sabemos que, na noite em que foi assassinado, eu tive uma febre muito grande e fui parar no hospital, ainda em Havana. E essas coincidências marcam.

A bem da verdade, ultimamente tenho pensado muito sobre quem era meu pai e o tamanho da dor de tê-lo perdido, sobre o que significou ter crescido sem pai. E apesar de ter negado essa dor a vida inteira, porque fui adestrada a não me fazer de coitadinha, a seguir adiante e olhar para frente, hoje me deparo com um rombo enorme. Talvez o mais terrível seja que nunca me permiti sequer imaginar o que teria sido nossa vida se meu pai não tivesse morrido. Esse é o legado mais estranho: perdi o espaço do sonho. É certo que a morte do meu pai é uma questão de Estado: foi morto porque combateu um regime ditatorial. Mas mesmo assim, sem ele... A vida ficou mais árida.

> "Tenho pensado muito sobre quem era meu pai e o tamanho da dor de tê-lo perdido, sobre o que significou ter crescido sem pai"

Tempos depois do meu pai voltar ao Brasil, clandestino, minha mãe e eu fomos para a França. Ele foi assassinado quando nós ainda estávamos em Cuba, conforme falei, mas não soubemos. Foi enterrado pela repressão no cemitério da Vila Formosa, com nome falso. A polícia só contou da sua morte meses depois, quando já estávamos na França, o reconhecimento foi feito por meio da arcada dentária, não permitiram autópsia. Lembro da minha mãe e da minha avó chorando e eu, na verdade, acho que estava confusa, não entendia direito, pois chorávamos um morto que já estava ausente há meses e sem um corpo do qual eu pudesse me despedir .

Aí começou o exílio e... Sei lá, eu tinha que me adaptar, ponto. Tempos depois o socialista Salvador Allende foi eleito presidente e lá fomos nós para o Chile, minha mãe, o segundo marido dela e eu. O Chile era pertinho do Brasil, a família poderia nos visitar e os telefonemas seriam bem mais baratos. Hoje parece ridículo, mas, na época, para fazer uma chamada internacional tinha que pedir para a telefonista e esperá-la completar a ligação, o que podia demorar horas. Enquanto isso, ficava todo mundo de plantão ao redor do telefone de *bakelite*. Quando finalmente o lado de lá atendia, tinha que falar rápido, porque era muito caro. De forma que ligar para o Brasil era ao mesmo tempo uma glória e um tormento: só dava pra dizer "Vovó, tô com saudade" e tinha que desligar. Era um negócio de louco. Acho que o mais excruciante, durante o exílio, foi a saudade da família, que ficara no Brasil, e do meu pai. Foi horrível. Mas eu me adaptei e afinal fui feliz, aprendi várias línguas, fiz amigos nas escolas que frequentei. Então veio o Golpe de 1973 e tivemos que fugir do Chile.

E assim voltamos para a França. Era adaptação o tempo todo: língua, escola, colega, vizinhança. Mas eu também fui feliz nesse retorno à Europa. Primeiro, era ótima aluna e querida pelos meus colegas. Ademais, ser exilado político era bem-visto, eu não precisava mentir sobre minha identidade, podia dizer que meu pai era um guerrilheiro que morreu na luta contra os fascistas. Os pais dos meus coleguinhas achavam o máximo: "Oh, que legal! Ela é filha de guerrilheiro". Mas eu acalentava o sonho de voltar para o Brasil. Tinha muita, muita saudade da minha família. E mesmo sendo bem quista, continuava sendo estrangeira. Cheguei a brigar na escola com uma menina xenófoba. Em suma, o exílio não era só glória, também havia aqueles que não iam com a sua cara porque você era brasileira e, pior ainda, filha de comunista.

Voltamos para o Brasil em 1975, ainda durante a ditadura. Para minha enorme decepção, foi quando a coisa realmente ficou horrível. A começar, não podia dizer quem eu era. Tinha que mentir que meu pai havia morrido num acidente de automóvel e que éramos uma família de diplomatas, daí morarmos no exterior. Se alguém perguntasse mais alguma coisa, mudava de assunto.

Pra completar, em 1974 teve a Revolução de Abril, em Portugal, que acabou com a ditadura do Salazar e libertou as colônias. Um momento histórico maravilhoso, sem dúvida, porém que redundou na vinda a São Paulo de levas de direitistas egressos tanto de Portugal quanto da África. Ou seja, não só eu não podia contar quem eu era, como

tinha que aguentar na minha classe angolanos, moçambicanos e portugueses brancos de extrema direita, que eram vistos como “os coitadinhos obrigados a abandonar suas casas por culpa dos comunistas”. E havia aquele clima opressivo de ditadura, que é tão difícil de explicar para quem não viveu. Esse “não poder dizer quem se é” fica terrivelmente entranhado na gente.

Logo minha mãe passou a escrever no *Movimento* e no *Em Tempo*, que eram jornais de esquerda. A AAB (Aliança Anticomunista Brasileira) mandou para ela cartas ameaçando a mim, caso não parasse com a militância. Então ela achou por bem me botar numa escola de rico, acreditando que ali eu estaria protegida. E lá fui para o Nossa Senhora do Morumbi – antigo *Des Oiseaux* – um colégio de freiras onde o pesadelo bateu o auge, porque convivi com a juventude do milagre brasileiro endinheirado, para quem a ditadura era uma glória. Enfim, eu era a pessoa errada no lugar errado.

No primeiro colegial me transferi para o Colégio Palmares, que pelo menos era uma escola de esquerda, onde os professores sabiam mais ou menos quem eu era, o que facilitou muito minha vida. Lá eu estudava com os filhos da Dodora, o André e a Priscila Arantes. Mas a gente sequer se cumprimentou no intervalo ao longo dos dois anos em que estudei lá! Eram tão sérias as regras de segurança, era tanto o medo, que nunca trocamos uma palavra. Inclusive, eu evitava contato para não ser vista perto deles, e vice-versa, acho eu. Convém deixar claro, eu não me sentia perseguida. Eu me sinto, até hoje.

Mas as obrigações dessa quase clandestinidade não eram uma imposição. Era uma questão de sobrevivência. Em Cuba, por exemplo, eu tive nome falso, Sofia, e passava por portuguesa. De tal forma que – eu descrevo esse episódio no filme *15 Filhos* – eu fui capaz de encontrar meu pai no elevador do hotel em que morávamos e fingir que não o conhecia. Eu tinha apenas 5 anos de idade. No hotel, quando as pessoas falavam comigo em português, eu respondia em espanhol. Na época, tudo isso me parecia muito natural.

Mas voltando ao Brasil, o fato é que sobrevivi. Mas é difícil avaliar o quanto isso custou... Eu era menos alegre que os meus colegas, não conseguia ter aquela coisa que brasileiro tem, de abraçar todo mundo. Sentia-me terrivelmente francesa. Primeiro,

“A Aliança Anticomunista Brasileira mandou uma carta à minha mãe ameaçando a mim, caso ela não parasse com a militância”

Sra.

Estamos atentos a sua biografia. Esposa do bandido N. Nehring que se suicidou pela 'Causa', irmã do arquiterrorista, assassino João Quartim Barbosa de Moraes, membro do clã "Abramovitch", e [illegible] brasileiro, salvo pelo dinheiro e pelas relações. Temos acompanhado suas viagens e artigos, inclusive em órgãos do exterior. Suas amizades não a recomendam. Muito menos sua disposição de reorganizar aqui o que existe somente fora daqui. Sua missão é perigosa. Voce tem uma filha, não?
Esta é uma oportunidade. Nós também somos fora da lei, por enquanto. Saia do país. Vá passear, gastar seu dinheiro fora. Viva como uma milionária. Troque muito. A vida é boa. Não morra por causas perdidas. Não consulte psiquiatras. Eles podem ser mais perigosos que voce. Viva. Não fale disto a ninguem. Se falar a oportunidade desapareceu, voce a jogou pela janela. Se voce não pagar porque o dinheiro protege hoje, hoje sim, porque amanhã, noutro governo não protegerá, como não protegeu em 71, pagaram seus amigos. Sabemos tudo, muito mais do que lhe contamos aqui. Aproveite sua beleza. Sua boceta. E viva. Lá fora voce será uma grande intelectual. Junte [illegible] ......

AAB

A Economista
Maria Moraes
Colaboradora do Semanário Movimento
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto 625
Pinheiros São Paulo
Capital
correspondência pessoal

22 09 76

Carta enviada à mãe com ameaça à Marta Nehring

porque de fato tinha uma formação europeia, mais reservada fisicamente. Segundo, não entendia da onde vinha aquela alegria toda. Para mim era inconcebível como as pessoas podiam estar risonhas, felizes, tão abertas umas com as outras! E assim eu fui me sentindo ainda mais excluída, porque não dava conta de ser tão feliz quanto eram as pessoas ao meu redor. Eu era aquela que estava sempre de cara fechada. E isso me era cobrado: “Por que você é tão tristinha?”.

E assim fui tocando a vida até que engravidei da minha primeira filha, a Cleo, em 1991. Foi quando senti a urgência de recuperar a história do meu pai. Não foi a primeira vez que fizemos essa tentativa, claro. Por volta de 1977, estimulada pelo exemplo da família de Vladimir Herzog, que havia entrado com um processo contra o Estado, minha mãe procurou um advogado para provar que meu pai também fora assassinado. Mas este advogado nos disse que pelas vias da justiça criminal isso nunca seria possível, porque faltavam testemunhas. Ou seja, continuei com o atestado de óbito de um suicida, no qual constava que meu pai se enforcara com uma gravata fantasia no Hotel Pirajá. Continuei a carregar comigo a mentira oficial, literalmente.

Quando fiquei grávida da minha Cleo, surgiu desejo de recuperar a história da família. Cheguei a conhecer o malfadado Hotel Pirajá, que se tornara uma pensão. A pesquisa resultou num projeto de filme, no qual contaria a história do meu pai: *Procura-se uma Testemunha* era o título. Mostrei o roteiro para meu querido padrinho Juca Kfouri, que deu a dica: o mais interessante seria contar a história para os jovens, que ignoravam o que acontecera durante a ditadura militar. Engavetei o projeto, mas o roteiro acabou sendo útil como o primeiro passo para a realização do dossiê sobre meu pai, que anos depois encaminhamos para a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

A criação dessa Comissão Especial, em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, marcou uma nova etapa da recuperação da verdade: ganháramos um foro para avaliar os crimes cometidos pelo Estado, num regime de exceção. Logo depois de os integrantes serem nomeados, tornou-se necessária uma pressão pública para que sua atividade fosse efetivada. Aliás, como está acontecendo em relação à Comissão da Verdade, com as devidas diferenças: a sociedade pressionando o governo por resultados.

Assim foi que a minha mãe organizou um evento na UNICAMP, “A Revolução Possível”, para acender o debate. Estavam lá organizações de direitos humanos, familiares dos mortos e desaparecidos, ex-guerrilheiros etc. Eu fiquei a cargo de montar uma mesa para debater a questão dos filhos. O que era um problemão, porque eu só dispunha das minhas memórias de infância. Quem tinha o que dizer eram nossos pais, que haviam optado pela luta e poderiam fazer um balanço da situação.

> “Por volta de 1977, estimulada pelo exemplo da família de Vladimir Herzog, que havia entrado com um processo contra o Estado, minha mãe procurou um advogado para provar que meu pai também fora assassinado”

Foi aí que entrei em contato com a Maria Oliveira, filha de um casal de ex-presos políticos, Eleonora Menicucci e Ricardo Prata. Maria e eu éramos do mesmo grupo de amigos, a gente já tinha até passado férias na Bahia, na mesma pousada. Os amigos comentavam em baixa voz, para mim, que ela tinha uma história parecida com a minha. E eu sabia, pela minha mãe, que era filha de presos políticos. Do lado da Maria, acho que foi a mesma coisa. Mas, entre nós, nunca tocamos no assunto. O engraçado é que os amigos ficavam discretamente espiando quando a gente conversava, para ver se saía “aquele” assunto, e as duas mudas. Porque essas coisas de clandestinidade, de sigilo, elas colam. Não tem como sair falando.

Mas enfim, quando surgiu a necessidade de organizar a mesa para debater a questão dos filhos, fui procurar a Maria porque a gente “tinha aquela história em comum” e ela trabalhava efetivamente com cinema. Decidimos gravar depoimentos de vários “filhos” e depois editar para, quem sabe, juntando as memórias, que a gente conseguisse passar para as pessoas da plateia algo que resultasse no retrato de uma experiência comum – que nós mesmas não sabíamos qual era, pois cada uma vivera “aquele história” no mais absoluto isolamento.

Mas uma coisa era certa: todo mundo tinha as suas memória de infância. Contudo, a memória é uma coisa tortuosa e nem eu, nem a Maria, íamos sentar diante da plateia para falar das nossas pequenas lembranças. Era necessária uma síntese. O primeiro passo foi fazer uma autoanálise: o que, das nossas infâncias, tinha a ver com a opção política dos nossos pais? Ou seja, nós tentamos descobrir o que era específico da nossa experiência sendo a Maria filha de ex-presos políticos e eu de um guerrilheiro assassinado, que vivera o exílio.

O pessoal da Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, sobretudo a Amelinha e a Crimeia, nos ajudou a contatar outros “filhos”. Gravamos com quem pôde ir nos dois dias de estúdio que a Maria conseguiu emprestado. Optamos por fundo neutro e exibir em preto e branco, para uniformizar ao máximo a imagem, aplainando as diferenças de tipo físico, cor da roupa, cenário de fundo etc. A proposta foi anular as diferenças para destacar as falas e, assim, constituir um corpo de depoimentos capaz de reproduzir uma experiência comum. E aí saiu o *15 Filhos*, o filme que não era pra ser filme, que foi exibido em março de 1996 na UNICAMP, e depois percorreu o mundo e ganhou prêmios.

Eu comecei este depoimento falando sobre a dor, o trauma, o buraco. O *15 Filhos* foi o momento no qual os “filhos” descobriram que tinham uma experiência coletiva. Faziam parte da mesma tribo. Para mim, foi o primeiro passo em busca da minha identidade, porque

ficava sempre a dúvida: eu era “tristinha” porque nasci assim, ou como resultado da clandestinidade, exílio etc.? É muito difícil separar o que é da índole e o que é da vida. Tem gente que é tímida. Tem gente que é bom aluno. Você não é tímido e bom aluno porque o teu pai morreu na tortura, entendeu?

Quer dizer, qual era a minha identidade? O que era meu e o que era da história? Realizar o *15 Filhos* ajudou muito. E acho que foi um passo importante para entender que a gente, apesar de não ser ativa na história – a gente era “filho” –, temos um legado difícil de administrar, exatamente porque ele independeu da nossa escolha. Na verdade, o *15 Filhos* foi um tremendo alívio. Pelo menos para mim, toda vez que assisto o filme fico alegre, é uma angustia a menos: “Ok, eu não estou mais sozinha. Eu faço parte desse grupo. Essa é a minha turma”. Não sou o único ET. Têm vários etezinhos espalhados por aí.

Mas é um processo. E se nem todo processo é lento, esse em todo caso o foi, e ainda está em curso. Após mais de trinta anos de terapia, descobri que carrego em mim dor e violência que não consigo processar. Tendo a crer que ter vivido uma infância assombrada por uma instância arbitrária a ponto de matar meu pai, me expôs a uma tremenda fragilidade e potencializou todos os medos. E talvez a pior sequela dessa violência seja a própria violência que sinto em mim agora. A verdade é que eu não aceitei o que foi feito à minha família. Se engoli, não digeri.

Hoje, leio minha dor e minha tristeza no olhar das minhas filhas, toda vez que entro em erupção. Tanto, que não precisou muito para convencê-las a participar comigo das *Clínicas do Testemunho*. E para mim é muito importante que elas ouçam os depoimentos de outras pessoas do grupo de terapia como forma delas me entenderem, da mesma forma como eu preciso do olhar delas para me entender.

Outro dia minha filha caçula, Sofia, me mostrou a biografia do advogado e poeta Luiz Gama, que estava lendo para a escola. Ali consta que a mãe do Luiz Gama manteve ra a religião africana, recusando-se a ser batizada. Era uma revolucionária nata, aliou-se à *Revolta dos Malês* e à *Sabinada*. Quando Luiz Gama tinha cerca de 10 anos de idade, ela foi deportada para o Rio e, ao que parece, presa quando fazia um ritual de candomblé. Desde então desapareceu, junto com os demais participantes do ritual. A verdade é que desaparecido político, nesse país, tem faz tempo. Mas Luiz Gama logrou superar a dor e foi ser advogado, mesmo sendo negro em tempos de escravidão. Se hoje não é fácil, imagina naquele tempo?

> “O *15 Filhos* foi o momento no qual os ‘filhos’ descobriram que tinham uma experiência coletiva”

Mas porque estou falando da questão da violência nestes termos? Porque a violência, para nossa sociedade, não é um detalhe. A cada geração somam-se os “desaparecidos” da repressão gerada por um Estado que tem por prática perpetrar o terror, de uma polícia que tortura e some com as pessoas, e o pior é que muitas vezes o policial também é negro, também é bisneto de escravo e carrega dentro de si uma violência que ninguém, no fundo, consegue engolir, quem dirá digerir. E assim vamos, tentando ser felizes. Afinal, não é o samba filho da dor?

Essa é, acho eu, a natureza profunda da violência que está aí a nos assombrar. E é por este motivo que eu acredito que vale a pena falar disso para vocês. Porque se eu não visse em mim o horror... Talvez não conseguisse entender as suas raízes em nossa sociedade. E acredito que é algo que merece ser olhado, a fundo, se pretendemos fazer do Brasil um país melhor para se viver.

MARTA NEHRING nasceu em São Paulo, em janeiro de 1964, filha de Norberto Nehring e Maria Lygia Quartim de Moraes. Estudou literatura e cinema, trabalha como roteirista de cinema e televisão.

Cenas do documentário 15 Filhos, *de* Maria de Oliveira *e* Marta Nehring, *que retrata a época da ditadura militar no Brasil por meio da memória dos filhos de miltantes presos, mortos e desaparecidos*

1

2

3

Álbum de família

1. Norberto Nehring, morto em 24 de abril de 1970
2. e 5. Marta e a mãe Maria Lygia, em São Paulo, 1964
3. Marta e o pai Norberto, em São Paulo, 1964
4. Ficha de Norberto do DOPS
6. O casal Norberto e Maria Lygia com Marta, em São Paulo, 1964

5

6

4

JC

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Cutis
Cabelos
Bigode
Olhos
Estatura
Marcas

Ficha n.º
Data 13.1.69
Nome: NORBERTO NEHRING - VIDE VERSO
Vulgo:
Prontuário Delegacia n.º 145.771-
Prontuário geral n.º
Atividade: - F A L E C I D O -

Filiação: — Pai: WALTER NEHRING Mãe: NICE M. CARNEIRO NEHRING
Idade: 28 anos. Nascido em 20 de SETEMBRO de 1.940 Sexo: MASCULINO
Nacionalidade: BRASILEIRA Natural de S.PAULO-CAPITAL
Estado civil: CASADO Profissão: PROFESSOR

Ordenado: NCr$ Local de trabalho:

Residência: RUA PARTICULAR, 17-VILA OLIMPIA

É sindicalizado? Sindicato e locais que costuma freqüentar:

Norberto Nehring nasceu em 20 de setembro de 1940, em São Paulo (SP). Era o filho mais velho de Walter Nehring e Nice Monteiro Carneiro Nehring. Morto em 24 de abril de 1970. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Era economista e professor da Universidade de São Paulo. Maria Lygia Quartim de Moraes, sua esposa, escreveu uma pequena biografia a seu respeito:

Norberto ficou órfão de pai muito cedo, mal chegara aos 4 anos. Foi criado, assim como seus dois irmãos menores, pela mãe e pelos avós maternos (...)

Uma pessoa marcante na sua adolescência foi um vizinho, judeu-comunista e empresário, Simão, que lhe revelou as atrocidades nazistas e o despertou para a causa do socialismo. Norberto sempre foi interessado e aplicado. Estudou nas boas escolas públicas da época. Terminando o ginásio, optou por um curso técnico de química industrial no Mackenzie que lhe possibilitasse trabalhar enquanto seguiria os estudos universitários à noite.

Norberto foi meu primeiro namorado, aos 16 anos. Juntos começamos a participar da vida intelectual nos primeiros anos da década dos sessenta (...)

Em 1963, começa nossa vida adulta: Norberto já trabalhava, entramos ambos na USP (ele, Economia, e eu, Ciências Sociais) e nos casamos. Em janeiro de 1964 nasceu Marta (...)

Mas 1964 também trouxe tristezas: o golpe militar de 1º de abril. (...) Tínhamos ingressado no PCB assim que entramos na faculdade.

Filiei-me primeiro, o que era fácil, na medida em que a esmagadora maioria dos meus colegas já pertenciam ao PCB. Na Faculdade de Economia as coisas eram bem mais complicadas: a esmagadora maioria do corpo docente era de direita. (...) Foi através do marido de uma colega minha, que por coincidência era colega de Norberto, que o contato com o PCB concretizou-se (...)

Norberto militou no PCB até a ruptura do grupo Marighella – passou, então, a fazer parte do grupo que trabalhava diretamente com Joaquim Câmara Ferreira, "Toledo" ou "Velho", na coordenação da ALN em São Paulo. (...) Especialmente dotado para matemática, Norberto se distinguiu na faculdade recebendo várias ofertas para ser instrutor (...)

Uma vez formado na USP (...), começou imediatamente a trabalhar em planejamento econômico, no Grupo de Planejamento Integrado – GPI, um dos primeiros do gênero, formado por economistas e arquitetos competentes (...)

Ao mesmo tempo, sua militância na ALN intensificava-se. Integrava o grupo da "casa de armas", dado seus conhecimentos de química e a enorme confiança pessoal que nele depositava a coordenação da organização (...)

Na manhã do dia 7 de janeiro de 1969 uma cena insólita perturbou a tranquilidade da vila em que morávamos: nossa casa foi cercada por um grupo de policiais do DOPS, que levaram Norberto preso. Logo que foi solto, após mais de dez dias na carceragem do DOPS, Norberto "passou para a clandestinidade" sabendo que voltaria a ser preso e torturado como aconteceu com todos os acusados do mesmo caso.

Muitos dos acusados estavam sendo brutalmente torturados e houve uma tentativa de suicídio numa tarde em que fui visitá-lo. Além da equipe do DOPS, Norberto foi interrogado por um "polícia federal", que já gozava de grande consideração entre os torturadores do

7

8

9

10

7 e 8. Marta em Itanhaém, litoral de São Paulo, 1967

9. Marta e Maria Lygia, Cuba, 1970

10. Marta e os pais, Norberto e Maria Lygia, interior de São Paulo, 1968

DOPS, e que veio a se tornar muito conhecido no país: Romeu Tuma.

Em abril de 1969, Norberto saiu do país com destino a Cuba. Marta e eu fomos ao seu encontro alguns meses depois. Ele retornou ao Brasil em abril de 1970, depois de uma estada em Praga, desembarcando no aeroporto do Galeão. As circunstâncias exatas de sua morte nunca puderam ser estabelecidas (...)

Ficamos sabendo da morte de Norberto na França, através de mensagem que recebi de Toledo, segundo a qual, no dia 24 de abril, um caixão teria saído da OBAN carregando Norberto, morto na tortura, nas mãos da equipe do delegado Fleury. Um dos documentos encontrados nos arquivos do DOPS/SP é uma nota à imprensa, assinada por Romeu Tuma, confirmando a versão oficial de suicídio (...)

A versão oficial é de que se suicidou, enforcando-se com uma gravata no quarto que ocupava no hotel Pirajá, então conhecido bordel de policiais no centro de São Paulo. Não foram encontrados a perícia de local, o laudo necroscópico nem as fotos do corpo.

A versão de suicídio consta no inquérito feito pelo delegado Ary Casagrande, onde há um bilhete que Norberto fizera à família. Buscando esclarecer os fatos, seu sogro foi até o hotel e lá soube que ali ninguém se suicidara. O próprio inquérito contribui para desmentir a versão oficial. Na requisição de exame, consta que teria se afogado, e no laudo necroscópico ali citado, mas nunca localizado, consta a informação de que a morte se dera por asfixia. Norberto foi enterrado com nome falso no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, mas a família foi comunicada apenas três meses depois. Após a exumação do corpo, realizaram seu reconhecimento por meio da arcada dentária, comprovando sua identidade. Seus restos mortais foram transferidos, então, para o jazigo da família.

Maria Lygia Quartim de Moraes nasceu em São Paulo (SP), em 18 de maio de 1943. Aos 8 anos de idade conheceu Norberto Nehring que foi seu maior amigo e primeiro namorado. Em 1963 casaram-se e iniciaram suas vidas universitárias. Ela cursou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP) (1963-66) e ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) também em 1963.

Marta, única filha do casal, nasceu em janeiro de 1964, antes do golpe de Estado que viria a mudar radicalmente a vida do país e de seus pais. O casal integrava a Ação Libertadora Nacional (ALN) e, em janeiro de 1969, Norberto foi preso vindo posteriormente a fugir do país. Em julho do mesmo ano, Maria Lygia e Marta foram se encontrar com ele em Cuba onde permaneceram por quase uma ano. Norberto foi preso e morto ao regressar ao Brasil, em abril de 1970.

Marta e Maria Lygia viveram no Chile até o golpe de Estado que derrubou Salvador Allende e depois foram viver na França. Retornaram ao Brasil em julho de 1975.

A partir de então, Maria Lygia adotou o nome de Maria Moraes e ajudou a criar o jornal feminista *Nós Mulheres*. Também foi jornalista na publicação *O Movimento* e uma das fundadoras do jornal *Em Tempo*.

Doutorou-se em Ciência Política pela USP (1982) iniciando sua carreira como professora universitária na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi professora da UNESP-Ar e ingressou na UNICAMP em 1993.

Publicou livros, capítulos de livros e artigos no país e no exterior. A partir de setembro de 2013, preside a *Comissão da Verdade e Memória Octavio Ianni da UNICAMP*.

"Vivi intensamente o exílio e a redemocratização do Brasil"

por Carlos Eduardo Ibrahin

Meu nome é Carlos Eduardo Martins Ibrahin. Sou filho de José Ibrahin e Tereza Cristina Denucci Martins.

Meu pai foi líder sindical e minha mãe atuou na luta armada no MR-8. Ela era do movimento estudantil, foi do grupo do Vladimir Palmeira. Eu nasci no Panamá. Era para eu ser chileno, porque fui concebido no Chile, mas como houve aquela fatalidade do golpe contra o [Salvador] Allende, meus pais tiveram que invadir a Embaixada no Panamá. E então eu nasci no Panamá.

Quando eu tinha quarenta dias de vida, fomos expulsos do Panamá e deportados para a Bélgica, que foi o país que aceitou asilo político do meu pai, da minha mãe e o meu. Vivemos ali por cinco anos, até a anistia. O primeiro marido da minha mãe foi morto na ditadura militar. Meu pai é o segundo marido dela, eles se conheceram no Chile. Minha mãe fugiu e meu pai foi trocado pelo embaixador americano. Todos vocês conhecem essa história marcante.

Meu pai começou a trabalhar com 5 anos de idade, foi engraxate. E com 14 anos foi trabalhar na Cobrasma. Fez o SENAI, e aos 16 já era diretor do sindicato. Com 20 anos, ele foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Nossa família começou a trabalhar muito cedo. Aos 10 anos, sem precisar trabalhar, eu catava jornal na vizinhança para vender para o peixeiro embrulhar peixe na feira. O Gabriel, meu irmão, também sempre teve essa consciência. Meu pai começou a luta política muito cedo. Com 20 anos de idade ele já era presidente do maior Sindicato de Metalúrgicos daquela região, de maior liderança.

> "Meu pai foi demitido por justa causa, foi preso, ficou sete meses no DOPS, torturado todos os dias, pau de arara, choque"

A estratégia dele de greve era muito singular. Ao invés dele estruturar o Sindicato, trabalhar o Sindicato de cima para baixo, ele fez ao contrário. Procurou montar Comissões dentro das fábricas. Por isso que a greve dele na verdade foi uma greve geral de metalúrgicos, porque não foi só Osasco que parou, foi Guarulhos também e outras regiões que pararam em solidariedade. Aí meu pai foi demitido por justa causa, foi preso, ficou preso sete meses no DOPS, torturado todos os dias, pau de arara, choque e etc. Foi trocado pelo embaixador americano. Foi para o México, foi para Cuba. A intenção de morar em Cuba era justamente se aprimorar na luta armada, para voltar para o Brasil. De Cuba, foi para o Chile porque a ideia dele, depois de três anos em Cuba, era aprender como é que o Allende estava trabalhando lá. E aí aconteceu o que aconteceu. Conheceu minha mãe, tiveram que ir para o Panamá. Na Bélgica ele coordenou junto com pessoas como [Leonel] Brizola e Cesar Maia, entre outros, um processo político para pressionar na redemocratização do Brasil. Desde o Chile ele já vinha fazendo isso.

Ele criou na Bélgica, junto com a Organização das Nações Unidas, a Casa Latino Americana, que tinha como objetivo abrigar, dar suporte psicológico, social e financeiro para os exilados políticos da América Latina. A partir desse trabalho, a Casa Latino Americana pôde salvar muitas vidas, trazer muitos companheiros que estavam nas ditaduras, sofrendo com perigo de morte.

Com a anistia, voltamos ao Brasil. Eu não queria sair da Bélgica. Minha mãe trabalhava no Mercado Comum Europeu, meu pai estava presidindo a Casa Latino Americana pela ONU, enfim, ganhando bem, com uma estrutura. E a Bélgica é um estado de bem estar social dos mais exemplares que existe

À esquerda, a chegada da família ao Brasil, após a Anistia de 1979

na história do mundo. Então eu não queria, mas tive que voltar. Era pequeno, tinha 6 anos.

A minha infância foi muito difícil. Primeiro, eu só consegui minha cidadania nata aos 23 anos de idade porque entrei com uma ação contra a República. Minha certidão era provisória. Para eu tirar meu título de eleitor tive que ser subversivo. Um amigo de Goiás me disse: "Aqui no Estado de Goiás tem uma cidade chamada Panamá". Então, eu tenho uma carta de identidade que diz que eu nasci no Panamá, Goiás. Só assim pude tirar o meu título de eleitor. Inclusive, por conta disso, por esse argumento eu entrei com um pedido de Anistia Política e indenização na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Por conta de o Estado ter rasgado a Constituição, o direito Constitucional, o meu direito de ser cidadão nato, eu tive que entrar com uma ação, gastei dinheiro com advogado, tudo para receber minha cidadania nata. Tanto é que minha certidão de nascimento, eu vou escanear e mandar para vocês, ela me dá a cidadania nata, mas está escrito assim, "Por força do ato tal, folha tal, folha tal, folha tal...". Quer dizer, isso foi forçado.

Isso aconteceu não só comigo, muitos filhos de exilados sofreram muito. Inclusive os nossos telefones eram grampeados pelo SNI. Até o governo Collor, a vida do meu pai e da minha mãe e a minha eram controladas. Só depois do governo Collor que isso parou. Então, toda essa conjuntura teve um impacto muito forte nos filhos dos exilados.

Quando voltamos ao Brasil, eu morei dois anos em Osasco, com meu pai e minha mãe e aí eles se separaram. Meu pai estava naquela de montar o PT e a CUT. Ele foi o Primeiro Secretário Geral do PT, e se preparava para ser candidato a Deputado Federal, nas eleições de 1982. E logo depois das eleições eu fui morar no Rio.

Meu avô [Dirceu Martins] também era uma pessoa muito politizada. Durante a ditadura militar ele foi tesoureiro chefe do Banco Central. Era uma pessoa também engajada politicamente, de um outro lado, mas engajada. Ele fazia o desenho do passaporte que vocês têm na mão hoje, porque foi presidente da Casa da Moeda, que fazia o passaporte. O que ele fazia? Ele pegava vários passaportes desmontados, levava para casa, montava direitinho e dava para as pessoas fugirem. Ele ajudou muita gente a sair do Brasil pela fronteira.

Depois, eu mesmo tive minha vida política. Fui presidente do meu Grêmio, diretor secretário-geral do DCE da PUC por muito tempo, vice-presidente nacional da juventude do PSDB durante oito anos, trabalhei muito tempo com Franco Montoro.

Minha mãe morreu em 2011. Eu resolvi dar uma parada, cuidar da minha vida pessoal. Agora em 2013 meu pai falece. Então no prazo de um ano e dez meses mais ou menos eu perdi os dois.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO- CAPITAL

Júlio Cesar Macedônio Buys II

Registrador e Notário da 1ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato.
Freguesias da Candelária, Ilhas e Santa Rita
Praia da Olaria 145, Cocotá, Ilha do Governador RJ. CEP 21910-290

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, no livro nº E 36 de transcrições, a folhas 145V, sob o termo nº 10145, consta a Opção pela Nacionalidade Brasileira de CARLOS EDUARDO MARTINS IBRAHIN do sexo masculino, nascido no dia 21 de novembro de 1973 no Distrito do Panamá - Panamá, filho de José Ibrahin e de Tereza Cristina Denucci Martins, neto paterno de Mamuth Ibrahin e de Zelina de Almeida Ibrahin e materno de Dirceu Martins e de Nilza Denucci Martins. OBSERVAÇÕES: Aos 18 de junho de 1999, em virtude de sentença do MM. Juiz Federal da 12ª Vara - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, processo nº 23297, fls.108, livro nº 22, foi feita a Opção pela Nacionalidade Brasileira.

O referido é verdade e dou fé.

Rio dfe Janeiro, 18 de junho de 1999.

O oficial ____________________

VERA DA SILVA MACHADO
1ª CIRCUNSCRIÇÃO - RCPN - CAPITAL
ESCREVENTE - AUTORIZADO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
Nº 45963

CIRCUNSCRICAO-REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO
raia da Olaria, 145 - I.do Governador - Rio de Janeiro - RJ

À esquerda, a certidão de nascimento de Carlos Eduardo

Minha mãe morreu de uma maneira que ninguém gosta de morrer, sofrendo, e meu pai morreu como um anjo, dormindo. Então, duas mortes diferentes, completamente diferentes. Mas o fato é o seguinte: eu estou disposto, com meu irmão, a dar continuidade à vida pública do meu pai, a imagem do meu pai, e eu, particularmente, tanto da imagem do meu pai quanto da minha mãe. Dar continuidade ao trabalho que ele estava fazendo.

Minha mãe, Tereza Cristina Denucci Martins, foi guerrilheira, sabia atirar como ninguém. O primeiro marido dela, Paulo Bastos, foi morto na ditadura, jogado vivo na Baía de Guanabara. Isso criou uma confusão muito grande porque eu não consegui minha certidão de nascimento de primeira mão, que era a provisória. Porque o primeiro marido da minha mãe era considerado vivo. Estava morto. E o meu pai era considerado morto e estava vivo. Logo, eu seria filho do Espírito Santo. Então eu só consegui a cidadania provisória depois que saiu o atestado de óbito do primeiro marido da minha mãe. E até então eu tinha já uns 10 anos de idade. Ou seja, até os 10 anos de idade eu não existia, entendeu? Hoje, eu tenho 39, mas eu não tenho 39, eu tenho 39 menos 10, que só com 10 anos eu passei a existir.

Estamos dispostos a continuar essa luta, não só na Comissão da Verdade, mas no Movimento Sindical e no Movimento Partidário. Meu pai atuou em três focos: Movimento da Organização Social Civil, redemocratização e Partido Político. Ele foi filiado ao PT, PDT e o último partido no qual ele militou foi o PV. Foi fundador, por exemplo, junto comigo do CEAT, que é o Centro de Atendimento ao Trabalhador. Durante muito tempo meu pai foi Secretário Geral do Conselho Consultivo do CEAT. Tinha esse trabalho na área das organizações não governamentais, e tem todo o trabalho internacional do meu pai. Até hoje ele é o sindicalista mais conhecido no exterior.

Meu pai foi vice-presidente da Comissão de Educação para o Trabalho na OIT. Teve uma atuação grande na disseminação do trabalho digno. Eu também tive a oportunidade de contribuir nisso. Quando eu trabalhei no governo Marcelo Alencar, fiz parte da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil no Rio de Janeiro e consegui mandar prender muita gente que fazia trabalho escravo no Rio de Janeiro.

Então essa questão do mundo do trabalho foi também minha atuação. E eu quero continuar com isso. Eu e meu irmão queremos continuar com esse trabalho dele. Tanto é que estamos criando um espaço vivo sobre a memória do José Ibrahin. E como pano de fundo, o mundo do trabalho e a democratização do Brasil. Futuramente, será criado um espaço do José Ibrahin no Museu da Cidade de Osasco e no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

> "Estou disposto a trabalhar junto com a Comissão para a verdade realmente aparecer. Muitas injustiças foram cometidas aqui neste país e a justiça tem que vir à tona para todos nós"

Eu vivi intensamente o exílio, intensamente a redemocratização do Brasil. Fui subversivo e tirei meu título de eleitor para votar no Roberto Freire. Queria votar nele de qualquer jeito. Depois eu me engajei como vice-presidente nacional da juventude do PSDB, me engajei na eleição do Fernando Henrique. Viajei o Brasil inteiro com essa bandeira. Fui assessor do senador Artur da Távola. Fiz história na PUC e depois fiz mestrado em Engenharia de Produção na UFRJ.

Eu tive a oportunidade, por ter a sorte de ter nascido do José Ibrahin e da Tereza Cristina, de conhecer não só meu pai e minha mãe, mas muita gente que fez, que faz parte da história política do nosso Brasil. Tive a oportunidade de ter um relacionamento íntimo com Mário Covas, com Franco Montoro, com Brizola, com Jacó Bittar, que era muito amigo do meu pai. Enfim, com o próprio Lula, em especial também o José Dirceu, que até hoje é amigo da família, enfim, e de muita gente do Movimento Sindical.

Estou disposto a trabalhar junto com a Comissão para a verdade realmente aparecer. Muitas injustiças foram cometidas aqui neste país e a justiça tem que vir à tona para todos nós.

Ontem [5 de maio 2013] eu falei para três mil pessoas no aniversário de 50 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, onde meu pai foi homenageado e fomos receber uma placa. E eu falei para os trabalhadores que meu pai foi torturado fisicamente, mas que a maior tortura psicológica que fizeram foi na vida das famílias brasileiras. Os trabalhadores foram duramente repreendidos nessa época. Comentei que a ditadura militar era um câncer, que até hoje a gente não conseguiu curar porque para muita gente não interessa que a verdade venha à tona.

CARLOS EDUARDO IBRAHIN nasceu em 21 de novembro de 1973, filho de José Ibrahin e Tereza Cristina Denucci Martins, formado em História (PUC RJ), Mestre em Engenharia de Produção com foco em Engenharia de Financiamento Social (COPPE/URFJ) e Doutorando em Economia (Universidade de Coimbra – Portugal), tem uma empresa de consultoria em projetos.

Integrante da VPR. (preso) Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e representava o Setôr Urbano,ou Setôr de Massa,no subSetor Operário da Coordenação Geral da VPR. Seg.Inf.68-E2, Encontra-se prêso. Inf.69-E2. Declarou que o armamento roubado do 4º RI,pelo Cap.Lamarca estaria escondido em um"aparêlho"(residência) sediado em S.Paulo.
Filho de Hamud Ibrahim e Zelina de Almeida Ibrahim,22 anos, solt.bras. natural de Osasco -SP. Inspetor de qualidade, res.Rua Delfina Cintra,146. Indiciado em inq.policial por sua participação na VPR. BR de 7.9.69. Beneficiado com a liberdade e enviado ao México, por exigência imposta ao govêrno federal, pelos raptores do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Sr.Charles Burke Elbrick. Posteriormente, foi banido do País.

1. Documento da PM de São Paulo que relata a vigilância de José Ibrahin durante sua estada no Chile

2. Fotos de Ibrahin retiradas do relatório do CIE, Indivíduos Banidos do Território Nacional, 1970, distribuído aos orgãos de repressão, para reconhecimento dos mesmos

3. Ficha de Ibrahin do DOPS

(Os documentos acima foram encontrados em prontuários do DOPS, no Arquivo do Estado de São Paulo)

4. José Ibrahin, Carlos Eduardo, Tereza Cristina e um amigo do casal, em Bruxelas, Bélgica, 1977

5.Carlos Eduardo, aos 7 anos, com o pai, durante fundação do PT em Osasco, 1980

6. Foto dos presos políticos libertados e banidos, entre eles Ibrahin, na troca do embaixador americano Charles Burke Elbrick, 1969

José Ibrahin nasceu em 3 de setembro de 1947 em São Paulo (SP) e cresceu em Presidente Altino, hoje município de Osasco. Aos 14 anos começou a trabalhar como operário na Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários (Cobrasma), ao mesmo tempo em que estudava no Ginásio Estadual de Presidente Altino. Aos 17 anos, chegou ao posto de inspetor de qualidade.

Aos 18 anos, em 1965, fundou ilegalmente a primeira comissão de fábrica, na Cobrasma, experiência que serviria de base para reorganização, dois anos depois, do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Osasco (até então na ilegalidade).

Entre 16 e 21 de julho de 1968 liderou a primeira greve de trabalhadores durante a ditadura militar no Brasil, por melhores condições de trabalho e contra a política de arrocho salarial, imposta pelos militares desde 1964. Além dos trabalhadores da Cobrasma, operários das empresas Braseixos, Barreto Keller, Granada, Brown Boveri e Lanoflex aderiram ao movimento grevista. Ao todo, 22 mil trabalhadores aderiram à paralisação.

Ibrahin tinha apenas 21 anos de idade na época em que comandou a greve. Foi demitido e com os direitos políticos cassados, caiu na clandestinidade e passou para a militância armada, ingressando na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A VPR o destacou para São Paulo, onde trabalhou na organização sindical entre Osasco e São Paulo, até que em 1969 foi preso e levado ao DOI-Codi, onde foi torturado.

Em setembro de 1969, com o desfecho do sequestro do embaixador americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, foi um dos quinze presos políticos libertados na troca, também foram libertados José Dirceu, Flávio Tavares, Vladimir Palmeira, Ricardo Zarattini, entre outros. Foi para o exílio, permanecendo por dez anos fora do país, vivendo no México, Cuba e Chile.

Em 1979, com a Anistia aos perseguidos políticos da ditadura, Ibrahin retorna do exílio e foi um dos articuladores da fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Em 1991, Ibrahin foi um dos principais articuladores da criação da Força Sindical. Posteriormente desentende-se com a cúpula da Força Sindical e filia-se a União Geral dos Trabalhadores (UGT), onde torna-se Secretário de Formação Política. Ibrahin faleceu na madrugada do dia 1º para o dia 2 de maio de 2013, aos 66 anos.

Tereza Cristina Denucci Martins

nasceu em 23 de outubro de 1947, em Araxá (MG). Estudou história na Faculdade Nacional, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Integrou a luta armada, militando no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Participou da organização do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em 4 de setembro de 1969. Foi casada com o mineiro Paulo Costa Ribeiro Bastos, também militante do MR-8, desaparecido em julho de 1972, após ser de preso por agentes da ditadura.

Exilada no Chile, Tereza passou a viver com José Ibrahin. Com a queda de Salvador Allende, em setembro de 1973, o casal invade a embaixada do Panamá e segue para o país andino, onde nasce o filho deles, Carlos. Com 40 dias de vida do bebê, a família é expulsa do Panamá e consegue ser recebida na Bélgica, onde ficaram até a Anistia.

Na Bélgica, fez mestrado, doutorado e pós-doutorado em ciência política e relações internacionais pela Universidade Livre de Bruxelas.

No Brasil, trabalhou no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) coordenando o setor de transferência de tecnologia. Criou e coordenou a coordenadoria de Ciência e Tecnologia da prefeitura do Rio de Janeiro, hoje Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia. É fundadora da Fundação BioRIO. Foi gestora de projetos no Sebrae-RJ e participou de diversos projetos com foco na difusão de ciência e tecnologia e transferência internacional. Trabalhou na área de qualificação.

4

5

6

"O exílio do meu pai foi a nossa despedida"

por Suely Coqueiro

Sou filha de Aderval Alves Coqueiro, assassinado pela ditadura em 1971 e o primeiro preso político banido – enviado à Argélia – a retornar ao Brasil após o seu exílio. Ele foi um dos quarenta presos políticos trocados pelo embaixador alemão Von Holleben, em junho de 1970.

Essa é a primeira vez que nós filhos somos ouvidos. É a primeira vez que temos a oportunidade de abrir o coração e falar sobre essas mazelas e sobre um momento histórico que para nós, crianças naquela época, foi muito difícil.

Nós, como crianças, não tínhamos capacidade de compreender tudo. Isso é um pouco problemático, e o momento histórico era aterrorizante.

A importância deste momento é conseguirmos relembrar e falar pela primeira vez sobre os efeitos daqueles momentos difíceis nas nossas vidas. Eu nasci em 1960, tinha 4 anos quando se deu o golpe.

Na época, acho que ainda estávamos em Brasília, porque meu pai era baiano e migrou para Brasília quando eu era muito pequena. Foi candango lá e viemos para São Paulo quando eu ainda era muito pequena. Em São Paulo, começou a trabalhar como operário, no ABC.

Lembro bem da nossa vida a partir do momento que moramos no ABCD, em Diadema. Ele já era integrado à luta, porque foi em Brasília que entrou no movimento. Minhas primeiras lembranças, apesar de vagas, são dos desaparecimentos, porque de vez em quando ele sumia por uns dias, não havia muita explicação para isso. E, por vezes, havia algumas reuniões lá em casa. E quando a situação foi ficando mais aguda e começaram as perseguições mesmo, aí começaram a se dispersar.

À esquerda, Suely e Isaura no Hotel Havana Libre em Havana, Cuba, 1973

> "Comecei a perceber o que estava acontecendo quando tivemos que fugir para valer pela primeira vez"

Foi nessa época que começamos a deixar um pouco de viver a vida familiar, porque cada vez menos dava para vivermos juntos. E comecei a ouvir que tínhamos que ter cuidado com o que falávamos na escola, não podíamos brincar com a amiguinha da vizinha, não podíamos ficar fora do portão na rua brincando. Era uma série de coisas que não conseguíamos entender na época. Eu tinha 7 anos e não conseguia entender o porquê daquela situação.

Comecei a perceber o que estava acontecendo quando tivemos que fugir para valer pela primeira vez, porque o meu pai já estava sendo procurado. E nós tínhamos que começar a viver nos chamados aparelhos, que eram casas e apartamentos clandestinos, considerados mais seguros.

Nós moramos no Mato Grosso, na Bahia, voltamos para São Paulo. Mudávamos constantemente, não podíamos ficar em uma mesma escola o tempo todo. Tínhamos muito medo, muita insegurança. Depois comecei a entender que eu podia perder o meu pai. Eu acho que foi aí que comecei a sentir mais medo. Quando meu pai teve que ir para a clandestinidade, a vida ficou complicada.

Quando tivemos que nos mudar de Diadema, eu tinha 7 ou 8 anos. Nós fomos de Kombi para o Mato Grosso e ficamos na casa de um primo da minha mãe ou meu pai, que tinha um sítio, onde moramos por um tempo. Meu pai ficou um período curto conosco, logo depois voltou para São Paulo. Eu acho que a maior preocupação dele naquele momento era garantir a segurança da minha mãe e das filhas.

No regresso a São Paulo, numa noite, foi alugada uma casa, em Santo Amaro. Lá não tinha fogão, camas, geladeira. Porque a gente simplesmente mudava de um minuto para o outro. Alugamos a casa num dia, e na manhã seguinte, num posto de gasolina, os companheiros foram avisar que meu pai tinha sido preso. Nós tivemos que sair novamente da casa por questões de segurança.

Quando meu pai ainda estava preso, me magoou muito eu não poder vê-lo em todas as visitas na cadeia porque tinha que estudar. Eu tinha que avançar no estudo porque estava atrasada.

Quando ele foi preso, passou-se um tempo sem que ninguém soubesse dele. Minha mãe

“Uma vez perguntei por que ele estava de óculos escuros. Ele me respondeu que era porque tinha jogado bola e a bola tinha batido no rosto”

saía constantemente, de delegacia em delegacia, porque ela sabia que ele tinha sido preso, só que não sabia se estava vivo, morto, em que lugar ele estava. Lembro-me desta procura constante.

Foi um alívio quando ficamos sabendo que estava preso, foi a confirmação de que ainda estava vivo. Mas ele estava na condição de incomunicável, não podíamos ir visitá-lo.

Logo que começamos visitar o meu pai, ele tinha sido muito torturado.

As visitas continuaram por um tempo, e depois a troca dele pelo embaixador alemão, junto com outros companheiros, que foram para a Argélia. E veio o medo novamente, porque achávamos que como ele havia sido banido e desterrado, não fôssemos vê-lo nunca mais.

Além disso, naquela época, financeiramente, ao menos para nós, uma viagem, era algo inalcançável, não éramos de família rica ou de família de classe média, que tinha condições de pagar uma passagem internacional para visitar o pai no exterior.

Quando meu pai foi banido, a sensação foi de mistura de um sentimento de felicidade, porque ele não ia mais ser torturado, não ia ser mais magoado, não ia ser mais ferido, com uma sensação de perda, porque eu achei que não o veria nunca mais. Ou, talvez, que fosse vê-lo apenas quando fosse uma adulta e fosse visitá-lo, porque ele não poderia voltar nunca mais.

Para mim, o exílio do meu pai foi uma perda porque não havia possibilidade de vê-lo nunca mais. Como efetivamente não houve. Só tornei a vê-lo já no caixão para enterrar.

Então, para mim, o exílio do meu pai foi realmente a despedida. Porque a segunda despedida foi a mais cruel, já no caixão, pois ele foi assassinado depois que retornou ao Brasil em 1971. O momento do enterro do meu pai foi muito complicado, porque deu-se a notícia nos meios de comunicação, com manchetes, como: “Terrorista banido volta ao Brasil e morre”.

Meu pai não era terrorista, para mim ele nunca foi terrorista. O choque foi enorme, porque para nós ele ainda estava no exterior. Nós não sabíamos que ele tinha voltado. Ele foi banido em 1970, e demorou coisa de um ano para voltar.

Nós recebíamos cartas, não com frequência. Eu tenho cópia de várias cartas que ele mandava para a minha mãe. Em todas, falava o tempo todo que morria de saudades de nós. Ele era uma pessoa muito ligada à família. E os companheiros que encontramos aqui e em Cuba falam que ele falava muito em nós, constantemente.

Tenho certeza que essa volta rápida para o Brasil ocorreu porque ele não conseguia viver longe de nós. Ele tinha uma dificuldade enorme com isso. Quando ele foi assassinado, no Rio de Janeiro, nós ficamos literalmente perdidos, perdemos o chão. A pessoa está no exterior e de repente você recebe a notícia que o ser que você ama tanto está morto e está no teu país e você sequer chegou a vê-lo novamente.

Meu avô, que na época não era perseguido, nos deu muita força. Ele falou para a minha mãe: “Nós vamos enterrar o meu filho”. Aí fomos para o Rio de Janeiro. Acho que por muitos anos fiz questão de não lembrar desta viagem.

Quando chegamos ao Rio, era Carnaval. Ficamos num hotel pequeno e barato, numa rua movimentada cujo nome também não lembro. Meu avô foi ao IML para fazer o reconhecimento. Tudo aconteceu de forma muito rápida, não havia tempo para fazer o luto. Acho que nenhum de nós teve tempo de viver o luto na época.

Meu avô reconheceu o corpo, e na hora do enterro, abriram o caixão, a minha mãe beijou-lhe a mão, eu olhei, fecharam o caixão, levaram, enterraram e nós voltamos para São Paulo. Foi uma coisa super rápida, sem tempo de assimilar, sem tempo de trabalhar na cabeça sem tempo de pensar.

Depois, em São Paulo, não demorou muito para nós recebermos a informação de que estavam procurando a minha mãe, pelo menos foi o que ouvimos na época. Nós não tínhamos estrutura psicológica, não tínhamos condições de continuar morando na cidade. Aí veio o processo de organização para nos levar ao Chile. Este processo também foi terrível. Não tivemos tempo de luto, de nada. Nem tempo de despedir da nossa família.

Nós sempre tivemos uma dificuldade enorme de relacionamento com a minha própria família biológica, como tias, tios, primas, primos porque não tivemos contato com eles.

Nossa viagem para o Chile foi de horror, parte de Kombi e outra de ônibus. E os companheiros que nos levaram eram clandestinos também. Para chegar ao Chile, passamos pela Argentina. Eu lembro do vento gelado das Cordilheiras dos Andes, até chegar em Santiago, isso tudo uma coisa atrás da outra.

Quando chegamos ao Chile, eu tinha 10 anos. Quando pensamos que teríamos um pouco de tranquilidade, veio a preparação do golpe militar. Chegamos lá um ano e pouco antes do golpe e ficamos por um ano. Também não tenho boas lembranças de quando comecei a estudar, e nem do país, por diversas razões, como essa vida de insegurança, ainda não tínhamos nem tempo de viver o luto e tivemos que chegar lá e continuar tocando a vida. Esta situação constante de estar de um lado para o outro mais as inseguranças e os medos, refletiram para o resto de minha vida.

Somos gratos ao Chile da época do presidente [Salvador] Allende, que foi o único país que naquele momento acolheu muitas pessoas, não só brasileiros. Mas a nossa experiência anterior aqui no Brasil tinha sido muito amarga.

Eu, na condição de criança, não estava preparada para nada naquele momento. Você não tem infância e o fato de não ter infância, é perder referências, não ter raízes verdadeiras. Quando criança, a gente precisa de uma referência de pessoas com quem se conversa, que vão guiar o teu caminho de certa forma.

E, como mudávamos muito, a gente não tinha isso. Porque lugares são referências. Eu fui entender muito tempo depois porque passei por isso, o quanto é importante para uma criança seguir o curso, ficar bastante tempo na mesma escola, com os mesmos amigos, com as mesmas relações. A cada mudança rápida na vida são referências que você vai perdendo e não recupera mais.

Depois, a situação no Chile, a sobrevivência, foi ficando muito crítica, porque começaram a faltar coisas no supermercado, porque a direita boicotava. Nessa época, os grandes empresários estavam junto com a direita, com o [Augusto] Pinochet. E quando se percebeu que no Chile estava havendo uma articulação de golpe, fomos para Cuba.

Um dia à noite chegaram em casa e disseram: "Vocês vão para Cuba". Com 11 anos, o que significava ir para Cuba? Eu só sei que tudo aconteceu muito rápido. Mais uma vez saí da escola. Nós morávamos em uma casa junto com outra família de exilados, com a tia Ilda Gomes da Silva e moramos também com a tia Dina (Pedrina Carvalho) Aí, um dia nós pegamos a Cubana de Aviación em Santiago e no outro dia estávamos em Havana.

"Meu avô reconheceu o corpo, e na hora do enterro, abriram o caixão, a minha mãe beijou-lhe a mão, eu olhei, fecharam o caixão, levaram, enterraram e nós voltamos para São Paulo. Foi uma coisa super rápida"

A chegada em Cuba foi na condição de criança que não sabe o que lhe espera, depois de tanta coisa que aconteceu. Mas foi a melhor coisa que aconteceu conosco. Lá nós fomos muito bem atendidos, recebidos, acolhidos.

Aí eu já estava com 11 para 12 anos. Acho que minha irmã tinha 5, 6 anos. Em Cuba, tinha os companheiros milicianos que usavam calça verde, camisa azul. Eu tinha medo de polícia aqui no Brasil, no Chile eu tinha medo de polícia e claro, quando eu cheguei em Cuba, eu tinha medo de polícia.

Os companheiros brasileiros falavam, "Olha, desta polícia aqui você não precisa ter medo. A polícia aqui é amiga, eles não fazem nada, ao contrário. Mas eu lembro que a gente, eu acho que não fui só eu, mas na época a gente queria manter distância de polícia". Com o tempo, nós fomos entendendo que em Cuba a polícia realmente representava a proteção e não agressão, não assassinato como acontecia no Brasil. Foi lá que realmente eu comecei a ter infância porque aqui não tinha, nós não tivemos infância.

Lá, eu comecei a estudar, a ter círculos de amigos pela primeira vez na vida. Amigos da minha idade, amigos que podia marcar para se encontrar embaixo do prédio onde morava, fazer grupinho de teatro juntos. Os sobrinhos do Guevara inclusive moravam no mesmo prédio que a gente e faziam parte do mesmo grupinho de teatro. E onde morávamos tinha muitos exilados da América Latina, os bolivianos, argentinos, tinha chilenos e mais os cubanos.

Começamos a ter uma vida normal, a aprender como é ter uma vida normal, a gente tinha liberdade de ser criança. Os nossos anos em Cuba foram maravilhosos. Lá tínhamos vários tios e primas, que a gente foi construindo com o tempo, porque eram pessoas que viviam as mesmas experiências, as mesmas dores, viviam nos mesmos lugares e com quem a gente tinha uma identificação muito grande, como a tia Ilda, a tia Dina a tia Cida, tem a tia Clara, mulher do Marighella, tia Damaris, enfim construímos laços.

Nós nunca tivemos antes oportunidade de conversar sobre isso ou colocar para fora esta ferida que a gente carregou e estamos carregando há tantos anos. Porque foram momentos de terror e perda na vida da gente que nós carregamos a vida toda.

Nós não falamos sobre isso porque é um processo, quando se é uma criança, primeiro você quer esquecer. Quando você já passou por tanto terror, medo, perda, quando você chega num lugar onde encontra paz, você quer esquecer o que aconteceu, prefere não falar, prefere não tocar no assunto e quer desfrutar ao máximo esta paz e segurança que te é oferecida.

E foi o que todos nós encontramos em Cuba. Aí eu retorno para o Brasil, veio a Anistia, aí já não éramos mais crianças, já éramos todos jovens. Todo mundo tinha 18, 19, 20 anos, maiores. Aí vem a proposta do retorno ao Brasil.

A partir de 1979, 1980 começamos a voltar. Se tivessem me dado a possibilidade de esco-

“Com o tempo, nós fomos entendendo que em Cuba a polícia realmente representava a proteção e não agressão, não assassinato como acontecia aqui no Brasil”

lha, eu não teria voltado, porque as lembranças de quando nós saímos daqui não eram boas. Acho que foram as piores experiências da vida de cada um de nós, e a volta sem perspectiva nenhuma, em mim, provocou medo.

Você volta sem família porque perdeu a sua família biológica, criou novas famílias no exterior, que são os companheiros exilados. E as crianças dos exilados que estão lá que são os teus primos, os adultos passam a ser seus tios, passam a ser suas tias. Você é livre, estuda, aprende, enfim, passa a ser gente, respeitado e de repente volta para o lugar que é teu país, mas é o lugar que te causou as maiores dores de sua vida. E esse processo de retorno é muito difícil, para mim foi extremamente difícil.

Depois do nosso retorno ao Brasil, essa moçada que foi criança para Cuba e voltaram jovens, parece que nos dispersamos de novo. Sempre digo que foi a segunda vez que perdemos a família. Porque a família que nós tínhamos feito lá se dispersa novamente no retorno. Aí é outra ruptura na sua vida.

Depois de alguns anos a gente começou a se procurar, porque cada um viveu as suas experiências, se refez de certa forma, trabalhou, fez família. Cada um criou as suas famílias, casou, separou. Mas todo mundo conseguiu, achou o seu caminho, mesmo com dificuldades. Estamos querendo criar uma espécie de grupo dos Pátrias, da turma que esteve em Cuba. Porque Cuba, sem dúvida, é o nosso país também.

Em Cuba, a última escola que eu estudei foi a *Héroes de Varsovia*. E, antes eu estudei lá na Orestes Gutierrez que era do primário a secundário. A *Héroes de Varsovia* era uma escola onde eu ficava a semana toda. Só aos finais de semana eu ia para casa. E lá nós tínhamos trabalho voluntário, estudávamos, tinha atividades culturais, uma escola mesmo. Não era só tempo integral, mas era interna.

E aos finais de semana quando a gente ia para casa de vez em quando tinha atividade, porque os companheiros brasileiros exilados organizavam atividades. Eu não achava nem muito agradável ir a essas atividades, ia mais por uma questão de compromisso político em relação aos companheiros, mas não porque eu gostava. Acho que trazia à tona muitos traumas e lembranças amargas.

Aí depois a gente passa para uma etapa que quer lembrar porque depois de adulto começo a tentar entender o que tinha acontecido realmente comigo. Com alguns medos e inseguranças que eu tenho até hoje, eu queria saber de onde eles tinham vindo. Aí você começa a perceber que são daquela época. Mas isso nunca foi ouvido por ninguém também.

Primeiro, foi a sensação de insegurança. No início, eu não conseguia me adaptar de todo aqui no Brasil. Eu tive um problema sério de adaptação. Mesmo depois que eu voltei de Cuba, eu morei muitos anos fora do Brasil. Fui para a Nicarágua, como Brigadista de Solidariedade à Nicarágua. Voltei para o Brasil e recebi uma proposta de voltar para lá e trabalhar com o Centro de Educación y Promoción Agrária. Aí trabalhei lá por dois anos que foi quando eu conheci o meu ex-marido. Depois fui para a Alemanha, trabalhei, estudei, morei lá, enfim, vários anos. Voltei definitivamente para o Brasil em 2006. Foi aí quando eu finalmente percebi que não tinha uma boa relação com o Brasil. Aí eu consegui entender isso, percebi porque comecei sentir uma necessidade de voltar para o Brasil.

Essa necessidade que eu senti de voltar para o Brasil não é porque eu consegui resolver todos os traumas do passado, porque eu acho que jamais ninguém de nós vai conseguir resolver completamente tudo o que aquela situação nos provocou, mas pelo menos você entende “Eu sou assim por conta de tal situação… a minha vida ficou muito mal resolvida de tal a tal época, por isso… eu nunca consegui resolver a minha vida naquela época por tal situação”. Ou seja, todas as experiências ruins que preferimos esquecer por anos e anos refletem-se na vida adulta, de alguma forma.

Eu acho que esse trabalho que está se fazendo hoje de nos ouvir, para mim especialmente, está sendo fundamental. Porque a gente consegue falar pela primeira vez com o coração, sobre isso… sobre aquela época.

O meu avô foi um homem muito especial. Ele era um operário e apesar de não entender direi-

to o que acontecia, ele dava apoio incondicional ao meu pai, ficamos muito tempo sem contato com ele. No que precisamos dele, ele esteve presente. Cheguei a vê-lo vivo depois que voltamos de Cuba. Ele ainda estava vivo e nós tivemos a felicidade de conviver um pouco com ele.

E como eu disse, foi uma pessoa muito importante na minha vida, que sempre nos apoiou muito. Inclusive, foram ele e uma prima minha que nos deram o maior apoio depois que nós voltamos de Cuba, porque nós não tínhamos para onde ir, não tínhamos casa. Você volta sem casa, sem família, sem raízes, é um horror. Até hoje eu sinto a sensação e sem dúvida nenhuma Cuba para mim representa o meu porto seguro. E eu me propus ir a Cuba todos os anos, se der.

Eu estive lá em novembro do ano passado e a primeira coisa que fiz foi ir em frente ao prédio que eu morava. Quando eu chego lá é assim: grito o nome de um ou de outro e o pessoal já sai dos apartamentos, vem, abraça, a gente morre de rir e relembra os velhos tempos. O mais impressionante para mim é que mesmo com os anos fora de Cuba, cada vez que a gente chega lá é como se tivesse continuado lá. Essa sensação é muito boa.

Se hoje eu pudesse fazer a escolha, eu moraria em Cuba, sem dúvida. Tenho grandes amigas lá, amigos, e pessoas que são muito importantes para mim.

Eu tenho uma filha, a Janaína, que está morando na Alemanha. Ela nasceu aqui mas cresceu lá e ficou difícil para ela voltar quando eu decidi retornar. Agora moro em Brasília e minha mãe em Campinas, no interior de São Paulo.

Acho que sem dúvida nenhuma, um dos pontos fundamentais que levaram à volta do meu pai ao Brasil foram as saudades que ele sentia. Há pouco tempo eu li um livro *Seu Amigo Esteve Aqui – A História do Desaparecido Político Carlos Alberto Soares de Freitas*, de Cristina Chacel, em que um dos companheiros que esteve com ele na época fala sobre isso. Ele conheceu bastante o meu pai e disse que duas coisas que fizeram meu pai retornar ao país foram: um era a saudade insuportável da família e a outra coisa era a necessidade de continuar a luta. Eu jamais vou culpar o meu pai por causa disso. Ele fez o que achou certo e eu o respeito e admiro, mas logicamente se ele tivesse ficado no exterior e tivesse trabalhado um pouco mais este sentimento, talvez estivéssemos juntos hoje.

Eu não acho que o Brasil seja um país que proporciona segurança para ninguém. Eu nunca tive a sensação de acolhimento aqui. É uma coisa que eu tento entender até hoje, não conversei isso com o resto dos amigos, dos companheiros da minha geração que voltamos do exílio, mas tenho certeza de que cada um de nós tem esta sensação. Apesar de ter voltado, todos nós tivemos uma dificuldade muito grande de readaptação.

Primeira dificuldade que nós tivemos é que você sabe da história da colonização da América Latina pelos espanhóis, aprende história não com Pedro Álvares Cabral, mas com Cristóvão Colombo. Aprende literatura, mas estuda Rodolfo Becker, Cervantes (literatura espanhola). Nós saímos daqui daquela maneira como crianças, fomos exilados, de forma involuntária e quando você volta ao seu país, o seu próprio Estado, o Ministério da Educação olha para você diz: "Não, o que você estudou não serve, nós não vamos reconhecer". Você se sente novamente rejeitado, se sente novamente não filho deste país. Se você se forma em Cuba, reconhecer o diploma aqui é uma dificuldade.

Uma coisa para mim foi crucial: a emoção que eu sinto cada vez que eu volto para o Brasil. Comecei a entender de forma mais profunda porque Cuba para mim é muito mais pátria que o Brasil. O meu sentimento com relação a Cuba cada vez que eu desembarco lá e o meu sentimento cada vez que eu desembarco no Brasil são diferentes, emoções diferentes. Porque lá eu fui acolhida, eu fui respeitada, aqui eu nunca fui realmente acolhida.

Quero expressar a minha gratidão aos companheiros que ficaram no Brasil e continuaram a luta de resistência contra a ditadura, presos ou soltos e clandestinos, foram parte fundamental para a redemocratização do nosso país.

SUELY COQUEIRO nasceu em Prado (BA), em 29 de novembro de 1960. Atualmente mora e trabalha em Brasília (DF).

"Eu não acho que o Brasil seja um país que proporciona segurança para ninguém. Eu nunca tive a sensação de acolhimento aqui. É uma coisa que eu tento entender até hoje"

"Faria tudo igual à ele"

por Célia Coqueiro

Meu nome é Célia Silva Coqueiro, sou filha de Isaura Silva Coqueiro e Aderval Alves Coqueiro. Meu pai era militante. Primeiro ele foi do Partido Comunista, fez um trabalho de base com os metalúrgicos do ABC, participou da Fundação do Sindicato dos Metalúrgicos e com o avanço do golpe ele acabou caindo na clandestinidade e participando das organizações armadas. Então foi para a Ala Vermelha do PCdoB, e depois, numa divergência, fundou com o Devanir de Carvalho o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), que foi a última organização na qual meu pai militou. Ele foi preso em maio de 1969, quando eu ainda não tinha 4 anos completos. Foi preso pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, levado ao DOPS/SP e torturado. Ficou três meses incomunicável, sendo torturado, e depois foi levado para o presídio Tiradentes, onde ficou mais uns sete meses.

No total, ele ficou preso um ano e só saiu trocado pelo Embaixador alemão. O rapto do embaixador alemão ocorreu em junho de 1970, um ano depois da prisão de meu pai. O nome dele foi um dos que foi solicitado entre quarenta presos políticos trocados pelo embaixador. Banido, foi para a Argélia e de lá para Cuba, fazer treinamento de guerrilha porque a ideia dele era retornar ao Brasil para continuar a luta.

Depois do treinamento em Cuba, ele retornou ao Brasil num esquema da VAR-Palmares, que foi comandado pelo James Allen. Foi morto fuzilado em 6 de fevereiro, seis dias depois de sua entrada no Brasil, em 30 de janeiro. Na verdade, o aparelho onde ele estava no Rio de Janeiro foi entregue por um dos companheiros com quem treinou em Cuba e que retornou antes ao Brasil. E, naquele momento, trabalhava para a repressão.

À esquerda, Célia no Hotel Havana Libre em Havana, Cuba, 1973

Quando eu nasci, em julho de 1965, meu pai militava tanto no sindicalismo como na Ala Vermelha do PCdoB. Ele era muito ativo dentro das atividades políticas e, portanto, muito visado pelas forças de direita, pela polícia política. Lembro-me muito pouco disso porque era muito pequena. Minha irmã, que é cinco anos mais velha, deve se lembrar de muito mais coisas do que eu.

"As pessoas me perguntam se me lembro do meu pai e o que eu posso dizer é que me recordo de uma visita que fiz a ele quando foi preso"

Acho que o nosso psicológico é muito estranho. Às vezes apagamos coisas que não queremos lembrar e lembramos de coisas que queremos. As pessoas me perguntam muito se me lembro do meu pai e o que eu posso dizer é que me recordo de uma visita que fiz a ele quando foi preso. Eu fui ao presídio Tiradentes, onde era proibido receber cigarros e o meu pai fumava muito.

Eu tinha só 3 anos e meio, mas me lembro de uma cena muito clara. Minha mãe me conta que isso realmente aconteceu. Estávamos muito próximas do presídio, já quase entrando. Minha mãe me vestia com aquelas calcinhas cheias de renda e ela enfiou os maços de cigarro na calcinha para poder dar ao meu pai.

Também me recordo que, enquanto meu pai estava preso, minha mãe tinha pontos com os companheiros de organização de meu pai, como o Devanir. Ele pedia para a minha mãe passar informações para o meu pai. E, numa determinada época, ele passou um bilhete todo enroladinho. Minha mãe costurou esse bilhete na barra da saia dela para poder levar essa informação, que nem ela podia ler, para o meu pai.

Eu não me recordo da fase em que meu pai saiu banido, em junho de 1970, trocado pelo Embaixador alemão. Mas minha mãe conta que nós não fomos ao aeroporto. As notícias saíam no jornal, e meu pai escrevia muito para nós da Argélia. Eu tenho todas as cartas, que anexei junto ao processo de Anistia dele. Tem uma das cartas, inclusive, que ele manda para os companheiros do presídio Tiradentes. Eu as guardo com muito cuidado, já estão todas amarelinhas, se desfazendo. Ele sentia muitas saudades, e as cartas eram muito íntimas. Ele sabia que todas as cartas seriam interceptadas, e por isso não falava além do que tinha que falar, de saudades da família, das filhas.

Num dos meus aniversários ele me mandou um cartão com um cachorrinho. Eu tive um cachorrinho dado por ele e que se chamava Brinquedo, mas, sem querer, meu pai acabou o matando atropelado. Tenho esse cartão até hoje. Tenho todas as coisas, como uma caneta que ele fez para nós no Presídio Tiradentes. São coisas que a gente guarda com muito carinho. Na verdade, é um tesouro familiar. Papai sabia que as cartas estavam sendo interceptadas. Ele mandou uma para os companheiros do presídio Tiradentes, principalmente direcionada aos Carvalhos, com quem tínhamos uma relação muito especial. Éramos como uma família, da mesma organização política e tínhamos um vínculo muito forte de amizade. Meu pai mandou cartas para minha mãe mesmo sabendo que seriam interceptadas. Ele enviava as cartas de Cuba para Argélia e de lá um companheiro mandava com endereço da Argélia para a minha mãe. Então ela achava que ele, de fato, estava na Argélia. Nós nunca imaginamos que eles estivessem em Cuba treinando. Ele ficou pouco tempo na Argélia. Foi para lá em julho e no final do mesmo mês, começo de agosto, já tem registro dele em Cuba, visitando a Damaris, a tia Tercina. Ele ficou uns três, quatro meses em treinamento em Cuba. Foi um treinamento meio relâmpago e então ele pediu para o James fazer um esquema de retorno ao Brasil.

Recebíamos essas cartas e realmente achávamos que meu pai estava na Argélia, até porque dizia que estava preparando a nossa ida para lá: "Sinto muitas saudades, mas estou me estabilizando para poder trazê-los, uma vez que estou banido". Ele sabia que a repressão lia essas cartas e as escrevia de propósito.

Minha mãe recebia cartas do meu pai semanalmente e por isso estranhou quando ficou quinze, vinte dias sem notícias, nem carta, nem cartão. Ela pensou que talvez ele estivesse viajando pelo interior da Argélia. E, então, ficou sabendo da morte dele por uma vizinha, que viu no noticiário, e foi até a casa da minha mãe e disse "Isaura, o seu marido é Aderval Alves Coqueiro? Acabaram de matar ele no Rio de Janeiro, num tiroteio". O Vitor Papa Andreu, que foi a pessoa que entregou ele, sabia desse esquema.

Inclusive o próprio companheiro de organização, o Devanir que também estava clandestino aqui no Brasil, não sabia que meu pai estava retornando. A Pedrina, viúva do Devanir, conta que quando ele soube a notícia no aparelho e ele levou um susto tão grande quanto a minha mãe. Ele ficou enlouquecido quando viu a notícia no jornal. Ele jogou o jornal em cima da mesinha de centro e começou a chorar. Essa foi a reação que ele teve.

Postal enviado por Aderval para Célia

"Uma vizinha foi até a casa da minha mãe e disse "Isaura, o seu marido é Aderval Alves Coqueiro? Acabaram de matar ele no Rio de Janeiro, num tiroteio"

E a minha mãe leva um susto tal que a primeira reação dela foi ligar para a Dra. Nina, advogada que dava apoio à Ala Vermelha, MRT. Ela falou "Isaura, pegue as meninas, o seu sogro, vá ao Rio de Janeiro e peça o corpo dele. Você é a esposa dele". E minha mãe fez exatamente isso. Lembro-me que foi uma Kombi que nos levou até a rodoviária para embarcarmos para o Rio de Janeiro. A única coisa que eu me recordo desse dia é a minha mãe chorando. Quando a vizinha foi avisá-la, ela abaixou a cabeça e eu deitei no colo dela para ver porque ela chorava. Eu não sabia que o meu pai estava morto, a minha mãe não falou.

Minha mãe é uma pessoa muito forte, raramente chora. Então eu acho que essa minha reação de deitar no colo dela e olhar é porque eu queria ter certeza que ela estava chorando. Só fiquei sabendo da morte quando chegamos no Rio. Foi uma viagem muito longa, nós fomos de ônibus, chegamos de madrugada. Logo cedo fomos procurar pelo corpo do meu pai. Era semana de Carnaval, dia seis, sete de fevereiro e me lembro que chegamos e tivemos de retornar para São Paulo sem ver meu pai. Chegando lá, minha mãe falou: "Mataram o pai de vocês. Ele voltou [para o Brasil] e fuzilaram ele e nós estamos aqui para poder enterrá-lo". No Rio, disseram para minha mãe e para o meu avô, pai do meu pai, que não poderiam entregar o corpo, porque era Carnaval, feriado e eles estavam fechados.

Primeiro minha mãe foi ao DOPS, onde falaram: "Nós não sabemos, ele deve estar ali no IML em frente". Ela foi ao IML e lá disseram que não iriam atender. "E quando vocês podem atender?", minha mãe perguntou. "Nós podemos atender quando passar o Carnaval", disseram. Retornamos a São Paulo, esperamos passar três, quatro dias e voltamos ao Rio no primeiro dia útil com o meu avô. Lá, falaram que era melhor o meu avó entrar para reconhecer o corpo, porque a minha mãe estava muito mal e o corpo estava muito machucado. Meu avô entrou. Acho que ele ficou com essa impressão na cabeça dele até os últimos dias de sua vida porque sempre que me via, falava: "Minha filha, quando puxaram a gaveta onde seu pai estava, tinha sangue embaixo, o sangue estava coalhado". Porque passaram muitos dias e o corpo dele parecia uma renda.

Meu avô comparava o corpo do meu pai como uma renda. Foram mobilizados cinquenta homens para pegá-lo. Foi uma operação tão gigantesca, tão absurda para pegar um homem.

E eles abriram fogo mesmo, como os vizinhos contam. Ano passado fui visitar o aparelho onde meu pai estava, e a companheira que levava alimentação no aparelho, contou que procurou os vizinhos, que contaram que ele tentou fugir, pulou o muro, correu e quando estava subindo, escalando o muro, que era muito alto, abriram um fogo assim sem tamanho e o fuzilaram. Então ele estava muito furado mesmo. Imagino que foi por isso que o meu avô ficou com essa impressão. Ele ficou falando isso até os últimos dias de vida. Toda vez que ia visitá-lo no aniversário ou no Natal ele falava isso. Morreu há cinco anos. Meu pai era o filho caçula. Eram duas meninas e um menino e nós, nem o meu avô, nem minha mãe, nunca mais fomos os mesmos depois desse fato.

Eu me lembro do meu pai no caixão e da minha mãe se debruçando, se jogando em cima e passando a mão na testa dele, onde havia um hematoma muito grande. Não sei se bateram nele depois dos tiros ou se o machucado foi porque ele caiu. Inclusive o meu avô disse que o corpo também estava muito machucado, tanto que a gente tinha dúvidas se não tinham levado ele vivo e o torturado. Depois é que ficamos sabendo que não, realmente ele morreu na hora. Lembro-me dela se debruçando em cima do caixão e me lembro muito claramente da cor dele, que era violeta escura.

E aí nós o enterramos, eu me lembro da caminhada dentro do cemitério, o caixão na frente. Retornamos naquela situação terrível. Também havia um monitoramento em cima da casa do meu avô. Nós morávamos com ele em Diadema e ele foi levado, inclusive, porque achavam que a minha mãe e o meu avô sabiam do retorno do meu pai. Quando levaram o meu avô para interrogatório, os companheiros começaram a ficar com medo de também levarem a minha mãe, que estava em frangalhos.

Todos estávamos, mas ela nunca se recuperou, nunca conseguiu recompor a vida amorosa, nunca mais se casou. Ela ficou com um trauma muito violento. Guardou por muitos anos uma camisa do meu pai, a última camisa. Ela devia ter essa camisa guardada até pouco tempo. Temos também todos os documentos do meu pai (carteira de reservista, identidade, carteira de trabalho) até hoje guardados. Meu pai quando caiu na clandestinidade entregou para a minha mãe e disse à ela: “Isaura, esses documentos não me servem para mais nada, guarde que para você talvez algum dia sirvam”.

Então os companheiros acharam melhor começar a fazer a articulação da nossa saída para fora do Brasil. O viável seria o Chile, onde estava o Salvador Allende. O pessoal que corria perigo aqui no Brasil acabava indo para lá, que era um governo democrático, muito aberto e tal. Acabamos indo para lá. Meu pai foi morto em fevereiro de 1971 e nós saímos só em novembro desse mesmo ano, porque a minha mãe tinha muita resistência a sair do Brasil, ela não queria. Na verdade, ela queria ficar com o meu avô, mas os companheiros acharam que era melhor assim por uma questão de segurança. E fizeram muito bem, afinal depois ficamos sabendo que muitas viúvas acabaram sendo presas e até torturadas. E tudo porque achavam, embora não soubessem, que as esposas sabiam coisas. Tanto que a minha mãe conta que quando o meu pai foi preso, que ela ia ao DOPS pedir informações e falavam que ele não estava lá. E eles perguntavam para a minha mãe “Mas você sabia das ações do seu marido?” “Não sabia de nada”, ela dizia. Aí eles chegaram a falar assim: “Ela não sabe de nada agora, mas na hora que ela cair aqui dentro, fala tudo”.

> “Eu perdi o meu pai, mas acho que não foi em vão ele ter lutado tanto. O preço foi alto, mas nós ganhamos a guerra moral. Perdemos a guerra bélica; mas ganhamos a guerra moral”

Então existia essa ameaça em cima das esposas dos militantes, até dos próprios filhos. Ficávamos muito vulneráveis, porque não sabíamos o que podia acontecer conosco, existia um medo muito grande. Eu só consegui me sentir totalmente segura quando cheguei em Cuba. Nem no Chile me sentia totalmente segura. Sentia-me tão insegura nessa situação de ter que correr, porque a minha vida foi essa: nasci, logo depois o meu pai corria de aparelho para aparelho, porque estava clandestino e a polícia podia chegar a qualquer momento, toda vez que caía um companheiro preso, que sabia a localização do aparelho, a gente saía correndo, largava tudo, tinha que procurar outro espaço. A sensação de insegurança me acompanhou por muitos anos, inclusive no Chile, que era um lugar em que estava o Salvador Allende, e a gente podia se sentir segura. Mas só fui me sentir segura quando cheguei em Cuba, em 1973, por sorte cinco meses antes do golpe do Pinochet, e foram os cubanos, inclusive, que providenciaram nossa ida para lá.

Meu pai morreu muito cedo, com 33 anos, mas devo dizer que ele foi muito afortunado, porque teve os melhores amigos e companheiros que um homem poderia ter. Nós fomos muito, muito amparados pelos companheiros, foram a minha família. Eu digo que cresci no exílio, cresci em Cuba e as minhas tias são a minha família da Revolução, dos companheiros que foram presos com o meu pai, que foram torturados e que lutaram pela mesma causa, uma causa justa. Porque meu pai não era terrorrista, só queria a justiça social, acabar com a exploração, queria que todos pudessem ter uma vida digna, que, diga-se de passagem, naquela época os operários não tinham a vida que têm hoje, porque de lá para cá já tivemos muitas conquistas.

Eu perdi o meu pai, mas acho que não foi em vão ele ter lutado tanto. O preço foi alto, mas nós ganhamos a guerra moral. Perdemos a guerra bélica; mas ganhamos a guerra moral. Estamos aqui denunciando os assassinos, facínoras, torturadores, que não respeitaram nem crianças, porque até as crianças dos companheiros eram presas.

Falamos da família da Revolução porque crescemos juntos, foi essa família que eu conheci. Só fui conhecer a minha família de sangue com 14 anos, depois da Anistia. Eu não tenho vínculo muito forte com a minha própria família de sangue porque a ditadura me tirou isso. Claro que tenho o outro lado, a riqueza dos companheiros, como eu falei, o meu pai foi afortunadíssimo, porque teve companheiros que arriscaram as suas vidas para nos tirar dos aparelhos, quando o meu pai foi preso, como foi o caso do Roberto, do James Alley, que nos tirou do aparelho. E temos os companheiros

que articularam a nossa saída do Brasil, os que nos receberam no Chile como o Rafael de Falco Neto, figura fantástica. Ele até aconselhou a minha mãe, que queria voltar do Chile para o Brasil: "Não, Isaura, vá para Cuba, lá as meninas vão poder estudar, vocês vão ter tranquilidade".

Um ano, um ano e meio depois da morte do meu pai a minha mãe ainda estava totalmente desnorteada e ficou por muitos anos assim. Estou falando o nome de alguns companheiros, mas evidentemente temos inúmeros, inclusive os companheiros cubanos, que nos receberam com tanto amor e nos deram tudo.

Em agosto de 1979, retornei ao Brasil com a Anistia. Foi incrível, porque voltamos nos dia em que foi decretada a Anistia. O advogado Idibal Pivetta foi a Cuba justamente para poder formatar, estruturar o nosso retorno para o Brasil, porque como nós não tínhamos nem passaporte, precisávamos retornar com o salvo conduto da ONU. A Anistia estava para sair e o Idibal sabia disso. Ele alertou a minha mãe, mas ela não queria esperar, "Não, eu quero retornar", já retornaram outros companheiros, faltavam cinco meses para a Anistia e a minha mãe falou "Não, pode fazer o meu retorno" e aí o Idibal começou a trabalhar nisso.

Quando saímos de Cuba, ficamos uma semana no Peru aguardando o salvo conduto da ONU, as passagens e tudo. E aí chegaram as passagens e, no dia que íamos embarcar, fomos ao centro de Lima, porque a minha mãe queria fazer umas compras. E quando retornamos, escutamos no rádio do táxi: "No Brasil acabou de ser decretada a Anistia ampla". Ou seja, nós embarcamos meia-noite, chegamos cinco, seis horas da manhã e fomos os primeiros a pisar no solo brasileiro, já com a Anistia decretada. E o meu pai foi o primeiro banido a retornar morto.

Aí fomos reestruturar toda a nossa vida no Brasil, que não foi fácil. No meu caso, conhecer a família de sangue, que eu não conhecia, porque saí muito pequena do Brasil. A família que conhecia era a dos companheiros de luta dos meus pais. Tivemos infância perdida e meia juventude perdida também, porque a gente leva sequelas, que não são poucas, são muitas.

Voltei de Cuba com 14 anos. Já estava terminando o ginásio, cheguei aqui e fui concluir o ginásio no Colégio Equipe. Depois continuei fazendo colegial, fui prestar vestibular, fui aprender o português, porque falava português com a minha mãe em casa, mas não sabia escrever, não tinha gramática. Fui alfabetizada em espanhol. Então, a minha primeira língua pode-se dizer que foi o espanhol. Dessa forma, cheguei no Brasil e fui aprender a escrever o português, eu fui aprender geografia, história brasileira. Até então eu sabia a história, geografia de Cuba, os heróis cubanos, Antonio Maceo, José Marti, mas não sabia quem era Tiradentes. Então, com 14 anos comecei a aprender o que era o meu país. Nos foi tirada muita coisa, sim.

> "A ditadura nos tirou a infância, nos tirou metade da juventude, nos deixou com sequelas. Nos tirou nossos pais guerreiros, militantes, tios"

A ditadura nos tirou a infância, nos tirou metade da juventude, nos deixou com sequelas. Nos tirou nossos pais guerreiros, militantes, tios. Paradoxalmente, nos deu uma bagagem de vida, que poucos têm, porque nós, hoje, temos maturidade. Nós, essas crianças, acabamos amadurecendo à força, a ferro e fogo. Com 13 anos, eu lia *A Revolução dos Bichos* e *1984*. Porque o povo cubano é muito culto. Eles podem não ser ricos financeiramente, mas é um povo muito culto, porque se promove muito a leitura, o debate. Até nisso na escola, na volta ao Brasil, eu era muito mais madura que as minhas colegas. Foi muito difícil entender a linguagem, por exemplo, porque enquanto eu falava de militância política, elas falavam de outras coisas que para mim eram totalmente alheias ao meu conhecimento.

Isso é o que me lembro da minha infância. Foi uma infância dolorida. Tivemos uma perda grande. Não só a do meu pai mas a de outros companheiros. Eu cresci escutando histórias de companheiros que foram mortos, torturados (o meu pai, inclusive, porque as marcas das torturas eram evidentes quando íamos visitá-lo na prisão). Mas nunca se acostuma a escutar. Sempre que escutamos um novo relato é muito doído, dói demais. E é uma sequela que se leva, mas também levamos essa experiência, essa bagagem toda.

Postei a foto do meu pai uma vez, tirada no Presídio Tiradentes, e o Gregório, filho do Virgílio, que cresceu com a gente em Cuba, perguntou para mim "O que você diria para esse jovem, porque hoje você é mais velha do que ele?". Porque meu pai era jovem, tinha 30 anos quando foi preso. Eu respondi: "Faria exatamente igual a ele, nem um milímetro diferente, nada". Acho que ele foi um grande guerreiro. Eu o perdi, mas tenho certeza que até o momento do último suspiro ele não se arrependeu, porque estava lutando por aquilo que acreditava. Ele me deixou esse legado "Lute toda a sua vida por aquilo que você acredita, por aquilo que você acha justo. Mesmo que isso signifique a sua morte, nunca deixe de fazer isso". É a entrega total de um ser humano para uma causa, isso não tem preço. É um orgulho total dele e dos companheiros dele. Faria tudo igual a ele, acho que ele fez tudo certinho.

CÉLIA SILVA COQUEIRO nasceu em 25 de Julho de 1965 em São Bernardo do Campo (SP). Filha de Aderval Coqueiro e Isaura Silva Coqueiro, começou a estudar ballet clássico em Cuba e continuou no Brasil. Trabalhou na ASTC (Asociación Sandinista de Trabajadores de La Cultura) em Manágua/Nicarágua durante o processo da Revolução Sandinista (1987 a 1990). Trabalhou no Brasil implantando projetos de formação de técnicos na área cultural focado na dança para crianças carentes no Paraná e em São Paulo. Hoje faz faculdade de Gestão de Políticas Públicas e trabalha no Poder Público de São Paulo.

À direita, Célia se prepara para apresentação de ballet clássico

Aderval Alves Coqueiro nasceu em 18 de julho de 1937, em Aracatu (BA). Filho de José Augusto Coqueiro e Jovelina Alves Coqueiro. Morto em 6 de fevereiro de 1971, no Rio de Janeiro. Militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Casado com Isaura Silva Coqueiro, com quem teve duas filhas, Suely e Célia.

Como candango, participou da construção de Brasília (DF). Desde 1961, passou a viver em São Paulo, onde trabalhava como operário da construção civil. Iniciou cedo sua militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Desligou-se desse partido e passou a integrar o Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), centrando suas atividades na zona rural. Posteriormente, ingressou na Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB. Passou a viver em São Bernardo e Diadema, na grande São Paulo, quando trabalhou como operador de máquinas e vendedor autônomo.

Preso em 29 de maio de 1969, na 2ª Companhia da Polícia do Exército (PE), em São Paulo, foi transferido para o DOPS/SP e torturado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Finalmente, permaneceu encarcerado no Presídio Tiradentes. Em junho de 1970, foi banido do território brasileiro, por ocasião do sequestro do embaixador da Alemanha no Brasil, Ehrenfried von Holleben, ocorrido em 11 de junho de 1970, dirigindo-se para a Argélia com outros 39 presos políticos. Deslocou-se para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha, e retornou ao Brasil como integrante do MRT.

Coqueiro foi o primeiro banido a retornar ao país. Regressou ao Brasil em 31 de janeiro de 1971, indo morar em um apartamento no bairro Cosme Velho, Rio de Janeiro, onde foi localizado e morto em 6 de fevereiro de 1971.

Segundo testemunhas, uma grande área do bairro foi cercada pelos agentes policiais com o objetivo de evitar sua fuga. Assim que os policiais do DOI-CODI/RJ invadiram o apartamento, começaram a atirar. Coqueiro foi abatido pelas costas no pátio interno do prédio.

Isaura Silva Coqueiro nasceu em Almenara, pequena cidade de Minas Gerais, em 21 de abril de 1941. Filha de José Américo Alves da Silva e Amélia Alves da Silva. Ainda pequena mudou-se para o sul da Bahia com a família, onde conheceu e casou-se com Aderval Alves Coqueiro, sendo a cerimônia religiosa realizada quando ela tinha 17 anos. No final de 1960 nasceu a primeira filha do casal, Suely. Mudaram-se para Brasília em 1961, cidade na qual se realizou a cerimônia civil de casamento em 17 de julho de 1962.

Em 1963 a família decidiu se mudar para São Paulo em busca de melhores oportunidades de trabalho. Em 1965, em São Bernardo, região metropolitana paulista, nasceu a segunda filha, Célia.

Quando Aderval foi preso, em 1969, e banido do país na troca do embaixador alemão em 1970, Isaura permaneceu no Brasil com as filhas.

Saíram do Brasil somente um ano após o assassinato de seu marido, em 1971. Permaneceram durante um ano no Chile e, após o golpe militar chileno, mudaram-se para Cuba. Lá ficaram por 7 anos, retornando ao Brasil após a da Lei da Anistia em 1979.

Família Coqueiro

1. Foto em família, Aderval em pé com a mão no ombro de Isaura

2. Suely em Brasília (DF), 1961

3. Célia em Brasília (DF), 1961

4.Coqueiro tocando violão com amigos, em Brasília (DF), 1963

1

2

3

4

5. *Em Diadema, onde Aderval fundou a primeira Sociedade de Amigos de Vila Nogueira*

6 e 7. *Fotos de Aderval Coqueiro tiradas no DOPS, pouco antes do banimento*

9

COQUEIRO - Aderval Alves Coqueiro -vulgo"Baiano" P.25
ou "Haroldo".

Componente da ALA VERMELHA. Seg.Inf.297-E2,foi prêso por estar envolvido em diversos atentados terroristas e assaltos a bancos,tais como: assalto ao Banco Francês e Italiano,em 7.4.69,tentativa de assalto a Perua do Banco Francês e Italiano,em 24.3.69,assalte ao Banco F.Barreto -Osasco,em 17.3.69.

Libertado e enviado à Argélia, em junho/70, conforme exigencia dos sequestradores do Embaixador da Alemanha Ocidental no Brasil, Sr.Ehrenfried von Holleben.

Os documentos

8. *Documentos de Aderval entregues à Isaura antes de entrar na clandestinidade: "Isaura, esses documentos não me servem para mais nada, guarde que para você talvez algum dia sirvam"*

9. *Fichas de Aderval do DOPS*

10

TERRORISTA BANIDO VOLTOU E FOI MORTO EM TIROTEIO

RIO (FT) — O bandido terrorista Aderval Alves Coqueiro, o "Baiano" ou "Haroldo", que havia sido banido do país, foi morto sábado num bairro da Zona Sul, durante um tiroteio com elementos da Segurança.

Nota oficial distribuída mais tarde indicava que o terrorista Coqueiro havia sido trocado pelo embaixador alemão von Holleben, em junho do ano passado. O bandido retornou ao Brasil e, ao ser descoberto, reagiu à prisão e foi morto.

É a seguinte a nota distribuída pelas autoridades da Segurança, datada do dia 6 último:

"Cêrca das 13h30 de hoje, dia 6 de fevereiro de 1971, foi localizado na rua Cosme Velho n.o 1061, apto 202, o terrorista Aderval Alves Coqueiro, conhecido como "Baiano", "Haroldo" ou "Coqueiro", banido do território nacional pelo decreto n.o 66.716, de 15 de junho de 1970, por haver sido trocado pelo embaixador alemão von Holleben.

"Reagiu violentamente à prisão, sendo morto no local.

"Prosseguem as investigações, em função de informações disponíveis a respeito da possível entrada de outros banidos".

VIDA DE TERROR

Aderval Alves Coqueiro, de 33 anos de idade, pertencia à chamada Ala Vermelha do Partido Comunista. Participou de vários assaltos a bancos e carros de valores, em São Paulo. Em 13 de maio de 1969, realizou, com um grupo, um atentado a bomba contra uma empresa de [illegible], também em São Paulo. Com outros comparsas, assaltou ainda a Rádio Independente, de São Bernardo do Campo.

Mais tarde, foi preso e, em seu poder, foram encontradas 91 bananas de dinamite, pequena quantidade de enxofre, clorato de potássio, nitrato de sódio, glicerina e pólvora, além de seis rolos de estopim, revólveres de diferentes calibres com munição e um transmissor-receptor.

Em junho de 1970, foi enviado para a Argélia, com mais 39 presos políticos, trocados pelo embaixador alemão von Holleben, que havia sido sequestrado pelos bandidos.

A manchete

10. *Manchete de jornal onde a família tomou conhecimento da volta cladestina de Aderval ao Brasil e sua morte imediata – documento encontrado em prontuário do DOPS, no Arquivo do Estado de São Paulo*

(Transcrição da carta à direita)

Argel, 14 de julho de 1970.

Querida Isaura

Beijos com muito amor para você, Suely e Célia. É com muitas saudades que passo a escrever-te esta cartinha, para dar-te minhas notícias e ao mesmo tempo desejando obter as tuas. Nós estamos bem de saúde.

O tratamento aqui é ótimo, o povo é cem por cento, mas temos o problema de não falar a mesma língua, mas já começamos a nos adaptar, o que mais prejudica é a saudade, tenho saudades de tudo, tenho saudades até das visitas, daqueles papos que nós batíamos, não consigo esquecer um minuto de ti, das meninas, de pai e dona Amélia. Lembro também e sinto saudades dos companheiros que ficaram presos, enfim sinto saudades de tudo, só não sinto saudades desta maldita prisão, é lógico, não posso sentir saudades de um ambiente tão horrível, porque gosto muito da liberdade não só para mim, mas para todos, todo ser humano tem direito à liberdade e tem o direito de ser feliz.

Dê lembranças a todos os parentes e amigos, abraços para o velho e dona Amélia, sempre com esperança, despeço, beijos na Célia e Suely por mim, e mais beijos de quem tanto te ama.

Aderval

(Transcrição da carta à esquerda)

Argel, 16 de julho de 1970.

Prezados companheiros do Presídio Tiradentes, Daniel José de Carvalho e mais todos,

Desejo que ao receber esta, estejam todos bem de saúde, pois isto para mim é motivo de satisfação. Penso que a situação para vocês deve ter piorado, depois dos últimos acontecimentos, mas mantenham calmos, com calma e coragem tudo se vence. Companheiros, a nossa viagem foi boa, um pouco cansativa devido à distância, muitas horas de viagem, mas aqui as coisas são diferentes, já estamos todos recuperados quem estava rebentado foi submetido a tratamento, também estão bons. Agora depois das festas da alegria e da emoção, vem a saudade, a preocupação com a situação de vocês e de nossas famílias, ainda não recebi cartas de casa, já enviei duas cartas e um telegrama, tudo isto deixa a gente preocupado, mas espero que tudo seja resolvido. Podem estar certos de que não esqueço vocês, sofremos juntos um bom tempo e isto deixa na gente um apego aos companheiros. Envio abraços a todos vocês, um abração a Pereira, Beto, Takao, Manoel Cirilo, Fernando, Marujo e mais todos sem exceção. A Joel, Jairo, Ancelmo e você. Aquele abraço de um companheiro que podem estar certos não esquece vocês.

Aderval Alves Coqueiro

Um abração aos dois Sérgios, Takaoka, Alípio, Roque, enfim a todos.

A vida em Cuba...

1. Célia com Domingos Leon, combatente venezuelano e amigo da família

2. Suely aos 12 anos (fazendo 3 com os dedos), Isaura, Isabel, filha de Virgílio e Ilda Gomes com 3 anos, e Célia com 7 anos no Hotel Havana Libre onde viveram ao chegar em Havana, Cuba, 1973

3. Na sequência, Suely e Isabel, 1973

1

2

3

4

5

4. Isaura no prédio onde moravam em Havana, Cuba, 1973

5. Célia com a Maria Antonia, filha de Antonio Benetazzo, falecida de choque anafilático aos 3 anos e meio, em Havana, Cuba

6. Festa de 15 anos de Suely e dos gêmeos Denise e Ailton Lucena, em Havana, Cuba, 1975

6

“Minhas filhas

por Isaura Coqueiro

O impacto da ditadura na vida das minhas filhas foi muito grande, muito difícil. Vivíamos clandestinos, mudando de um lugar para outro, nunca parávamos. Foi difícil para a mais velha, Suely, começar na escola. Ela foi estudar mesmo só depois que o pai foi preso porque naquele tempo não podia usar o sobrenome dele na escola, porque ele estava sendo procurado. A outra, Célia, era menor, mas mesmo assim sofreu porque essas mudanças impactavam nosso sistema nervoso. O marido sendo procurado, a qualquer hora podia ser preso, como foi mesmo. E gente não sabia se ele estava vivo ou morto.

Embora minhas filhas não reclamassem, a gente sentia que não era fácil, ir de um lugar para outro, elas não tinham liberdade para brincar com outras crianças. Quando a gente alugava uma casa, aparelho, elas não podiam fazer amizade com os vizinhos, visitar os vizinhos nem receber visita. Era assim em São Paulo e no Mato Grosso. Porque fomos para o Mato Grosso por um ano, antes de ele ser preso. Meu marido ficava em São Paulo e nos mandou primeiro para a Bahia e depois para o Mato Grosso. E ia nos ver a cada três meses. Depois, na época que ele estava muito procurado em São Paulo, fomos de novo para o Mato Grosso. Ficamos lá os meses de fevereiro, março e abril de 1969. No dia 29 de maio de 1969 ele foi preso.

Eu não sabia se ele estava vivo ou morto, só sabia que tinha tido um tiroteio. Comprei um jornal, onde não se dizia se ele estava vivo ou morto. Depois de muito tempo que eu fiquei sabendo que ele estava preso, que o pai dele já estava fazendo visitas.

Isaura e Suely em Brasília (DF), 1963

ficaram numa espécie de prisão”

Voltamos para São Paulo. Fomos morar clandestinos e as meninas não podiam nem estudar nem brincar com os vizinhos. E elas se ressentiam de não poder brincar com as meninas da vizinha.

Durante a clandestinidade elas ficaram numa espécie de prisão. Não era em todo lugar que eu podia levá-las para passear. Isso afetava a gente e afetava as crianças também. Sobre o pai estar distante, eu explicava para as meninas que ele estava trabalhando. Eu dizia “o pai foi para São Paulo”.

A Suely começou a estudar com 8, 9 anos; quando o pai foi preso eu matriculei ela na escola. Meu marido ficou preso por um ano. Eu levava elas para visitar o pai na prisão. A mais velha ia a cada quinze dias por conta da escola, para não faltar na aula todas as vezes que íamos visitá-lo. A pequena eu levava toda vez que ia, às quartas-feiras.

Elas se ressentiam muito de o pai estar preso. Não podíamos falar o motivo da prisão, tinha que inventar uma desculpa, não podia mentir nem falar a verdade. Quando nós chegamos do Mato Grosso, já fazia três meses que ele estava preso. Eu vi fotos dele no jornal com a cara toda inchada.

Quando alguém caía, volta e meia ele ia para a tortura. Mas quando nos encontramos, senti ele muito abatido, muito magro, estava com uma costela quebrada, com problema no ouvido.

Ele ficou um ano na cadeia e quando foi para a Argélia, banido, conversávamos por cartas. Quando fez oito meses que ele estava fora do Brasil, ele entrou clandestino no país. Eu não sabia que ele estava vindo.

Foi quando foi morto. Fiquei sabendo que ele estava no Brasil na hora da notícia da morte dele, no Rio. A gente nem sabia, ele ainda não tinha entrado em contato comigo ainda, ele estava no Rio e eu em São Paulo.

Tivemos que ir para o Rio. Levei as crianças, que viram o pai morto no caixão. A Célia, que tinha 4 anos, fala: “Eu não lembro muito do meu pai, não lembro muito da cadeia. A lembrança maior que eu tenho é dele no caixão”.

Foi muito difícil para mim, para as meninas, para o meu sogro. Foi um susto muito grande, a gente não esperava que ele estivesse no Brasil e de repente vimos na tevê que tinha sido assassinado. Foi a vizinha que viu a notícia com o nome do meu marido envolvido e foi em casa me chamar.

Como podiam ficar perseguindo a mim e às meninas, nós fomos embora do Brasil. Fomos para o Chile, onde moramos um ano e pouco. Depois decidimos ir para Cuba, que era o único lugar onde eu sabia que estaríamos seguros, que as meninas poderiam estudar e ter tudo que o governo cubano dava. Mandaram um convite de Cuba e eu fui com elas. Moramos sete anos lá e um ano e pouco no Chile. Foram, no total, oito anos fora do Brasil. Quando voltamos, a Célia estava com 14 anos.

Já tínhamos muitos amigos que estavam em Cuba, os Carvalho, a Dina, viúva do Devanir, os filhos da Dina. No começo, as meninas sentiram, mas logo aprenderam o idioma, sentiram intimidade com o espanhol, eu que demorei a aprender. Lá elas brincavam com as meninas da vizinha. Tinha aquela saudade da família e tal. Para mim foi difícil. Fui mais por causa delas, mas sinceramente, eu senti muito.

Em Cuba aí sim me senti segura, com as meninas seguras. O clima de lá é igual ao da Bahia, o povo cubano é muito solidário, muito alegre. Lá era tranquilo, as meninas puderam estudar, a gente tinha tudo, os cubanos davam tudo, casa, moradia, escola das meninas. Foi a época que ficamos mais tranquilas.

Eu não fui presa, mas não podia voltar para o Brasil, porque tinha a morte do meu marido e podia ser presa.

Aí chegou a época da Anistia e foi quando voltei ao Brasil. Fui a segunda pessoa a voltar, primeiro veio uma amiga nossa, e depois nós. Chegamos no dia da Anistia. Tinha um advogado, o Idibal Pivetta, aqui no Brasil que esteve em Cuba. Conversamos com ele, que ficou preparado para receber pessoas que estavam voltando do exterior, de Cuba. Ele nos recebeu, nos esperou no aeroporto.

Quando cheguei, houve uma pequena investigação no aeroporto. Me perguntavam o motivo de eu ter ido à Cuba, aquelas provocações. Falei que tinha sido muito bem tratada em Cuba. E quando saí, a minha família estava no aeroporto nos esperando. Na chegada, a gente leva um impacto, principalmente as meninas que ficaram fora do país por tantos anos. Elas sentiam muita falta de Cuba e depois, com o tempo, foram se adaptando.

De tudo que as meninas passaram, a prisão do pai marcou muito. Mas a morte foi o que mais marcou, para mim também. Fiquei sabendo como ele entrou no Brasil agora quarenta anos depois. Eu nem sabia como ele tinha entrado, qual era organização que ele estava, como ele tinha morrido.

Adotados pela Revolução Cubana

por Virgílio Gomes da Silva Filho

Eu sou Virgílio Gomes da Silva Filho, filho de Virgílio Gomes da Silva. Há minutos atrás um companheiro me perguntava se notamos que tínhamos ficado com alguma sequela por conta do que aconteceu conosco. Eu falo que não. Porém, sempre que tocamos nesse tema eu não consigo falar. Mas vou falar. O que sempre me vem à memória é a nossa relação familiar. Assim como a vida de qualquer família da classe operária naquela época, nós tínhamos poucas coisas, mas éramos felizes. O convívio era bom e alegre. Foi assim até que comecei a perceber que o meu pai não estava tão presente. Muitas vezes ele tinha que se ausentar e hoje sabemos o porquê. A luta dele exigia isso para a segurança da família.

Na época, eu tinha 6 anos de idade já completados. Estávamos em São Sebastião num dia chuvoso, ansiosos para ir à praia, mas a chuva não nos deixava. Na esperança de que o sol aparecesse, eu e meu irmão [Vlademir] estávamos sentados na varanda da casa quando vimos se aproximar uma comitiva de três ou quatro carros pretos. Eles desciam na frente de uma casa, todos entravam e saíam, entravam no carro de novo, voltavam, andavam mais, desciam em outra casa e assim iam fazendo batidas em cada casa. Isso até chegar na frente da nossa, onde entraram. Alguns pela janela, outro pelos fundos, outro pela frente. Foram empurrando tudo. Estavam todos armados com metralhadoras, revólveres. O que eu mais lembro na época, o que mais me marcou foi o jeito que eles entraram e pegaram o Manoel Cyrillo. Jogaram-no no chão, começaram a dar chutes nele. Eram cinco ou seis em cima do Cyrillo e o resto tudo bagunçando a casa. Aquilo era um caos na minha cabeça. Não sabia o que estava acontecendo. Estávamos minha mãe, o Vlademir, a Isabel e eu. Não sei o quanto de tempo isso durou.

À esquerda, Virgílio Filho, na casa dos tios, durante a prisão de sua mãe, em São Paulo, 1969

Fomos retirados às pressas da casa e levados para o carro da polícia. Quando passei por um dos carros, vi uma outra imagem muito forte que ficou gravada na minha memória. Foi de uma pessoa que eu não reconheci, que estava sentada no banco de trás do carro, todo amordaçado, ensanguentado. Estava sem camisa, com uma faixa no peito, olho todo roxo. Depois eu vim saber que esse era o meu tio Francisco Gomes da Silva, o Chiquinho, irmão do meu pai. Isso me marcou muito. Acho que me marcou tanto porque eu percebi que a brutalidade que eles cometeram entrando em casa iria resultar no que eu estava vendo dentro do carro. O que fizeram lá dentro com o Manoel Cyrillo ia se tornar aquilo que eu estava vendo dentro do carro.

“Eles não se dirigiam tanto a mim, mas ao meu irmão, perguntando onde estavam as armas, onde estava o meu pai, quem eram os companheiros do meu pai, quem visitava a minha casa”

Estava chovendo na estrada e a forma imprudente como dirigiam ocasionou um acidente. O carro rodopiou e capotou. Minha mãe estava com a Isabel nos braços e a preocupação com ela era tão grande que minha mãe se esqueceu de se proteger. Ao final, ela acabou desmaiando. Isso nos apavorou ainda mais, ver a minha mãe desacordada com a Isa nos braços e nós não sabíamos o que fazer.

Aí me lembro de nós já na Operação Bandeirante. Estávamos sentados numa sala pequena, eu e o meu irmão Vlademir. Nesse momento, a Isabel já não estava mais conosco. E uma mulher insistia muito em perguntar onde estava meu pai. Eles não se dirigiam tanto a mim, mas ao meu irmão, perguntando onde estavam as armas, onde estava o meu pai, quem eram os companheiros do meu pai, quem visitava a minha casa. E obviamente não tínhamos respostas para essas perguntas. É totalmente absurdo pessoas que se diziam profissionais da lei interrogar crianças sobre uma coisa para as quais elas sabiam que não tínhamos resposta. Não sei qual era o objetivo deles fazendo tais perguntas em tom de interrogatório, de intimidação.

Eu tinha 6 anos, o Vlademir 7 e pouco, o Gregório tinha 2 e a Isabel quatro meses. O curioso é que nessa data em que fomos sequestrados pela polícia, o meu pai já tinha sido preso e provavelmente já estava até sendo morto. Mas eles continuavam perguntando pelo Virgílio. Não dá para entender. Acho que era um negócio mórbido, doentio. Eu imagino que quando prenderam o Virgílio automaticamente todo mundo ficou sabendo do troféu que eles tinham conseguido, mas ainda assim continuaram torturando as pessoas, perguntando por alguém que já tinham matado. Então, da Operação Bandeirante fomos levados ao Juizado de Menores, uma casa com muitas crianças.

[Neste instante, Ilda Martins da Silva, mãe de Virgílio, interrompe e diz:] *“Acho que antes vocês estiveram no DOPS por dois dias. O Vlademir diz isso”.*

Na minha memória de 6 anos, tem coisas que eu me perco. Lembro que a gente ficou num lugar que dava para ver o Minhocão, mas não sei se foi antes ou depois. Mas sempre acompanhado por aquela mulher e outro cara. Mas, a partir daí, o que mais me marcou foi o Juizado de Menores, que era um lugar onde tinha muitas crianças. Dormíamos todos numa sala onde havia camas separadas. E em outro quarto minha irmã ficava num berçário, onde tinha outras crianças de berço também. Era numa casa, que não sei onde, não sei o endereço.

Também nunca procurei saber onde foi isso, mas era uma casa grande como se fosse uma casa normal, com quintal nos fundos, onde as crianças brincavam. Todos as crianças que chegavam lá tinham a cabeça raspada, aquela coisa para não proliferar piolho. Mas eu me revoltei e não deixei cortarem meu cabelo. Fui o único que ficou com o cabelo comprido ali. Lá, de dia, as atividades das crianças eram normais. O ruim mesmo era de noite. Eu não queria que a noite chegasse, porque tínhamos que ser separados e tínhamos medo de não nos vermos mais. Além disso, era de noite que batia a saudade da nossa mãe e da casa, sempre que escutávamos choros e soluços de outras crianças.

O pessoal que cuidava das crianças nos levava para passear durante o dia, mostrando casas e perguntando se queríamos morar numa casa daquelas grandes, bonitas, com famílias que podiam dar melhores condições para nós, onde havia brinquedos mais bonitos. E nós, na nossa relação, eu e o meu irmão Vlademir, tínhamos um código natural onde eu sempre deixava a resposta para ele. Eu sempre optei pelo silêncio. E o meu irmão sempre foi muito maduro para a idade. Ele conseguia lidar com essa situação melhor do que eu.

Então, hoje, depois de muito tempo eu entendo por que de noite ele ia na minha cama, me levantava e me levava para o berço da Isa. E a gente dormia debaixo do berço dela. Também lembro que, várias vezes, como eu era mais ágil que o meu irmão, ele me levava na cozinha da casa e fazia pegar a lata de leite Ninho, preparava a mamadeira da Isabel e dava de noite para ela. Ele tinha essa lucidez.

Ficamos lá por uns três meses, até que os meus tios conseguiram nos resgatar. E como éramos quatro irmãos não dava para ficar todo mundo com um parente só. Fomos distribuídos, repartidos pelos meus tios. Eu fiquei com a minha tia Nair, irmã da minha mãe, o Vlademir ficou com meus tios Nora e Miguel, também irmão da minha mãe. O Gregório com a minha tia Iraci e a Isabel com a minha tia Geni. Comecei a estudar na escola Carlos Gomes, em São Miguel Paulista. E começamos a ver a crua realidade da sociedade capitalista. Eu vendia sorvete na rua, depois da escola. Mas às vezes comia mais do que vendia.

Quando saímos do Juizado de Menores eu já tinha completado 7 anos e o meu irmão 8. Eu ainda não tinha noção da morte do meu pai. E minha mãe ficou mais nove meses presa. Até nossa saída do Juizado, não tínhamos visto a minha mãe, não sabíamos dela. Tenho meio que um bloqueio mental com relação a isso, não sei em que momento foi, se transcorreu muito tempo para começarmos a ter contato com a minha mãe. Nós éramos levados até uma esquina próxima do presídio Tiradentes, de onde minha mãe conseguia nos ver desde uma torre do presídio. Ela tirava a mão por uma frestinha, uma janelinha bem estreita e abanava um jornal. E minha avó ficava ali com a gente naquela esquina. E quando aparecia o jornal a minha avó falava: "Dá tchau que a sua mãe está vendo vocês agora". A gente dava tchau para a minha mãe, mas nós não a víamos. Nessa época, minha mãe estava incomunicável.

> "O pessoal que cuidava das crianças nos levava para passear durante o dia, mostrando casas e perguntando se queríamos morar numa casa daquelas grandes, bonitas"

O que me lembro de visitas ao presídio foi de um período mais à frente. Nós recebíamos presentes e lembranças dos presos políticos, artesanatos que eram fabricados por eles mesmos lá dentro. Teve até uma bicicleta que ganhamos, que foi presente dos companheiros do presídio. Aí sim me lembro que íamos visitar e fazer tipo um piquenique lá dentro, era como uma festa para mim lá.

Durante esse período de prisão da minha mãe nós permanecemos com meus tios. E quando ela saiu da prisão nós fomos morar em Poá, num terreno que um tio meu tinha cedido. Começamos a construir uma casa ali. Minha mãe não conseguia emprego em lugar nenhum e nós tínhamos que tentar sobreviver de algum jeito. Minha avó fazia paçoca, amendoim doce para vendermos. Em São Miguel Paulista, quando a minha mãe ainda estava presa, uma das minhas atribuições foi ser engraxate. A gente tinha uma caixinha de engraxate, que depois de vinte e tantos anos, quando voltei de Cuba o meu primo tinha ela guardada num canto da sala da casa, envernizada. Aquilo me emocionou muito.

Não tínhamos mais condições de morar no Brasil com essa forma de sobrevivência. Assim, companheiros orientaram e falaram para a minha mãe que nos ajudariam a sair do país. Isso foi em 1972. Saímos com destino ao Chile. Todo mundo com nome frio, documento falso. Moramos um ano no Chile no período do Salvador Allende.

Em março de 1973 fomos para Cuba. Lá foi onde conseguimos ter vida digna, infância feliz. Mesmo com a ausência do pai, nós tivemos todo apoio, todo suporte da Revolução Cubana, a solidariedade de todos os cubanos. Graças à Revolução Cubana hoje somos formados, profissionais. Sou engenheiro mecânico e engenheiro industrial. Tenho pós-graduação em construção de maquinário. Meus irmãos também são formados. Vlademir é engenheiro geólogo, hoje concursado da Petrobrás; Isabel é engenheira geóloga também e Gregório engenheiro civil. Ou seja, o que todo pai faz pelo seu filho, o que é dever de um pai, dar assistência econômica e garantir a educação do filho para se tornar um homem de bem, um homem produtivo, a Revolução Cubana fez com a gente. Fomos literalmente adotados pela Revolução Cubana.

Mesmo lá em Cuba, apesar da colônia de exilados brasileiros, existia a vontade de voltar, de continuar a luta. Começamos a militar na juventude do Partido Comunista cubano. Estudamos, nos prepararmos politicamente para poder continuar a obra daqueles que tinham caído. O nosso sonho era poder fazer isso, poder ver realizada aqui no Brasil o que estávamos vivendo em Cuba. Havia aulas de português, geografia, história. O Takao Amano, e vários outros eram nossos professores naquela época. Tínhamos a parte política e a parte educacional também, aprendíamos português, porque eu praticamente fui alfabetizado em espanhol. Havia grupos culturais, sendo que um dos mais entusiastas era o Pedro Prestes, filho de Luís Carlos Prestes. Também havia um grupo musical e assim éramos introduzidos à cultura brasileira. Era muito forte e isso alimentava todo dia a nossa vontade de voltar. E o retorno aconteceu em novembro de 1993, quando houve um choque cultural enorme. Ainda hoje eu não me acostumo.

Em Cuba, primeiro moramos num hotel durante três anos, sem pagar um centavo. Minha mãe tinha que brigar para trabalhar de voluntária no hotel para poder se sentir útil. Mas não queriam deixar ela fazer nada. Davam escola, habitação, e tudo no hotel era de graça. Nós apenas tínhamos que assinar o que consumíamos. Depois de três anos, o governo cubano nos ofereceu um apartamento com quatro quartos, sala, cozinha, banheiro, totalmente mobiliado com tudo, sem pagar um centavo. Nesse apartamento, moramos durante dezoito anos. Quando falo em choque cultural é porque lá nunca passamos o trinco na porta, os vizinhos não precisavam bater na porta nem anunciar visita, entravam como se fossem da família e o mesmo ocorria na casa deles. Se faltava açúcar numa casa, na outra tinha. Se faltava café numa casa, na outra tinha. Todo mundo se pergunta como a Revolução consegue, como o povo cubano consegue sobreviver nesse bloqueio econômico tão feroz que tem sobre ele. E um país que não tem nada de recursos naturais. Eles conseguem sobreviver e estão felizes e é isso, a solidariedade alimenta. Nós fomos testemunhas disso daí e chegando aqui no Brasil foi um choque enorme, tão grande, que até hoje a gente não se acostuma. Em Cuba, tinha uma rua e uma escola com o nome dele. O mais impressionante era isso, o meu pai lá em Cuba era um herói.

Eu acho que o mais importante agora é dar continuidade nesse processo de resgate da verdade, memória, tomar o exemplo de países como Argentina, Chile e Uruguai que conseguiram colocar no banco dos acusados aqueles que são responsáveis por tantas mortes, tantas torturas. É algo que temos que exigir, é impossível aceitar pessoas que mataram ocupem cargos públicos, sejam exemplos de cidadania, para gerações e gerações. Isso é ultrajante, humilhante e inaceitável. E usando da mentira, da amnésia que a história brasileira tem a respeito desse período.

Outra coisa super importante é chegar ao encontro dos restos mortais dos desaparecidos. Essa luta tem de continuar, não importa quanto tenha de escavar, alguém tem que saber onde estão. Não falo só do meu pai, falo de outros vários que estão desaparecidos até hoje. E eu ficaria feliz se nos livros de história, amanhã, eu visse que estão ensinando para as novas gerações que no período de 1964 até 1979 se matou muito aqui no Brasil.

1 e 2. Vlademir e Virgílio
3. Vlademir, Gregório e Virgílio
4. Virgílio, em São Paulo, 1969

Sequência de fotos feita por Zilda, amiga da família, na casa dos irmãos de Ilda no período da sua prisão para que soubesse que seus filhos estavam bem.

1

2

3

4

A partir da aparição do laudo de necrópsia do meu pai em 2004, onde dizia que ele tinha sido encaminhado do IML para o cemitério de Vila Formosa, ficou demonstrado que ele realmente tinha sido encaminhado para lá. No livro de entrada dos corpos na Vila Formosa dessa data há uma página arrancada. Então não se sabe em que quadra ele foi sepultado e isso propositalmente, claro. Um dos funcionários do cemitério Vila Formosa relatou que há uns tempos atrás havia sido feita uma remoção de ossos, quando jogaram ácido para corroer os ossos e impedir a identificação numa das quadras e que provavelmente poderia ter sido a quadra que tinham sido sepultados os "terroristas" da época. E que tinha sido feito um ossário debaixo. Mas lá há uma laje, uma escada e um monte de sacos cheios de ossos, sem identificação nenhuma. Ali é um descaso total, é a coisa mais vergonhosa que pode existir.

"Impossível aceitar pessoas que mataram ocupem cargos públicos, sejam exemplos de cidadania, para gerações e gerações"

O pessoal acha que está lidando com sei lá o quê, com qualquer objeto, menos com restos mortais E o local é impressionante, porque lembra até aqueles ossários da Segunda Guerra Mundial, dos campos de concentração nazista de tão desorganizados que era aquele negócio, tão assombroso... Aquilo me chocou muito, como pode ser que ainda exista hoje em dia um negócio desses? Então, para mim foi complicado.

VIRGÍLIO GOMES DA SILVA FILHO nasceu em São Paulo (SP) em 20 de novembro de 1962. Filho de Virgílio Gomes da Silva e Ilda Martins da Silva. Formado em Engenharia Mecânica e Industrial trabalha numa Empresa metalúrgica em Indaiatuba, interior de São Paulo.

Virgílio Gomes da Silva nasceu em 15 de agosto de 1933 em Sítio Novo, em Santa Cruz (RN), filho de Sebastião Gomes da Silva e Izabel Gomes da Silva. Desaparecido em 29 de setembro de 1969, em São Paulo. Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Era metalúrgico e casado com Ilda Gomes da Silva, com quem teve quatro filhos. De uma família pequena e humilde, Virgílio e seus parentes vagaram por várias partes do país depois de deixarem o Rio Grande do Norte. No Pará, a família trabalhou em um grande seringal da companhia estadunidense Ford, em Fordlândia. Em 1945, Virgílio voltou ao seu estado natal com a mãe e dois irmãos. A mãe passou a viver da agricultura de subsistência em um pedaço de terra em Sítio Novo. Em 1951, sem perspectivas, Virgílio seguiu para São Paulo. Na capital paulista, trabalhou como garçom balconista, mensageiro e guarda. Comprou um bar com as economias trazidas pela mãe, quando ela veio morar em São Paulo. Sua mãe não se adaptou ao clima da cidade e retornou ao Nordeste, em 1957. Virgílio vendeu o bar e foi morar no bairro de São Miguel Paulista com os irmãos, tornando-se operário da Nitroquímica.

Ainda em 1957, ingressou no PCB e passou a integrar o Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo, exercendo liderança também entre os trabalhadores da Lutfalla. Em 1963, comandou uma greve de três mil operários da Nitroquímica, durante a luta pela conquista do 13° salário. Ao buscarem apoio dos empregados da Lutfalla, forçaram a entrada, quando o dirigente da empresa atirou em um operário e em Virgílio, ferindo-o gravemente. Assim mesmo, os operários conseguiram entrar na fábrica e paralisar as máquinas. Depois disso, Virgílio foi transferido para a sede do sindicato, de onde só saiu após o golpe de 1964. Nessa época, foi preso por quinze dias. Seis meses após sua prisão, percebeu que estava sendo seguido e fugiu para o Uruguai. Lá permaneceu por pouco tempo, pois, preocupado com sua atividade política no Brasil e com seus familiares, retornou ao país. Em 1967, seguindo a orientação de Carlos Marighella, integrou a Dissidência do PCB. Entre outubro de 1967 e julho de 1968 fez treinamento de guerrilha em Cuba como integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

No início de setembro de 1969, comandou a ação do sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, obtendo a libertação de quinze prisioneiros políticos brasileiros. Foi preso em 29 de setembro de 1969, na Avenida Duque de Caxias, em São Paulo, por agentes da Operação Bandeirante (OBAN) em setembro de 1970. Virgílio chegou à sede da OBAN encapuzado, vindo a morrer 12 horas depois.

Ilda Martins da Silva nasceu em 30 de maio de 1931 em Lucianópolis (SP). Mudou-se para a cidade de São Paulo em 1941, e foi trabalhar na empresa Nitroquímica de São Miguel Paulista.

Foi no movimento sindical que ela e Virgílio se conheceram. Casados, tiveram quatro filhos.

Em 29 de setembro de 1969, Virgílio foi preso, Ilda foi sequestrada em São Sebastião, no litoral de São Paulo, junto três de seus quatro filhos: Vlademir, Virgílio e Maria Isabel, um bebê de quatro meses. Gregório, então com dois anos, não foi levado por não estar em casa. Ilda permaneceu presa por nove meses, ficando incomunicável sem qualquer notícia dos filhos por quatro meses. Na Operação Bandeirante, foi torturada. Depois, foi transferida para o DOPS e, por último, esteve no Presídio Tiradentes. As crianças foram enviadas ao Juizado de Menores e ameaçadas por agentes da ditadura de serem entregues para adoção.

Perseguida após sair do Presídio Tiradentes, seguiu um ano depois para o exílio, inicialmente no Chile, por um ano, e depois em Cuba, de onde retornou após a formatura dos quatro filhos, em Havana. Desde então, Ilda e seus filhos seguem lutando por memória, verdade e justiça. Hoje, vive em São Paulo (SP).

Família de Virgílio

1. Ilda e Virgílio namorando, em São Paulo, 1960
2. Virgílio aos 17 anos, no Rio Grande do Norte
3. Ilda, grávida do Virgílio e Vlademir no Zoológico em São Paulo, 1962
4. Virgílio e Vlademir no bairro de São Miguel Paulista, São Paulo, 1962
5. Vlademir, na casa onde viviam em Poá (SP), 1965
6. Vlademir e Virgílio, na mesma casa, 1963

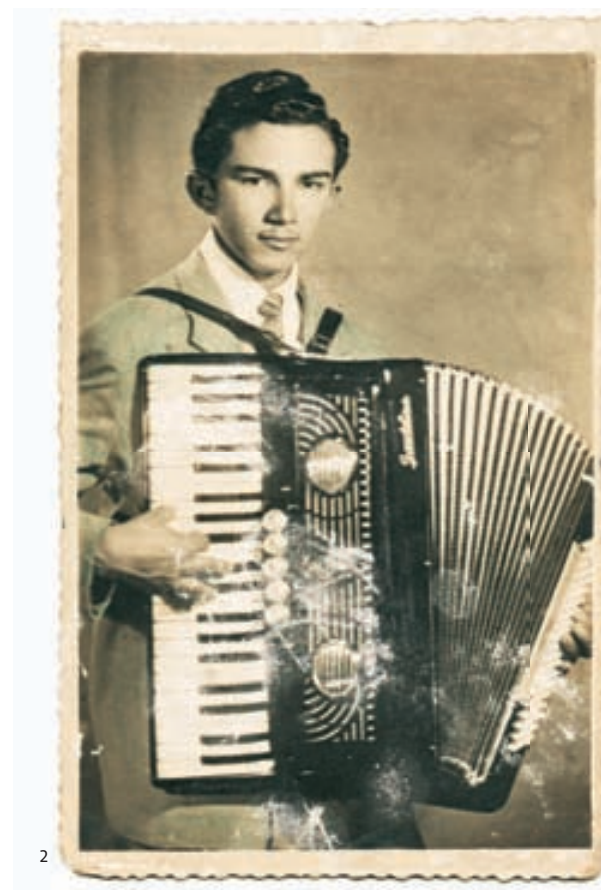
1

2

3

4

5

6

RAPTO DESENCADEIA CAÇADA NACIONAL A TODOS TERRORISTAS

Última Hora

Pistolas, perucas e maquilagem

Nixon muito preocupado

Ameaça é contra todos

7

7. Capa do Jornal Última Hora, com manchete que noticia a caça aos sequestradores do embaixador norte-americano, 1969

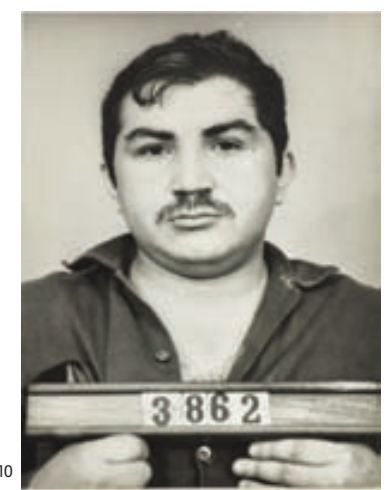
8. Francisco, irmão de Virgílio, com sua mãe Isabel durante visita na prisão

9. Virgílio em uma manifestação do Sindicato dos Químicos de São Paulo

10. Francisco, irmão de Virgílio, na prisão

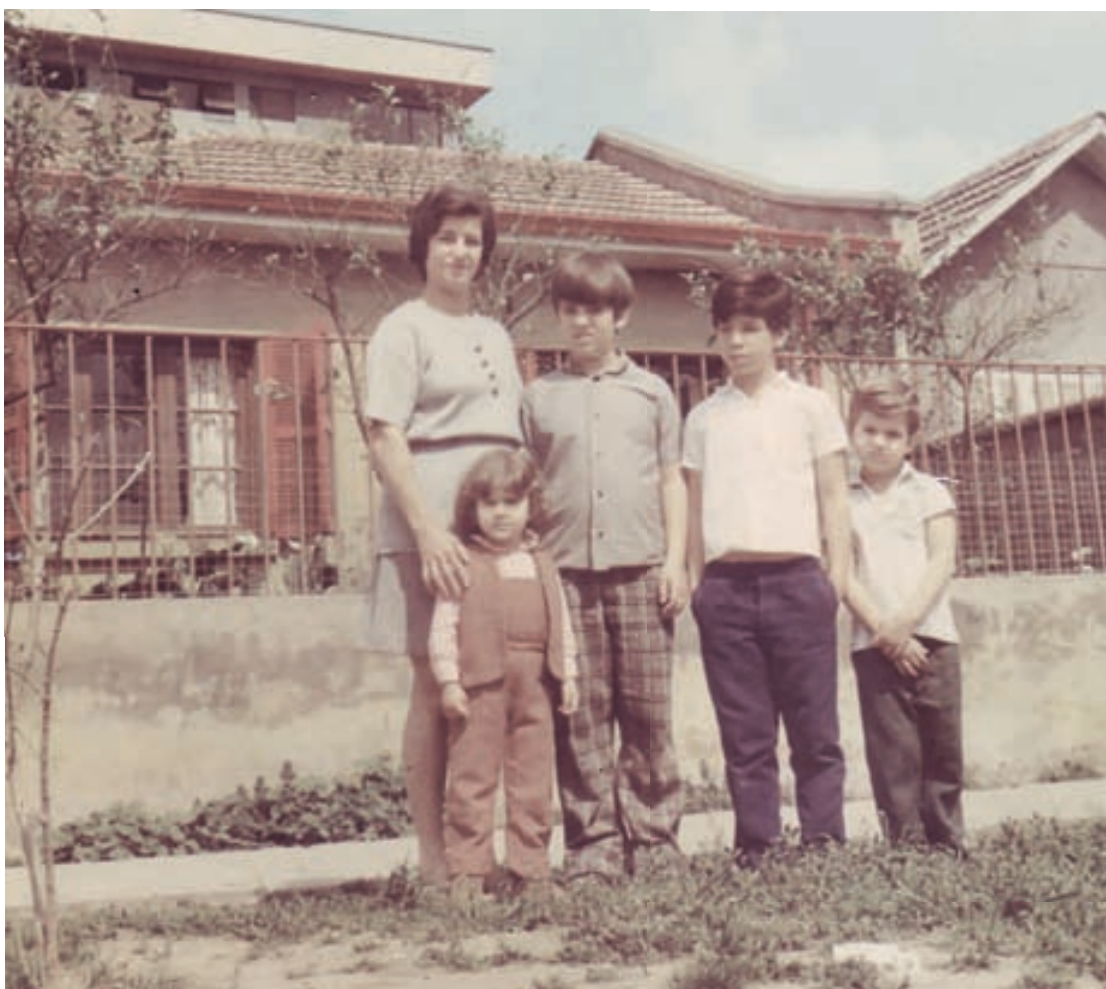
8

9

10

11. Isabel, 1969. Foto feita pelos tios Geni, irmã de Ilda, e Dagoberto, que cuidaram dela durante a prisão de sua mãe, em São Paulo

12. Ilda, Isabel, Vlademir, Virgílio e Gregório na rua onde moravam durante o exílio no Chile, 1972

11

12

A vida em exílios...

1. Gregório, Isabel e Virgílio na casa da Iara Xavier, no aniversário do seu filho Arnaldo, em Cuba, 1976. Ao fundo foto de Carlos Marighella coberta por bexigas verde e amarela
2. Ilda e Virgílio dançando, Cuba, 1985
3. Cédula de Identidade de Isabel Gomes, Chile, 1972
4. Gregório em Cuba, 1983
5. Vlademir em Cuba, 1982
6. Vlademir, Ilda, Teresa, esposa do Vlademir, e Isabel em Cuba, 1984
7. Carteira de estudante de Virgílio, Cuba, 1978
8. Ilda e Isabel em Cuba, 1986
9. D. Isabel, mãe de Virgílio, em viagem à Cuba, com Isabel, Gregório, Ilda, Virgílio, Niurkis e um amigo da família. Foto tirada em frente ao prédio onde a família morava, 1985
10. Gregório, Isabel, Virgílio, Ilda e Vlademir no Brasil, 2010

1

2

3

REGISTRO CIVIL E IDENTIFICACION
CEDULA DE IDENTIDAD
7.519.415-3
SANTIAGO
ISABEL
GOMES
MARTINS
NO TIENE
PROFESION
FIRMA DEL INTERESADO
REPUBLICA DE CHILE

4

5

6

7

FEDERACION DE ESTUDIANTES
DE LA ENSEÑANZA MEDIA
FEEM
NOMBRE Virgilio Gómez Da Silva
CENTRO
MUNICIPIO DIRECCIONAL
REGION
FECHA ENTREGA
FECHA VENCIMIENTO
CARNET
Nº 465875
PRESIDENTE
CONSEJO NACIONAL

8

9

10

“Diziam que eu era muito perigosa”

por Ilda Martins da Silva

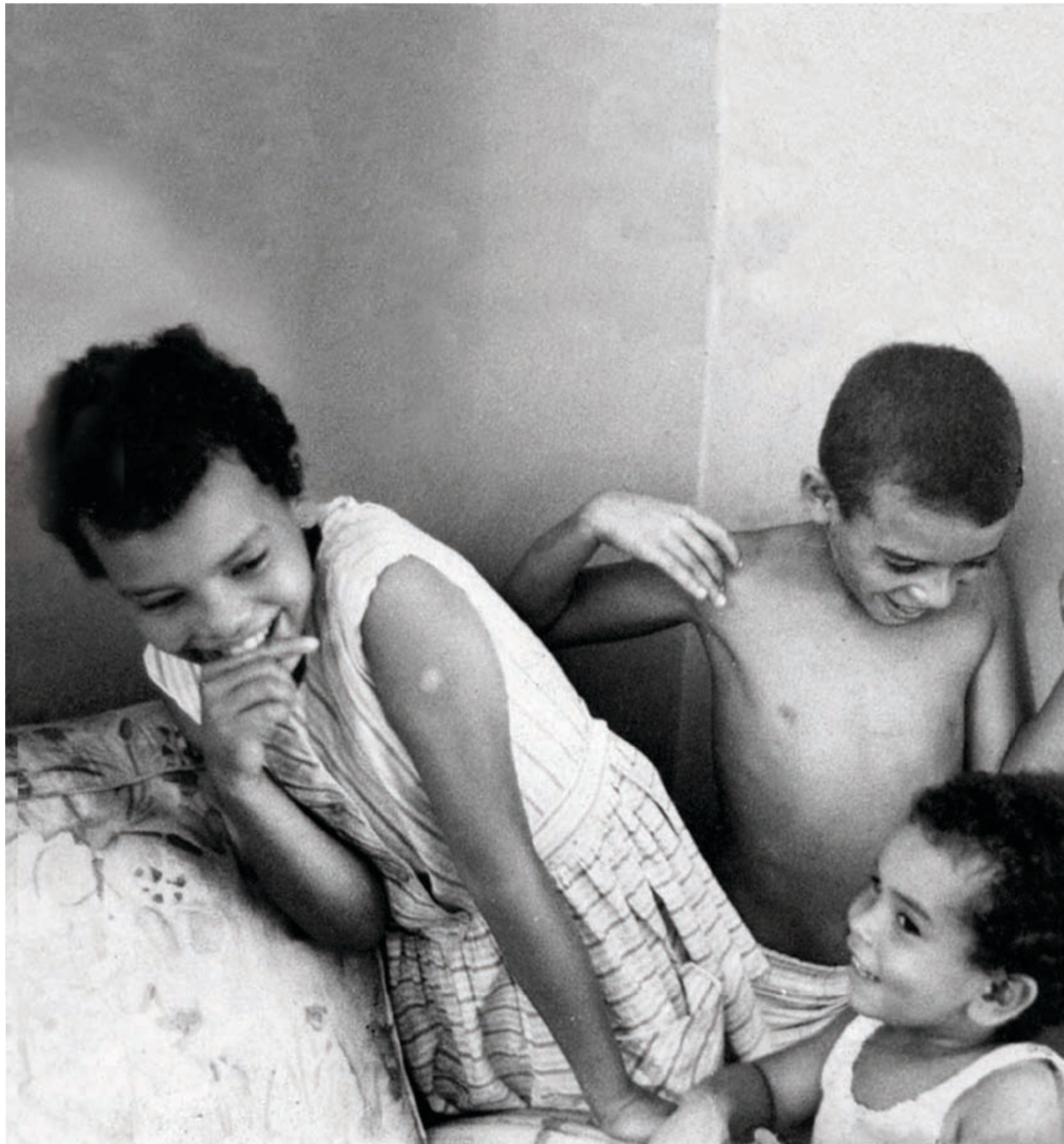
Acho que a minha história todo mundo já conhece bem, então só vou reforçar. Fui presa em São Sebastião, com três dos meus quatro filhos. O Gregório não foi preso porque estava com a minha sogra. Foram presos o Virgílio, com 6 anos, o Vlademir, com quase 8 e a Isabel, com quatro meses. No caminho de São Sebastião para São Paulo houve um acidente sobre o qual eu nunca falei. O carro capotou, eu desmaiei, os meus filhos estavam junto comigo e viram o acidente também. Fui levada ao hospital para ver se tinha me machucado. Depois viemos para São Paulo e fomos diretamente para a Operação Bandeirante, onde começaram a me interrogar, fazer perguntas sobre o Virgílio.

Eu falei para eles que tinha as crianças pequenas, que a Isabel precisava se alimentar e eu precisava de alimentação para eles. Então deram uma mamadeira para a Isa e depois fui separada dos meus filhos. Sei que eles sofreram. E eu sofri ainda mais, porque não sabia nada e aquela situação era dura para mim, sozinha na Operação Bandeirante, sem ter notícias de ninguém e perder o que era mais querido para mim, os meus filhos.

Fiquei incomunicável por quatro meses no presídio. Todo mundo tinha visita, mas eu não. Diziam que eu era muito perigosa e não podia ter visita. Meus filhos iam todo domingo me visitar, mas não deixavam eles entrarem. Até que um dia, depois de quatro meses, embora eu ainda estivesse incomunicável, deixaram a Isa entrar no presídio. Ela era bebê, tinha uns oito meses, ainda não andava. Eu fiquei louca com a minha filha lá. Passeava com ela, mostrava para uma, para outra. Até que caí na escada. Havia uma escada da torre para outras celas e torci o pé e caí. Chamaram a polícia, que veio, me algemou, me colocou numa maca e levou para o hospital. Na saída, entreguei a Isa para a minha irmã que estava lá esperando. Meus filhos estavam lá também, mas acho que eles não me viram deitada na maca.

Ilda, ainda solteira

Tem também a história do álbum de fotografias. Quando me entregaram as fotografias no presídio para ver os meninos, as carcereiras vieram na hora que terminou a visita e queriam que eu entregasse as fotografias porque eu estava incomunicável. Então as companheiras todas se revoltaram, falaram: “Como que iam pegar a fotografias?” Disseram que fotografia não transmitia nada, que eram apenas os meus filhos. Uma das carcereiras falou que não, que eu não podia ficar com as fotos deles porque estava incomunicável. Mas as companheiras todas se revoltaram e eu consegui ficar com as fotos.

São coisas que vão marcando, a gente vai lembrando aos poucos e aí cada coisa é uma mais dura que a outra, mais triste, e cada coisa que a gente vai lembrando é como se desse uma punhalada. Eu peço desculpas. A gente chora é porque é duro mesmo, quem passou por isso sabe que é difícil a gente relembrar do passado sem chorar.

A inocência perdida

por Ângela Telma Oliveira Lucena

Sempre que a gente fala desses assuntos, as pessoas têm uma tendência a achar que filho de comunista é amargurado, mal-humorado, irritadiço. Somos seres humanos como todos os outros. Passamos por um processo difícil, sem dúvida nenhuma, mas isso não nos tornou monstros e nem insensíveis. Temos a nossa dor, claro. Todos nós temos. Até os filhos dos comunistas. Ao contrário do que dizem, que comunista não tem sentimento.

Sou Ângela Telma Oliveira Lucena. Sou filha do Doutor, que era o apelido do meu pai. Como ele era um cara de extrema inteligência, as pessoas o chamavam assim, apesar de ele ser analfabeto. Minha mãe, Damaris Oliveira Lucena, era operária e a nossa casa sempre foi um ponto de reunião dos companheiros e de muito movimento.

Assim, eu poderia dizer que nós perdemos a inocência muito cedo. Porém, perder a inocência não significa que nós também não fôssemos crianças e tivéssemos momentos felizes. O que tínhamos era muita clareza sobre a atividade dos nossos pais. Sabíamos no que eles estavam envolvidos, embora não imaginássemos a magnitude e os desdobramentos que poderiam trazer.

Mas a nossa mãe sempre dizia: "Olha, não se afastem muito de casa, brinquem aqui perto, cuidado com o que vocês falam, não desapareçam. Porque se a polícia chegar a gente tem que sair correndo". Parece maluco dizer isso para crianças. Mas quem é filho de nordestino entende. Nordestino fala claramente com os filhos. Nossos pais eram muito claros, muito objetivos quando conversavam com a gente.

À esquerda, Denise, Adilson e Ângela Telma, Cuba, 1970

"Nós perdemos a inocência muito cedo. Porém, perder a inocência não significa que nós também não fôssemos crianças e tivéssemos momentos felizes"

Então, no momento em que ficamos clandestinos, para lá e para cá, aconteceu uma coisa muito curiosa. É uma lembrança muito boa que eu tenho, porque, na verdade, eu tive muitos pais. E tem um pai em especial que eu quero destacar aqui, que me tratou com muito carinho, com muito respeito, que era o Eduardo Leite Bacuri. Ele frequentava muito a nossa casa, tinha muita paciência, me pegava no colo, trocava minhas fraldas, me dava comida. Eu tive a possibilidade de contar isso para a Duda [Eduarda, filha de Bacuri]. E ela falou que tinha uma dor muito grande. E disse: "Eu queria que o meu pai tivesse feito isso para mim". Nós fomos formando uma família. Não era uma família biológica, mas foi mais importante e mais significativa do que a nossa própria, com quem nós não convivemos.

Eu era perdidamente apaixonada pelo Bacuri, porque ele tinha olhos lindos. Ele me pegava no colo e eu ficava olhando para aquele homem. Acho que meu sonho era casar com um homem de olho claro por conta do Bacuri. Eu olhava para ele, aquele homem tão bonito. E falava para minha mãe: "Ele é tão bonito, não é?" Muitos anos depois, casei com um homem de olhos azuis.

Então, fomos tendo várias famílias, vários irmãos, primos, tios. Para falar a verdade, de muita gente eu vim a descobrir o nome recentemente. Eu não sabia como eles se chamavam. Essa convivência com os companheiros foi muito forte, muito marcante, porque eles faziam o papel dos pais que não estavam ali. Ficávamos nos aparelhos, dormíamos aqui e acordávamos ali. Um penteava o cabelo e o outro escovava os dentes. Você dormia com um companheiro de noite e quando acordava já era outro.

Tem algo que eu gostaria de destacar. As pessoas sempre colocam em dúvida se eu realmente consigo lembrar da morte do meu pai. Foi um fato para mim muito marcante. Eu tinha 3 anos e meio e as pessoas questionam e dizem: "Alguém com 3 anos e meio não pode lembrar disso". Eu

Ângela Telma, Cuba, 1970

"Eu gostaria muito de poder apagar esse momento do assassinato do meu pai da minha vida. Mas eu não posso, eu não quero, e eu não consigo. E eu não vou"

gostaria muito de poder apagar esse momento do assassinato do meu pai da minha vida. Mas eu não posso, eu não quero e eu não consigo. E eu não vou. Porque a única memória que tenho do meu pai é exatamente o momento da morte. Foi muito violento para mim. Foi muito triste. Eu tive, daquele momento em diante, fortes crises de enxaqueca. Eu sonhava todas as noites com uma coisa que não sabia exatamente o que era. Eu não conseguia ver filme de guerra, mas não deixava que minha mãe percebesse. Não queria que ela percebesse que a gente estava sofrendo. Porque sofrer também fazia parte da nossa história. Foi difícil? Foi. Foi duro? Foi. Mas eu não quero apagar. Eu lembro perfeitamente. Eu lembro como ele estava vestido. Eu lembro exatamente como tudo se desenrolou naquele dia. Eu estava no colo da minha mãe, e quando fui crescendo, durante muitos anos ficava pensando se tinha sonhado aquilo ou se era realmente um fato que tinha ocorrido.

Eu vivia um conflito entre apagar, riscar aquilo da minha vida, mas, ao mesmo tempo, sabia que se fizesse isso, estaria riscando a história da minha família. E eu não queria isso.

Quando nós saímos do Brasil, a minha mãe teve uma oferta do governo cubano para que fôssemos ao psicólogo. E minha mãe disse: "Meus filhos não precisam de psicólogo. Eles próprios vão administrar e eu vou ajudar os meus filhos a administrar a situação. Porque eu nunca menti para os meus filhos. Eu sempre disse para os meus filhos qual era a nossa atividade". Isso não é uma crítica a quem vai ao psicólogo. De jeito nenhum. Mas eu consegui administrar a situação à minha maneira. Acho que meus irmãos também devem ter administrado da maneira deles.

A morte do meu pai mudou completamente a minha vida. A partir daquele momento sabia exatamente de quem eu era filha, como meu pai tinha morrido. Eu vi minha mãe muito torturada. Ela começou a apanhar no momento em que meu pai foi morto, ali na nossa frente. Me arrancaram dos braços dela. Eu lembro exatamente como aconteceu. Então, a nossa inocência, a minha, particularmente, foi perdida ali naquele momento. Mas isso não me transformou em uma pessoa amargurada, nem frustrada, nem triste. Talvez uma pessoa mais introspectiva, talvez uma pessoa com excesso de responsabilidade, talvez uma pessoa que, às vezes, raciocina muito porque sabe qual é o peso de levar o sobrenome Lucena. Não é fácil ser filha da Damaris e do Doutor. Não é fácil fazer parte de uma história de dois heróis da nação brasileira. De saber que para estar viva aqui, hoje, contando a nossa história, muita gente morreu. Quantas pessoas tiveram que dar a vida para que a gente tivesse esta democracia? Vivemos um conflito, mas é um conflito que tem um lado muito positivo.

Quando fomos presos, nos levaram para o juizado de menores e as pessoas falavam: "Poxa, mas ela é muito pequena, ela não lembra". É lógico que lembro. As nossas camas eram molhadas. A gente dormia na cama molhada. Os filhos dos terroristas. Então a gente ficava ali, víamos que todas as crianças nos olhavam de uma forma estranha e nos sentíamos estranhos também. Eu pensava: "Puxa vida, eu estou vivendo isso aqui, que não vai acabar nunca". Eu não tinha noção de tempo, mas tinha muito claro que tinha muito a ver com a atividade dos meus pais.

Eu não queria causar mais dor e sofrimento para minha mãe do que ela já tinha tido. Então não conversava sobre esse assunto com ela, que já tinha sua parcela de dor, de culpa, de responsabilidade. Por várias vezes ela disse para a gente que se sentia mal de ter colocado os filhos na luta. E um dia eu disse "Não se sinta mal. Nós somos produtos do meio e da luta que vocês tiveram e temos orgulho do que somos. Nós estamos com vocês. Nós temos orgulho do nome de vocês. Nós queremos levar a luta de vocês adiante. Vocês foram capazes de pegar em armas para defender os ideais de vocês. Vocês acreditaram naquilo. Isso para nós é a coisa mais importante. É o maior legado que alguém pode transmitir para os filhos".

Quando ela diz que nunca disse para a gente, "ah, vocês precisam ser comunistas, ou revolucionários ou de esquerda", é verdade. Ela nunca disse. O comportamento que ela tinha, a maneira como ela agia mostrava para a gente o que ela era, como ela acreditava. A vida inteira ela foi coerente com o que defendia. Minha mãe sempre foi uma pessoa que lutou, compartilhou, dividiu tudo o que ela tinha com as outras pessoas. E ela não poderia ter caído em um lugar melhor do que Cuba.

O meu pai, quando era vivo, viu o triunfo da Revolução Cubana. E ele dizia para minha mãe "O meu sonho é que os meus filhos estudem em Cuba". Mal sabia ele que ia ter que dar a própria vida para que aquilo fosse possível. Então, para nós, é muito significativo. Dizem que os desejos, às vezes, se transformam em realidade. Eu acho que no fundo eles dois sabiam que, de certa maneira, o que eles estavam dando para a gente era uma nova possibilidade de vida.

Nós perdemos, de fato, a nossa inocência, perdemos o nosso pai. Fomos parar em Cuba. Eu cheguei com 3 anos e meio, fui para creche. Aprendi a falar espanhol, e acho que hoje falo melhor espanhol do que português porque fui alfabetizada em espanhol. Então a gente viu que aquele sonho de liberdade, de uma sociedade mais justa, era possível. Tudo o que o meu pai falava, "Existe um país que se chama Cuba, que fez uma revolução", e aquilo era possível. E a gente via aquilo acontecendo. Então foi muito representativo.

A solidariedade do povo cubano, a importância que eles davam para o estudo, a importância que eles davam para que a gente mantivesse a nossa cultura, a nossa identidade. Nós nunca fomos tratados como coitadinhos, porque não somos. Somos pessoas que pagamos um preço pela escolha, pela ideologia dos nossos pais. Isso, de forma alguma é negativo. Ao contrário, eu vejo de uma maneira muito positiva. É evidente que, cada ser humano tem uma apreciação a respeito das coisas.

Mas eu lutei muito, tive alguns conflitos internos, e nós, entre os irmãos não falávamos disso. Eu acho que é a primeira vez que cada um de nós conta a sua experiência para o outro. No entanto, o que é importante para nós, primeiro, é a oportunidade de falar para as pessoas o que é que nós vivenciamos para que isso nunca mais aconteça. Para que não se repita. Para que as pessoas saibam que a única maneira da gente realmente modificar uma sociedade, transformar, é pela educação. A gente precisa ter consciência. E isso foi uma coisa que a Revolução Cubana permitiu que a gente tivesse. Consciência política. Nós temos muito claro o que nós queremos para o nosso país.

"Somos pessoas que pagamos um preço pela escolha, pela ideologia dos nossos pais. Isso, de forma alguma é negativo"

É evidente que temos alguns momentos de angústia, de dor. Todo mundo passa por isso. Isso é do ser humano. Mas eu queria deixar presente uma mensagem em meu nome e dos meus irmãos também. Quem deu um golpe, rasgou a Constituição depois de um presidente democraticamente eleito não fomos nós. Nós apenas nos defendemos. Em nenhum momento nós provocamos uma situação que justificasse a violência da qual nós fomos vítimas. Uma violência de Estado. Agora, quando a gente fala de vítima, infelizmente é uma coisa que se repete. Quando a gente vitimiza o ser humano é quando a gente não deixa que ele se expresse.

O Brasil fala que é uma democracia, no entanto, pessoas continuam sendo torturadas, os desaparecidos continuam desaparecidos, os arquivos continuam fechados. Nós não sabemos onde nossos familiares foram parar. Nós queremos, exigimos uma resposta para isso. Queremos enterrar os nossos mortos. É um direito que temos, como seres humanos. Falo aqui, eu acho, que em nome de todas as famílias que não tiveram a possibilidade de enterrar os seus mortos. Inclusive meu pai, que é desaparecido. Eu não quero mais que meu pai seja uma estatística como tantos outros pais que estão por aí. Nós queremos a abertura dos arquivos. Queremos saber de que forma, em que circunstâncias os nossos pais foram assassinados. Nós temos esse direito. Qualquer nação séria vê dessa maneira. Então, quando nós dizemos aqui, viemos a público, todos os filhos, falar, o que nós queremos é uma coisa muito simples. Nós queremos saber aonde foram parar os nossos pais. É um direito que nós temos como seres humanos. Em qualquer cultura as pessoas têm o direito não somente de chorar pelos seus entes queridos, mas também a possibilidade de saber como aconteceu.

Nós temos muitos desaparecidos neste país. Nós não queremos que eles continuem desaparecidos. Então, por favor, eu faço um apelo aqui, público, quem souber qualquer informação, quem souber qualquer dado que possa ajudar os familiares a descobrirem as circunstâncias da morte dos seus entes queridos, a gente pede, que mesmo de forma anônima, a pessoa mande esses dados para a gente. Nós queremos. Nós precisamos. Enquanto nós não soubermos como tudo aconteceu, enquanto os arquivos não forem abertos, enquanto a gente viver com essa dúvida, não podemos ter tranquilidade. É um fantasma que nos atormenta.

ÂNGELA TELMA OLIVEIRA LUCENA nasceu em 10 de outubro de 1966. Filha de Antônio Raymundo de Lucena e de Damaris Oliveira Lucena. Mestre em Língua Portuguesa. Graduada em Letras com habilitação dupla Espanhol/Português pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Estudante de Direito. Trabalha como Jornalista e Tradutora *freelance*.

Infância resgatada

por Adilson Lucena

Eu acho que, de certa forma, esta infância roubada que nós tivemos, por conta da ditadura, nós começamos a recuperar em Cuba e, com a ajuda da Damaris, que foi esse muro poderoso, mesmo ela não estando muito bem de saúde na época em que saiu da cadeia. Ela nos ajudou muito a superar a nossa infância roubada. E, principalmente, eu quero fazer um agradecimento à Revolução Cubana, que foi a pátria de muitos brasileiros e a casa de muitos brasileiros que lá estiveram.

A gente começa a relembrar das nossas fases em Cuba, e me lembro também que lá, inclusive, nós chegamos a instituir, com a ajuda dos cubanos, uma escolinha onde a gente aprendia Português, História do Brasil, Geografia. Acho que até conseguiram uns discos. A gente cantava o hino do Brasil e comemorávamos o 7 de Setembro no ICAP (Instituto Cubano de Amizade com os Povos). Os cubanos sempre lutaram para que os nossos pais não deixassem a gente esquecer o nosso idioma pátrio. E nunca faltavam comemorações pátrias nossas, quando nos reuníamos para cantar as nossas músicas.

Lembro-me que o grande herói da Revolução Cubana, das lutas pela independência, José Martí, dizia que ele queria colocar na Constituição de Cuba, quando triunfasse a luta contra o colonialismo espanhol, que a lei primeira da República fosse a dignidade do homem. E isso nós encontramos em Cuba. O eixo principal daquela sociedade é a dignidade plena do homem.

À esquerda, Adilson, Cuba, 1970

Então, todos nós que passamos por lá nos tornamos marxistas, porque Marx é uma ferramenta para a gente entender o que acontece nesta sociedade. Mas acho que, com certeza, nos tornamos martianos.

> “Os cubanos sempre lutaram para que os nossos pais não deixassem a gente esquecer o nosso idioma pátrio”

Quem aqui não escutou a Guantanamera com os versos de Martí? Então, todos nós saímos de lá amantes do Martí. E aprendemos esse sentido da dignidade em Cuba, de valorizar o ser humano em primeiro lugar. A respeito da nossa vida, não guardo mágoas. Todos nós somos pessoas muito alegres. Atualmente, eu agradeço a Cuba porque sou professor de espanhol. Cuba também me deu um idioma, me deu a cultura. Agradecemos muito, aprendemos muito da cultura cubana, aprendemos muito do Brasil em Cuba. Os cubanos sempre tiveram essa preocupação.

E a respeito da nossa vida na clandestinidade, eu lembro das muitas mudanças de casa quando os meus pais entraram na clandestinidade. E sempre aquela agitação, muitas reuniões nas casas por onde a gente passou. Estivemos em Santos, em Embu Guaçu e outros lugares, até que a gente foi parar em Atibaia. E como não conseguíamos mais frequentar a escola por conta dessa clandestinidade, a Damaris estava nos alfabetizando no dia em que a casa foi cercada. Foi muito rápido. Muito nervosismo. Todo mundo sabe o que acontecia com os militantes quando caíam na mão da polícia. E o meu pai, de origem nordestina, dizia: “Nunca vou me deixar pegar vivo!”. E, de fato, foi o que aconteceu. Eles entraram e houve um tiroteio dentro de casa. Acho que eu fui o primeiro a sair quando cessou o tiroteio. E quando eu saí, ele estava sentado ao lado do tanque. Acho que ele já estava praticamente morto. Estava sem camisa. Tinha tomado muitos tiros. E eu fiquei desesperado, enlouquecido.

A minha mãe saiu com a Telma no colo e depois atrás veio a Denise. Depois entramos de novo e aí se gerou aquele impasse dentro de casa porque eles nos encurralaram em um canto da cama. Uns achavam que deviam matar a gente ali mesmo. Outros, diziam: “Não, vamos esperar, vamos aguardar”, e ficava aquele impasse, aquela tortura em cima da gente com as armas apontadas. Talvez, pelo fato de quererem tirar informação do que estava acontecendo, naquele momento foi poupada a nossa vida.

Depois, quando nós saímos lá da casa, a região estava toda cercada de soldados do Exército. Eu nunca tinha visto tantos soldados em minha vida. Inclusive, no caminho que nos levava até a estrada principal, eles postaram soldados a cada dez metros. De lá,

nós fomos levados para a delegacia de Atibaia. Parece-me que o fato se tornou público e, quando chegamos à delegacia, tinha milhares de pessoas na porta para ver a gente, como se fôssemos selenitas. Ficamos na delegacia até a noite. Até que nos tiraram de lá (primeiro fomos levados para o lar Mariquinha Lopes que era um orfanato em Atibaia). Posteriormente, ficamos sabendo que a Damaris começou a ser torturada ali mesmo na delegacia. E lá permanecemos uma etapa da nossa prisão.

E de vez em quando, acho que umas duas ou três vezes, a polícia veio me buscar para me levar na casa novamente. Aquilo era massacrante para mim. Eu tinha estado ali uma pequena parte da minha infância. Cheguei lá e vi toda a casa revirada. A poça de sangue do meu pai ainda estava ali. E eles queriam que eu desse conta de um buraco de lixo que nós tínhamos num canto da casa. Eles consideravam que talvez tivessem armas ali e eles me bateram com a bainha de facão do meu pai para eu contar o que tinha naquele buraco. Como eu não sabia, chorei e acho que, talvez, eles deixaram de lado porque pensaram que de fato não sabia se havia alguma arma naquele local.

Posteriormente, nós fomos tirados desse orfanato e levados para São Paulo. Lembro que percorremos várias instituições religiosas e eu via que as irmãs acenavam negativamente com a cabeça. Eles queriam nos deixar naquelas instituições e as irmãs não queriam aceitar. E eu escutava os comentários, que diziam que nós éramos filhos de terroristas. Então, em vários lugares, realmente, não fomos admitidos.

Até que nos levaram para um Juizado de Menores, em São Paulo. Tive muita má impressão porque quando chegamos lá de noite, dormiam três crianças em cada cama. E lá permanecemos durante toda a prisão, com castigos constantes. Às vezes, a gente ficava na sala de tevê, mas tínhamos que ficar com a cabeça para baixo sem poder assistir à TV. Imagine uma criança que gosta de ver TV não poder ver as coisas que gosta. Foi realmente muito massacrante.

Até que um belo dia, a Valquíria, que era a diretora da instituição, foi nos buscar, nos banhou, nos vestiu uma roupa mais ou menos e disse que a gente ia sair do país. E fomos em direção ao DOPS. Pela primeira vez em vinte e tantos dias de cativeiro, nós vimos a Damaris. Estava magra, a coitada. E macabra. Acho que a Telma nem a reconheceu de tão magra que ela estava.

Entramos no ônibus. Havia uma escolta muito grande. Estavam os companheiros que saíram naquele sequestro e fomos em direção do aeroporto. Acho que era Congonhas. Quando nós subimos no avião, estava lá o Mario Japa sentado. Anos depois ficamos sabendo que entraram escondido com ele por trás do avião porque ele não conseguia andar, tinha sido muito torturado. E aí tinha outros companheiros também – a Madre [Maurina Borges da Silveira], o Diógenes [Carvalho de Oliveira], o Otávio Ângelo.

“Pela primeira vez em vinte e tantos dias de cativeiro, nós vimos a Damaris. Estava magra, a coitada. E macabra”

E eu lembro que, também, no avião, foram dez policiais da Polícia Federal para o México. E eles queriam, inclusive, algemar Damaris e ela fez o maior escarcéu. E aí ela já brigou com eles dentro do avião e até que eles acabaram não algemando. Nós chegamos ao México. Lá, aquela movimentação da imprensa internacional e houve uma briga dos policiais brasileiros, inclusive uma pancadaria porque a gente queria descer do avião para falar com a imprensa e a Polícia Federal não queria. Até que acabamos descendo e fomos falar com a imprensa.

A Damaris deu as primeiras declarações que, aliás, foram muito importantes porque acabou salvando a vida da Eliana Rollemberg. Denunciou para a imprensa internacional que a companheira estava sendo muito torturada. De lá do aeroporto, nós fomos para o hotel. Lembro-me também como foi solidário aquele moço que cuidava da gente, o comandante. Ele encheu uma sacola.

[Neste momento, a mãe de Adilson, Damaris Lucena, o interrompe e complementa:]

Era o comandante do avião. Ele encheu uma cesta de frutas, de doces e disse: “A senhora leva porque não sabe onde vai parar com essas crianças pequenas. Leva isso aqui para eles e a senhora comerem”. Não sei se ele era de esquerda, sei que ele ficou muito penalizado. Ele ficou com a Telma no colo na hora de descer. Eu estava tão fraca que não aguentava segurar a menina. Aí ele pegou a menina no colo e me deu a cesta de lanche. Para mim, foi uma ação muito humana.

E aí nós fomos para o hotel, onde estava toda aquela movimentação. E, de repente, a minha mãe falou: “Bom, agora estão convidando a gente para ir para Cuba”. Nós éramos pequenos, mas imagine o significado para ela, que lutou toda uma vida, ser convidada para ir para Cuba!

Eu acho importante a gente revelar a nossa dor às novas gerações, aos jovens, aos que não vivenciaram essa etapa a história do Brasil. Pobre do povo que deixa esquecer sua memória. Fiquei muito contente quando vi recentemente aquela juventude fazendo escrachos na porta dos torturadores porque a gente pensou: “A nossa causa está garantida, não vão deixar morrer nossa memória”.

O meu consolo é que a juventude está carregando essas bandeiras. E deixar aqui para as novas gerações a memória histórica do país. Até agora nós tínhamos a versão dos torturadores e estamos aqui para ter a versão do povo, contar a sua história e vamos deixar esta memória para as gerações futuras.

ADILSON LUCENA nasceu em São Paulo no dia 2 de outubro de 1960. É Graduado em Letras com Habilitação em Português e Espanhol pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Trabalha como professor de espanhol. Dá aulas particulares e atua como professor voluntário em vários movimentos sociais.

Denise, Cuba, 1970

Palavras presas

por Denise Oliveira Lucena

Meu nome é Denise Oliveira Lucena. Eu sou gêmea de Adilson Oliveira Lucena. Minha mãe engravidou de mim e um mês depois engravidou dele. Nós nascemos no mesmo dia, na mesma hora, mas ele é mais novo que eu um mês.

Acho que a maioria das coisas o meu irmão já falou. Mas foi realmente muito duro para nós sairmos daqui em 1970 da maneira que foi. Meu pai foi morto na nossa frente. Eu fiquei com muito medo. Na hora que eu saí de dentro de casa, ele estava caído no chão. Fiquei com muito medo. Foi uma situação muito difícil para nós porque a gente só tinha 9 anos.

A gente foi para o juizado de menores em São Paulo. Fomos muito maltratados. Sofremos muito, mas, hoje as coisas mudaram. Então eu acho que a gente tem que resgatar a história deste país e a gente também faz parte da história deste país.

Então é um momento que já passou. E eu não consigo falar mais.

DENISE OLIVEIRA LUCENA nasceu em São Paulo no dia 2 de outubro de 1960. É técnica de enfermagem e, no momento, está impossibilitada de trabalhar por uma questão de saúde.

Condenado à morte

por Ariston Oliveira Lucena

Meu nome é Ariston de Oliveira Lucena, nascido em 6 de outubro de 1951 em São Paulo. Sou filho de Damaris Oliveira Lucena e Antônio Raymundo de Lucena, ambos líderes sindicais desde a década de 1950 e ativistas políticos da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Damaris foi têxtil e Antônio, metalúrgico. Comecei a minha militância muito cedo, pois a minha casa era um local de reuniões da organização. Decidi sair de casa aos 17 anos para me juntar aos companheiros da VPR. Não sabia que o meu destino seria o Vale do Ribeira sob o comando do Capitão Lamarca. Os meus pais disseram que eu era muito jovem para assumir aquela luta. Respondi que esse era o meu desejo e que a minha ideologia tinha sido forjada com o exemplo deles dentro de casa. Fui para o Vale no dia 7 janeiro onde permaneci até 31 de maio de 1970.

Soube da morte do meu pai e da prisão da minha mãe pelo rádio. Fiquei transtornado e quis vir para São Paulo, mas Lamarca me conteve. Fiquei no treinamento de guerrilha por quatro meses no Vale. Escapamos de um cerco policial feito pelo coronel Erasmo Dias ao Vale do Ribeira. Saímos dirigindo um caminhão do Exército que nos trouxe para São Paulo onde nos dispersamos. Cada um tomou um rumo diferente e ignorado pelo outro.

Fui preso no dia 20 de agosto de 1970, em uma batida policial de rua no bairro da Vila Mariana. Levado para uma delegacia no mesmo bairro, fui espancado pelos policiais de serviço. Isso ocorreu em uma quinta-feira, permaneci na cela até segunda-feira pela manhã, quando fui transferido para DOPS. Lá chegando, fui encaminhado para uma sala de torturas, onde o escrivão Samuel Pereira Borba e outro policial que não sei identificar, começaram a me torturar com choques elétricos por todo o corpo. Eu estava pendurado no pau de arara. Fui torturado por algum tempo, mas não sei precisar a quantidade de horas. Quando me tiraram do pau de arara, não podia andar, contudo, mesmo assim saíram comigo em diligências por São Paulo, para cobrir pontos, com companheiros da minha organização. A polícia não conseguiu nada, pois eu já me encontrava preso fazia vários dias. Os meus companheiros já sabiam da minha prisão. Quero esclarecer, que, no dia em que fui preso, eu estava junto com um companheiro que conseguiu fugir.

> “Soube da morte do meu pai e da prisão da minha mãe pelo rádio. Fiquei transtornado e quis vir para São Paulo, mas Lamarca me conteve”

Na quinta-feira, fui levado para a Operação Bandeirante pelo capitão do Exército, Maurício Lopes Lima. Fui direto para a sala de torturas e prontamente colocado na cadeira do dragão. Comecei a ser torturado novamente pelo Capitão Benoni de Arruda Albernaz e outros policiais da OBAN. Aos poucos, fui sendo destroçado pelas sevícias. Passei mais ou menos dois meses na Operação Bandeirante. Fui massacrado por várias equipes de policiais da OBAN. O comandante desse órgão era o Tenente-Coronel Valdir Coelho, que ordenava as torturas aos presos políticos.

Havia outros torturadores: o Capitão Homero César Machado, Pedro Mira Grancieri (também conhecido como “Tenente Ramiro”, que possuía uma âncora tatuada no braço) Dalmo Lucio Muniz Cirillo, entre muitos outros.

Certo dia, apareceu um homem me inquirindo. Disse-me que se fosse à auditoria para a audiência e se confessasse o que eu estava passando na Operação Bandeirante, pagaria as consequências. Eu disse que faria isso mesmo. Ele me ameaçou dizendo que eu iria “ver o que é bom”. Qual não foi a minha surpresa, quando fui prestar depoimento na auditoria. O referido senhor que havia me insultado era o procurador da Justiça Militar, Sr. Durval Ayrton Moura Araújo que funcionou como acusador dos militantes.

Em meados de outubro de 1970, fui levado de helicóptero para o Vale do Ribeira, pelo Coronel Antônio Erasmo Dias, para fazer a reconstituição de nossa fuga. Lá chegando, Erasmo ameaçou de me jogar do helicóptero se eu não contasse fatos que possibilitassem a prisão de outros companheiros meus. Colocou-me na cova onde havia sido executado o tenente da Polícia Militar Alberto Mendes Jr., em maio de 1970. Dias simulou um fuzilamento disparando rajadas de uma metralhadora Thompson ao redor do meu corpo para me intimidar. Aliás, o Coronel assumiu esse episódio em declarações feitas ao jornal *Folha da Tarde*.

Fui condenado a trinta anos de prisão, condenado também à pena de morte (posteriormente, transformada em prisão perpétua). Acumulei trinta anos e, por último, mais vinte pelas minhas atividades políticas. Saí em julho de 1979, portanto fiquei nove anos encarcerado.

Quero reafirmar que não me arrependo do que fiz. Sinto muito orgulho por ter pegado em

“Aos poucos, fui sendo destroçado pelas sevícias. Passei mais ou menos dois meses na Operação Bandeirante”

armas para lutar contra a ditadura instaurada no Brasil. Essa consciência foi adquirida no convívio com meus pais Antônio Raymundo de Lucena e Damaris Oliveira Lucena. Meus velhos, apesar de terem baixo nível de escolarização, tinham uma profunda consciência de classe. Conheciam muito bem as mazelas dessa sociedade, onde pobres, negros, e desvalidos, são as maiores vítimas do capitalismo nacional e internacional.

Minha família não possui riquezas materiais, mas, é detentora de um excelente capital intelectual que é a plena consciência dos problemas deste país. Fizemos a opção pelo povo e sabemos da necessidade de educar e conscientizar a massa para que possa lutar em prol dos seus direitos.

São Paulo, 9 de maio de 2013

ARISTON DE OLIVEIRA LUCENA nasceu em São Paulo no dia 6 de outubro de 1951. Seu último trabalho foi técnico do INCRA. Aposentou-se por invalidez em 2012, pois era diabético, hipertenso e tinha sido submetido à uma angioplastia. Faleceu em 25 de maio de 2013 de infarto agudo do miocárdio. Suas cinzas repousam no assentamento onde residia, em Tremembé (SP).

Ao lado, Ariston preso, São Paulo, 1970

CIA CIVIL DE SÃO

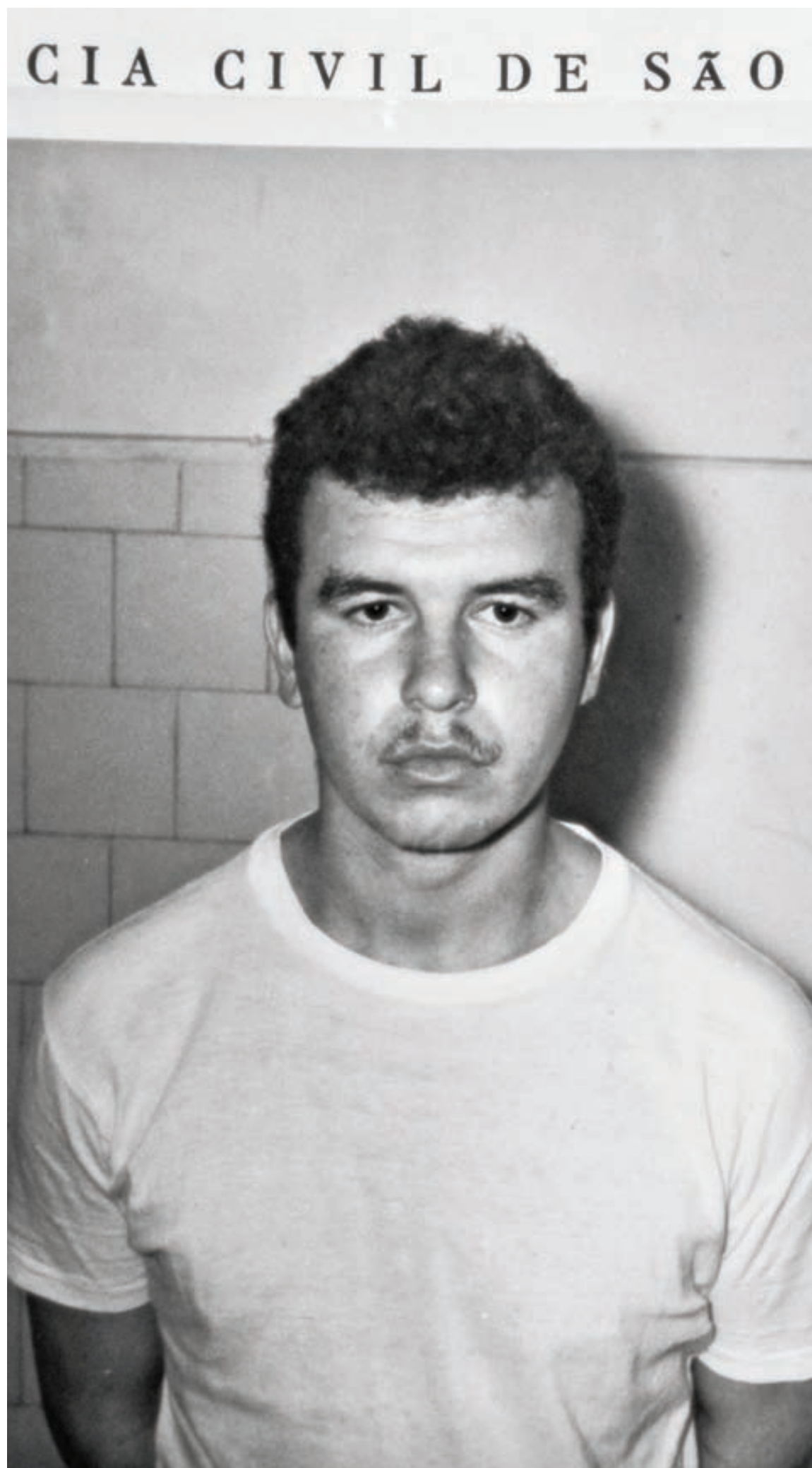
1

2

3

4

5

6

1. Antônio no Maranhão, 1947

2. Antônio em São Paulo, 1957

3. Diretório do Partido Comunista durante visita de Luís Carlos Prestes em São João Clímaco, São Paulo, 1958

4. Damaris e Joana, irmã de Antônio, em Caxias (MA), 1945

5. Retrato de Damaris aos 12 anos, em Caxias (MA), 1939

6. Damaris em encontro com Prestes, São Paulo, 1958

7. Greve por aumento de salário em São Paulo, Doutor e Damaris estão em destaque na foto, 1963. Imagem cedida pelo Arquivo Última Hora/AESP

Antônio Raymundo de Lucena nasceu em 11 de setembro de 1922, em Colina (MA), filho de José Lucena Sobrinho e Ângela Fernandes Lima Lucena. Morto em 20 de fevereiro de 1970. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Aos 12 anos de idade teve uma úlcera ocular que lhe ocasionou a perda da visão do olho direito. Nessa época, começou a ocupar-se de atividades de instalações elétricas, serviços de pedreiro e mecânica. Aos 17 anos, assumiu a função de mestre de oficina mecânica. Apesar de não ter terminado os estudos, Antônio era uma pessoa bastante inteligente e habilidosa. Por conta disso, recebeu dos conhecidos a alcunha de "Doutor". Ao casar-se com Damaris, Lucena começou a trabalhar como mestre de serraria e ela como fiandeira.

Em março de 1950, embarcou em um caminhão pau de arara para a cidade de São Paulo. Ainda em 1953, o casal participou da campanha "O Petróleo é Nosso". Nessa época, ele e sua esposa eram operários na Jafet, indústria têxtil localizada no bairro do Ipiranga. Em 1954, ingressou no Partido Comunista.

Lucena aposentou-se em 1964 por invalidez. Como era cego de um olho, teve o direito a uma banca na feira isenta de impostos. Damaris tirou carta de motorista e logo adquiriu uma perua, para facilitar o transporte do material de trabalho.

Em 1968, passaram a fazer parte da VPR, tendo Lucena participado de diversas ações armadas. Em 1969, o casal já vivia na clandestinidade com os filhos, em Atibaia (SP), e era responsável por guardar os fuzis FAL subtraídos por Lamarca quando fugiu do quartel de Quitaúna (SP), em janeiro de 1969.

Seu filho mais velho, Ariston, também militante da VPR, foi preso em 1970, após ter escapado do cerco militar estabelecido na área de treinamento de guerrilha da VPR, no Vale do Ribeira (SP).

Em 20 de fevereiro de 1970, por volta das 15 horas, a porta do sítio onde a família morava em Atibaia (SP) foi golpeada violentamente por militares. Lucena dormia. Começaram a atirar. Lucena tombou gravemente ferido e, logo em seguida, recebeu mais tiros. Foi assassinado, na presença de sua família.

Lucena foi sepultado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo.

Damaris Oliveira Lucena nasceu em 22 de agosto de 1925 em Codó, (MA). De família pobre, começou a trabalhar aos 7 anos. O trabalho no campo estendeu-se até os 16 anos.

Durante cinco anos trabalhou como fiandeira e depois encarregada de compras na indústria ma-

7

nufatureira. Por conta dos baixos salários, decidiu mudar-se para São Paulo onde acreditava que as condições de trabalho seriam melhores. Chegou à cidade onde o marido Antônio Raymundo de Lucena já estava, em 1º de junho de 1950.

Trabalhou na empresa de tecelagem Jafet por um ano e posteriormente foi transferida para a creche como cozinheira.

Damaris filiou-se ao Sindicato dos Têxteis em 1950. Pela sua atuação junto aos trabalhadores recebeu o cargo de delegada sindical. Participou do Congresso de Mulheres Operárias realizado no Rio de Janeiro em 25 de maio de 1956. Na volta, foi demitida "por causar distúrbios na população fabril". Passou a militar no Partido Comunista.

Em 1958, no governo de Jânio Quadros, ajudou na organização da greve dos dez dias.

Em 1967, pediu afastamento por tempo indeterminado do Partido Comunista. Tinha uma intensa militância mesmo sem estar vinculada a nenhum partido. No final de 1967 entrou para a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e logo seu marido entrou para a clandestinidade. Com a prisão de vários militantes no início de 1969, foram obrigados a entrar definitivamente para a clandestinidade.

No dia do assassinato de seu marido, Damaris estava em casa com as crianças. Ela conta que Lucena, atingido, caíra ao lado do tanque, já fora da casa, quando um último tiro foi disparado em sua têmpora, na presença dela e dos filhos. Damaris foi barbaramente torturada na OBAN e seus filhos foram levados ao juizado de menores.

Saíram da prisão por ocasião do sequestro do cônsul japonês na capital paulista, Nobuo Okuchi, em março de 1970. Assim foram banidos do território nacional: Chizuo Osava, Madre Maurina Borges da Silveira, Diógenes José de Carvalho de Oliveira, Otávio Ângelo e Damaris, que seguiu com os três filhos menores: Adilson Oliveira Lucena, 9 anos, Denise Oliveira Lucena, 9 anos, e Ângela Telma Oliveira Lucena, 3 anos e meio para o México, onde ficou por dezenove dias.

Logo depois, recebeu o convite de Fidel Castro para viver em Cuba. Damaris chegou à Cuba e permaneceu internada por vários meses para se tratar das torturas sofridas nos cárceres brasileiros. Na Ilha viveu e criou seus filhos. Voltou ao Brasil em maio de 1980 onde seu filho Ariston tinha permanecido preso por 9 anos.

O ESTADO DE S. PAULO — Segunda-feira, 23-2-70

JORNAL DA TARDE

A VIDA EM FAMÍLIA DE UM PERIGOSO TERRORISTA

O terrorista Antônio Raimundo Lucena, o "Doutor", chegou a Atibaia há quase um ano, com sua família. Saiba como êles viveram, como se relacionavam com os vizinhos, como se vestiam, como eram vistos na cidade.

NINGUÉM, NA CIDADE, DESCONFIAVA DÊLES.

1

2

3

4

1. Matéria Jornal da Tarde do dia 23 de fevereiro de 1970, após o assassinato de Antônio e a prisão de sua família

2.Adilson, Ângela Telma e Denise no DOPS, São Paulo, 1970

3. Damaris durante sua prisão no Brasil

4. Damaris com Ângela Telma no colo, Diógenes Oliveira, Adilson, Shizuo Ozawa, madre Maurina Borges, Denise e Otávio Ângelo, na chegada ao exílio, México, 1970

5

6

7

5. Ariston em São Paulo, 1953
6. Família Lucena no final de 1966
7 e 8. Ariston preso em São Paulo, 1970

8

9

LUCENA ARISTON DE OLIVEIRA

- 3 -

Em 19/04/1971 - Foi julgado e condenado a pena de 30 anos de reclusão nos Autos do Processo 86/70,/ pelo Juizo da 2ª Auditoria da 2ª CJM. Documento arquivado na Pasta Autos de Sentença.

Pasta 2 Doc. 4

Em 29/11/1971 - Foi julgado e condenado a pena de morte nos Autos do Processo 146/70 pelo Juizo da 2ª Auditoria da 2ª CJM, cuja sentença foi reformada pelo E.STM em 30/06/72 para prisão perpétua. Embargo - Apelação 39.100 de 9.8.73, condenou-o à pena de 30 anos de reclusão. Pende de recurso ordinário interposto pela defesa ao S.T.F. Proc. 146/70. Documento arquivado na Pasta Autos de Sentença.

Pasta 3 Doc. 1

Em 18/07/1972 - Foi julgado e condenado a pena de 20 anos de reclusão nos Autos do Processo 162/70 ou 172/70 pelo Juizo da 2ª Auditoria da 2ª CJM. O STM. reduziu p/ 16 anos de reclusão, art. 28 DL

10

9. Condenação à pena de morte de Ariston
10. Fichas de Ariston do DOPS
11. Ariston no presídio do Barro Branco, São Paulo, 1977
12. Salvo conduto de Ariston

11

PODER JUDICIÁRIO

SALVO-CONDUTO

O DR NELSON DA SILVA MACHADO GUIMARÃES, Juiz Auditor da 2ª Auditoria da 2ª CJM, no uso das atribuições do seu cargo, e nos têrmos do artigo 641, § único do CPPM,

CONCEDE o presente SALVO-CONDUTO, a ARISTON DE OLIVEIRA LUCENA, filho de Antonio Raymundo Lucena e Damaris Oliveira Lucena, nascido aos 06.10.51, natural de São Paulo-SP, condenado à pena de 30 anos de reclusão, já adequada, unificada e comutada, abrangendo os processos 86/70, 146/70 e 162/70, todos desta Auditoria; presentemente em liberdade condicional consoante despacho de 06.06.79, devendo o sentenciado satisfazer as seguintes condições: 1 - tomar ocupação lícita dentro de 30 dias, fazendo prova nestes autos em 40 dias de soltura. 2 - não se ausentar do território do Estado de São Paulo sem prévia autorização deste Juízo. 3 - não portar armas ou instrumentos capazes de ofender. 4 - não frequentar casas de bebidas alcoólicas ou de tavolagem. 5 - não mudar de residência sem prévia comunicação a êste Juízo. 6 - abster-se de atividades políticas de qualquer tipo, inclusive de participação em grêmios operários e estudantis, e em atividades promovidas por entidades dêsses tipos. 7 - comparecer uma vez por mês a esta Auditoria para assinar estes autos. Deverá, ainda, o referido ARISTON DE OLIVEIRA LUCENA, supra qualificado, ficar ciente de que, no caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, ou de condenação a pena privativa de liberdade por crime ou contravenção penal, na vigência do livramento, será [illegible]. Assim obedecidas as condições acima, tem o favorecido livre trânsito, para que se lhe passa o presente SALVO-CONDUTO. Dado e passado nesta cidade e Capital do Estado de São Paulo, aos dois (02) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980). EU, ________, Dr Gilson Armando de Vasconcelos Pestana, Diretor de Secretaria, que o fiz datilografar e assino.

NELSON DA SILVA MACHADO GUIMARÃES
Juiz Auditor

mp.

12

A vida em Cuba

1. Damaris e Adilson em Cuba, 1970

2. Denise, Ângela Telma e Adilson, Cuba, 1972

3. Marina Lamarca, Isaura Coqueiro, Damaris Lucena, prefeito da Ilha de Piños e Ilda Martins Gomes da Silva, Ilha de Piños, Cuba, 1975

4. Damaris nos dias de hoje. Atrás, prêmio La Utilidad de La Virtud*, que recebeu da entidade cubana* La Sociedad Cultural José Martí *em reconhecimento a sua trajetória e vida dedicada à militância*

5. Ângela Telma, Cuba, 1970

6. Ângela Telma, Cuba, 1973

7. Ñasaindy Barrett de Araújo, Trinidad e Ângela Telma Cuba, 1976

8 e 9. Denise, Cuba

10. Ângela Telma, Denise e Adilson na festa de 15 anos dos gêmeos Denise e Adilson, Cuba, 1975

11. Adilson, Cuba, 1972

12. Denise e Adilson, Cuba, 1974

13. Adilson, Cuba, 1973

5

6

7

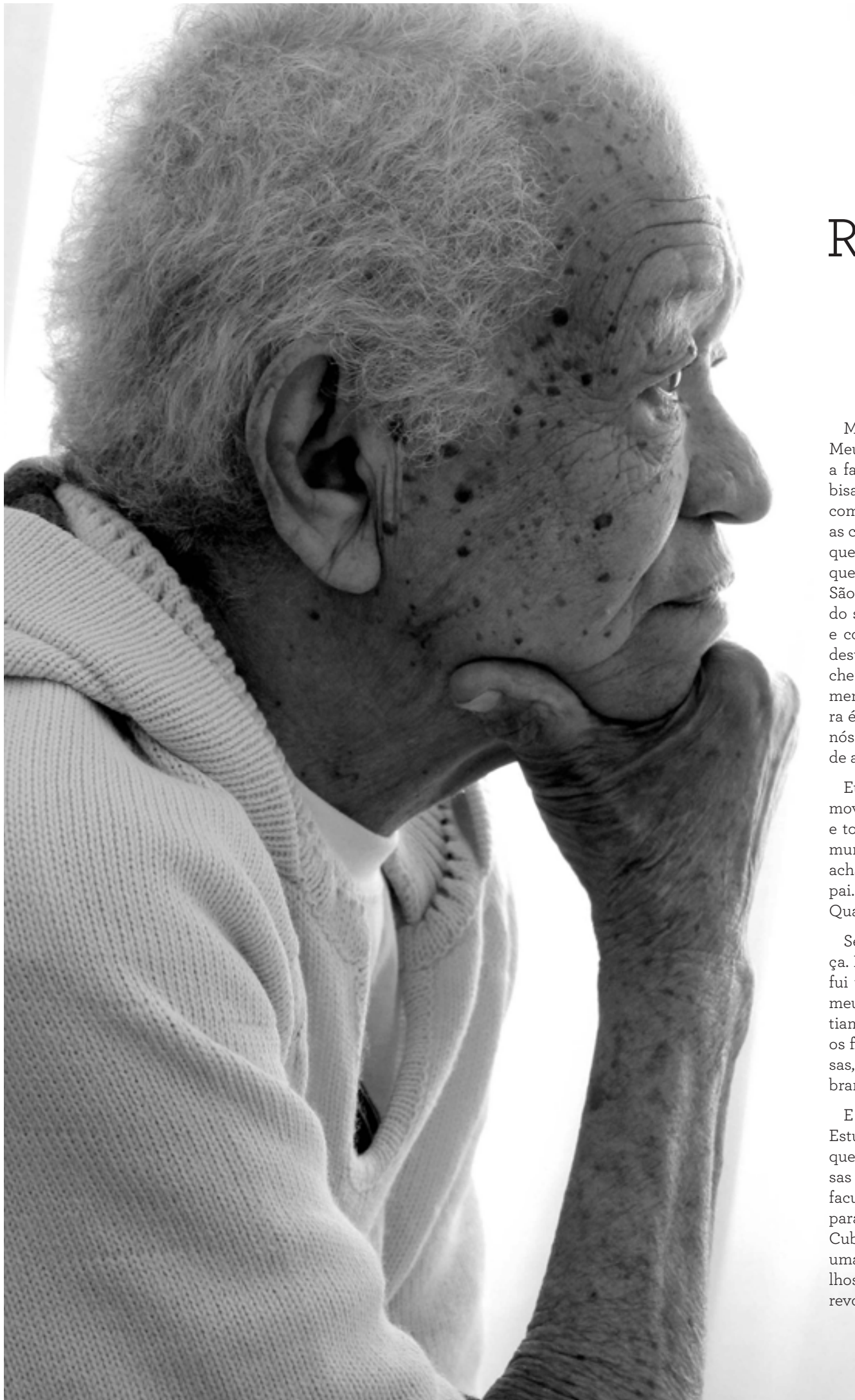
8

9

10

11

12

13

Revolucionária,

por Damaris Oliveira Lucena

Meus parentes por parte de pais são africanos. Meu bisavô foi vendido aqui no Brasil com toda a família. Só ficou um pequenininho com minha bisavó. Então eu sou de gente que não se conforma com injustiça. Fui crescendo sempre achando que as coisas não eram daquele jeito. Que era injustiça que se fazia. E me casei com um homem também que não gostava de injustiça. No fim, paramos em São Paulo. A minha história está aí, todo mundo sabe. E aí nos envolvemos com a luta armada e com a reforma deste país, deste grande Brasil, desta maravilha que é este país, cheio de riqueza, cheio de gente boa, cheio de cultura. Mas, infelizmente a riqueza deste país é mal dividida, a cultura é mal dividida, tudo é aqui é mal dividido. Mas nós vamos tocando. Quem sabe amanhã ou depois de amanhã isso será bem dividido.

Eu cheguei em São Paulo, me envolvi com os movimentos sindicais, fui para o Rio de Janeiro, e todo esse itinerário de vida aí no meio de todo mundo que lutava. Eu assisti à Segunda Guerra, achava aquilo terrível. Eu lia os jornais para meu pai. Quando a guerra começou, eu tinha 12 anos. Quando terminou, eu tinha 17.

Sempre fui uma mulher lutadora contra a injustiça. E graças à minha disposição de luta, fui presa, fui torturada, mataram meu marido, maltrataram meus filhos, torturaram meu filho. As freiras "batiam cabeça", não queriam nossos filhos, que eram os filhos terroristas. As freiras, imagine, as religiosas, as irmãs de caridade, tudo de chapeuzinho branco na cabeça, se benzendo toda hora.

E eu parei em Cuba, graças à Revolução Cubana. Estudei, botei meu pé dentro de uma faculdade, que para mim foi uma das coisas mais maravilhosas que eu já vi, entrar em uma faculdade. Uma faculdade Cubana. Estudei. Faltou só um aninho para eu me formar. Acho que eu ainda volto lá em Cuba para me formar. De forma que eu sempre fui uma mulher batalhadora. Procurei educar meus filhos não dizendo para eles serem comunistas, ou revolucionários.

operária, mãe e companheira

"Houve coisas terríveis na minha vida: quando eu vi meu marido morto e eles com a arma em cima de mim, dizendo: 'Mata ela. Mata os filhos dela'. Foi, para mim, uma coisa muito terrível."

Uma vez eu vi meu pai conversando com uma russa e ela falou para ele: "Senhor Manoel, os vermelhos tomaram o poder lá na Rússia". Os vermelhos? Eu pensei: "Será que eles tinham a pele vermelha?" Eu tinha 7 anos quando saiu a Revolução Russa.

Eu vim escutar a palavra comunismo aqui em São Paulo, quando eu cheguei. Eu perguntei: "gente, o que é comunismo?". "Ah, companheira, comunismo é as pessoas que querem que as pessoas tenham escola, tenham alimento, hospital". Ah bom, então eu pensei. "Eu sou comunista porque eu quero que tenha tudo isso para todo mundo". Então, por isso eu me envolvi com a luta de beneficiar todo mundo.

E para nós foi muito duro. E no governo do Presidente João Goulart, todo mundo na rua lutando por reforma. Reforma agrária, reforma urbana, reforma educacional. Nem ninguém falava em comunismo, nem ninguém falava em religião. Se falava na reforma. Nosso entusiasmo era tão grande pela reforma, e ninguém queria criar partido, criar religião. Aí uma boa parte da igreja, com o senhor Lincoln Gordon, representante máximo daquela grande potência norte-americana aqui no Brasil, dono do mundo, dono da maior riqueza, que hoje estão pedindo esmola. E lá em Cuba não tem isso, graças à Revolução Cubana. Nós tínhamos tudo do bom e do melhor.

Então, foi uma coisa assim, deram um golpe brutal, mas brutal. Quando nós demos conta, a costa brasileira estava cheia de navio americano. Olha, o presidente se não tivesse ido embora ele tinha sido assassinado como assassinaram o [Salvador] Allende lá no Chile.

Quando chegamos no México, o Mário Japa, [codinome de] o Shizuo Osawa, foi ao consulado cubano e lá tinha uma carta do Comandante Fidel Castro oferecendo asilo para mim e as crianças. Que se eu quisesse, eu podia ir para Cuba. Quando ele me falou isso, foi uma das maiores satisfações da minha vida, receber um convite de um estadista. Eu, que era uma simples trabalhadora, semianalfabeta. Foi uma das maiores alegrias que eu tive na minha vida.

Houve coisas terríveis na minha vida: quando eu vi meu marido morto e eles com a arma em cima de mim, dizendo: "Mata ela! Mata os filhos dela!". Outra vez quando tiraram meus filhos e disseram que iam nos matar. Foi muito triste, eu estava presa junto com a Drª Eliana Rollemberg, chegou a polícia com o Capitão Homero [César Machado] e não sei quem mais com os meus filhos. Eu estava em uma janela, e quando os vi, me deu uma crise tão grande que quase morro. Teve um momento que eu pensei que eu ia perder o juízo. Eu pensei: "Vieram torturar os meus filhos para eu ver, e falar onde estavam os meus companheiros". Para mim foi uma das coisas mais tristes da minha vida. Eu pensei: "Se torturarem os meus filhos aqui, eu morro". Eu falei para eles: "Olhem, me matem e matem os meus filhos. Está tudo terminado". Para mim foi muito terrível. Foi um momento duro da minha vida. Eu procuro esquecer, mas, de vez em quando, eu lembro das barbaridades da ditadura.

À esquerda, Damaris, São Paulo, 2013. Foto de Celso Imperatrice

À direita, família Lucena reunida em São Paulo

Duas pátrias, duas mães

por Ñasaindy Barrett de Araújo

O processo histórico brasileiro da ditadura me conectou à família Lucena de uma forma muito forte. Hoje eu sou uma integrante da família e fico muito honrada.

Eu sou Ñasaindy Barrett de Araújo. Já fui Ñasaindy de Oliveira Lucena. Eu tive uma certidão de nascimento que tinha esse nome. E foi com essa certidão que eu vim para o Brasil como se fosse filha legítima da dona Damaris.

Sou filha biológica de Soledad Barrett Viedma e José Maria Ferreira de Araújo. Os meus pais se conheceram em Cuba, onde também nasci. Um ano após meu nascimento, Damaris Oliveira Lucena chegava com sua família em Cuba, no exílio. E foram colocadas na convivência em conjunto, na mesma casa.

Quando eu tinha 1 ano e dois meses, meu pai saiu de Cuba e veio para o Brasil dar continuidade à sua militância, na guerrilha. Dois meses depois, em setembro, ele foi preso e morreu sob tortura.

Minha mãe ficou mais um pouco em Cuba e depois de uns quatro meses, mais ou menos, ou seja, em dezembro do mesmo ano, 1970, ela partiu também para dar seguimento à sua militância. Eu permaneci em Cuba, em companhia da Damaris e dos seus filhos, já bem integrada, porque já morávamos juntos há alguns meses.

Então, a minha mãe seguiu na militância. Isso era fim de 1970. E ela faleceu em 1973, na Chacina da Chácara São Bento, em Pernambuco, naquele conhecido episódio, devido à traição do Cabo Anselmo.

Em Cuba, as notícias chegavam para nós assim: “Morreu, não morreu, desapareceu, foi preso, não foi preso”. Ou seja, a gente não tinha uma verdade definitiva. Não havia corpos. Então, eu fui ficando, ficando, ficando com a Damaris. Ela foi me assumindo como filha, eu fui assumindo ela como mãe, e os filhos dela como os meus irmãos. Essa afetividade foi se compondo e se fortalecendo. E meus pais nunca voltaram.

Ñasaindy à esquerda com 6 anos e, ao centro, com 4. Ambas fotos em Cuba

Eu não me lembro exatamente dos fatos, mas eu sabia que tinha alguma coisa diferente na minha própria condição de criança em Cuba com os outros exilados. A Damaris sempre me disse quem eram os meus pais, mas eu me lembro de um momento em que isso ficou mais visível.

Eu tinha 10 anos quando alguém fez um quadro com fotos dos meus familiares. Acho que foi ali que eu tomei consciência da perda dos meus pais. E a partir daí comecei a sofrer isso com mais força. E também, ao mesmo tempo, desejei saber quem eram eles, como eles eram, onde eles estavam, se estavam vivos ou mortos. Mas, mesmo assim sempre estive muito acolhida com a Damaris, com os irmãos. É a minha família.

E hoje eu continuo convivendo com a minha família, com a Damaris, cada vez mais fortalecendo os nossos laços, que não são fáceis, porque foram muito polêmicos em algumas situações. Por exemplo, como você querer assumir o nome dos seus pais biológicos e, ao mesmo tempo, não rejeitar o nome da sua mãe adotiva. Recuperar a sua identidade não quer dizer que você vá abrir mão de uma identidade que você construiu junto, ao lado dela, como família.

Nossa chegada no Brasil, em 1980, foi cheia de dificuldades. Inclusive a Damaris precisou esticar por mais um ano a permanência dela no exílio, justamente porque não tinha uma solução muito definitiva para o meu caso. Foi uma situação complexa. Eu não era filha legítima, mas também não tinha como dizer que não era filha.

Bom, no final das contas consegui vir para o Brasil, o que para mim foi um choque, para quem viveu em Cuba e conhecia a dignidade martiniana e a ética do respeito ao ser humano. Para quem compreendia alguns valores da vida, da igualdade, da solidariedade.

Quando cheguei ao Brasil, caí na real mesmo do que era ter saído de Cuba. Aí foi bem complicado. Eu tinha 11 anos. E vivi dezesseis anos no país com uma dificuldade enorme de

documentação, porque ainda era a ditadura e havia toda uma dificuldade de acessar os órgãos responsáveis pela questão de RG, documento. Então eu fiquei 16 anos clandestina no Brasil, desde a data que chegamos. Só fui adquirir minha identidade com meu nome legítimo em 1996.

São trinta e tantos anos de uma terapia autodidata, feita à base da experiência, de um autorreconhecimento, de autoconhecimento. Eu tenho quatro filhos. Os próprios filhos fazem a gente refletir muitas coisas. Fazem a gente se sentir criança. E eu tenho muito orgulho de ser filha de Soledad Barrett Viedma, de José Maria Ferreira de Araújo e de Damaris Oliveira Lucena. E de ter meus irmãos. Tenho muito a agradecer a eles.

Tudo o que aprendi, a mulher que eu sou hoje, é por causa da Damaris. A Soledad tem a sua força. Foi uma mulher incrível, que cada vez que eu conheço mais, gostaria muito de tê-la conhecido, com certeza. Eu acho que ela tem aspectos muito contemporâneos que foram calados. Ela era uma mulher muito livre. Estudar a Soledad é falar da mulher, do feminismo, da importância da educação. É falar de um monte de coisas.

Mas, no dia a dia, na convivência, na educação, na criação, muitos valores foram transmitidos pela Damaris, pela família. E eu tenho muito a agradecer.

Quanto à questão da Comissão da Verdade, é maravilhoso que esteja acontecendo, que tenham pessoas assistindo, presentes. Que seja, de alguma maneira, replicado. Não existe situação melhor para a gente refletir, inclusive sobre a nossa responsabilidade como testemunhas, como pessoas vivas da experiência.

Tem essa coisa que é incrível: passam os anos e, quando se desperta, de repente encontramos alguém que fez parte daquele momento com você, mas que você não reconheceria na rua. Se não fossem esses momentos, esses encontros, da gente estar se recuperando, se aproximando, dando as mãos... E esse círculo cresce muito. Cada vez mais, na hora que você inclui os netos, os jovens que estão aí hoje e que estão próximos a essa história por nossa via. Isso é muito importante.

Quando a gente pensa na infância, tem a questão da ausência e do exílio, que eu acho que é muito forte. Estar fora da sua pátria, longe dos seus familiares, é uma coisa que marca muito. No caso da Damaris, por exemplo, ela tinha ainda um filho que estava preso, que é o Ariston. A segurança dele estava sempre em risco, sempre tinha essa preocupação, como ele estaria vivendo, o que ele estaria vivendo dentro da prisão. Já se sabia de tantas barbaridades.

> “No momento em que, ou eu perdi a minha mãe ou na minha despedida, quando eu soube que eu não veria mais a minha mãe, mesmo estando no colo de uma pessoa que eu já amava, eu queria morrer”

Essa coisa dela com o filho, essa preocupação, de como ele estaria, isso permeou a minha infância. E a ausência dos meus pais biológicos, legítimos, ficou muito presente quando eu tomei consciência disso. Isso passando pelos conflitos, de todo um processo de questionamento das escolhas deles, a experiência histórica. Eu não tive essa consciência, essa memória que a Telma [Telma Lucena, irmã adotiva] tem. Ela era tão jovem e lembra como tudo foi. Ela é uma pessoa que tem uma dimensão, um nível de consciência e de memória muito aflorado.

Eu não. Eu fui diferente. Eu, conscientemente, não tenho nenhuma lembrança. Nem de estar com meu pai e nem com a minha mãe. Mas, nos meus processos terapêuticos, vamos dizer assim, tive oportunidade sim de me encontrar com o que seria o momento de despedida da minha mãe. E, pelo que parece, não sei se é memória ou inventado – porque chega uma hora que você não consegue mais saber identificar muito bem –, nesse momento eu escolhi morrer. No momento em que perdi a minha mãe ou na minha despedida, quando eu soube que eu não veria mais a minha mãe, mesmo estando no colo de uma pessoa que eu já amava, eu queria morrer. E isso eu fiquei sabendo depois. E durante toda a minha vida, e talvez ainda até hoje seja ainda o que eu ainda quero. Então é muito difícil para a gente lidar.

E tem a forma como ela foi assassinada, todo esse cenário, isso tudo também, de alguma forma, faz a gente tocar nessa questão da violência. É muito forte.

Eu tenho certeza e costumo dizer que eu não tive infância. Eu sempre fui uma pessoa isolada. Brinquei um pouco, mas não o quanto poderia, vamos dizer assim. Sempre me vi, na fase da adolescência, como um extraterrestre, totalmente distanciada, muito solitária. Muito, muito, muito mesmo. Eu vivia em um mundo totalmente à parte.

Então, realmente, acredito que filhos [de perseguidos, desaparecidos e assassinados pela ditadura] vivenciaram uma dificuldade de adaptação, de identidade, de autoconhecimento. Estamos meio atrasados na vida. De alguma forma ou de outra você se atrasou. Eu pelo menos me considero muito atrasada. Eu me formei faz dois anos.

E, ao mesmo tempo a gente vê que a maioria das pessoas está de alguma forma engajada, comprometida com a sociedade. E, nós, com certeza, fazemos questão de dar continuidade a essa luta dos nossos pais. Isso é uma coisa, é um comprometimento e, mais do que isso, é uma coisa que está dentro da gente. Pelo menos dentro de mim. O meu caminho, a escolha principal é a educação, com certeza. Educação é, a princípio, um grande caminho. Mesmo assim pode ser bem desvirtuado. Mas, é muito importante que nós não deixemos de atuar, que a gente sempre se coloque, se posicione, diante de todas as situações. Que mantenha esse caráter ético constante de fazer a sua ação a sua palavra, a sua palavra a sua ação.

ÑASAINDY BARRETT DE ARAÚJO nasceu em 4 de abril de 1969, em Havana, Cuba. É Filha de Soledad Barrett Viedma e José Maria Ferreira de Araújo. Filha adotiva de Damaris Oliveira Lucena. É pedagoga e faz especialização em "Artes Visuais, Intermeios e Educação". Atualmente trabalhando como capacitadora em um Portal Educativo. É mãe de Yalis Lucena Drummond, Ivich Barrett Queirolo, Habel Davi de Araújo López e Diana de Araújo López

1

2

3

4

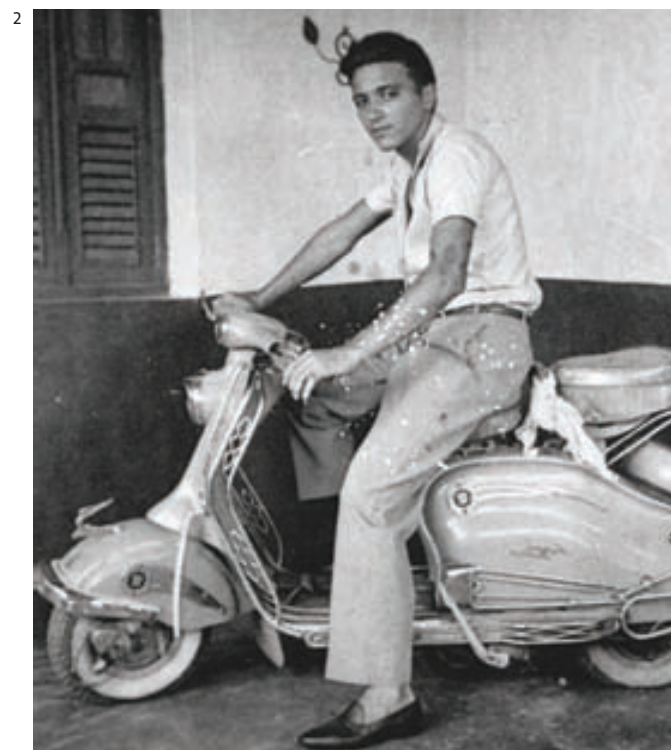
5

6

1 e 2. José Maria Ferreira de Araújo, pai de Ñasaindy, era militante da VPR e desapareceu em 23 de setembro de 1973

3 e 4. Soledad Barrett Viedma, mãe de Ñasaindy, foi morta no episódio conhecido como Massacre da Chácara São Bento

5. Ñasaindy ainda bebê nos braços do pai, Cuba

6. Ñasaindy aos 9 anos com seu cachorrinho de pilha

José Maria Ferreira Araújo, ou Araribóia, nasceu em 6 de junho de 1941, em Fortaleza (CE), filho de João Alexandre de Araújo e Maria da Conceição Ferreira de Araújo. Desaparecido em 23 de setembro de 1970. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Preso em 23 de setembro de 1970 pelo DOI-CODI/SP e levado às câmaras de tortura, morreu em consequência das mesmas. Vários presos políticos testemunharam as torturas a que foi submetido e sua morte, segundo denúncia feita pelos presos políticos de São Paulo enviada à CNBB, em fevereiro de 1973, encontrada nos arquivos do DOPS/SP. Seu nome constava como Edson Cabral Sardinha, pois a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos não tinha contato com seus familiares.

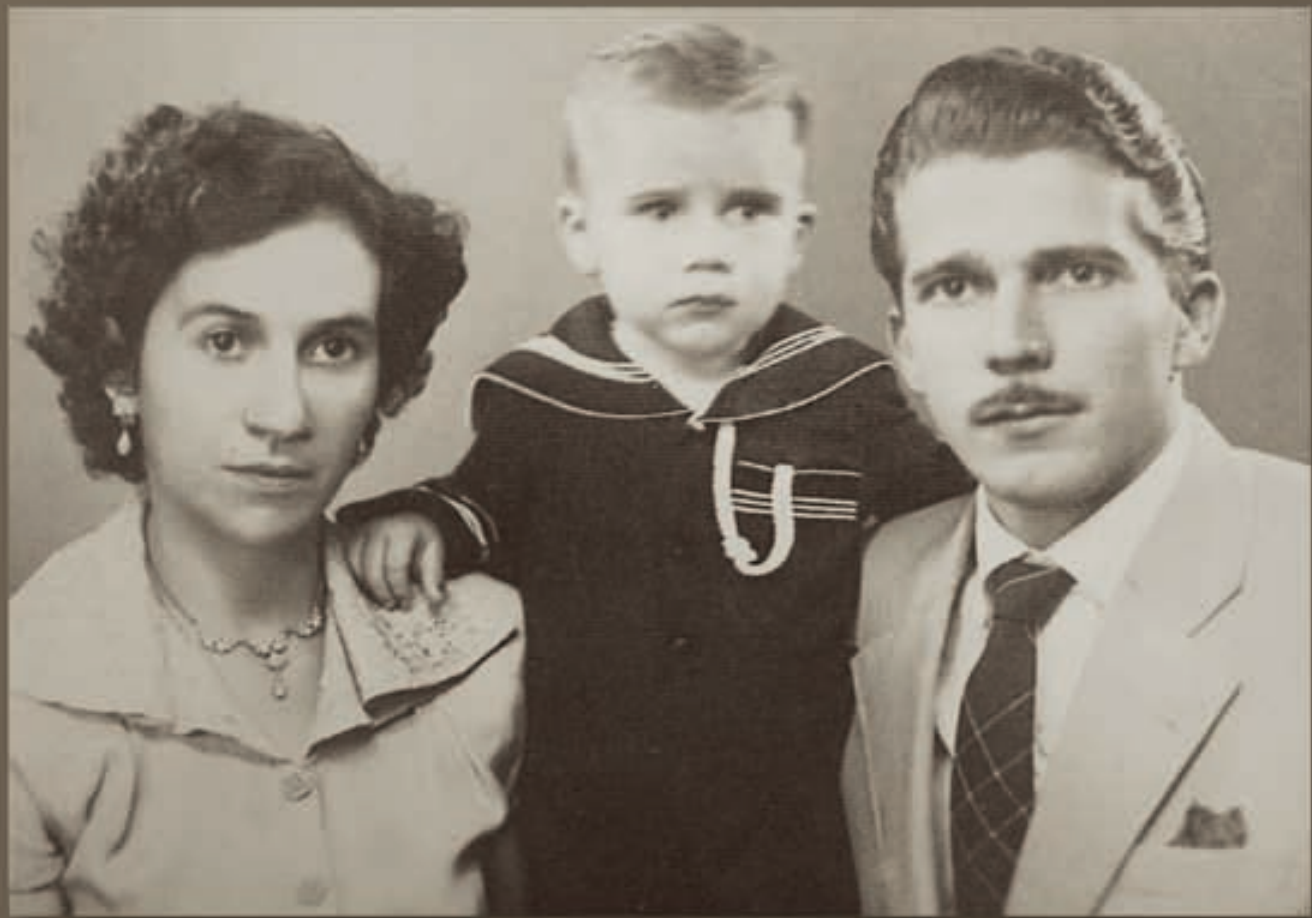
Com o nome de Edson Cabral Sardinha, sua morte foi denunciada na carta escrita pelos presos políticos do Presídio do Barro Branco encaminhada ao presidente da OAB, Dr. Caio Mário da Silva Pereira, em 25 de outubro de 1975, segundo a qual "foi assassinado pela equipe do capitão Benoni de Arruda Albernaz".

Seu paradeiro foi descoberto por meio de pesquisas realizadas nos arquivos do IML/SP pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, onde constava ter sido enterrado com o nome falso de Edson Cabral Sardinha na quadra 11, sepultura 119, do Cemitério de Vila Formosa I. No laudo necroscópico, o nome de Edson Cabral Sardinha está identificado por um T em vermelho (de "terrorista"), recurso utilizado pelos órgãos de segurança para diferenciar os corpos dos ativistas políticos dos demais que por lá passavam. Somente com a abertura da vala clandestina do cemitério D. Bosco, de Perus, na cidade de São Paulo, em 1990, seu verdadeiro nome foi divulgado e seus familiares localizados.

José Maria conheceu Soledad Barrett Viedma em Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha quando era militante do MNR. Soledad foi assassinada em janeiro de 1973, em Pernambuco, junto com outros companheiros delatados pelo Cabo Anselmo – José Anselmo dos Santos –, um agente dos órgãos de segurança infiltrado nas organizações de esquerda.

Soledad Barrett Viedma, ou Viejita, nasceu em 6 de janeiro de 1945, em Laureles, no Paraguai, filha de Alex Rafael Barrett e Deolinda Viedma Barrett. Morta em 8 de janeiro de 1973, no Massacre da Chácara São Bento, município de Paulista (PE). Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Foi casada com o militante da VPR, José Maria Ferreira de Araújo (desaparecido em 1970), com quem teve uma filha, Ñasaindy Barrett de Araújo, que cresceu em Cuba e hoje vive no Brasil.

Soledad vivia com o seu companheiro Cabo Anselmo, cuja participação como agente policial infiltrado no Massacre da Chácara São Bento foi relatada de forma detalhada no documento intitulado "Relatório de Paquera", encontrado no DOPS/SP. Suspeita-se de que estivesse grávida dele, quando levou quatro tiros na cabeça e dois no pescoço, após ter sido presa e levada à chácara. Tinha marcas de algemas nos pulsos e equimoses no olho direito, o que desmentiu a versão oficial de morte em tiroteio. Junto com ela, mais cinco militantes da VPR foram mortos no Massacre. Soledad foi enterrada como indigente, sem qualquer identificação, no Cemitério da Várzea, no Recife.

O novo arrimo de família

por Jaime Martinelli Sobrinho

Eu sou o mais velho dos irmãos, portanto o que não sofreu o que eles sofreram. Eu fui mais cobrador do meu pai, tinha 15 anos em 1964. Depois do golpe, fomos distribuídos na casa de estranhos, depois parentes ficaram com cada um dos irmãos, até que meu avô nos reuniu numa casa de aluguel. E só quando ele [o pai, Raphael Martinelli] apareceu voltamos a conviver.

Ele era um líder sindical conhecido nacionalmente. Eu, na época, era só o colecionador de fotos da revista *O Cruzeiro*, do homem que parava o Brasil com um telefonema. E não tinha noção do tamanho da grandeza do meu pai. Logo nós percebemos que eu tinha que arrumar meu primeiro emprego. E assim aconteceu. Ele, por ser uma pessoa que sempre lutou contra a ditadura foi preso na sede do Inocoop. E eu já estava trabalhando.

Ele não foi preso e localizado, ele foi preso e sumido. A história é meio longa, mas foi através de uma tia que conhecia uma pessoa de alta patente do Exército que morava na rua que ela morava que conseguimos localizar onde ele estava. Ela pediu para a família ir até a porta da OBAN levando roupa, para ficarem sabendo que o tínhamos localizado. E assim a vida foi, para mim, um pouco difícil porque eu passei a ser arrimo de família e comecei a controlar os meus irmãos, que em seguida foram tendo funções também na empresa que eles começaram a trabalhar. E aquela velha história de pegar os envelopes de pagamento, põe tudo aqui na mesa, passei a ser o pai deles.

A gente tem um rompimento de amor por causa dessas coisas de inversão de papeis. Tem uma carta, inclusive, que a Rosa me passou, há pouco tempo, que eu escrevi ao meu pai dizendo isso, que ele precisava, na visita que o Edson fizesse lá, conversar com ele e dizer que não fosse rebelde, porque eu controlava o dinheiro. [Ele] tinha uma namorada, que é a esposa dele hoje, mas o dinheiro, quem separava para ele ir ao cinema era eu, o Jaime. Era eu que fazia as funções ruins da família.

À esquerda, Jaime, ao centro, com a mãe Maria Augusta e o pai Raphael Martinelli, São Paulo, 1952

> “Fui filho único por quatro anos e pouco e depois ele já [estava] metido em política. Meus outros irmãos sofreram, não conheceram esse pai que eu conheci”

E comecei a ser um questionador do meu pai. Eu ia visitá-lo, mas não tantas vezes. Comecei a ter revolta pelo fato de ele ter sido líder político, cassado, procurado. E passada aquela fase, ele se envolveu com a luta armada e acho que ele não pensou tanto na família. Nós não sabíamos o que ele fazia. Eu não sei se isso foi uma defesa para a família. Se nós tivéssemos sido pegos, torturados, não teríamos o que falar do meu pai. Nem a mãe e nenhum dos filhos sabíamos o que ele estava fazendo.

Fomos descobrindo tudo com o processo, sobre as torturas, eu questionava muito que ele não devia ter se metido novamente naquilo. Eu acho que um idealista não devia ser pai. Mas como ser humano, como alguém que o conheça, que conversa, vira fã do velho. Ele é uma pessoa rara que passou por altos cargos e não teve um tostão na vida. A casa que ele teve foi graças aos filhos pagarem as mensalidades do Inocoop, ele iniciou, mas nós que pagamos o carnezinho. Imagine, uma pessoa que foi amigo do Presidente da República, amigo do João Goulart, nessa situação.

Ele nunca quis nada para ele, sempre lutou pelo bem do povo brasileiro e hoje isso parece uma utopia. Hoje, a gente vê tudo que acontece aí, uma pessoa que nem o próprio Lula, que sai de uma condição de nada e hoje é um milionário. Não que a gente quisesse isso para nós, mas meu pai merecia um reconhecimento, meu pai merecia.

E o que eu acho é que é uma pessoa que graças a Deus temos tempo para consertar todos esses erros de não entendê-lo. Nós passávamos Natais com todos os irmãos dele, aquela farra de família italiana, que ele adorava e nós não conseguimos ter essa união pela falta dele.

Eu tive sorte que meu nome não tem a ver com a política dele ainda, pois os outros todos tiveram. O meu irmão é Edson Lenin Martinelli e carregou isso na escola. Eu acho que meu pai deveria ter tirado esse carimbo dos filhos. A gente não merecia isso, mas ele era um idealista, e paciência. E comigo e meus irmão ele teve, o que adora, que são os netos. Junto dos netos a gente vê isso. Ele é um moleque junto dos netos, tem uma saúde de ferro para brincar, e eu passei por isso como filho.

Fui filho único por quatro anos e pouco e depois ele já [estava] metido em política. Meus outros irmãos sofreram, não conheceram esse pai que eu conheci. Eu tenho certeza que o maior cobrador dele de tudo, fui eu. Hoje nós já tiramos algumas barreiras da frente, mas ele sabe que eu fui o filho mais incompreensível.

Uma coisa que eu queria deixar claro, e eu acho que a Comissão da Verdade está batendo muito nessa tecla, é Tortura Nunca Mais. Meu

pai foi torturado de maneira bárbara. Ele era treinado para isso também, não podemos dizer que era nenhum bobinho. Ele foi treinado para tudo isso, mas ele esteve em um programa agora, recentemente, do Antônio Abujamra, *Provocações*, onde falou uma coisa que eu ouvi pela primeira vez e que marcou muito. Foi perguntado por que ele era da linha stalinista, que para mim sempre foi um criminoso dos maiores que teve nessa humanidade. Ele foi questionado pelo Abujamra: "Mas, stalinista?" E ele falou: "Sim, porque Stalin matava, mas não torturava". Tortura é a coisa mais absurda que existe no mundo. E eu acredito que só quem tenha passado, e ele passou, pode dizer isso com todas as letras. É muito mais fácil matar do que torturar. Então, essa coisa horrível que algumas pessoas estão passando aqui pela Comissão da Verdade tentando se defender, as pessoas não podem ser humanas fazendo torturas com seres humanos.

Não pode ter uma inteligência, por exemplo, de uma ditadura colocada naquele momento que tenha que se fazer dessa coisa absurda, dessa coisa abominável para que se possa vencer uma mentalidade contra o atual regime da época. Então, é isso que eu queria deixar gravado. A Comissão da Verdade eu tenho acompanhado e espero que tenha bastante frutos. Tem algumas pessoas aí com a idade do meu pai, que podem dar depoimentos e dizer quem realmente são torturadores, quem realmente fizeram essas coisas horríveis.

Acho que a nossa [vida] ainda foi privilegiada. A nossa não teve nascimento em cela de tortura, mães dando a luz em cárceres, a nossa ainda foi privilegiada. Graças a Deus estamos todos com saúde, com netos, e aí tocando a vida.

Espero maior sucesso para a Comissão da Verdade e que realmente vocês prestem atenção, esse homem não vai estar mais muito tempo entre nós, apesar de ter uma saúde melhor que a minha, mas é uma figura rara, na política brasileira é uma figura rara.

O meu compadre, que nas ausências dos meus irmãos é um irmão também, falou uma coisa sobre a minha mãe, uma coisa que me marcou pelo resto da minha vida. Ele diz que ela tinha que ser canonizada viva. Ele conheceu ela como frequentador da nossa casa, e ela não era uma pessoa que por ser apolítica, não era sem vida. Eu tenho certeza absoluta que ela era uma mãe galinha.

Tanto é que dois de nós, três se divorciaram, voltaram para casa adulto, pai de filhos. E a maior alegria dela foi nos receber, as ex-noras ficaram horrorizadas ao verem que ela podia cuidar de nós de novo. Que foi o que ela soube fazer a vida inteira. Ela não queria nenhuma outra coisa que não cuidar dos filhos. Sobre nós, os quatro irmãos se formaram, trabalhando e pagando seus cursos superiores. E pudemos fazer o inverso com os nossos filhos, graças a Deus.

> "Tortura é a coisa mais absurda que existe no mundo. E eu acredito que só quem tenha passado, e ele passou, pode dizer isso com todas as letras"

Sobre o meu pai, ele deve ser uma pessoa muito decepcionada com amizades, o que criou para mim um problema seríssimo. Eu tenho um amigo só, que é meu compadre. Não tenho mais porque hoje em dia é uma dificuldade ter amigos. Eu lembro do meu pai falando bem de Lula em casa, quando era líder sindical e estava viajando o mundo, sendo acusado por isso. E meu pai defendendo, dizendo que ele tinha feito a mesma coisa para os filhos lá em casa. "Eu fiz a mesma coisa (quando líder sindical), conheci o mundo sendo convidado sem ter um dinheiro no bolso, sendo chamado, e o Lula está fazendo a mesma coisa". E não era.

Eu fico imaginando a decepção dele com o José Dirceu, com o Genoíno, com o Luiz Eduardo Greenhalgh. Quando eu estava divorciado, [morando] na minha mãe, atendia telefonema dessas pessoas procurando pelo meu pai. Devem ter usado todo o conhecimento que ele teve como líder sindical, como tudo que ele conhecia de ferrovia e conhece até hoje, e está sempre atualizado. E essas pessoas estão usando isso até hoje.

Ele, como idealista, uma pessoa com capacidade enorme sem ter feito nenhuma fortuna alheia, não pegando nada que não era do nosso país, e esses sem vergonha dessa bandidagem toda que ele considerava como pessoas dignas, e esse papelão. Então, imagine meu pai, nunca perguntei isso para ele porque a gente não tem essa liberdade, mas a decepção que ele tem com pessoas que ele confiava. É uma coisa terrível.

Eu comprovei que o João Goulart era amigo do meu pai, porque quando ele esteve na lista para ser trocado pelo cônsul, ele se recusou a ir porque queria cumprir o que devesse e ele devia mesmo, porque na ocasião ele lutava contra a ditadura. Então ele quis pagar no Brasil o que estava fazendo de errado, quis cumprir a pena dele aqui como cumpriu. A gente estava naquela situação muito ruim na Lapa de Baixo [Em São Paulo], morando de aluguel, sendo ajudado por parentes. E aí um amigo do João Goulart veio em casa conversar com minha mãe para falar que o João Goulart estava chamando para a gente viver no Uruguai, ter emprego para o meu pai lá, para a gente largar tudo e ir embora. E ele logicamente como é, não aceitou. Mas, teve esse único amigo que reconheceu mesmo e sabia que meu pai estava passando as necessidades. E essa pessoa subiu na Lapa de Cima, porque viu a situação que a gente vivia, que não tinha nada, comprou uma máquina de lavar e mandou entregar em casa.

Nós nos amamos, mas temos problemas entre irmãos. Hoje contei para o Edson uma passagem de como a gente saiu do Rio de Janeiro e ele não lembrava, porque era bem menor que eu. Então, tem algumas coisas que eu conheço e eles não conhecem. É falta da convivência de irmãos. Mas o que eu queria dizer é isso, que tenho dificuldades para amizades.

Outra coisa que meus irmãos talvez não saibam é do meu pensamento. Com dificuldades eu trabalhei em multinacionais, vivi, cresci, comprei minha casa própria, meu carro, eduquei meus filhos, tudo, e a gente assistiu que esse mundo não é para pessoas que nem meu pai, honesto. A gente teve na nossa frente um monte de caminhos errados para seguir para ficar muito bem de vida. Eu recusei todos. E tenho certeza que por algumas conversas que eu tive com o Edson, ele igualmente. Nós tivemos esse problema de não triar, se for em benefício próprio, fazer alguma coisa contrária à lei, conforme a honestidade que meu pai nos criou é uma herança fantástica para nós, a gente não triou. Não lamento nem um pouco isso e graças a deus estou como o Edson falou, estou feliz com a minha vida. Podendo abraçar meu pai, tendo tempo de falar aqui, eu te amo, pai. Ainda está em tempo de falarmos isso.

JAIME MARTINELLI nasceu em 15 de março de 1949. Filho de Raphael Martinelli e Maria Augusta Martins Martinelli, é economista aposentado.

Adolescência perdida

por Edson Lenin Martinelli

Tudo começou em Jundiaí (SP). Nós nascemos lá, meu pai era ferroviário, minha mãe, doméstica. Fomos crianças normais, brincamos na rua, em campos de malha. Enquanto isso, meu pai iniciava nas causas sindicais e socialistas. Fomos crianças que curtimos a mudança para o Rio de Janeiro e continuamos a brincar na rua e passear em Copacabana, para onde nossos pais nos levavam todos os domingos. Enquanto isso, meu pai se destacava na federação dos ferroviários e na greve da classe ferroviária.

Fomos crianças que viajamos pelas praias da Bahia, Pernambuco, ficamos hospedados em casa de frente para o mar enquanto meu pai era ovacionado nos palanques das ruas e praças. Fomos crianças que vivenciamos o primeiro terror de ter que fugir na madrugada de março em 1964, enquanto meu pai fugia para outros destinos que não o nosso.

Fomos crianças instaladas em casas de estranhos em cidades desconhecidas ao fim da fuga. Fomos crianças separadas em casas de tios diferentes e deles dependentes. Fomos crianças com dificuldades em diferentes escolas naquele ano. Enquanto, por um ano, não conseguimos saber onde estava o nosso pai. E felizes por poder viver com ele novamente após essa ausência assustadora.

Fomos filhos que voltaram a brincar nas várzeas da Lapa de Baixo, mas fomos crianças que tiveram que justificar dezenas de vezes o porquê desses nomes e sobrenomes associados à esquerda. Enquanto meu pai continuava na luta da esquerda brasileira. Fomos pré-adolescentes assustados e horrorizados com a notícia da prisão por quatro anos e tortura de nosso pai. Fomos pré-adolescentes que tivemos que ir ao trabalho mais cedo para sustentar a nossa casa. Paramos de brincar e de viver o fogo da idade. Tivemos que nos policiar no trabalho para não sermos taxados como burgueses, também tinha essa dualidade.

> “Às vezes, no nosso egoísmo a gente achava que esse amor do meu pai pela luta não vinha para nós, só ia para os outros. E a gente tinha raiva do meu pai por causa disso aí”

Fomos adolescentes e parceiros do meu pai na formação e campanha do novo partido construído para nós, o PT. Fui namorado de uma única mulher, me apaixonei e com ela casei. Enquanto meu pai levantava a bandeira do PT e por ela lutou até a posse do seu líder maior.

Fui eleitor do José Dirceu, José Genoino e Lula, enquanto meu pai não conseguiu nenhuma única função de liderança dentro do governo do PT. A vida foi acontecendo. Fui, acredito que sou um bom marido, bom pai e perdi minha mãe. Enquanto meu pai perdeu a esposa, perdeu a oportunidade de ajudar intensivamente o nosso Brasil por não governar, não deixarem ele participar do processo do PT.

Hoje sou um cidadão com 60 anos de idade, perdendo a esperança em ver o que sobrou do meu pai, e o que ele e eu sonhamos de alguma forma para essa vida. Perdi um pouco da infância, um pouco da adolescência, e um pouco da convivência do meu pai. Perdi um pouco de dinheiro que queria ter, um pouco da convivência com os meus irmãos, perdi e perdemos muito. Perdemos partido, perdemos vozes que nos dão a esperança em ação. Perdemos governantes no sentido eficiente da função. Perdemos opção de votos e perdemos os eleitos.

Perdemos o cumprimento das leis e suas punições. Perdemos saúde, gentileza, educação, decência e por aí afora. Mas ganhamos. Ganhei meus filhos, minha esposa, minha moradia, a vida longa do meu pai. Ganhei meus irmãos e amigos, ganhei consciência, dignidade e honestidade.

Ganho em viver e poder dizer agora que as perdas fazem parte da nossa vida e que futuras gerações de filhos e pais sindicalistas, políticos ou não, de alguma forma, contribuíram para a construção de uma vida melhor. Essa semente sob a forma de tortura, ideal, luta, ou por simplesmente educar seus filhos de forma amorosa foram plantadas por mim, minha esposa, meus irmãos, minha adorada mãe, meu querido pai.

Sou uma célula viva com capacidade de ajudar nas transformações para um mundo feliz.

No nosso egoísmo a gente achava que esse amor do meu pai pela luta não vinha para nós, só para os outros. E a gente tinha raiva do meu pai por causa disso aí. Eu principalmente.

Maria Augusta com os três filhos, no Rio de Janeiro, 1962. Da esquerda para direita, Luiz Carlos aos 5 anos, Maria Augusta (grávida de Rosa Maria), Edson aos 8 anos e Jaime com 13 anos

"Eu tive que ficar por vários anos escondendo esse Lenin no meu sobrenome. Eu tive um professor que era sargento que me olhava de uma forma estranha nas aulas de educação física"

O sobrenome Lenin, por exemplo, hoje você vê a estátua do Lenin caída no chão. Que homenagem foi essa? Isso confunde até hoje. Por que derrubaram a estátua do Lenin? Ele merecia isso aí? E eu tive que ficar por vários anos escondendo esse Lenin no meu sobrenome. Eu tive um professor que era sargento que me olhava de uma forma estranha nas aulas de educação física.

Muita coisa se perde. Eu acho que a gente perdeu a adolescência, perdeu muita coisa. Mas a gente idolatra muito meu pai. Apesar de falhas como pai, porque nós somos órfãos com pai, porque o idealismo dele faz com que aconteça isso aí. Prejuízos, a gente teve alguns prejuízos. Trabalhar muito cedo, vida dura, deixar todo o dinheiro em casa até os 23 anos de idade. Você não viver mesmo o fogo da adolescência, a gente sofre um bocado, mas a coisa forte que fica é como eu coloquei. Fica a dignidade, a honestidade, é ter esse exemplo de pai que não tirou um tostão de ninguém. Hoje eu sou uma pessoa feliz. E feliz de estar do lado do velho até hoje, com 89 anos. Sofri mas sou feliz, como diz aquela música.

EDSON LENIN MARTINELLI nasceu em 21 de agosto de 1953. Filho de Raphael Martinelli e Maria Augusta Martins Martinelli, formado em Administração de Empresas, trabalha como consultor em empresas.

Amor silenciado

por Rosa Maria Martinelli

Na primeira vez que tivemos que fugir do Rio de Janeiro para São Paulo, eu tinha só 2 anos. Meu pai estava sempre viajando, e quando ele retornava, sempre tinha uma bonequinha, uma coisa assim. E da primeira vez, quando ele foi preso em 1970 eu vi que ele demorava a voltar, e eu sentia que as pessoas em volta, as pessoas próximas queriam me poupar de saber exatamente o que estava acontecendo com ele. Eu era muito menina e apegada a ele, sentia que as pessoas cochichavam e escondiam de mim.

Acho que se tem alguma coisa que aprendi quando eu era pequenininha, foi silenciar. Silenciar é a palavra que me vem imediato na cabeça. Era sempre "xiiiu, não pode falar". Eu perguntava, e falavam "psiu". Era sempre um silêncio e eu chorava muito porque sentia a falta dele. E lembro quando a minha tia, irmã do meu pai ficou sabendo que ele estava no DOPS. Eu nem sabia o que era DOPS, achava que ia visitá-lo em algum lugar, tinham encontrado meu pai.

Rosa Maria e sua professora do Grupo Escolar, em São Paulo, 1968

Fui com minha tia. Ela me levou porque eu era uma criança que não estava mais dormindo à noite, e ela quis me aliviar. E eu me lembro que foi uma cena muito marcante nesse dia porque eu cheguei num lugar muito escuro, com paredes escuras. Cheguei muito feliz porque ia rever meu pai. Essa é uma cena muito marcante na minha memória, porque quando meu pai finalmente apareceu, dois homens o amparavam e ele estava irreconhecível. Eu não conseguia ver que aquele homem ali na minha frente era meu pai, ele era uma pessoa fisicamente diferente.

Ele chegou bem próximo de mim, colocou a mão na minha cabeça e foi nesse instante que eu vi que era ele. Eu não entendia nada, mas lembro de uma coisa que me chamou a atenção, quando eu fecho os olhos e lembro desse dia, era a camisa dele abotoada errada. E as mãos tremiam muito. E, novamente, eu caio naquela palavra silêncio porque na minha curiosidade infantil queria perguntar: "E aí, pai, o que está acontecendo? O que é aqui?" Me lembro da minha tia falando "xiu", e então, foram duas coisas muito marcantes.

A segunda situação que eu lembro já foi no presídio Tiradentes, eu passava em revista junto com minha mãe. Numa das vezes, meu pai fazia aniversário e minha mãe quis fazer um bolo, passamos praticamente a sexta-feira inteira fazendo aquele bolo. Tínhamos pouco dinheiro e aquilo era um acontecimento. E o dia seguinte era um sábado, quando aconteciam as visitas. Fomos até lá, eu e minha mãe. E nos meus olhos infantis, era inconcebível ver aquela mulher [do presídio] cortando o bolo em pedaços. Ela praticamente destruiu o presente que a gente ia dar para o meu pai. E mais uma vez eu perguntei, "Mãe, porque ela está fazendo isso?" E minha mãe me mandou fazer silêncio de novo.

Rosa na horta da casa de sua família no bairro da Lapa, São Paulo, 1968

"Eu passava na revista feminina e aquilo era para mim uma coisa absurda. Eu era criança, tinha que abrir a boca, tinha que abrir as pernas, eles vasculhavam meu corpo todo para poder entrar"

Eu passava na revista feminina e aquilo era para mim uma coisa absurda. Eu era criança, tinha que abrir a boca, tinha que abrir as pernas, eles vasculhavam meu corpo todo para poder entrar. Mas ali era sempre uma coisa boa para mim. Eu ficava feliz de ir até lá porque sabia que ia vê-lo e podia brincar. Era um pátio enorme, eu lembro dos dois pavilhões, onde, de um lado, ficavam os presos políticos e do outro, os presos comuns. E eu sempre estava perto dos presos comuns, porque eu fazia umas brincadeiras, eles me jogavam colares, jogavam pulseiras e eu ficava feliz.

Ali eu conheci outras pessoas como meu pai, mais jovens, com quem eu tinha afinidade por histórias. Sempre gostei de ouvir histórias, e recentemente eu tive a felicidade de reencontrar um senhor que esteve preso junto com o meu pai. Na época, ele era estudante, jovem. Eu pedia que deixassem ele andar comigo pelo pátio, porque ele era um grande contador de histórias. Eu tive a felicidade de reencontrá-lo e de promover também o encontro dele com o meu pai, o senhor Luis Paulino. Foi muito emocionante o encontro porque meu pai nunca nos fala sobre tortura.

Através desse senhor eu soube que eles se conheceram exatamente num dia em que meu pai estava indo para os porões, estavam entrando juntos para a tortura. Eles não se conheciam e ele, muito amedrontado, diz ao meu pai: "Puxa, eu tenho uma placa de metal na minha cabeça,

eu fui operado. E eu tenho muito medo que eles me batam e eu possa morrer". Ele mesmo me contou essa história. Meu pai tem uma grande dificuldade de falar nisso. Ele disse: "quando eu entrei, a primeira coisa que o seu pai fez foi falar: 'não bata nele. Não bata na cabeça dele. Ele tem um problema assim, assim'". E ele acha que ele foi salvo por conta de o meu pai ter dito isso.

O aniversário dele de 70 anos foi no ano passado e ele quis muito que meu pai fosse. Eu o levei, e ele colocou essa história publicamente. Eu achei muito bacana porque mostra bem a pessoa do meu pai, que é esse cara que sempre é pelos outros. Muitas vezes nós, filhos, ficamos muito a parte da vida dele, porque ele queria nos poupar de saber tudo que estava acontecendo. Eu, por muito tempo, não quis saber dessa história.

Por volta dos meus 30 anos, tive a curiosidade de recolher umas fitas cassete que meu pai deixava para alguns jornalistas na época. Eu praticamente roubei essas fitas para ouvir. Eram cinco. E na segunda eu já não conseguia mais parar de ouvir, ele falava muito da história dele e ali ele contava das torturas. Aquilo foi tão forte dentro de mim, aquele rombo de imaginar que um ser humano possa ser capaz de fazer isso com outro que eu tive uma catarse, eu queria entender como isso podia ter acontecido a ele.

Meu pai fala pouco a respeito disso, mas a marca que ficou foi muito grande em todos nós, os filhos. Porque você tem que recolher tudo isso para criar uma certa identidade, porque você veio dali. O que eu posso dizer é que nesse tempo todo eu vim perguntando a ele toda a história e fui sempre me interessando por tudo isso. Não só a história dele, mas a história da ditadura no Brasil ou em qualquer outro lugar, eu sempre tive um grande interesse, eu queria saber, esmiuçar, esmagar aquilo dentro de mim. Fiz terapia durante muitos anos e retomei porque eu tinha esse medo, medo da noite, medo deles irem embora, de pegarem meu pai, minha mãe, meus irmãos. Eu acho que eu convivi com esse medo. E acho que só conseguia colocar esse medo para fora quando escrevia. E aí eu comecei a escrever, muito. Escrevia compulsivamente.

Quando adoeci, em 2007, tive um câncer de mama e ganhei de presente do meu pai todas as nossas cartinhas. São quatro anos de cartas, que recebemos de meu pais e que enviamos para ele. Eu tinha 8, 9 anos. Ali pude ir formando o meu quebra cabeças. Fui lendo, relendo e sentindo o tamanho daquilo que era para mim naquela idade. E posso dizer que foi maravilhoso. Era um privilégio poder ver toda a história dos quatro anos que meu pai ficou no presídio. Meu pai, como todo revolucionário, tem essa veia poética. Ele não gosta que fale isso, mas ele tem. Ele foi o cara que através das cartas me empurrava a escrever, a fazer rimas. E todo sábado quando eu ia visitá-lo a gente trocava ideias sobre a leitura, sobre o que eu tinha escrito, aquele versinho, enfim. Eu acho que partiu dele isso.

"Meu pai tem uma fragilidade emocional muito grande. Ele não quer falar no assunto, ele sai de cena. Hoje, com um pouco mais de idade ele está um pouco mais flexível, eu diria"

Quando eu olho aquelas cartinhas, vejo a menina que eu era naquele período. Eu dizia: "eu te amo meu papai, papaizinho, você é meu galã, você é meu príncipe", essas coisas que uma criança diz ao pai. Então, é como se eu tivesse feito isso naquele período, e de lá para cá eu não sei como se faz esse caminho. Eu não sei como se faz esse caminho com irmãos, com filho. Se tem algum lugar que a ditadura, a história me alterou, foi aí. Eu acho que foi no amor que eu não sei expressar. Eu não consigo nem com o amor maior do mundo que é amor de filho e ele sofre com isso também. Eu sei o quanto eu o amo, mas não consigo expressar. Eu tenho essa barreira. Eu acho que aí eu realmente tenho as sequelas desse período, não é só pelo distanciamento do meu pai e tudo mais. É como se eu não pudesse falar porque o silêncio era a coisa mais importante naquele período. Eu aprendi direitinho o silêncio, e eu queria me livrar dele. E é difícil conseguir. Até os 50 eu não consegui.

Quando tudo começou a vir à tona na Comissão da Verdade, pensei "puxa, que bacana. Esses caras vão pagar pelo que eles fizeram". Esses caras sádicos, psicopatas, não sei nem que nome dar para isso. Finalmente eles vão lá sentar e ser julgados pelos crimes que cometeram, aí eu me desiludo. Esse assunto para mim é muito visceral. Eu me incomodo profundamente da Lei da Anistia ter perdoado esses monstros, gostaria que essa lei pudesse ser novamente revista. É olhar para os vizinhos, Argentina, Chile, eles julgaram seus atrozes, eles realmente julgaram. Por que o Brasil não revê isso? Famílias foram destroçadas, então, falar da gente aqui, falar da própria dor é sempre muito difícil. Mas eu consigo ver a amplitude disso.

Até o que ficou em relação ao meu pai é sempre assim, existe uma certa distância. Existe algum lugar que dá para chegar no meu pai, e em outros momentos, ele mantém uma distância que é própria dele, de não querer falar no assunto, não querer te machucar, mas de toda forma quem passou por uma tortura, parece que já passou pela pior coisa do mundo. Então, para nós que somos filhos, muitas vezes temos problemas, fica difícil chegar nele com aquele seu probleminha. Parece sempre pequenininho, porque diante do que ele passou, não existe coisa pior no mundo. Então, sempre colocamos essa distância em relação a ele.

Meu pai tem uma fragilidade emocional muito grande. Ele não quer falar no assunto, ele sai de cena. Hoje, com um pouco mais de idade ele está um pouco mais flexível, eu diria. Ele se preocupa mais, quer que a gente ligue, enfim. Então, esse movimento que a gente faz para se aproximar passa por esse traço que ficou, que é um traço pesado. Talvez a memória daquele período tenha um peso tão grande que nos dificulta esse acesso hoje.

Para se ter uma ideia de como eu sempre tive relacionamentos difíceis, casamentos difíceis, alguns terapeutas chegaram à conclusão de que quando eu amo, eu amo a distância, porque quando meu pai foi preso eu vivia em pleno Édipo. Toda menina é apaixonada pelo seu pai, e exatamente nesse momento ele saía de cena. Então, eles chegaram à conclusão de que eu amo o distante. Quando esse distante se aproxima de mim, eu não sei o que fazer. Até é engraçado porque nos meus relacionamentos eu ficava pensando: "puxa, esse cara tem o quê? Ele deve ter alguma coisa muito problemática para eu poder estar gostando dele". Enfim, falar de mim é falar um pouco disso porque essa relação

com o outro sempre foi difícil para mim, e para o outro, claro, também.

Claro que hoje aos 50 anos, eu trabalhei tudo isso e não estou curada, mas me sinto muito mais consciente de que isso veio daquela época, porque eu amei meu pai à distância. Para se ter uma ideia, eu nunca disse ao meu pai que eu o amava. Nunca. Não consigo. É como se falar de amor fosse falar de uma coisa muito frágil e que pudesse quebrar. A história dele é uma história toda de amor, pelo seu povo, pelo seu país, é um cara que teria dado a vida pelo Brasil.

A minha mãe faleceu em 2003. Ela era descendente de português e toda a família dela era de Jundiaí. Acho que minha mãe era a pessoa da família que mais expressava o amor. Era a que nos unia. Ela sempre deu a vida pelos filhos. Ela não queria saber onde estava o meu pai, ela não queria saber das coisas que meu pai fazia. Ela não queria saber. Então, o meu pai tinha uma vida completamente a parte. Quando ela perguntava, "onde você estava?", ele respondia "É melhor não saber por que eu não quero que eles venham aqui, peguem vocês e vocês sob tortura, contem".

Então, ele nunca falava para ela as coisas que fazia. E nós ficamos muito a parte. Minha mãe era quem trazia aquela coisa de família, do almoço de domingo, de reunir os filhos, de ligar para cada um. Depois, os meninos casaram, e ela sempre estava em constante contato querendo que eles passassem por lá. Ela tinha esse apego, esse amor. Eu não sei por que a gente não aprendeu com ela.

Ela era a expressão máxima da humildade, tanto que existe uma história que meu pai conta que, durante a tortura, em um dos momentos em que ele estava apanhando muito, os torturadores falaram: "Já foram lá? Já viram a mulher dele? Vamos trazer a sua esposa aqui". E aí um dos torturadores disse: "Ela não vale a pena, é uma mulher que anda descalça, maltrapilha". E minha mãe não era uma maltrapilha, mas andava descalça. Era uma mulher humilde, simples, sem atrativo, uma mulher sem vaidade.

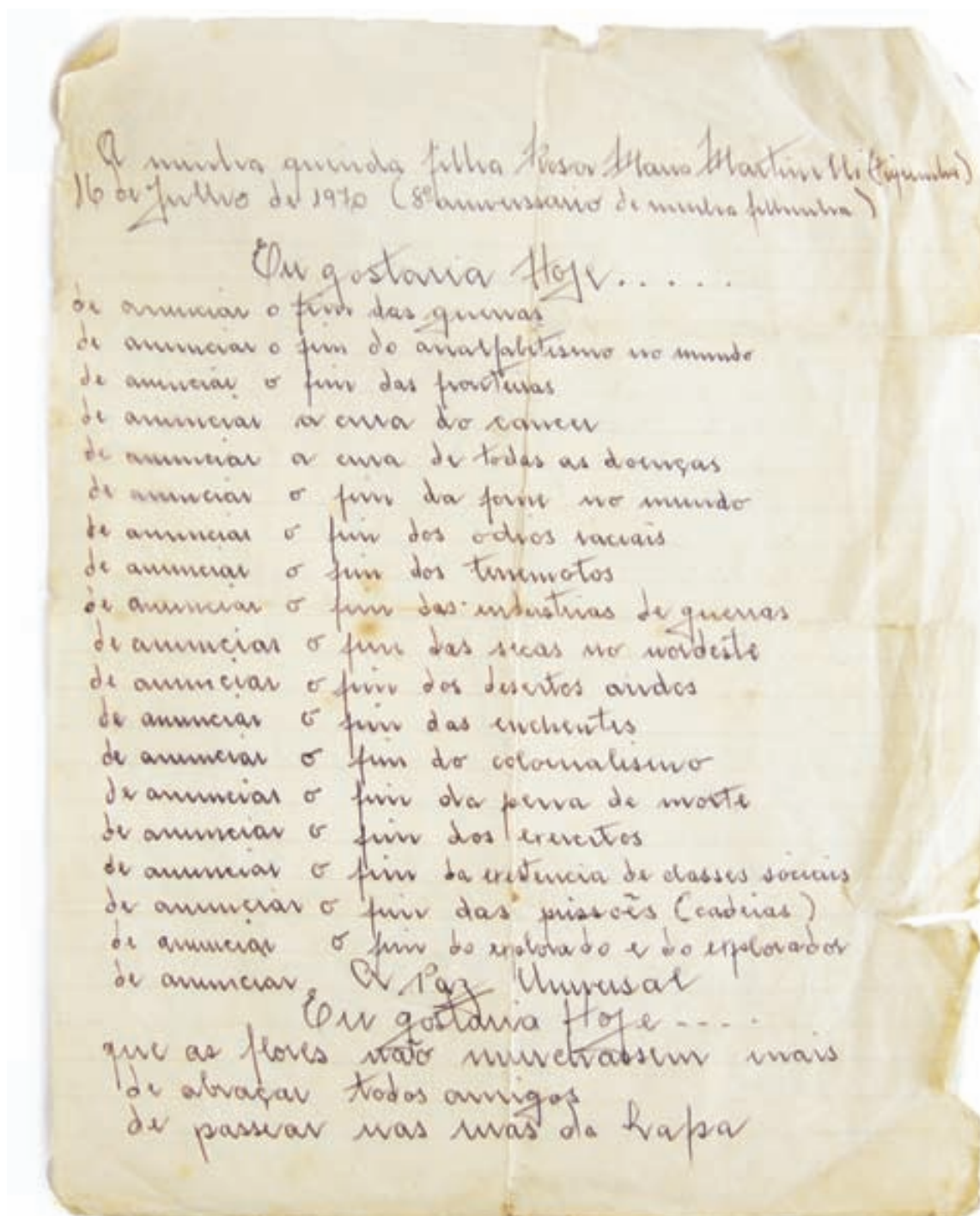
E por conta desse silêncio verbal que toda a nossa família tinha que ter, eu posso dizer que eu me salvei através de tudo que eu escrevi. Para mim, é bastante difícil falar sobre isso. Eu gosto mais de escrever. Então, eu queria terminar o meu depoimento lendo um conto que foi o meu primeiro conto publicado.

Quando eu fiquei doente, escrever para mim foi muito importante. E no meu primeiro conto, eu escrevia coisas para mim mesma. Coisas que eu guardava. Até que um dia resolvi publicar e uma pessoa falou, "Rosa, deixa eu publicar seu conto". E eu deixei. E esse conto expressa bem a minha visão de menina quando visitava meu pai no Tiradentes. O conto chama "Anos Setenta".

A minha querida filha Rosa Maria Martinelli ([illegible])
16 de Julho de 1970 (8º anniversario de minha filhinha)

Eu gostaria Hoje.....
de anunciar o fim das guerras
de anunciar o fim do analfabetismo no mundo
de anunciar o fim das fronteiras
de anunciar a cura do cancer
de anunciar a cura de todas as doenças
de anunciar o fim da fome no mundo
de anunciar o fim dos odios raciais
de anunciar o fim dos terremotos
de anunciar o fim das industrias de guerras
de anunciar o fim das secas no nordeste
de anunciar o fim dos desertos aridos
de anunciar o fim das enchentes
de anunciar o fim do colonialismo
de anunciar o fim da pena de morte
de anunciar o fim dos exercitos
de anunciar o fim da existencia de classes sociais
de anunciar o fim das prisões (cadeias)
de anunciar o fim do explorado e do explorador
de anunciar a Paz Universal
Eu gostaria Hoje...
que as flores não murchassem mais
de abraçar todos amigos
de passear nas ruas da Lapa

Carta redigida por Raphael Martinelli para sua filha Rosa, de 8 anos, durante o período de sua prisão, 1970

ROSA MARIA MARTINELLI nasceu em 16 de julho de 1962, em Jundiaí (SP). Filha de Raphael Martinelli e Maria Augusta Martins Martinelli (falecida em 2003) é formada em Educação Física e trabalha como personal trainer.

ANOS SETENTA[1]

Mãos firmes a revistavam...tinha apenas 9 anos. Pode abaixar as calças? Afasta as pernas! Muito bem! Levante os braços, abra a boca, cabelos...(tudo numa agilidade de troglodita e sem pausa).

Pode vestir... a saída é por ali...

Por ali era um portão verde de ferro que dava para outro portão de grade, que dava para um pátio enorme que tinha chão de concreto quebrado. Ia feliz, sem entender.

Para o seu tamanho, aqueles dois pavilhões que rodeavam o pátio eram verdadeiros monumentos, cheios de janelinhas gradeadas e com mãos acenando.

Quem seriam aqueles?

Passeava num passo de dança... dois pra cá, dois pra lá... até chegar noutro portão onde a escuridão do lado de dentro lembrava os medos de dormir.

Homens fardados barravam a entrada de um dos prédios grandes e curiosa que era se enfiava entre os vãos das pernas enormes... Posso ver? Perguntava.

Lá vinha ele... um homem baixo, loiro, rosto bonito,músculos fortes... e com aquele sorriso... um sorriso conhecido e querido, olhos muito claros que a fitavam com saudades.

O coração ia aos pulos, quase tropeçava entre aquelas fardas... tentando se aproximar. Mas, o que era aquilo? Porque ele tinha aquelas argolas rodeando seus punhos?

Já muito próxima, a menina atônita já não era feliz, por tentar entender.

Pai!!!! Abraçava, pulava no colo, puxava sua mão... quase o amassava.

– *Pai, o que era aquilo? Porque aqueles homens prenderam seus braços?*

– São algemas e servem pra que a gente não tente fugir.

– *O senhor quer fugir?*

– Não. Mas eles pensam que sim.

– *Pai, aprendi um novo passo... quer ver? Aposto que não sabe fazer... quer tentar? Dança comigo?*

Imagem surreal de alegria, num retângulo de vidas cortadas.

– *Gostou?*

Nem percebeu que das janelas com mãos desconhecidas lhes jogavam colares, pulseiras... coisas bonitas.

– *É pra mim?*

– Claro que sim! Pode dançar mais pequena bailarina?

Lá ia ela fazendo rodas, cantarolando, fazendo estrela e sendo a própria.

– *Quem são eles pai?*

– São presos "comuns"... é como são chamados.

– *O senhor também é um preso comum? Pois eu não acho... acho que é um preso importante, o mais importante de todos!*

– Neste prédio que estou são só presos políticos... somos divididos.

– *Preso político? É alguma coisa ruim?*

– Não é não... e sorriu aquele sorriso calmante.

– *Mas pai, por que tá preso?*

– Ainda é pequena pra entender.

– *Mas não tô feliz agora... queria que voltasse pra casa.*

– Quando for embora, vai parar lá na Av. Tiradentes, sabe qual é?

– *Sei. Essa que fica em volta do prédio...*

– Então, vai contar três andares, de baixo para cima e olhar pra janelinha da direita. Vou acenar pra você, com uma toalha branca. Vai imaginar um pássaro, que vai voar até seus ombros... e o levará sempre junto pra onde quiser.

– *Puxa! Verdade?*

(silêncio)

– *Já sei porque tá aqui, pai, e nem preciso crescer tanto. Está preso porque sonha bonito. Eles quiseram trancar suas palavras assim. Mas isso não é roubo?*

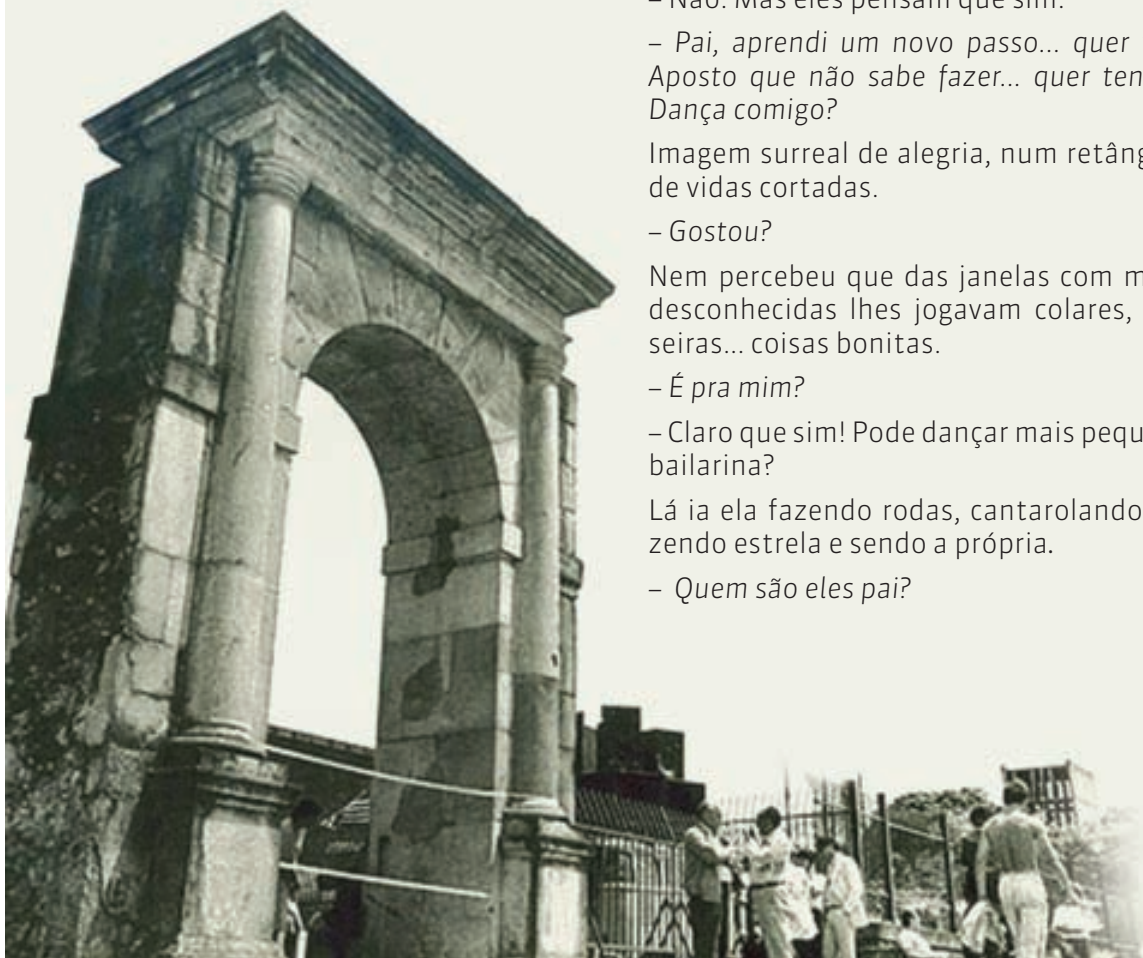
...

– *Tenho um pai passarinho poeta preso – mas não conta pra ninguém.*

– O quê?

– *Que ele tem asas.*

"O portão do Tiradentes ainda existe, a menina também... e o pássaro continua voando"

[1] *Rosa Maria Martinelli, "Anos Setenta", in:* Entrelinhas: Antologia de Contos e Microcontos, *Andross Editora, São Paulo, 2008, pp. 123-125.*

Família Martinelli

1. Raphael Martinelli, aos 20 anos, ainda solteiro, em São Paulo, 1944
2. Maria Augusta, aos 19 anos, em Jundiaí (SP), 1944
3. Martinelli aos 23 anos, em São Paulo, 1947
4. Maria Augusta, aos 22 anos, em São Paulo, 1947

1

2

3

4

5

6

5. Casamento de Maria Augusta e Martinelli, em 27 de dezembro de 1947, São Paulo
6. Lua de mel do casal, em Santos (SP), 1947
7. Maria Augusta com Jaime, em São Paulo, 1949
8. Jaime em Jundiaí (SP), 1950
9. Jaime, aos 14 anos, e Rosa, Rio de Janeiro, antes do Golpe, 1964

7

8

9

10

11

12

13

10. Jaime aos 12 anos, Rio de Janeiro, 1961

11. Luiz Carlos aos 10 anos, São Paulo, 1966

12. Edson aos 6 anos, São Paulo, 1958

13. Rosa aos 6 anos, São Paulo, 1968

14

15

16

14. Aniversário de Rosa, 6 anos, São Paulo, 1968

15. Maria Augusta, Luiz Carlos aos 5 anos, Edson aos 8 anos e Jaime aos 13 anos, Rio de Janeiro

16. Rosa aos 6 anos, e seu cachorro Faísca, "almoçando fora de casa", São Paulo, 1968

17. Martinelli e sua filha Rosa

18. A família reunida

17

18

Raphael Martinelli nasceu em São Paulo (SP), em 16 de outubro de 1924. Filho de Maximino Martinelli e Yoli Pistorezzi Martinelli.

Começou a trabalhar aos 12 anos numa empresa de anilina (Produtos Químicos Sucuri), depois numa vidraria (Santa Marina) e em seguida como ajudante de ferreiro, na empresa de produtos de aço Tupi.

Em 1941, entrou para a Estrada de Ferro São Paulo Railway. Apaixonado por futebol e bom de bola, jogou em times da várzea paulistana até que a ferrovia e a militância ocuparam a maior parte de seu tempo. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde a adolescência, seguindo os passos de seu pai, filia-se ao sindicato dos ferroviários.

Foi dirigente da Federação Nacional dos Ferroviários e um dos mais importantes líderes sindicais do Brasil até 1964. Quando houve o golpe, foi cassado por dez anos. Foi para a clandestinidade e entrou na luta armada.

Junto com Carlos Marighella, foi um dos fundadores da Ação Libertadora Nacional (ALN). Preso em 1970 foi levado à Operação Bandeirantes (OBAN).

Ficou preso durante três anos, três meses e 10 dias.

Hoje é advogado e presidente fundador do Fórum dos Ex--Presos Políticos e Perseguidos de São Paulo. Tem quatro filhos, sete netos e quatro bisnetos.

Maria Augusta Martins Martinelli, caçula de seis irmãos, nasceu em Jundiaí (SP), em 1925. Filha de Amélia e João Martins, ambos portugueses. Casou-se com Raphael Martinelli em 1947.

Faleceu em novembro de 2003, aos 78 anos, quando ia completar 56 anos de casamento com Martinelli. De acordo com Rosa, sua filha, era uma "cozinheira maravilhosa. Quem compartilhou da sua mesa, sabe. Fazia o melhor capeletti in brodo que se tem notícia. O fazia artesanalmente. Sua felicidade era nos ver repetir o prato. Todas as noites, até mesmo quando estava doente, esperava meu pai para colocar a conversa em dia. Ela nasceu para ser mãe, era muito presente e afetiva". De acordo com Martinelli, a parceria da esposa "foi essencial para minha história como revolucionário".

Na luta

1. *Martinelli discursando na frente da Câmara Federal, Rio de Janeiro, 1963*
2. *Martinelli preso em São Paulo. Quando se recusou a sair do país na troca do Embaixador*
3. *Em Cuba, Martinelli em palestra no movimento operário cubano, 1961*
4. *Foto feita pelos órgãos de repressão da ditadura, durante a prisão*

1

2

3

Ao lado, ficha do Raphael no DOPS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

Cutis
Cabelos
Bigodes
Olhos
Estatura
Marcas

Ficha n.º
Nome: [illegible]
Data: 16-11-1966 Vulgo:
Prontuário Delegacia n.º [illegible]
Prontuário geral n.º
Atividade:

Filiação: — Pai: Maximino Martinelli Mãe: Idgi Martinelli
Idade: 30 anos Nascido em 16 de outubro de 1924 Sexo: masculino
Nacionalidade: brasileira Natural de São Paulo-capital
Estado civil: casado Profissão: [illegible]

Ordenado Cr.$ Local de trabalho:

Residência: [illegible] - Rua Ten. Landy nº 374 - Lapa -

É sindicalizado? Sindicato e locais que costuma freqüentar:

4

“Os filhos sofrem, mas temos que dar continuidade à vida”

por Raphael Martinelli

Após o golpe de 31 de março, eu tive que ir para a clandestinidade. No dia do golpe, fiz um discurso na rádio para a minha área ferroviária. Se eu demorasse um pouco mais para ir embora, teria sido preso, porque os militares tomaram a rádio também. E eu cheguei a ser denunciado como espião russo pelo ministro do trabalho.

Mesmo na clandestinidade eu continuei morando no Rio de Janeiro. Nem pude ir mais para a minha casa, que ficou cercada o tempo todo. Eles estavam à minha espera, para me prender. Lá, moravam minha mulher e meus quatro filhos, sendo que a mais nova, a Rosa Maria, tinha um ano e pouco.

Resolvi voltar para São Paulo, apesar da pressão dos companheiros do comitê central do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que me pressionavam, querendo que eu fosse para o Rio Grande do Sul. Eu disse que não ia a lugar nenhum. Eu queria ir para São Paulo, porque era a minha área, eu comandava a ferrovia Santos Jundiaí.

Enquanto eu estava na clandestinidade, no Rio, não conseguia encontrar a minha família. Montamos um esquema para levar todos para São Paulo. Com um caminhão de mudança, meu irmão levou todas as coisas da família para São Paulo.

Primeiro eles ficaram em Bragança, num sítio e depois foram para Jundiaí, onde morava a família da minha mulher. Depois que fiquei sabendo as dificuldades que eles passaram.

A minha família foi primeiro para São Paulo e depois fui eu, que fiquei em outra área clandestina. Fiz todo o esquema contrariando o partido e fui chamado de irresponsável. Vim para São Paulo por minha conta. Eu assumi essa responsabilidade. A minha opinião era que a direção do partido estava errando, que de 1955 para a frente, desde a morte do [Joseph] Stalin, não havia mais educação revolucionária.

Primeiro, fiz um esquema clandestino, sem contato com a minha família. E quando fiz contato com a minha mulher, fui encontrá-los e a minha menina não me reconheceu. Ela tinha um ano e pouco. Coitadinha, ela me olhou como quem diz “quem é esse cara?”. Foi um encontro clandestino, no bairro da Lapa. Nessa época, eles estavam morando em Jundiaí.

Depois fui ficar clandestinamente onde meu pai morava, no bairro da Lapa, em São Paulo. E meu filho Luiz Carlos ficava comigo. Combinamos que, por segurança, ele nunca me chamasse de pai. Convivi muito com ele. De vez em quando eu dava uma escapada em Jundiaí para ver a família.

Eu nunca parei. Eu e meu irmão compramos um Ford 29 e eu ia para as reuniões clandestinamente com aquele carro. Nosso partido tinha terminado com a educação revolucionária e eu viajava explicando que o partido tinha que ter organização revolucionária.

Nessa época, eu estava morando no fundo do quintal da casa do meu pai e meus filhos e mulher também vieram para cá. A repressão sabia onde eu estava e todo Primeiro de Maio eles iam me prender, me buscavam em casa e eu ia para a Polícia Federal. Minhas prisões eram só no Primeiro de Maio, mas eu nunca parei de atuar na organização. Havia vários companheiros que tinham as mesmas ideias, como o [Carlos] Marighella. Reunimos o comitê estadual e perguntamos “qual é a saída?” “O comitê central não dá mais, a ditadura está aí”. Então criamos a Ação Libertadora Nacional, a ALN.

Na casa do meu pai, a família vivia modestamente. Criavam coelho, no quintal tinha cabra, galinha, tudo. E meus filhos frequentavam o grupo escolar.

As consequências foram mesmo quando eu fui preso em 1970, aí sim a família sofreu, passou dificuldade. Fui levado diretamente para a OBAN.

Eu fui preso onde trabalhava. De acordo com a nossa organização, mesmo fazendo organização revolucionária, se possível tinhamos que ter um emprego. E eu trabalhava na Cooperativa Habitacional União Sindical, que era dos ferroviários. Quando cheguei no trabalho, a OBAN já estava lá, com metralhadora e o diabo. Fui preso porque um companheiro caiu e o outro conseguiu fugir. Ele pediu para outro companheiro me avisar. E ele avisou. Aí, depois de 24 horas esse que foi preso abriu o meu nome, como se fosse ter uma reunião comigo.

Quem estava lá era o [Benoni de Arruda] Albernaz que era um assassino e era difícil sair vivo. Mas sobrevivi porque eu entrei como alguém que tinha participado de reunião, de questão de cooperativa, sindicato. E eu no pau de arara, com o tira, fazendo esse jogo comigo. Aí chegou aquele da Ultragás, o [Henning Albert] Boilesen, eu vi ele. O cara disse: “Agora só falta pegar o Marighella”.

O companheiro que me abriu não aguentou e começou a abrir, abrir, e abriu o trem pagador. Eu estava arrebentado. Só abri o trem pagador quando me mostraram fotos de um cara morto. Quando vi que todos os compas que participaram estavam mortos, eu acabei abrindo. Eu só não fui morto porque nunca foi aberto que eu era dirigente da ALN.

E porque eu tinha uma cunhada, ela falava para burro. Ela conhecia um oficial e falou de mim: “Poxa vida, ele é diretor do sindicato. Será que ele está preso, podia ver isso?”. Aí o cara deu o serviço para ela: “Ele está na OBAN”. Aí ela foi me levar roupa na OBAN, para ficarem sabendo que ela sabia que eu estava preso lá.

Fiquei doze dias na OBAN. O meu companheiro falou coisas graves de mim, e eu fui arrebentado. Uma noite, saí da cela forte e encontrei com ele. Usei aquela posição de dirigente comunista, disse que ele estava falando demais. Aí, nessa madrugada, mesmo eu estando arrebentado, eles me torturaram de novo. Não sei se foi ele que falou ou se tinha microfone.

Depois fui para o DOPS, onde sofri ainda mais. Apanhei muito mais do que na OBAN. O DOPS tinha minha vida todinha, viagem à URSS, cursos, Cuba, viagem, conferências. Se eu tinha apanhado na OBAN, me arrebentaram no DOPS. Costumo dizer que não é o pau de arara, e sim o que eles fazem em cima de nós, no pau de arara, e isso era diariamente.

Fiquei dezoito dias lá, mais doze na OBAN. Foram 30 no total. Minha última estada no DOPS

foi quando arrebentaram o Olavo Hanssen. Depois, ele apareceu morto. Sempre elogiei a posição do Hanssen, a resistência dele. O DOPS era isso, uma máquina de matar.

No dia seguinte à morte dele, fui para o Tiradentes, era maio. Fui preso em abril de 1970. Lá, eu tive visita. Na visita, eu estava arrebentado, porque na OBAN levei um soco inglês nas costas. Fiquei com as costas arrebentadas. E na cela forte, sem assistência. No DOPS, levei pauladas na cabeça. O [Maurice] Politi me emprestou uma blusa de lã para eu me enfaixar com ela. Eu estava tão machucado que a minha família não podia me abraçar.

A família da gente sofre no lar, sofre na sociedade. Eu recusei sair no sequestro do embaixador suíço, e então minha fotografia saiu no jornal como terrorista. Aí ficam achando que a gente é terrorista mesmo e isso mexe com a família.

Com esse troço de terrorista, quem dava as aulas de educação moral e cívica nas escolas eram os capitões. E um capitão colocou meu filho Edson na frente e começou a arrebentar com os terroristas. E ai disse: "O Martinelli teve a coragem de dar o nome de Lenin para esse menino, vejam só".

Mandei entregar um livro para meu filho, dizendo: "Leia Lenin e veja porque botei seu nome de Lenin, veja o bandido que ele é". Ele tinha 7 anos, ele nasceu em 1953.

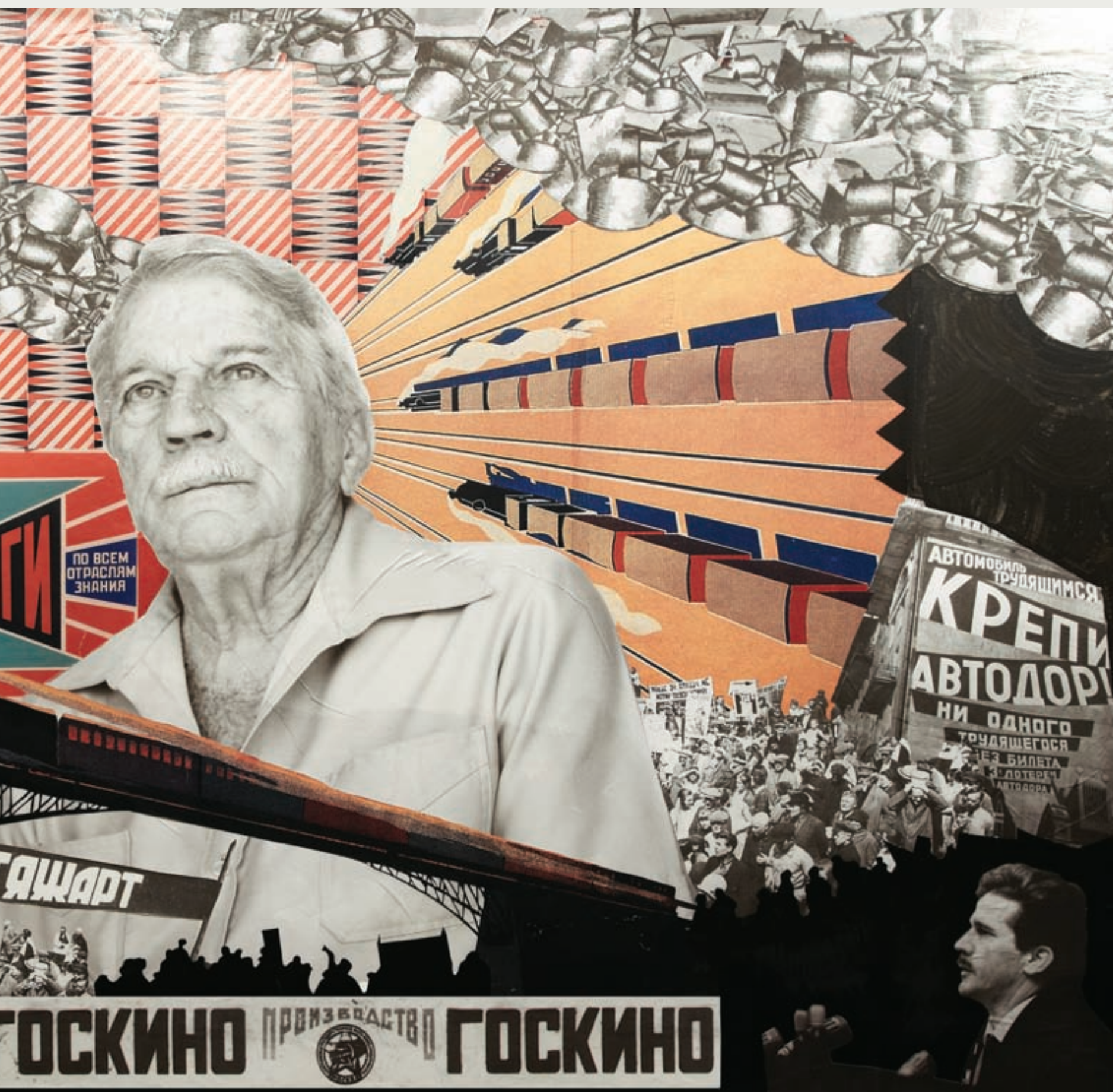
A família sofre muito com as consequências. Na cadeia, eu fazia cestas de vime, uma por dia, e eles vendiam para ajudar com as despesas da família.

Minha mulher, filha de portugueses, tinha os filhos sempre em primeiro lugar. Nesses três anos e meio, todos foram muito bons filhos.

Tem uma carta do meu filho mais velho [Jaime] que é uma coisa espetacular. Ele escreveu para o Médici arrebentando e colocando o pai lá em cima: "Onde já se viu, esses homens que deviam estar governando o Brasil". Esse meu filho quase nunca ia me visitar, ele não aguentava. Ele não queria me ver preso. Os filhos sofrem, mas temos que dar continuidade à vida.

RAPHAEL MARTINELLI, MEU AVÔ, É COMUNISTA. DEFENDEU OS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA FERROVIA COMO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS, INTEGROU O PARTIDO COMUNISTA E FUNDOU A ALN (AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL) JUNTO COM MARIGHELA. FOI PRESO E TORTURADO E HOJE LUTA PELA ANISTIA DOS EX-PRESOS POLÍTICOS DA DITADURA MILITAR.

RAFAEL MARTINELLI

Painel fotográfico feito por Rafael Rossi Martinelli, cineasta e diretor de fotografia, neto de Raphael Martinelli, em homenagem ao avô. A obra ficou exposta na Galeria Olido, em São Paulo, 2010

ПО ВСЕМ
ОТРАСЛЯМ
ЗНАНИЯ
АВТОМОБИЛЬ
ТРУДЯЩИМСЯ
КРЕПИ
НИ ОДНОГО
ТРУДЯЩЕГОСЯ
ГОСКИНО
ПРОИЗВОДСТВО
ГОСКИНО

"Que um dia ninguém mais pense assim"

por Dora Augusta Rodrigues Mukudai

Quando recebi a mensagem por e-mail me convidando para participar [da Audiência sobre as crianças atingidas pela ditadura], num primeiro momento pensei que não tinha nada para contribuir, que não tinha nada que pudesse ajudar porque eu conheci crianças, especialmente quatro crianças, e diante dessa situação que eu sei que eles viveram, eu achava que não tinha muito a acrescentar. Um deles, que tem a minha idade, aos 2 anos de idade foi fichado no DOPS como subversivo perigoso, o Ernestinho [Ernesto Nascimento] e os seus primos.

Eu nasci em 1968, em Osasco, em plena greve geral. Uma confusão, um caos no país, especialmente na região de Osasco. O meu pai, Darcy Rodrigues, servia no quartel de Quitaúna. Era sargento na época e lugar tenente do Capitão [Carlos] Lamarca.

Quando eu tinha seis meses de idade, meu pai, ciente da gravidade da situação, tentou, e conseguiu, obviamente, poupar a minha mãe e eu de qualquer problema que ele sabia que estava por vir e nos mandou para a Europa no mesmo voo com a esposa do Capitão Carlos Lamarca e seus filhos.

Então, quando recebi esse convite, pensei: "O que é que eu tenho para falar? Eu fui poupada de tudo. Eu não vi nada". Felizmente não perdi meu pai, porque apesar de tudo o que passou, ele está vivo. A minha mãe fez de tudo para transformar nossas vidas em vidas normais.

"Felizmente não perdi meu pai, porque apesar de tudo o que passou, ele está vivo. A minha mãe fez de tudo para transformar nossas vidas em vidas normais"

Eu estava com seis meses e a minha mãe encontrava-se grávida na época. Ela não sabia, nem meu pai, que meu irmãozinho estava chegando. Nós fomos para o exterior, passeamos por alguns lugares – passeamos entre aspas – até conseguir asilo político em Cuba, onde fomos todos, a esposa do Lamarca, os filhos, minha mãe, eu e meu irmãozinho que nasceu lá.

Vivi minha infância inteira em Cuba até meus 11 anos de idade. É um país que eu amo, que me deu a base para o que sou hoje. Um país onde aprendi que pessoas como meu pai, como os pais da Priscila [Arantes] e do André [Arantes], da Iara [Lobo], da Raquel [Rosalen], são pessoas que a gente tem de respeitar e admirar. Que tinham um ideal e passaram o que passaram para hoje, quarenta e poucos anos depois, nós termos um país melhor.

Até hoje eu não sei tudo que o meu pai passou. Durante esses onze anos de vida fora do país, e depois, quando voltamos, em 1980, para o Brasil, não sabíamos – meu irmão e eu – exatamente o que estava acontecendo, mas sabíamos que alguma coisa ruim estava por trás daquela situação toda.

A Iara Lobo mencionou uma coisa muito importante, que é a questão do respeito à imagem dos nossos pais. Hoje, na internet, tem muita coisa que eu descobri sobre o meu pai que ele não contou para nos poupar.

Lembro-me que, em 1999, tinha o hábito de ler a revista *IstoÉ*, pela internet, toda segunda-feira. Fazia isso no meu horário de almoço e não lia a revista inteira porque não dava tempo. Numa segunda-feira, abri a revista numa reportagem de capa que falava sobre o assalto ao cofre do Ademar de Barros. Comecei a ler a matéria e pensei: "Não me interessa". E continuei lendo a revista, as outras matérias. Mas fiquei com aquilo na cabeça porque eu não sabia o que era o assalto ao cofre do Ademar, mas alguma coisa me falava que já tinha ouvido aquela história, que aquilo tinha a ver comigo.

À esquerda, Darcysito e Dora de uniforme escolar, Cuba

“Era muito difícil receber informações naquela época, as correspondências chegavam todas violadas, fotografias chegavam rasgadas e demoravam meses para chegar”

Eu li outras partes da revista e quando acabava minha hora de almoço, resolvi voltar à matéria. Eu não sabia o que era, mas, de repente, vi a foto do meu pai naquela reportagem. Dezenove anos depois de eu estar de volta ao Brasil, ainda não sabia o que tinha acontecido com meu pai. Eu me assustei. Não sabia de nada daquilo e, por ter passado todos os anos da minha infância com os meus pais me protegendo, até hoje não corro atrás de certas informações. Eu as descubro a conta gotas em livros, pela internet.

Alguns sites falam do meu pai de uma maneira muito pejorativa e triste. Isso magoa demais, porque eu sei que meu pai é guerreiro, é briguento, é bravo. Quando se trata de justiça ele é muito bravo. E tenho muito orgulho dele, por saber que não teve medo de fazer justiça. Não me interessam os métodos que usou, mas ele tentou fazer justiça. Meu pai sempre foi muito honesto. E é isso que eu levo de toda essa história. Que a esperança, como disseram os demais nesta Audiência, e a justiça sejam feitas; e a esperança de que nós não tenhamos mais pessoas que enxergam a verdade que querem enxergar, e não a verdade de fato.

O André [Arantes] comentou que diferentes olhares trazem diferentes visões do mesmo fato. E a gente sabe que muita gente neste país ainda acha que pessoas como os pais do André e da Priscila, os pais da Iara e da Raquel, os meus pais, os pais das quatro crianças que eu mencionei, são terroristas. O que eu mais quero com essa Comissão da Verdade é que um dia ninguém mais pense assim.

Nós chegamos em Cuba quando eu tinha mais ou menos 6 meses de idade. O meu irmão, Darcy, nasceu em Cuba. Meu pai ficou aqui no Brasil, na clandestinidade, no Vale do Ribeira. Ele esteve preso, foi torturado e foi um dos quarenta que foram trocados pelo embaixador alemão. Entre esses quarenta, estão as quatro crianças que mencionei. E o meu pai finalmente chegou a Cuba quando eu já tinha 2 anos de idade e o meu irmão já tinha um ano de nascido.

Nós passamos dez, onze anos em Cuba vivendo como cubanos. Estudamos em escolas como cubanos. Mas tinha um grupo grande de brasileiros exilados que se reunia com alguma periodicidade e ouvia o hino do Brasil com muita emoção, ouvia gravações da *Voz do Brasil* e trocava informações. Porque, na época, era muito difícil ter notícia do que acontecia no Brasil, ter notícias dos familiares. Eu lembro que quando chegavam correspondências dos nossos familiares, elas eram motivo de muita alegria e de muita apreensão. Era muito difícil receber informações naquela época, as correspondências chegavam todas violadas, fotografias chegavam rasgadas e demoravam meses para chegar.

Em uma dessas correspondências chegou a notícia de que eu tinha perdido meu avô materno, que não cheguei a conhecer. E lembro dessa sensação, que eu acho que é a mesma que a Priscila menciona, de que a gente não sabia exatamente o que acontecia, mas que a gente sabia que alguma coisa ruim ainda podia acontecer.

Os meus pais sempre deixaram claro para mim e para o meu irmão que aquele não era o nosso lugar e que a qualquer momento podíamos ir embora, que precisávamos voltar para o nosso país. Então, nós passamos dez anos da nossa vida sem poder nos apegar a amigos, a brinquedos, a lugares, aos professores, a escola, porque a qualquer momento iríamos embora.

Queríamos muito ir embora, porque sentíamos a paixão dos meus pais pelo país, a necessidade que tinham de voltar, além do desespero de voltar para o convívio dos familiares aqui.

Em 1980, quando voltamos para o Brasil, fomos morar no interior de São Paulo, em Bauru. Eu lembro que foi uma época muito difícil porque depois de mais de dez anos fora do país os meus pais não tinham mais casa, não tinham mais nada do que eles deixaram aqui. Além de que, nenhuma escola em Bauru queria matricular a mim e a meu irmão. Por dois motivos: porque era tudo

muito recente, as pessoas tinham medo de envolvimento com pessoas perigosas; e também porque o Ministério da Educação demorou para validar os estudos que fizemos em Cuba.

Mesmo assim, felizmente, com a ajuda de companheiros, conseguimos assistir, participar em uma escola como pessoas transparentes. A diretora do SESI de Bauru aceitou que eu e meu irmão assistíssemos às aulas na série em que meu pai afirmava que nós estávamos, independente do MEC validar ou não. E ficamos por um período, eu na sexta série e meu irmão na quinta série, sem ter o nome na lista de chamada, fazendo as provas às escondidas, separadas e, obviamente, com isso tudo sabíamos que éramos vistos como diferentes, apesar do meu pai e da minha mãe tentarem nos fazer acreditar que estava tudo bem.

O André também comentou sobre a chegada de um momento em que ele podia "ser quem ele era", contar para as pessoas quem ele era. Da sexta série até o colegial eu também vivi esse momento de não poder falar muito porque eu tinha morado em Cuba, quem eu era, quem era meu pai. Só depois de alguns anos que percebemos que as pessoas começaram a entender melhor. E quando eu entrei no colegial, eu estudei no Colégio Técnico da UNESP em Bauru, tinha uma professora de história que nos mandou ler o livro *Feliz Ano Velho*.

Até então eu tinha muito medo de falar do meu passado. E fiquei muito feliz de saber que tinha uma professora que incentivou o debate e que, finalmente, eu podia falar o que pensava daquilo tudo, que finalmente eu tinha encontrado pessoas que eram solidárias a tudo isso e aceitavam toda essa situação. Então eu fico feliz de ser a última aqui [a falar] porque, juntando o depoimento de todos, descobri que eu tenho coisa para falar.

Queria comentar que hoje eu sou casada, meu marido é Jorge Mukudai, descendente de japoneses, pessoas simples, uma família que não tinha, nunca teve participação política, nem entendimento político nenhum. E eu sou muito grata a ele e à minha filha, porque eles sempre entenderam e tiveram orgulho dos meus pais e da minha família. E queria também agradecer uma pessoinha muito especial, que meu pai tentou poupar o tempo inteiro, pela sua fisionomia e seu físico frágil, delicadinha, professora. Meu pai poupou muito essa mulher, sem saber que ela é uma pessoa extremamente guerreira. Ela segurou toda essa onda com muita, com muita garra e com muita classe, com muita elegância. Apoiou o meu pai até hoje, que é minha mãe. Hoje eles estão separados, mas são muito, muito amigos, e ela sempre apoiou meu pai, apesar de não ter sido muito ativa em todo esse processo.

DORA AUGUSTA RODRIGUES MUKUDAI nasceu em 6 de agosto de 1968. Filha de Darcy Rodrigues e de Rosalina de Freitas Anselmo. É bacharel em Ciência da Computação e trabalha com gestão de pessoas na área de Tecnologia da Informação.

Rosa com Darcysito no colo e Dora, Cuba

Darcy Rodrigues nasceu em 19 de novembro de 1941, em Avaí (SP). Sargento do Exército, resistiu ao golpe de 1964 junto com militares resistentes. A aproximação com o capitão Carlos Lamarca, no Quartel de Quitaúna, em Osasco, fortaleceu o grupo. Em 1969, já ligado à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), abandonou a carreira militar. Darcy e Lamarca foram os principais atores da fuga do Quartel de Quitaúna, em janeiro de 1969.

Foi preso em abril de 1970, junto com José Lavechia, numa área rural do Vale do Ribeira, onde a VPR fazia treinamento de guerrilha. Ficou preso por 57 dias, sendo torturado diariamente. Saiu do país em 15 de junho de 1970, trocado junto com outros presos, libertados no sequestro do embaixador alemão, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben.

Levado inicialmente para a Argélia, depois exilou-se em Cuba, onde sua mulher e filha já viviam desde pouco antes de deixar o Exército. Morou dez anos em Cuba, onde trabalhou como professor e estudou Economia. Lá, nasceram dois dos seus quatro filhos. A família voltou ao Brasil em 1980, onde Darcy estudou direito. Em 1983 exerceu o primeiro de muitos cargos públicos na cidade de Bauru, onde vive até hoje. Em 2010, Antonio Pedroso Junior, lançou o livro: *Sargento Darcy, Lugar Tenente de Lamarca*, sobre a trajetória do militante.

Rosalina de Freitas Anselmo nasceu em 7 de setembro de 1943, em Três Lagoas (MS), onde se formou professora. Casou com Darcy Rodrigues em 1963. Foi para Cuba em janeiro de 1969 onde se especializou em educação infantil e trabalhou como professora. Retornou para o Brasil em 1980 indo morar em Bauru (SP). Tem quatro filhos e duas netas.

1

2

3

1, 2, 3 e 6. Fotos de Darcy em prontuários de órgãos de repressão

4. Dora fichada no DOPS aos 4 meses, em 17 de dezembro de 1968

5. Ficha de Rosalina no DOPS

6 e 7. Foto e ficha de Darcy em prontuários de órgãos de repressão

8. Militantes banidos na troca do embaixador da Alemanha no Brasil. Darcy é o número 11. Imagem do relatório do CIE, Indivíduos Banidos do Território Nacional, 1970, distribuído aos orgãos de repressão, para reconhecimento dos mesmos

4

5

6

(v.Batista) P- 1092

P. 499 - Doc.1
P. 499 - Inf.55 e 65-E2 de fev.69 do Com.Praça.
P. 499 - Inf.68-E2 de 14.2.69 do Com.Praça
P. 499 - Inf.79-E2 de 17.2.69 do Com.Praça.

sargento do exercito, filho de Jorge Rodrigues e Doralice Rodrigues, natural de Avaré, nasc. 1.11.1941, casado, instrução primaria, 1,60 dealtura, barba e bigodes raspados, côr morena, segundo telex- do DOPS-São Paulo, de 25.1.69, deverá ser detido, sendo de interesse do Exercito, por furto de armas. INTEGRANTE DA VPR. Seg.infs.55 e 65-E2, é suspeito de estar ligado à ação do Cap Lamarca, no roubo de armas no 4º RI, encontrando-se desde então, 24.1.69, desaparecido. Inf.68-E2. No plano de roubo de armas do 4º RI, o nominado atuaria na Base do Capitão Lamarca, instalada no interior do Quartel. Seg.Inf.91-E2, participou de diversos atentados, terrorismos e expropriações praticados pela VPR. Seg.Inf.149-E2, fazia parte de um dos GRUPOS TÁTICOS DE AÇÃO (GTA) organizados na VPR. Inf.144-E2 com FOTO. Seg.Inf.148-E2, é apontado como um dos autores do assalto ao Banco F.Barreto S.A. (Ag.de Osasco) em 17.3.69. Of.470/69- fotocópias de individuais dactiloscópicas. Indiciado em inquérito policial por sua participação na VPR.

7

OS NÚMEROS CORRESPONDEM AOS DA RELAÇÃO Nº 3

15 22 33 31 1 34 13 4 25 24 7 20 36 5 35 12 38 28 27 37 6 10 3 9

30

19 32 21 39 2 18 16 D 23 8 11 C 14 29 B 26 A 17 40

8

1

2

3

1. Darcy, Darcysito com 3 anos, Rosalina e Dora com 4 anos, Cuba

2. Rosalina com Darcysito, Rosa e os filhos de Carlos Lamarca, Claudia e César, no parque Almendares, Havana, Cuba

3. Dora, Darcy, Darcysito e Rosalina grávida do terceiro filho, Havana, Cuba, 1979

“A possibilidade de nunca mais vê-los martirizava nossas mentes”

por Darcy Rodrigues

Quando decidi conjuntamente com o Capitão Carlos Lamarca abandonar as fileiras do Exército Brasileiro e aderir à luta armada contra o arbítrio e a tirania, instalado em nossa pátria pelos militares, o primeiro pensamento foi garantir a integridade e a segurança de nossos familiares.

Em discussão com lideranças da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), decidimos enviar Rosalina e Dora Augusta, minha esposa e filha, juntamente com Maria Pavan, César e Claudia, esposa e filhos de Lamarca, para o exterior, mais precisamente para Cuba, mantendo-as afastadas de nosso país, enquanto durasse a guerra revolucionária.

Em decorrência da prisão de companheiros que estavam pintando um caminhão com as cores do Exército, em uma propriedade rural em Itapecerica da Serra, fomos obrigados a antecipar a ação expropriatória a ser realizada no IV RI de Quitaúna, na cidade paulista de Osasco.

Acabamos a realizando de forma parcial, no dia 24 de janeiro de 1969, quando o camarada Lamarca, em companhia do cabo Mariane e do soldado [Carlos Roberto] Zanirato, saíram com munição e 63 fuzis daquela unidade militar.

No momento da ação, me encontrava juntamente com o camarada José Araújo Nobrega, tentando resgatar armas, munições que se encontravam no aparelho utilizado pelo companheiro Pedro Lobo, preso em Itapecerica. Por ironia do destino, o embarque de nossos familiares estava previsto para o dia 24, às 20 horas, no aeroporto de Congonhas, com o destino inicial sendo a Itália. Sem nada combinar com o camarada Lamarca, decidi ir ao aeroporto, despedir-me de Rosa e Dora Augusta, e acabei encontrando com Lamarca, que decidira igualmente despedir-se de seus familiares.

Como relato pitoresco desta nossa ida ao aeroporto, à época a TV Excelsior estava exibindo uma novela, onde existiam cenas de violência e tiroteios, sendo que uma das cenas estava sendo gravada nesta noite no aeroporto de Congonhas. Ao ouvirmos os tiros e policiais correndo, chegamos a pensar que tínhamos sido localizados pela repressão e rapidamente colocamo-nos em posição de defesa, já que não tínhamos a mínima intenção de sermos capturados.

Para nosso alívio, eram somente cenas de uma novela. Esta foi a última vez que Lamarca viu a esposa e filhos. Engajados na luta contra a ditadura militar, acabei sendo preso em abril de 1970, durante treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira, tendo sido libertado em 14 de junho, juntamente com outros 39 companheiros em troca da liberdade do embaixador alemão, sequestrado por um grupo de combate da VPR, comandado pelo saudoso camarada Eduardo Leite, o Bacuri.

Fomos levados para a Argélia e de lá, pouco tempo depois segui para Havana, em Cuba, onde após um ano e meio de separação, reencontrei com Rosalina, Dora Augusta, e Darcysito. Não sabíamos, quando Rosa saiu do Brasil que ela se encontrava grávida de nosso segundo filho, que veio a nascer em território cubano.

A separação dos familiares e o pior, a possibilidade de nunca mais tornar a vê-los, martirizavam nossas mentes durante todo o tempo.

Decorridos mais de quarenta anos dos fatos, tenho que necessariamente fazer uma severa autocrítica, pois por questões de segurança, e sempre buscando preservar meus familiares, jamais comentei com eles detalhes de minha militância política, fazendo com que eles fossem descobrindo somente na adolescência e na juventude detalhes de minha atuação política.

"Até hoje sou uma pessoa completamente sem identidade"

por Zuleide Aparecida do Nascimento

Eu sou a Zuleide, uma das miniterroristas, que é a maneira como fomos taxados [pela ditadura]. Nascemos em Osasco, somos filhos de Sebastião Rivom do Nascimento, que é filho da tia Tercina e irmão do Manuel Dias do Nascimento. Minha mãe chamava Maria do Perpétuo Socorro do Nascimento, mas nós fomos criados pela vó, Tercina Dias de Oliveira, chamada de Tia, desde que éramos pequenos.

Na época da greve [de Osasco], eu tinha 3 anos de idade. Depois dessa greve, a família toda começou a ser perseguida porque o tio, o Manuel Dias de Oliveira, o Neto, foi um dos cabeças, um dos líderes da greve junto com o José Ibrahin. Com muito orgulho eu falo que a greve de 1968 foi planejada na casa da minha avó, lá em Osasco. Ela dava todo apoio.

O meu tio Manuel conheceu o Zequinha Barreto nas fábricas. Aí o Zequinha passou a militar na VPR e meu tio também. Depois ele também levou a minha avó para a organização. O tio Manuel se filiou ao sindicato com 15 anos de idade, por incentivo da minha avó, que tinha um espírito libertário. Quem teve a oportunidade de conhecê-la, sabe a figura que ela era, o espírito de luta que tinha.

À esquerda, Zuleide fichada antes do banimento do país, 1970.

Foto de acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, reprodução de Luiza Villaméa, Revista Brasileiros

"Do período que ficamos no Juizado, o que me lembro é que fizeram uma trança no meu cabelo. Eu tinha um cabelo de comprimento abaixo da cintura e ele foi cortado"

Depois da greve, fomos morar no Vale do Ribeira. Lá, era a vó quem dava estrutura para o Capitão Lamarca. Quando as pessoas que sabiam da existência do aparelho do Vale começaram a ser presas, a organização fez por bem nos tirar de lá, porque sabia que a qualquer momento o aparelho poderia ser estourado. Quando saímos do Vale, o [José] Lavechia se separou de nós e entrou para as tropas do Lamarca, foi integrado à linha de frente da VPR. E nós fomos levados para um aparelho em Peruíbe.

A estratégia da ditadura, depois que ocuparam o Vale do Ribeira, foi manter a casa com a mesma rotina de quando estávamos lá. De manhã, colocavam as roupas das crianças no varal, davam comida para os bichos, abriam a casa e ficavam lá dentro. Isso servia de armadilha para outros companheiros que chegavam ao local pensando que estava tudo bem, que a Tia estava lá. Mas ao chegarem, eram presos.

Quando fomos sequestrados, fomos levados para uma casa que eu não lembro onde era. Lá, ficamos por cinco dias. Meu irmão Luis Carlos conta que era uma casa grande e bem mobiliada. Ficamos trancados num quarto de onde não podíamos sair. Depois, nos levaram para o Juizado de Menores. E o Samuel, que era nosso irmão de criação, foi levado para um local onde ficavam meninos infratores. Ele apanhou muito, foi torturado.

O Samuel ficou careca porque teve o cabelo raspado, foi tratado como menor infrator, apanhou. E além de ter sofrido a agressão psicológica que todos nós sofremos, ele ainda sofreu agressão física.

Do período que ficamos no Juizado, o que me lembro é que fizeram uma trança no meu cabelo. Eu tinha um cabelo de comprimento abaixo da cintura e ele foi cortado. Tinha uma pessoa cortando e outra do lado falando: "Me dá essa trança que eu quero fazer uma peruca". Eu não lembro de muita coisa porque era pequena, mas desse fato eu lembro.

Para mim, foi realmente uma grande violência. Eu era uma criança de 4 anos de idade. O que uma menina gosta? De ter cabelo comprido. Para mim, isso foi uma tortura. E foi também uma tortura terem me separado da minha avó, que era a única mãe que eu conhecia.

E eu tinha que ser forte. Minha avó olhava para mim e falava: "Seja forte, resista, não abai-

"Cuba é o meu país e não tem como deixar de ser. Foi o país que nos acolheu. Foi pai e mãe para nós. Eu brinco que o Fidel Castro era o meu pai"

xe a cabeça". E eu tendo que me segurar, tendo que segurar o tranco vendo minha avó partir. Para mostrar segurança, ela nem olhou para trás quando se separou de nós.

Só conseguimos sair do Brasil porque minha avó brigou muito para nos tirar, porque o caminho natural não seria esse. Nós seriamos adotados. Quando ela ficou sabendo que ia ser extraditada, que tinha que sair do Brasil, ia ser banida, disse: "Cadê meus netos?" E disseram que apenas ela iria embora. No período em que estávamos no Juizado de Menores, não me lembro bem como foi o fato, mas sei que de repente acordei e o Ernesto estava lá. Ele não tinha sido preso conosco e sim com o pai e a mãe dele.

Quando enfim resolveram nos liberar, disseram para minha avó: "Está bem, aqui estão seus três netos". E ela: "Não, eu quero meus quatro netos. Estou sabendo que o Ernesto está lá dentro também, e ele é meu neto e vai comigo. Entrei aqui com três, mas eu vou sair daqui com quatro". E assim foi.

Quando fomos libertados, a única coisa que me lembro é que me vi dentro de um helicóptero e lá na frente um monte de milicos armados. Foi quando foi feita a foto dos quarenta. [Em 15 de junho de 1970, quarenta militantes foram banidos do Brasil e enviados à Argélia em troca do embaixador alemão Ehrenfried Von Hollenben]. Aí nós fomos para a Argélia, onde ficamos um mês e pouquinho. Depois fomos para Cuba, que foi o país que nos acolheu. Ficamos lá durante dezesseis anos. Estudamos, terminei o segundo grau e depois voltei ao Brasil.

Havia muitas crianças que nasceram no Brasil, no Chile e que depois foram para Cuba. E a casa da vó, era a casa da avó de todos. As crianças iam passar as férias escolares lá na casa da vó, então, às vezes, tinham umas doze crianças lá. Os filhos do Virgílio [Gomes da Silva] foram criados juntos conosco. Ficávamos todos juntos.

Também tínhamos uma relação muito boa com as crianças cubanas. Na nossa casa, éramos em oito crianças. Todas as brincadeiras aconteciam lá. Os vizinhos cubanos vinham brincar com a gente e todos eles conheceram as nossas histórias.

Quando voltei ao Brasil, me engajei no movimento sindical. Trabalhei em muitos sindicatos, até porque também eu não tinha condições de procurar emprego em outro lugar. Quando tentei fazer ficha de emprego em muitos lugares, inventei que tinha estudado em uma escola em Pernambuco, mas que meus papéis tinham se queimado no barraco da favela onde eu morava.

Nesses meios também tive uma válvula de escape para o enfrentamento contra aqueles que me massacraram. Quando fui para o movimento sindical, fui participar de greve geral e acabei indo para o embate com a polícia. Fui para a linha de frente receber gás na cara. Enfrentá-los foi também uma forma que eu tive de falar: "Aqui estou eu, entenderam? O que fizeram, eu também estou enfrentando vocês, entenderam?"

Quando voltei ao Brasil, em 12 de janeiro de 1986, tinha 20, 21 anos. Meu irmão [Luis Carlos] voltou um pouco antes de mim. O Samuel voltou depois, em 1983. A vó e o Ernesto voltaram comigo.

O tio [Manoel Dias do Nascimento] já havia voltado ao Brasil assim que foi decretada a Anistia. Ele veio fazer o meio de campo para nós, foi atrás dos nossos documentos, porque quando saímos do país, não tínhamos nenhum documento. E então, quando meu tio mandou meu registro de nascimento lá para Cuba, foi impressionante. Só então descobri minha idade real. Quando eu cheguei em Cuba, colocaram como se eu tivesse nascido em 1966, quando na realidade eu nasci em 1965.

Eu não sabia minha data de nascimento, por exemplo, nem meu nome direito. Quando entrei na creche, usei o nome de Zuleide Lucena, que era o sobrenome da Damaris Lucena, viúva do [Antônio Raymundo] Lucena, que já estava lá com os filhos quando chegamos. O governo cubano nos colocou para morar na mesma casa que a Damaris porque ia ser mais fácil, inclusive para as crianças dela conviverem com outras crianças. Nós fomos criados como uma grande família. Na casa, morávamos a Damaris, a vó e as oito crianças. Era ela que cuidava de todos nós, e a Damaris que nos levava ao

“Aconteceu de crianças realmente serem taxadas de terroristas, como se a gente fosse perigo para a sociedade. Crianças foram torturadas de fato, isso aconteceu no Brasil”

Ângela Telma, filha de Damaris Lucena, Zuleide e Ernestinho, Cuba

médico, à escola. Foi ela que me matriculou na escola e como não tinha documento, deu o nome de Zuleide Lucena. Assim fui chamada durante muito tempo. A questão do meu nome era uma confusão. Uma hora eu era Zulmara, outra vez Zuleide. Outra hora era Zuleide Lucena, outra ainda Zuleide Aparecida.

Essa identidade nós nunca achamos. Até hoje sou uma pessoa completamente sem identidade. Eu sei que sou brasileira, porque nasci brasileira. Mas não me sinto brasileira e sim cubana. Sei que não sou cubana, então é uma confusão muito grande. Aí eu costumo dizer que como tenho na veia a herança de militância, digo que sou latino-americana. Acho que fica muito mais fácil.

Cuba é o meu país e não tem como deixar de ser. Foi o país que nos acolheu. Foi pai e mãe para nós. Eu brinco que o Fidel Castro era o meu pai. Porque durante dezesseis anos nos apoiou e nos deu tudo, a formação que a gente tem hoje devemos a Cuba.

Chamarem a minha avó de Tia foi uma forma carinhosa criada pelos próprios companheiros. Eu imagino que como ela era a mais velha, a mais idosa, as pessoas carinhosamente a chamavam de tia. E pegou. Inclusive quando ela foi presa, os milicos a chamavam assim. E isso foi integrado ao nome dela: Tercina de Oliveira, a Tia. Ela era a cozinheira e costureira do Lamarca, no Vale do Ribeira.

Nós conhecemos o Lamarca, guardo bem isso na memória. Quando ele chegava do mato depois de quinze, vinte dias – porque havia um revezamento do pessoal que estava no mato, no treinamento e ele vinha buscar o outro pessoal que chegava e a casa servia de ponte – ele sentava no chão da cozinha lá de casa, tirava a bota e falava: “E aí Tia, você quer um toucinho aí para colocar no feijão para dar um gostinho?” Ele estava falando do próprio pé, que estava há vinte dias dentro de uma bota. Ele brincava com a vó. Eles tinham um relacionamento muito gostoso de mãe e filho. É uma figura que jamais esquecerei. Para mim, ele foi um pai. A gente sentava, ele brincava com a gente, lia histórias. Isso no pouco tempo que ficava ali com a gente.

Ele matava com a gente a saudade que tinha dos filhos, a Claudinha e o César. Ele nos ajudou a suprir um pouco a necessidade de pai e nós o ajudamos a suprir um pouco a necessidade dele de filhos.

Eu estava em Cuba quando ele foi morto [Lamarca foi assassinado em 17 de setembro de 1971]. Eu olhei para a minha avó e perguntei: “Vão fazer com ele que nem fizeram com o Che [Guevara]? Vão arrancar as mãos do Lamarca também?” O que soubemos foi que ele estava no sertão da Bahia com o Zequinha [Barreto], que foi perseguido lá, e que tinham conseguido encurralar e matar ele.

Quero contar um pouco a história do Samuel.

Ele era do Rio de Janeiro, foi criado pela mãe, tinha irmãs mais velhas. A mãe saía para trabalhar, as irmãs também. Ele ficava sozinho, brincando pelo cemitério do bairro onde morava. Ficava na rua. Minha avó, que sempre criou várias crianças, foi passar um tempo lá no Rio de Janeiro e conheceu essa criança na rua. Ela foi à casa da mãe e pediu para cuidar dele. A mãe deixou. Aí quando a vó retornou para São Paulo trouxe o Samuel junto.

Ele passou por toda a nossa história, foi de aparelho em aparelho, foi para o Vale do Ribeira. Além da dor psicológica que a gente sofreu, ele passou por tortura física. Fomos para Cuba e quando o tio Neto voltou, resgatou a identidade do Samuel, que na volta, foi procurar a família biológica e começou a resgatar a história dele. Reencontrou a mãe e teve condições de ter o nome dela no registro. Quando saiu do Brasil, usava o nome da vó, Samuel Dias de Oliveira, até porque todo mundo saiu sem documento. Ele só teve condições de ter registro de nascimento quando voltou, porque foi com a mãe [biológica] ao cartório e se registrou. Hoje, ele se chama Samuel Ferreira, que é o sobrenome da mãe. Porque na época em que se registrou no Brasil, o pai já tinha falecido.

Em 2009, 2010, quando foi julgado o nosso processo em Brasília, fui defender o processo do Samuel que, quando entrou com um processo de anistia, apresentou o nome de Samuel Ferreira. E aí existia um conflito, porque todos os documentos que juntávamos era de Samuel Dias de Oliveira.

Eu costumo falar para o Samuel que tenho mais carinho e cuidado por ele do que tenho pelo meu próprio irmão de sangue. Ele me ligava e falava: “Você é a única irmã que eu tenho, a minha família de sangue aqui não quer saber de mim. Eles não me procuram, eu não tenho contato com eles”.Na semana passada eu falei com ele, para vir aqui dar depoimento, que para ele é importante falar. “Vai, vai ser bom, você fala muito poucas vezes sobre isso”. Dizem que quando a gente solta, vai tirando um pouco de cima. Eu, quando faço isso que estou fazendo hoje [testemunhando], o resto do dia fico como se tivesse passado um trator em cima de mim. Já o Ernesto dorme até três dias seguidos.

Mas realmente ele não quer falar. Ele disse: “Eu não quero, tenho que trabalhar. Aqui ninguém conhece a minha história, aqui eles não conhecem de onde eu vim, para onde eu fui, quem eu fui, quem eu sou, nada. E eu não quero que saibam, não quero, não quero”. Eu acho que ele não quer falar.

Hoje o Samuel é uma pessoa super retraída. Nós que somos irmãos dele, que nos criamos com ele, sentimos a diferença dele antes de Cuba e em Cuba. Lá foi o período em que ficou mais descontraído, mais à vontade. Depois que voltou, a gente percebe que ele tem um bloqueio muito grande.

Para mim, é muito doloroso contar e lembrar da minha história. Mas eu faço pela importância. Acho que esses fatos que aconteceram têm que ser revelados, falados. Quero parabenizar o trabalho da Comissão porque são coisas que precisam ser faladas, abertas, jogadas ao mundo.

Eu me orgulho de ter esta história, de ter, de certa forma, participado de tudo isso. E também é a única história que eu conheço, o único jeito de vida que conheço. Para mim, é tão natural ter esta história e ter passado por tudo isso. Não é que eu goste de falar, há uma necessidade de se falar, a necessidade de gritar ao mundo. Aconteceu isso sim, aconteceram essas barbaridades sim, de matarem pai de família, de matarem mães de família, aconteceu de crianças realmente serem taxadas de terroristas, como se a gente fosse perigo para a sociedade. Crianças foram torturadas de fato, isso aconteceu no Brasil, na América Latina e não pode voltar a acontecer.

Nenhum ser humano tem o poder de torturar, de acabar com a vida de outro ser humano. Em nome de quê? Por isso que eu acho importante e por isso que eu vim hoje. Porque eu quero que amanhã meu filho saiba direito o que aconteceu. Ele tem 9 anos de idade. Quando as crianças são pequenas, o que ensinamos a elas? Que se você rouba, é preso. Se mata, é preso. Um dia, estávamos eu e o tio Manoel no carro, conversando e falando: “Sabe fulano, que esteve preso com cicrano, com a Vó, não sei o quê”? Aí meu filho olhou para mim e perguntou: “Você já foi presa? O tio já foi preso? A bisa já foi presa?” O menino levou um susto.

Hoje em dia eu explico porque fomos presos. E ele fala: “Na época da guerra, né mãe?” Mas isso tem que ser corriqueiro nas escolas porque realmente essa é a história do Brasil, isso aconteceu de fato, é a história da gente.

Apesar de todo o sofrimento, dou graças a Deus de ter saído do Brasil na época, de ter sido banida do Brasil, ao invés de ter que ficar aqui como aconteceu com muitos, com pai preso, mãe presa, e eles nas escolas sofrendo o que hoje se chama bullying, sendo discriminados e sofrendo o que sofreram na escola.

Eu pelo menos não passei por isso. Fui para um país onde pude ter o resto da minha infância em paz e não ter essa vida massacrada e sendo seguida o tempo todo como aconteceu com várias crianças que ficaram aqui.

A vó faleceu há dez anos, em oito de março de 2003. Ela tinha um registro de nascimento que constava como data de nascimento o dia 2 de novembro. Então eu costumo falar que minha vó nasceu no dia dos finados e faleceu no Dia Internacional da Mulher, oito de março. Ela teve câncer de útero. Acho que ela faleceu com 93 anos. Não temos certeza da idade, porque havia uma confusão de data.

ZULEIDE APARECIDA DO NASCIMENTO nasceu em 5 de agosto de 1965. Osaco (SP). Filha de Sebastião Rivom do Nascimento e Maria do Perpétuo Socorro do Nascimento, estudou em Cuba e trabalha como secretária.

SAMUEL FERREIRA nasceu no bairro do Éden em São João do Meriti (RJ). Filho de criação de Tercina, era considerado neto da família instalada na entrada do sítio que servia de fachada para a área de treinamento de guerrilha. Tinha quase 9 anos quando foi banido e, sem documentos, ganhou o sobrenome de Tercina. Só conseguiu regularizar seus papéis em 1982.

À esquerda, Samuel fichado antes do banimento do país, 1970
Foto de acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, reprodução de Luiza Villaméa, Revista Brasileiros

"Fomos levados para o DOPS. Até hoje é doloroso"

por Luis Carlos Max do Nascimento

Meu nome é Luis Carlos Max. Sou um dos quatro netos da Tia Tercina [Dias de Oliveira]. Somos eu, minha irmã Zuleide, tem o Ernesto, e meu irmão de criação, que é o mais velho, o Samuel. Nós fomos criados com minha avó desde cedo. Depois que minha mãe adoeceu, nós fomos viver com a nossa avó.

Na época da greve de Osasco eu tinha 5 anos. Logo em seguida, minha avó teve que entrar na clandestinidade, junto com meu tio, que era sindicalista e foi cassado. Nessa época, a vó era do Partido Comunista – que foi cassado.

Ficamos indo de um aparelho para outro, fugindo da polícia, até que fomos para o Vale do Ribeira, no final de 1969. O Vale do Ribeira era um centro de treinamento de guerrilha, para preparar o pessoal para a luta armada. Quem chefiava era o Carlos Lamarca. Nós não morávamos na cidade nem no povoado, e sim no vale, dentro do mato. Ali não podia entrar ninguém, era escondido.

Lá, vivíamos minha avó e nós três – eu, Zuleide e o Samuel, irmão adotivo que minha avó criou desde pequeno. O Ernesto ainda não estava conosco. Estava em outro aparelho com o pai e a mãe. Só encontramos com ele quando fomos presos e levados ao Juizado de Menores. E tinha o Nicolas, que era o codinome do José Lavechia. Éramos uma família de camponeses de fachada. Ficamos lá mais ou menos três meses. Nessa época, eu estava com 6 anos, a Zuleide com 4 e o Samuel com 9.

À esquerda, Luis Carlos fichado antes do banimento do país, 1970
Foto de acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, reprodução de Luiza Villaméa, Revista Brasileiros

Lá, nós conhecemos o Carlos Lamarca, coisa de que tenho muito orgulho. Ele morava lá no meio do mato mesmo. A morte dele foi uma perda muito dolorosa. Da mesma forma que ele era rígido por ser um comandante de uma organização, era doce também. Ele nos deu uma grande formação. Ele nos ensinava muita coisa e o tenho como um pessoa muito querida.

Quando o Vale do Ribeira caiu e a polícia ficou sabendo da existência do local, a situação já não podia mais se sustentar, então tivemos que sair de lá e fomos para uma casa em Peruíbe. Desde criança nós tínhamos noção do perigo, éramos preparados para isso, vivíamos nessa tensão. Não éramos crianças comuns que podiam brincar na rua.

> "Desde criança nós tínhamos noção do perigo, éramos preparados para isso, vivíamos nessa tensão. Não éramos crianças comuns que podiam brincar na rua"

A gente ficava dentro de um aparelho. Era complicado. Não podia fazer barulho porque o vizinho de baixo sabia que tinha crianças. Volta e meia tínhamos que sair de uma casa para outra. Nós íamos dentro do carro sem poder olhar para a rua, tínhamos que fechar os olhos, abaixar a cabeça. Isso porque não podíamos reconhecer o lugar para onde estávamos indo.

Aí fomos para Peruíbe. E foi lá que fomos presos. A tensão maior foi quando de madrugada a polícia chegou em casa, foi em março ou abril de 1970. Estávamos eu, vó, Samuel e Zuleide. O Lavechia já não estava mais lá. Ali sim percebemos que a coisa era pesada mesmo. Vimos a brutalidade daquela invasão. A minha avó ficou muito tranquila. Ela sempre foi muito bem preparada para isso e sempre nos preparou. Era de madrugada quando nos acordou: "Olha, não está acontecendo nada, recolham as coisas, arrumem as roupas, nós vamos ter que sair". E nós tranquilamente fizemos isso. Mas sentimos a invasão, a polícia chegando, entrando e revirando as nossas coisas todas. Foi pesado.

Depois disso, os militares e a polícia invadiram o Vale do Ribeira, teve tiroteios, bombardeios. Ficou uma linha de fogo mesmo. Se estivéssemos ali, não sei o que iria acontecer. Mas o Lamarca nos tirou dali. Quando os militares estouraram a casa, foi muito sigiloso, não era todo mundo que sabia. A casa serviu de armadilha para outros companheiros que chegassem ali sem saber que havia sido invadida. Aí chegavam lá e já eram presos.

Fomos levados para São Paulo, para o DOPS. Até hoje, quando me lembro, é doloroso. Fomos colocados em uma sala e sabíamos o que estava acontecendo. A situação estava tensa. Hoje eu vejo meus filhos com 6, 7 anos... Eu não vejo neles o preparo psicológico que tínhamos. Aí falamos: "Mas com 6 anos você

"No DOPS, foi uma crueldade quando nos colocaram em uma sala e nos separaram da vó. Eu, que sempre fui o mais rebelde dos irmãos, me agarrei muito na minha vó e comecei a chorar. Aí dois policiais pegaram a minha avó pelo braço e outro me desgarrou dela"

fazia isso, fazia aquilo, você sabia o que estava acontecendo?" A gente vivia aquilo, tinha que saber. De uma forma ou de outra, os nossos companheiros também não deixavam que as dores maiores chegassem até nós.

Minha avó nos orientava: "Olha, vocês não podem falar alto", "Agora seu nome será X". Eu não podia mais chamar minha irmã de Zuleide, tinha que ser Zulmara. E ela não podia atender pelo nome de Zuleide. E eu passei a ser chamado de João Carlos. Essa era a preparação que tínhamos. Acho que todas as crianças que estavam com seus parentes na clandestinidade também receberam esse preparo. A minha avó sempre passou segurança para nós, sempre foi dura, carinhosa na hora que era para dar carinho e dura quando necessário. Pela vida que levávamos, a minha avó não podia ser mole conosco. Aliás, ninguém podia ser mole naquela época, então a minha avó sempre falou olhando nos nossos olhos e sempre falou sério quando era necessário. Ela era nossa referência de seriedade, de tudo. A melhor referência que tenho é a da minha avó, que no caso todo mundo chama de Tia.

No DOPS, foi uma crueldade quando nos colocaram em uma sala e nos separaram da vó. Eu, que sempre fui o mais rebelde dos irmãos, me agarrei muito na minha vó e comecei a chorar. Aí dois policiais pegaram a minha avó pelo braço e outro me desgarrou dela. Ela me disse: "Carlinhos, fique tranquilo que não vai acontecer nada, tá? Depois a gente se vê". Mas eu fiquei muito mal, porque a partir dali eu não a vi mais. Ficamos horas e horas naquela sala. E depois fomos levados para o Juizado de Menores. Eu fiquei muito mal, mas muito mal. Eu não queria me alimentar, não queria brincar com as outras crianças que estavam lá. Nunca tinha me separado dela. Lembro disso até hoje.

Eu e a Zuleide, como éramos menores, fomos levados ao Juizado. Não fomos maltratados lá. Mas o Samuel, como já tinha mais de 9 anos, foi levado para uma instituição de crianças infratoras, onde foi maltratado. Mas antes de nos levarem para o Juizado de Menores, nos levaram para uma casa muito grande. Não sei qual era a intenção de fazer isso, se era para depois alguém nos adotar. Ficamos ali uns três ou quatro dias. Era uma casa comum, muito chique, com móveis caros, de madeira, com tapetes. Não vimos ninguém além de uma senhora que cuidava de nós. Ela não nos maltratava, mas também não nos dava carinho nem nada.

Eu, por ser mais rebelde, saía do quarto correndo e ela dizia: "Não, não pode sair do quarto". Ela levava comida para nós. Só saíamos de lá para ir ao banheiro. E dali nos levaram para o Juizado de Menores, onde ficamos uns dois meses mais ou menos.

Lá, praticamente só havia crianças, tinha até bebês. Então ficávamos brincando o dia todo. A única coisa com a qual me senti muito mal foi que tiraram os nossas pertences, cortaram o cabelo da Zuleide e tiraram o brinquinho de ouro dela, uma argolinha que minha avó havia dado a ela.

Um belo dia chegaram e disseram: "Olha, vocês estão indo embora". Foi uma alegria. Nos levaram não sei para onde, não sei se foi de novo para o DOPS, mas reencontramos a nossa avó. Todo esse tempo ficamos sem saber nada dela. Quando nos reencontramos, a alegria foi imensa. E junto com ela estavam os companheiros, inclusive o Nicolas.

Nós fomos fichados, tiraram uma série de fotografias, tiraram as digitais. Depois ficamos sabendo que estávamos saindo do Brasil. A polícia não estava querendo liberar as crianças e minha avó disse: "Sem as crianças eu não vou". Nós não tivemos passaporte. Quando você é banido, não tem passaporte, não tem documentação nenhuma. É expulso mesmo. Nós, por estarmos junto com nossos companheiros, fomos fichados como terroristas. Não somos nós que estamos dizendo isso. São os documentos do DOPS que diziam que éramos terroristas.

Tiraram nossas digitais para caso retornássemos ao Brasil, já saberiam. Se retornássemos para o Brasil é porque iríamos fazer guerrilha, como teve companheiros que voltaram e foram assassinados. Então fomos banidos mesmo, exilados.

Parece que essa noite nós dormimos no DOPS ou no aeroporto. Aí fomos para o Rio de

> “Quando voltamos para o Brasil, não foi de uma forma segura. Havia um medo muito grande. Sempre tivemos aquele temor da farda verde dos militares”

Janeiro, onde chegamos à noite. Dormimos no saguão do aeroporto, em uma sala onde estavam todos os companheiros, os quarenta. Era uma sala imensa, com um montão de colchões no chão e dormimos ali. No dia seguinte de manhã, embarcamos para a Argélia. Antes de sairmos, tiraram aquela foto que todo mundo já conhece. Fomos num avião comum, da Varig, até hoje me lembro.

Na Argélia, também havia um problema político, então não podíamos estar muito expostos. Depois o Fidel Castro ficou sabendo da situação e disse: “Quero que essas crianças venham para Cuba. Eu me responsabilizo por elas, vou dar educação e saúde para elas”. Foi o próprio Fidel que nos fez esse convite.

Aí pegamos outro avião e fomos para Cuba, onde fomos acolhidos pelo governo e pelo povo cubano. Praticamente toda a formação cultural e política que temos é cubana. Quando cheguei lá, em agosto de 1970, já tinha 7 anos.

Minha mãe não foi para Cuba. Me separei dela quando tinha 4 anos de idade. E como tínhamos entrado na clandestinidade, não soube mais dela. Eu vim a reencontrá-la, praticamente conhecê-la, quando eu tinha 42 anos de idade. Por conta desses problemas todos, não consegui conviver com ela. E o triste da história são as sequelas que ficam.

Quando voltamos para o Brasil, não foi de uma forma segura. Havia um medo muito grande. Sempre tivemos aquele temor da farda verde dos militares. Tínhamos temor até de guarda de banco, de arma. Era uma coisa tenebrosa, eu ficava com medo de ver polícia, de ver militar, achava que estava sendo vigiado. A minha irmã tremia quando via a polícia. Treme até hoje.

Eu voltei ao Brasil um pouco antes da Zuleide. Cheguei em 1982, tinha 18 para 19 anos. Nós tínhamos um problema de identidade muito grande. Fui saber meu nome verdadeiro quando o meu tio Neto voltou para o Brasil para preparar o campo para nosso retorno. Não tínhamos casa aqui, não tínhamos documento nenhum. Então enviaram para Cuba a nossa certidão de nascimento. Aí que eu fui ver realmente meu nome verdadeiro, porque até então não sabia.

Recebi a certidão de nascimento em 1980. Foi quando preparamos toda a documentação para retornar ao Brasil. Até então, eu tinha uma confusão de nomes. Eu não sabia mais qual era meu nome, se era João Carlos, se era João Carlos Dias, se era Luis Carlos Dias.

Em Cuba, nossa convivência com as crianças cubanas era normal, porque estudávamos praticamente numa escola interna. Tínhamos uma ligação também muito grande com as crianças brasileiras que moravam lá. Eram os filhos da Damaris Lucena, do Lamarca, que eram o Cesar e a Claudinha, os filhos do Darcy [Rodrigues] também estavam lá. A nossa casa era praticamente um território brasileiro, pois todos os brasileiros exilados em Cuba que moravam em Havana se reuniam na nossa casa, na casa da minha avó. No 7 de Setembro e no Carnaval fazíamos festas. Era um território onde não se podia falar espanhol, só português, para não perdermos o nosso idioma.

Tínhamos aulas de Português e História do Brasil, porque nossos pais sabiam que tínhamos que voltar para o Brasil e não perder essa identidade, eles se preocupavam com isso. A influência cubana para nós foi muito grande, fomos muito novos para Cuba.

Lá, havia preparação de guerrilha. Então, nós, os maiorzinhos, já estávamos sendo preparados também justamente para voltar para o Brasil e montar a nossa guerrilha. Tivemos aulas de guerrilha em Cuba, com armas, em locais estratégicos.

Nós fomos muito bem aceitos, mas não éramos cubanos, éramos brasileiros e estávamos com muita vontade de voltar para o Brasil e reencontrar as nossas identidades. Até hoje eu não achei minha identidade.

Moro no Rio de Janeiro e hoje vim especialmente para São Paulo. Meu filho mais velho, de 25 anos, me perguntou: “Pai, o que você vai fazer em São Paulo?” Eu respondi: “Meu filho, eu tenho que resgatar uma coisa do passado para todas aquelas pessoas que não conheceram o que aconteceu no Brasil, na época que todo mundo estava cego com futebol. Na década de 1970 teve a Copa do Mundo, nas ruas estava se comemorando o jogo do futebol. Nem sei se o Brasil foi campeão na época, mas a maioria dos brasileiros também não sabia que nos porões da ditadura pessoas eram assassinadas, até crianças foram torturadas na época”. Foi isso que falei para os meus filhos.

Porque nos livros, nas escolas, as crianças não sabem que isso aconteceu. Eu e minha irmã, assim como muitas outras crianças, somos a prova viva do que realmente aconteceu.

Fisicamente as coisas vão se apagando, como o companheiro Zé Ibrahin que morreu esta semana [José Ibrahin, líder sindical, faleceu em 2 de maio de 2013]. Mas temos que ir levando as memórias para o futuro. Da mesma forma que se guardou as histórias da Segunda Guerra Mundial, do Holocausto, também queremos falar sobre isso todos os dias para que isso nunca mais aconteça.

LUIS CARLOS MAX DO NASCIMENTO nasceu em Osasco (SP). Filho de Maria do Perpétuo Socorro do Nascimento e de Sebastião Rivom do Nascimento. Tem formação de Técnico Industrial, trabalha em metalúrgica e mora no Rio de Janeiro.

"Los niños nacen para ser felices"

por Ernesto Carlos Dias do Nascimento

Quero agradecer a todos os que me encorajaram a escrever minha história, ou melhor, nossa história. Muito do que contarei aqui talvez não fosse necessário para uma narrativa formal do que se passou. Só os documentos públicos seriam suficientes para mostrar as atrocidades que nós passamos, provando que até as crianças perderam sua cidadania durante a ditadura militar. Mas não foi só isso que perdemos e me estendo um pouco mais para que fiquem registrados os sentimentos, os desdobramentos, as consequências e os pontos de vista das crianças que passaram por situações adversas, inclusive até os dias de hoje. E assim possamos lutar por um futuro onde possamos dizer: "Los niños nacen para ser felices" – José Martí.

Meu pai iniciou sua militância no ano de 1959 com apenas 16 anos, sempre incentivado pela minha avó Tercina Dias de Oliveira. Atuou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi eleito na chapa do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco em 1962, onde militou até ser cassado pela ditadura em 1964. Continuou sua luta clandestina organizando os trabalhadores através das comissões de fábrica, o que lhe rendeu oito passagens pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) até 1967, quando elegeram José Ibrahin presidente do sindicato. Meu pai não compôs a chapa dessa vez para que não fosse impugnada, já que toda chapa precisava ser aprovada previamente pelo DOPS, mas fez questão de comparecer ao DOPS junto com Ibrahin e outros companheiros para negar que era comunista e solicitar a aprovação da chapa.

À esquerda, Ernesto fichado antes do banimento do país, 1970
Foto de acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, reprodução de Luiza Villaméa, Revista Brasileiros

> "Eu tinha 2 anos e 3 meses e fui tratado como 'Elemento Menor Subversivo', terrorista..."

No 1º de maio de 1968, conduziu os trabalhadores metalúrgicos de Osasco junto com Zequinha Barreto, outro grande companheiro de luta, até a Praça da Sé, onde houve o primeiro confronto com as forças de repressão do Estado, que estavam disfarçadas de civis. Tal ato foi o ensaio para a grande greve dos metalúrgicos de Osasco, ocorrida em junho de 1968, em que os trabalhadores foram duramente reprimidos pelos militares, inclusive com tiros. Com sua prisão decretada, teve que ir para a clandestinidade, passando a atuar na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), junto com o Capitão Carlos Lamarca, minha avó Tercina Dias de Oliveira, minha mãe Jovelina Tonello Mantovani do Nascimento e outros companheiros. Nessa época vivi esse ambiente, mas era ainda uma criança muito pequena.

No dia 18 de maio de 1970 fui preso em São Paulo, com minha mãe. Eu tinha apenas 2 anos de idade. Fomos levados para a Oban, onde meu pai foi torturado na minha frente. Passei ainda pelos cárceres do DOPS, Presídio Tiradentes e DOI-CODI/SP. Depois de um tempo, me separaram da minha mãe e fui para um local incerto, talvez para o Juizado de Menores[1]. Minha mãe solicitou aos militares que me entregassem para minha madrinha, tia Bê, mas nunca o fizeram ou entraram em contato com essa tia. Fui mantido lá como qualquer outro preso político e me levaram diversas vezes às seções de tortura para ver meu pai preso no pau de arara. Para o fazerem falar, simulavam me torturar com uma corda, na sala ao lado, separados apenas por um biombo.

Eu tinha 2 anos e 3 meses e fui tratado como "Elemento Menor Subversivo", terrorista e fui banido do país por decreto presidencial, conforme consta nos documentos no arquivo do Estado de São Paulo. Fiquei preso até 16 de junho de 1970, quando fomos libertados no resgate feito pelo Capitão Carlos Lamarca na troca de 44[2] presos políticos pelo embaixador Alemão Ehrenfried von Holleben.

---

[1] Como não temos registro do Juizado e meus primos maiores não se recordam de mim no Juizado de Menores, minha mãe desconfia que eu estivesse nas mãos de um militar que solicitou a minha adoção oficial, coagindo-a. No meu regresso do exílio, conversando com minha madrinha,Tia Bê, ela me contou que, naquele dia, foi avisada por telegrama para que fosse me buscar no Juizado de Menores. Ela foi correndo me buscar com meu tio João Calixto. E para a surpresa deles, há vários dias eu já estava no exterior. Foi quando ficou sabendo que meus pais estavam presos. O ofício que registra os trâmites no dia 15 de junho de 1970, solicitando exames de corpo delito e fotos desse processo, menciona que os menores estão no Juizado e nele consta apenas um número de telefone.

[2] Para reparar a história é necessário corrigir o número de presos libertos nessa ação. Como comprovado por documentos e testemunhos, os menores foram tratados como presos políticos, não permitindo que fossem levados por outros familiares, fomos expostos a torturas física e psicológica e ainda oficialmente banidos por decreto presidencial.

Fui banido juntamente com minha avó Tercina Dias de Oliveira, mais conhecida como “A Tia”, que sabendo estar eu preso com meus pais, informada pelos companheiros de presídio e confirmado pelo seu interrogador, disse: “Entrei com três netos, mas só saio com quatro”. Meus pais continuaram presos.

Além de mim, também foram banidos meus primos-irmãos: Samuel Dias de Oliveira, filho adotivo da minha avó (9 anos de idade quando da prisão); Luis Carlos Max do Nascimento, filho do primeiro filho adotivo de minha avó (6 anos de idade quando da prisão); e Zuleide Aparecida do Nascimento (4 anos de idade quando da prisão), irmã de sangue do Luis Carlos. Como esclarece minha avó Tercina em seu depoimento à Delegacia Especializada de Ordem Social, quando da sua prisão. Assim, minha avó só aceitou ser banida se pudesse levar consigo as quatro crianças, as três que tinham sido presas com ela e eu. Minha avó sempre contou que um sargento ou capitão, que a interrogou e não teve coragem de torturá-la fisicamente[3], ajudou-a e insistiu muito para que conseguisse me levar.

O Decreto presidencial de 15 de junho de 1970 lista os opositores políticos presos que seriam e foram trocados pelo Embaixador da Alemanha, sequestrado pela VPR e aliados.

Chegamos à Argélia em 16 de junho 1970, e em 27 de julho de 1970 desembarcávamos em Havana, Cuba, onde vivi até 7 de janeiro de 1986. Lá, passei os anos mais importantes da vida de um cidadão para sua educação e formação do caráter.

Os primeiros anos que tenho lembranças em minha vida (após um ano em Havana, entre 3 a 4 anos de idade) foram marcados por pavor de policiais de farda, de grupos com mais de quatro pessoas e quando meus pais chegavam do exterior[4]. Nessas situações eu entrava em pânico, chorava, me escondia debaixo da cama, dentro de armário, mordia quem tentava me pegar, urinava nas calças.

> “Os primeiros anos que tenho lembranças em minha vida foram marcados por pavor de policiais de farda”

Com 4 para 5 anos de idade, toda vez que via um policial de moto, gritava “Olha meu amigo ali!”. Eu ficava horas na varanda de nossa casa na Quinta Avenida no bairro de Miramar vendo eles passarem e achava que era sempre o mesmo que passava e enchia o saco de todos com meus gritos, “Olha meu amigo ali!”. Quando cresci, e superei esse trauma, minha avó me contou que a Tia Damaris[5] teve esta ideia: fomos comprar brinquedos em *Los dias de Reyes* e, sem eu perceber, ela pediu para um policial me dar um brinquedo de presente. Ele me colocou até em cima da moto, uma clássica Harley Davidson, e só percebi que estava fardado na hora que ele partiu. “Tia Damaris olha... ele é meu amigo!”

Minha mãe sofreu muito e com certeza eu sofria com ela. Nas entrevistas e depoimentos feitos a jornalistas, minha mãe conta que entrou em todo esse processo de luta armada por amor ao meu pai, e não foi uma história inventada para suportar a dor da tortura, de fato ela tinha uma paixão que, mesmo passando muitas dificuldades durante décadas e hoje serem divorciados, ela ainda fala de meu pai com brilho nos olhos.

Essa paixão acesa no primeiro olhar no refeitório do Frigorífico Bordon (fábrica onde os dois se conheceram), fez que ela o seguisse sem vacilar. Meu pai, já engajado na luta, tinha temor de ter um filho nesses anos de chumbo, mas eu cheguei quando minha mãe completava 30 anos, idade que geralmente mulher não esperava mais ter um filho. Nos dois anos e três meses seguinte, eu não desgrudo da minha mãe, que me amamentou até ser arrancado de seus braços na cadeia.

No meu regresso ao Brasil, em 1986, uma companheira de cela da minha mãe, a Encarnação (Encarnación Lopes Peres, *in memoriam*) me conta:

Ernesto, sua mãe sofreu muito. Um dia os milicos entraram em nossa cela e fizeram a gente tirar toda a roupa. Eu me despi com raiva e cheia de ódio no meu olhar, não sabia o

---

[3] Após dias e horas de interrogatório por meio de tortura psicológica, minha avó Tercina Dias de Oliveira, “A Tia da VPR”, se alterou com seu interrogador e bateu um grande cinzeiro de vidro na mesa. Este lhe deu três palmatórias com uma régua em uma das mãos, em seguida ela lhe estendeu a outra mão à palmatória e, após gritar “Você não tem mãe, não?”, fechou firmemente seus lábios e o encarou de maneira corajosa. Encerrou-se o interrogatório e não foi mais torturada.
Sem minimizar a coragem, firmeza e importância que minha avó teve nesse momento histórico, quero registrar meu agradecimento a esse militar cujo ato não só garantiu que eu ficasse nas mãos de minha família, como pode ter salvado as vidas de meus pais no momento em que eu passei a constar do registro oficial (na foto dos banidos, sendo quarenta adultos e quatro crianças, publicada na capa dos grandes jornais conforme exigência de Carlos Lamarca para libertar o Embaixador Alemão), tornando, assim, público que meus pais se encontravam presos, não podendo ser mais desaparecidos, como aconteceu com muitos presos mortos em tortura. E, conforme testemunhas, meu pai estava mais para lá do que para cá.

[4] Meu pai e minha mãe ficaram presos quando eu fui banido com minha avó, e só saíram dez meses depois, na troca pelo embaixador Suíço e foram para o Chile recebidos pelo primeiro presidente socialista eleito em eleições diretas, Salvador Allende. Meus pais foram para Cuba em agosto de 1971, por isso fiquei mais de um ano sem vê-los – já estava com 3 anos e meio quando os reencontrei. No entanto, eles não ficaram comigo, o ímpeto desses jovens guerreiros os levou a seguir sua missão para libertar nosso Brasil da ditadura opressora, e após fazerem um curso de guerrilha em Cuba, viajaram o mundo para fazer outros treinamentos, reencontrar outros exilados na Europa e na América Latina, no sentido de mobilizá-los no Chile para retornar ao Brasil e continuar a luta contra a ditadura militar. Entre uma viagem e outra, até 1974 eles passaram por Cuba várias vezes (não ficavam em nossa casa, ficavam de quarentena com outros companheiros em trânsito) e esses encontros e partidas eram muito sofridos para mim.

[5] A Tia Damaris foi minha terceira mãe, (a segunda e de maior convivência e afeto foi minha avó). Quando chegamos a Cuba fomos morar na mesma casa onde ela foi acolhida pelo ICAP (Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos) um ano antes de nós chegarmos. Viúva de Antônio Raymundo Lucena, que foi metralhado em casa, ela e os três filhos foram presos. Tia Damaris foi banida do Brasil em 1969, trocada pelo Cônsul japonês. Vivia com três de seus quatro filhos (o Ariston, mais velho, ficou preso no Brasil), os gêmeos Adilson (“Kito”) e Denise (7 anos na época), a Ângela Telma (5 anos) e a filha adotiva Ñasaindy de Araujo Barret (Inhai, como a chamávamos quando tinha um ano de idade), caçula da casa nascida em Cuba em 4 de abril de 1969, filha de José Maria Ferreira Araújo e Soledad Barret Viedma, assassinados em janeiro de 1973, em Pernambuco, sob tortura.
Tia Damaris, esbelta baiana, enérgica, corria sempre com a gente, tanto em uma emergência hospitalar como para nos levar para o internato (na creche ou escola). Éramos oito crianças entre 1 e 9 anos e só ela e minha avó para cuidar. Ela nos deixava na creche aos domingos no fim da tarde e nos buscava nos sábados de manhã. Fiquei quase três anos na creche e mais cinco na escola-internato. O primeiro ano ficamos juntos eu a Telma, Zuleide e a Inhai. A Telma e a Zuleide tinham dois anos a mais do que eu e davam para mim e para Inhai uma certa segurança, quando elas saíram a Inhai e eu sentimos muito, dormíamos em uma beliche meninos e meninas juntos. Eu e a Inhai dormíamos um do lado do outro e quando o coração de um de nós apertava nos dávamos a mão e falávamos: vamos chorar pra Tia Damaris vir nos buscar... uaaahhh uaaahhh uaaaahhhh... até ouvir uma voz: “niños, vallasen a dormir”.

que nos esperava, mas fomos tão violentadas que nada mais fazia diferença, e eles ficaram gritando com sua mãe para ela se apressar, ela envergonhada começou a tirar a roupa atrás de mim, eu vi aquela cena e me comovi muito, ela era aquela moça com a pureza do interior que sofreu mais com a vergonha de ficar nua na frente desses milicos do que com os choques elétricos que tomou... é linda a paixão que ela tem pelo seu pai.

Minha mãe sempre me contou de sua aflição durante a clandestinidade, das dificuldades financeiras que passou, muitas vezes só tinha o peito para me dar, e como meu pai era procurado e eles participavam, principalmente, na mobilização da resistência armada na cidade, ele ficava escondido em casa e ela tinha que ir à feira sozinha comigo no colo, ou dirigir com ele escondido no carro. Como minha mãe não era procurada oficialmente (seu nome e foto não tinham sido publicados nos jornais), ela servia de motorista e, em um dos reencontros após o exílio com amigos sobreviventes, me contaram o apuro que todos eles passaram quando foram resgatados e trasladados de um "aparelho" para outro pela minha mãe em uma Rural, eu ao lado dela no banco do passageiro e vários companheiros, inclusive meu pai, deitados no chão atentos com metralhadoras na mão e cobertos por uma lona. No caminho passaram por uma barreira policial, mas o disfarce dela dirigindo sozinha comigo ao seu lado funcionou. Mas ela ficou tão nervosa que ao chegar à casa-aparelho passou por cima do portão, todos saltaram com arma na mão e por pouco não saíram atirando. Ela ficou com fama de má motorista e até hoje eles riem desse momento quase trágico.

Nesse período eu tinha muitos pesadelos e nas noites de pesadelos sempre fazia minhas necessidades involuntariamente. Quando tinha febre os pesadelos aconteciam até acordado. Lembro uma vez que as tias da creche ficaram tão preocupadas que ligaram pra minha avó ir me buscar e ela mandou meus irmãos. Eles ficaram um pouco comigo para me acalmar, mas a diretora não deixou que me levassem e hoje eu entendo o porquê. O mais velho deles, o Samuel, só tinha 11 ou 12 anos e a creche ficava longe de casa. A última vez que mijei nas calças tive vergonha de falar, eu já estava com 11 anos e dormia no meio da minha mãe e do meu pai depois de eles voltarem de mais uma concentração para irem a outra guerrilha, isso foi em 1979 quando se ofereceram voluntariamente para lutar na revolução da Nicarágua.

Meu pesadelo mais comum era com um asno, uma corda e uma agulha. O asno usava um boné militar, a agulha tinha olhos arregalados e uma risada aguda sarcástica e corria atrás de mim, eu apavorado tentava fugir. O asno me cercava, me dava coices ou chutava coisas sobre mim. A corda parecia boazinha, disfarçada de linha se estendia até mim, mas quando eu a segurava ela machucava minhas mãos e me deixava cair em um abismo.

Devido a toda sua história de luta, meu pai apanhou muito dos militares e sempre se manteve reservado ao falar do tempo que ficou no presídio – nunca conversou comigo sobre nossa passagem pelos presídios. Neste ano, 2013, o repórter Luiz Carlos Azenha fez uma série de reportagens sobre "Crianças e a Tortura". Em um capítulo dedicado à minha história, ele me entrevistou, depois meu pai e por último minha mãe, separados e em locais diferentes. Meu pai conta para o Azenha que fui levado muitas vezes às seções onde ele era torturado e lá faziam "simulação" de espancamento em mim usando uma corda.

"Eu comecei a entender tudo o que as tias e os coleguinhas da creche falavam, mas não me comunicava, ficava sempre nos cantos..."

Eu comecei a entender tudo o que as tias e os coleguinhas da creche falavam, mas não me comunicava, ficava sempre nos cantos, atrás de colunas ou de árvores. Lembro de uma tia nova me dando instruções para lavar as mãos e ir para o refeitório quando outra tia lhe disse, "El es brasileño y no entiende, tienes que acerle gestos". Dei risada e saí correndo. Essa tia nova começou a falar comigo sem fazer gestos e eu sempre a atendia, aí comecei a segui-la. Eu via que ela, à tarde, chamava os meninos maiores e entrava em uma sala e passei a espiar pela porta entreaberta, assim comecei a assistir suas aulinhas de pré-escola. Dessa forma, ela foi me deixando adquirir confiança, até que um dia percebi que estava deitado no meio da sala e na lousa de feltro tinha uma equação matemática simbolizada com patinhos colados. Ela perguntou olhando pra mim: "¿Tres paticos mas dos paticos es igual a...?" Respondi na hora: "Cinco paticos". Ela me convidou para sentar na cadeira com os outros e eu respondi "No puedo, yo soy mas chico". "No importa, ven". Depois vi seu entusiasmo contando para superiora, "No les dije que el entendia todo y que es muy inteligente".

Alguns meses depois, a tia Damaris me colocou na marra na primeira série na escola que a Zuleide e a Telma Lucena estudavam. Não queriam me aceitar porque eu tinha apenas 5 anos, mas a tia Damaris me levou quase que arrastado pelo braço (ela andava muito rápido) um dia depois que começaram as aulas e me enfiou na fila "del Matutino", foi até a frente da diretora, que ia começar o matutino, e apontando o dedo no nariz dela falou-lhe rápido em português alguma coisa que nem eu entendi e foi embora. Eu estava matriculado.

Mas nunca me esqueci da Inhai [Ñasaindy Barrett]que ficou para trás, que era exatamente um ano e dois meses mais nova do que eu, "¿Y que le pasó a Ñasaindy solita ayá en el circulo?".

Nesse período, meus pais chegaram definitivamente em Cuba e ficaram preocupados comigo porque, apesar do meu prematuro bom desempenho na escola, eu não mantinha convívio social e ficava distante no "meu mundo". Levaram-me ao pediatra para descobrir minhas sequelas. Ele orientou meus pais a buscar um psicólogo, dizendo que eu tinha traços e atitudes de um menino autista, o que não se confirmou. Eram bloqueios, mecanismos de defesa por ter sido separado abruptamente dos pais e pelos abusos que eu passei.

Quando voltei ao Brasil, meus parentes (tios, primos, madrinha etc.) sempre diziam que eu era muito vivo, esperto e falante, além de reconhecer os parentes, comecei a falar muito cedo e com pouco mais de um ano já conhecia as marcas de todos os carros. Fica clara minha mudança radical de comportamento após passar pela prisão.

Durante minha alfabetização, em Cuba, na primeira série, tive muita dificuldade em pronunciar o "rr" , mas um ano depois eu fui condecorado no Teatro Lazaro Penha junto com

os melhores mestres e doutores do país por ter tirado média máxima (dez) na primeira série do primário. No Teatro tive que ficar sozinho, no andar debaixo só podiam ficar os homenageados, a Zuleide viu sua professora que também estava sendo homenageada e pediu para que cuidasse de mim. Sentei no cantinho "de su butaca", a Zu e meus pais, que estavam há pouco tempo em Cuba de forma definitiva, foram para o andar de cima. Quando me chamaram, foi um suspense. Primeiro o mestre de cerimônia errou meu gigante nome "ahora llamamos Ernesto Carlos Diaz do... doooo Nasc... Nasc... del Nacimiento, por haber logrado el promédio máximo em todo el año escolar en la Escuela básica Viet-Nam Heroico". Quando o homenageado se levantava todos aplaudiam, mas como ninguém me via caminhando em direção ao palco, ficou um silêncio total e fui chamado mais duas vezes, quando comecei a subir as escadas meio que engatinhando. Começaram risos e aplausos progressivamente até o teatro explodir de vibração com todos aplaudindo em pé. Fiz exatamente o que os outros homenageados faziam, debrucei-me sobre a mesa para cumprimentar os integrantes da mesa e peguei meu canudo das mãos da Ministra da Educação Vilma Espin, que teve dificuldades em colocar o broche de condecoração no meu peito debruçada sobre a mesa. No dia seguinte, essa cena comigo foi reprisada na TV no Noticiero Nacional. A Telma gritou "Corre, Chesinho, corre, vem ver você na televisão".

Nota dez na primeira série, nota cem no Projeto de Graduação, sempre tirei média acima de 9 e no Projeto de Graduação do Centro Tecnológico Amistad Cubano Soviético consegui a nota máxima no teórico e na defesa oral, um feito inédito na história do Instituto, defendendo o projeto perante uma banca de professores. A última pergunta foi: Professor, "Ernesto, sabemos que asi que termines la graduación regresaras a tu país Brasil que sigue las normas Norte-americanas y aqui seguimos las normas internacionales pero el acero y todos los metales que usaste en el proyecto estan codificados por las normas Russas ¿Como haras los proyetos?" Sem hesitar respondí "Sé que Brasil tiene grandes indústrias y puede ser que tengan sus próprias nomenclaturas, pero es sensiyo, lo sabré por la composición química de cada metal encontraré su similar en las normas brasileñas o norteamericanas". Professor interrompeu, –"Eso dá trabajo tendras que memorizar muchas composiciones". Respondi, "Si lo sé, pero vea, por ejemplo, em la matriz de este proyecto uso acero-herramienta ruso YA12C8N6 que tiene 1,2 % de carbono, 0,08 de cromo e 0,06 de niquel temperado a 55 Hrc – Dureza Rockwel una medida internacional, en la guia uso acero-aleado con 0,08% de carbono cementado e temperado a 1,2 mm de profundidad consiguiendo una alta dureza superficial sin perder la tenacidad, en la base acero de construción com 0,45% de carbono...". O professor me interrompe "Disculpeme Ernesto...", e olhando para os outros sabatinadores fala "Señores, para mi basta". Todos concordaram e me dispensaram. Ficou um suspense danado e eu com um pouco de temor, foram muitas perguntas e apesar da parte teórica do projeto ser feita em grupo, eu fiz tudo sozinho porque os colegas que estagiavam na fábrica comigo não quiseram arriscar e pegaram projetos mais simples. Passei várias noites acordado fazendo o projeto ao lado de minha avó, minha sempre guardiã e companhia nas madrugadas. Todos ficaram aguardando o resultado dos avaliados naquele dia pela banca examinadora até começar um murmúrio geral na escola e fazerem uma roda sobre mim e todos que chegavam falavam praticamente a mesma frase: "Coooñó ERNESTO SACASTE 100", eu respondia "Gracias a mi abuela".

> "A figura e o carinho do meu pai nos proporcionou muita felicidade [...] seus carinhos faziam esquecer que eram praticamente todos órfãos"

Cuba é reconhecida mundialmente e até pelos opositores políticos como uma potência na Saúde e Educação, então quem se destaca lá deve ser bom. Pressupondo isso, assim como eu, modéstia à parte, várias crianças brasileiras exiladas em Cuba foram brilhantes. Destaco alguns e me perdoem os outros: a Telma, autodidata, que além de ter sido avaliada durante vários anos na escola como a melhor aluna, aprendeu a falar russo sozinha falando com seus vizinhos no bairro de Alamar, seu irmão Kito que foi campeão de xadrez várias vezes em Cuba – a Ilha também terra de grandes mestres enxadristas –, não pôde participar de competições internacionais porque ele "Não tinha pátria" (não era cubano e era banido do Brasil), o César Lamarca já desenhava navios no ginásio na escola especial Los Camilitos. Mas o que aconteceu com essas pessoas brilhantes na volta ao Brasil após a Anistia?

Nosso brilhantismo teve que enfrentar o preconceito político-social imposto pela mídia reacionária, a falta de reconhecimento e legalização de nossos estudos e diplomas adquiridos em Cuba por parte das autoridades. A Anistia foi só para os carrascos torturadores, eu só tive meu diploma reconhecido pela Comissão da Anistia do Ministério da Justiça em junho de 2012.

Meus pais chegaram definitivamente em Cuba em abril de 1974, após conseguirem escapar do golpista assassino Pinochet. Eu já tinha 6 anos e estava terminando a primeira série. Dessa vez não entrei em crise no reencontro, eu sabia que eles estavam para chegar e quando os vi entrando na minha sala de aula, reagi com muita tranquilidade, fui até a mesa da professora e pedi licença para ver meus pais, ela com empolgação pediu para eu correr para os braços deles.

A convivência com eles trouxe uma estabilidade e segurança a todos as crianças da casa. A figura e o carinho do meu pai nos proporcionou muita felicidade e, apesar de ser o filho único deles, seus carinhos faziam esquecer que eram praticamente todos órfãos. O Samuka [Samuel] foi adotado pela minha avó, a Zuleide e o Carlinhos são filhos do primeiro filho adotivo da Tia, mas desde muito pequenos foram criados pela nossa avó, os filhos da Damaris tiveram seu pai assassinado e a Ñasaindy perdeu o pai, José Maria Ferreira de Araújo e a mãe, Soledad Barrett Viedma, para os torturadores que nem a lembrança lhe foi preservada. Eu de fato fui privilegiado por ter recuperado meus pais aos 6 anos de idade.

Os cubanos nos deram muito afeto, e todos os cuidados necessários para nosso bem. Minha avó recebia além da casa toda mobiliada, também serviços como troca de gás, conserto de aparelhos domésticos. Tínhamos direito a fazer compras em lojas especiais para técnicos estrangeiros em que era possível encontrar até produtos importados. Com a chegada dos meus pais, eles quiseram viver como os cuba-

nos e nos mudamos para uma casa em La Lisa, um município a oeste de Havana, e passamos a fazer compras nas bodegas que tinham de tudo, claro, menos as guloseimas importadas.

Essa casa com três quartos, dois banheiros e belo quintal, tornou-se a porta de entrada dos brasileiros que chegavam do exílio, que ficavam meses morando com a gente. Alguns se casaram em nossa casa, fizeram aniversários e festa de 15 anos, além dos tradicionais festivais brasileiros de fim de semana. E assim nossa família começou a crescer, com muitos tios carinhosos e que se divertiam conosco como se fosse "seu último dia"... e foi para alguns.

A cada seis meses recebíamos jornais brasileiros, *Jornal do Brasil*, *Estadão* e *O Globo*. Eu e meu irmão, Carlinhos, gostávamos de histórias em quadrinhos e éramos os primeiros a pegar os pacotes de jornais para cortar as "tirinhas" e colar em um caderno, criando um gibi. Numa dessas vezes vi a foto de seis "tios" que foram mortos na fronteira do Uruguai pelo exército brasileiro entrando clandestinamente no Brasil. Foi um choque. Foi assim também que descobri que eu era classificado como terrorista no rodapé de nossa foto publicada nos jornais quando fomos banidos e até hoje usada para relembrar os terroristas trocados pelo embaixador alemão. Lembro-me ainda que ao ver tal foto, perguntei a minha avó: "Vó! Vó! O que é terrorista?", "São gente ruim que matam outras pessoas", "Então eu sou ruim?", "Claro que não, filho! De onde você tirou isso?", "Aqui no jornal diz que nós somos terroristas...". Não sei se entendi a explicação dela.

Era uma numerosa e esquisita família. Sim, esquisita porque meu pai e minha mãe são tios de meus irmãos que são órfãos e eu não; temos um monte de tios, mas ninguém é irmão; um monte de primos brasileiros que só conhecemos em Cuba. Foram 16 anos em Cuba contando nossa história mais de uma vez por dia.

Mas esta numerosa família foi esmaecendo. Quando a Tia Damaris mudou-se para um apartamento do outro lado de Havana perdi quatro irmãos e ganhei quatro primos, creio que tinha 8 anos. Duro foi perder o contato com a Telma e a Inhai que mudaram de escola e eu fiquei no internato sozinho. A Zuleide também saiu porque foi para o ginásio. Passamos a nos ver praticamente uma vez por ano quando passávamos as férias um na casa do outro.

Muitos tios voltaram clandestinos, José Ibrahin, José Dirceu e outros, não sei se todos vivem hoje. Meu filho mais velho se chama Átila em homenagem a um desses grandes tios dos anos de exílio e que faleceu no Brasil sem poder reencontrá-lo (Deputado Valnerí do Rio Grande do Sul). Átila era seu apelido pelo seu tamanho e bravura. Com as crianças era muito carinhoso, pegava quatro de nós em cada braço e ele virava uma gangorra humana.

> "Era uma numerosa e esquisita família. Sim, esquisita porque meu pai e minha mãe são tios de meus irmãos que são órfãos e eu não..."

Depois da Lei da Anistia em 1979, quase todos se foram. Em março de 1980 meus pais regressaram, a Tia Damaris, meus primos-irmãos Kito, Denise, Telma e Ñasaindy, também. Tia Isaura, Suely e Célia Coqueiro, Darcy, Rosa Darcisinho e Dorinha com os quais muito convivi antes da chegada dos meus pais em 1974. Miriam (Marília Carvalho Guimarães) e seus filhos da minha idade Marcelo e Eduardo, César e Claudia Lamarca, Tia Clara Charf (em Cuba só a chamávamos de Clara Marighella). Alguns que eu tinha muito apego já se haviam ido, como Tio Gregório (Ubiratã), Mazine, Cassiana, o Tio do Berço (nos primeiros anos de exílio o Tio Rogério deitava em nosso berço para contar historinhas e acabava dormindo). Em 1981 meu irmão mais velho Samuel volta para o Brasil e, em 1982, é a vez do meu irmão Carlinhos. Da casa que abrigou dezenas de "Tios, primos e irmãos" só restou eu, minha avó e minha irmã Zuleide.

Chegou minha adolescência e minha avó me educou do mesmo jeito que educou mais de quarenta crianças que passaram pelas suas mãos, sempre incentivando a encarar os desafios e assumindo responsabilidades. Eu, como todos, aprendi desde cedo a lavar minhas roupas, a pregar um botão ou fazer pequenos remendos no meu uniforme, a cozinhar e saber tomar decisões quando se faz necessário, não importa o tamanho da responsabilidade.

Escolhi fazer um curso tecnológico para voltar ao Brasil com uma profissão para encarar melhor este desafio. Meu pai por carta insistiu que eu continuasse e terminasse a Engenharia na Universidade, mas as saudades da minha mãe e meu anseio em conhecer minha pátria nativa pesaram na minha decisão de regressar em 1986.

Quando meus pais voltaram para o Brasil em 1980, saíram de Cuba em março, mas ficaram um mês no Panamá tentando tirar passaporte e visto de retorno junto a outros brasileiros. Ao chegarem, em abril, ainda ficaram 24 horas no aeroporto de São Paulo sendo interrogados (dessa vez sem agressão física). Confiscaram todos os livros que eles levavam, tanto os de conteúdos técnicos quanto os de políticos. Eu fiquei até 1986 concluindo meus estudos e o sonho de conhecer o Brasil foi crescendo proporcionalmente às saudades que sentia pelos meus pais nesses seis anos de adolescência.

Depois de passar cinco dias no Panamá para tentar tirar passaporte e visto (entramos com salvo conduto, só deram passaporte para o filho da Zuleide que nasceu em Cuba) chegamos ao Brasil em 12 de janeiro de 1986. Até que, enfim, vim a conhecer a minha pátria nativa. Realmente o Brasil é lindo e ser turista aqui é maravilhoso, mas depois de três meses a minha vida de turista acabou, começou a realidade. Foram dois anos de angústia, sofrimento, confronto e cadeia no serviço militar.

Meu pai voltou para Cuba no final de 1985 para nos ajudar nos preparativos para o nosso regresso (foi um reencontro de estranhos). Como ele e minha mãe tiveram dificuldades e não revalidaram seus diplomas, (minha mãe se formou Enfermeira Geral, mas só consegui o registro do COREM de Auxiliar de Enfermagem em 1998; meu pai nunca revalidou seus diplomas, nem voltou a trabalhar na sua profissão), ele pediu pra refazerem todo meu histórico escolar, pediu para retirarem do meu currículo todas as matérias relacionadas a política que fazem parte do ensino fundamental cubano e tivemos que ir a todos os órgãos para validar os documentos que foram certificados pela Embaixada Suíça, representante oficial dos interesses do Brasil em Cuba. Matérias excluídas: Fundamento de los conocimientos Políticos, Geografia Política Econômica, Marx, El Capital 1, El Capital 2, El Capital 3, Marx e Engels, Marxismo Leninismo e Táticas Militares e outras.

Toda essa trabalheira não adiantou de nada, nunca consegui revalidar meu diploma, tendo

“Em Cuba revivíamos nossa dramática história contando-a quase todos os dias, mas as reações das pessoas eram de solidariedade e admiração. Aqui no Brasil fui até apedrejado quando debatia politicamente com um professor”

que trabalhar em serviços inferiores à minha formação. E a discriminação pelo fato de ter vivido em Cuba se manifesta em todas as instituições e esferas sociais.

Como pode ser constatado em uma série de documentos que estão comigo, meu pai fez todos os trâmites para revalidar meu diploma: primeiro, a tradução oficial que lhe custou dois meses de salário; depois, entramos com processo na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo que encaminhou para a Fundação Paula Souza-Fatec. Depois de dois anos devolveram o processo dizendo que não tinham cursos similares no Brasil, sendo meu curso muito superior em matéria e carga horária que um curso técnico e até maior que um similar superior, mas que não poderiam revalidá-lo porque, conforme está escrito em meu histórico, meu curso é “Médio-Superior”. Em 1991, cinco anos após voltar para o Brasil, consegui a equiparação de ensino médio para prosseguir no estudo superior.

Em Cuba revivíamos nossa dramática história contando-a quase todos os dias, mas as reações das pessoas eram de solidariedade e admiração. Aqui no Brasil fui até apedrejado quando debatia politicamente com um professor em uma escola para esclarecer que eu não era terrorista e que em Cuba não existe ditadura militar. Fui preso também duas vezes no Serviço Militar Obrigatório por insubordinação, mas, como suportar calado me chamarem de terrorista, assassino, ateu-satanás e outras injúrias?

Pior é ter que viver uma vida de mentiras, ocultar meu passado, mentir no meu currículo que, em vez de ter me formado no El Centro Tecnológico Amistad Cubano Soviética, me formei no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco, assim sugerido por colegas, para que eu pudesse arrumar emprego. E não é que funcionou? Claro, mentira tem perna curta e meus empregos em grandes empresas também.

Com muito orgulho dei aulas técnicas (voluntário com pequena ajuda de custo) e fui um dos fundadores de uma escola profissionalizante criada pelo Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo nos anos 1990, sendo reconhecida pelo MEC como a primeira escola com Supletivo Profissionalizante no Brasil.

Em uma escola profissionalizante renomada de São Paulo, curiosamente fundada em 1964 que só contrata Engenheiros para dar aulas, nunca consegui preencher ficha de solicitação de emprego. Um dia me passei por aluno e consegui chegar na sala do diretor, em uma conversa de quinze minutos já estava contratado, mesmo sem possuir nenhum diploma.

Teve uma empresa que não me discriminou porque um dos diretores era um chileno fugitivo do Pinochet e me contratou como desenhista. Cinco anos depois, com 25 anos eu era diretor técnico desta empresa que trabalhava com tecnologia avançada, automação, robótica etc., com mais de cem funcionários, mas a empresa passou por dificuldades financeiras, nas recessões dos anos 1990 e fiquei novamente trabalhando na informalidade, como empreendedor e ativista no setor de TI e, como voluntário, presido e milito em associações de inclusão social.

ERNESTO CARLOS DIAS DO NASCIMENTO, brasileiro, natural de São Paulo, Capital, nascido em 4 de fevereiro de 1968, casado, quatro filhos e uma neta, filho de Manoel Dias do Nascimento e Jovelina Tonello Mantovani do Nascimento, avó paterna Tercina Dias de Oliveira (A Tia), Formado em Tecnologia de Projetos de Máquinas e Ferramentas, especializado em Tecnologia da Informação e Automação Industrial. Atualmente é Coordenador Governança de TI e Tecnologia Cidadã na Prefeitura de Guarulhos – SP.

Manoel Dias do Nascimento e Jovelina Tonello M. do Nascimento

Foram militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização comandada pelo guerrilheiro Carlos Lamarca. Ele foi um de seus fundadores, enquanto ela iniciou a militância após a prisão e o exílio.

Antes de ajudar a criar a VPR, Manoel era líder sindical filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entrou na clandestinidade em 1968, após ter a prisão decretada. Incentivou a mãe, Tercina Dias de Oliveira, a também contribuir para a VPR. Sua tarefa era organizar a guerrilha em São Paulo (SP). Foi preso em maio de 1970, quando cobria um ponto para passar informações a companheiros. No mesmo dia, mais tarde, a companheira Jovelina e o filho Ernesto foram presos na casa da família no bairro de Vila Formosa.

Jovelina trabalhava na prefeitura de Osasco (SP) e foi demitida durante a licença maternidade por causa da militância do marido. Depois de passar pela Operação Bandeirantes (OBAN) e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), foi com o filho para a ala feminina do Presídio Tiradentes.

Em fevereiro de 1971, Manoel e Jovelina foram dois dos 70 presos políticos que tiveram a liberdade trocada pela do embaixador suíço Giovanni Enrico Bücher, sequestrado por militantes de resistência à ditadura. Exilaram-se no Chile. Na ocasião, contaram o que tinha acontecido com eles para os cineastas estadunidenses Haskell Wexler e Saul Landau, cujo documentário *Brasil, um relato da tortura* tornou-se uma das primeiras denúncias internacionais dos abusos cometidos pelo regime.

“Antes de eu descer do pau de arara, minha companheira chegou com meu filho. Este filho assistiu a parte da tortura. Em seguida, puseram minha companheira no pau de arara, tomando choque em todas as partes do corpo, inclusive nas partes íntimas. Na minha presença. Só para eu falar alguma coisa”, relatou Manoel. Chorando muito, Jovelina testemunhou: “Ele [o filho Ernesto] dizia: ‘Não pode bater no papai. Não pode’. Para mim foi muito duro. Batiam muito em mim, mas não me perguntavam nada porque sabiam que eu não tinha participação nenhuma”.

Em 15 de agosto de 1971, o casal chegou a Cuba, onde reencontraram Ernesto. Jovelina, então, foi à Coreia do Norte fazer treinamento de técnicas de guerrilha. Em 1972, ela e Manoel voltam ao Chile para se prepararem a retomada das atividades guerrilheiras no Brasil.

Em setembro de 1973, com o golpe contra Salvador Allende, os dois foram presos no Estádio Nacional. O casal conseguiu fugir e se abrigar num refúgio da ONU, de onde seguiram para Cuba novamente.

Lá, Jovelina fez curso de enfermagem. Ela e o marido voltaram ao Brasil em 1985. Ernesto retorna com Tercina em 1986.

1

2

1 e 2. Manoel e Jovelina são fotografados antes de serem trocados pelo embaixador suíço

3. Manoel e Jovelina foram banidos do país no dia 13 de janeiro de 1971, em um grupo de 70 militantes trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bücher, sequestrado no Rio de Janeiro em uma ação comandada por Carlos Lamarca. Na foto alguns dos militantes trocados, entre eles Frei Tito de Alencar

4. Fichas de Manoel no DOPS

3

cont. estva interessado neste ramos de negócios

em 19.05.70 Em suas declarações JOVELINA TONELLO DO NASCI - MENTO declarou, entre outras coisas, ser esposa do nominado.

Em 19.05.70 foi indiciado em inquérito policial por esta Divi-

NS 203

MANOEL DIAS DO NASCIMENTO

Nomes falsos:Eduardo Alves de Souza,José Diniz dos Santos, José Osório Gomes, Camilo Rodrigues de Oliveira

Organização subversiva:VPR

Pai:Manoel Dionízio do Nascimento

Mãe:Tercina Dias de Oliveira

Nascido a 05/10/43. Natural de Recife-PB.

Elemento ligado ao esquema do terrorismo. Denunciado pela 2ªAuditoria da 2ªCJM .

Elemento banidodo Território Nacional, pelo decreto nº 68.050 de 13 de janeiro de 1971.

Pasta nº 112 Doc. nº 02 FLS:Nº42

OS 2104

P3

4

Filho torturado

5. "Me levaram até o cárcere onde fui torturado...

Antes de descer do pau de arara minha companheira chegou com meu filho e ele assistiu parte da tortura

Bateram no pai na frente dele...

ele dizia: "Não pode bater no papai, não pode, diz que não pode"

A criança em seguida foi levada para a policial feminina...

Espancavam a própria criança pra ela se alimentar... bateram nele na minha frente"

Cenas do documentário Brazil: A Report on Torture (1971), de Haskell Wexler e Saul Landau, filmado no Chile, logo após a chegada dos 70 presos políticos

5

1

Tercina Dias de Oliveira nasceu em 2 de novembro de 1913. Faleceu em 2004, aos 90 anos de idade. Ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Durante o período em que viveu na clandestinidade, Tercina era chamada de "Tia", apelido dado por Carlos Lamarca. Figura lendária da esquerda brasileira, teve quatro filhos de quatro relacionamentos diferentes e criou outras duas crianças que adotou. Foi Manoel Dias do Nascimento, um dos filhos, que a levou para a militância.

Juntamente com os netos, viveu no sítio em que Lamarca realizava treinamentos militares, no Vale do Ribeira, em São Paulo. Uma de suas missões era fazer a casa principal parecer levar uma vida "normal". A outra era costurar os uniformes usados nos treinamentos.

Tercina foi presa em Jacupiranga, interior do estado, com três das quatro crianças. Em 1979, foi uma dos 40 militantes trocados pelo embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Hollenben, sequestrados em junho de 1970.

Banida, Tercina seguiu da Argélia para Cuba com três netos e um dos filhos de criação: Samuel Dias de Oliveira, Luis Carlos Max do Nascimento, Zuleide Aparecida do Nascimento e Ernesto Carlos do Nascimento. Retorna ao Brasil em 1986 com Zuleide, Luis Carlos e Ernesto. Samuel voltou em 1982.

2

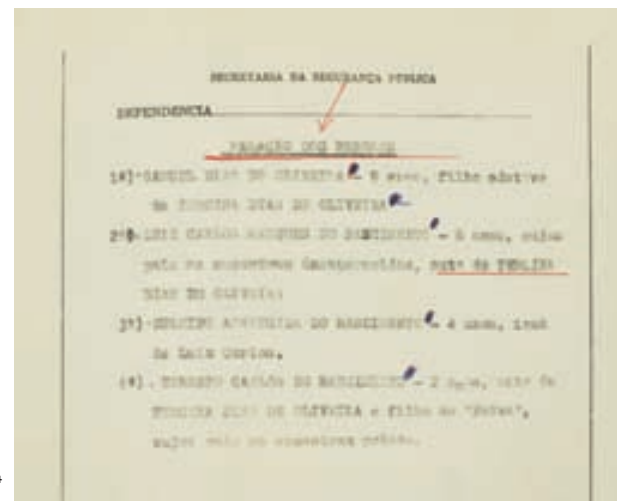
Crianças banidas

1 e 2. Tercina fotografada antes de ser banida do Brasil

3. Samuel, Zuleide com sua boneca, Ernestinho, Luis Carlos e Tercina. Foto de acervo do Arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI)

4. Ficha com a relação das crianças banidas do país

5. Zuleide, Ernestinho, Luis Carlos e Samuel. Foto de acervo do Arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI)

3

4

5

TERCINA DIAS DE OLIVEIRA

e os menores:

A — Samuel Dias de Oliveira (9 anos)

B — Luiz Carlos Marques do Nascimento (6 anos)

C — Zuleide Aparecida do Nascimento (4 anos)

D — Ernesto Carlos do Nascimento (2 anos)

1

1. Página de indentificação de Tercina e das crianças retiradas do relatório do CIE, Indivíduos Banidos do Território Nacional, 1970, distribuído aos orgãos de repressão para reconhecimento dos mesmos

2. Foto de jornal dos quarenta militantes banidos na troca do embaixador alemão.

3. Identificação das pessoas na foto

(Os documentos acima foram encontrados em prontuários do DOPS, no Arquivo do Estado de São Paulo)

2

3

Os banidos: 1 — Fausto Machado Freire; 2 — Jorge Raimundo Nahas; 3 — Maria José de Carvalho Nahas; 4 — Murilo Pinto da Silva; 5 — Mauricio Vieira Paiva; 6 — Tersina Dias; 7 — Oswaldo Soares; 8 — Edmauro Gopfert; 9 — Dulce de Souza; 10 — List Benjamin Vieira; 11 — José Ronaldo Tavares de Lima e Silva; 12 — José Lavechia; 13 — Carlos Eduardo Pires Fleury; 14 — Pedro Lobo de Oliveira; 15 — Jeová de Assis Dias; 16 — Apolonio Pinto de Carvalho; 17 — Carlos Minc Baumfield; 18 — Oswaldo Antonio dos Santos; 19 — Aderval Alves Coqueiro; 20 — Eudaldo Gomes da Silva; 21 — Tânia Regina Rodrigues Fernandes; 22 — Marco Antonio Azevedo Mayer; 23 — José Araujo da Nóbrega; 24 — Ronaldo Dutra Machado; 25 — Domingos Fernandes; 26 — Daniel Aarão Reis Filho; 27 — Altair Luchesi de Campos; 28 — Cid Queiroz Benjamin; 29 — Ieda dos Reis Chaves; 30 — Melquiades Porfino da Costa; 31 — Joaquim Pires Carveira; 32 — Almir Dupont Ferreira; 33 — Flávio Roberto de Souza; 34 — Angelo Pezzuti da Silva; 35 — Luiz Carlos Marx do Nascimento; 36 — Zuleide Aparecida do Nascimento; 37 — Carlos Eduardo Fayal de Lima; 38 — Darci Rodrigues; 39 — Maria do Carmo Brito; 40 — Ernesto Carlos Dias do Nascimento; 41 — Ladislas Dawbor; 42 — Samuel Dias de Oliveira; 43 — Fernando Gabeira; 44 — Vera Silvia Araujo Magalhães.

1

2

3

1. Célia Coqueiro, Cláudia Lamarca, Ñasaindy Barrett de Araújo, Tercina, Suely Coqueiro, Denise Lucena, Telma Lucena e Zuleide do Nascimento, na festa de 15 anos dos gêmeos Denise e Ariston Lucena, Cuba

2. Ernesto, Zuleide, Ñasaindy, Tercina, Jovelina, Luis Carlos e Samuel. A criança mais nova da foto era cubana e não foi identificada. Foto tirada na mesma data, Cuba

3. Foto da festa de 15 anos de Zuleide, Cuba

4. Samuel, Zuleide e Tercina, Cuba

4

A Lua de Leta

por Leta Vieira de Sousa

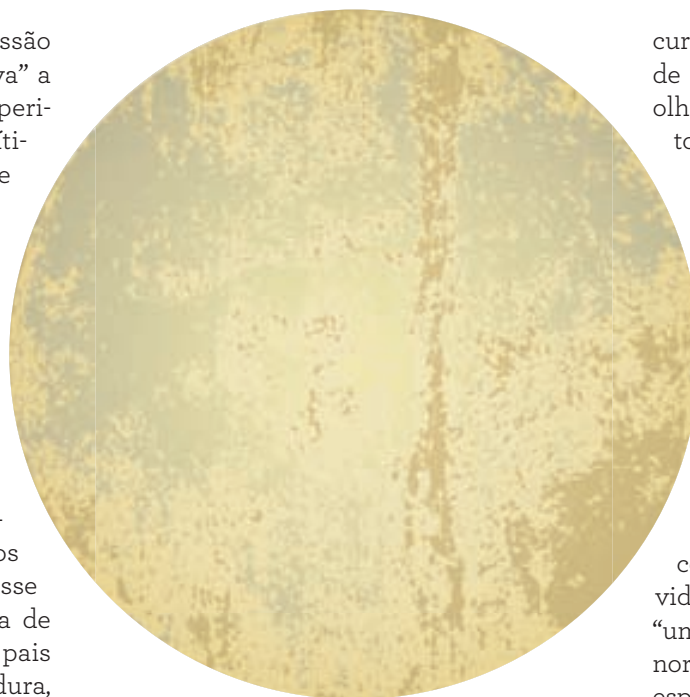
Convidada pela assessoria da Comissão da Verdade de São Paulo "Rubens Paiva" a escrever um testemunho de minha experiência enquanto filha de ex-presos políticos da ditadura militar brasileira, me peguei mais uma vez pensando: mas o quê eu vou falar?

Acho que muitos filhos se fazem essa mesma pergunta, um sentimento de "não faz sentido porque eu não vivi nada em comparação aos meus pais e seus companheiros" que nos deixa habitualmente silenciosos.

Além disso, ainda me vem o questionamento de "por que eu e não outros filhos que sofreram mais que eu?". Nesse momento, passo a me lembrar da lista de amigos queridos que, como eu, têm pais que sofreram muitíssimo com a ditadura, mas que não têm o mesmo reconhecimento ou estatuto de anistiada que outros filhos e eu temos.

Pra mim, ser uma anistiada política, filha de pessoas que lutaram contra os absurdos da ditaduta militar brasileira é, e sempre foi, razão de grande orgulho. Meus pais e seus amigos são o que toda criança sonha: são heróis de verdade que ultrapassaram seus limites e suas próprias mazelas pelo bem comum.

No entanto, com esse status de "filha de heróis", vem também o outro status, o de "filha de terroristas". Com esse, vem o silêncio, o medo de saberem quem você é e o que você pensa. Esse medo me acompanha até hoje.

Jessie e Leta na penitenciária de Bangu, Presídio Talavera Bruce, Rio de Janeiro, 1976

Sempre que as pessoas comentam sobre a própria infância, você pula um trecho. Sempre que você ouve alguém chamando a ditadura militar de revolução, você segura o grito. Sempre que você ouve alguém falando sobre terrorismo, você tenta não cair num debate emocionado. Sempre que você busca um emprego que exige suas referências, você torce pra que não descubram "toda a verdade". Um visto, morar fora do país por um tempo? Você sabe que ele pode ser negado e que eles terão justificativa, afinal, seus pais sequestraram um avião. Quer algo mais *top top* na lista de terrorismo internacional depois de 2001?

Sempre que descobrem que sou filha da Jessie Jane e do Colombo, imediatamente me cercam de perguntas e vejo os olhares curiosos esperando um depoimento cheio de profundidade. Mas eu já conheço esse olhar e entro num sistema de respostas automáticas e vagas. No fim, vejo os olhares decepcionados e sinto que consegui alcançar o que desejava : o final da sessão "quem é você". Como se ao saberem que eu "nasci na cadeia", como alguns gostam de comentar, definisse meu caráter, o meu eu.

Agora, convidada a escrever esse testemunho, fico refletindo sobre o que eu não falo a esses olhares curiosos, sobre a constante insegurança, sobre as tristezas, sobre as dificuldades. Penso em como meus pais lutaram pra me dar uma vida estável e buscaram que eu fosse apenas "uma menina normal". Mas quem pode ser normal quando a polícia entra na sua casa pra espancar seu pai? Ou quando vive a invasão militar de Volta Redonda (já em 1989) e seus pais vêm até você para se despedirem, com o sentimento de que serão assassinados? Ou quando sua família está separada em várias partes do mundo porque foi obrigada a se exilar? Ou quando seu avô é obrigado a viver escondido para evitar ser deportado? Ou quando seus amiguinhos da escola são proibidos de falar com você porque seus pais acham que você é representante das "forças do mal"?

Mas meu testemunho nunca será tão interessante ou importante quanto o daqueles que viveram experiência mais duras e sérias que eu. Meu testemunho não pode ter o mesmo peso do que o de uma criança que viu seus pais serem torturados ou assassinados. Daí volta à pergunta : o que eu tenho a acrescentar?

Acho que o que eu poderia acrescentar é o testemunho de meus amigos desconhecidos, mas que têm muito mais histórias que eu sobre esse período. Aqueles que iam todas as semanas visitar pais e tios nos presídios e ficavam confusos tentando entender como aqueles heróis poderiam ser os bandidos. Ou a história daqueles que nasceram no Chile ou na Argentina, por exemplo, e começaram suas vidas em fuga mesmo sem saber – alguns deles até hoje não têm documentação brasileira regularizada. Porém, não cabe a mim falar por eles.

Muitos me perguntam como foi ser um bebê na prisão. Como poderia responder se eu era um bebê? Mas quando vejo minhas fotos e ouço os depoimentos de minha mãe, vejo que fui quase um bebê como outro qualquer, repleto de amor e, talvez, mais carinho do que outros bebês. Eu tenho o privilégio de ser filha de uma geração de sonhadores, de ser protegida e amada incondicionalmente por pessoas que sequer conheço mas que, igualmente, amo.

Minha mãe, às vezes, conta de quando descobriu que estava grávida, da felicidade que sentiu. E, logo depois, da imensa bronca que recebeu de uma companheira: "Você está louca? Como pode ter um filho nessa situação?".

Talvez ela estivesse louca, talvez fosse um delírio de uma mulher que tinha todo o futuro traçado atrás de grades intransponíveis. E é por causa de loucos assim que o mundo é melhor, mais belo, mais cheio de esperança, de alegria. São os loucos que são capazes de colocar em xeque todas as verdades, de subvertê-las. Ainda bem que sou filha de uma subversiva!

As histórias de meu nascimento me foram chegando aos poucos. Não, não nasci num presídio, nasci em um ótimo hospital no Flamengo. Não, minha mãe não estava sozinha, ela teve o apoio de outros loucos que se expuseram ao serem presos, mas que estavam ali tentando nos proteger. Pra mim, esses heróis são, por extensão, meus pais e mães, meus parentes mais íntimos.

A imagem dos homens que foram no quarto do hospital ameaçar a minha vida, a vida de minha mãe, me passa pela mente várias vezes. Eu não estava presente, mas posso ver seus rostos, sentir seu suor, ouvir suas vozes tenebrosas. Sempre pude, sempre poderei.

Quanto à minha experiência no presídio, obviamente não tenho memória. Mas todas as vezes que eu vejo a lua cheia, lembro dos meus pais dizendo que essa é a "Lua de Letinha", porque lhes mostrava no dia em que foram soltos, como se eu estivesse advinhando que eles não tiveram oportunidade de ver o mundo fora do presídio. Porém, apesar da falta de memória específica, eu me lembro do sentimento.

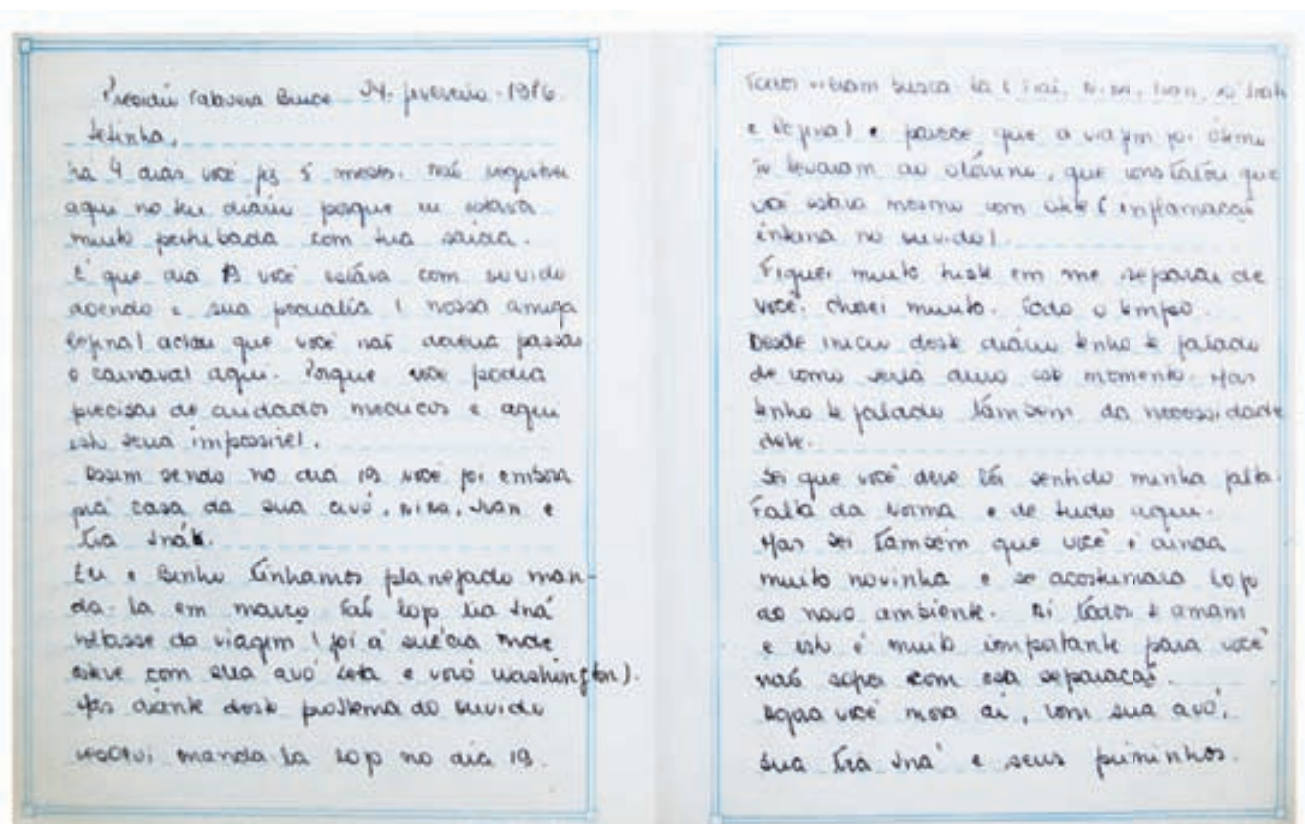
Esse sentimento me acompanha até hoje. Nos momentos importantes da vida ele me retorna, como se um *clic* interno me acendesse e informasse "isso é importante, seja forte, siga em frente, faça o que é preciso, ouça o entorno, observe, fale menos, se proteja e, sobretudo, proteja os seus". É um sentimento, uma coisa não mesurável, uma urgência.

Deparei-me com esse sentimento num belo dia de sol. Eu brincava alienada a tudo, na rua Cuba, em Vila Americana, Volta Redonda. Era o ano de 1989. Comecei a ouvir minha avó me chamar, eu precisava voltar para casa imediatamente. Quando cheguei, o caos estava estabelecido. Uma mochila havia sido preparada, papéis eram queimados no fundo da casa, meu

"Todas as vezes que eu vejo a lua cheia, lembro dos meus pais dizendo que essa é a 'Lua de Letinha', porque lhes mostrava no dia em que foram soltos"

Diário de Jessie

"(...) Fiquei muito triste em me separar de você. Chorei muito, todo o tempo. Desde o início deste diário tenho te falado de como seria duro este momento. Mas tenho te falado também da necessidade dele (...)"

"(...) É todo o nosso país que sofre um período negro da sua história, somos apenas parte disto tudo. Seu nascimento nos trouxe muita alegria. É nosso grito de liberdade (...)"

avô dizia que tínhamos que ir, "dá um beijo nos seus pais". Esses, correndo de um canto para o outro, vieram e disseram que era pra eu ir, que o Exército havia invadido a cidade e eles estavam indo para o Sindicato dos Metalúrgicos e me encontrariam mais tarde.

Já era noite quando pegamos um táxi, meus avós e eu, em direção à casa de uma companheira de meus pais, a Marlene. No táxi, o rádio falava como a cidade estaria sendo protegida contra os baderneiros... O taxista começou a falar : "Espero que o Exército pegue esse bando de comunista, tem tudo que ir pra cadeia, vocês não acham?" Silêncio.

Quando chegamos na casa da Marlene, todos de frente para a televisão, tentando ter notícias. O *Jornal Nacional* dizia como a ação militar em Volta Redonda era importante. Eu via o olhar de pavor nos olhos da minha avó, sentia suas vibrações. Fui ao banheiro chorar pra que não soubessem que entendia que depois desse dia eu poderia não mais encontrar meus pais.

Eles finalmente apareceram. Vieram até a mim e me abraçaram. Explicaram que tentavam ajudar os operários em greve na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Eu entendia e concordava, nada precisava ser explicado. Demos um abraço eterno. Quando foram embora, ficou aquele sentimento de urgência, de manter tudo em ordem, nada poderia nos atingir, nada poderia nos separar, nem mesmo a morte, muito menos a prisão.

Nessa madrugada, três operários foram assassinados, mulheres grávidas foram espancadas por soldados em ônibus, a praça pública foi metralhada, entre outras barbaridades cometidas após a ditadura ter oficialmente terminado. Nessa madrugada eu pude entender um pouquinho todo o terror que meus pais e seus companheiros sentiram por tantos anos, primeiro na clandestinidade, depois nas torturas e, por fim, nas prisões. Uma gota em um oceano de lutas, dores, decepções. Uma gota num oceano de esperança em um mundo melhor, mais igualitário e mais justo.

Uma gota.

Imagino agora a vida dos outros filhos, nascidos antes de mim, que viveram na clandestinidade, que viram seus pais sendo presos, que acompanharam as longas e inesquecíveis sessões de tortura. Só posso imaginar a força dessas pessoas, só posso respeitar suas cicatrizes.

LETA VIEIRA DE SOUSA nasceu em 1976, filha de Jessie Jane Vieira de Sousa e Colombo Vieira de Sousa Júnior. Formada em arquitetura e urbanismo, tem MBA em gestão de negócios sustentáveis, especialização em cooperação internacional e trabalha como tradutora.

Colombo e Leta com 3 meses, Bangu, 1976

virá me visitar sempre que for possível
e visitará também seu pai.
Vai conhecer muitas pessoas, passear,
ir à praia, brincar com outras
crianças. Enfim, aí você terá uma
vida normal e sadia. E é isto que
queremos para você: a sua felicidade.
[illegible] quando eu e Colombo
poderemos morar junto com você.
Acreditamos que isto seja possível
num médio prazo. Agora, se nós
for acreditar que isto nos custará
muito. Porque nós a amamos muito
e gostaríamos de tê-la sempre ao
nosso lado.
Gostaria tanto de saber: o que você
está sentindo? Estará entendendo
todas estas mudanças?
Filhinha, para nós só que importa
é que você seja uma criança

saudável. Feliz. Que no futuro seja um
adulto dentro do mundo, agindo den-
tro dele. O melhor que podemos te dar
hoje é isto. Então nós marcamos sua in-
fância com esta fase difícil da nos-
sa vida. Não é só a minha vida e
a vida do Colombo que está sendo di-
fícil. É todo nosso país que sofre
um período negro da sua história.
Somos apenas parte disto tudo.
Seu nascimento nos trouxe muita ale-
gria. É nosso grito de liberdade.
É por isto mesmo te enviamos para
fora daqui. Aí fora é o mundo
que você vai enfrentar. Esperamos que
um dia este enfrentamento se faça
para um lugar como este. Mas aí
será [illegible] sua. E dependerá do
momento histórico em que você viver.
Amamos muito você. Nunca duvide
disto. Beijos da mamãe.

O GLOBO ◇ 2-7-70 ◇ Página 5

Cinco horas dramáticas no Galeão

TERRORISTAS PRETENDIAM TROCAR 30 PASSAGEIROS POR 40 PRESOS

Foram mais de cinco horas dramáticas; depois, estava frustrado pela primeira vez um sequestro em território brasileiro, com a prisão de quatro terroristas. A FAB comandou as operações no Galeão.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA [illegible]

COLOMBO VIEIRA DE SOUSA JÚNIOR

-HISTÓRICO POLÍTICO-

julho-1970 - Participou juntamente com outros terroristas, em 1º do corrente, da tentativa de sequestro de um avião "Caravelle" da Cruzeiro do Sul, no Galeão, sendo detido e enquadrado no artº 25 da Lei de Segurança Nacional.

27.07.1970 - Seus irmãos Sebastião Mendes Filho e Inah de Sousa Nogueira, pertencentes ao MR-8 e presos na Ilha das Flores, constavam da relação de 40 presos a serem libertados como resgate, caso o sequestro do avião se realizasse.

30.11.1971 - A 1a. Auditoria da Aeronáutica aumentou [illegible] para [illegible] anos o período de reclusão a que estão condenados Jessie Jane e o nominado, remanescentes do grupo terrorista MR-8, participantes da tentativa de sequestro do avião "Caravelle" da Cruzeiro do Sul, no Galeão.

1. Matéria do Jornal O Globo de 2 de julho de 1970
2. Jessie, Colombo e Leta na penitenciária de Bangu, em 1977
3. Fichas de Colombo e Jessie nos órgãos de repressão
4. Jessie com Leta no colo, padre Renzo Rossi e Colombo, na penitenciária de Bangu, em 1977
5. Cópia de matéria de jornal do dia da libertação de Jessie, Leta e Colombo

Colombo Vieira de Sousa Júnior nasceu em 6 de março de 1950. Filho de Colombo Viera de Sousa e Inah Meireles de Sousa. Iniciou sua militância em 1967. Foi militante da Dissidência do Estado do Rio de Janeiro, Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e da Ação Libertadora Nacional (ALN). Sua irmã, Ina Meireles de Souza, também militante do MR-8, foi presa, no Paraná, em abril de 1969 e cumpriu dois anos de prisão no Rio. Quando foi preso, sua mãe, a exemplo do que aconteceu com a mãe e irmã de Jessie, foi presa e levada para o DOI-CODI do Rio de Janeiro onde permaneceu por um mês, obrigada a assistir seu filho ser torturado. Colombo tem um longo percurso no movimento sindical junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda onde foi assessor político. Foi assessor parlamentar do líder metalúrgico Juarez Antunes, de quem foi secretário de governo durante seu breve mandato à frente da Prefeitura de Volta Redonda. Foi secretário de transporte da Prefeitura de Caríacica (ES) e presidente do Ceasa deste estado quando Vitor Buaz era governador. Foi também assessor do governador Leonel Brizola. Hoje está aposentado.

Jessie Jane Vieira de Sousa nasceu em 21 de abril de 1949, em Bom Jesus do Galho, então distrito de Caratinga (MG), numa família de militantes. Filha de Leta de Souza Alves e Washington Alves da Silva, ambos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do grupamento comunista que deu origem à Ação Libertadora Nacional (ALN). Seus pais foram presos e torturados na Operação Bandeirantes (Oban). Seu pai, Washington, foi banido para o Chile no sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Burcher, em dezembro de 1970.

Em 1969, Jessie entrou para Ação Libertadora Nacional (ALN). Na organização, conheceu Colombo Vieira de Souza. O casal viveu na clandestinidade até 1º de julho de 1970, quando foram presos durante a ação de sequestro do avião Caravelle PP-PDX da Cruzeiro do Sul, no Rio de Janeiro, realizada junto com os irmãos Heraldo e Fernando Palha Freire.Estava com 21 anos quando foi presa e barbaramente torturada no DOI-Codi, do Rio de Janeiro. Jessie e Colombo foram condenados a dezoito anos de prisão e ficaram presos por nove. Ela, na penitenciária de Bangu (Presídio Talavera Bruce) e ele no Instituto Penal Cândido Mendes (Presídio da Ilha Grande). Ficaram cinco anos sem se ver e a única forma de comunicação eram cartas. Em 1972, conseguiram autorização judicial para se casar. Em 1975, conquistaram o direito à visita íntima. Assim, Jessie engravidou na prisão e, em setembro de 1976, nasceu Leta, filha do casal, na Clínica São Sebastião (Rio de Janeiro) sob forte vigilância policial. A bebê permaneceu alguns meses ao lado de Jessie na prisão e depois foi entregue à sua sogra. Jessie e Colombo foram soltos em 1979 e estão casados até hoje.

Jessie tem quatro irmãos: Sandra Maria Alves de Sousa, presa duas vezes em São Paulo e torturada na Operação Bandeirantes, em 1970; Vera Vani Alves de Pinho, voltou clandestina do Chile e assim viveu por nove anos no Brasil; José Alves Neto-Juca, preso junto o pai no Chile, ficaram por três meses no Estádio Nacional; Ivan de Sousa Alves, casado com uma ex-presa no Uruguai e ainda vive na Suécia. Com o banimento do pai, as prisões de Jessie, Sandra e de sua mãe, todos entraram na clandesti-

4

5

Soltos presos políticos com a redução de pena

Foram libertados ontem à noite três presos políticos beneficiados com a redução de pena, nos termos da nova Lei de Segurança Nacional. O primeiro a deixar a prisão (Penitenciária Milton Dias Moreira) foi Rômulo Noronha de Albuquerque, libertado às 20h30m, embora sua saída estivesse marcada para às 13 horas. Rômulo teve sua pena reduzida de 14 para 9 anos.

Cerca de uma hora depois, foi solto Colombo Vieira de Souza Junior, que seguiu rapidamente para o presídio Talavera Bruce, em Bangu, a fim de aguardar a libertação de sua mulher, Jesse Jane Vieira de Souza. O casal havia passado 8 anos e 7 meses na prisão, pela tentativa de seqüestro de um Caravelle da Cruzeiro, em 1970, no aeroporto do Galeão.

Sorridente e aparentemente bem

Colombo e Jesse abraçam a filha

mais Benjamin. Entre os parentes do preso, apenas sua irmã Iná estava no local pois a mãe de Colombo, D. Iná, que cuida da filha dele com

nidade e quando puderam foram para o Chile. No golpe, seu pai e Juca foram presos logo nos primeiros dias. Sua mãe se refugiou e os três se reencontraram a bordo do avião que os levou para a Suécia. Tudo graças à intervenção do embaixador sueco que salvou centenas de pessoas. Sandra e Ivan se refugiaram na embaixada da Argentina e depois foram para Portugal e, em seguida, Suécia.

Seus pais e Juca foram inicialmente para a Suécia, em seguida para Cuba e depois Suécia, onde todos se reencontraram (menos Jessie que estava presa e Vera que estava clandestina no Brasil). Seus pais e Juca retornaram ao Brasil em 1980 e Sandra retornou há cerca de 5 anos. Mas Ivan ficou na Suécia.

Hoje, Jessie é professora associada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em História Social pela UFRJ.

Acima, Colombo, Jessie e Leta, na porta de Bangu, 6 de fevereiro de 1979. Colombo foi solto na mesma noite e, em caravana, foi para a porta da penitenciária esperar Jessie. Leta tinha 2 anos e seis meses

Nascimento de Leta

por Jessie Jane Vieira de Sousa

As memórias relacionadas ao nascimento da minha filha me transportam para situações contraditórias. De um lado, a imensa felicidade com a chegada daquele pequenino ser, que nos trazia esperanças, alegrias e ao mesmo tempo, angústias pela consciência de que não poderíamos tê-la conosco. E, de outro lado, a preocupação pelo futuro que poderíamos vislumbrar para nossa filha, já que estávamos condenados a muitos anos de prisão e não sabíamos quanto tempo mais viveríamos sob a ditadura. Havia ainda a ausência da minha família, que se encontrava no exílio.

A família de meu companheiro, Colombo Vieira de Sousa Júnior, também já havia sido atingida pela repressão. Porém, quando soube que estava grávida, tudo o mais se tornou secundário.

A história da minha gravidez se insere na história das lutas contra a ditadura, já que ela ocorre no momento em que o regime estava acossado pelo crescimento das oposições e por um crescente desgaste no exterior diante das denúncias sobre violação dos direitos humanos.

Minha gravidez só foi possível com a transferência dos presos políticos da Ilha Grande para o centro da cidade do Rio de Janeiro após uma longa greve de fome realizada por aqueles companheiros. O episódio obrigou o regime a reconhecer a existência de presos políticos e resultou na construção de um presídio específico para aqueles presos. Tínhamos outras demandas e, dentre elas, a de que fosse permitido o encontro entre os casais presos. Este era o nosso caso. Eu e Colombo já estávamos há anos sem nos encontrar e para o carcereiro de plantão no sistema penitenciário do Rio de Janeiro, tal reivindicação seria atendida se autorizada pelo juiz da Auditoria de Aeronáutica. E qual não foi a nossa surpresa quando conseguimos tal autorização? E, como a medicina dizia que eu não poderia engravidar, nem pensamos em algum tipo de anticonceptivo. Foi assim que nossa filha foi gerada, uma luz da natureza em uma fresta aberta pelas campanhas contra a ditadura.

A gravidez transcorreu com tranquilidade, mesmo sem os exames próprios ao pré-natal, mas o parto foi mais complicado.

Quando faltava um mês para o nascimento da Leta, fui transferida para o hospital penitenciário e ali permaneci até o dia do seu nascimento. Nesse período pude receber visitas da família do Colombo, que já me dava assistência ao longo dos anos em que estive presa. E assim pudemos estar juntos aos sábados e domingos.

Neste hospital-prisão permaneci isolada em uma pequena cela, sem exercícios ou banho de sol. E, evidentemente, sem qualquer assistência médica.

Os hospitais militares se negaram a fazer o parto. Diante dessa recusa, os companheiros organizaram um fundo que nos permitiu pagar um hospital privado e, mais importante, o parto sendo realizado por um médico de absoluta confiança. Tratava-se do dr. Jeferson Carneiro Leão, ele mesmo militante da causa democrática e que havia trazido ao mundo vários filhos de companheiras nossas. Mas eu só o encontrei a poucos dias do parto, quando fui levada à clinica.

Dia 19 de setembro, um daqueles domingos de visitas no presídio político, minha sogra percebeu que eu, sem saber, estava em trabalho de parto desde a noite anterior. Logo os companheiros acionaram os carcereiros e fui levada para a maternidade sob forte escolta, ainda na caçamba de um camburão e algemada. Lá me esperavam alguns companheiros, que impediram que os soldados da Polícia Militar, que faziam a escolta, entrassem na sala de cirurgia.

À uma hora da manhã do dia 20 de setembro de 1976 nascia Leta, de cesariana, no Hospital São Sebastião. Inocentes, eu com minha alegria de ser mãe e ela que só queria saber de mamar, não sabíamos que naquela madrugada ocorria o sequestro de Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu e conhecido por suas posições a favor dos injustiçados. Esse crime, realizado por grupos de militares que se opunham ao projeto de abertura "segura, lenta e gradual" proposto pelo ditador Ernesto Geisel, se somava aos inúmeros atos de terrorismo que naquele momento ocorriam na cidade do Rio de Janeiro.

Naquela noite, terminei dormindo e fui acordada pela presença de soldados armados dentro do quarto. A partir deste momento, nossa presença no hospital se transformou num verdadeiro horror. Como ainda não haviam cortado o telefone, pude me comunicar com a advogada Abigail Paranhos, ex-presa política, e o médico Leo Benjamim, querido e corajoso combatente, que imediatamente chegaram ao hospital e, após um difícil diálogo com as autoridades policiais ali presentes, conseguiram que os soldados ficassem do lado de fora do quarto.

Esses acontecimentos me fizeram ficar em alerta. Ao amanhecer chegaram vários homens que, pela janela do meu quarto, passaram a me ameaçar dizendo que iriam matar a minha filha, que era necessário realizar o que eles chamavam de operação Jacarta (em referência à matança de comunistas que a Indonésia havia realizado). Eu, encolhida na cama, tentava me comunicar com o mundo exterior. O telefone já havia sido cortado e nenhuma enfermeira atendia aos meus chamados. Nem a minha filha, que se encontrava no berçário, vinha para mamar.

Em algum momento, dr. Jeferson, me pedindo que ficasse calada, entrou no quarto para avisar que eu seria imediatamente enviada à penitenciária e que a escolta policial chegaria a qualquer momento. Logo após, chegou uma assistente social, Gloriete, servidora do sistema penitenciário, que ajudou a me levantar – eu estava operada há menos de 48 horas – e nos encaminhamos para o pátio do hospital onde um camburão nos aguardava. No percurso, sob os olhares hostis que surgiam dos outros quartos, pude ver minha cunhada, Iná, e Iramaya Benjamim. Elas estavam impedidas de se aproximar. Minha angústia era absoluta pela falta de notícias da minha filha e

por não entender o que ocorria, sem contar os temores de uma sutura ainda não cicatrizada.

Somente quando entramos no camburão é que a Gloriete me informou, sumariamente, o que ocorria. Cheguei à penitenciária em torno do meio dia e minha filha me foi entregue, por Iná e Iramaya, à tarde. Elas me entregaram a menina pela grade e nada puderam falar.

Na verdade, aquele pesadelo tornou a se repetir quando, também em uma madrugada, acordei para alimentar Leta e pude ouvir da guarita, no pátio do pavilhão aonde nos encontrávamos, vozes que repetiam as mesmas palavras ouvidas no hospital. No dia seguinte comuniquei ao diretor, mas, ainda hoje, não sei do que realmente se tratava.

Dos episódios ocorridos no hospital pude me inteirar melhor anos depois, quando acessei os documentos produzidos pelo sistema penitenciário e ali pude ter consciência do verdadeiro perigo que rondou a vida da minha filha. Soube então que o consultório do dr. Jeferson fora invadido e depredado por duas vezes e que a direção do hospital havia exigido a minha imediata retirada do hospital. E, sobretudo, pude ler as inverdades produzidas pela repressão acerca dos episódios relatados acima.

Leta permaneceu comigo somente nos primeiros meses de vida, quando a entreguei aos cuidados da família do Colombo. E aquele foi o momento mais dramático em toda a minha existência. Uma dor dilacerante, sem igual.

Pela legislação penitenciária, Leta poderia permanecer no presídio até os 6 anos, na creche que existia à época, quando então teria que ser entregue à família ou a um juiz. Eu optei por tirá-la daquele ambiente entendendo que ela não deveria crescer entre aquelas grades e que deveria ter uma vida familiar normal entre os primos e desfrutar a sua infância como todas as crianças têm direito.

Colombo só pôde conhecê-la quando ela tinha quinze dias de nascida.

Durante os anos seguintes, Leta era levada para ver o pai e a mim de quinze em quinze dias. Com o crescimento da luta pela anistia, quando a existência dos presos políticos se tornou um problema para o regime, conseguimos nos encontrar, os três, em Bangu, duas vezes ao mês. E, em algumas ocasiões especiais, pudemos até mesmo passar finais de semana juntos.

No dia 6 de fevereiro de 1979 fomos soltos e, na saída da prisão, lá estava ela. Linda, no colo das avós – minha mãe, rompendo com as proibições que a impediam de voltar ao país, resolveu que naquele momento estaria ali – e, ao longo da ponte que liga o Rio a Niterói, cidade em que residimos até hoje, ela ia nos mostrando o barco, a lua, como se estivesse entendendo tudo o que ocorria. Ficou acordada a noite inteira e, na manhã seguinte, pegou o pai pela mão e foi apresentá-lo aos gatos da casa.

Em seguida fomos residir em Volta Redonda, onde, pelas mãos de D. Waldir Calheiros, bispo da cidade, conseguimos nosso primeiro trabalho. Foi um período difícil para Leta já que, aos 2 anos e meio, se viu separada da família com quem ela havia vivido até então.

Quase toda semana encontrávamos com sua avó Inah na porta do presídio onde íamos visitar os companheiros e, em especial o marido da minha sogra. A hora das saídas eram momentos de grande aflição porque Leta chorava muito ao se despedir da avó. Até que em uma dessas ocasiões ela simplesmente deu um beijo na avó e, desse momento em diante, os sintomas de desajustes com a nova vida desapareceram. Ficando, evidentemente, as referências relativas à estabilidade que lhe foi dada pela família do pai.

O testemunho do que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei

por Maria Eliana Facciolla Paiva

Sou filha do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, que foi cassado na última lista das várias que foram publicadas a partir de primeiro de abril de 1964, pelo golpe militar. Depois de auxiliar a fuga do Procurador Geral da República, Valdir Pires – que atualmente é vereador em Salvador na Bahia; e, Darcy Ribeiro, Ministro da Educação. Em seguida, papai exilou-se na Embaixada da Iugoslávia, a única Embaixada aberta em Brasília para receber os perseguidos. Rubens juntou-se a todos aqueles que estavam ali refugiados e que faziam parte da Frente Parlamentar Nacionalista, criada no início dos anos 1960.

> “O testemunho que trago para a semana “Infância Roubada” é de uma adolescente de quinze anos e meio”

Formada de uma forma quase que espontânea na Câmera Federal, a Frente Parlamentar Nacionalista foi organizada por militantes de diversos partidos de esquerda, religiosos, artistas. Enfim, grande parte da sociedade participante da luta que defendia a aprovação, pelo Congresso, das Reformas de Base. Entre elas: Reforma Agrária, Reforma Jurídica, Reforma da Educação, Reforma Urbana, Reforma da Lei de Remessa de Lucros.

Meu pai fez parte do pequeno Partido Socialista Brasileiro, que não tinha direito a voto, mas tinha voz de comando e direção. O PSB, como aliado do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) era agregado a outras forças de apoio ao governo Jango, como Partido Comunista Brasileiro, ainda na ilegalidade (que, por sua vez, usou a legenda do PSD).

Rubens Paiva, assim como outros deputados do PSB e PCB utilizaram para se elegerem em 1962, respectivamente, legendas do PTB e PSD. Como deputado eleito, ele fez parte da direção da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o IBAD, que teve um papel de destaque na preparação do Golpe Militar.

O testemunho que trago para a semana “Infância Roubada” por iniciativa da Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, da Assembleia Legislativa de São Paulo é de uma adolescente de 15 anos e meio. Acredito que o meu depoimento é um pouco diferente do que eu ouvi aqui, hoje, apesar de ter coisas bastante semelhantes. Uma delas é a capacidade incrível que quase todos nós tivemos, em relação à nossa memória, que parece nos pedir: “eu vou esquecer o que aconteceu, e um dia eu não lembrarei mais”.

Isso está claro, porque apesar toda a midiatização que existe em torno do meu pai, eu só fui dar o meu depoimento há dois anos. Eu nunca falei, os meus irmãos talvez soubessem um pouco, minha mãe sabia mais, porque fomos presas juntas. Minha família nunca soube de nenhuma sequência de detalhes, os meus amigos também não. Só quem soube foi um ou outro amigo, pessoas com quem eu convivo e que perguntaram com grande insistência.

À esquerda, foto da família Paiva reunida. De pé, Eliana, no sofá Eunice, Rubens, Aracy e Vera, no chão Ana Lúcia, Maria Beatriz e Marcelo Rubens

O que foi a minha adolescência roubada? Eu sabia o que se passava neste país, exatamente como todo mundo, ouvindo tudo que aqui já foi dito. O meu pai foi deputado federal, foi um deputado engajado. Ele já era engajado politicamente desde a sua juventude. Foi vice-líder da UEE, vice-presidente da UEE Paulista, fez parte da campanha do "petróleo é nosso".

Rubens Paiva foi eleito deputado federal pelo Estado de São Paulo aos 34 anos de idade, uma das primeiras ou segundas gerações a entrar no atual Congresso Nacional em Brasília, depois da era Vargas. Antes disso, ele ajudou a construir Brasília como engenheiro civil. Era empreiteiro e fez pontes na construção de Brasília.

Com a cassação, meu pai voltou do exílio nove meses depois. Como deputado federal ele tinha direito e posse ao passaporte diplomático vermelho. Pegou o passaporte, colocou no bolso, pegou um avião com escala no Rio de Janeiro. Desceu no Aeroporto Santos Dumont, pegou a Ponte Aérea e veio para São Paulo. Entrou em casa pela cozinha dizendo para quem ali estava, "oi, eu cheguei". Foi um dos maiores sustos da minha mãe quando, de repente, surge aquele pai de família de cinco filhos na porta da cozinha, dizendo "voltei, estou de volta".

A partir daí nós moramos mais alguns meses em São Paulo, e nos mudamos no início de 1965 para o Rio de Janeiro. Como deputado cassado, meu pai havia entrado em uma espécie de lista negra. Como era engenheiro civil, seu trabalho era de empreiteiro, empreendedor. Sem os direitos civis ele já não podia mais assinar como engenheiro obras contratadas por governos, ou pagas com o dinheiro público. Como deputado cassado não podia seguir vida política e se reeleger. Então a ideia dele, ao ser convidado, foi entrar como sócio em uma firma de engenharia no Rio de Janeiro, a Machado da Costa Engenharia, acho que nem existe mais. Pegou o dinheiro que tinha e investiu na sociedade desta empresa. Então, nós nos mudamos para o Rio de Janeiro.

O estilo do meu pai era e sempre foi da continuidade da vida. Do prazer pela vida. Então o que ele fez? Alugou um sobradinho em frente à praia do Leblon. Nossa vida de paulistanos mudou radicalmente, mas a vida continuava a mesma, frente ao mar e da melhor maneira possível.

Inaugurada esta nova fase, o pequeno sobrado na Avenida Delfim Moreira, nº 80, se agitou com a circulação de políticos, militantes, ex-deputados, ex-ministros e de todo o pessoal ligado ao governo João Goulart, e todos que faziam parte deste grupo. Os militares sempre estiveram de olho nessa casa, porque papai era um sujeito muito alegre, muito afetivo, socialmente muito engajado.

Não havia espaço para tristeza ou depressão. Tudo podia ser engraçado, a vida era uma festa naquela casa, tanto que a famosa expressão "esquerda festiva" (acho eu) vem um pouco daí. Se alguém não sabia o que era esquerda festiva, agora está sabendo. Era uma esquerda que tinha sido cassada em 1964 e que achava que os militares não iriam longe. Tinham o dom de se divertirem com certa ignorância dos militares no poder, assim, em uma comparação, como o discurso que o jornal *Pasquim* construiu, especialmente.

> "Nunca mais soubemos dele, não se sabe até hoje o que aconteceu exatamente, como morreu e onde está enterrado o seu corpo"

Até o dia em que foi assinado o AI 5 (Ato Institucional número 5). Quando começaram prisões, torturas e mortes, meu pai achou que a coisa era séria e começou, em seguida, a ajudar militantes engajados na luta armada, uma nova geração constituída. A geração de 1968, uma geração acima da minha e uma geração ou duas abaixo da dele. Nesta geração de militantes estavam poucos amigos com uma maioria de jovens, filhos de amigos que se engajaram em ações como o rapto de embaixadores. Parte destes amigos, filhos e parentes de amigos, atuou principalmente no rapto do embaixador americano.

Meu pai ajudou com conversas e com dinheiro que pôde dar, considerou um acerto político. No entanto, esta ajuda acabou ligando papai no próprio circuito de luta armada, o que ele não imaginou e com a qual ele não estava envolvido.

Não sei se ele concordava com o que esta militância armada fazia, porque eu era muito menina para saber se ele apoiava ou não. Não cheguei a conversar sobre isso com ele, não era tema de conversa. No entanto, soube depois que ele se preocupou com a segurança física e moral desse grupo, que já vinha sendo trucidado e perseguido pelas ações que faziam contra a ditadura instituída pelos militares, a partir de 1964. Em casa só sabíamos que havia prisões e que alguns foram bastante maltratados, a maioria bastante torturada e era uma maioria de jovens, bem jovens. Outros presos e interrogados eram intelectuais, parte integrante do vasto grupo de políticos, na sua maioria cassada, artistas e intelectuais, que circulava em casa.

Em janeiro de 1971, meu pai tinha 41 anos recém-completos quando foi preso. Ele faz aniversário dia 26 de dezembro e foi preso no meio da manhã do dia 20 de janeiro – feriado no Rio de Janeiro. Essa é a história do meu pai. Nunca mais soubemos dele, não se sabe até hoje o que aconteceu exatamente, como morreu e onde está enterrado o seu corpo.

Agora, a minha história em relação a ele. No início, ao sair da prisão, eu resolvi que iria esquecer o que aconteceu. Por que eu antes não contei, ou pouco contei, do que aconteceu. Sobre as 24 horas que durou a prisão domiciliar, minha, do meu irmão Marcelo, irmã caçula, Beatriz e, minha mãe Eunice, as minhas 24 horas no DOI-CODI?

Assim como os detalhes de tudo que tinha testemunhado na prisão e morte de meu pai e na prisão, por onze dias, da minha mãe no mesmo quartel da Rua Barão de Mesquita, na Tijuca?

Porque eu tinha 15 anos de idade. Eu tinha a vida inteira pela frente, tinha que conviver com os meus colegas, tinha que conviver em uma sala de aula, tinha que olhar para os professores, eu tinha que ir à praia. Nas turmas e na turma da praia eu tinha que dançar um rock, eu tinha que ouvir música. E não interessava para os meus amigos, para os grupos com quem eu andava, que eu contasse a história do meu pai ou que eu tinha sido presa no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Não interessava de jeito nenhum.

Muito menos interessava para os meus avós, os pais do meu pai, que acreditaram durante muito tempo que meu pai poderia estar vivo. Meu avô morreu três ou quatro anos depois, com a certeza ou incerteza, de que meu pai poderia voltar um dia para ele e para a família. Meu avô, Jayme Almeida Paiva, morava em Santos e pediu que nos mudássemos para lá e fôssemos esperar a volta do meu pai.

A nossa casa do Rio de Janeiro, que era alugada, ficou fechada durante seis primeiros meses. E só foi entregue ao proprietário seis meses depois. Depois disso, nós moramos com meu avô, em Santos, SP, durante três anos. Um ano depois da morte ou desaparecimento do meu pai, minha mãe, inclusive por ideia do meu avô, começou a fazer um curso de Direito em uma Faculdade em Santos e, formada, já morando em São Paulo, se tornou uma brilhante advogada.

A história, ainda em resumo, é esta: meu pai foi preso no dia 20 de janeiro, mais ou menos ao meio dia, uma hora da tarde. Fui me despedir dele por volta das onze horas da manhã quando fui para praia em frente, no Leblon. Papai estava sentando no jardim com Raul Ryff, que era muito amigo dele e morava perto de casa. Ryff era jornalista e foi assessor de imprensa do João Goulart.

Dei um beijo nos dois e fui à praia encontrar minha turma. Voltei duas horas depois e a casa estava fechada, o que era estranho em pleno verão. Entrei, vi uns homens, meio na penumbra e fui para a área da cozinha deixar toalha, esteira. Minha mãe me pegou na entrada e disse, com um olhar muito assustado: "O seu pai foi preso. Você vai tentar sair e avisar, telefonar para o seu tio advogado (que é o marido da irmã caçula do meu pai) em São Paulo. Você tem dinheiro?". Eu ouvi, não falei nada e continuei pela cozinha. Subi por trás, pela escada dos fundos e não voltei para a sala. Isto porque Eunice, minha mãe, parecia estar me esperando atrás da porta da sala de jantar que dava para a cozinha. E a maneira com que ela me falou, especialíssima, demonstrou certo planejamento de palavras e ação. Muito do seu estilo. Portanto, eu entendi aquilo que deveria entender; ou seja, que precisava agir rápido, sem que soubessem ou conseguissem ver o que fazia.

Nessa época, eu era atleta juvenil do Clube Botafogo, de voleibol. Então, subi e me vesti de atleta do Botafogo. Desci rapidamente as escadas da sala, e fui saindo pela porta da frente, por onde tinha entrado. E falei rapidamente, sem que tivessem tempo para pensar: "estou indo jogar, estão me esperando, tenho que ir". E fui saindo de casa e fechando a porta atrás de mim.

Lembro agora do alívio que eu senti quando fui passando pela porta e depois pelo portão da casa. Agora me vem esta lembrança, que havia como que esquecido, da sensação de um dever a ser cumprido, por pedido da minha mãe, quando abri a porta da minha casa, quando eu senti o ar de fora, eu comecei a respirar de novo. Alguma coisa precisava ser feita, com muita urgência, e que saberia o que fazer. Foi este o recado que ela me passou. Conheço a inteligência da Eunice e antes jamais tinha visto minha mãe agir daquela maneira. Tão séria, tão resoluta, tão assustada.

Eu estava muito focada na minha pressa. E, com a saída para a rua, com o ar que novamente entrou no pulmão, quando até então minha respiração estava quase que suspensa, não tive muito tempo para pensar, mas senti que o ar dentro da minha casa tivesse faltando. Hoje em dia o olhar da minha mãe parece que já dizia de uma vida que tínhamos para salvar, ou de um desastre iminente. Isto porque agi quase sem pensar, e fiz o que tinha que fazer, sem pensar nas consequências.

Dois quarteirões atrás de casa, entre as ruas Ataulfo de Paiva e a Afrânio de Melo Franco, no Leblon, existia o que a gente chamava de "condomínio de jornalistas", onde viviam muitos deles, inclusive o Raul Ryff. As várias turmas de praia e parte dos meus amigos moravam lá. Um deles era o Ronaldo Pacheco, que era um dos meus melhores amigos.

> "Minha mãe me pegou na entrada e disse, com um olhar muito assustado: "O seu pai foi preso. Você vai tentar sair e avisar, telefonar, para o seu tio advogado em São Paulo. Você tem dinheiro?""

Fui direto para a casa dele e disse: "eu não posso contar exatamente o que está acontecendo (também ainda movida pela urgência do olhar e simples fala da minha mãe), mas eu preciso usar o teu telefone para fazer um interurbano para São Paulo, posso?".

Hoje em dia penso que foi um encadeamento de fatos, Ronaldo não tinha ideia nenhuma do que se passava na minha casa, o que lá acontecia, era meu amigo de bairro. Não sei como imediatamente ele franqueou o telefone. Liguei para São Paulo, avisei o meu tio, o advogado Cássio Mesquita Barros, acho que ele não estava, mas o recado foi dado.

Sai de novo, fui para a rua, já ansiosa, dar o tempo necessário para um treino de vôlei, fiquei circulando perto de casa. Muito preocupada com minha mãe. Repito, nunca a tinha visto agir daquela maneira. O meu amigo Ronaldo quis vir comigo, eu tentei despistar e pedi muito para que ele não viesse atrás de mim, ou na minha casa, porque estava tudo muito esquisito. Não falei mais nada do que estava acontecendo.

O resto veio se formando da maneira lógica de um quebra cabeças, foi o momento em que comecei a juntar intuitivamente as peças daquilo que a vida inteira presenciei com o trânsito e as conversas políticas em casa. Então eu entendia que estava acontecendo alguma coisa. Sabia a leitura disso, mas não conseguia decifrar, ou já tinha decifrado e estava esperando a sequência. Como eu digo, existiu a fase aparente de "esquecimento", que a gente leva anos para que ela retorne. Mas tudo fica guardado.

Bom, dei um tempo e voltei para casa. Quando cheguei, um dos homens que estava em casa, a paisana, o mais forte, estava com um cabo de fio elétrico na mão, querendo me bater, perguntando: "onde você foi?". Eu, vestida de jogadora de vôlei, de novo fui entrando, sentei no sofá da sala, ele sentou ao meu lado e respondi assim: "Eu saí". Ele disse: "Você não saiu". Eu respondi: "Fui jogar vôlei". "Não, você não foi jogar vôlei, você foi avisar o teu tio, a tua família, que seu pai foi preso", ele falou furioso, mas já mais calmo.

O que aconteceu depois que telefonei e enquanto esperava voltar para casa? O meu tio, advogado, querendo saber realmente o que tinha acontecido, ligou para a minha casa quando o telefone estava censurado. Agora, um dia a Comissão de Verdade, advogados, procuradores, historiadores e jornalistas terão de saber se realmente existia escuta telefônica naquela época. Não sei que tipo de escuta telefônica era, mas na minha casa foi escuta de extensão para extensão telefônica. Tínhamos um telefone no escritório do meu pai, outro na cozinha, outro em cima no hall e um no quarto dos meus pais. Até hoje eu fico curiosa em relação a isso.

Ou seja, o meu tio ligou e como um bom advogado começou a questionar a minha mãe so-

bre o que estava acontecendo. Então, quando eu cheguei em casa, o militar que ouviu a conversa pela extensão estava transtornado.

De certa forma é interessante pensar no que se passou, eu sou muito parecida com meu pai, então dei muito uma de "Rubens Paiva". Eu falei para ele, entrando em casa com ele me ameaçando: "Senta aqui comigo, vamos conversar, qual o problema do senhor?" O cara era enorme, muito forte, olhando para mim, acho que não entendeu nada. Aquela menina, completamente loira, cabelo de frequentadora de praia, quase dourado, vestida com roupa de jogadora de vôlei, perguntando para ele o que estava acontecendo. Ele foi se acalmando.

Eu não perguntei para ele o que poderia ter perguntado: "O que é esse cabo na tua mão?". Eu fiquei olhando para ele e não para o cabo elétrico. E assim ele foi escondendo o cabo. A reação dele foi muito engraçada. Bom, esta já é uma interpretação de uma menina de 15 anos, quarenta anos depois. Mas me parece que todo mundo, todos nós que fomos presos crianças, está tendo este tipo de reação. Falamos, rimos e choramos como crianças e adolescentes.

E também era como meu pai reagia. Inclusive acho que foi por isso que ele foi morto, parece engraçado aos 15 anos, mas é sério para adultos. Acredito que ele tenha reagido desta maneira na prisão, por isso o massacraram, eu penso que ele diria: "Eu fui deputado eleito legitimamente, vocês não têm nada comigo. Ou vocês me respeitam ou não sei, vão para aquele lugar". Creio que foi isso que ele fez dentro da cadeia e foi por isso que ele morreu inclusive.

Hoje em dia não se tem dúvida: papai entrou na prisão exigindo que fosse tratado como deputado. Ao mesmo tempo começou a tentar defender as duas senhoras que foram presas junto com ele e responder usando de certa autoridade. Tem algum relato que conta que os militares começaram a maltratar estas senhoras que foram presas juntas com ele. Inclusive a nossa professora do Colégio Sion, Cecília Viveiros de Castro, que papai conhecia.

Professora Cecília começou a ser maltratada na frente do meu pai, que enlouqueceu. Imagino ele dizer: "Vocês não têm direito, vocês não sabem o que estão fazendo, vocês parem com isso. Eu sou deputado, respeitem". Tanto que nos únicos depoimentos que têm da possível tortura e também de resgate do que aconteceu, é dito que os militares depois de destruí-lo perguntam o que foi feito do "deputado".

O depoimento do médico coronel Lobo, que o atendeu no DOI-CODI, diz que ele cheio de hematomas pelo corpo todo, deitado sem conseguir se mover, só dizia o próprio nome: "Rubens Paiva". Desde o dia que li este depoimento penso que, primeiro ele tenta se identificar, porque parece que certa hora ele percebeu que perdeu a identidade ali dentro. É o caso do torturado, do sujeito torturado que perde a identidade dentro da prisão. Esse é o grande problema da tortura, física e psicológica que eu saiba. Em segundo lugar, a tortura moral, dizendo: "o senhor deputadozinho, o senhor ainda está querendo alguma coisa?". Parece que a tortura foi em cima disso, ou seja, ele reagiu, foi torturado, massacrado. Mas digo isso hoje em dia, também parte de pensamentos que tive esses anos todos.

"Fomos colocadas em um fusca no banco de trás... nós fomos encapuzadas. Era um capuz fedorento, já devia ter sido usado para tudo. E lá fomos nós para o DOI-CODI"

Voltando um pouco, depois dessa minha conversa com o policial, nas primeiras 24 horas de prisão domiciliar, a coisa toda acalmou. Eu não lembro muito mais o que aconteceu depois disso, depois dessa conversa com esse homem. Isso devia ser umas cinco horas da tarde. Nós fomos dormir. Não me lembro se vimos televisão, o que comemos, não lembro mais nada. Só lembro-me da minha mãe, no dia seguinte, me acordando e falando: "Acorda, se veste que a gente vai ter que dar depoimento". Eu escolhi uma roupa que me cobria todo o corpo, porque eu fiquei com medo, comecei a ficar com medo de ser exposta a alguma coisa que não pudesse controlar. Era uma túnica preta que vinha até perto do joelho com uma calça. Muitos meses depois disso eu joguei essa roupa no mar, num lugar muito longe, porque por mais que eu lavasse, ficou com o cheiro da prisão.

Fomos colocadas em um fusca no banco de trás, havia duas pessoas na frente. Pararam o fusca e nós fomos encapuzadas. Era um capuz fedorento, já devia ter sido usado para tudo. E lá fomos nós para o DOI-CODI. Chegando ao quartel da Rua Barão de Mesquita, minha mãe e eu fomos separadas. Fui inteiramente revistada, a minha mãe deve ter sido também, e fui colocada em uma espécie de corredor polonês, sentada em uma cadeira de madeira.

Por que chamo de "corredor polonês"? Porque cada um que passava me dava um coque na cabeça ou me chamavam de comunista. Vinham perto do meu ouvido e me chamavam de comunista. E eu pensei: "está acontecendo alguma coisa". Não sabia exatamente decifrar aquele ambiente. Como adolescente você não consegue entrar na leitura daqueles acontecimentos que não fazem parte do teu cotidiano, ou que conhece alguma história ou descrição. Eu tinha 15 anos e meio. Nasci em 1º de junho de 1955 e a prisão foi em 21 de janeiro de 1971.

No meio da tarde eu fui interrogada por um sujeito bastante grosseiro, moreno, grandão. Conforme ele foi falando comigo, foi me agredindo e eu fui respondendo. Ele foi perguntando dos amigos do meu pai, e eu respondia sobre aqueles que eu conhecia. Grande parte gente conhecida e, pensei, "público e notório que frequentam a minha casa".

Gostaria de afirmar que este meu primeiro interrogatório foi extremamente violento. Eles colocaram na minha frente uma espécie de planilha, um gráfico enorme, parecia uma página dessas, do tamanho de uma cartolina, como um gráfico, com nome de pessoas, quadriculada.

A sensação que deu é que eles estavam organizando o que estava acontecendo e eles começaram a perguntar e olhar para aquele papel e perguntar de novo, olhar para mim para que eu confirmasse. Ele olhava para aquilo e me perguntava: "Tal pessoa é amigo do seu pai?". Eu respondia: "É" ou "Não conheço".

Quando o militar percebeu que não iria conseguir muita coisa, começou uma preleção no sentido de dizer alguma coisa como: "Então o seu pai era um grande comunista". Não sei de onde eu tirei essa frase quando respondi, na hora, lembro bem disto porque o interrogador ficou sem resposta: "Eu não sei se ele é um grande comunista, porque eu não sei se ele conhecia alguma coisa sobre Marx". Apesar de uma boa biblioteca, papai não era um bom leitor de literatura política. Foi um militante socialista, no entanto acho que nem Marx tinha lido na vida.

O interrogatório continuou nesta batida de expressão e conversa, digamos, quase adolescentes, até que certa hora o interrogador falou com um ar de que "chegamos onde eu queria". Ele me disse assim: "Mas se o teu pai não é comunista, você é comunista". Eu tomei um susto e disse: "O quê????" O interrogador: "Você é comunista e aqui está a prova". Então ele tira de trás dele um trabalho escolar que eu escrevi no Colégio Sion para professora de História, Dona Ilma, sobre a invasão da Tchecoslováquia. Sobre a "Primavera de Praga". Que relata a reação contra os russos em um momento em que, principalmente a cidade de Praga se rebela. Foi um trabalho que eu adorei fazer. Eu achei aquilo fantástico, como um povo tinha conseguido reagir e de uma maneira tranquila a um regime soviético, stalinista, que foi terrível.

Nesse momento que ele colocou esse trabalho na minha frente, eu dei um tal pulo, que deixou o interrogador com um sorriso tal que parecia que ele tinha comido um doce.

Eu falei assim: "Bom, esse trabalho é meu". E em segundos se passaram mil coisas na minha cabeça: será que eles irão atrás da minha professora, Dona Ilma? O que mais eles pegaram lá em casa? Será que mais alguém poderá ser comprometido? Este trabalho foi inteiro feito no Departamento de Pesquisa do *Jornal do Brasil*, do qual o Raul Ryff era o chefe e me franqueou horas e horas de trabalho.

Depois, no final da tarde, quando me levaram para a cela, tentei lembrar onde é que eles tinham pegado, em casa, o trabalho sobre a "Primavera de Praga". Eu e minha irmã mais velha dormíamos no mesmo quarto, e cada uma de nós tinha um gaveteiro com trabalhos de escola e coisas como diários, fotografias. Eles devem ter revirado a casa toda. Principalmente quando fiquei dando voltas para voltar para casa, depois de ter ligado para meu tio em São Paulo.

Bom, voltando a esse primeiro interrogatório, por sorte ou por azar, entra nessa sala outro militar (não se sabia as patentes, não se sabia nomes, mas eles andavam com placas de metal no peito, à paisana); ele vira-se para o monstro na minha frente e fala: "Ei, cirurgião, nós temos um trabalho para você". Aí se encerra o interrogatório. Imediatamente o interrogador se levanta, me colocam o capuz e sou levada de volta para o corredor. Não estou sentada muito longe desta sala pequena, com a mesa, debaixo de uma escada, onde se deram as conversas. No entanto, neste momento, começam acontecer torturas horrorosas em sala ao lado, mais adiante.

Não entendi muito bem o que estava acontecendo, mas para uma criança de 15 anos de idade ouvir "pelo amor de Deus, parem com isso", repetido em sequência, foi a coisa mais alucinante que eu já ouvi em toda minha vida. Aquilo já não era mais um filme na minha cabeça, os gritos eram reais. A primeira vez que contei isso, eu não parava de chorar, porque quando ouvi a tortura estava vedada, com um capuz fedorento, me cobrindo a cabeça toda, em um corredor estreito, no dia 20 de janeiro, verão no Rio de Janeiro, dentro do DOI-CODI, sem nada que me fizesse entender a realidade, foi a coisa mais enlouquecedora do mundo.

> "Eu fiquei meio estática, pensando, tentando respirar: 'Agora eu sei onde eu estou. Será que isso não vai parar nunca?' Não parava, e a coisa piorava. Ou seja, o tal do cirurgião tinha ido fazer uma sua cruel tortura cotidiana"

Eu fiquei meio estática, pensando, tentando respirar: "Agora eu sei onde eu estou. Será que isso não vai parar nunca?" Não parava, e a coisa piorava. Ou seja, o tal do cirurgião tinha ido fazer uma sua cruel tortura cotidiana.

Também tinham dois rapazes, sentados no chão na minha frente. Toda vez que alguém passava os chutavam, e naquele lugar, porque eles davam berros tremendos.

Duas horas depois, fui novamente levada para interrogatório. Nesse segundo interrogatório, entra um pouco a cronologia dos fatos da morte de Rubens Paiva guardados comigo. Ou seja, porque eu sabia que papai estava morto, eu tinha quase certeza desde o momento que saí da prisão. Objetivamente começa a se configurar nesse segundo interrogatório. Esperava-me sentado atrás da mesa um segundo militar, um pouco mais velho, um pouco mais calmo, um pouco menos, digamos, animalesco. Vejam que só consigo descrever como criança, como garota. Qualquer outra pessoa mais velha descreveria de outra maneira. Ou seja, o sujeito era um pouco mais velho e um pouco mais sábio, não era o monstro que era o anterior, gordo e horroroso, peludo.

Com este interrogador, o clima foi um pouco melhor. Ele começou a conversar comigo de uma maneira pouco mais saudável: "Como é que você está?". Quando ele fez essa pergunta, voltou de novo a configuração Rubens Paiva e eu disparei em exigências: "Não gosto deste capuz, ele está me incomodando. Não consigo respirar. Tenho 15 anos de idade, se o senhor não me liberar em 24 horas, o senhor pode ser denunciado". Ele foi ouvindo e ficando cada vez mais com um ar mais grave, e eu continuei: "Estão me apalpando nesse corredor, estou ouvindo coisas horrorosas, eu estou achando tudo isto um absurdo. Têm uns meninos que estão sendo maltratados ali dentro, perto de mim. Além disso, estou ouvindo berros de gente que está sendo violentamente maltratada. Não estou entendendo o que está acontecendo... pegaram um trabalho meu de escola". Disparei a falar e o militar cada vez mais quieto.

Nessa hora, nada foi perguntado, quem disparou a falar fui eu. Depois que eu me acalmei ele me disse para que eu repetisse o que estava acontecendo. Voltei a dizer e pedir, principalmente, que me tirassem o capuz. E respondeu: "tudo bem, a gente vai ver". Acabou aí o interrogatório. Este militar imediatamente mandou tirar o capuz e me colocaram um venda, deu certo. Puseram uma venda e quando saí da sala consegui ver por baixo, quando a mamãe entrou.

Eu e a mamãe entramos juntas na cadeia, mas não a vi mais. Estávamos as duas vendadas. Quando eu saí deste interrogatório, ela entrou e ela sentiu que era eu e perguntou: "Filhinha, você está bem?" Com a maneira habitual, bastante doce da Eunice. Eu respondi: "Tudo bem mamãe, está tudo bem, não se preocupe, está tudo em ordem". Ai que eu falei "Mamãe, tudo bem?", "Sim, filhinha, como vai você?". Até hoje eu não consigo reproduzir a doçura que foi aquilo lá, "Minha filhinha, como vai, você está bem?"

Aí fui colocada novamente nesta espécie de corredor polonês, com a venda, mas minutos depois a tortura recomeçou pior do que antes. Foi aí que comecei a ter uma crise de choro compulsiva. Já estava quase entardecendo, devia ser cinco, seis horas da tarde.

Acho que ficou evidente que eu não poderia continuar ali. Alguém veio até mim, pediu para que eu me levantasse e me levaram para uma cela onde pude tirar a venda. E, de novo, tive a sensação de que alguma coisa já deveria ter acontecido com papai, porque a coisa ficou, digamos, não light, mas os ataques pararam. Os gritos pararam, a pressão acabou até o meio dia da manhã seguinte.

Eu (e minha mãe foi colocada a duas celas depois da minha, o que vim a saber no dia seguinte) fui colocada em uma cela semiaberta, com chuveiro e latrina. Mas o terrível é que durante a noite foram colocados pessoas na frente da cela, gente amordaçada, gente encapuzada, amarrada, imobilizada. Não dava para ver quem eram. Estavam todos estranhamente quietos e eu só ouvia a respiração. Era uma respiração muito difícil por causa do capuz. Tinha um colchonete pequeno e imundo no chão. Acho que dormi e acordei várias vezes.

O dia amanheceu com a música do Roberto Carlos "Jesus Cristo, Jesus Cristo, Jesus Cristo eu estou aqui...". Achei aquilo grotesco. Já não tinha mais ninguém deitado em frente das celas. Alguns guardinhas estavam por ali, com o quais conversei bastante, apesar do receio deles.

Ah sim, eu sempre esqueço que houve um terceiro interrogatório, porque estava morrendo de sono. Durante a madrugada eu fui interrogada uma terceira vez. De novo foi um interrogatório acho que mais para saber se eu estava bem, foi uma conversa tranquila. Por isto que digo agora que fica claro que papai estava ou já morto ou quase morto. Eles estavam recuando de maneira muito rápida, quer dizer, todo ataque que a gente tinha sofrido antes ou que teria sofrido, estava amainando muito rapidamente.

Pela manhã perguntei aos guardas se eles sabiam onde estava o meu pai. Perguntei individualmente para os dois que estavam de guarda e vinham me ver. Os dois ficaram assustados. Conversaram entre eles e a resposta veio: "Acho que seu pai foi levado lá para cima". Depois o outro falou: "Acho que ele estava muito mal, mas eu não posso dizer mais nada". Então perguntei para um deles sobre Eunice: "Quero saber onde está minha mãe. Você a viu?"

Ele foi confabular com o outro e veio com a resposta. Contou que minha mãe estava duas celas depois de mim. Pedi para que ele dissesse para ela que eu estava bem. Ele foi até a cela dela, voltou mais assustado me dizendo que ela estava estendida no colchão, sem se mexer.

Depois soube que mamãe ficou dois dias sem se mexer, imóvel, porque não sabia o que tinha acontecido comigo. Só a avisaram dois dias depois de me soltarem. Isto porque ela, Eunice, me contou, na única vez que conversamos sobre a prisão. Ela estava furiosa quando me contou que só disseram para ela que fui solta dois dias depois de eu sair. Eu ainda disse para ela; "Mas eu pedi para os guardinhas avisarem você". E ela, já em casa, onze dias depois: "Pois é Eliana, não me disseram nada." Esta foi a única conversa sobre a prisão que tive com minha mãe durante todos estes anos. Fora a bronca que tomei por ter trazido a bolsa dela. Cena que relato a seguir.

"Fui colocada novamente nesta espécie de corredor polonês, com a venda, mas minutos depois a tortura recomeçou pior do que antes. Foi aí que comecei a ter uma crise de choro compulsiva. Já estava quase entardecendo, devia ser cinco, seis horas da tarde"

Eu fui solta em 24 horas e mamãe ficou onze dias presa. Quando eu saí da prisão, me tiraram da cela, com a minha vendinha, e me levaram para uma sala, espécie de sala de saída e me deram a bolsa da mamãe com tudo dentro. Nesta sala estavam dois militares. Outros dois, a paisana e desconhecidos que me ordenaram: "Agora você sai". Eu respondi: "Não saio, só saio daqui com minha mãe, como cheguei". Morrendo de vontade de sair dali correndo. Ainda falei: "Porque isso aqui é a bolsa da minha mãe, se ela souber que eu estou saindo com a bolsa dela com tudo dela, inclusive cigarro, ela não vai gostar". "Não vou sair, não saio". Eles: "Vai sair". Eu, "Não vou sair".

Ainda tentei negociar deixar cigarros e outras coisas, mas não deixaram. Colocaram a venda de novo, levaram-me até a saída, eu me lembro de ter assinado qualquer coisa, me colocaram em um fusca e me soltaram na Praça Saens Peña, na Tijuca. Fui para um bar ali ao lado e com a carteira de endereços da minha mãe e dinheiro, liguei para o Bocayuva Cunha ir me buscar. Foi uma conversa rápida por telefone. Pedi um sundae e esperei Bocayuva chegar. Não consegui comer, minha cabeça pensava em tudo, principalmente na minha mãe.

Bocayuva chegou com um médico da família. Conversamos sobre o que tinha acontecido. Quando entramos no túnel Rebouças, que liga a Zona Norte entrei em prantos, enlouquecida de dor e preocupação. Quando cheguei em casa meus avós maternos já estavam lá. Não me lembro dos meus irmãos. Durante onze dias quando a minha mãe esteve presa, eu botava maiô, saía de casa, dizia para o meu avô que estava indo à praia (porque meu avô, pai da minha mãe, é um italiano Facciolla, completamente histérico e não podia saber o que estávamos fazendo), pela praia eu caminhava até o final do Leblon, onde era o apartamento do Bocayuva Cunha.

Lá, alguns amigos dos meus pais se reuniam todos os dias pela manhã e iniciaram uma campanha nacional e internacional de pressão para a soltura de Rubens e Eunice. Foi Raul Ryff que me ajudou, inclusive, a redigir uma carta contando da minha prisão e pedindo a soltura dos meus pais. A ideia deles, desse grupo de amigos de papai, era tentar divulgar o sequestro de Rubens e Eunice, o mais rápido possível. Uma vez estive com meus avós ao 1º Exército no Rio, para levar roupas, objetos de higiene para os dois. Os militares não aceitaram tudo, mas pegaram uma ou outra coisa.

Recentemente, foi encontrada na casa do General Molinas uma lista em uma página datilografada de objetos pessoais e livros que teriam sido levados com papai para prisão. É aí que se confirma a impressão que tinha de que revistaram a casa inteira. Tinha livros, de dez a quinze livros e, certamente, foi neste momento que o meu trabalho escolar foi junto.

Quanto aos problemas relatados pelas crianças presas, eu também tive um estresse muito grande. Devia ter entre 24 a 25 anos de idade. Logo após o acidente do meu irmão Marcelo, que o deixou tetraplégico. Acho que foi o único momento em que não aguentei e alguma coisa disparou dentro de mim. Foi quando fiquei delirando por uns dois dias, consciente, tanto que

Senhor Deputado

Sou filha de Rubens Paiva e Maria Eunice Paiva, tenho 15 anos. Meu pai, como o senhor foi deputado federal em Brasília mas foi cassado em 64, época da Revolução. Eu era menor e não fiz a crítica do que acontecia. Depois disso retornei eu e minha família à vida normal.

Soube da Comissão dos Direitos Humanos e, como agora com 15 anos já posso me revoltar diante de injustiça acho que lhe posso pedir ajuda no seguinte:

Na quarta-feira, dia 20, meu pai foi levado de casa prêso, sem o menor respêito pela integridade de minha casa e de minha família; eu estava em férias como qualquer outra garôta.

Minha mãe, meus irmãos e eu estivemos numa espécie de prisão domiciliar durante 24 horas depois da prisão de meu pai. Vi a angustia de mamãe e agora minha, sem compreender o que acontecia assim como os meus irmãos menores. Durante estas horas amigos foram me visitar e consequentemente foram prêsos sem a menor explicação.

Fui depois levada junto de minha mãe à prisão, já passei a noite numa cela. Com tudo isso não sou mais a mesma garôta, como também sou vista de uma maneira diferente pelos amigos.

Fui sôlta no dia seguinte, não vi mais mamãe nem soube de meu pai. A razão e o porquê de tudo isso eu ignoro totalmente. A confiança na liberdade e na pessoa humana que eu sempre tive eu estou perdendo.

Não sei onde estão meus pais, e os quero de volta para mim e para meus irmãos.

Minha avó não pôde localizar meus pais para entregar a roupa que necessitam.

Peço ao senhor que faça tudo que lhe for possível para encontrá-los.

Eliana Paiva

Rio, 27 de Janeiro de 1971

Av. Delfim Moreira
Nº 80 Leblon
Rio de Janeiro
GB

Carta escrita por Eliana Paiva a partir da proposta do jornalista Raul Ryff para divulgação nos meios políticos e na imprensa nacional e internacional. Raul era assessor de imprensa do Jango.

recusei os remédios que me davam. Mas passou como veio. Porém, por mais estranho que pareça o que veio nesses delírios foi a memória de judeus e holocaustos que eu não deveria ter, porque eu não sou judia.

A explicação disso me parece meio óbvia: eu leio muito, histórias existem de todos os tipos, entre textos e imagens, sobre os campos de concentração nazistas. Foi esta a única referência objetiva que tinha quando tentei entender o que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei no DOI-CODI. Eu pelo menos entendi que estava em um campo de concentração ali dentro. Sequestrada, maltratada e politicamente excluída.

Para concluir, acho importante saber onde foram parar os restos mortais de meu pai. Porque todos têm o direito de saber o que aconteceu. Já que a morte foi apurada. É preciso que as Comissões da Verdade insistam em saber onde estão os restos mortais. Quem foi que o matou não interessa tanto como saber onde estão seus restos mortais. Que assassinaram, que torturaram já se sabe. Os torturadores precisam ser identificados, sim. Mas é necessário que a história seja contada, porém vários fatos ainda faltam ser apurados.

MARIA ELIANA FACCIOLLA PAIVA nasceu em 1º de junho de 1955. Segunda de cinco filhos de Rubens Beyrodt Paiva e Maria L. Eunice Facciolla Paiva. Professora universitária, Jornalista, Editora de Arte. Possui Licenciatura em Educação Artística, com Habilitação em Artes Plásticas pela ECA - USP. Mestrado em Ciências, Curso Ciências da Comunicação pela ECA - USP. D.E.A. (Diplôme d'Études Approfondies) em Estéticas, Tecnologias e Criação Artísticas no Departamento Artes e Tecnologias da Imagem (A.T.I.) e Departamento de Artes Plásticas pela Université Paris VIII. Doutorado em Ciências da Comunicação, área Jornalismo pela ECA - USP. Concluiu Pós-doutorado pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é pesquisadora/colaboradora da Linha de Pesquisa Design, Comunicação, Cultura e Artes Departamento de Design e Artes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), como integrante do "Grupo Barthes: estudo dos aspectos subjetivos envolvidos nos processos de configuração e de recepção de objetos de uso e de imagens".

Álbum de família

1. Marcelo, Ana Lucia, Vera, Beatriz e Eliana na casa da família na alameda Tietê, São Paulo
2. Eliana Paiva, na Argentina, na volta do pai do exílio
3. Eunice, Beatriz, Ana Lucia no colégio Sion, Rio de Janeiro
4. Rubens e Beatriz na casa da rua Delfim Moreira, Leblon, Rio de Janeiro
5. Rubens e Marcelo na mesma casa
6. Eliana, Marcelo, Beatriz, Vera, Eunice e Ana Lucia logo após a prisão na casa da rua Delfim Moreira, Leblon, Rio de Janeiro
7. Ficha de Rubens em prontuários dos órgãos de repressão

1

2

3

4

5

6

7

PAIVA - RUBENS BEYRODT - (Deputado)
Filho de Jaime de Almeida Paiva e de Aracy Beyrodt Paiva, nat. de Santos/Sp. onde nasceu aos 26-12-1929.-

16.11.61 - Comerciante - membro do Diretorio Regional do [illegible]. Sede: Praça Carlos Gomes, nº 109.

29/8/62 - Inf. Diario Oficial: Candidato a deputado federal nas eleições de 7/10/62, pela coligação [illegible].

26.10.62 - Inf. o "Diario Oficial": Eleito com 15.[illegible] vts

17.6.63 - Esteve presente na Conferencia sob o tema "As Reformas de Base para o Povo Brasileiro" realizada no dia 12.6.63, às 20,30 hs, na Faculdade de Direito de São Paulo. Discursou durante a solenidade.

10-04-64 - VIRE A FICHA

Rubens Beyrodt Paiva nasceu em Santos em 26 de dezembro de 1929. Filho de Jaime Almeida Paiva, advogado, fazendeiro do Vale do Ribeira e despachante do Porto de Santos, e de Araci Beyrodt.

Era engenheiro formado pela Universidade Mackenzie, em São Paulo, em 1954. Militou no movimento estudantil. Foi presidente do centro acadêmico da universidade e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo.

Em outubro de 1962 foi eleito deputado federal por São Paulo, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Teve seu mandato cassado no dia 10 de abril de 1964, um dia antes da edição do AI-1.

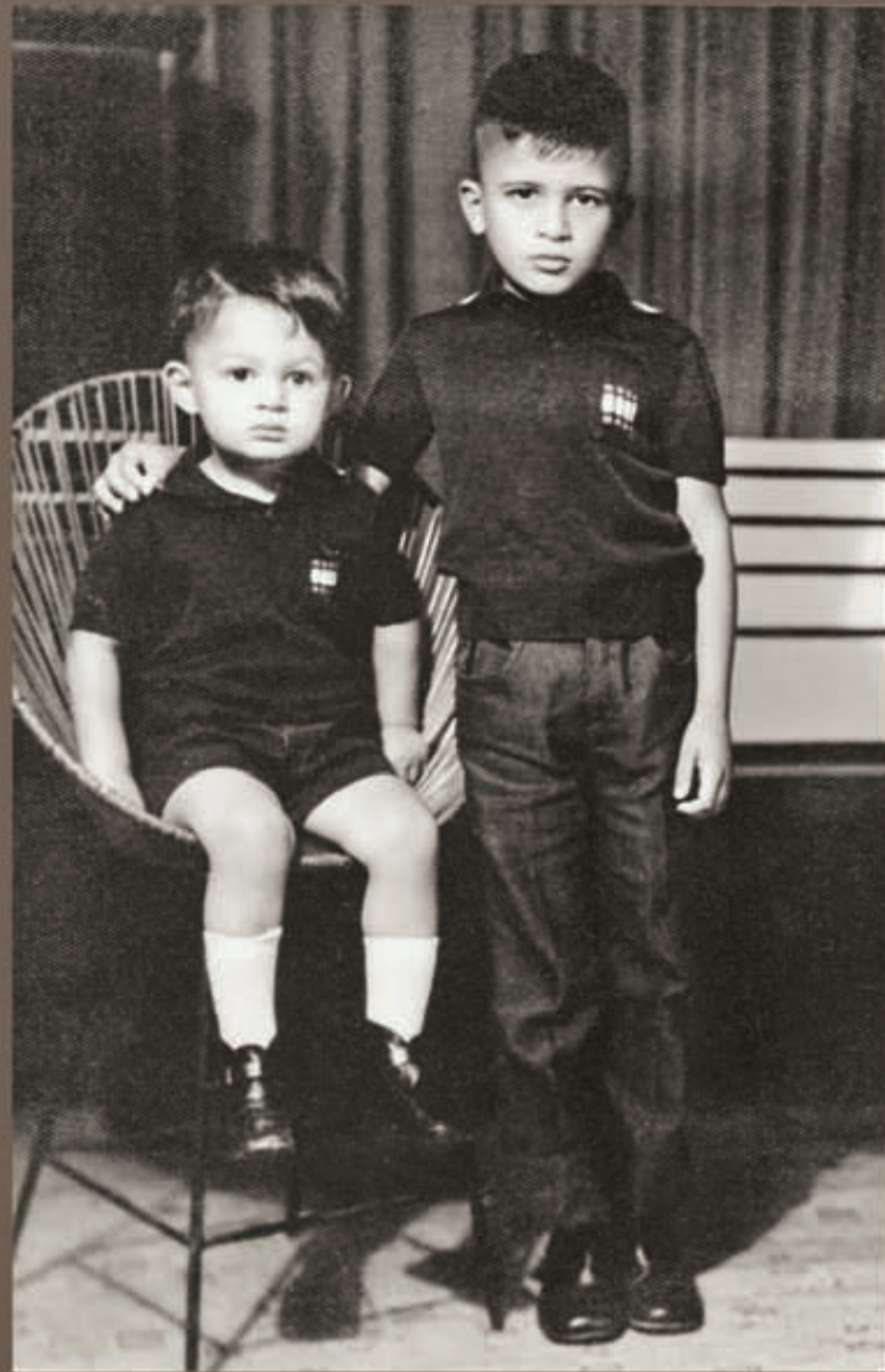
Exilou-se na Iugoslávia e depois na França e, durante a escala de uma viagem que fazia para Buenos Aires, conseguiu pegar um voo para São Paulo, seguindo para a casa de sua família, decidido a não mais sair do Brasil. Mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, voltou a exercer a engenharia e a cuidar de seus negócios, mas mantendo contato com os exilados.

Em 20 de janeiro de 1971 estava na sua casa quando foi sequestrado por agentes da repressão. Foi apresentada na época uma versão oficial e falsa sobre seu desaparecimento que afirmava que seu carro havia sido atacado por indivíduos desconhecidos e que, a partir dali, nunca mais havia sido visto. Esta versão só foi publicamente desmascarada no ano de 2014, com documentos e depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade, com confirmações de agentes que assumiram participação e esclareceram as circunstâncias da tortura, morte e ocultação do cadáver de Rubens.

Em sua homenagem, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, instalada em 2012, assumiu seu nome, como forma de resgate de sua memória.

Mª Lucrécia Eunice Facciolla Paiva nasceu no Brás, em São Paulo, em 7 de novembro de 1929. Filha de imigrantes italianos, estudou no Colégio Notre Dame de Sion.

Conheceu Rubens aos 17 anos, através de Maria, irmã caçula de Rubens. Eunice e Rubens casaram-se com a mesma idade, aos 23 anos, em São Paulo, em 30 de maio de 1952. Formada em Línguas Neolatinas, pela Faculdade de Letras da Universidade Mackenzie, no início da década de 1950; pela mesma universidade, completou seu bacharelado em Direito, em 1977, quando foi paraninfa de sua turma. Teve cinco filhos: Vera Silvia (setembro de 1953), Maria Eliana (junho de 1955), Ana Lucia (fevereiro de 1957), Marcelo Rubens (maio de 1959) e Maria Beatriz (agosto de 1960).

Foi detida no dia 20 de janeiro de 1971, com sua filha Eliana, mesmo dia do desaparecimento de Rubens Paiva. Sua filha foi libertada no dia seguinte, mas Maria Lucrécia permaneceu presa por doze dias, incomunicável.

"Sou Ernesto Guevara, sou filho de guerrilheiro"

por Ernesto José Carvalho

Queria parabenizar o deputado Adriano Diogo e todas as pessoas envolvidas nessa luta. Acho que a nossa geração tem a obrigação política e moral de passar a história a limpo, como a geração de 1968 teve a obrigação de resistir à violência do Estado.

Eu sou filho de um operário que se chama Devanir José de Carvalho, morto em abril de 1971. A versão oficial é que ele resistiu à prisão no dia 5 de abril e acabou sendo morto em conflito. Meu pai era mineiro, de onde saiu no meio da década de 1950. Foi morar no ABC com meus tios e meus avós, começou a trabalhar como metalúrgico, era ferramenteiro e se envolveu nas lutas sindicais do ABC, na formação do sindicato e depois ingressou no Partidão. Dali foi para a Ala Vermelha e depois o Movimento Revolucionário Tiradentes, que é o MRT, organização que ele liderava.

Quando cheguei aqui e vi esse seminário "Infância Roubada", fiquei refletindo um pouco sobre isso. E quando a assessoria pediu meu nome para preencher a plaquinha, passei o meu nome de registro. Na hora de passar o meu nome, sempre tenho esse problema, penso numa parte roubada da minha infância. Uma das coisas que foram roubadas da minha infância foi o meu nome.

O meu nome de registro é Ernesto José Carvalho, mas era para ser Ernesto Guevara José de Carvalho, que era uma homenagem que meu pai estava prestando ao comandante. Eu nasci em janeiro de 1968 e o Che [Guevara] tinha morrido em 1967. Isso foi, inclusive, tema de discussão dentro da organização política, se o meu nome poderia ser esse ou não. Porque eles tinham medo, os cartórios estavam sendo vigiados e o meu pai nessa época já vivia na clandestinidade.

Ernesto e Carlos Alberto, São Paulo, 1971

Quando eu entendi a história, já na Europa, comecei a usar o Guevara. Até meus tios e as pessoas mais próximas me chamavam de Guevara, de Che, de comandante e comecei a usar, mas nunca me preocupei em ir ao cartório e mudar o nome nem nada. Hoje, muita gente me conhece pelo Guevara. Eu apresento um programa de TV e uso o nome no GC de Ernesto Guevara. Eu tive o nome roubado por conta dessa história.

> "Chegando lá, alguns policiais estavam usando os objetos pessoais do meu pai, como uma jaqueta e um relógio"

Quando o meu pai foi morto, em abril de 1971, eu tinha 3 anos e meu irmão, Carlinhos, tinha 7. Nós morávamos na Zona Sul e meu pai foi capturado no Tremembé, Zona Norte de São Paulo. Logo depois disso, fomos morar num aparelho, que foi invadido pela polícia dez dias depois. Então houve um tiroteio e morreram mais duas pessoas. Neste dia, minha mãe foi presa e o Dimas Casemiro assassinado.

Eu e meu irmão assistimos a tudo e em seguida fomos levados para a OBAN. Chegando lá, tem um detalhe dolorido, mas importante de se falar, porque dá um pouco a dimensão não só da violência física, mas também moral. Alguns policiais estavam usando os objetos pessoais do meu pai, como uma jaqueta e um relógio. Enfim, de lá, fomos entregues aos meus avós e minha mãe ficou trinta dias presa. Quando ela saiu, foi montada uma operação para sairmos do país e fomos para o Chile. E nós montamos uma operação, na qual eu, meu irmão e um companheiro chamado Caio Venancio, também tínhamos a tarefa de entrar na embaixada da Argentina, que era o único lugar onde poderíamos ficar. Vários companheiros brasileiros já estavam lá. Conseguimos entrar numa ação violenta, na qual o Caio acabou sendo ferido. Ficamos lá três uns ou quatro meses.

Chegamos na Argentina no final de 1973, eu já estava com 5 anos. Muitos brasileiros foram para lá, inclusive os meus tios paternos, Daniel [José de Carvalho] e Joel [José de Carvalho], que eram militantes e são desaparecidos. Lá, a gente vivia aparentemente numa certa tranquilidade, apesar de vivermos em um local específico separado pela ONU para os refugiados. Havia um clima de terror porque a operação Condor já estava a todo vapor e o governo brasileiro tinha uma estratégia de atrair os refugiados, por meio de emboscada. Foi isso que

aconteceu com os meus tios, Daniel e Joel, na Argentina. Eles foram atraídos por uma emboscada feita por "cachorros", que eram militantes que tinham passado para o outro lado e tinham a tarefa de ir até onde estavam os refugiados nos países do Cone Sul e convencê-los a voltar.

Meu pai morreu com 27 anos, e meus tios com 20 e poucos também.

A minha memória fica muito clara a partir da nossa chegada no Chile. No Brasil, quando eu tinha 3 anos, por exemplo, não me lembro de nada da figura do meu pai, não me lembro de nenhum momento com ele. Até para reconstituir a imagem dele eu levei muito tempo, porque nem fotos a gente tinha. Temos uma foto dessa época em que ele está distante, é a única e última foto que temos com ele: estamos eu, meu irmão e ele.

Acho que essa parte roubada da nossa vida tem um significado muito grande. Quando nós chegamos ao Chile, à Argentina e a Portugal, eu convivia com pessoas que tinham a mesma afinidade ideológica que os meus pais. Cresci em cima dessa crença, dessa firmeza ideológica, desse orgulho que a gente tem da história do meu pai, dessa geração. Mas quando voltei ao Brasil, em 1979, ainda vivíamos sob a ditadura e eu fui morar com a família dos meus avós maternos e tios, em Diadema. Para mim foi um choque. Eu tinha até um tio do outro lado, que era milico. Cheguei e as pessoas me tratavam como filho de bandido. Inclusive na escola, logo que eu cheguei, comecei a ter problemas, porque a história que eles contavam não era a mesma história que eu conheci e concordava.

Então, quando meu tio mais velho que também foi refugiado [Derly José de Carvalho] voltou ao Brasil, em 1982, aí eu comecei a ter uma referência diferente da que eu estava tendo. Então eu acho que a nomenclatura deste seminário é muito, pelo menos para mim, pertinente.

Eu acho que a Eliana [Paiva] falou um pouco dessa estratégia que a gente tem na adolescência, na infância, de ter uma defesa. Eu continuo tendo isso. Tenho 45 anos, já vivi quase vinte anos a mais do que o meu pai viveu, já sou avô e continuo tendo essa questão de talvez maximizar um pouco, carregar na tinta. Por exemplo, eu até ia fazer um ato simbólico de escrever Guevara no meu nome aqui embaixo, porque é mais um ato afirmativo.

> "Cresci em cima dessa crença, dessa firmeza ideológica, esse orgulho que a gente tem da história do meu pai, dessa geração"

Quando eu era mais novo, já tive problemas ao dar entrevista para a imprensa burguesa e os caras me provocarem com essa questão do nome, questionando se não seria oportunismo meu. Como eu sou músico, já ouvi provocações de várias formas, mas o que eu faço, apesar de também ser fã do comandante Guevara, é mais uma homenagem à escolha que o meu pai fez. Nesses momentos, eu vivo dizendo que tenho orgulho enorme da história do meu pai, dos meus tios, e de todos que resistiram ao golpe de 1964, de toda essa geração. Nem sei se a gente teria essa capacidade, se a minha geração teria essa capacidade, mas sou um defensor, inclusive dos atos mais extremos que essa geração tomou, como a luta armada. Eu acho que essas situações são completamente justificadas, a violência era do Estado, e não dessa geração, que estava resistindo a uma violência, que foi o golpe.

Essa questão que a gente carrega, de promover as ações afirmativas em defesa da memória dessas pessoas, eu continuo tendo problemas com isso. Hoje, a internet é um campo democrático, para o bem e para o mal, então a gente ouve barbaridades. Na minha página do facebook eu faço questão de ter o meu nome, a história do pai. Outro dia recebi uma provocação na minha página do twitter. Até mudei a apresentação. A pergunta é "Quem você é?". Eu coloquei: "Sou Ernesto Guevara, sou filho de guerrilheiro". Esse embate causa incomôdo e acaba roubando uma parte da sua vida, porque ele não é só ideológico. Talvez ele seja muito mais emocional do que ideológico.

Eu sou músico e já tive dificuldades de trabalhar por conta do meu nome, apesar de meu trabalho ser muito mais voltado para essa história. Eu tenho um espetáculo que se chama *Canções da Resistência*, que conta essa história por meio da música e de depoimentos, da apresentação do filme *15 filhos*, e isso naturalmente acaba tendo provocações, discussões. Continuamos tendo fases, energias roubadas por conta dessa história toda.

Esses dias o cantor Lobão, que é de praxe falar algumas besteiras, (ele já disse que a ditadura arrancou umas unhazinhas) disse numa entrevista que ele queria que as vítimas da ditadura se "fodessem".

A gente continua tendo uma parte da nossa vida roubada nessas agressões no campo ideológico. As forças que deram o golpe militar em 1964 continuam exercendo seu poder na democracia. E do ponto de vista pessoal é um desgaste enorme ouvir um cara como o Lobão que na minha geração foi muito ouvido, contestador dizendo um absurdo desse.

Meu pai tinha quatro irmãos: Daniel e Joel estão desaparecidos desde 1974, o Jairo que era o caçula e o Derly que era o mais velho. O Derly mora aqui no ABC Paulista, voltou do exílio em 1981, 1982 salvo engano, mora no ABC. O Jairo, caçula, acabou casando na Europa, constituiu família e não conseguiu voltar de vez para o Brasil até hoje. Meu irmão é professor de história.

Nós recebemos o pedido de perdão do Estado brasileiro e fiquei emocionado em receber o pedido de perdão feito pelo ministro José Eduardo Cardozo, que é um cara que eu adoro e é um companheiro. Quando cheguei a Brasília e entrei no Ministério da Justiça e veio o José Eduardo, pensei: "Puxa, a gente mudou mesmo, o país está muito melhor". Lá em Diadema tem uma escola linda com o nome do meu pai, tem rua no Rio de Janeiro e aqui em São Paulo.

E acho que os torturadores têm que ser punidos. E não é por revanchismo. Uma vez eu dei uma entrevista e disse que não me interessava conhecer o algoz do meu pai, o cara que foi lá e o assassinou. A gente até sabe disso, mas eu disse que o problema era o sistema, não indicar a pessoa. Mas isso não quer dizer que eu não ache correto que essas pessoas tenham a sua punição. Uma coisa que eu aprendi, com a história do meu pai, é que a luta não pode ser uma coisa pessoal porque estamos falando de um projeto político, de luta de classes. Na verdade, eu torço para que todos eles fiquem vivos até a velhice extrema e possam ver triunfar um país mais justo, fraterno e democrático, sonho da geração do meu pai e que esses facínoras mataram, torturaram e roubaram, para que o sonho não se realizasse, e o pior castigo seria assistirem à vitória da classe trabalhadora.

O *modus operandi* que a polícia usa hoje é o mesma. A polícia hoje, no Estado democrático, continua achando que o método de investigação mais eficiente é a tortura e isso é uma herança que a gente recebeu, que o regime militar deixou.

ERNESTO JOSÉ CARVALHO nasceu em 31 de janeiro de 1968, filho de Devanir José de Carvalho e de Pedrina José de Carvalho, é músico.

Ernesto, Carlos e Pedrina em uma praça de São Paulo, 1970

"Uma coisa que eu aprendi com a história do meu pai, é que a luta não pode ser uma coisa pessoal porque estamos falando de um projeto político, de luta de classes"

Devanir José de Carvalho nasceu em Muriaé (MG), em 15 de julho de 1943, filho de Ely José de Carvalho e Esther Campos de Carvalho. Assassinado em 7 de abril de 1971, em São Paulo, foi dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Casou-se com Pedrina José de Carvalho, com quem teve dois filhos, Carlos e Ernesto.

Nos anos 1950, seus pais se mudaram para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Ele e seus irmãos, Derly, Joel, Jairo e Daniel, foram trabalhar no ABCD paulista no início da instalação das indústrias metalúrgicas e automobilísticas. Ainda adolescente, aprendeu com o irmão mais velho o ofício de torneiro-mecânico e desde então passou a trabalhar nas indústrias da região, como Villares e Toyota.

Em 1963, ajudou a fundar o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, participando ativamente de sua organização e da realização de greves. Ingressou no PCdoB e, após o golpe de 1964, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro (RJ), onde passou a trabalhar como motorista de táxi. Em 1967, começou a militar na Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB, voltando para São Paulo (SP). Em 1969, desligou-se da Ala Vermelha e, com outros companheiros, fundou o MRT em outubro daquele ano.

Devanir fez treinamento de guerrilha na China, participou e comandou inúmeras ações armadas contra a ditadura. Ele e Eduardo Collen Leite, o Bacuri, dirigente da Rede (Resistência Democrática), deram início ao que viria ser depois a Frente Armada Revolucionária, junto com a VPR ao realizar o sequestro do cônsul-geral do Japão em São Paulo (SP), Nobuo Okuchi, em março de 1970, quando cinco prisioneiros políticos e três crianças foram trocados pelo diplomata.

Documento do Serviço de Informação do DOPS/SP informa que em *"[...] 5/4/71 - 11h00 - 9:50 hs o terrorista Devanir José de Camargo [sic], ocupando o Volks, cor azul, chapa 'fria' AE-3248, portando metralhadora, manteve tiroteio com policiais, que resultou ferimentos graves no terrorista que não resistindo aos ferimentos morreu"*. Segundo a requisição de exame necroscópico, foi morto em via pública na rua Cruzeiro, 111.

Conforme o depoimento de Ivan Seixas, ex-preso político e militante do MRT à época, Devanir foi capturado ferido nessa Rua Cruzeiro, 111, no bairro do Tremembé, Zona Norte de São Paulo, quando tentava resgatar um companheiro e sua família que moravam nesse endereço. Levado vivo para o DOPS/SP, Devanir foi torturado até a morte durante três dias seguidos

Pedrina José de Carvalho conheceu Devanir em Diadema (SP), no começo da década de 1960. Em 1963 casaram-se e tiveram dois filhos, Carlos e Ernesto Guevara, nascidos em 1964 e 1968, respectivamente. Em 1969, a família entrou para a clandestinidade. Viveram em várias casas e não podiam receber nem visitas familiares. A família ficou junta até a morte de Devanir, em 1971.

Dias depois do assassinato, Pedrina chegou a ser presa nas dependências da Operação Bandeirante (OBAN) por um mês. Após a prisão, passou a ser perseguida pela ditadura. Exilou-se com os filhos. Primeiro foi para o Chile, depois para a Argentina, passou por Portugal e retornou ao Brasil depois da Lei de Anistia promulgada em 1979. Teve mais dois filhos. Hoje, vive em Diadema (SP).

1. Devanir e seus irmãos Jairo, Derly, Joel e Daniel, quando crianças. Todos tornaram-se militantes

2. Daniel, Jairo e sua então esposa, a chilena Laura, grávida, e Joel. Foto tirada no Chile pouco antes do golpe de Pinochet, 1973

3. Devanir, São Paulo, 1968

4. Devanir com operários na Toyota, São Paulo, 1963. Ele é o terceiro da direita para a esquerda

1

2

3

4

5. Devanir e Carlos, São João Clímaco (SP), 1969

6. Carlos andando de bicicleta, São João Clímaco (SP), 1969

7. Maria José Pereira Rezende e Pedro José Rezende, avós maternos do Ernesto Seu avô era também militante comunista

8. Carlos e Pedrina, Argentina, 1974. A menina na foto não foi identificada

9. Ernesto, Carlos e, ao fundo, a avó Maria e Pedrina, Buenos Aires, Argentina, 1974

10. Carlos, Ernesto, Pedrina e Isaura Coqueiro na casa dos pais do Devanir, São Bernardo do Campo(SP), 1971

11. Ernesto e Carlos em uma praça em Portugal, 1976

“Foi muito terrível para meus filhos”

por Pedrina José de Carvalho

Pedrina em Portugal, 1976

Meu marido, Devanir José de Carvalho, era militante desde a época do sindicato. Ele começou fazendo reuniões, ações, manifestações. Até esse momento, nós sabíamos o que estava acontecendo. Fomos para o Rio de Janeiro, onde ficamos morando por um tempo. Ele era militante do PCdoB. Depois, voltamos para São Paulo, onde ele entrou na Ala Vermelha. [Em 1969, desligou-se da Ala Vermelha e, com outros companheiros, fundou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) em outubro daquele ano]. O Carlos, meu filho mais velho, nasceu um pouco antes do golpe, em 2 março de 1964. E o Ernesto nasceu em 1968.

Em 1964, nós estávamos morando em São Paulo. E a militância do Devanir era tranquila. Ele participava de reunião na casa de um, de outro. Quando houve o golpe, eu estava de dieta do Carlos e tive que ir à casa do Derly [irmão de Devanir] para tirar as coisas dele de lá. Como ele era diretor do sindicato, houve intervenção e ele teve que fugir para não ser preso.

Devanir trabalhou nas empresas Villares e Toyota. Em 1969, a coisa ficou mais complicada, porque companheiros começaram a ser presos e ele teve que entrar na clandestinidade. Na nossa vida, o que mudou com a entrada na clandestinidade foi que os garotos não podiam mais ir à escola, só se fosse com documento falso. O Carlos só pôde ir para a escola quando nos mudamos para o Chile, já aos 7 anos. Nesse período de clandestinidade, mesmo sem eles poderem ir à escola, eu procurava ter uma vida normal. O Devanir participava de reuniões, saía para fazer ações, mas a gente não sabia onde eles estavam.

Quando os irmãos do Devanir foram para o Chile [Derly, Daniel, Joel e Jairo foram presos em maio de 1969, ficaram incomunicáveis durante o mesmo período. Foram libertados (e banidos) em janeiro de 1971, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher] até os advogados diziam que era para o Devanir ir embora. Mas ele dizia: “Eu não vou desbundar. Se você quiser ir embora com os meninos, tudo bem, mas eu não vou”. Eu disse: “Não, tudo bem”. E fiquei até o final.

Desde que entramos na clandestinidade, em 1969, muita coisa mudou. Ficamos afastados da família. Eu não podia visitar meus pais, apenas tinha notícias. Moramos em vários lugares. Foram umas cinco casas. Nos mudávamos a toda hora e quando algum companheiro era preso, tínhamos que sair das casas só com a roupa do corpo e documento. Ficamos juntos até sua morte, em 1971.

O Carlos era o filho mais velho, então ele percebia mais o que se passava. Meus filhos não tinham muito contato com outras crianças, só em 1970 quando eu comecei ter amizade com uma vizinha e as crianças passaram a brin-

car no quintal com os filhos dela. Na nossa casa, tínhamos muitos documentos de militância. As crianças tinham acesso normal ao local onde os documentos ficavam, mas os vizinhos não. Então, ninguém de fora podia vir na nossa casa.

Também não podíamos ir ver nossas famílias. Um dia, em 1970, fomos de madrugada para visitar os pais do Devanir. Acho que foi a última vez que a mãe dele o viu.

A notícia da prisão dele chegou da seguinte forma: nós tínhamos um ponto de emergência. Caso ele não chegasse em casa até tal hora, é porque havia sido preso e não iria voltar. Então eu teria que ir encontrar um companheiro às nove da manhã, do dia seguinte, em Santo Amaro, onde tem a estátua do Borba Gato. Como ele não apareceu, eu fui para esse lugar e encontrei o Dimas [Antônio Casemiro, companheiro de organização de Devanir]. Era dia 6 de abril de 1971. Nessa hora eu já imaginei que o Devanir tinha sido preso. O Ivan [Seixas] também estava nesse ponto. Nem voltamos para casa, fomos direto para a casa do Dimas, com apenas uma peça de roupa. Lá ficamos até dia 17, quando Dimas foi morto. Depois disso, os companheiros foram até a nossa casa, porque nós havíamos deixado tudo por lá. Os meninos sentiam o clima, ficavam quietinhos sabendo que tinha alguma coisa errada. Eu falava, "calma, vai dar tudo certo".

No período que ficamos na casa do Dimas, o pequeno Ernesto perguntava do pai a toda hora e a gente dizia: "O pai viajou" para ele se acalmar. Mas o Carlos, que já estava maior, entendia, ficava triste e queria vingar a morte do pai.

A notícia da morte do Devanir chegou quando estávamos na casa do Dimas: "Terrorista morto". Foi muito difícil. Eu dizia para os meninos: "Vai ficar tudo bem, vamos ficar na casa da vó, têm os tios no Chile, nós vamos para lá".

Eu fui presa no dia que mataram o Dimas. Eu tinha 25 anos. Estava na casa dele com as crianças e foi terrível. Os homens disseram que iam levar meus filhos para o Juizado de Menores e eu disse: "Não! Ele tem avós dos dois lados".

Nesse dia, o Dimas saiu junto com o Gilberto Faria Lima e eles falaram: "A janela fica aberta, qualquer coisa vocês fecham". E a Maria Helena, mulher do Dimas, estava saindo com o filho deles quando os homens chegaram. Foi um susto. Quando eu escutei uma voz diferente, corri para o quarto para fechar a janela. Mas eles acharam que eu ia pegar uma arma que estava no quarto. Acho que eram cinco homens. Eles disseram: "Vocês tiveram muita sorte de termos pegado eles na rua [estavam falando do Dimas, que tinham matado]. Se não, não íamos poupar nem as crianças".

Meu medo era levarem as crianças para o juizado, mas deixaram eu ir até a casa da minha sogra para deixar as crianças lá, antes de ser levada para a Operação Bandeirante.

Nos interrogatórios, faziam tortura psicológica, ameaçavam buscar meus filhos, alegando que assim e eu iria falar. E eu dizia "não tenho nada para falar", dizia que quem tinha os contatos era meu marido. Eles falavam que iam me levar ao Rio, me colocaram num carro, rodaram comigo pela cidade, me deixaram sentada numa praça para ver se alguém vinha. Fiquei presa por um mês e saí de lá pesando 54 quilos. Eles me diziam "olha como você está acabada".

Roberto, Pedro Gil, Ernesto e Carlos, na casa da Pedrina, Diadema (SP), 2010

No período em que estive presa, embora eles nunca tenham falado nada, imagino que o Carlos e o Ernesto tenham sofrido muito. Foi muito terrível para eles. O Carlos ajudou a cuidar do Ernesto.

Fiquei presa durante um mês e quando fui solta, todas as terças-feiras eu tinha que ir à OBAN assinar um papel. Eu não aguentava mais. Eu não tinha mais vontade de ficar no Brasil. Um dia, a Isaura Coqueiro me disse que um companheiro da ALN falou: "Diga à Pedrina que se ela quiser ir para o Chile tem um pessoal lá esperando por ela".

Resolvi ir embora, mas não podia falar para ninguém, nem para a minha mãe. Disse à ela: "Estou pensando em ir para Cachoeira Paulista, na casa da vó". Ela disse: "Ah, é bom mesmo, vá, sim". Arrumei uma mala e fomos pra a rodoviária. Chegando lá, tinha um cara de bigode. Logo o reconheci. Era um policial. Não sei o nome, mas era da OBAN. Ele me perguntou: "Está fugindo, Pedrina?", e eu respondi "Não, estou indo para a casa da minha avó".

Entrei no ônibus apavorada e saí pelo Paraguai, com as duas crianças. Chegamos em Assunção e só conseguimos passagem para o dia seguinte. Passamos a noite sentados em um banco da rodoviária. Foi uma viagem muito difícil.

Quando chegamos no Chile, estavam todos da família do Devanir. O Joel, o Daniel, meus cunhados. Foi uma época tranquila, uma beleza, eu pude trabalhar... Se não fosse o golpe do Pinochet, acho que eu nem voltava. O golpe foi terrível, vi aviões fazendo bombardeios... vi tanques de guerra.

Nos refugiamos na embaixada da Argentina, onde ficamos por uns quatro meses. Lá os meninos pegaram piolho, nós passamos fome. E também pegamos um terremoto. A embaixada tremeu feio. Então fomos morar na Argentina. Nos refugiamos na embaixada da Argentina, onde ficamos por uns quatro meses. Lá os meninos pegaram piolho, nós passamos fome. E também pegamos um terremoto. A embaixada tremeu feio. Então fomos morar na Argentina. Lá, para os meninos, acho que o melhor período foi quando ficaram juntas crianças brasileiras, uruguaias, chilenas, depois do golpe do Chile na Argentina. Chegamos a ficar um ano na Argentina. Minha mãe foi duas vezes nos visitar lá.

Depois resolvemos ir para Portugal por causa da língua. Fomos em 1974, Jairo e eu. A mulher dele já estava lá. Lá eles se soltaram, pegavam bonde, ônibus, andavam sozinhos, iam ao cinema. E eu relaxei, ia para a praia com eles. Ficamos morando lá de 1974 a 1978. Mas eu tinha muitas saudades do Brasil. Eu ouvia Chico Buarque e sentia uma saudade...

Quando cheguei ao Brasil, fiquei quatro horas sendo interrogada no aeroporto. Minha mala foi revirada, queriam saber como eu tinha documento, se alguém havia me dado. Minha mãe ficou apavorada, toda a minha família estava me esperando. Também chegaram a ir na minha casa.

E a readaptação foi muito difícil, principalmente para o Carlos, porque não aceitavam o boletim dele. Hoje ele é um professor, um bom professor. O Ernesto canta músicas de protesto, faz shows nas escolas e conta a história do pai. O Ernesto também jogava bola, foi até técnico de futebol.

Aqui retomei a vida, fui trabalhar, arrumei um companheiro. Em Portugal também tive um companheiro com quem tive um filho. O companheiro não quis vir para o Brasil, mas meu filho veio comigo. Tive mais um filho com meu atual companheiro, Roberto. Tenho quatro filhos: Carlos, Ernesto, Pedro Gil e Roberto.

O ídolo que não tinha rosto

por Ieda Akselrud de Seixas

sobre Irineu Akselrud de Seixas

Eu não sou a criança atingida. Fui presa, mas tinha 23 anos na época dos acontecimentos. Mas falarei em nome do meu irmão Irineu Akselrud de Seixas, que tinha 10 anos quando os fatos aconteceram.

Éramos uma família de quatro filhos. Meu pai era uma pessoa extremamente afetiva, muito entusiasmada, principalmente com a causa política, e externava o afeto dele pelo toque, caso raro de nortista filho de nordestino que beijava os meus amigos homens. Já minha mãe era uma pessoa que só beijava os filhos até os 5, 6 anos. E depois disso ela externava o afeto por gestos, fosse fazendo aquela comida que a gente gostava, fosse torcendo por qualquer vitória nossa ou nos acalentando na hora do fracasso.

O Irineu foi atingido a partir de 1964. Nós morávamos no Rio de Janeiro e meu pai trabalhava na Petrobrás, pertencia ao sindicato e era comunista. Com o golpe, meu pai teve que fugir da refinaria dentro de uma ambulância. Os funcionários chegavam para trabalhar e havia uma lista de expurgados por serem inimigos da pátria. Eles iam para o departamento pessoal, recebiam o dinheiro, assinavam os papéis e para sair da refinaria, via de regra, tinha que ser nos esquemas de ambulância. Caso contrário, seriam presos.

À esquerda, Irineu com aproximadamente 5 anos
Ao centro, com 10 anos

Em meados de setembro, meu pai foi expurgado e a família teve que fugir para Porto Alegre, passando por várias barreiras militares. O Irineu tinha de 3 para 4 anos quando o golpe aconteceu.

A partir disso, foi tudo muito confuso para ele. Ele conta que tinha a sensação de medo. Até a nossa prisão e a morte de meu pai, era uma criança bem-humorada, espirituosa e alegre. Irineu não entendia muito bem o que acontecia, porque o 1º de abril no Rio de Janeiro foi uma coisa muito traumática para todo mundo e uma criança poderia intuir, mas não compreender o que estava ocorrendo.

Em 1969, viemos para São Paulo. Certa vez, havia alguns militantes que estavam em casa e não sei por que o Irineu disse: "Eu preciso, acho melhor eu ir para o Rio de Janeiro, para a casa da tia Anita, que era irmã de minha mãe Fanny, porque estou achando que a coisa está muito tensa aqui". Ele tinha 9 anos e acharam melhor levá-lo. Havia uma sensação de perigo e de medo. Ele foi para o Rio Janeiro, e nós ficamos aqui em São Paulo, onde eu, minha irmã e minha mãe fomos presas, em 16 de abril de 1971.

A minha tia, ao dar a notícia da morte do meu pai, foi absolutamente inadequada. Ela deu um comprimido de calmante para ele e disse: "Seu pai foi assassinado e eu não sei onde está sua família". Isso para uma criança de 10 anos! Logo depois de receber a notícia, Irineu foi tomar banho. No chuveiro, começou a cantar: "Meu pai não morreu, é mentira, meu pai não morreu".

Irineu disse que aquilo foi horrível, porque ele achava que era mentira, mas mostraram a televisão, os jornais, e ele não se conformava.

Como disse, fomos presas no dia 16 de abril e a nossa incomunicabilidade só foi quebrada, só fomos visitadas, quando era quase dezembro. Essa perseguição não tem lógica. Qual a importância que eu tinha? Eu não era militante, minha irmã não era militante, minha mãe também não. Ficamos presas durante um ano e meio por crime de pensamento. Já tinham matado o meu pai, o meu irmão Ivan estava preso e tinha apenas 16 anos.

Irineu não pôde se avistar conosco. Ficamos vinte dias na OBAN e depois fomos

"O Irineu apenas foi se avistar conosco por volta de dezembro. E durante o tempo que estávamos presas, ele não vinha nos ver com frequência, porque estava no Rio de Janeiro"

levadas para o DOPS. E no dia 9 de julho transferiram a mim, minha mãe e irmã para o presídio Tiradentes. Ivan permaneceu no DOPS. Mas uma semana depois fomos levadas para o Sul, onde permanecemos por cerca de sessenta dias, escoltadas pela cúpula da OBAN. Nesse período o Irineu não teve notícias nossas.

Em Porto Alegre, a recepção foi feita pelo Pedro Seelig, que era o diretor do DOPS de lá. A cela era muito estranha, apertada, não tinha espaço para andar. E havia a agonia da gente querer voltar ao Tiradentes para que pudéssemos nos avistar com o Irineu. Uma noite, ao entardecer, a minha mãe teve uma crise nervosa e começou a gritar: "Quero o meu filho, quero o meu filho". E o Pedro Seelig disse "Traz o Ivan". E ela: "Mas não é esse filho, quero o outro filho", ele perguntou "Mas onde ele está?".

O Pedro Seelig era uma figura estranha, porque ficava condoído com a situação da minha mãe, não me perguntem o porquê... maluco é maluco, psicopata é psicopata. Ele perguntou: "Mas onde está o seu filho, que eu mando buscar?", ela respondeu "Está no Rio de Janeiro", ele disse "Mas lá eu não posso buscar. Ele tem telefone?", "Tem". Aí ligaram para a casa da minha tia, onde estava o Irineu. E minha mãe falou: "Irineu, é a mãe que está falando", e ele, "Não é a mãe, não, é mentira, eu não sei quem é você, não é a minha mãe". Aí mamãe disse assim "Zico, é a mãe", que era o apelido dele. Em seguida ele começou a chorar e perguntou: "Onde você está, mãe?", e ela: "Estou em Porto Alegre, no DOPS de Porto Alegre", E ele respondeu "Eu não quero ver vocês assim, porque vocês estão todos quebrados".

Joaquim, Fanny e Irineu com meses de vida, em Belém (PA)

Alguém dissera para ele que nós estávamos quebradas, que tínhamos sido muito torturadas e estávamos todos quebradas. Isso eu acho de uma crueldade com uma criança de 10 anos! Ele disse "Eu só quero ver vocês quando estiverem soltas".

O Irineu apenas foi se avistar conosco por volta de dezembro. E durante o tempo que estávamos presas, ele não vinha nos ver com frequência, porque estava no Rio de Janeiro. Vinha a cada quinze dias, às vezes uma vez por mês. Era muito difícil.

A minha irmã Iara era muito próxima do Irineu, e um dia ele perguntou a ela, "Como é que o pai morreu?". Ela achou que seria menos dolorido dizer: "O pai morreu em um tiroteio. Os caras mataram, mas ele também matou dois". A Iara achou melhor dizer isso para ele ter uma compensação, porque estava apartado da família, de tudo, ele não tinha mais casa, não tinha mais referência, e o pai, que era o ídolo dele, fora morto.

Ficamos presos durante um ano e meio e quando saímos da prisão, o Irineu veio morar conosco. Mas, de certa forma, foi abandonado, porque tinha o problema do Ivan. Eu costumo dizer que nós não ficamos um ano e meio presas, mas sim quase seis, como o Ivan.

Às vezes, estávamos vendo televisão e, de repente, aparecia "Lista de desaparecidos", que a rede Globo dava, e aparecia o nome Ivan Seixas. Então tínhamos que andar quilômetros, porque não havia dinheiro para pegar um táxi, achar um telefone e ligar para Taubaté [O irmão, Ivan, estava preso na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, presídio de segurança máxima, misto de manicômio com penitenciária.], no sentido de saber como e onde o Ivan estava. E o Irineu ficou relegado para segundo plano. Ele tinha casa, comida e roupa lavada, colégio, mas tudo girava em torno do Ivan.

Tem uma coisa que marca bem o sentimento do Irineu. A minha mãe estava viajando, não tinha ninguém em casa e ele já não morava mais lá. Ele foi em casa e disse: "Ieda, eu vim conversar contigo uma coisa. Tenho um

problema. Eu só consigo lembrar da imagem do pai, se eu vir uma fotografia, eu não lembro da cara do meu pai, eu só lembro da nuca".

Eu entendi o porquê do "só da nuca". Porque quando eles fugiram para o Rio Grande do Sul, ele ia sentado no carro atrás do meu pai. Então, a última lembrança que ele tinha do pai era a fuga em 1964. Ele bloqueara tudo. "Não lembro de nada e acho um absurdo ter esquecido da imagem do pai. Eu sei que ele morreu em tiroteio". Ele já tinha 20 e poucos anos, não era mais criança. Eu disse "Não, Irineu, o pai não morreu em tiroteio", ele: "Como assim?". Depois daquela conversa que ele teve com a Iara aos 10 anos, não teve oportunidade de conversar sobre isso, porque tudo girava em torno do Ivan. E quando eu disse "Não, o pai foi morto em tortura", ele chorou e disse: "Nossa, agora eu me lembro da imagem dele rindo".

Depois de tudo, o Irineu ficou uma pessoa extremamente travada. Está sempre tenso e, de uma certa forma, afastou-se um pouco da gente. Recentemente, ele disse: "Eu fiquei adulto aos 10 anos, quando passei a ter medo, sensação de perda. Aquilo estava sempre presente na minha cabeça, porque mesmo quando vocês foram libertadas, eu tinha medo que vocês fossem presas de novo". Enquanto o Ivan estava preso, o Irineu achava que ele seria morto. Ele se sentiu solto no mundo.

Ele disse: "Mesmo quando viemos para São Paulo com o que sobrou da família reunida, era muito difícil. Eu não podia contar para os meus amigos, colegas, quem eu era, o que era, porque eu tinha medo, medo por eles, medo por mim. Era uma sensação de perda, como ter uma espada sobre cabeça e tinha medo. Só parei de ter medo nas eleições diretas de 1989. Aí parece que eu pude respirar aliviado".

A infância perdida é uma realidade. O Irineu perdeu a infância aos 10 anos. O olhar dele para o mundo era um olhar de adulto. Ele tinha noção exata, consciência de tudo o que acontecia, da arbitrariedade, da falta de proteção que existia.

E essa falta de proteção para uma criança de 10 anos é uma coisa estúpida demais. Mataram o pai dele, a família toda foi presa e ficou muito tempo. A mãe e as irmãs ficaram presas um ano e meio. O Ivan ficou cinco anos e meio, quase seis. E o Irineu ficou sendo seguido um ano e meio enquanto estávamos presas.

Quando pôde voltar se juntar à família novamente, a casa era outra, sem móveis, objetos, brinquedos. Nenhuma referência da vida anterior à prisão de sua família.

O que fizeram comigo, minha mãe, irmã, meu pai e com o Ivan foi muito duro, mas eu acho que a maior vítima foi o Irineu. A infância foi perdida, a ponto de ele não lembrar da cara do pai dele. E o irônico, ou muito bom, é que o Irineu é o retrato do meu pai.

O testemunho acima é de Ieda Akselrud de Seixas, irmã de Irineu.

IEDA AKSELRUD DE SEIXAS nasceu em 6 de outubro de 1947 e é trabalhadora aposentada.

IRINEU AKSELRUD DE SEIXAS nasceu em 29 de julho de 1960 e é técnico de informática.

"Ai nfância perdida é uma realidade. OI rineu perdeua infância aos 10a nos. O olhar dele para o mundo era um olhar de adulto"

"A ditadura nos forçou a virar soldados"

por Ivan Akselrud de Seixas

Meu pai e eu éramos militantes, tínhamos atividades paralelas. Eu estava ligadíssimo ao grupo de fogo, do qual ele fazia parte também, mas se dedicava a outras atribuições como dirigente da Organização. Ele estava, por exemplo, montando uma oficina para construir armas.

De manhã, saíamos juntos e cada um ia para um lado para cumprir suas tarefas. Ao final do dia, por questão de segurança, nos encontrávamos e íamos juntos para casa.

O que eu sabia e fazia era diferente do que ele sabia e fazia. Eu sabia muita coisa, fiz muita coisa. E ele também. Mas as atividades eram compartimentadas. Assim, minha mãe não sabia nem um quinto das minhas atividades. Minhas irmãs, então, não sabiam de nada. Elas viam que eu andava armado com revólver, pistola, granada e ficavam meio assustadas.

Nos dias que antecederam nossa queda, aconteceram muitas coisas. Tinham ocorrido prisões que poderiam levar à nossa Organização, o MRT. Havia a história de um ponto que a repressão estava sabendo. Tínhamos informantes dentro da OBAN que nos disseram que o Henrique [codinome de Devanir José de Carvalho] não podia ir ao ponto do dia 5 [de abril de 1971]. Por isso, dissemos ao Henrique: "Não saia no dia 5, o que você tiver que fazer na rua, faremos por você". Mas ele não nos ouviu e caiu. No dia seguinte ao do tal ponto do dia 5, estávamos atentos, porque ele não apareceu nos pontos que tinha conosco. Na terça-feira, dia 6 de abril, fui com o Rei [codinome de Dimas Antônio Casemiro] a um ponto que tínhamos com o Henrique.

À esquerda, Ivan fichado pelo DOPS

"O que eu sabia e fazia era diferente do que ele sabia e fazia. Eu sabia muita coisa, fiz muita coisa. E ele também. Mas as atividades eram compartimentadas"

Chegando lá, o Henrique não estava e sim a Dina [Pedrina Carvalho], mulher dele, chorando, com óculos escuros, duas crianças e uma sacola. Demos uma volta no quarteirão para ver se estava tudo bem e voltamos para pegar a família do comandante. Colocamos eles dentro do carro e saímos correndo. Dina disse "Ele caiu, ele caiu!!". Levamos todos para a casa do Rei, deixamos as crianças, as sacolas e saímos com ela para salvar a casa de Henrique, que era o aparelho do Comando da Organização. Pegamos uma Kombi e um Fusca e fomos para a casa que ficava em Interlagos, extremo da Zona Sul de São Paulo. Rodamos um pouco para ver se tinha algum sinal de vida lá, porque ela podia ter sido invadida. Estava tudo tranquilo e entramos. Resgatamos tudo que tinha de valor e colocamos dentro da Kombi. Eram armas, documentos, mimeógrafos, material de família, roupas e saímos.

Chegando de volta ao aparelho do Rei foi muito barra pesada. O Ernesto era o filho menor do Henrique e da Dina e estava muito tenso. O Carlinhos, por ser maior e muito atento a tudo, estava muito ligado. "Cadê meu pai?, ele perguntou. Respondi como pude: "Seu pai foi para o Rio, cobrir um ponto com o MR-8, mas volta logo". Ele colocou as mãos na cintura e me disse sério: "Eu sei que meu pai caiu. Vocês não precisam mentir para mim. Vocês vão prometer uma coisa para mim. Vocês vão pegar quem matou meu pai". Nós ainda não sabíamos se ele estava vivo ou se já o haviam assassinado, mas o filho tinha a certeza que nós não queríamos assumir. Aí foi difícil segurar. Eu falei: "Tá bom" e me afastei num canto para chorar. O Rei também.

Logo depois, saímos para organizar o sequestro do Theobaldo de Nigris, presidente da FIESP, entidade patronal financiadora das torturas. Rapidamente nos organizamos com o pessoal da ALN, e no dia seguinte, 7 de abril, fomos para a casa do empresário, que ficava na rua Pedroso. Eu dirigia o carro que ia invadir a casa. Na hora, o companheiro da ALN disse: "Peraí que eu vou ligar" e voltou chorando, dizendo: "O Gordo morreu, o Gordo morreu. Acabaram

> “A chegada na sala de tortura é uma coisa muito impressionante, não tem como descrever. Foi uma cena de horror. Eles disseram: ‘Tira a roupa’. ‘Vão se foder, não vou tirar a roupa porra nenhuma?’, eu respondi”

de matar o Henrique. O nosso contato do DOPS disse que ele acabou de morrer meia hora atrás, que o Fleury não queria transformá-lo num segundo Bacuri”. Aí começamos a falar “Vamos invadir e matar esse filho da puta”, mas prevaleceu o bom senso e nós batemos em retirada.

Então começamos a recompor a Organização, o que foi muito tenso. Numa emergência total eu passei a ajudar na coordenação do nosso grupo.

Nos dias 6 e 7 soltamos panfletos denunciando a prisão do Henrique e depois que ele foi morto – a repressão só anunciou sua morte na semana seguinte – voltamos a soltar panfletos denunciando que tinham matado um revolucionário e que isso não ficaria assim.

No dia 14 recebi a orientação do Rei para, no dia seguinte, fazer o estritamente necessário e ir para casa. Era uma senha para “Vai ter algo”. Eu estudava de tarde, então não saí de manhã, fui para a escola e à noite vimos no noticiário que mataram o [Henning Albert] Boilensen.

No dia seguinte, saí com meu pai, que tinha recém-chegado do Rio. Ele tinha uma Rural Willys, que estava numa oficina, no Jabaquara, e por esse motivo estávamos desarmados. De lá fomos para um ponto que meu pai tinha com o Rei, às 9 horas. Mas, como não ia dar para chegarmos a tempo, fomos para outro ponto, com o Juracy e o Rei, que era na rua Vergueiro, 9000. Chegando lá, tinha uma pracinha com uma padaria na esquina. Entramos na pracinha e vi o Juracy [codinome de José Rodrigues Ângelo Júnior] na frente da padaria, fumando, sem ninguém por perto. Prudentemente, meu pai parou o carro a 50 metros de distância e, mesmo assim, ele foi até nosso carro. Uma perua fechou o carro e bateu na frente da Rural. Metralharam o carro. Uma bala pegou meu pai de raspão e um dos caras colocou uma arma na cara dele e outro colocou uma pistola na minha nuca.

Na hora, a sensação foi de assalto. Você não sabe o que está acontecendo. Imediatamente nos tiraram do carro e nos puseram num outro carro do esquema deles. Fomos levados para a delegacia 37, na Vergueiro, onde fomos espancados. Depois, nos colocaram na C-14 da OBAN e fomos levados para lá. No caminho, algemados um pulso ao outro, falei para meu pai pegar a arma do cara que estava sentado mais perto dele no banco de atrás. O cara que estava na frente viu o movimento pelo retrovisor e disse “Se tentar isso, vocês morrem aqui”. Nós não estávamos armados. Se estivéssemos, já teríamos escapado, mas não tinha como. Meu pai já estava sangrando pelo espancamento.

Chegamos no pátio da OBAN e pararam o carro. Era a hora da troca de plantão e havia vários caras no pátio. Uma parte saia do plantão e a outra estava entrando. Na hora que nos tiraram do carro, o cara gritou: “Olha quem pegamos, o Roque e o filho dele, o Teobaldo” e me deu um murro na nuca. Quando me recuperei e levantei, eles começaram o espancamento e nós saímos na porrada com eles, pois tínhamos essa decisão. Foi tão violento que a algema se abriu, soltou do meu pulso.

Fui sendo levado para o canto da sala de tortura, meu pai ficou no meio do pátio, trocando socos com os caras. De relance, eu vi o Davi dos Santos Araújo vindo na minha direção. Para mim, ele era mais um, ninguém era especial. Acertei um murro na cara do Davi e ele caiu longe. Depois ele veio, me deu uma gravata, começou a me sufocar. Os caras davam golpes de caratê, coronhadas. Sufocado, me joguei para trás e cai em cima da barriga dele, de costas. Ele me soltou e eu levantei, mas levei um chute na boca e caí. Aí eles me dominaram. Foi barra.

De relance, vi os caras batendo no meu pai, que se defendia batendo de volta. Ouvi tiros e depois me disseram que meu pai tentou correr e o metralharam. Fui levado para cima, para o pau de arara e meu pai foi para a cadeira do dragão. A chegada na sala de tortura é uma coisa muito impressionante, não tem como descrever. Foi uma cena de horror. Eles disseram: “Tira a roupa”. “Vão se foder, não vou tirar a roupa porra nenhuma?”, eu respondi.

Aí comecei a apanhar de novo, saí de novo na porrada. Rasgaram minha roupa toda, me dominaram, amarraram as mãos e me puseram no pau de arara. Eu sempre fui gordo e o cano foi cortando atrás do meu joelho. Tudo é de uma extrema violência. A primeira vez que você é pendurado tem uma sensação horrorosa. Fica de ponta cabeça, não sabe o que vai acontecer. Aí puseram os fios da máquina de choque no polegar e o outro dentro da orelha. Na sala, tinha uns cinco torturadores. E aí começou a gritaria. “Vai falar ou vamos te matar?” A única coisa que me veio à cabeça eu falei: “Não vou falar. Vão para a puta que os pariu”. Eles queriam ponto, eles tinham uma necessidade urgente de pegar pessoas com quem eu tinha contato.

Eu ouvia os caras fazendo a mesma coisa com meu pai. Eles começaram pedindo ponto e eu xingando, “Não vou falar”. Depois, começaram a falar: “Você não tem só 16 anos, qual é a sua idade?” Eu perguntei: “Você é analfabeto? Olha o documento, seu bosta”. Eu xingava e eles me davam choques. Eles não queriam ouvir meus xingamentos. Cada pergunta era seguida por um choque longo. E gritavam: “Ponto!!” E eu: “Não vou falar nada”. Era porrada, telefone...

Como eu estava irredutível em não falar, eles disseram: “Traz a grande”, referindo-se à máquina grande. Eles estavam usando a média. Eles apelidaram de Mariquinha a máquina pequena, de Maricota a média e a Maricona, que era a máquina grandona.

Me deram choques ao mesmo tempo no dedão do pé, nos dedos e dentro do ouvido. Era choque, porrada, porrada, porrada. Depois de um tempo, mesmo na pancadaria, comecei a raciocinar. Pensei: “Eu tenho que driblar os caras. Eles querem um ponto, eu vou dar, mas um ponto frio”. Mas como eu faço para administrar no meio daquilo, pancadaria, grito? Era avassalador. Como eu faço para lembrar de uma rua que não seja a verdadeira? Eu não lembrava de rua nenhuma. Nessa hora você não lembra de nada. A cabeça fica uma confusão total.

Foi quando tive uma ideia. “Vou ver se consigo lembrar de uma rua para falar”. Aí veio a hora do almoço, eles deram uma trégua por uns cinco minutos. Me deixaram pendurado e foram almoçar. Eu no pau de arara e meu pai na cadeira do dragão. Nessa hora, consegui botar a cabeça em ordem e me veio uma rua, que era

a do ponto verdadeiro que eu tinha, na rua Machado de Assis, na Vila Mariana. "Mas essa não posso falar". Apaguei, até que consegui pensar numa outra rua. Aí vem um cara, um tal de Bucéfalo comendo o bife e diz: "E aí, vai falar ou não vai?" e rodou a manivela para me aplicar o choque, comendo o bife. Aí veio outro, segurando um prato, comendo algo: "E aí, vai falar ou não vai?", dzzzzzz, dando choque... "Cadê o ponto?" E isso, enquanto o desgraçado comia.

Entre um choque e outro me veio à cabeça uma rua que seria aceitável, que não estávamos usando para ponto, mas que já tinha sido usada. Joaquim Nabuco, 500, lá no aeroporto. Pensei: "Vou ter que fazer uma cena, deixar os caras voltarem e quando ficar intenso, vou fingir que não estou aguentando". Eles voltaram, teve pauleira de novo em cima de mim e eu fingi: "Ah, tá bom, eu falo. Tenho um ponto às duas ou duas e meia na Joaquim Nabuco, 500". "Com quem é o ponto?", perguntaram. E eu "Com o Clemente [codinome de Carlos Eugênio Paz, militante da ALN]".

Aí os caras me tiraram do pau de arara, me desceram para o primeiro andar e começaram a me preparar para ir. Eu estava muito ensanguentado, esfolado, arrebentado. Me colocaram uma camisa, que ensopou de sangue. Secaram, mas ensopou de novo. Aí colocaram uma manta de algodão, uma calça e me deram uma sandália de dedo. Na hora que eu estava algemado, pronto para ir, entra o [à época major, Carlos Alberto Brilhante Ustra] Ustra e fala: "Não, ele não vai, ele pode estar fingindo, vai correr e vamos ter que matar, não é para matar agora. E ele está mancando, vai denunciar e o Clemente vai fugir. Leva o Juracy que está colaborando". Aí eu pensei "Pelo menos vou ficar sem apanhar".

Levaram o Juracy e eu fiquei levando umas porradas, choques, mas não pendurado. Acho que depois de uma hora volta o Otavinho [vulgo do delegado Otávio Moreira Júnior] furioso, gritando, com aquela voz fininha: "Era ponto frio! Ele nos enganou". Ele pegou um pedaço de pau no chão e acertou no meu braço tão forte que na hora levantou uma bolha de sangue pisado. Ele disse: "Agora eu quero aparelho". E eu disse: "Eu entro de olho fechado na casa do Rei". Aí teve mais paulada, ele acelerou, batendo mais rápido, repetidamente.

De repente, ele destrambelhou a bater. Aí ele largou pedaço de pau no chão e saiu batendo o pé feito criança: "Merda, ele não fala nada, vai ter que matar", e todos eles riram. O Capitão Amici [vulgo do delegado João José Vetoratto], estava acendendo um cachimbo e falou: "Engraçado, né? Mas eu não sou viado e comigo você vai falar. Vou te pendurar de novo". E respondi: "Combinado". Quando chegamos à sala do pau de arara, eu tinha que avisar meu pai que não tinha falado. Então, disse: "Claro que era ponto frio, seus babacas, vocês acham que eu ia entregar um companheiro?".

Rasgaram minha roupa toda, me puseram no pau de arara de novo e foi barra pesada, pancadaria pesadíssima. Foi quando quebraram a minha vértebra. De tão furioso da porrada que levou, o Davi ficou em pé em cima do meu peito.

"Rasgaram minha roupa toda, me puseram no pau de arara de novo e foi barra pesada, pancadaria pesadíssima. Foi quando quebraram a minha vértebra. De tão furioso da porrada que levou, o Davi ficou em pé em cima do meu peito"

Era umas oito, nove da noite quando eu resolvi ganhar tempo e falar onde eu morava. Fui levado num carro e quem foi comigo foi o Capitão Ênio [Pimentel da Silveira], conhecido como Nazistinha. Ele foi com uma [pistola] 45, alucinado, e quando chegou na minha casa, colocou na minha nuca e disse: "Se alguém tossir lá dentro eu vou estourar a sua cabeça".

As três, minha mãe e minhas irmãs, estavam lá dentro. Pelo combinado, elas deveriam fugir quando fosse sete da noite. "Por que vocês não fugiram?", eu questionei. E elas: "Fugir para onde?". "Qualquer lugar, menos a cadeia", eu respondi. Os caras me espancaram para acabar com a conversa. Fui levado de volta para a OBAN, para onde as três também foram levadas. De madrugada, saíram com a Ieda num carro, a Iara em outro e eu num terceiro. E ficaram rodando. De manhãzinha, me levaram para ser fuzilado no Parque do Estado. Entraram comigo na mata, me conduziram, porque eu estava sem poder andar. Disseram: "Corre!"; e eu "Que correr o quê!". Me deram uma coronhada, e começaram a dar tiros, em volta de mim, em volta da minha cabeça, com a pistola: "Pum, pum, pum". Era ensurdecedor.

Para mim, tanto fazia morrer ou não. Não é questão de valentia. Qualquer coisa ali era uma merda. Depois, me puxaram, me arrastaram para fora, me puseram no carro novamente e saíram.

No comecinho da estrada do Cursino, hoje avenida do Cursino, tinha uma padaria. Eles pararam o carro para tomar café e eu vi, na banca de jornal, a manchete da *Folha da Tarde* com a foto do meu pai, e eu pensei: "Mataram meu pai, o próximo sou eu". Isso foi no dia 17 de abril, de manhã.

De volta para a OBAN, aconteceram duas coisas malucas. Uma é que o [delegado Sérgio Paranhos] Fleury foi lá me ver. Ele queria saber do levantamento da casa dele. Ele estava conversando com o Ustra e eu sentado no banco. Ele me pergunta: "Você me conhece, moleque?". Eu dei de ombros. "Quem sou eu?", perguntou. E eu respondi: "Fleury". Ele, todo vaidoso, riu e perguntou: "Foi você que fez o levantamento da minha casa?" E eu, como sabia que isso tinha sido aberto, dei de ombros de novo. "Onde é que vocês pensam que é a minha casa?". E eu: "Carneiro da Cunha, na Saúde". "O que vocês queriam comigo?", ele perguntou. E eu: "Te matar, ora". Aí ele disse: "Que filho da puta!". E o Ustra disse: "É, esse aí só matando, a gente vai matar depois, agora não". Aí o Fleury disse: "Olha, moleque, aqui você está tendo moleza. Quando você chegar no DOPS eu vou te matar de porrada, está certo?". Eu estava quebrado de tanta porrada, imagine moleza... e respondi "Combinado". E ele, "Que filho da puta, o moleque ainda é debochado".

Eles entraram, veio o Davi, me pegou pela algema e disse: "Vou pendurar esse moleque". Quando chegamos na porta da sala vejo o meu pai na cadeira do dragão. O capitão Ênio sai de dentro perguntando "O que ele está fazendo aqui?" E o Davi responde: "Vou pendurar". Ênio diz: "Não, a prioridade é o velho". O Davi fala: "Eu vou pendurar". Aí ficam "Não vai", "Vou", "Não vai", "Vou". Até que eles puxam as armas e se engatilham. Do andar debaixo, o Ustra gritou: "O que está havendo aí?". O Ênio diz: "É o

“Eles pararam o carro para tomar café e eu vi, na banca de jornal, a manchete da *Folha da Tarde* com a foto do meu pai, e eu pensei: ‘Mataram meu pai, o próximo sou eu’”

Davi, major, ele quer pendurar o menino, mas a prioridade agora é o Roque”. Aí o Ustra grita “Davi, obedece o oficial, porra, desce esse menino daí!”. O Davi obedeceu e me levou para uma sala de interrogatório. Fui levado para a rua, e pelo rádio veio a informação: “Matamos o Rei. Estamos na ambulância levando ele para o hospital”. Essa era a senha deles, que significava que eles estavam indo para a OBAN. No final do dia me puseram na cela.

Não me lembro muito bem desse momento, mas foi na cela que fui saber que meu pai tinha sido morto ou estava para ser morto. Mas não cheguei a ver o corpo dele. Na minha cabeça, esse momento é muito conturbado. Não sei exatamente onde estava nessa hora. Eu praticamente desmaiei de cansaço. Estava há dois dias sem dormir e de manhã me tiraram mais uma vez para ver se eu reconhecia alguém na rua.

No tempo que esteve presa, minha mãe dizia para eles: “Vocês são uns monstros. Torturar meu filho e matar meu marido do jeito que vocês mataram”. Lá, todos chamavam minha mãe de Dona Fanny, menos o Ustra. Um dia, ela estava numa cela com outras mulheres, ele chegou e disse: “Olha aqui, velha filha da puta. Olha o que o assassino do seu marido fez com o industrial [referindo-se à Henning Albert Boilensen]”. E ela respondeu: “Muito me admira um oficial das Forças Armadas tratar uma senhora desse jeito. Você deveria ter vergonha”. Ele, totalmente perturbado, foi embora. O comandante do II Exército chamou a atenção dele diante da oficialidade por causa disso.

Depois de 28 dias de OBAN , ouvi: “Sua mãe está indo embora para o DOPS”. Pensei: “Agora vão me matar”. Aí percebi que era um despiste, porque na última hora me chamaram e disseram: “Arrume as suas coisas que você vai para o DOPS”. Quando chegamos ao DOPS, havia um tumulto desgraçado na frente. Entraram conosco e fomos direto para a cela.

No DOPS, fiquei até julho, quando o Otavinho, da OBAN, disse que eu seria levado para o Sul. Achei que seria morto, me despedi do pessoal, pedindo “Lembrem de mim” e os companheiros dizendo “Aguenta firme, não abaixe a cabeça”.

Eu tinha certeza que iam me matar. Entrei no carro e quando vi, estávamos no presídio Tiradentes. Pensei: “Então não vou morrer, só se forem matar muita gente”. O Otavinho disse à minha mãe: “Dona Fanny, a senhora vai poder falar para seus netos que teve a mala carregada pelo delegado da OBAN”. E ela respondeu a ele: “Você que vai ter a honra de falar para os seus netos que carregou a mala de uma comunista com muita dignidade. Você não tem dignidade, eu tenho”.

Nos levaram para o a OBAN e nessa noite ouvimos as torturas brutais cometidas contra o jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino. Depois de muita tortura o mataram e alegaram que ele morreu ao tentar fugir dos policiais. Fomos levados para o Sul. Ficamos um mês e meio no Rio Grande do Sul e de lá voltamos para o DOPS, onde fiquei até novembro, quando tive minha incomunicabilidade quebrada. Aí fui para o Presídio Tiradentes e em janeiro me levaram para a penitenciária do Estado. Fui mantido lá por dois meses na tentativa de me levar para a televisão. Era aquela operação de forçar a pessoa a rejeitar a luta contra a ditadura e, pior ainda, elogiar a política da ditadura. Claro que não aceitei. Aí voltei para o Tiradentes e em 12 de maio entramos em greve de fome, pois queriam separar os presos em pequenos grupos e reprimir ou até matar os que achassem irrecuperáveis. Voltei para a OBAN por vinte dias, onde pararam a greve de fome na porrada e ameaça. Depois, voltei para o Tiradentes e começou um período que eram dois meses lá e depois DOPS.

Quando fiz 18 anos, eu estava no Presídio do Hipódromo, pois o Tiradentes foi demolido, em maio. Em minha homenagem, as companheiras da ala política cantaram a música “Pesadelo”. Foi muito emocionante.

Para Taubaté, eu fui levado em novembro de 1973, onde fiquei até os 22 anos. Em 1974, após um pedido de *habeas corpus* feito por minha mãe, saiu uma decisão para eu ser solto e me trouxeram para São Paulo. Fui trazido e um preso de Taubaté foi pago para me matar. Ele iria me matar no carro de presos, pois ele viria junto comigo no camburão. Outro preso interferiu e conseguiu neutralizar o cara.

Fui levado ao juizado de menores para ser solto. Lá, havia um cerco monumental de tropas da Polícia Militar, da Polícia Civil e os caras da OBAN forçaram o juiz a voltar atrás na decisão de me soltar, alegando que eu tinha quebrado a liberdade vigiada. Minha irmã Iara e o advogado conversam com o juiz, que alega que eu tinha outro processo e a Iara mos-

tra uma declaração que dizia que eu não tinha processo algum: "Vocês não estão vendo o que está acontecendo? Se eu deixar ele sair, vão matar o Ivan e a mim também. Não vou fazer isso". Fiquei lá no Recolhimento Provisório de Menores por uma semana. Fui espancado, quebraram meu dedo e depois me devolveram para Taubaté, onde cheguei numa situação diferente. Não podia mais ler revistas, jornais, nada. Era cela forte direto e lá fiquei uns quinze dias, sob a alegação de que não havia cela comum para mim.

Fiquei numa situação de merda, porque não tinha prazo para sair. Era uma prisão perpétua não declarada. Estava de saco tão cheio que pensei e até tentei me matar enforcado. Depois, voltei atrás. Numa madrugada eu coloquei o lençol na grade e coloquei no pescoço. Na hora que eu ia pular do banquinho, passaram na minha frente todas as pessoas que eu conheci na vida, olhando para mim e perguntando "Por que, por quê?". Aí tirei o lençol e fiquei a noite inteira pensando: "A morte não é para quem morre, é para quem fica", Então, devo satisfação a quem fica, e não posso fazer isso, tenho que enfrentar.

> "A ditadura nos forçou a virar soldados para combatê-la. Acho que esse é o grande crime da ditadura. Meu pai era um mecânico e virou um soldado para combater os caras"

Também passei por uma fase em que queria acreditar em alguma coisa sobrenatural, que seria Deus. Mas vi que não existia. Eu brinco que eu vi Deus e ele disse "Não acredite em mim, eu não existo". Depois, pensei na loucura como uma forma de escapar daquela situação.

Até que mataram o [Vladimir] Herzog, o [Manoel] Fiel Filho e começou a fase de aberturas. Os caras começaram a se livrar dos casos mais complicados. O primeiro era o meu, o mais denunciado no exterior. Fui solto em agosto de 1976. Depois que saí, fiquei dois para três anos sendo seguido dia e noite. Nos dois primeiros anos tinha que ir toda semana na auditoria para marcar presença, dizer que estava vivo, que não tinha fugido. Então me integrei à luta por liberdades democráticas, que era a Anistia, Constituinte, eleição direta.

A ditadura nos forçou a virar soldados para combatê-la. Acho que esse é o grande crime da ditadura. Meu pai era um mecânico e virou um soldado para combater os caras. Eu era um filho de mecânico. Eu ia ser mecânico, operário de outra coisa, com muito sacrifício e sorte técnico ou engenheiro, mas todos nos violentamos e tivemos que virar soldados. Todos nós tivemos a vida interrompida, o sacrifício de viver clandestinidade.

IVAN AKSELRUD DE SEIXAS nasceu em 4 de setembro de 1954, em Porto Alegre (RS). Filho de Joaquim Alencar de Seixas e de Fanny Akselrud de Seixas. Foi militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e tinha 16 anos em 1971, quando foi preso. Formado em jornalismo, é Coordenador da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo "Rubens Paiva".

Nesta página, Ivan e seu cachorro Veludo, em sua casa em Porto Alegre (RS)

Joaquim Alencar de Seixas nasceu em 21 de janeiro de 1922, em Bragança (PA), filho de Estolano Pimenta de Seixas e Maria Pordeus de Alencar Seixas. Morto em 17 de abril de 1971. Dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Era casado com Fanny Akselrud Seixas, com quem teve quatro filhos, Iara, Ieda, Ivan e Irineu.

Joaquim mudou-se para o Rio de Janeiro aos 19 anos e trabalhou como mecânico de aviões na Varig, Aerovias e Panair. Perdeu o emprego diversas vezes devido a sua atuação política. Quando trabalhava na Varig, apresentou uma denúncia ligando a empresa ao governo ditatorial de Getúlio Vargas e aos nazistas alemães. No Rio, aproximou-se do Partido Comunista e nele militou até 1953. Logo após a queda de Getúlio, casado com Fanny, a quem conheceu na sede do partido, muda-se para o Rio Grande do Sul, onde desempenha distintas ocupações. Por volta de 1960, volta a residir no Rio. Ocupou o cargo de encarregado de manutenção da Petrobrás e participava ativamente do sindicato dos petroleiros quando ocorreu o golpe militar.

Demitido da estatal nos expurgos praticados pelo regime militar na empresa, Seixas e a família retornam ao Rio Grande do Sul no final de 1964. Em 1970, a família se muda para São Paulo e se integra ao MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes).

Em 15 de abril de 1971, em represália ao assassinato de Devanir José de Carvalho, dirigente do MRT, em ação conjunta organizada pelo MRT e pela ALN, é morto o então presidente da Ultragás Henning Albert Boilesen, fundador e financiador da OBAN, posteriormente reorganizada como DOI-CODI. Nos dias 16 e 17, foram presos e, em seguida, assassinados, Seixas e Dimas Casemiro, sob a acusação da execução de Boilesen.

No dia em que foi preso, Seixas estava acompanhado do filho adolescente, Ivan, também militante do MRT. Ambos foram levados para a 37ª DP. No pátio de manobras daquela unidade, a violência dos espancamentos chegou ao ponto de partir a corrente das algemas que os uniam. Pouco depois, na sala do interrogatório, um foi torturado na frente do outro. Enquanto o suplício se prolongava, a casa da família foi saqueada e foram presas a esposa e as duas filhas. No dia seguinte, 17 de abril, os jornais paulistas publicaram uma nota oficial dos órgãos de segurança estampando a notícia da morte em tiroteio de Joaquim Alencar de Seixas. Contudo, ele não estava morto, pois ainda sofria as torturas, o que foi testemunhado por seu filho Ivan, sua esposa e suas duas filhas, Ieda e Iara.

Por volta das 19 horas do dia 17, Seixas foi morto. Sua esposa Fanny viu os policiais estacionarem uma perua C-14 no pátio de manobras, forrarem seu porta-malas com jornais e colocarem o corpo que reconheceu ser o de seu marido.

Fanny Akselrud de Seixas nasceu em 2 de fevereiro de 1918, em Santa Maria (RS). Filha de imigrantes oriundos da região conhecida como Bessarábia, Moldávia, professora primária, trabalhou como secretária na sede do Partido Comunista, do qual era militante desde jovem.

Em 1944, conheceu Joaquim Alencar de Seixas na sede do Partido Comunista, e com ele teve quatro filhos.

Em 16 de abril de 1971, horas depois que seu marido e seu filho Ivan foram presos, Fanny foi arrancada de casa com suas duas filhas, Iara e Ieda e levadas para a OBAN (Operação Bandeirante) onde foram torturadas. Depois de transferidas para o Presídio Tiradentes, ficaram presas por um ano e meio.

Família Seixas

1. Joaquim e Fanny namoram no Rio de Janeiro (RJ), em 1946

2 e 3. Fanny e Joaquim, em 1945

2

3

1

4

5

4 e 5. Joaquim e Fanny com a primogênita Ieda, nascida em 6 de outubro de 1947, em Porto Alegre (RS)

6. O casal com as filhas Ieda e Iara, em viagem ao Rio de Janeiro

6

7

8

9

7 e 8. O cotidiano da família Seixas (os pais, Ieda, Iara e Ivan) em sua casa na Vila Jardim, em Porto Alegre (RS)

9. Ivan no cadeirão em refeição com a família

10

10. Ieda (a mais alta), Ivan e Iara (a primeira à direita) com amigas, no Parque da Redenção, em Porto Alegre (RS), 1949

11. Iara, Irineu e Ivan, na casa da família em Belém (PA)

12. A família reunida na porta de casa em Belém (PA), em 1960

11

12

PETROBRÁS
REDUC
DSO-SETRAN

AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR
(MATRÍCULA INTERNA)

NOME: Joaquim Alencar Seixas
FUNÇÃO: Contra-Mestre CHAPA: 5090
HABILITAÇÃO: Profissional PRONTUÁRIO: [illegible]
AUTORIZADO A DIRIGIR AS VIATURAS: 05-20/16

CHEFE STG
CHEFE SETRAN

1. Carteira de identificação profissional de Joaquim como contra-mestre da Petrobrás

2. Joaquim em reunião com operários na Petrobrás

3. Família reunida na entrada de sua casa no Rio de Janeiro. Fanny, Joaquim, Ieda, Ivan, Iara e Irineu, 1964. Logo depois Joaquim foi expurgado da Petrobrás e a família fugiu para Porto Alegre (RS)

4. Imagem confeccionada por Joaquim com câmera que ele mesmo construiu

O hino de Boilesen rompe o silêncio

Para aliciar, terror engana

Repudio geral ao assassínio

Localizado e morto um dos assassinos

Aberta a Semana de Tiradentes

O STM liberta professor

Gestante é posta em liberdade

DROGASIL SERVE CONFIANÇA PLANTÃO

CURSO DE EDUCAÇÃO FISICA E RECREAÇÃO ESCOLAR

Os progressistas e o Brasil

GUSTAVO CORÇÃO

VIAGEM AO REDOR DO MUNDO SS FRANCE 91 DIAS 30 PORTOS

FRANSTUR

Acima, Edição da Folha da Tarde de 17 de abril de 1971,em que a morte de Joaquim Seixas é anunciada. Porém, Seixas ainda estava vivo, nas dependências da OBAN

- Xerox de documentação aprendida, onde consta Carteira Nacional de Habilitação, , Carteira do Aero Clube de São Paulo

- Filiação: Estelano Pimentel de Seixas
Maria Pordeus de Alencar Seixas.
- Nascimento: 02.01.22
- Brasileiro:
- Residencia: Em P.Alegre em 1966 a 1968 : Rua Mirassema 321 - Chacara das Pedras. cart. Prof. 34.391/71ª
- Filhos : Iedo Akselrad de Seixas
Iara " " de Seixas
Ivan " " de Seixas
Irineu " " de Seixas
- Informação em Papel -CIIE-, Em Certa Oportunidade .

Codinome: "Ruth" - "Lourdes"

- Em 09-07-71: Rec. Presas Tiradentes.
- Em 10-01-72: Teve sua Prisão Preventiva decretada pela 2ª Aud. - 2ª CJM.
- Tem ligações com Joaquim Alencar Seixas (Informação de 06-08-73)
- Absolvida do Processo nº 132/71 (FRENTE) 2ª Aud. da 2ª CJM.

CJM comunica que por despacho foi determinado fosse submetido a custódia o indiciado que deverá ficar isolado de elementos criminosos e com assistência fisica e espiritual.

IVAN AKSELRUD DE SEIXAS
CODINOME: José e Teobaldo
M.R.T.
Filiação: Joaquim Alencar de Seixas e de
Fanny Akselrud Alencar de Seixas.
ALBUM Nº 01-FOTO Nº 016
- Elemento envolvido em ações realizadas pela FRENTE.
PASTA 116 DOC 01
Nascido: 04-09-1.954 - Porto Alegre.
ORGANIZAÇÃO: ALN - MRT - MR-8 - VPR - ...
- Foi indiciado em Inquérito Policial em ....1.971.
- Oficio 1851 de 24-08-1.971 da 1ª Auditoria da 2ª

8

5

6

7

5. Irineu, adulto

6. Joaquim preso, foto de ficha do DOPS

7. Ivan, depois de sair da prisão. Foto para documentos, 1976

8.Fichas de Joaquim, Fanny e Ivan do DOPS

Saudade é ser depois de ter[1]

por Iara e Isabel Lobo

Somos filhas de Raimundo Gonçalves de Figueiredo e Maria Regina Lobo de Figueiredo, torturados e mortos pela ditadura nos anos de 1971 e 1972, em Recife e no Rio de Janeiro, respectivamente. Sempre é muito difícil lidar com a morte de nossos pais. É um assunto muito delicado para nós, que mexe com sentimentos muito profundos.

Mais do que conhecer os responsáveis pela morte de nossos pais, queremos que, nesse processo desencadeado pela instalação da Comissão da Verdade, as imagens de nossos pais sejam respeitadas, principalmente a do nosso pai.

Nosso pai foi apontado como um dos responsáveis por um ato no aeroporto de Guararapes (PE), com o objetivo de atingir o general Costa e Silva, e que, não dando certo, causou a morte de duas pessoas. Não nos cabe e não podemos julgar tal ato e muito menos nosso pai. Sentimos muito a morte dessas pessoas e de alguma forma sabemos que estamos ligadas a elas.

Ocorre, porém, que o referido ato foi uma ação planejada por um grupo de pessoas, que, com a exceção de um padre, aproveitaram que nosso pai estava morto e jogaram a responsabilidade toda sobre ele. Para isso, denegriram a imagem de nosso pai, algumas vezes publicamente. Não se importaram com o fato desse homem ter dado sua vida pelo ideal que acreditavam e que, segundo relatos, tenha salvado a vida de vários de seus companheiros em diversas ocasiões.

À esquerda, o casamento de Raimundo e Maria Regina, em Olinda (PE), 1966

> “Mais do que conhecer os responsáveis pela morte de nossos pais, queremos que, no processo desencadeado pela instalação da Comissão da Verdade, as imagens de nossos pais sejam respeitadas, principalmente a do nosso pai”

Temos conhecimento que um dos envolvidos no ato, que muitos anos depois responsabilizou nosso pai, foi quem o entregou à polícia, o que resultou em sua morte. Outro, bastante tempo depois, ao ser interpelado por nós por queimar a imagem de nosso pai, desmentiu as afirmações feitas por ele na imprensa, mas não teve o trabalho de desmentir também publicamente. Outro, ao ser procurado por nós muito tempo depois, quando de uma série de reportagens falando sobre o caso de Guararapes, que o apontava também como autor, contou-nos que ele propriamente não estava envolvido, mas que nosso pai e um grupo sim.

Esse senhor pediu-nos para xerocar um material particular que tínhamos em mãos, alegando que era para guardar em seu arquivo particular. Depois de dois dias, esse material foi publicado na imprensa, em resposta às referidas reportagens, tentando inculpar somente nosso pai pela ação.

Sabemos que não é papel da Comissão Nacional da Verdade investigar a ação da esquerda, mas, realmente, no nosso caso, tivemos que lidar muito cedo com questões muito além do bem e do mal, dos bons e dos ruins. Foi muito difícil ver esses homens se aproveitando tanto da morte do nosso pai, como da nossa fragilidade.

Da mesma forma que concordamos que a impunidade dos militares envolvidos com os crimes da ditadura tem repercussões nos dias de hoje em várias esferas da sociedade, acreditamos que a covardia com que nosso pai foi tratado por seus “companheiros” tem reflexos até hoje na cultura de nossa esquerda.

Vimos com bons olhos a instauração da Comissão da Verdade, principalmente no governo da presidenta Dilma, que sentiu na pele o sofrimento daquela época. Faz bem ver alguns

[1] Guimarães Rosa

“Ter a lembrança de água entrando em nossa casa por causa de uma cheia do rio Capiberibe, nós em cima da cama de casal de nossos pais e só conseguir recordar de uma grande alegria: andar na casa, só de barco”

estudantes hoje protestarem com autêntica emoção, como também é bom ver a deputada Erundina, nos seus 80 anos, tão verdadeiramente empenhada em garantir justiça às mortes ocorridas no regime militar. Faz bem sim, principalmente em um país com uma cultura como a nossa. É muito ruim perceber o “deixa disso”, sem ao menos as pessoas se colocarem em nossos lugares e pensarem o que sentiriam com a impunidade e com o descaso se fossem seus familiares.

Porém, além da morte de nossos pais de forma tão violenta, quando éramos muito pequenas, e de toda a falta que eles fizeram, tivemos que nos deparar com a atitude desses senhores. No entanto, toda essa vivência foi o que nos impeliu muito fortemente, cada uma da sua maneira, a buscar uma superação, um conforto, muito embora isso seja trabalho para todas as nossas vidas.

Gostaríamos que neste processo em curso houvesse um pouco da profundidade e transcendência que estamos buscando na elaboração da morte de nossos pais. Não se trata de não se buscar justiça, mas de ver além disso. Só assim acreditamos que o processo possa contribuir de fato para as vítimas, estejam elas mortas ou vivas.

Gostaríamos que esse processo pudesse contribuir de alguma forma, por exemplo, para que os parentes dos mortos no episódio de Guararapes tivessem um olhar compassivo para com nosso pai, que tivessem um entendimento de que os que lutaram naquela época foram os que mais captaram toda a necessidade de liberdade e justiça social que havia na época. Que soubessem que nosso pai era, sobretudo, um homem muito caridoso, um homem simples, filho de um seleiro e uma parteira de uma cidade de Minas. Fazia o que podia para ajudar quem precisava.

Segundo nossa avó, mais de uma vez, quando rapaz, chegou em casa sem a camisa e os sapatos, pois os havia dado na rua.

Temos posições diferentes quanto à necessidade de responsabilização pela morte dos nossos pais, mas, ambas necessitamos que o processo em curso trate a história de nossos pais de uma forma muito cuidadosa. Não gostaríamos, por exemplo, de ver fotos de nossos pais mortos espalhadas pela internet. Nossas lembranças são por demais tênues e preciosas.

Ter a lembrança de água entrando em nossa casa por causa de uma cheia do rio Capiberibe, nós em cima da cama de casal de nossos pais e só conseguir recordar de uma grande alegria: andar na casa, só de barco. Depois no cangote de nosso pai correndo da cheia e sentir-se segura. Reconhecer em breves momentos o cheiro da mulher mais linda do mundo. Lembrar de como ela conseguia fazer da poltrona de ônibus um lugar cheiroso, gostoso e quentinho. Reconhecer em alguém algo que lembra nossa mãe. As recordações tristes existem muitas, mas essas são as que preservamos com maior cuidado.

Gostaríamos de ter os restos mortais de nosso pai, muito em consideração à mãe dele, já falecida, que um ano antes da morte de nosso pai, perdeu sua outra filha afogada. Nossa avó fez uma promessa de não sair mais de casa, caso o corpo dela fosse achado. O corpo de nossa tia foi encontrado, mas um ano depois seu único outro filho morreu e ela nunca pode enterrá-lo. Nossa mãe foi enterrada por seus familiares.

Enfim, gostaríamos que o processo em curso, mais que mexer nessas feridas tão grandes, aplique os remédios e os cuidados necessários para que elas possam cicatrizar.

ISABEL LOBO DE FIGUEIREDO nasceu em 1967 e é engenheira agrônoma.

IARA LOBO DE FIGUEIREDO nasceu em 1968 e é advogada.

A família

1. Dirigente da VAR-Palmares, Raimundo morreu aos 33 anos

2- Maria Regina participou da Juventude Universitária Católica (JUC) e foi militante da VAR-Palmares

3- Isabel e Iara, filhas de Maria Regina e Raimundo

2

1

3

Maria Regina Lobo de Figueiredo

nasceu em 5 de junho de 1938, no Rio de Janeiro (RJ), filha de Álvaro Lobo Leite Pereira e Cecília Lisboa Lobo. Morta em 29 de março de 1972. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). Participou da Juventude Universitária Católica (JUC) e era formada em Filosofia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (atual UFRJ). Desenvolveu um trabalho na cidade de Marcos (MA), pelo Movimento de Educação de Base (MEB), apoiado pela Igreja Católica. Ali permaneceu cerca de três anos, dirigindo-se depois para o Recife (PE). Era casada com Raimundo Gonçalves Figueiredo, assassinado em 28 de abril de 1971, com quem teve duas filhas, Isabel e Iara, as quais tinham 3 e 4 anos quando ocorreu sua morte.

A prisão e morte de Maria Regina e outros três companheiros de organização – Antônio Marcos Pinto de Oliveira, Wilton Ferreira e Ligia Maria Salgado Nóbrega, ocorreu no episódio que ficou conhecido como Chacina de Quintino, quando a casa em que moravam, no Rio de Janeiro, foi invadida por agentes do DOI-CODI/RJ, em 29 de março de 1972.

Raimundo Gonçalves de Figueiredo

nasceu em março de 1939, em Curvelo (MG), filho de Francisco Gonçalves Viana e Ana Gonçalves de Figueiredo. Morto em 28 de abril de 1971. Dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Era bancário em Sete Lagoas (MG), onde participou da Juventude Operária Católica (JOC). Logo foi transferido para Belo Horizonte (MG). Estudou em um seminário na mesma cidade, onde participou de mobilizações estudantis e mutirões em favelas. Nesta época, iniciou sua militância na Ação Popular (AP). Após romper com essa organização, participou da Ala Vermelha – uma dissidência do PCdoB – e, mais tarde, ingressou na VAR-Palmares. Esteve preso no DOPS/GB entre outubro e novembro de 1968, de onde foi solto por meio de um *habeas corpus*. Morreu aos 33 anos e vivia em Jaboatão dos Guararapes (PE). Foi baleado e preso em uma casa do bairro de Sucupira, em Recife (PE), por agentes do DOPS pernambucano, em 27 de abril de 1971, morrendo no dia seguinte.

"Tive muita dificuldade com a expressão dos meus sentimentos"

por Paulo de Miranda Sipahi Pires

Sou filho da Rita Maria de Miranda Sipahi Pires e do Antônio Othon Pires Rolim, também conhecido como Ari. Os dois foram presos. Na época, eu a Camila, minha irmã, éramos crianças. Eu tinha 6 ou 7 anos, e ela tinha um pouco menos, 5 anos.

Por sermos crianças, quando os fatos aconteceram, é muito difícil manter algum tipo de memória mais contextualizada do que estava acontecendo. Mas acho que a dificuldade maior mesmo era não ter com quem conversar, alguém que ouvisse e que validasse o que eu estava sentindo então. O que eu mostrarei aqui são alguns desenhos que fiz na época e que retratam os sentimentos que vivi em função da prisão dos meus pais. No papel, através dos desenhos, foi possível expressar coisas que naquele momento eu não podia expressar verbalmente.

A minha exigência em relação ao Estado é que declare que meus pais são heróis e não bandidos. Naquela época, se alguém estava preso era bandido. Como eu era criança e meus pais estavam presos, era como se eles fossem bandidos. Mas eles não eram bandidos. Eu tinha essa noção. Só que não se falava dessas coisas. E se falássemos, éramos severamente repreendidos. Eu fui repreendido na escola. Então eu tive muita dificuldade com a expressão dos meus sentimentos. Portanto, a minha exigência em relação ao Estado é que de alguma forma me digam: "Não, eles não são bandidos; na verdade, eles são heróis". Quando digo isso, estou me reportando ao Paulo aos 8 anos de idade. Essa é a reparação que espero.

À esquerda Paulo, brincando com amigo, aos 7 anos, Rio de Janeiro

Falando da época das visitas aos nossos pais no Presídio Tiradentes, uma coisa que me atormentava eram os dois toques da campainha. Quando soava o primeiro toque, eu sabia que era o momento de nos despedirmos, então era uma dificuldade para mim.

> "O que eu mostrarei aqui são alguns desenhos que fiz na época e que retratam os sentimentos que vivi em função da prisão dos meus pais. No papel, através dos desenhos, foi possível expressar coisas que naquele momento eu não podia expressar verbalmente"

Nós fazíamos uma viagem de trem, pegávamos a fila para a revista e esperávamos muito para ter aquele encontro com nossos pais, e fazer a visita num espaço tão curto de tempo que nem matava a saudade. As visitas eram um misto de dor e de alegria, porque assim que começavam eu sabia logo que iria acabar. Havia uma angústia mesmo de saber que aquilo ia acabar. E aquele presídio era um lugar muito ameaçador. A visita acontecia em um pátio estreito com um muro muito alto. Eu sentava num banco de alvenaria encostado no muro e bem em cima, no alto do muro, tinha uma guarita. E nos momentos em que eu estava sozinho eu olhava para cima. E na guarita tinha um soldado com o fuzil apontado. E eu sentia sempre que alguém estava me ameaçando.

Eu me sentia totalmente ameaçado naquele ambiente. Mas me sentia ameaçado também na escola em que estudava. E eu pensava que se meus pais eram bandidos eu também era bandido. Eu não me senti amparado para repetir: "Não, você não é um bandido, porque seus pais não são bandidos". Assim, eu carrego esse sentimento daquela criança de 7 anos. E nunca me foi dito o contrário. E não será dito pela TV Globo, pela *Folha de São Paulo* nem pelo *Estadão*. Isso não será dito pelas setenta famílias detentoras da mídia no Brasil.

A reparação de dizer "seus pais são heróis" cabe ao Estado fazer de alguma maneira. Claro que há projetos de memória nas grandes cidades onde houve muita repressão da ditadura. Só que eu moro numa cidade do interior do Rio de Janeiro, onde a convicção que as pessoas têm a respeito da ditadura é que foi muito boa. Eu acredito que para atingir todo o país não basta um canal da TV Cultura, porque a divulgação dessa mídia é muito pequena.

Quando eu fui à primeira sessão da Comissão da Verdade de São Paulo, na Assembleia

“E para dizer que muito pouca coisa mudou, institucionalmente a Polícia Militar atua exatamente da mesma maneira que no passado na ditadura”

Legislativa de São Paulo, ocorreu-me lembrar de algo que eu tinha visto a respeito da questão do Holocausto: o [Steven] Spielberg havia recolhido fundos e doado, também parte da renda do filme *A Lista de Schindler*, para a criação de um museu de memória às vítimas do Holocausto. Nesse museu há um arquivo enorme, acessível online e com testemunhos das pessoas que passaram por aquilo, sobreviveram e contam suas histórias. E eu imagino que o único jeito de se atingir um país do tamanho do nosso, hoje, é desse jeito, por meio da internet. Mas não basta ter apenas o registro para as gerações futuras. Eu quero que esse registro ainda mude a minha vida, ainda quero ver isso acontecer para reparar o que senti dos 7 anos aos 49 anos de idade.

E para dizer que muito pouca coisa mudou, institucionalmente, a Polícia Militar atua exatamente da mesma maneira que no passado, na ditadura. Hoje, a PM não está só reprimindo as pessoas que têm uma atividade política, mas está assassinando e acontece um genocídio dos jovens negros, pobres e que moram na periferia dos grandes centros urbanos.

PAULO DE MIRANDA SIPAHI PIRES nasceu em 14 de janeiro de 1964. Estudou psicologia e trabalha como bancário na Caixa Econômica Federal.

“Este é um desenho da tia Laura. Ela e o tio Huseyin foram as pessoas que nos abrigaram enquanto nossos pais estavam presos”.

“Me disseram que mamãe lutou contra a ditadura, então retratei mamãe como guerrilheira com fuzil e vestida com as cores da bandeira do Brasil”.

“Este é o trem de prata, pegávamos esse trem para visitar os nossos pais, porque a gente morava no Rio e eles estavam presos no presídio Tiradentes, em São Paulo. Então a gente pegava o trem de prata. O trem de prata tinha que andar bem rápido para a gente chegar logo e não perder a hora da visita. Pegávamos o trem de noite no Rio de Janeiro e chegávamos de manhã em São Paulo. Para explicar que ele andava rápido eu desenhei um coelho do lado direito”.

"A torre de comando está avisando a espaçonave para voltar com o homem que saltou da nave quebrada. Como fazer para trazer meus pais de volta? Muita angústia".

"Não era possível falar da minha raiva e da minha frustação, mas eu precisava dizer e convencer a mim mesmo do meu poder destruidorque eu tinha contra aqueles que ousaram sequestrar minha mãe e meu pai".

"Nesse desenho estou falando da vida bruta, porque estava muito bruto tudo o que aconteceu com nossa família".

"O desenho retrata mais ou menos a situação que eu sofria. Imaginem três aviões que tentam aterrissar e cada um tem seu trajeto de aterissagem, e eu não podia estar em nenhum desses trajetos. Isso traduz o meu sofrimento, pois eu não sentia que podia estar em algum lugar".

"O sequestro da minha memória"

por Camila Sipahi Pires

Sou filha de Rita de Miranda Sipahi e Antônio Othon Pires Rolim. Para fazer esse relato decidi realizar uma projeção de desenhos e textos, que nomeei como "O sequestro da minha memória". Quero dedicá-lo a todos os presos, desaparecidos, mortos e principalmente aos seus familiares – mães, pais irmãos, filhos... enfim, todos aqueles que sofreram direta ou indiretamente com a tortura, porque eu entendo que o sofrimento que as famílias passaram também foi uma forma de tortura.

Como filha, procurei dar a minha contribuição contando um pouco daquilo que eu me recordo, que é pouco, já que acredito que naquele momento, assim como meus pais, a minha memória também foi sequestrada. Digo isso porque no decorrer dos acontecimentos passei por um processo de esquecimento, ou melhor dizendo, "apagamento" de memória, gerado pela angústia e pelo medo, que me poupou das dores imediatas da separação. Em contrapartida, levou consigo os rostos de pessoas queridas, como o de meu pai, minha babá chamada Neném, meus amigos, momentos agradáveis, minha vida familiar e escolar.

Mas como contar tudo o que lembro quarenta anos depois? Procurei trazer a criança Camilinha, dar voz à pequenina. Então, eu escrevi e desenhei.

[Para esta publicação decidiu expor somente alguns dos desenhos apresentados no dia do depoimento, 9 de maio de 2013, junto a eles outros desenhos reelaborados. Pareceu mais conveniente que o relato estivesse em primeiro plano. Os desenhos, portanto, estão mais como adornos. Espera um dia transformá-los em um livro.]

À esquerda Rita, sentada ao fundo, e Camila, de pé, aos 7 anos, depois de sua mãe solta. Ao centro, Camilinha dança nua – ilustração de Camila Sipahi Pires

A vivência da prisão de meus pais, além do esquecimento, também marcou a minha alma com medos atávicos e tristezas que somente depois, ao amadurecer, mas principalmente através da compreensão do que se passou, pude entender e reconhecer suas origens.

O sequestro de minha mãe foi assim: era noite e estávamos em casa quando dois homens bateram à porta. Como de costume, eu quis fazer gracinha, porque todo mundo me achava muito engraçadinha. Eles entraram, não sorriram, não fizeram nada, não quiseram nenhuma interlocução com a gente, chamaram minha mãe e deram voz de prisão para ela. Nós não entendemos nada, porque foi tudo cochichado. Ela foi para dentro, se desfez de alguns documentos como se estivesse se arrumando e tomando banho e voltou para a sala.

Saímos e descendo no elevador ela disse que precisava nos levar a um lugar ali perto, em Copacabana, para casa da Rute – produtora de teatro, muito sua amiga. Eu e o Paulo estávamos suspensos no ar, não entendíamos o que estava acontecendo. Eram cinco pessoas no carro: minha mãe, os dois, eu e o Paulo. Ela preferiu dirigir porque sabia o endereço. Eles concordaram. Foi aí que eu vi as armas. Tinha um homem do lado dela, no banco da frente, que encostou uma arma em sua cintura. O outro, que estava atrás comigo e com Paulo, colocou uma arma, pelo outro lado, apontada para ela.

Um deles disse que se ela tentasse alguma coisa eles teriam que tomar atitudes graves. Senti um medo enorme em estar dentro do carro. Tento desenhar esse momento, mas não consigo. Até hoje fico angustiada com a iluminação amarelada em ruas desertas, como eram naqueles anos 1970.

Fomos levados para a casa da Rute. A gente saiu do carro, um dos homens ficou esperando na rua, o outro subiu no elevador conosco. A minha impressão é que era um elevador muito apertado. A gente saiu e eu vi um corrredor

“Eu fazia meus comícios, porque eu precisava falar para todo mundo que meus pais estavam presos e que aquilo não era justo, que o presidente estava errado, que não era justo mesmo, que meus pais eram pessoas boas, que tinham filhos bons”

enorme. Voltei lá depois de adulta e vi um corredor pequeno, a visão de uma criança distorce as coisas... Fomos andando pelo corredor de mãos dadas. Ela bateu na porta, a Rute abriu, e minha mãe disse algo em seu ouvido. Rute ficou com aquela expressão de horror no rosto. A seguir, pela primeira vez, depois de toda aquela cena começar, minha mãe nos olhou nos olhos e disse chorando: “Aqueles homens... vou ter que ir com eles. Vocês ficam aqui com a tia Rute”. Ela nos abraçou e se foi. A porta se fechou. A partir dali surgiu uma ansiedade enorme, a gente se perguntanto: “Quando ela vai voltar? Cadê minha mãe, cadê meu pai?”

A essa altura meu pai já estava preso no Recife (PE), mas nós não sabíamos. Naquela época, ele morava em São Paulo e nós no Rio, com minha mãe. Eles não estavam separados, eles decidiram viver assim para nos proteger, porque em São Paulo o pessoal da Ação Popular (AP) estava “caindo”. E, de repente, a gente estava na casa da Rute. Eu, muito ansiosa. O Paulo, muito ansioso. Passou muito tempo sem que a gente soubesse onde estavam a Rita e o Ari.

As coisas só melhoraram um pouco quando nosso tio Huseyin, irmão de minha mãe, ligou. Eu lembrava dele... Ele avisou que estava indo para o Rio de Janeiro com minha tia Laura e meu primo Vitor, de 1 ano e meio. Quando eles chegaram fizeram uma coisa maravilhosa, foram morar conosco em nosso apartamento. Tio Huseyin era muito amoroso, animado, divertido. Tia Laura era uma tia deliciosamente gorda, gentil e enérgica. Logo depois chegou a Tereza, ela era negra, também muito gorda e veio trabalhar em nossa casa.

Acho que tudo isso se deu em torno de um mês e meio, dois... não posso dizer com certeza.

A tia Laura ficou muito preocupada, porque quando eles começaram a explicar que os militares eram malvados, pessoas más, que tinham prendido os pais e as mães, comecei a fazer comício na porta da escola.

Antes da prisão eu não tinha noção do que estava acontecendo, mas eu sabia que existia alguma coisa que não podia ser dita. Tenho uma lembrança muito antiga (porque eu apaguei tudo que foi anterior à prisão), de ir a um enterro de alguém, não sei quem era, num lugar ermo, e que as pessoas choravam muito. Estava todo mundo muito assustado e eu lembro desses cochichos, desse clima de medo pré-prisão. Sabíamos que tinha alguma coisa que estava estranha no ar, mas não sabíamos o que era. Sabíamos que eram segredos. E a partir da prisão o clima era de uma tristeza muito grande.

Eu fazia meus comícios, porque eu precisava falar para todo mundo que meus pais estavam presos e que aquilo não era justo, que o presi-

dente estava errado, que não era justo mesmo, que meus pais eram pessoas boas, que tinham filhos bons. Eu dizia isso na porta da escola e as pessoas diziam: "Psiu, psiu...". Me lembro dos pais de colegas e da minha tia me dizendo: "Fala mais baixo, não precisa dizer isso toda hora". Naquela época tudo era muito perigoso. Eu, na minha inocência, não entendia isso. Eu não tinha vergonha, eu queria falar que não era justo, que minha mãe não tinha feito nada. Eu queria deixar isso muito claro.

Na primeira vez que fui ao presídio fiquei muito ansiosa. Eu estava louca para chegar em São Paulo. Pegamos aquele trem dormitório, nós dois e a tia Laura. Ela foi uma grande mulher. Era muito carinhosa, mas também um tantinho brava. Eu sentia muita segurança com ela.

A chegada à visita era sempre um momento muito ambíguo. São Paulo era uma cidade fria, nublada, cinza. A gente descia na Estação da Luz e andava até o Presídio Tiradentes, que era um lugar todo murado. Lembro de passar por debaixo do arco e de pessoas que nos recebiam de forma gélida. Eles nos mandavam tirar toda a roupa. Para nós, que estávamos felizes, indo para um encontro tão importante, encontrar essa barreira de frieza abalava nossa alegria.

Na primeira visita, minha mãe estava muito magra e pálida, vestia uma blusa rolê mostarda, cabelo preso e saia marrom. Não era a minha mãe linda, que eu via no Rio de Janeiro, de cabelos soltos. De repente, vi aquela mulher frágil, com a cor branca de pessoa doente, com olheiras... Foi um encontro caloroso, mas com uma pessoa que estava arrebentada. Foi um encontro tenso.

Eu sabia que eu ia ver meu pai também. Eu não o via há muito tempo. Vi os dois no mesmo dia. O que acho mais grave disso tudo é que me lembro menos do meu pai do que de minha mãe. Eu acho que isso ocorreu por conta do que aquele período fez comigo: apaguei meu pai tão amado...

As visitas aconteciam duas vezes por mês, a cada quinze dias. Depois da revista a gente entrava no pátio, encontrávamos nossos pais e outras famílias de presos com seus filhos, outras crianças com quem a gente brincava enquanto os adultos conversavam. Tinham cartinhas, pessoas curiosas em nos conhecer... Me lembro do velho Takaoka com seus ratinhos feitos de papel higiênico cor de rosa ou cinza. Dentro do ratinho havia um fiozinho de seda e um carretel. Ele puxava o fiozinho e o ratinho andava sozinho... Era muito lindo.

Naquele lugar tão triste tinha dessas coisas. Era como se aquelas pessoas tristes, presas tivessem um suspiro de alegria.

"Muitas vezes eu pensava: 'Eles vão matar a gente, a gente vai ficar preso aqui'. Na saída do prédio os policiais ainda ficavam apontando os fuzis para nós"

Até a hora que tocava uma sirene que anunciava o término da visita. Acho que era a pior parte. Pior que a entrada, porque na entrada ainda havia a esperança do encontro. Na saída havia a despedida, eu sabia que ia ver meus pais só depois de muito tempo e que não poderia levá-los comigo. E o mais grave era que levavam a gente para outro pátio, com um grande brasão do Exército brasileiro na parede, que era algo assustador, e os guardas que ficavam nas guaritas em cima dos muros de todo o presídio apontavam as armas para nós. Trancavam os portões e ficávamos nesse pátio pequeno, junto com todos os outros familiares, era muito claustrofóbico, porque todo mundo ficava apertado ali. Depois de algum tempo,

Eles falavam baixinho,
eles contavam segredos...

que era eterno pra mim, de muito barulho de portões fechando, começavam a abrir os portões de saída, que eram vários também. Muitas vezes eu pensava: "Eles vão matar a gente, a gente vai ficar preso aqui". Na saída do prédio os policiais ainda ficavam apontando os fuzis para nós.

Desde essa experiência nunca gostei de ficar em lugares fechados com muita gente. Era o fim do dia, a gente voltava para a Estação da Luz e viajávamos a noite inteira para chegar ao Rio.

Acho importante dizer que a saída do Tiradentes, além da dificuldade de nos despedir dos pais e deixar aquela situação para trás, daquele reino onde ninguém sorri, os policiais, com toda aquela encenação, queriam deixar um recado bem claro: engendrar nas nossas cabeças o medo. Eles não só acreditavam que os nossos pais eram bandidos, mas também que nós viríamos a ser "perigosos" no futuro. Eles queriam desfazer qualquer possibilidade de repetirmos os atos dos nossos pais.

Tem uma coisa que me disseram e que não sei se é verdade: que eu e o Paulo fomos umas das poucas crianças a ir à Torre das Donzelas, onde ficavam as presas políticas. Foi uma visita muito esperada e que ocorreu durante a semana. Lembro da angústia. Quando chegamos lá disseram que a nossa autorização não tinha chegado. Esperamos durante um bom tempo, mas conseguimos. A autorização chegou e dessa vez entramos acompanhados pela guarda, não no pátio, mas na Torre.

Foi uma alegria as pessoas nos verem ali, as presas ficaram muito tocadas. Sentimos muito amor por parte delas, embora fosse um lugar triste. Era tudo muito arrumado, as camas beliche cobertas com mantas feitas de retalhos, coisa que atualmente, inclusive, tem a ver com a costura que eu faço hoje.

Uma das únicas coisas que me lembro é de uma mulher, com vestido branco, andando naquela escada em caracol sem fim, com cabelos desgrenhados e falando sozinha, uma realidade de muita loucura.

Depois de um tempo e muitos beijinhos, elas me chamaram para falar perto de um buraco na parede, uma pia, um encanamento, e disseram: "Fala oi pro seu pai que ele está ouvindo do outro lado". E eu entendi que eles tinham alguma comunicação ali, por um cano. Me emocionei muito ao ouvir a voz dele do outro lado: "Oi, filha..." Lembro que não tinha privada, fizemos xixi num buraco no chão. Logo depois fomos avisados que era hora de ir embora.

Na vida lá fora, no Rio, a gente recebia cartinhas muito amorosas. A tia escrevia o que a gente ditava. Nas cartinhas eu contava tudo que estava acontecendo, que eu tinha brigado com o Paulo, perdido um dente, que tinha ganhado parabéns na escola. Lembro que um dia "escrevi" que eu era uma menina muito infeliz, com o desenho de uma menina chorando. Eu manifestava muito sofrimento nos meus desenhos, nessa coisa de morte, de perda.

No período que meus pais estiveram presos, o Paulo ficou muito agressivo e teve que fazer ludoterapia. Para mim era muito frustrante, porque eu passava uma hora e meia vendo ele brincar e eu não. Mas eu contava muito com o Paulo para outras coisas. Ele representava a minha segurança.

Apesar de tudo, acho que a situação poderia ter sido muito mais dramática. Meus tios foram muito importantes naquele momento tão conturbado. O Vitor, meu primo, também, pois deixei de ser a caçula.

Quando o presidente – era o Médici, mas eu achava que era o Geisel – falava na televisão, eu me sentava na frente e tentava convencê-lo que meus pais eram muito bonzinhos.

Muito tempo depois, disseram que minha mãe tinha sido solta e que estava na casa da tia Elenita e do tio Aytan, em São Paulo. Eu adorava a casa deles, adorava brincar com meus primos

Mamãe, mamãe não chore, a vida é assim mesmo...

Guilherme e Fabiano, acho que a Isabel ainda não tinha nascido. Viajamos para São Paulo, para o reencontro. Acho que aquele foi o maior susto que tomei na vida, porque quando eu cheguei na casa de meus tios bem cedinho e entrei no quarto de meus primos, que era bem grande, vi no meio do cômodo uma cama de campanha, dobrável, com uma pessoa totalmente coberta com um lençol branco. Para mim, aquilo era morte. Pensei: "Minha mãe morreu, devolveram um corpo". Comecei a apertá-la e falar: "Mãe, mãe". Aí ela tirou o lençol de cima da cabeça e estava vestida com uma camisola branca. E estava muito pálida. Então ela nos abraçou.

A primeira coisa que perguntei à minha mãe foi: "Você vai voltar para a prisão?" E ela: "Não, Camila, quem é preso uma vez não é preso nunca mais". E isso me deu um alívio enorme. Eu não sabia que, na verdade, era uma grande mentira, porque meu pai já tinha sido preso anos antes, logo depois do nacimento do Paulo, no Recife, na queda do Arraes, em 1964. Essa era a segunda vez que Miguel estava preso.

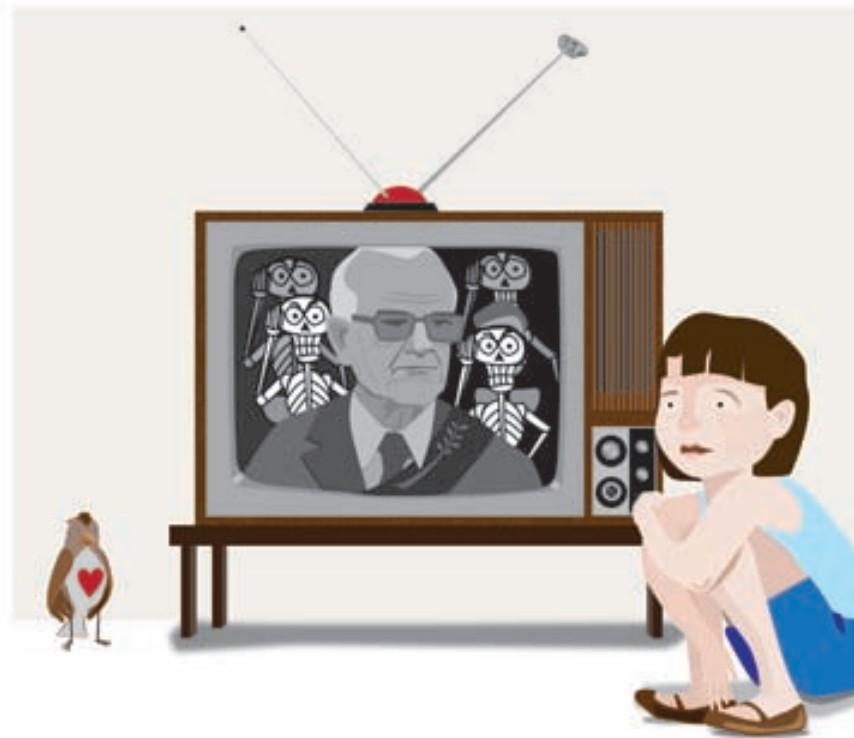
Naqueles dias aconteceu uma coisa que me envergonhou muito. Várias vezes chamei minha mãe de tia e não de mãe. Porque a palavra mãe tinha se tornado a palavra tia.

Minha mãe voltou a morar com a gente e voltamos para São Paulo. Meu pai ficou preso mais seis meses. O retorno para São Paulo foi uma quebra de ritmo. O fim da convivência com a tia Laura, o tio Huseyin, do Vitor, da Tereza, foi novamente uma perda. Claro que eu queria ficar com a minha mãe, mas já tinha me adaptado a uma nova situação. Houve, de novo, uma ruptura. Fomos novamente morar em outro lugar, tivemos que nos acostumar com outros amigos, com nova escola. Depois meu pai saiu da prisão, ficou alguns meses em nossa nova casa até se separar definitivamente de minha mãe.

Tempos depois se casou com a Cida Ribeiro, e agreguei sua família à minha vida, pessoas muito queridas, como a Dita e o Chico, pais dela.

E minha mãe se casou com o Alípio Freire. Fomos morar numa casa no Alto da Lapa. Comecei ali a ter uma vida normal, uma infância muito mais gostosa, brincando com amigos na rua. Os pais do Alípio também foram muito importantes, assim como a chegada de minha irmã Maiana, quando eu tinha 9 anos.

Fomos estudar em colégio público, porque era o que dava naquela época. E eu sentia que a ditadura continuava ali. A partir da prisão dos meus pai peguei horror a qualquer militar, guarda, policial. Anos antes eu ia visitar meus pais na cadeia, via todo mundo fardado, pessoas que nunca nos tratavam bem. Aquele co-

"Naqueles dias aconteceu uma coisa que me envergonhou muito. Várias vezes chamei minha mãe de tia e não de mãe. Porque a palavra mãe tinha se tornado a palavra tia"

Seu presidente solta minha mãe e meu paizinho, eles são bonzinhos!!!!

“Com 9 ou 10 anos eu ficava imaginando o que tinha acontecido, mas tinha receio de perguntar aos meus pais, medo de tocar naquela ferida”

légio parecia assim, todos fardados, com grades nas janelas… Eu costumava falar para meu amigos que meus pais tinham sido presos. Mas sabia qua a sociedade não via com bons olhos. Para aquelas pessoas não era nada bom ser filho de presos políticos. Nunca tive vergonha, mas houve momentos em que eu não falei, porque as pessoas entediam que gente de esquerda era terrorista, criminosa. Era uma sociedade profundamente reacionária. Além disso, minha mãe era uma mulher desquitada e havia um preconceito enorme ao desquite. Nós, enquanto estudamos lá, tinhamos que cantar o Hino à Bandeira, amar o Brasil dos militares. Até que conseguimos ir estudar em um colégio particular, com pessoas mais de esquerda. Foi muito importante para nossa autoestima.

Sobre a tortura, eu sabia que algumas pessoas ficavam machucadas, porque quando íamos ao Presídio Tiradentes havia pessoas que estavam doentes, infelizes, via que tinha gente que tinha sido muito machucada.

Com 9 ou 10 anos eu ficava imaginando o que tinha acontecido, mas tinha receio de perguntar aos meus pais, medo de tocar naquela ferida. Meu pai me dizia algumas coisas, minha mãe outras. O que sempre tive claro para mim é que eles tinham lutado pelo povo brasileiro. Quando fui ficando adolescente, comecei a entender que existia tortura e, com 14, 15 anos, eu pedi ao Alípio para descrever para mim o que era aquilo. Eu pensava: “Como vou conseguir conviver com a ideia de que meus pais sofreram tanto, apanharam tanto, sem eu saber o que foi esse sofrimento?” Foi importante saber o nível de agressividade daquilo. Me tornei parte daquela luta…

Depois daquilo fui agraciada por ver muitas coisas importantes, como a abertura política, a Anistia, os exilados voltarem com a gente cantando “O Bêbado e a Equilibrista” no Aeroporto, a criação do PT, a luta pelas Diretas Já. Enfim, senti o suspiro depois de tanto tempo de um novo Brasil.

“E sei que milhares de crianças hoje passam pelas mesmas penalizações que eu e meu irmão passamos no passado, independente de serem filhos de presos comuns, porque criança é criança, opressão é opressão”

Aos 18 anos, tive minha filha Flora. Foi um grande desafio e uma grande benção. O pai dela, Flávio, faleceu quando ela tinha 5 anos. Foi muito doloroso ver minha filha passar aos 5 anos por uma realidade tão trágica. Por muito tempo vi, refletido nela, as mesmas dores que eu passei nessa idade, mas com ela era mais doído, pois seu pai não iria voltar. Quando ela tinha 18 anos me casei novamente, com o Skowa e tive meu segundo filho, o Bento, tão esperado e amado.

Com seu nascimento tive que me afastar da função de diretora de arte na agência de publicidade onde trabalhava. Então, comecei a fazer bonecos de feltro para portas de maternidade, para conseguir dinheiro, para ajudar na vida. Eu fazia bonecos muito bonitos, famílias felizes, comercial de margarina...

Um dia comecei a ver que aquilo não era a minha realidade. Fui sempre muito feliz com a minha maternidade, não era isso, mas tinha a necessidade de fazer outros bonecos. Fiz, então, a série de bonecos torturados. Eu não torturava os bonecos... eu retratava como era a tortura.

Na minha família falamos sobre isso a vida inteira, mas a impressão que eu tenho é que eu estou em uma sociedade que não pensa sobre a violência nas instituições públicas, nas delegacias e penitenciárias. Então, comecei a fazer os bonecos. Foi um projeto que comecei, abandonei, voltei novamente. Busco sempre abordar esse assunto, pois acredito que se não passarmos a limpo a violência que aconteceu abertamente – pois nada foi tão escondido naquela época, muito pelo contrário – , não iremos mudar o sistema penitenciário de hoje. E sei que milhares de crianças hoje passam pelas mesmas penalizações que eu e meu irmão passamos no passado, independente de serem filhos de presos comuns, porque criança é criança, opressão é opressão.

E a luta continua...

CAMILA SIPAHI PIRES nasceu em 6 de julho 1966, em São Paulo (SP). Formada em Produção Editorial, foi diretora de arte em publicidade por 25 anos. Hoje trabalha com design editorial e continua fazendo seus bonecos.

Antonio Othon Pires Rolim (Ari Rolim), nasceu em 14 de outubro de 1936 na cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, filho de Antonio Pires Sobrinho e Teotonia Rolim Pires. Iniciou sua militância na Juventude Universitária Católica (JUC), em 1957. Formou-se em direito pela Universidade Federal do Ceará e, em 1961, ingressou na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) transferido posteriormente para o Ministério do Planejamento. Participou da criação do movimento político Ação Popular no Nordeste, tendo sido seu dirigente em Pernambuco. Foi preso e processado pelo IV Exército em Recife e afastado do serviço público. Mudou-se para São Paulo, onde continuou sua militância política. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC–SP) e participou da criação do PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), quando foi preso pela OBAN (Operação Bandeirante) em junho de 1971, em cujas dependências foi submetido a torturas e posteriormente condenado pela Segunda Auditoria de Guerra a cinco anos de prisão, tendo cumprido dois anos e sete meses de pena no Presídio Tiradentes da capital do Estado de São Paulo. Durante nove anos participou da direção do *Le Monde Diplomatique do Brasil*, edição em língua portuguesa. Participou ainda da criação e implantação da Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC), uma organização contra a mundialização financeira do capital. Há vinte e cinco anos desenvolve um trabalho de organização da área de projetos e consultoria no setor de engenharia e arquitetura envolvida com estudos e projetos de infraestrutura brasileira.

Rita Maria de Miranda Sipahi nasceu em 23 de fevereiro de 1938, em Fortaleza (CE). Filha de Tahir Sipahi e Alayde Miranda Sipahi. Graduada em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No início dos anos 1960 iniciou sua participação política na Juventude Universitária Católica e no movimento estudantil. Foi representante da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Ceará. Participou da fundação da Ação Popular (AP) no Ceará e integrou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), dissidência da AP. Foi casada com Antônio Othon Pires Rolim, também militante da AP. Em novembro de 1964, quando morava no Recife foi compelida a refugiar-se na cidade de São Paulo, em virtude da prisão preventiva de seu então marido, onde passaram a residir. No ano da 1971, quando residia no Rio de Janeiro, foi presa. Na ocasião, estava em seu apartamento com seus dois filhos, Paulo e Camila, com 7 e 5 anos, respetivamente. Seu marido, à época, encontrava-se por motivo de trabalho fora da cidade. Foi sequestrada (não havia autorização para prisão) por uma equipe do DOI-CODI/RJ, onde ficou durante alguns dias. No entanto, a ordem de busca havia sido emitida pela Operação Bandeirante (OBAN/SP), para onde foi levada. Desde os primeiros momentos da prisão, nos dois órgãos de repressão política, foi torturada. Depois de permanecer por duas semanas na OBAN, foi encaminhada para Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), local em que era feito o reconhecimento da prisão política. Permaneceu presa durante onze meses no Presídio Tiradentes, na Torre das Donzelas. Desde o ano de 1974 é casada com o jornalista Alípio Freire, com quem tem uma filha, de nome Maiana. Foi servidora pública da Prefeitura Municipal de São Paulo, com atuação na criação do Sindicato dos Servidores Públicos de São Paulo. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980. Hoje é Conselheira da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, cuja atuação é reconhecida como serviço público relevante, sem remuneração.

Álbum de família

1 e 2. Ari e Rita

3. Paulo ainda pequeno, Recife (PE)

4. Ari e Paulo aos 3 anos

1

2

3

4

5. Paulo aos 3 anos e meio

6. Rita e Paulo aos 4 anos

7. Sequência de fotos Ari e Paulo aos 5 anos

5

6

7

8. Camila com 6 meses

9. Camila, Rita e Paulo, pouco antes da prisão, Rio de Janeiro

10 e 11. Camila aos 4 anos

12. Tia Laura

13. Camila, Vitor e Paulo, Rio da Janeiro

14. Huseyin e Laura, os tios que ficaram com Paulo e Camila

8

9

10

11

12

14

13

15

15. Camila aos 5 anos, brinca com amiga, Rio de Janeiro

16 e 17. Camila aos 7 anos, Paulo com 9 anos

18. Maiana, irmã de Paulo e Camila, aos 2 anos, tomando banho de mangueira na frente da casa da Rua Curuzu, São Paulo

16

17

18

Fragmentos e histórias

por Rita Sipahi

Fragmentos da história de um menino que nasceu em 1964, quando foi desfechado um golpe contra o Brasil

Terminei o último ano do curso de Direito no Recife, em 1963. No dia 14 de janeiro seguinte (1964), na Maternidade Beneficência Portuguesa, nasceu meu primeiro filho: o Paulo.

A transferência para o Recife se dera pelo casamento com Antônio Othon Pires Rolim – Ari, funcionário da SUDENE. Minha atuação política, iniciada no movimento estudantil do Ceará, prosseguiu em Pernambuco. Depois de alguns anos na Juventude Universitária Católica (JUC), a partir de 1962, passei a militar na nova organização política, criada naquele ano, a Ação Popular (AP).

Eram tempos de muita efervescência, expectativas e esperanças. Construiríamos um novo Brasil – era o que nos apontavam o Plano Trienal, as Reformas de Base e a grande mobilização popular.

A grande festa duraria pouco.

Paulo completava dois meses e dezessete dias quando, na noite de 31 de março, foi desfechado o golpe, e o presidente João Goulart obrigado a deixar o País. Nada mais seria como antes.

Logo depois, o pai do Paulo foi detido e levado para o DOPS do Recife. Liberado, teve em seguida sua prisão preventiva decretada. Decidimos nos refugiar em São Paulo.

Foi nesse ambiente que o Paulo viveu seus primeiros dias. Tudo isso certamente incidiu e decidiu sobre seus caminhos.

Em 1966, já com 2 anos e em São Paulo, nasceu sua irmã, Camila.

Os seus primeiros anos foram marcados pela adaptação à nova cidade, pela instabilidade da nossa vida diante de dificuldades colocadas pela realidade do país. Alguns sinais revelavam isto: quando tinha 4 anos, certo dia Paulo começou a vomitar sem parar. Eu o levei ao Dr. Rubem Blasi (pediatra) que me perguntou: "O que está acontecendo com este menino? Não tem nada, a não ser a reação do vômito".

Calei. Não podia contar o que ocorria: meu irmão (Aytan) e minha cunhada (Helenita) que também viviam em São Paulo, haviam sido presos. Apesar de militarmos em organizações distintas, corríamos novos riscos, o que intensificava o clima de tensão.

Desde criança, o Paulo tinha uma personalidade forte e marcante. Não desistia do que queria. Insistia, refletia e voltava à carga com novos argumentos. Sempre reagiu com veemência, quando contrariado.

A continuidade da nossa militância colocava situações limites, que estiveram presentes ao longo da sua infância, e ele os percebia mesmo que nada fosse contado: conversas, sussurros, contrações das faces, medo disfarçado e o clima tenso.

Em São Paulo, a escola que frequentou aos 2, 3 anos, chamava-se Pequeno Príncipe. Um dia, a diretora me perguntou por que o Batman que o Paulo representava era diferente do Batman de seus amigos. E concluímos que era pelo fato de não ter televisão em casa. Comprei uma TV.

Quando nos transferimos de São Paulo para o Rio, em mais uma tentativa de escaparmos da prisão, as crianças tiveram de enfrentar outras novas mudanças: escola nova, amigos deixados para trás, alfabetização que não se concluiu. A reação do Paulo foi a de me responsabilizar: "Você me tirou da minha escola e eu estava aprendendo a ler".

Nesse tempo, uma das reações físicas do Paulo foi engordar. Tornou-se quase obeso. Só voltaria a emagrecer aos 17, 18 anos.

Em 1971, meu então marido e eu fomos presos. Eu estava sozinha em casa, com as crianças. Consegui que os policiais permitissem que, antes de ser levada para o DOI-CODI, deixasse os filhos em casa de um casal de amigos – Rute e Roberto Cartaxo (gratidão imensa a ambos). Em seguida, meu irmão Huseyin e minha cunhada Laura saíram do Recife onde moravam e se transferiram com os filhos para o Rio, para assumir o nosso lugar de pais. Gesto de amor e dedicação, ao qual sou eternamente grata.

Ari e eu fomos levados clandestinamente para o DOI-CODI de São Paulo, onde permanecemos incomunicáveis até a transferência para o DOPS/SP. Somente então foi quebrada a nossa incomunicabilidade e, nesse momento, as crianças que acompanhavam tudo a distância foram autorizadas a nos visitar. A nossa expectativa era a de que constatassem que estávamos vivos e assim ficassem mais tranquilos. As fantasias passariam a ser outras – quem sabe?

Do DOPS fomos para o Presídio Tiradentes, onde passamos a ter visitas semanais. Quinzenalmente, Laura e/ou Huseyin se deslocavam do Rio para São Paulo, para que as crianças pudessem nos visitar.

Certa feita, foi permitido que os dois fossem ao presídio passar um dia comigo na Torre (como chamávamos a Ala Feminina), e com o pai, no Pavilhão 1 da Ala Masculina. Depois da visita, os dois voltaram muito tristes para o Rio. A realidade da prisão teria sido mais difícil de suportar que a fantasia que tinham sobre o local onde seus pais estavam?

Durante outra visita, o Paulo chorava todo o tempo. Depois de muita insistência consegui que ele me dissesse o que o angustiava. Ainda chorando, ele me perguntou: "Você vai ficar para sempre na prisão? Sua prisão é perpétua?"

Enquanto estivemos presos, nossos amigos se organizaram para que Paulo e Camila tivessem assistência psicológica. Assim, as crianças foram atendidas pela doutora Clélia, psicóloga da PUC – Rio. Quando fui solta (meses antes do Ari), já de volta ao Rio, na saída da última sessão do acompanhamento, ao me devolver simbolicamente os dois, Clélia disse: "Até mais, Paulo". Ele, muito sério, respondeu: "Até nunca".

A criança bonita, amorosa, cheia de delicadeza foi se transformando num menino arredio, com muitos medos, que por volta dos 10 anos passou a adorar uma pequena tartaruga.

A morte do animal (seu pai e eu já estávamos em liberdade) transformou-se numa verdadeira tragédia: ele chorava sem parar – queria um enterro num cemitério de tartarugas, que insistia em dizer que existia. Acabamos por convencê-lo a depositá-la no rio Pinheiros, na água – de onde era originária. Consultei o doutor Antônio C. Cesarino para entender o que acontecia. Ele me explicou que o Paulo chorava por todas as mortes – inclusive a dele.

Certamente muito sofrimento e dificuldades o acompanharam na adolescência, algumas percebidas, outras, certamente não. Somente às vésperas dos 40 anos, depois de assistir o filme argentino *Kamchatka* (que trata de um casal de militantes argentinos obrigado a viver com seus dois filhos na clandestinidade e que, por fim, entrega as duas crianças aos avós), ao chegar em casa, sentou-se junto a mim no sofá, me abraçou e disse: "Fique tranquila, agora eu entendi tudo".

Terá entendido mesmo? A gente consegue entender a barbárie?

Formado em Psicologia, Paulo é funcionário da Caixa Econômica Federal, tem um filho – Tahir, de 25, uma neta – a Glória, de um ano, e é militante há cerca de sete anos, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU.

Histórias de uma menina que nasceu quando a esperança de um novo país já sucumbira ao golpe

Camila nasceu no dia 6 de julho de 1966. Seu nascimento foi cheio de acidentes.

Ao comunicar ao meu pai que ela teria o nome de sua mãe turca, ele mandou um telegrama advertindo que a escrita correta seria Jamille. Mas ficou Camila.

Nasceu com um torcicolo congênito, que lhe causava muita dor e um choro constante. Uma fisioterapeuta alemã (recomendada pelo médico que, depois de vários outros consultados, deu o diagnóstico acertado) não lhe poupava o choro. Eu não conseguia assistir às sessões – saía de perto para não chorar também.

Desde bebê tinha preferências bem definidas: nunca aceitou mamadeira. Resultado: aos oito meses pegava a colher e comia sozinha, com plena desenvoltura.

A ajuda naquele tempo era dos amigos próximos – nossos companheiros de militância; do meu irmão Aytan e da minha cunhada Helenita, que faziam residência médica em São Paulo e moravam em nossa casa. Mas todos trabalhavam e, durante o dia, eu ficava sozinha com a Camila – além do Paulo, que tinha 2 anos e meio. Eu andava exausta. Uma manhã, enquanto estendia as fraldas no varal, o Paulo me disse: “Ela chora muito. Vamos por no lixo. Mas lá fora, para o lixeiro levar”.

Até hoje me lembro daquela sensação de cansaço.

Além de tudo, estávamos clandestinos em São Paulo, vindos do Recife onde, logo depois do golpe, meu então marido, o Ari, depois de ter passado cerca de vinte dias no DOPS/PE, teve decretada a prisão preventiva. Juntamente com isso, havia também os compromissos com a retomada da militância e todos os cuidados e tarefas daí decorrentes.

Camila cresceu em meio à tensão da nossa militância, dos sustos, dos medos; assistindo reuniões; gente que chegava e saía; gente que permanecia mais tempo em nossa casa, e depois se ia. Como militante da Ação Popular (AP), em virtude da política de integração na produção definida pela organização, um conflito estava instalado: ser operária ou não ser. Para alguns, uma questão de princípios... eu, com dois filhos pequenos e na clandestinidade, não fui poupada.

Saía às quatro horas da manhã disfarçada de operária para procurar emprego na rua Mofarrej, na Vila Leopoldina. Saía de casa às 4 horas, e voltava antes que a Camila e seu irmão acordassem. Acabei por conseguir uma vaga na BIC. Mas, divergindo da orientação da AP, não assumi a vaga, não me tornei operária.

Um dia a Marilene chegou para me ajudar. Dona Maria, sua mãe, aparecera um dia procurando emprego e ficou um tempo, Quando saiu, fez-se substituir pela Marilene.

A Camila se apegou muito à Mari.

Todos adoravam a Camila.

Quando começou a frequentar a escola, carregava sempre uma sacola comprida, cheia de pequenas coisas, que arrastava pelo chão. Era comovente vê-la com aquela sacola, tão pequenina e decidida em meio a todos os perigos e incertezas que nos rondavam, e que ela certamente percebia.

Encantava com seu jeito de chegar, suas perguntas, sua carinha cheia de graça, a falha entre seus primeiros incisivos superiores, uma leveza que inspirava carinho. A todos encantava seu modo independente, despachado e sem complicações.

Sobretudo, Camila estava sempre bem humorada.

Quando mudamos para o Rio, em virtude das prisões de companheiros da AP em São Paulo, Camila se ressentiu muito da falta da Marilene. Guardei uma carta dela para a Mari: ela pedia para eu escrever o que ditava. Eram cartas longas, e reproduzo em seguida um trecho daquela que ainda tenho e que expressa a dor de haverem sido separadas: “Mari, eu estou com saudades. Quero ir na sua casa, estou com muitas saudades de você. Não quero que você morra. Olhe, eu quero falar com você, eu estou muito triste. Você está feliz, mas a gente não está não. Eu estou muito triste...”

Isto me remete ao quanto ela sofreu quando fomos presos. Recordo dela, pequenina, com seu vestido vermelho estampado de elefantes brancos, na sala do DOPS/SP – juntamente com o irmão – levados pelo tio Huseyin, que conseguiu autorização especial para uma visita, ainda que estivéssemos incomunicáveis. Sempre conversadeira, nesse dia tentava falar com o delegado que assistia à visita. Como ele não lhe desse a menor atenção, pra se fazer notar, aquele tiquinho de gente puxou o paletó do chefe de delegacia e disse em tom alto e incisivo: “Moço, moço, deixe a minha mãe voltar pra casa”.

Foram onze meses que fiquei separada da Camila. Ela e o irmão continuaram a ir à escola, todos se desdobravam para que nada lhes faltasse. Dona Maria – mãe do Marcus e Sonia Lins – costurou o vestido da festa junina; Rute e Roberto Cartaxo – em casa de quem a deixei juntamente com o irmão, no momento em que fui presa e estava sozinha em casa com os dois, que se arrumavam para dormir –, fizeram tudo que puderam para tranquilizá-los; a tia Laura e o tio Huseyin (minha cunhada e meu irmão) que foram morar no Rio, ocuparam o nosso lugar e foram seus pais de fato. As compensações eram muitas: carinho, atenção, tudo que estava ao alcance deles foi feito, sempre preocupados em lhes dar segurança. Mas, mesmo assim, conforme me contou a Laura, cada vez que aparecia um militar dando entrevista na TV, os dois se abraçavam e ficavam agarradinhos. Do mesmo modo que um dia sua mãe fora levada quando os preparava para dormir, o mesmo poderia acontecer com eles ou com os tios. Quanta coisa devia se passar por suas cabeças... como juntar as palavras para fazer as perguntas? As respostas não os tranquilizariam, os adultos também não tinham as respostas. Um tempo de muita paciência e tristeza.

As respostas às perguntas caladas estão, de certo modo, na carta feita para a Mari.

Para demonstrar como esta questão persistiu no tempo, relato o que ouvi quando já estava em casa, depois da prisão. Certo dia, enquanto Camila tomava banho e o Paulo aguardava sua vez sentado num banco, ela lhe perguntou: “Paulo, porque será que nossos pais foram presos mesmo? Eles dizem que foi porque eles falavam mal do Governo. Mas eu já vi tantos tios falarem mal do Governo e não foram presos...” Paulo respondeu: “Ora, sua burra, você não entende nada... É que os outros só falavam. Os nossos pais falavam e faziam, e o Governo tinha provas do que eles falaram e fizeram”. Ela, meio decepcionada, pronuncia um “Ah, sim...”

Camila sempre se interessou em conversar e pensar sobre o que aconteceu naqueles anos, e tem desenvolvido diversos trabalhos tridimensionais e ilustrações a esse respeito. Hoje, formada em comunicação, é ilustradora, programadora visual e editora de arte. Tem dois filhos: Flora – de 28 anos, e Bento, de 10.

“Ainda hoje não se dão conta do que significou a luta para reaver meu filho”

por Lenira Machado

sobre Aritanã Machado Dantas

Daqui a dois dias, fará quatro meses que eu perdi Aritanã [falecido em 11 de janeiro de 2013]. Aritanã Guarani Machado Dantas que era como ele se colocava na internet, como uma manifestação de solidariedade às lutas dos indígenas no Brasil. Meu filho foi vítima de uma doença, contra a qual lutou durante seis anos. Chegou um momento em que era impossível continuar sofrendo do jeito que estava. Ele morreu calmamente, cercado por nós, no meio da noite. Ele estava tentando retomar sua vida profissional, que tinha sido muito bonita.

Meu filho era finalizador de filmes, foi responsável pela finalização do documentário da *Revolução de 1932* [*A Guerra Civil – 1932*], foi responsável pela edição de som e mixagem do documentário do Prestes *O Velho*, a história de Luiz Carlos Prestes – de Toni Venturi, foi responsável pela finalização do som do documentário sobre a vida de Ulisses Guimarães, de Eduardo Escorel, além de participar de outras produções e de muitas campanhas publicitárias. Tinha uma imensa capacidade de trabalho.

Nossa primeira prisão ocorreu em 13 de maio de 1971, em casa. Vale lembrar que meu sogro era um general e que eu era de uma família de comunistas, fui e sou, e que os policiais do DOPS me conheciam muito bem. A ditadura de Getúlio [Vargas] não me deixou chamar Lenina. Fez com que meu pai mudasse o nome na hora para Lenira, dentro do cartório. Quem sabe a minha vida de filha de militantes na ditadura de Getúlio me ajudou a preparar meu filho, criança, para nos acompanhar na militância da ditadura militar pós 1964.

Lenira e Aritanã abraçados na casa em que moravam, quando restituído o pátrio poder aos pais, São Paulo

Uma coisa que nós sempre discutimos muito e sobre a qual o Aritanã tinha muita clareza é sobre minha opção de ter um filho e ir para a clandestinidade. Eu sempre disse e ele sempre aceitou que, para mim, na qualidade de militante de esquerda, seria impossível pensar em tentar mobilizar a classe operária, em tentar mobilizar camponeses que tinham filhos se, um militante de esquerda, com obrigações frente ao país não fosse capaz também de criar um filho na clandestinidade. Essa foi uma opção muito clara que fizemos e ele tinha isso muito claro. Nunca houve sentimento de culpa entre nós em função da opção que os pais fizeram naquele momento drástico da política brasileira.

> “Ele aprendeu muito cedo que ele não podia falar o nome Lenira, nem Altino… Passou a nos chamar de ‘Querida’ e ‘Meu bem’…”

Ele aprendeu muito cedo que ele não podia falar o nome Lenira, nem Altino [Rodrigues Dantas Junior, pai de Aritanã], e que os nossos nomes mudavam de acordo com o local em que nós estávamos. Passou a nos chamar de “Querida” e “Meu bem”. Quando alguém perguntava: “Como chama seu pai?”, ele respondia: “Meu bem”. “Como chama sua mãe?” “Querida”. Soube conviver com isso e soube conviver também com a vida no presídio feminino, com Camila, com Paulo [filhos de Rita Sipahi e Antonio Othon Pires Rolim], com Daniel Pimenta, filho de Telinha Maristela S. Pimenta, com meu sobrinho Ernesto, filho de minha irmã, nas visitas que faziam para a gente dentro do presídio. Ele me contava dos passeios nos finais de semana que fazia com a tia Elza Lobo, companheira de longa data, recém-libertada do Tiradentes e que ia buscá-lo na casa dos avós paternos para passear. Ele dizia que não tinha só duas avós, que ele também tinha uma avó chamada Ana, mãe de Elza. Ele manteve esse relacionamento até o falecimento da maravilhosa dona Ana.

Eu acho que o meu filho viveu bem essa primeira fase da nossa prisão até minha soltura, em 1972. Eu tenho uma carta da Lúcia Coelho [ex-presa política e psicóloga]. Como eu estava muito preocupada com a situação do Aritanã, eu pedi a ela, como psicóloga, que o encaminhasse para uma análise psicológica para eu saber como estava meu filho e a resposta da avaliação foi muito boa.

Ele era uma criança que sabia distinguir as coisas. O avô dele, em função de denunciar as nossas prisões e torturas, ficou preso no QG do 2º Exército. Então, na primeira visita que ele nos fez no nosso presídio, o Tiradentes, ele disse: “Prefiro a prisão do meu avô. Lá tem morango, tem geladeira e tem sorvete”.

Em abril de 1974, quando da minha segunda prisão, foi instaurado neste país, pela primeira vez, um processo de destituição de pátrio poder por questão ideológica. Eu acho que as pessoas ainda hoje não se dão conta do que significou a nossa luta por reaver o Aritanã. O processo, que durou dois anos doloridos e sofridos, se restringiu ao Aritanã. Só foi ganho graças ao escritório do advogado Iberê Bandeira de Melo, quando Dr. Nahum e toda equipe empenharam-se em nossa defesa e pela solidariedade de companheiros como a do jor-

nalista Fernando Morais nós pudemos, enfim, receber de novo meu filho em casa.

Foram dois anos de luta, não só para mim, para ele também e para todas as pessoas que naquele momento conviveram e participaram daquele processo. Durante seis meses, eu fui proibida de entrar no apartamento dos meus ex--sogros, porque eu era tida como uma terrorista e colocava a vida da família em risco.

Para ver meu filho, a porta do apartamento era aberta, ele era sentado próximo à porta e eu ficava ao lado do elevador. Eu levava papel, lápis, tinta, e ficávamos os dois sentados por uma hora no chão brincando naquele hall de elevador. Em diversos momentos meu filho prestou depoimento a assistentes sociais para saber como a mãe terrorista o tratava.

Quando da nossa primeira prisão, eu consegui levar Aritanã para a casa dos meus sogros e implorei que o levassem para escola no outro dia. Isso foi feito. Aritanã chegou à escola Lourenço Castanho, que teve uma importância enorme na vida do meu filho. A solidariedade que eu tive da direção daquela escola é imensa. Meu filho entrou na classe e, aos 4 anos, fez o relato da nossa prisão, "Meu pai e minha mãe foram presos. Meu pai começou a apanhar dentro de casa, minha mãe conseguiu me deixar na casa do meu avô e da minha avó, mas o carro que fomos não tinha chapa branca de polícia". Esse foi o depoimento que ele deu na escola com 4 anos.

Em 1974, quando ele foi tirado de casa, saiu do Lourenço Castanho, e foi matriculado no grupo escolar Rodrigues Alves, na Avenida Paulista. Quando eu soube o que estava acontecendo nessa escola pública (a direção foi orientada a impedir contato meu com o Aritanã e ele era apresentado aos colegas como filho de terroristas), fui conversar com a diretora. Na hora que entrei na escola, que parecia mais um presídio, esta mulher começou a gritar "Socorro, terrorista! Socorro terrorista!" e não quis me escutar. Depois, meu filho foi levado para um colégio de padres, no Morumbi, o Santo Américo. Depois de dois anos do processo de destituição do pátrio poder, quando ganhamos o processo em segunda instância, voltamos a ter uma vida normal e nova matrícula no Lourenço Castanho.

> "E ele plantou uma semente que se chama Ivan... de uma afetividade que só Aritanã foi capaz de construir em alguém tão jovem"

Voltar à antiga escola foi uma glória para ele. Em um dos seus últimos aniversários, fez questão de convidar todos colegas de Lourenço Castanho para participarem da comemoração. Fomos aconselhados por psicólogos a voltar a ter uma casa mais restrita, eu com meu novo companheiro e com Aritanã. Meu filho havia perdido a noção de utilização do espaço.

Essa volta foi muito complicada para todos. Eu só via uma saída naquele momento para tentar recuperar meu filho, que foi sair do Brasil. Ir à África como cooperante do governo Moçambicano. Lá ele se encontrou novamente com a esperança, a solidariedade, a fraternidade. Também foi lá que encontrou sua profissão, menino de 14 anos, trabalhando na empresa de cinema e audiovisual que Ruy Guerra havia criado em Moçambique. Foi com a equipe do Ruy Guerra que Aritanã se formou na área de cinema.

Nós vivemos um grande amor, muitas vezes com muitos conflitos, tapas e beijos, mas, também, com muito amor. E ele plantou uma semente que se chama Ivan, um filho que tem hoje 21 anos, músico, faz faculdade de música e que é de uma integridade, de uma sensibilidade, de uma afetividade que só Aritanã foi capaz de construir em alguém tão jovem. Mesmo na doença, mesmo fazendo uma cirurgia de cérebro, mesmo se internando uma vez por mês no Hospital das Clínicas ele conseguiu ser pai e mãe de uma pessoa maravilhosa. Essa é a grande herança que meu filho me deixa.

O testemunho acima é de Lenira Machado, sobre seu filho Aritanã.

ARITANÃ MACHADO DANTAS nasceu em 30 de setembro de 1966, filho Lenira Machado e Altino Rodrigues Dantas Junior. Formou-se na área de cinema começando a trabalhar aos 14 anos na equipe de Ruy Guerra em Moçambique. Morreu aos 47 anos, em 2013. Seu filho Ivan, hoje com 22 anos, é violinista profissional.

Lenira Machado nasceu em 9 de outubro de 1940, em São Paulo (SP). Filha de Delamare Machado da Silva e de Hercira Garcia Machado, ambos militantes comunistas. Iniciou sua militância muito cedo e em 1959 passa a militar na Juventude Comunista. Ao romper com o PCB, filia-se ao Partido Socialista Brasileiro, passando a atuar nas Ligas Camponesas e no movimento estudantil na União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE). Era estudante de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), sendo jubilada em 1968, enquadrada na Lei Suplicy. Depois do golpe de 1964, quando se vê obrigada a ir para a clandestinidade, tem sua mãe e irmão adotivo presos pelo DOPS e seu pai foragido. Ao retornar, volta a atuar no movimento estudantil, na reestruturação da União Nacional dos Estudantes (UNE), entrando para a Ação Popular (AP) e depois participa na criação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Foi presa pela primeira vez em 13 maio de 1971, pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Junto dela foi preso também seu marido à época, Altino Rodrigues Dantas Júnior, com quem teve um filho, Aritanã Machado Dantas.

Após dois dias no DOPS, é transferida para o DOI--CODI, onde foi, durante 45 dias, severamente torturada, sendo submetida a choques elétricos, pau de arara e cadeira do dragão. Em decorrência das torturas, Lenira teve um deslocamento na coluna e ficou paralítica. Fez um longo tratamento de fisioterapia para voltar a andar. Condenada a cinco anos de prisão, mesmo doente, cumpriu um ano e oito meses no Presídio Tiradentes, em São Paulo.

Em 3 de abril de 1974 foi presa pela segunda vez em São Paulo. Aritanã tinha 9 anos. Quando foi solta, constatou que havia perdido o pátrio poder e guarda de seu filho para o sogro. Foi o único processo de Destituição de Pátrio Poder movido devido à ideologia dos pais. Conseguiu reaver a guarda apenas em 1976. Saíram do Brasil e foram para Moçambique onde Aritanã, aos 14 anos, começou a trabalhar com cinema, integrando a equipe técnica de Ruy Guerra. Após seis anos de luta por sua saúde, Aritanã Machado Dantas faleceu em 11 de janeiro de 2013. Lenira trabalha como consultora em projetos urbanos e avaliação de projetos.

Altino Rodrigues Dantas Júnior, filho do general Altino Rodrigues Dantas, nascido em Campo Grande (MS), lá foi militante secundarista. Em 1961 mudou-se para São Paulo. Foi diretor da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE) e depois, em 1965, foi presidente da UNE. Estudou Direito na Faculdade de Santos, mas não conseguiu concluir o curso. Formou-se posteriormente em jornalismo. Foi preso em 1971 com sua companheira à época, Lenira, e lá testemunhou o assassinato do preso político Aluísio Palhano. Altino foi Vereador do município de Santos na legislatura de 1988, eleito pelo PT.

1

2

3

1. Aritanã aos 2 anos e meio

2. Ainda bebê, 5 meses

3. Aos 4 anos, já dava testemunho sobre a prisão dos pais na escola

4

5

6

4. Aritanã, Altino e Flávio, amigo de infância, e Carlos Botazo, o "Baixo", que foi padrasto de Ari, em dia de visita no Presídio do Barro Branco

5. O sorriso pleno de Aritanã

6. Aos 9 anos, quando é restituído o pátrio poder dos pais, voltando para casa com Lenira

7

8

7. Ari, aos 20 anos, trabalhando como finalizador de filmes publicitários e documentários

8 e 9. Aritanã, aos 26 anos, com Ivan, seu filho recém- nascido

9

"Filho dessa raça não deve nascer"

por Paulo Fonteles Filho

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade histórica de participar deste importante evento da Comissão da Verdade "Rubens Paiva" de São Paulo que lança luz sobre as brutalidades e violências perpetradas pelos lobos febrentos que assaltaram o poder em 1964 e que, seguramente, também elegeram a infância como inimiga da segurança nacional e dos generais facínoras, responsáveis pela tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados.

Em segundo lugar, registro um abraço afetuoso, aos que, como eu, conheceram todo o barbarismo dos verdugos e aqui rendo minhas homenagens à memória de meu pai, Paulo Fonteles, advogado de posseiros no Sul do Pará, assassinado pelo latifúndio em 1987 e a minha mãe, Hecilda Veiga, a pessoa mais íntegra que conheço nesta vida e que, com o destemor de ter me feito nascer, em meio ao Pelotão de Investigações Criminais (PIC), em fevereiro de 1972, revelou inexorável bravura a ponto de um agente da repressão política, dentro da Polícia Federal, cunhar a frase: "Filho dessa raça não deve nascer".

Em "Segunda Anunciação", poema escrito anos depois dos cárceres, meu pai denunciava o discurso e a prática do tirano: "Teu filho, teu filho, teu filho não nascerá. Teu filho, filho dessa raça, filho dessa raça não deve nascer. Filho dessa raça não deve nascer. Teu filho, filho dessa raça não deve nascer, não deve nascer".

Aqui, antes de mais nada, devo por convicção e altiva consciência denunciar locais e os verdugos que atuaram severamente para por fim em nossas vidas, seja no Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército, e no DOI-CODI instalado dentro do próprio Ministério do Exército, em Brasília, seja no Rio de Janeiro, no Centro Científico de Torturas, na terrível Barão de Mesquita, também da Polícia do Exército. Meus pais também ficaram presos em Belém, na Gaspar Viana, onde meu irmão Ronaldo foi gerado, e no antigo Presídio São José. Nessa fase eu já havia nascido, portanto, estava em segurança familiar.

> "Uma das lembranças mais antigas que tenho sobre mim mesmo está no fato de ter nascido na prisão e de ser filho de comunistas"

Mas vamos aos torturadores, e como ensina Wadih Damous, Presidente da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, em discurso na Assembleia Legislativa do Estado do Pará quando da devolução simbólica dos mandatos em março de 2013, dentre eles do ex-governador Aurélio do Carmo, único vivo entre os governadores cassados em 1964, que "os torturadores têm medo da luz do sol". Aqui haveremos de colocar holofotes sobre as bestas-feras.

Segundo denúncia de meus pais, publicada no *Jornal Resistência*, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, no final da década de 1970, "fomos seviciados e torturados pelo general Antônio Bandeira, coronel Azambuja, major Paulo Horta, major Andrade Neto, major Othon Rego Monteiro, capitão Magalhães, capitão Menezes, 'doutor' Cláudio, o delegado da Polícia Federal Deusdeth, tenente Burger, o sargento Vasconcelos, o sargento Arthur, o sargento Ribeiro, o cabo Edson Torrezan, o cabo Jamiro ou Jamito, o cabo Nazareno, o cabo Martins, o cabo Calegari, e os soldados Ismael, Almir, Osmael e Admir".

Esses famigerados, especialistas na Santa Inquisição e que diziam que os métodos da Gestapo estavam ultrapassados, atuaram para liquidar-nos, tanto em Brasília como no Rio de Janeiro. Numa das passagens do depoimento ao *Jornal Resistência*, meu pai denunciava que, "através de um vidro, mostravam-me a Hecilda, apanhando no rosto e nas pernas, grávida de cinco meses".

No dia de meu nascimento, em 20 de fevereiro de 1972, minha mãe asseverou ao insurgente jornal dos paraenses que: "levaram-me ao Hospital da Guarnição em Brasília, onde fiquei até o nascimento do Paulo. Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei".

Minha mãe, Hecilda, afirma ainda que o tal médico disse-lhe que ela não gostava do filho, simplesmente porque não sofria. Minha mãe, que peitou o general Bandeira, ia dar o braço a torcer? Nunca, jamais.

Uma das lembranças mais antigas que tenho sobre mim mesmo está no fato de ter nascido na prisão e de ser filho de comunistas. Minha avó, Cordolina Fonteles de Lima, contava que os agentes da repressão atrasaram minha entrega para a família, por horas, porque simplesmente não haviam encontrado algemas que dessem em meus pulsos de recém-nascido, eles deviam me achar bastante perigoso!

No curso dos anos tenho refletido sobre tais atos de "terrorismo", numa pérfida lei de um

Paulo, aos 3 anos, Belém (PA)

dos ideólogos mais importantes daqueles tempos sinistros, o coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, que definha como o pústula que é e parece estar bem próximo do Satanás.

Não tenho dúvidas que herdamos de nossos pais, seus destemores e convicções. A canção de Belchior, cantada pela mais bela voz feminina em todos os tempos de civilização brasileira, a de Elis Regina, está prenhe de verdade quando afirma que "ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais". Neste caso, Paulo e Hecilda, por seus valores fraternais devem sempre ser seguidos pelos filhos, o que nos dá a régua e o compasso.

Se este é meu depoimento, vou falar de um tempo em que, menino, testemunhei a retomada de meus pais na luta do povo, meu pai no campo e minha mãe na cidade. Poderiam ter se acomodado, poderiam ter cuidado de suas próprias vidas, o que seria justo diante das memórias do cárcere. Mas não, retomaram às posições de combate.

E ali estávamos nós, crescendo como crescem as árvores. As histórias da carochinha contadas eram sempre de guerrilheiras tartaruguinhas contra um jacaré de fardas que viviam no Araguaia.

Foi por aqueles tempos em que meu pai, formado em direito, resolveu advogar para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região do Araguaia. Muito de sua decisão têm as digitais na luta guerrilheira do Araguaia e o fato de ter travado conhecimento com os primeiros presos da insurgência nas matas paraenses, dentre eles estava José Genoíno Neto. Outro fator importante para se destinar à defesa dos posseiros foi o incentivo que teve do poeta e intelectual Ruy Paranatinga Barata no conflito da Fazenda Capaz, em 1977, de propriedade do coronel estadunidense John Davis.

Debruçado na defesa dos camponeses pobres e procurando reunir informações sobre luta rebelde araguaiana, meu pai, Paulo Fonteles, mais uma vez passou a sofrer a carga da reação, de famigerados como o Major Curió, do Centro de Inteligência do Exército (CIE) e do grande latifúndio, aliados incontestes na espoliação da Amazônia, sempre em benefício dos poderosos, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

Moramos em Conceição do Araguaia e tínhamos o imenso rio dos Karajá em nosso quintal. Por aqueles dias já convivíamos com os lavradores e os filhos destes, como é o caso dos filhos de Amaro Lins e de Neuza, Vladimir, Carlos e Mauricio, além de Helenira, amigos para todo o sempre.

Lembro-me, meus caros e minhas caras, que nesse período, a reação começava fazer carga sobre a nossa família. E nós nos transferimos para Belém em 1978 exatamente pelo medo que os meus pais tinham de que algo pudesse nos ocorrer naquelas condições. Inclusive, hoje de manhã, lembrei-me de um poema que ele escreveu para os filhos chamado "Para Ronaldo e Paulinho", onde ele diz o seguinte:

"Onde encontrá-los? Num porão? Numa cela, ensanguentados de fuzis nas mãos libertando-me? Quem sabe será toda uma vida".

"As histórias da carochinha contadas eram sempre de guerrilheiras tartaruguinhas contra um jacaré de fardas que viviam no Araguaia"

Por conta de uma atuação radicalmente vinculada à luta dos lavradores conheceu, mais uma vez, as ameaças contra sua própria vida e a vileza dos donos do poder de então. Foi eleito deputado estadual em 1982 sob a consigna de "Terra, Trabalho, Liberdade e Independência Nacional".

Derrotado nas urnas em 1986, não conseguiu êxito na campanha para a Assembleia Nacional Constituinte e, menos de um ano depois, foi assassinado a mando da União Democrática Ruralista (UDR), quando se votava o Capítulo da Terra. O intermediário de tamanha covardia foi James Sylvio de Vita Lopes, da OBAN e do SNI, que, nos auspícios do regime moribundo, foi organizar milícias da grande propriedade rural na Amazônia.

Todo o esquema que se montou, todo o aparato que liquidou fisicamente com o meu pai partiu exatamente do esquema da repressão política. Esse James Sylvio de Vita Lopes é de São Paulo e mora atualmente em Jundiaí. E pesa sobre ele não apenas a organização do assassinato do meu pai, mas também a morte do deputado João Batista. Meu pai foi assassinado em 11 de julho de 1987. E o João Batista foi assassinado, se não me falha a memória, no dia 6 de dezembro de 1988. E o James Vita Lopes era conhecido como o Capitão James. Foi julgado e condenado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, e hoje se encontra livre.

Naqueles dias, eu tinha 15 anos e para não enlouquecer decidi ingressar nas fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Era minha saída e a forma de me organizar para enfrentar o futuro.

Quando, enfim, tivemos a notícia do falecimento de Carlos Alexandre Azevedo [em fevereiro de 2013] é que muita coisa veio à tona e meus sentimentos se voltaram para minha própria história. Em artigo escrito numa longa e dura madrugada asseverei: "Mas o que fazer diante destes testemunhos, de tua segunda morte?"

Sinto que em tempos de Comissão Nacional da Verdade (CNV) devemos cobrar que estejam embutidos, no relatório que será apresentado aos brasileiros, os acontecimentos criminosos que foram perpetrados por questões políticas contra a infância deste imenso país.

Tua segunda morte carrega o legado de que, mais do que nunca, devemos cuidar da tenra idade contra os infanticidas, dos de ontem como também os da atualidade.

Com ousadia, sem procuração alguma, a não ser pela memória da carne violada, tomamos para nós, por tais testemunhos, a exigência de que quem nos torturou, no ventre ou fora dele, responda pelos crimes de inexorável covardia, contra aqueles que devem ser protegidos desde a fecundação.

Assim cumprimos com a civilizatória missão de proteger os filhos do povo brasileiro.

Neste sentido, é preciso que as Comissões da Verdade façam as ligações na perspectiva de traçar um paralelo comum entre essas vivências de filhos de presos políticos e dos inúmeros centros de detenção de menores, criados durante a ditadura, como a Febem e que na vida democrática não mudou seus métodos e, como é o caso de São Paulo, onde a tortura se esconde travestida pelo pomposo nome de Fundação Casa.

Apenas agora nos debruçamos sobre a infância na ditadura militar e há um caminho extenso a percorrer. Tal caminho seguramente irá nos levar aos filhos de camponeses e crianças indígenas, além dos casos de filhos de militantes políticos, já bastante relatados.

Há dois anos conheci Sebastião, ex-motorista do Incra durante a Guerrilha do Araguaia, na cidade de Marabá. Tal pessoa relatou-me sua revolta ao lembrar que na Base da Bacaba havia uma ala de tortura apenas para crianças e jovens, filhos dos sertões naquele país profundo e desigual.

Aqui destaco o registro poético de meu pai, que assim relatou meu nascimento em força e arte: "A criança nasceu. A mãe passa bem. Apesar de todas as proibições, bebamos vinhos até a embriaguez! Quem é que pode com povo?"

Acho que este momento em que o Brasil se debruça sobre a questão da violência e do barbarismo do regime militar é um momento muito importante da vida nacional, da civilização brasileira.

Eu tenho um irmão, o Ronaldo, que foi gerado na prisão. Quando meus pais voltaram ao Pará, num período mais leve da prisão deles, um militante político disse ao oficial do dia que meus pais estavam separados há muito tempo e que precisavam ficar juntos. E o oficial consentiu que os meus pais ficassem juntos. E, nesse dia, meu irmão foi gerado na prisão.

Para nós, um momento que foi absolutamente terrível foi a manhã de domingo em que, através das redes sociais, nós tivemos a informação da morte de Carlos Alexandre Azevedo. Eu ficava pensando: "O que me salvou? Quais foram os caminhos que me permitiram estar vivo, poder travar a luta política e a militância?" E o que eu pude apurar é que questões foram absolutamente decisivas nesse sentido.

Primeiro, as relações sociais. Eu tive um pai e uma mãe absolutamente afetuosos, generosos. Com todas as dificuldades, com todas as proibições, me ensinaram valores absolutamente pertinentes, como poder ter a capacidade de fazer o enfrentamento na vida atual, como de revisitar a Lei da Anistia. Nós precisamos atuar nisso. Precisamos fazer com que aqueles que nos barbarizaram, no ventre ou fora dele, paguem pelo que fizeram.

Existe uma luta na sociedade brasileira nessa perspectiva. E nós precisamos ganhar a sociedade brasileira para isso. Esse é um dos fatores que têm me alimentado a vida: não apenas ter vivido esse processo todo, ter nascido na prisão, ter tido um pai assassinado, mas também esse processo da luta política, da militância social. E aqui eu não quero colocar em discussão o Partido A ou Partido B, mas sempre a perspectiva da luta coletiva, da luta civilizatória, na luta para fazer valer a questão dos direitos humanos no nosso país, revisitando isso na atualidade.

Queria render minhas homenagens aos que lutaram, aos que tombaram e aos meus pais. Há um fato muito característico nessa relação com eles, que é como eles colocaram nos filhos o seguinte sentido: "Vão para a luta. Vão enfrentar as questões".

"Eu me lembro, eu não devia ter 4 ou 5 anos de idade, que o meu pai dizia para mim: 'Olha, nós somos comunistas. E se tu disseres isso por aí nós podemos ir presos'"

É essa convicção, é esse heroísmo que foi capaz de me fazer ter nascido. O mesmo heroísmo da Crimeia [Alice Schmidt de Almeida], de companheiras que geraram seus filhos na prisão, sob tortura, sob sevícia, sob espancamentos, sob grande pressão psicológica.

Quando eu nasci, minha mãe pesava 37 quilos. Ela foi cortada de uma ponta a outra sem anestesia e não disse um "ai". Não tem coisa que mais me orgulhe nessa vida do que isso. É como um combustível, um motor para travar a luta.

Essa é a tarefa deste momento. Contar esta história para vacinar a consciência nacional dos brasileiros para que nenhum filho nasça na prisão, para que nenhum filho tenha esse dissabor de não conhecer o pai.

Quando eu nasci, fiquei apartado dos meus pais por mais de um ano e meio. Fui viver com os meus avós paternos. Nascer na prisão concretamente é nascer no presídio. Meus pais foram presos em outubro de 1971, ambos estudantes da Universidade de Brasília. Minha mãe estudante de Ciências Sociais, e meu pai estudante de Direito, militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Eles saíram do Pará, onde eram estudantes, para organizar, a pedido da Direção Nacional da Ação Popular, o Movimento Estudantil em Brasília, em particular na Universidade de Brasília. E o meu pai e minha mãe foram presos em outubro de 1971. E eu venho a nascer em fevereiro de 1972. Um período absolutamente terrível para todos nós.

A minha infância foi muito marcada exatamente por isso. Porque os meus pais diziam o que eles eram. Eu me lembro, eu não devia ter 4 ou 5 anos de idade, que o meu pai dizia para mim: "Olha, nós somos comunistas. E se tu disseres isso por aí nós podemos ir presos". Me lembro que, quando menino, eu estudava em uma escola católica, e um belo dia uma professora de moral e cívica mandou que eu pintasse com as cores as três armas: verde o Exército, azul a Aeronáutica, e branco a Marinha. Eu pintei tudo de vermelho e escrevi do lado "Exército vermelho". Chamaram a Hecilda para prestar contas na escola e minha mãe disse: "É isso mesmo".

Meus pais foram enquadrados pelo 477 [decreto-lei de 1969 que previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados culpados de subversão ao regime], e foi um momento muito interessante de nossas vidas em que nós ficamos juntos. Mas logo depois que eles puderam retomar a universidade e se formaram, meu pai entrou na luta política e foi para a região do Araguaia, muito em função das informações já recebidas durante o processo do PIC, quando chegam os primeiros camponeses presos em Brasília.

Desde muito cedo nós convivemos com a violência, com as ameaças. Com 8, com 9, com 10 anos de idade, nós já sabíamos da atividade deles. E isso tinha um impacto muito forte. Eu devia ter uns 9 anos de idade quando começaram a vir camponeses em casa todo tempo. E quando a turma chegava eu e meu irmão éramos desalojados do nosso quarto, aquela coisa bem urbana em Belém do Pará. E uma vez eu tentei peitar meu pai, dizendo: "Que história é essa, meu pai, esse pessoal vem para cá e tal, toma o nosso quarto?" E eu recebi talvez a mais importante lição na vida quando ele disse: "Olha, esses camponeses que estão

“E eu só me ressinto muito de não ter podido ter mais convivência em particular com meu pai. Porque em certa medida, os sertões e a luta no Araguaia exigiam dele um afastamento de meses sem nos ver”

aí, quando eu vou para a terra deles, para os sertões, eles me protegem a vida. Eles dão a cama para eu dormir”. E foi ali naquele momento que eu percebi a grandeza da atividade deles.

E eu só me ressinto muito de não ter podido ter mais convivência em particular com meu pai. Porque em certa medida, os sertões e a luta no Araguaia exigiam dele um afastamento de meses sem nos ver. Uma das coisas que eu julgo ser mais importantes é aquilo que os filhos pensam da gente. Eu tenho filhos e não são poucos, e eu sempre quero que eles gostem de mim como eu gostava e gosto do meu pai.

Quando meu pai foi assassinado, em 11 de junho de 1987, claro que não estávamos mais no período da ditadura militar, mas ele foi liquidado por agentes da repressão. O latifúndio foi pegar quem para fazer a liquidação física desses lutadores do povo, lutadores da luta pela reforma? Foi pegar gente experimentada, gente que conhecia os porões. Quando meu pai foi assassinado, eu pensei: “O que eu vou fazer da minha vida?” Eu tinha 15 anos de idade.

Nós estudávamos à tarde e o meu pai foi assassinado às 10h40 da manhã. Eu escutava rock and roll com o meu irmão mais novo naquela vitrola que quando terminava o disco, voltava para o rádio. E nessa história de voltar para o rádio, anunciaram o assassinato do meu pai.

Quando ele chegava em um lugar, brilhava. Eu tenho uma imagem dele como uma coisa que brilha, como um sol. E a minha mãe como um oráculo, no sentido da sabedoria, da resistência. Então falar sobre mim mesmo é falar disso, não é? Porque isso é a melhor parte que há em mim. O que há de melhor em mim foi aquilo que eles me deixaram, e que ajudaram a forjar dentro da gente, que é a convicção de que é preciso enfrentar esse momento na atualidade.

É claro que a minha vida é marcada por tragédias, ter nascido na prisão, ter convivido com ameaças. Minha mãe foi torturada no dia 19 de fevereiro, um dia antes de meu nascimento. Ela sofreu pancadas tanto nos braços quanto nas pernas. Aliás, o meu próprio parto foi sob tortura. Nasci nessas condições e tenho um irmão gerado nessas condições.

PAULO FONTELES FILHO nasceu em 20 de fevereiro de 1972. É filho de Hecilda Veiga e Paulo Fonteles. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi vereador de Belém (PA) e é pesquisador da Guerrilha do Araguaia.

Paulo César Fonteles de Lima nasceu na cidade de Belém do Pará, no dia 11 de fevereiro de 1949. Filho de Benedito Osvaldo Rodrigues de Lima, oficial da Marinha Mercante, e de Cordolina Fonteles de Lima, carinhosamente conhecida como D. Nita. Seus pais eram militantes do Partido Comunista desde 1945.

Em 1968, ingressou no curso de Direito da Universidade Federal do Pará. Em 1969, dedicou-se no Pará a reorganizar o movimento estudantil, sendo eleito diretor da União Estadual dos Estudantes (UEE), neste momento já como militante da Ação Popular (AP).

Em 1970, mudou-se para Brasília com sua esposa Hecilda, onde participaram das lutas estudantis, da reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE), então na ilegalidade. Foram presos em 6 de outubro de 1971, pelo DOI-CODI, onde sofreram bárbaras torturas. Esteve preso durante um ano e oito meses, cumprindo a pena em presídios militares de Brasília, Rio de Janeiro e posteriormente transferido para o presídio São José no estado do Pará. Ao sair da prisão, já militava no Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Em agosto de 1978, foi novamente indiciado, juntamente com sua mulher, por ter denunciado publicamente as torturas que sofrera. Logo depois passou a trabalhar na Comissão Pastoral de Terra (CPT), como primeiro advogado paraense a se dedicar exclusivamente à defesa dos posseiros da região do Araguaia. Foi preso diversas vezes devido ao seu trabalho militante.

Em julho de 1981 laçou-se candidato a deputado estadual pelo PMDB e foi eleito. Também se candidatou a deputado federal nas eleições de 1986, para a Assembleia Nacional Constituinte, mas desta vez não logrou êxito.

Era constantemente ameaçado de morte e, apesar das diversas denúncias públicas que fez sobre isso, em 11 de junho de 1987 foi assassinado quando viajava para o interior do Pará, aos 38 anos de idade, a mando dos latifundiários da região.

Paulo César Fonteles de Lima deixou cinco filhos: Paulo César Fonteles de Lima Filho, Ronaldo Veiga Fonteles de Lima, João Carlos Hass Veiga Fonteles de Lima, Juliana Zaire Fonteles de Lima e Pedro César Miranda Fonteles de Lima.

Hecilda Mary V. Fonteles de Lima nasceu na cidade de Belém, estado do Pará, no dia 11 de março de 1947. Filha de Luiz da Silva Veiga e Hilda Ferreira Veiga. Casou-se com Paulo César Fonteles de Lima.

Quando o casal mudou-se para Brasília em 1970, Hecilda era militante da Ação Popular (AP). Estudava Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB) e morava com o marido na própria Universidade, num alojamento destinado a casais.

Era ativa militante do movimento estudantil e da reconstrução da UNE nesta cidade quando foi presa, grávida de cinco meses, em 1971.

Em seus depoimentos, Hecilda relata que foi levada primeiro à delegacia da Polícia Federal, onde já sofreu socos e pontapés e ouviu de seus algozes que “filho dessa raça não deve nascer”. Foi levada em seguida ao Pelotão de Investigação Criminal (PIC), onde sofreu ameaças e soube que seu companheiro Paulo também estava lá. Depois seguiu para o Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro e lá as torturas físicas se agravaram. Precisou de atendimento médico sendo então levada para o Hospital do Exército. De volta a Brasília, relata que foi colocada numa cela cheia de baratas. Posteriormente, foi levada ao hospital da Guarnição em Brasília permanecendo ali até o nascimento de seu filho, Paulo. Muito mal tratada, teve um parto induzido, feito com um corte sem anestesia.

Quando saiu da prisão, Hecilda, neste momento já militante do PCdoB, manteve sua militância, ao lado do marido, em defesa dos Direitos Humanos e contra os latifundiários da região do Araguaia.

Hoje, vive em Belém (PA), onde é professora do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal daquele estado (UFPA).

“Todos queriam ver quem era a ‘fera’ que estava ali”

por Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima

Quando fui presa, minha barriga de cinco meses de gravidez já estava bem visível.

Fui levada à delegacia da Polícia Federal, onde, diante da minha recusa em dar informações a respeito de meu marido, Paulo Fontelles, comecei a ouvir, sob socos e pontapés: “Filho dessa raça não deve nascer”.

Depois, fui levada ao Pelotão de Investigação Criminal (PIC), onde houve ameaças de tortura no pau de arara e choques. Dias depois, soube que Paulo também estava lá. Sofremos a tortura dos “refletores”.

Eles nos mantinham acordados a noite inteira com uma luz forte no rosto. Fomos levados para o Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro, onde, além de me colocarem na cadeira do dragão, bateram em meu rosto, pescoço, pernas, e fui submetida à “tortura científica”, numa sala profusamente iluminada.

A pessoa que interrogava ficava num lugar mais alto, parecido com um púlpito. Da cadeira em que sentávamos saíam uns fios, que subiam pelas pernas e eram amarrados nos seios. As sensações que aquilo provocava eram indescritíveis: calor, frio, asfixia.

De lá, fui levada para o Hospital do Exército e, depois, de volta à Brasília, onde fui colocada numa cela cheia de baratas.

Eu estava muito fraca e não conseguia ficar nem em pé nem sentada. Como não tinha colchão, deitei-me no chão. As baratas, de todos os tamanhos, começaram a me roer. Eu só pude tirar o sutiã e tapar a boca e os ouvidos.

Aí, levaram-me ao hospital da Guarnição em Brasília, onde fiquei até o nascimento do Paulo.

Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei.

Depois disso, ficavam dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos. Todos queriam ver quem era a “fera” que estava ali.

Trecho do livro: *Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura* (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Editora Caros Amigos, 2010)

Crime: ser filho de resistente

por Rosalina de Santa Cruz Leite

sobre André de Santa Cruz Leite

Fui presa pela primeira vez em 1971. Fui torturada, conheci o limite humano da dor, da força bruta e da derrota de um sonho e a impotência diante da violência desmedida do Estado terrorista, implantado pela ditadura militar no Brasil. Sofri quase todos os tipos de torturas físicas e psicológicas pelas quais passavam todos os presos políticos na década de 1970. Além de ter passado pela famigerada "geladeira", a sala escura, o emparedamento que nos fazia perder a noção de tempo e de espaço. Fiquei um ano presa no Rio de Janeiro, na Vila Militar e depois no Presídio Talavera Bruce, em Bangú.

Sai da cadeia em 1973, mudei-me pra São Paulo e pensei que nada pior do que passara poderia me voltar a acontecer. Foi, então, que meu irmão querido, que como eu era militante da esquerda, estudante e socialista, Fernando Santa Cruz, um dia saiu para cobrir "um ponto", isto é, um encontro político com um companheiro, Eduardo Collier, da sua organização, a APML (Ação Popular Marxista-Leninista). Era 23 de fevereiro de 1974, Fernando e Eduardo nunca mais voltaram.

À esquerda, pintura de Rosalina Santa Cruz, 2000
Acima, André com 6 meses em São Paulo, no apartamento onde moravam, logo depois da prisão

A procura que envolveu toda a nossa família para encontrar Fernando, saber as circunstâncias da sua prisão, do seu assassinato e a localização dos seus restos mortais, levou a mim e ao meu companheiro, Geraldo Leite, à nossa segunda prisão, em abril de 1974, agora na Operação Bandeirante (DOI–CODI/SP).

Eu e Geraldo fomos, então, novamente submetidos a torturas como "cadeira do dragão", "palmatórias" e "pau de arara". Entretanto, a pior tortura nessa segunda prisão foi o fato de ter um bebê de cinco meses, meu filho André de Santa Cruz Leite, que ficou por três dias em poder dos policiais, trancado no nosso apartamento. A equipe de busca do DOI-CODI montou na nossa casa aparelhos de escuta e ali ficaram nesses três dias para prender quem chegasse ao apartamento. Sem poder mamar e acostumado a ter a mãe por perto, André, segundo a "menina" que cuidava dele, chorava muito e os policiais, irritados, o ameaçavam.

Meu irmão Marcelo Santa Cruz chegou ao apartamento três dias após a nossa prisão, ao tomar conhecimento do ocorrido, intercedeu para que André fosse entregue a um de nossos familiares. Para amedrontar e pressionar Marcelo, os policiais torturadores pegaram o André e ameaçaram jogá-lo pela janela. Logo depois, Marcelo foi levado para a OBAN onde ficou por uma noite preso, levando pontapés e sofrendo ameaças. Ao ser liberado, meu irmão levou uma autorização minha para retirar o André do apartamento. Ao chegar de volta ao apartamento, os policiais já haviam abandonado o local e a "menina" estava de saída levando

“As crianças da minha família sofreram as consequências dos terríveis momentos de perdas, de pressão e ameaças que passaram, cada uma de forma muito diferente entre si”

o André para Minas Gerais onde morava sua família. Ela contou que ao desocuparem o apartamento, pouco antes do Marcelo chegar, eles disseram que ela poderia levar o nosso filho, pois nós éramos “bandidos e terroristas” e não voltaríamos mais para rever a criança.

Na OBAN, compartilhei com as companheiras, entre elas Nádia Lúcia do Nascimento, que havia sofrido um aborto sob tortura, o desespero de não saber o que estava acontecendo com o meu bebê. O fato de ter suspendido abruptamente a amamentação fazia com que eu sentisse muitas dores nos seios, o que não me deixava ficar nem um minuto sem sentir a falta física de meu filho.

As crianças da minha família sofreram as consequências dos terríveis momentos de perdas, de pressão e ameaças que passaram, cada uma de forma muito diferente entre si. O André, meu filho que nasceu dez meses depois da saída da minha primeira prisão, e que tinha quatro meses quando Fernando desapareceu, foi desde a gestação muito marcado pela nossa aflição e medos, buscas e ausências durante seu primeiro ano de vida.

A Alexandra, filha da minha irmã Elzita de Santa Cruz Pimenta, desenvolveu desde cedo fobia social e síndrome de pânico que não a tem permitido trabalhar. Já André tornou-se uma criança e um jovem muito marcado pelo que passou nesses anos terríveis de nossas vidas. Por tudo isso, desenvolveu uma dependência química que o levou a internações e a muito sofrimento psíquico.

Já o Felipe [Santa Cruz], filho de meu irmão Fernando, até hoje não conhece as circunstâncias do desaparecimento e assassinato de seu pai. Ele viveu anos da sua infância em busca de uma explicação para o fato do pai, tão amoroso e presente na sua vida, ter “sumido” assim “de repente” e nunca mais ter voltado. Felipe é hoje presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, mas tem muitas sequelas emocionais, todas fruto da dor que sentiu pela perda do pai.

André, Alexandra e Felipe, eles não lembram desses momentos, mas cada um teve um modo de se defender de experiência cruel que atingiu diretamente seus pais e a eles, cujo crime maior era o de ser nossos filhos. Hoje, cada um a seu modo, luta por um mundo justo e solidário e são pessoas dignas, que se orgulham de ser e fazer parte de uma família de resistentes.

O testemunho acima é de Rosalina de Santa Cruz Leite sobre seu filho André.

ANDRÉ DE SANTA CRUZ LEITE é filho de Geraldo Leite e Rosalina de Santa Cruz Leite, ambos presos políticos, militantes da VAR/Palmares. André nasceu em São Paulo em 18 de novembro de 1973, é assistente social, formado pela PUC/SP. Trabalha num Hospital em São Bernardo do Campo.

3

1

2

Em família

1. Geraldo com André no colo, logo após a saída da maternidade
2. Rosalina com André em São Paulo
3. André com Rosalina com aproximadamente 6 meses

4

5

4. André com 2 anos em sua casa, no bairro da Aclimação, São Paulo
5. André com 6 anos
6. André com 10 anos

6

CRUZ, Fernando Santa

Irmão da Ex-presa política: Rosalina Santa Cruz, encontra-se desaparecido

Secretária do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo.

1. Elzita e Lincoln, avós maternos de André

2. Elzita Santa Cruz

3 e 6. Fernando Santa Cruz, tio de André, poucos meses antes de sua prisão e desaparecimento

4. Fichas de Fernando e Rosalina nos órgãos de repressão

5. Rosalina Santa Cruz, 1976

7. Felipe com 1 ano e sete meses, pouco antes da prisão de Fernando

Rosalina de Santa Cruz

Rosalina de Santa Cruz nasceu em Recife (PE), filha de Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira e Lincoln de Santa Cruz Oliveira. Começou sua militância política na Juventude Estudantil Católica em Recife (PE). Foi militante da VAR-Palmares no Rio de Janeiro (RJ), onde ficou presa entre 1971 e 1972.

Respondeu a Inquérito Policial Militar (IPM) no Rio de Janeiro, tendo sido julgada e condenada pela Lei de Segurança Nacional a um ano de prisão. Sua segunda detenção foi em São Paulo, em 1974, pela OBAN.

É irmã de Fernando Santa Cruz, preso político desaparecido desde 23 de fevereiro de 1974. Foi militante do movimento pela Anistia, uma das fundadoras da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Participou do Movimento de Mulheres. Foi Secretária Municipal da Assistência Social do governo Luiza Erundina. Atualmente é membro da Comissão da Verdade da PUC/SP, onde é professora do curso de Serviço Social desde 1980.

Fernando Augusto de Santa Cruz

Fernando Augusto de Santa Cruz, filho de Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira e Lincoln de Santa Cruz Oliveira. Nasceu em 20 de fevereiro de 1948, em Recife, Pernambuco. Desaparecido desde 1974, aos 26 anos. Militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Era casado com Ana Lúcia e tinha um filho: Felipe. Foi preso junto com Eduardo Collier Filho, em 23 de fevereiro de 1974, em Copacabana, no Rio de Janeiro, por agentes do DOI/CODI-RJ. Logo em seguida, o apartamento foi invadido pelos órgãos da repressão.

Em 14 de março de 1974, buscando saber do paradeiro de Fernando e Eduardo, as duas famílias foram ao DOI-CODI/SP, cujo carcereiro de plantão, conhecido como "Marechal", confirmou que os dois jovens estavam presos ali, só podendo receber visitas no domingo, dia 17. Foram deixados, então, para eles, objetos de uso pessoal. Posteriormente, esses objetos foram devolvidos, com a justificativa de que se tratava de um engano, pois os dois não estavam ali.

Elzita de Santa Cruz

Elzita de Santa Cruz, nasceu em Água Preta (PE), casou-se com Lincoln, médico sanitarista. Teve dez filhos, 28 netos e 24 bisnetos.

6

7

Parte de seus filhos foi atingido pela ditadura militar, como Marcelo, que foi expulso da faculdade e Rosalina que foi presa e torturada. E por fim Fernando, seu quinto filho, preso e desaparecido em 23 de fevereiro de 1974.

Foi a partir do desaparecimento do filho que começou a via-crúcis de dona Elzita a quartéis do Rio de Janeiro, Recife, de São Paulo, de cartas – sem resposta- a autoridades civis e militares.

A luta incansável da mãe de Fernando pelo esclarecimento da situação dos desaparecidos políticos no Brasil e por informações do paradeiro de seu filho é retratada no livro *Onde está meu filho?*

É uma das lutadoras pela anistia e pela democratização do país e hoje, aos 100 anos, segue, ao lado dos filhos, em busca dos restos mortais de Fernando.

Carta de Felipe

(Felipe Santa Cruz, filho de Fernando, aos 11 anos de idade)

Todo mundo podia pensar que eu escreveria uma carta triste. Mas não. Eu escreverei uma carta dizendo tudo o que acho. Eu tenho uma ideia de como era meu pai, devia ser um homem que lutava contra a ditadura militar do presidente Médici que foi uma das que mais teve repressão e morreu como muitos outros que tentaram o mesmo.

Eu tenho uma vida feliz, mas ele está na minha cabeça como o meu outro pai. Sabe, minha mãe casou de novo com um homem que eu considero muito meu pai, tanto quanto o outro, pois eu tenho 11 anos e meu pai morreu quando eu tinha dois anos. Hoje moro em Porto Alegre e sou muito feliz. Torço pelo Internacional e faço muitas coisas como jogar na escolinha do Bráulio. E ao fim de tudo eu acho que alguém um dia vai acabar com essa ditadura militar.

Esta carta está publicada no livro Onde está meu filho?

O bêbe que a Ditadura separou da mãe

por José Paulo De Luca Ramos

Eu sou José Paulo De Luca Ramos, filho de Derlei Catarina De Luca e Nilo César Sobral Ramos. Nasci em 1972, em Londrina (PR). Na época, meu pai e minha mãe passavam por lá fugindo da polícia. Quando eu tinha 1 ano de idade, minha mãe já havia sido presa e torturada, e precisou fugir do Brasil para não ser morta. Acabou indo para Cuba. Ela foi na frente e eu um ano depois. Cheguei à Ilha com 2 anos de idade, em 1974, onde morei por cinco anos. Minha mãe, por seis. Tenho lembranças da gente voltando em 1979, na época da Anistia.

Da infância em Cuba eu não tenho do que reclamar, porque foi uma fase muito boa. No período em que morei lá, dos 2 aos 7 anos, tinha educação, saúde, mas, óbvio não tinha o meu pai. Ele ficara no Brasil. Antes de irmos para Cuba, meus pais se separaram.

Então, até os 7 anos não tive nem a presença do meu pai nem a falta dele, o que é diferente de se perder um pai. Então, como criança, naquela época, eu não sofria por conta disso.

Em Cuba, tive muitas crises de asma. Mas como lá o sistema de saúde já era avançado, quando as crises começavam eu era internado e devidamente tratado. Acho que foram 22 internações nesses cinco anos por crise de asma. Não sei se isso é diferente de outro asmático que não teve uma mãe torturada. Não faço essa relação. Tive crises até meus 15, 16 anos. Depois, deu uma parada e ficou mais psicológico, eu diria. Quando tem algum desafio, quando eu fico um pouco angustiado me dá uma crise. Hoje meu filho de 8 anos tem asma também, mas bem mais amena porque conseguimos tratar desde cedo.

À esquerda, José Paulo, Içara (SC), dezembro de 1973

> “Quando eu tinha 1 ano de idade, minha mãe já havia sido presa e torturada”

Também tem a história dos psicólogos, que faz parte das coisas que eu não lembro, mas que minha mãe sempre conta. “Você teve ajuda psicológica em Cuba”. Talvez, hoje, os poucos momentos de crise de asma sejam um mecanismo de defesa da minha mente.

Mas ir em busca de ajuda psicológica foi uma das razões que fez a minha mãe ir para Cuba. Quando voltamos para o Brasil tive algumas conversas com psicólogo e foi por isso que fomos morar no interior. Para estar junto da família.

Uma vez no Brasil, tive toda a estabilidade de ter uma família grande, de conhecer meu pai, meus avós. Isso foi em 1980, eu tinha de 8 para 9 anos. Considero que tive uma infância normal, não me acho diferente de outras crianças por conta do que ocorreu com minha mãe no período da ditadura. Lógico que tem a lacuna da ausência da família durante cinco anos, mas naquele momento eu não tinha a consciência dessa falta.

A minha infância e juventude foram muito normais. Estive envolvido com a política, com a luta pelas Diretas Já, também me lembro da criação do PDT em Santa Catarina.

Depois, mais velho, eu posso até repetir o ditado: “Mãe liberal, filho conservador”, porque eu procurei muita segurança. Fiz engenharia, administração e busquei o lado da racionalidade. Não sei se inconscientemente ou não. Depois de me formar, fui estudar fora, fiz MBA em finanças e voltei para o Brasil. Não sei se foi uma escolha inconsciente ou consciente de eu procurar esse lado da racionalidade, de ir para o lado da segurança.

Na infância, meu nome permaneceu sempre o mesmo, José Paulo, mas tinha algumas certidões com sobrenomes diferentes porque meus pais usavam nome falso. Essa questão foi se resolvendo ao longo da minha juventude, quando eu tinha entre 15 e 18 anos. Mas nunca foi um trauma. Simplesmente tinha algumas coisas na vida diferente das outras crianças, mas nada que me traumatizasse. Minha mãe estava ali, meu pai estava ali, minha família. Eu cresci no interior de Santa Catarina, o que fez muito bem para mim. Ter

"Na infância, meu nome permaneceu sempre o mesmo, mas tinha algumas certidões com sobrenomes diferentes"

essa base sólida de família, de ter todo mundo lá. Então, mesmo que meus pais fossem separados, eu tinha a figura do pai, a figura da família. Nunca ficou um elo faltando.

Tem algumas coisas que a gente, como filho, sente, mas evita falar para os pais. Minha mãe sempre falou das coisas. Da tortura, ela foi falando mais tarde, porque como é uma coisa que machuca quando a gente fala, e evitávamos.

Quando minha mãe foi para Cuba, eu tinha entre 1 e 2 anos, fiquei um ano perambulando em Santa Catarina pela casa de algumas famílias para a polícia não me prender. Foi um período que só conseguimos refazer no ano 2000 quando descobri a casa onde fiquei num período de dois, três meses. Havia essa lacuna na minha história. Claro que essa experiência diferenciou a minha infância da de outras crianças da época.

A maior parte desse período fiquei com minha avó. Mas fiquei, também, com padres em seminários, conventos e uma família em Itajaí. Tem também histórias de alguém ir me buscar em algum lugar, levar para minha avó me ver e voltar. Por conta disso, muitas vezes eu me questionei, brincava com a minha mãe, perguntando: "Será que eu sou eu mesmo, não me trocaram em algum lugar?" E aí isso foi se materializando, diminuindo. Depois, fui vendo a semelhança física com meu pai, então é uma ferida sarada.

A minha mãe conta a história que embora eu tenha chegado em Cuba com 2 anos, só fui chamá-la de mãe quando eu tinha 3. E queria sempre voltar para minha avó, que era meu ponto de referência. Mas isso, de novo, é a minha mãe que conta, as famílias que me acolheram naquela época me contam, porque eu não lembro disso.

Mas essas histórias não era eu quem buscava e sim minha mãe. Não é que a gente, como filho, negue. Mas a gente evita falar. Nossos pais buscam toda informação possível. E a gente não. Eu fico mais na minha. Por exemplo, eu não participo assiduamente das coisas que minha mãe busca. Apoio, mas não é uma coisa que eu queira buscar. E talvez isso seja assim para não me abalar emocionalmente. Eu estou bem sem ir buscar.

Fora isso, eu tenho muito orgulho de ser filho da Derlei, ela é uma verdadeira heroína por tudo o que ela passou, por tudo o que ela viveu, de querer mudar o Brasil. Ela fez de uma forma, e eu procuro fazer, também, da minha maneira.

Hoje tenho três irmãos por parte de pai. A gente tem um relacionamento, não diria de irmãos, mas de amigos. É um relacionamento bom. E meu pai existe, está lá. Eu não busco a falta de um pai. Eu não tenho que preencher uma lacuna. Elas estão todas saradas. Ou espero, eu acho que estão.

JOSÉ PAULO DE LUCA RAMOS nasceu em Londrina (PR) em 1972. É filho de Derlei De Luca e Nilo Ramos. Estudou engenharia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), administração na ESAG e fez MBA em finanças na Universidade de Michigan. Hoje mora em São Paulo, é casado com Luciana e tem dois filhos, João Paulo, que nasceu em 2005 e Ana Lúcia, que nasceu em 2009. É executivo no setor financeiro.

1. José Paulo com meses de idade, com o francês Philippe Vialle, uma das pessoas que cuidou dele ainda bebê junto com a esposa Bernadete Vialle, 1972

2. José Paulo, Itajaí (SC), 1973. Foto tirada por Onadyr de Jesus, que também cuidou do bebê

1

2

3

4

5

Em Cuba

3. Em 1973. Foto tirada por Bernadete Vialle

4. José Paulo e a mãe, Derlei, Cuba, 1975

5. Em Havana, Cuba, 1975

6. José Paulo e amigos no Hotel Presidente, onde morou durante um ano, Cuba, 1975

7. No dia seguinte à chegada em Cuba em junho 1974

8 e 9. Em Havana, Cuba, 1975

10. José Paulo brincando em Cuba

11. Subindo em uma árvore em Santiago de Cuba, 1976

6

7

8

10

11

Derlei Catarina De Luca nasceu em Içara (SC), em 17 de setembro de 1946. Era estudante secundarista quando houve o golpe de 1964. Foi militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Ação Popular (AP). Foi presa em Ibiúna junto com outros estudantes catarinenses que participaram do XXX Congresso da UNE, em 1968. Entrou para a clandestinidade em 13 de dezembro de 1969 e logo depois, de acordo com definição da organização, integrou-se na produção, indo trabalhar numa tecelagem, em Curitiba. Foi deslocada pela organização para um trabalho em São Paulo, onde foi presa pela Operação Bandeirante (OBAN), em novembro de 1969. Torturada no pau de arara, foi submetida a choques elétricos e chegou a entrar em coma. Quando saiu da prisão, em abril de 1970, foi para Florianópolis (SC), sendo acolhida por Dom Afonso Niehues, arcebispo da cidade. Ficou lá por dois meses, acompanhada por médicos. Em seguida, foi mandada para a Bahia por sua organização. Ficou em Feira de Santana até começo de 1972, de onde saiu com o nome de Maria Luiza Vitali. De lá, seguiu para Londrina (PR), grávida de vários meses. Seu filho, José Paulo De Luca Ramos nasce em 11 de janeiro de 1972. Em abril, seu marido, Nilo Ramos, é preso. Obrigada a fugir, Derlei deixa seu filho na porta de um hospital em Londrina e segue para o Chile. Com o golpe que derrubou Salvador Allende, vai para Cuba. O menino percorre um longo caminho até ser entregue em Havana, já com 2 anos e três meses de idade. Estudou história na Universidade do Oriente, em Santiago de Cuba.

Após a Lei Anistia em 1979 e de retornar do exílio em Cuba, Derlei participou das buscas pelos catarinenses mortos e desaparecidos políticos.

Fundou e coordenou o Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, hoje Memorial dos Direitos Humanos.

Em 1988, recebeu o título de Cidadã Honorária de Criciúma e, em 2001, recebeu da Assembleia Legislativa de SC a Medalha Antonieta de Barros. É autora de diversos livros, entre eles *Os jasmins do Jardim de Paolo*, *À sombra da Figueira* e *No corpo e na alma*, *Além da lenda* e o livro didático de história e geografia do município de Içara.

É professora e coordena o Coletivo Catarinense pela Memória Verdade e Justiça. Membro do CASC e da Rede Brasil Memória, Verdade, Justiça.

1
2
3
4
Côr
Cabelos
Bigodes
Olhos
Estatura

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

Ficha n.º
Nome:
Data:
Vulgo:
Prontuário Delegacia n.º
Prontuário geral n.º

Côr
Cabelos
Bigode
Olhos
Estatura
Marcas

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Ficha n.º
Nome:
Data: 5-11-1968
Vulgo:
Prontuário Delegacia n.º
Prontuário geral n.º
Atividade:

Filiação: — Pai: Silvino de Luca   Mãe: Maria Rizzieri De Luca
Idade: 22 anos Nascido em 17 de Setembro de 1 946 Sexo: Masculino
Nacionalidade: Brasileira   Natural de: Içara-Sta.Catarina
Estado civil: Solteiro   Profissão: Estudante
Ordenado: Cr$ Local de trabalho:
Residência:
É Sindicalizado?   Sindicato e locais que costuma frequentar:

De volta ao Brasil

1. José Paulo (de calça marrom) com os primos em Florianópolis (SC), quando voltou ao Brasil depois da Anistia

2. Recebendo medalha em um campeonato de futebol

3. Na Campanha das Diretas, Criciúma (SC), 1985

4 e 5. Foto e fichas de Derlei nos órgãos de repressão

5

Uma rede de solidariedade

por Derlei Catarina De Luca

José Paulo De Luca, José Paulo Vitalli Ramos, Alexandre ou Xandinho nasceu e viveu na clandestinidade nos seus primeiros anos de vida. Teve vários registros de nascimento com nomes e mães diferentes.

Oito cidades, dois estados, cinco países foi o roteiro durante quase três anos. Lugares desconhecidos, com pessoas desconhecidas, passando de mão em mão. Dezenas de mãos solidárias cuidaram dele, sabendo apenas que a mãe era procurada pela ditadura.

Em 18 de abril de 1972, aos três meses de idade deixei-o com Joana Lopes, num hospital em Londrina. Sem ter ideia dos fatos, ela segura o menino. Expliquei que meu marido fora preso por problema político, e saí rapidamente sem dar-lhe tempo de reagir. Não podia por em risco a vida de meu filho. Precisava impedir que caísse nas mãos da repressão se eu fosse presa. Joana conversa com os médicos do hospital e o menino fica internado no berçário por vários dias até conseguirem uma solução.

Sai do berçário e vai para a casa de vários professores universitários. Passava uma noite em cada casa. Por segurança e por que as pessoas tinham de manter seus horários de vida normais, para não suscitar desconfiança. Esse período ele teve como anjo da guarda Eda Arzua.

A médica Elzira Vilela busca-o em Londrina e leva para Curitiba. Ali, o menino passa dias e noites no Seminário Catarinense, aos cuidados do Padre-diretor Evaristo Debiasi e os seminaristas Vertolino e Sergio Maikot.

O bebê chorava e os seminaristas davam mamadeira. Quanto mais mamadeira, mais o bebê chorava. Não sabiam trocar fraldas e receavam chamar alguém. Queriam que o menino se calasse para não chamar a atenção dos demais sacerdotes e seminaristas. Como explicar um bebê num seminário católico, onde só moravam homens? O menino chorava e chorava. Saíram na madrugada gelada de Curitiba em busca de um pediatra. O pediatra pensou que o menino fosse filho de algum padre. Eles negam e o pediatra não fez mais perguntas. Apenas aconselha a darem mamadeira de quatro em quatro horas. Quase mataram o menino de tanta comida!

Militantes da Ação Popular se mobilizam em Santa Catarina. Quem o abriga, enrola numa manta quentinha é a jornalista Márcia Maykot. Num Volkswagen descem a Serra Geral em direção à Ilha de Santa Catarina.

Em Florianópolis, em frente à Maternidade Carmela Dutra é entregue para João Soccas, que pediu apoio ao casal francês Pihilippe e Bernadette Vialle. O estudante de engenharia, solteiro, faltava às aulas para cuidar do menino. Aprendeu a trocar fralda e esquentar mamadeira que Bernadette deixava pronta antes de sair de casa.

Semanas depois, em frente a mesma maternidade, o casal francês entrega o menino para o casal Ivo e Onadyr de Jesus de Itajaí. O menino segue para Itajaí com o nome de Alexandre, um pacote de remédios e várias recomendações, escritas numa folha de caderno, em tinta vermelha, num português arrevesado.

Calada e muda, Onadyr segura as línguas das mulheres. As vizinhas xeretavam. Diziam que ela era burra e a criança devia ser filha do Ivo com outra mulher. A cunhada desconfiada perguntava de quem era a criança. Com cinco filhos e tendo mais uma criança para alimentar, Onadyr nunca se queixou nem explicou a origem da criança. Apenas o vigário, padre Taicyl, sabia. Durante quase um ano o menino ficou em Itajaí, quando então é devolvido ao casal Vialle e daí segue para casa da avó Maria Rizzieri. Nesse período, teve como anjo Valmir Martins e Murilo Canto. Onadyr faz questão de fotografá-lo. Fotografia esta que manteve escondida durante trinta anos. Em Içara é cuidado pela Ica – Nadir dos Santos, enquanto a avó vai trabalhar.

Meses depois, se prepara para viajar a Cuba com permissão do Juiz de Menores, Wladimir Divanemko, que ordena o registro do menino com o nome verdadeiro da mãe. Cuba e Brasil não tinham relações diplomáticas. O Juiz não se aperta. Escreve no despacho: Para ir ao encontro da mãe.

Tia Darcy Terezinha De Luca e Dozolina Rizzieri viajam a Buenos Aires, onde as aguarda Yurina, da Juventude Cubana. Passam dois dias num hotel. Viajam ao Peru e Darcy acompanha-os até o embarque, em Lima. Ao entrar no avião, o menino percebe que tia Darcy não está, escapa da mãe de Yurina e sai correndo pela pista. Segundo o companheiro cubano organizador da viagem, foi o momento mais tenso da missão. O menino só tinha autorização para viajar com tia Darcy. No avião da companhia aérea Cubana de Aviación ele não sossegou, nem comeu. Tomou 17 sucos de laranja.

Yurina me entrega um menino de 2 anos e três meses, já caminhando.

Em Havana, fomos acompanhados pelos psiquiatras Elza Gutierrez e Alberto Lavandera.

Em 1979, com a Lei de Anistia voltamos ao Brasil. Levei 32 anos para refazer sua trajetória desde o momento em que eu o deixei em Londrina, até a chegada em Havana. Faltam muitas lacunas a preencher, mas uma verdade é notável. Apesar da ditadura, meu filho foi envolvido numa rede de solidariedade que garantiram sua segurança. O *Diário Catarinense* publicou a história, em 2005 sob o título: “O bebê que driblou a ditadura”.

“Seu pai não era um ladrão, era um herói”

por Grenaldo Edmundo da Silva Mesut

Na infância, o que eu ouvia sobre meu pai era que ele era um ladrão, que eu era filho de um ladrão e que meu sangue não prestava. Essa história vinha à tona em brigas familiares que ocorriam em casa. Depois que meu pai morreu, minha mãe virou dependente do álcool e minha avó virou a mantenedora da casa. E eu, pequeno, ouvia coisas como: “Você é um ladrão, você não presta”.

A história da minha família é essa: minha avó veio da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. Minha mãe também nasceu na Alemanha. Logo depois do golpe de 1964, meu pai conseguiu fugir por ter sido condenado a cinco anos e oito meses de prisão. Ele seguiu para Guarulhos, cidade satélite ainda muito pequena, e conheceu minha mãe. Eles tiveram um romance, ficaram juntos e então eu nasci em 1968.

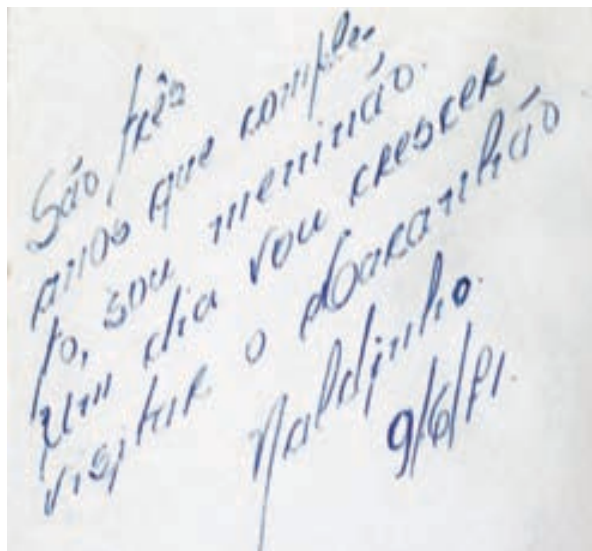
Eu tinha quatro anos quando ele morreu. A única lembrança que eu tenho até hoje é de uma casa onde morávamos eu, minha mãe e meu pai. E um dia, na frente da lareira dessa casa, ele me deu um brinquedo, passou a mão na minha cabeça e foi embora. O brinquedo era um carrinho tipo cegonheira. Mas eu não me lembro da fisionomia dele. Para mim, esse episódio do brinquedo foi como uma despedida, mas é a única lembrança que eu tenho dele. E a partir daí não tenho mais nenhuma lembrança.

À esquerda, Grenaldo aos 3 anos. Uma cópia desta foto foi levada por seu pai à sua avó paterna no Maranhão

Ao centro, a dedicatória do pai no verso

Não lembro, por exemplo, da chegada da notícia da morte dele. As publicações da época divulgaram informações do sequestro do avião [que ele fez] e da morte. Até a minha foto, com o título “Naldinho, filho do sequestrador”, divulgaram na imprensa. Fiquei muito chocado quando descobri uma foto minha no jornal *O Globo*. Só fui descobrir isso depois, com 34, 35 anos de idade.

São três anos que completo, sou menino. Um dia vou crescer visitar o Maranhão

Naldinho 9/6/71

Durante a minha infância, sempre que se tocava no nome do meu pai era através de uma briga. Foi assim na infância, adolescência e começo da vida adulta. O que eu ouvia era sempre: “Você é filho de ladrão, você não presta, você não tem sangue bom”. Além de ladrão, a história era que depois do sequestro do avião, ele havia se suicidado.

Essas brigas envolviam a mim, minha mãe, avó e meu tio, irmão da minha mãe. Minha mãe tinha uma personalidade forte, assim como minha avó, que era alemã da gema e tinha tido uma educação muito rígida. Sempre que havia desentendimentos na minha família, isso era jogado na cara da minha mãe e consequentemente vinha para cima de mim também.

A maior vítima disso tudo foi a minha mãe. Imagine ela, uma mulher analfabeta, dona de casa, se vendo numa situação em que o marido diz que a comida não está boa e simplesmente vai embora? Imagine para ela, o marido se despedir assim e a notícia seguinte ser a do sequestro?

Hoje, fico imaginando como foi para ele ter que abandonar a esposa e um filho de 4 anos e ter que lutar pela sobrevivência. E como foi para a minha mãe, analfabeta, descobrir a morte dele dessa maneira, nessa situação, com todo mundo em cima dela. Foi muito para a cabeça dela. Eu acho que ela não sabia da militância do meu pai.

Quando tudo isso veio à tona, minha mãe mudou completamente a maneira dela de ser. Virou uma alcoólatra, dependente do cigarro. E eu só fui perceber isso aos 34 anos, idade em que comecei a juntar todas as peças.

Minha mãe nunca falou nada do meu pai. Sempre disse que ele tinha morrido num avião, só isso. Ela bebia muito, ficava muito bêbada, a ponto de brigar e quebrar as coisas dentro de

casa. Quando bebia, ela mudava totalmente, escutava umas músicas do Evaldo Braga, Aguinaldo Timóteo. Eu não conseguia perceber que minha mãe entrava literalmente na fossa. Ela acendia um cigarro, pegava um copo de conhaque que gostava muito e ficava escutando aquela música que colocava para dormir.

Nessa época, comecei a perceber as tristezas dela. Nós morávamos no terceiro andar de uma quitinete no centro de Guarulhos. Lá, quase não tinha água. Todos os dias tínhamos que ir buscar água para tomar banho no banheiro coletivo. Minha mãe ficava lá bebendo, tomando as dela e eu ficava deitado no sofá cama.

Depois que meu pai morreu, nosso padrão de vida mudou totalmente. A casa onde morávamos era muito boa, o local também era bom, um bairro de classe média operária.

Minha avó tinha uma casa no centro de Guarulhos. Era uma pensão que foi crescendo. Minha mãe trabalhava como empregada nessa casa, ajudando na limpeza. Por conta das divergências, por conta do álcool, minha avó e minha mãe se desentendiam bastante. E eu, com sete, 8 anos também não entendia minha mãe. Só fui entender depois, quando descobri toda a história.

Eu não perguntava sobre a morte do meu pai, era um assunto tabu. Porque eu fui criado pensando que era filho de ladrão. Não queria tocar nesse assunto, era muito complicado. Era um assunto que não podia ser falado.

Quando eu tinha 9 anos, minha mãe teve um AVC e perdeu todas faculdades mentais. Não andava mais, praticamente virou um bebê. E, para piorar, eu tinha um padrasto. Esse relacionamento dela foi uma das tentativas de mudar de vida. Nessa quitinete morávamos eu, minha mãe e padrasto. Ele descobriu toda a história do meu pai, porque também trabalhou na Camargo Corrêa, onde meu pai foi vigia por alguns anos. E a história que também chegou para ele era de que meu pai era ladrão, terrorista. E ele usava muito da força física contra mim, me chamando de filho de ladrão. Ele reforçava muito essa história. Ele batia na minha mãe, batia em mim. E quando minha mãe teve o AVC, ele segurou a onda por um tempo, mas quando viu que a mulher com quem ele vivia não ia mais voltar, foi embora.

Nós moramos nesse lugar até meus doze anos. Minha avó levava umas coisas para nós comermos ou eu ia até a casa dela buscar. Era eu quem cuidava da minha mãe, desde higiene pessoal, tudo. E quantas vezes eu também fugi para jogar bola, brincar. Aí ele dizia: "Você deixou sua mãe!", e batia em mim. Ele achava que eu tinha a obrigação de estar lá a todo momento, resolver todos os problemas. Eu sempre fui um cara grande em comparação com a população da época. Mas o fato de eu ser grande não significava que eu tivesse que ter tanta responsabilidade.

Às vezes eu chegava em casa meia hora antes dele. Eu conhecia o barulho do ônibus da Zefir, empresa que a Camargo Corrêa usava. Ele entrava na avenida e desacelerava, fazia um barulho muito peculiar de ônibus antigo. Ele chegava por volta das 18 horas, então eu voltava vinte minutos antes, limpava a casa, fazia tudo correndo. Tinha que estar tudo limpo e ela de banho tomado. Se não, o couro comia.

"Eu não perguntava sobre a morte do meu pai, era um assunto tabu, porque eu fui criado pensando que era filho de ladrão"

Foi muito sofrimento para minha mãe. Toda a situação da morte, essa tentativa de ter uma pessoa, talvez para ocupar um espaço. E assim ele nos deixou de vez. Antes disso, eu apanhei muito, fui muito destratado.

Como todas as crianças, eu gostava de fazer traquinagens, jogar bola. Hoje, sou professor de educação física. Eu descia a rua, tinha umas quadras, a gente jogava, brincava. Até hoje me lembro o nome dele. Ele batia em mim e na minha mãe. É complicado porque depois de tudo isso comecei a entender a minha mãe. Quando meu pai nos abandonou, minha avó, muito dura, simplesmente jogava na minha cara: "Seu filho de ladrão". E minha mãe, já mal daquele jeito, não reagia.

Minha mãe faleceu quando eu tinha 18 anos de idade. Depois que comecei entender a história do meu pai, quando eu tinha 34 anos, veio um monte de coisas na minha cabeça, para conseguir elaborar, fazer uma linha do tempo e conseguir desenvolver. Porque até então, como filho de ladrão eu nunca pensei em ir atrás de nada, porque essa era a minha história verdadeira e eu também não queria saber. Como era a história do ladrão? Eu era o filho de um ladrão, ele foi, roubou um avião e só, ponto.

Eu não indagava, simplesmente escutava e ficava quieto. A primeira vez que eu indaguei sobre isso, ainda pequeno, ela já tinha tido o AVC e não conseguia me falar nada. Conseguia falar, mas as ideias não batiam.

Quando eu indaguei minha avó, ela disse: "Ah, tinha uns jornais aí, mas sumiram". Meu tio, que era seis anos mais velho que eu, começou a falar algumas coisas, mas também com hostilidade. Quando eu tinha 13 anos, meu tio, que para mim era como se fosse meu irmão mais velho, seguiu pelo caminho das drogas, ficava muito louco.

As pessoas que se relacionavam comigo, meus amigos que estão comigo até hoje não tocavam nesse assunto. Nem eu falava da minha vida nesse sentido, de chegar e falar: "Pô, meu pai é ladrão". Eu não falava do meu pai nem da minha mãe.

Com 11 para 12 anos, saímos da quitinete e nos mudamos numa Kombi para a casa da minha avó. Eu e minha mãe com as sequelas todas dormíamos na sala da pensão e minha avó no quarto dela.

Minha avó, que há muitos anos era mascate, administrava tudo isso. De manhã ela ia trabalhar, mascateava, vendia coisas, panos, de cozinha. No período que vivíamos todos juntos na pensão, isso de filho de ladrão foi batido muito na minha cabeça, pelo meu tio e pela minha avó. Nessa época, meu tio virou usuário de drogas, dependente de álcool. Foi então que eu percebi que o homem que eu achava que era meu ídolo, meu irmão, virou praticamente um monstro. Tive essa decepção com quem eu achei que fosse "o cara", mas não era nada.

Quando eu tinha 15 anos, minha avó faleceu dentro de casa, depois de uma briga que teve com meu tio. Eu e minha mãe ficamos morando lá na pensão com meu tio. Aí eu conheci quem ele era. Batia em mim e na minha mãe.

Ele era usuário de cocaína, que colocava em cima da mesa e chamava os maloqueiros da rua. Ficavam lá, traficantes, tudo dentro da minha casa, cheirando, com minha mãe do lado, sem entender nada. Eu passava, olhava e nunca me ofereceram.

Eu era atleta, jogava bola, tive dois professores de educação física espetaculares, isso me ajudou muito. Participava das atividades de uma instituição que ajuda menores que precisam de apoio. Passei um bom tempo lá. Essa era minha fuga. Quando o bicho estava pegando, eu ia para lá. Meus amigos de infância também me ajudaram muito. Me chamavam para sair, para ir à praia.

Era muito complicado, porque eu era office boy, levantava cedo, ia trabalhar. E tinha vontade de fugir de tudo aquilo, mas minha mãe estava lá. Não se passava uma, duas semanas sem que houvesse a mesma explosão, a mesma briga, coisa, aquela coisa de fugir e voltar.

E a história do meu pai virou um tabu mesmo, eu fechei qualquer tipo de porta que pudesse trazer qualquer história dele à tona. Eu tinha medo de me decepcionar ainda mais. Assim, coloquei na minha cabeça que não era filho de ladrão e que se meu pai realmente tivesse sido um ladrão, não poderia fazer nada. Pensei: "sei que posso fazer minha vida ser diferente e ela vai ser diferente, não sei quando, mas vai, vou correr atrás da minha vida".

Quem também me ajudou muito foi meu professor de educação física. Eu ia disputar jogos, treinava, competia. Eu jogava bem, no time da região. Aos domingos, tinha jogo às oito da manhã e à noite havia brigas. Parecia que era assim, passou a ser normal. Eu achava que no dia seguinte ia ser melhor.

Quando eu tinha 18 anos, minha mãe morreu. Numa das brigas com meu tio, ela apanhou. Eu intervi, ele saiu de casa e eu fiquei só com ela. Ela passou mal, desmaiou e eu a levei de táxi, sem um tostão, para o hospital. Chegando lá, ela não tinha documento, porque numa briga de anos antes, ele tinha queimado todos os documentos dela. Depois de uns dias hospitalizada, ela morreu.

Eu me culpo um pouco com essa situação, porque eu pensei: "Minha mãe morreu, mas não foi ruim. É um pouco bom até". E segui minha vida, ainda morando com meu tio. Parei de jogar, fui servir na Aeronáutica, de onde saí como soldado de primeira categoria, em 1987.

Eu não sabia nem o que foi a ditadura militar. Fui tolhido de qualquer informação na minha vida escolar. Na escola, tive OSPB, história, geografia, ciências e meus professores nunca abriram a boca, nunca falaram nada a respeito, até o terceiro ano de ensino médio. Não lembro de nada significativo que um professor tenha falado sobre a ditadura. Veja só o terror e lavagem cerebral em três, quatro, cinco gerações. Eu não tinha a menor ideia de nada. Achava que meu pai era um ladrão comum. Entrei na faculdade de esporte, aquela coisa toda que também tem uma doutrina.

Até eu descobrir a verdadeira história, eu tinha desencanado de saber mais. Mas alguma coisa me dizia que tinha algo a ver com a ditadura. Quando começou a haver uma abertura maior e a ditadura começou a aparecer mais eu falei: "Acho que meu pai tem a ver com essa coisa de ditadura". Pensei em ir a um jornal pesquisar porque sabia que aqueles jornais antigos tinham sido rasgados.

A maneira por meio da qual eu descobri minha história foi muito linda. Foi através da jornalista Eliane Brum, que soube que meu pai não era ladrão. Em 2001, uma cunhada minha viu o nome do meu pai relacionado a uma história da ditadura. Ela ligou para minha mulher, Leila, que tinha recém operado o joelho. Ela estava em casa e recebeu a ligação da minha cunhada, que morava em São José dos Campos: "Vi uma revista na dentista e tinha uma matéria onde havia uma pessoa com o nome igual ao do Grenaldo, acho que é o pai dele. Veja lá na identidade dele. É Grenaldo Jesus da Silva?". "Ah, acho que é, ele nunca fala do pai", minha mulher respondeu. Aí ela foi pesquisar no computador e ligou de novo. "Leila, tem a foto do pai do Naldo, prepara ele". Era a revista *Época*, que tinha acabado de ser lançada.

Quando eu cheguei em casa, a minha mulher me disse: "A *Época* está com umas histórias do seu pai..". Na hora, a primeira sensação é de medo. "Puxa, e agora, como é que vai ser?" Pensei, "vou ter que encarar". E co-

"Até eu descobrir a verdadeira história, eu tinha desencanado de saber mais. Mas alguma coisa me dizia que tinha algo a ver com a ditadura. Quando começou a haver uma abertura maior e a ditadura começou a aparecer mais eu falei: 'Acho que meu pai tem a ver com essa ditadura'. Pensei em ir a um jornal pesquisar porque sabia que aqueles jornais tinham sido rasgados"

Avó de Grenaldo, D. Christina, alemã, era mãe adotiva de Mônica

mecei a buscar na internet, falei com a minha cunhada, que disse: "A revista não está comigo, está lá na dentista".

Na internet, achei o *Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos*, e vi algumas informações concretas que indicavam que a morte do meu pai tinha sido em março de 1972. Não tive certeza de nada, minha cabeça estava fervendo. Eu tentava me segurar, mas não estava entendendo ainda, porque não tive educação, formação sobre o que foi ditadura. Não conseguia entender a dimensão da coisa.

Quando comecei a entender qual era o contexto histórico, tive medo pela minha filha, pela minha mulher. Contei a história para uma aluna minha de personal trainer que era professora de história. Ela sugeriu que fôssemos ao Arquivo do Estado de São Paulo. Fomos eu, ela e minha mulher. Tinha um monte de coisa, e quando abri nos jornais da época, *O Globo, Folha de São Paulo*, as revistas da época, todos diziam que ele era terrorista. Fiquei muito decepcionado, pensando. "Puxa, o que falaram do meu pai era verdade. Meu pai é um ladrão". Fiquei muito arrasado. Vi a minha foto no jornal *O Globo*, a entrevista da minha mãe que estava ao lado. Tem outra parte que fala do enterro do meu pai.

Eu não entendia a manipulação que todos os canais de mídia faziam naquela época. Aí disse: "Quero conversar com essa mulher que fez essa revista". Pesquisei o nome Eliane Brum e pedi para a minha aluna fazer a intermediação do contato. Ela ligou e a Eliane disse a ela: "Você conhece o Grenaldo? Eu estou procurando por ele".

Aí marcamos o encontro numa pizzaria. Fomos eu, minha mulher e a minha aluna. Até então eu tive mais medo. Foi a Eliane que me aliviou. Meu peso era muito grande por conta da carga familiar e ainda mais por conta de tudo que vi nos jornais. Eu precisava liberar ou enterrar de vez aquela história. Ela já veio com livros *Dos Filhos deste solo*, *Combate nas trevas*, *A Ditadura Escancarada*, a *Revolta dos Marinheiros.*

Comentei algo sobre meu medo, minha situação, sentir esse fardo nas minhas costas, do ladrão, de tudo que vi. Ela colocou a mão em mim e disse. "Seu pai é um herói, não tenha vergonha dele, não. Não tenha medo da sua história. Leia isso, depois a gente conversa".

No final, ela disse: "Tenho uma coisa para te contar. Tem uma pessoa que quer te conhecer. Posso marcar uma reunião para você conhecê-lo?" E na hora pensei: "É o cara que matou meu pai, meu Deus".

Me preparei emocionalmente para o encontro, que foi na casa da Marisa. A Eliane perguntou se eu me incomodaria que ela levasse um fotógrafo. E eu com isso na cabeça, de que a pessoa que ela levaria seria o cara que tinha matado o meu pai.

> "Essa frase 'Seu pai não foi um ladrão. Seu pai foi um herói' eu tenho na minha cabeça e isso faz a minha vida seguir"

No dia do encontro, o homem entrou, me deu um abraço, sentou e começou a contar a história dele: que ele era um controlador de voo, que era sargento da Aeronáutica [José Barazal Alvarez]. Disse que ele atendeu a uma ocorrência do meu pai, e quando percebeu que era um sequestro, começou a conversar com o meu pai e com o piloto. Ele me disse que percebeu que meu pai não era a pessoa que estavam falando. O avião estava indo para Curitiba e a intenção do meu pai era de ir ao Uruguai, onde, à época, não tinha ditadura. José disse que percebeu que havia alguma coisa diferente, que meu pai estava sozinho, numa situação de desespero total.

Ele foi o encarregado de fazer o inquérito, o Inquérito Policial Militar do caso. Ele conta que queria dar baixa, mas que não conseguia, muitos amigos haviam desaparecido e viveu sob medo por muito tempo, porque não estava de acordo com o que estava acontecendo.

Na hora de fazer o inquérito, o corpo do meu pai estava dentro de um carro. Ele mexeu no corpo e viu que havia uma perfuração na cabeça.

Quando ele contava isso, olhou para mim e disse: "Seu pai não se suicidou, seu pai foi morto" e "Seu pai não era um ladrão. Seu pai era um herói". Nessa hora eu ajoelhei, e comecei a orar: "Deus, muito obrigado, o Senhor está me libertando de uma parede enorme que tinha na minha frente". Eu estava apoiado nos joelhos e não via mais nada. Ele veio perto de mim, me abraçou e disse: "Tenho mais uma coisa para te falar: Seu pai deixou uma carta para você, pedindo desculpas, dizendo que não queria fazer nada disso, mas que não podia mais estar junto a você e sua mãe".

Ele disse que a carta existe, que está na Marinha: "Essa carta foi feita para você. Ela ficou nas minhas mãos e foi aí que eu percebi quem era seu pai, que eu podia em algum momento talvez ter sido ele" . Porque ele, como sargento da Aeronáutica, não concordava com o que estava acontecendo. Eu falei: "Zé, você fez a coisa mais maravilhosa do mundo".

Esse momento foi muito bonito. Quem estava lá quando nos encontramos viu a presença de Deus, todo mundo estava chorando.

Essa frase "Seu pai não foi um ladrão. Seu pai foi um herói" eu tenho na minha cabeça e isso faz a minha vida seguir. A minha vida acelera. Se alguém vier e me mandar abaixar a cabeça, antes eu até podia abaixar. Mas agora, não. Agora eu peito, agora eu vou para cima. Quando meus filhos falam: "Eu não consigo...", eu digo: "Não fale que não consegue. Essa palavra não pode existir. Você consegue, você sabe, você vai...Você é neta do Grenaldo!". Minha vida mudou depois disso. Hoje sou um Grenaldo muito diferente. Sou o Grenaldo filho do herói.

Isso e a tortura da minha mãe foram as coisas que mais marcaram a minha vida. Acho que não existe tortura pior do que a que ela sofreu depois da morte do meu pai: O AVC, o alcoolismo, morando muito mal, apanhando do meu padastro, depois do meu tio. Ela foi a mais torturada. E eu de tabela.

Então, o Zé foi o meu libertador e a Eliane Brum um anjo que Deus colocou na minha vida. A partir daí comecei uma outra luta, de pesquisa, correndo atrás, lendo.. E fomos, a Eliane e eu, atrás do Inquérito Policial Militar. Nós encontramos um pedaço da carta, que estava rasgada.

Eu tentei resgatar a história do meu pai através das ações que eu movi. A própria indeniza-

“Descobri que, em 1971, quando meu pai saiu de casa, foi para o Rio de Janeiro e de lá para o Maranhão. Chegando lá, diz à minha avó: ‘Mãe, tenho um filho. O nome dele é Grenaldo e a foto dele é essa’”

ção do governo federal é um reconhecimento legal disso. O sargento [Augusto Carlos] Cassaniga foi quem executou meu pai, mas nunca fui atrás disso.

Depois disso tudo, no começo de 2003, conheci minha avó paterna. A Eliane me disse: “Mandei a revista para a casa da sua avó”, e eu “onde ela está?”. “No Maranhão”, disse ela. Na chegada a São Luís, descendo do avião, já percebi que era a minha avó. Ela me abraçou, começou a chorar. Foi muito especial. Nos dias que fiquei lá, ela ficava me abraçando, me tocando, pegando no meu cabelo. Parecia que estava vendo meu pai.

Aí descobri que, em 1971, quando meu pai saiu de casa, foi para o Rio de Janeiro e de lá para o Maranhão. Chegando lá, disse à minha avó: “Mãe, tenho um filho. O nome dele é Grenaldo e a foto dele é essa”. E atrás da foto está escrito assim: “Oi, eu sou o Naldinho, tenho três anos. Quando eu crescer, irei até o Maranhão”. Ou seja, como eles sabem que eu era filho do meu pai? Como eles têm certeza disso? Porque é a mesma foto que eu tenho, que foi publicada na reportagem da revista *Época*. Minha avó viu a reportagem que a Eliane mandou onde tinha a mesma foto.

GRENALDO ERDMUNDO DA SILVA MESUT nasceu em 27 de abril de 1968 em Guarulhos (SP). Filho de Grenaldo de Jesus Silva e Mônica Mesut, é professor de Educação Física e mora em São Paulo.

Mônica e D. Christina, sendo Grenaldo um dos bebês

Grenaldo de Jesus Silva nasceu em 17 de abril de 1941, em São Luís no Maranhão, filho do alfaiate Gregório Napoleão Silva e da servente de escola Eneida Estela Silva.

Era o filho mais velho dentre 12 irmãos. Ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros do Ceará em 1960. Em 30 de setembro de 1964, quando era marinheiro de 2ª classe, foi expulso em função de sua militância política e acabou condenado a cinco anos e dois meses de prisão. Fugido, chegou a Guarulhos (SP), onde trabalhou por cinco anos. Lá se casou com Mônica Edmunda Messut e tiveram um filho. Trabalhou de 1965 a 1970 como porteiro e vigilante na empresa Camargo Corrêa. Em 1971 começou a receber cartas que o deixavam nervoso, provavelmente avisando que a repressão havia conseguido descobrir seu paradeiro. Grenaldo saiu de casa dizendo que buscaria a família para viverem uma vida melhor. A mulher só voltou a ter notícias dele quando foi divulgada sua morte por ocasião do sequestro de um avião no Aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo.

Foi assassinado em 30 de maio de 1972, neste Aeroporto, quando tentava sequestrar um avião da Varig, que voava para Curitiba e acabou retornando para São Paulo. Após negociar a saída de todos os passageiros e a maior parte dos tripulantes, a aeronave foi invadida e Grenaldo, mesmo imobilizado, recebeu um tiro na cabeça dado por agentes do DOI-CODI/SP. Sua execução foi contada em detalhes pelos policiais aos presos políticos do DOI, quando voltaram da operação aos gritos de alegria.

A versão policial foi de suicídio. De acordo com os registros do Cemitério D. Bosco, em Perus, seus restos mortais encontram-se entre as 1.049 ossadas da vala clandestina criada ali em 1976 e descoberta apenas em 1990.

Mônica Edmunda Messut nasceu na Alemanha. Sua mãe Christina fugia deste país depois da Segunda Guerra Mundial quando, no caminho, encontrou uma mulher morta e, nos braços, um bebê ainda com vida, era Mônica. Decidiu, com todas as adversidades de uma Europa devastada, salvar a criança levando-a consigo. Esta dura história de sobrevivência traduziu-se em uma família que não gostava de falar do passado, o que justifica as poucas explicações que pediram a Grenaldo quando o conheceram. Mônica e Grenaldo se apaixonaram e tiveram um único filho, que leva o nome do pai. Depois do assassinato de seu companheiro passou por muitos problemas, inclusive dependência alcoólica, e teve um acidente vascular cerebral que a deixou com danos permanentes. Seu filho tinha 9 anos na época e se tornou o responsável pelos seus cuidados. Nove anos depois ela morreu. O filho acredita que a mãe nunca soube da militância do seu pai.

Essas informações são baseadas em uma matéria de Eliane Brum na revista Época de novembro de 2003.

Pai, marinheiro

1. Carteira de identificação de Grenaldo na Marinha

2 e 3. Grenaldo, marinheiro

4. Certidão de Óbito de Grenaldo Jesus da Silva, no Aeroporto de Congonhas, no dia 30 de maio de 1972

5. Grenaldo trabalhando como vigilante na empresa Camargo Corrêa

1

2

3

CARTORIO DO REGISTRO CIVIL

Certidão de Óbito

Livro — Fôlha — Número

4

5

O filho do perseguido

Três décadas depois, ex-militar conta a verdade ao filho do marinheiro que seqüestrou um avião da Varig e morreu

Eliane Brum

Na sala de estar, sentados um diante do outro, dois homens estão unidos por um assassinato. É sábado, 26 de julho, e faz frio em São Paulo. Eles se encontram pela primeira vez. O mais velho, José Barazal Alvarez, de 63 anos, tem atravessado na garganta um segredo de mais de três décadas. O mais jovem, Grenaldo Edmundo da Silva [illegible], de 35 anos, [illegible] [illegible] homem des[illegible] [illegible] outro e desejo [illegible] morrer, que seu destino está prestes a ser [illegible]ado. José se [illegible]: "Seu pai não se suicidou. Ele foi assassinado", diz. "Deixou uma carta para você. Tirei essa carta do peito dele, a primeira página estava manchada de sangue. Li e entreguei aos meus superiores." Grenaldo cai de joelhos diante de José. Juntos, rezam um pai-nosso.

A morte do pai – que o mais velho nunca pôde esquecer e o mais jovem desconhecia – ocorreu 31 anos antes. Em 30 de maio de 1972, Grenaldo de Jesus Silva seqüestrou sozinho um avião da Varig. Depois de ter liberado todos os passageiros e de a tripulação ter escapado, ele se suicidou, segundo a versão oficial do regime militar. Com um tiro na nuca.

Quando foi morto, o marinheiro Grenaldo de Jesus Silva fugia havia oito anos dos cárceres da ditadura

José Barazal Alvarez, sargento especialista da Aeronáutica e controlador de tráfego aéreo do Aeroporto de Congonhas, alternou com os colegas a comunicação com a tripulação do avião nas oito horas de seqüestro. Quando acabou, ele recebeu a missão de reunir os pertences do seqüestrador e escrever o relatório. O que viu causou-lhe pesadelos pela vida afora.

Acordava assombrado pela visão do corpo amontoado "como um saco de lixo" no porta-malas de um Opala preto da polícia. Em suas mãos ainda queimava a carta-testamento escrita para o filho, achada no peito do seqüestrador junto com um segundo furo de bala. Escreveu o relatório e calou-se. Por três décadas não contou nada nem à mulher.

Em 10 de março deste ano, José deparou com a imagem do seqüestrador numa reportagem de capa de ÉPOCA. A matéria contava a história da primei-

6. *Christina e Mônica passeiam no centro da cidade*
7. *Grenaldo ainda bebê*
8. *Vestido de marinheiro, com cerca de 4 anos*
9. *Grenaldo com 10 anos*
10. *Matéria da* Revista Época*, novembro de 2003*

"Buscamos o lugar onde ficaram as marcas"

por Cecília Capistrano Bacha

Meu nome é Cecília. Sou neta do David Capistrano, sobrinha do David Capistrano Filho – pai e avô militavam no Partido Comunista Brasileiro (PCB) –, filha da Maria Cristina Capistrano e neta da Maria Augusta Capistrano. Acompanhei bastante a busca pelo meu avô, mas como eu nasci em 1975, já era uma fase que a minha avó, meu tio e minha mãe não tinham mais esperanças de encontrá-lo.

Nasci no ano que a minha mãe foi absolvida do inquérito policial militar. Ela fazia propaganda do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Foi presa junto com o companheiro dela, o Tarso, na Vila da Penha, Rio de Janeiro. O Tarso também era filho de um militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e os dois eram namorados, moravam juntos e faziam material de agitação e de informação do PCdoB.

Ela foi presa quando estava sozinha em casa com meu irmão, Jonas, na época com 4 anos. O meu irmão ficou no apartamento, que era tipo um CDHU. Lá, hoje em dia, é o Complexo do Alemão. Fica dentro do Complexo do Alemão.

E então ela foi levada para o DOI-CODI. Chegando lá, como não tinha documentação, ninguém sabia que era filha do David Capistrano e da Maria Augusta de Oliveira. Ela tinha um nome falso, Márcia.

À esquerda, Maria Cristina e sua filha Cecília com cerca de 1 ano de idade

Minha mãe não falava nada. Tinha medo de falar alguma coisa, que ela era filha do David, claro, e também de acabar abrindo o endereço de minha avó que morava com o meu tio David, que também era do PCB.

> "Minha mãe foi presa quando estava sozinha em casa com meu irmão, Jonas, na época com 4 anos. O meu irmão ficou no apartamento, que era tipo um CDHU"

Depois disso, só quando o Tarso resolveu falar que ele era filho do Donato, a repressão foi montando a história dela. A família do Donato acabou ajudando muito durante todo o processo, inclusive contratando advogado.

Depois de um mês no DOI-CODI, ela foi transferida para o Cenimar. Em seguida mamãe foi levada para a Ilha das Flores. Ficou nove meses entre o Cenimar, no centro do Rio de Janeiro, e a Ilha das Flores.

Logo que o aparato repressivo começou a montar toda a história que envolvia minha mãe, já fazia uma semana que ela estava no DOI-CODI. Era uma estratégia dos presos prolongar ao máximo o tempo que ficavam sem falar quem eram. Agindo assim minha mãe fazia que os companheiros percebessem que estava presa e, desse modo, pudessem se ajeitar, se arrumar para fugir de possíveis encontros marcados.

Quando a história foi montada, meu irmão estava há uma semana no apartamento com policiais do Exército. Minha mãe sempre me fala da solidariedade dos vizinhos que levavam bolo, café para eles. Ela não tinha notícia nenhuma dele, que por sua vez também não tinha notícia dela. Minha avó também não tinha notícia nenhuma porque não sabia que a filha estava presa.

Bom, levaram meu irmão para a minha avó. Ela levou um susto danado, no entanto desconfiava que alguma coisa tinha acontecido porque minha mãe não aparecia. Era muito raro ela ficar tanto tempo sem dar notícias.

Fico imaginando o que meu irmão ficou fazendo lá uma semana. Brincando

de carrinho, eu acho. Também imagino que teve muita sorte por ter os vizinhos olhando por ele. Nossa família era bem conhecida lá na região, porque, às vezes, arrumávamos remédio, ajudávamos as pessoas dando orientações de quem procurar, enfim, esse papel que muitas pessoas fazem na comunidade orientando as que têm pouco conhecimento.

Minha avó me contou que uma vez levou o Jonas para visitá-la na prisão. Minha mãe colocou esse nome no meu irmão em homenagem a um estudante pernambucano assassinado que era amigo da família. Minha avó relatou que minha mãe estava muito mal, e não expressava nenhuma reação. Ficava tremendo porque ela tinha levado muito choque no DOI-CODI. E minha avó sempre me contava isso.

Assim, quando eu já era maiorzinha, tipo 7 anos, havia alguns momentos que minha mãe tinha uns ataques de fúria contra a gente, coisa de mãe mesmo, mas achávamos que era meio desproporcional, e a minha avó sempre falava "Não. Isso é porque ela sofreu muito, ela foi muito torturada. Você tem de obedecer e entender, sua mãe tinha só 22 anos". Desde então imagino o que ela deve ter passado no DOI-CODI, bonita do jeito que era.

O que eu sofri é uma coisa invisível porque não estava lá para saber. Mas certamente ficou alguma marca... Eu não sei explicar, acho que passa de geração para geração quando se sofre uma violência tão grande. E procuro, muitas das vezes, entender como isso pode ter me afetado, porque eu sinto que afetou mas, conscientemente, não identifico onde. A gente fica sempre buscando o lugar onde as marcas podem ter ficado. Minha mãe foi me contando a nossa história muito aos pouquinhos. O meu pai nunca me falou nada sobre essa história, e até hoje sequer toca no assunto. Mesmo mamãe só foi se abrir sobre a prisão e a tortura agora, depois de me ver adulta. No entanto, eu sempre soube, minha avó me contava. Eu não confirmava com minha mãe para não deixá-la triste.

Da minha avó, posso dizer que é uma lutadora, mesmo. Eu sempre convivi muito com ela, posto que a minha mãe trabalhava fora, e frequentemente nos deixava com a minha avó. Talvez por isso acompanhei-a bastante indo aos encontros da Anistia. Por inúmeras vezes me levava. A visão que tenho dela é a de uma mulher muito, muito ativa, feminista, que estava sempre buscando saber a história do meu avô, preservar a memória dele.

"O que eu sofri é uma coisa invisível. Mas certamente ficou alguma marca. Acho que passa de geração para geração quando se sofre uma violência tão grande"

Da prisão de minha mãe, minha família fala pouco, até porque havia aquela briga entre PCB e PCdoB. Mamãe saiu de casa cedo, resolveu ir para o PCdoB, tinha de proteger a família. Então, era aquela questão. Meu avô deu o ultimato: "Você pode ir, mas vai ter de sair de casa".

Pouco antes de escrever este depoimento, li uma carta que o meu tio mandou para um amigo, o Marcelo, lá de Pernambuco, em que conta como estava pressionado com os colegas indo para o PCdoB – ele se sentia muito culpado em relação ao pai. Ele escreve essa palavra, "culpado", e conta que o pai ficou muito triste de ele ir para o PCdoB. O pai dele, meu avô, falava: "Conquistei tantas pessoas para o PCB e não consegui conquistar meus próprios filhos. Eu tenho de segurar meus próprios filhos". E o meu tio ficou nesse dilema bastante tempo. No entanto, minha mãe demorou muito a se decidir pelo PCdoB, que cooptou muitos jovens na época.

Até hoje minha avó é chamada para contar a história da busca pelo meu avô, todos os passos que eles seguiram nessa busca, o quanto isso foi importante também para o trabalho da Anistia.

Quando começou as Diretas Já, me lembro de ter sido uma época em que as pessoas podiam aparecer mais, a história da minha família passou a ser contada, a gente era mais festeira. Quando a minha mãe começou a me levar para os comícios, fazia uma operação de guerra. Tinha várias dicas, não soltar a mão, papelzinho com nome no bolso, ficava dando um monte de conselhos antes de sair de casa. Eu pensava: "gente, o que está acontecendo, é só uma festa que a gente vai. Um show".

Lembro-me de uma sensação ao chegar a uma dessas passeatas, veio-me uma clareza. Entendi mais o que estava acontecendo, o que a gente era. Acho que de mim, o que posso falar é que tenho certa revolta que não sei direito de onde vem. Meus colegas de escola sempre falavam: "Você é revoltada. Você é sempre do contra". Pessoas que nem sabiam dessa história familiar toda. E não é que eu seja do contra. Mas acho que há certa injustiça que não se resolve. Fica aquela coisa, e você vai levando isso para outras esferas. Vai pensando "nossa, é tão injusto" e não resolve.

Sobre a minha militância, sempre participei dos vários movimentos, acompanho as reuniões de desaparecidos políticos, mas sempre do lado de minha mãe e do lado da minha avó. Sempre escutando.

CECÍLIA CAPISTRANO BACHA nasceu em 1975, no Rio de Janeiro. Filha de Hélio Arthur Bacha e Maria Cristina Capistrano. É mãe do Juliano e da Luiza. Atualmente está cursando pós-graduação em Marketing Digital em São Paulo, onde reside.

1

2

3

1. Gregório Bezerra, Helio Arthur e Cecília
2. Helio Arthur Bacha, pai de Cecília
3. Cecília no colo do seu tio, David Capistrano Filho

1. Maria Augusta, avó de Cecília, ao microfone e seu filho David

2. David Capistrano, avô de Cecília

3. Matéria de jornal divulga pedido de informações do MDB sobre o paradeiro de David Capistrano pai e filho. David Capistrano é desaparecido político e seu filho, neste período, esteve preso e incomunicável

4. Cecília na campanha da Constituinte, 1986

Líder do MDB pergunta por preso político

BRASILIA (Sucursal) — O líder oposicionista Laerte Vieira pediu ontem, na Câmara, ao ministro da Justiça, que revele onde se encontram diversas pessoas detidas em São Paulo e Santa Catarina, seu Estado natal, e qual o tratamento que lhes está sendo dispensado pelas autoridades carcerárias. Disse que a direção do seu partido tem recebido cartas e apelos nesse sentido de familiares dos presos, lembrando os nomes do médico David Capistrano da Costa e de seu filho, que tem o mesmo nome, há tempos presos em São Paulo, bem como do prof. José Salvador Faro, catedrático da Faculdade de

Maria Cristina Capistrano nasceu em 6 de janeiro de 1950. Filha de David Capistrano da Costa, desaparecido político desde 1974, e Maria Augusta de Oliveira Capistrano, hoje com 94 anos, ambos militantes comunistas desde 1945. Tem dois irmãos, Maria Carolina Capistrano e David Capistrano da Costa Filho.

Era secretária de Agitação e Propaganda do PCdoB e tinha 22 anos quando foi sequestrada em sua casa, onde estava sozinha com seu filho, com 4 anos na época, no Rio de Janeiro. Foi levada ao DOI-CODI, mas não foi identificada imediatamente como filha de David, pois a repressão conhecia somente seu nome falso, Márcia, no momento. Ficou durante um mês no DOI sofrendo torturas. Foi levada em seguida para o Cenimar e, na sequência, para a Ilha das Flores, permanecendo encarcerada ali por mais 9 meses.

Seu pai David, cearense de Boa Viagem, iniciou sua militância em 1931. Como sargento da aeronáutica, participou da ANL e da revolta de 1935, quando foi preso e condenado a 7 anos de detenção no presídio de Ilha Grande, de onde fugiu a nado exilando-se em seguida no Uruguai. Voltou ao Brasil e foi novamente preso em 1944, sendo anistiado 1 ano depois. Em 1946 foi eleito o deputado estadual mais votado de Pernambuco, cassado um ano depois.

Teve intensa atuação política em São Paulo e Rio de Janeiro até ser enviado por dois anos para a Escola de Quadros do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em Moscou. De volta ao país teve atuação política em vários estados, sendo preso novamente em 1961 ao tentar assegurar a posse de Jango, quando da renúncia de Jânio Quadros. Teve, ainda, mais uma prisão posteriormente. Com o golpe de 1964 foi perseguido e teve seus direitos cassados. Em 1972 viajou para Tchecoslováquia, retornando 2 anos depois, mesmo ano em que é sequestrado e desaparecido pelos órgãos de repressão.

O irmão de Maria Cristina, David Capistrano da Costa Filho, iniciou sua militância política em 1962 no Colégio Estadual de Pernambuco, em Recife, aos 14 anos de idade. Após 1964, intensifica sua atuação política. No final de 1965 muda-se para o Rio de Janeiro, onde forma-se médico sanitarista pela Faculdade de Medicina da UFRJ e inicia militância no movimento estudantil universitário. Com a intensa perseguição a ele, vai para São Paulo em 1974. É eleito, em 1992, prefeito da cidade de Santos pelo Partido dos Trabalhadores.

Maria Cristina Capistrano hoje tem 64 anos e é coordenadora pedagógica. Seu filho, Jonas, faleceu em 1976, vítima de um atropelamento. É, ainda, mãe de Eneida e Cecília Capistrano Bacha.

“Meu filho ficou na companhia daqueles homens”

por Maria Cristina Capistrano

Meu primeiro filho, Jonas, nasceu em novembro de 1968. Ele estava junto a mim quando fui presa em 1972, em um apartamento do conjunto habitacional do Quitungo, no Rio de Janeiro.

Saí arrastada de lá e o meu filho ficou em companhia daqueles homens, sem que eu soubesse o que fariam com ele. Felizmente, apesar do medo que a polícia política causava na maioria da população, meus vizinhos tomaram conhecimento da situação no momento em que fui presa, e pude contar com a solidariedade deles, que providenciaram leite, pão, biscoitos, almoço e ceia para o Jonas, nos dias em que ficou nas mãos dos agentes da repressão. Depois o Jonas foi levado para a casa dos pais do meu companheiro e depois para a casa da minha mãe.

Todos esses acontecimentos me foram relatados posteriormente, pois quando saí, apenas levei a angústia de estar deixando meu filho com desconhecidos, sem qualquer segurança sobre a forma como ele seria tratado.

Passei mais de trinta dias no DOI-CODI, na Polícia do Exército do Rio de Janeiro, onde sofri todo tipo de tortura que a ditadura militar impunha regularmente aos presos políticos – espancamento, choques elétricos, “geladeira”, fome, sede e completa insegurança quanto à preservação da própria vida.

Após esse período, fui transferida para o Cenimar, no quartel da Marinha, na Praça Mauá, e lá foi realizado um interrogatório formal, que posteriormente serviu para instruir o processo encaminhado à Justiça Militar. No Cenimar não sofri torturas físicas, embora a pressão psicológica continuasse por vários motivos, mas, principalmente porque não dispúnhamos do acompanhamento de um advogado. No Cenimar só recebi uma visita de familiares, entre eles meu filho.

No dia seguinte ao interrogatório na Marinha, uma embarcação nos levou para o presídio da Ilha das Flores, na Baía de Guanabara, onde permaneci por oito meses, e durante esse tempo só foram permitidas duas visitas de um advogado e nenhuma de familiares.

Após a minha liberação, fui obrigada a voltar semanalmente, durante quase cinco meses, ao quartel da Marinha, pois, para a polícia política, estava sob liberdade condicional, embora nenhum julgamento tenha acontecido. Acatávamos essa anomalia, essa imposição, uma vez que existia o temor de sermos novamente encarcerados, sem qualquer culpa formalizada.

Em 1974, meu pai voltou ao Brasil, após ter saído clandestinamente do país. Sabemos que foi preso nas proximidades de Uruguaiana (RS), juntamente com José Roman, que havia saído de São Paulo para encontrá-lo na fronteira. Meu pai e José Roman nunca mais foram vistos e são considerados “desaparecidos políticos”, denominação que, embora não tenha qualquer sentido, tem um significado reconhecido por todos que viveram o terror da repressão no período da ditadura militar.

Em 1975, quando nasceu minha segunda filha, Cecília, eu ainda estava sob a ameaça de processo jurídico na Justiça Militar, mas as adversidades políticas ficaram em segundo plano, diante da alegria de sua chegada.

Maria Cristina, Luiza, filha de Cecília, e Cecília em São Paulo

"Cuide da mãe que um dia eu volto para te buscar"

por Clóvis Petit

Vou falar da minha adolescência, período em que vivenciei a atuação política dos meus irmãos, que se deu em São Paulo mais ou menos a partir de 1968. Nessa época, o Lúcio, que já tinha se formado na Faculdade de Engenharia e Eletrotécnica de Itajubá/MG, resolveu trazer a minha mãe para morar em São Paulo. A Maria Lúcia tinha prestado um concurso e estava trabalhando na cidade. A Laura também estava em São Paulo há muito tempo. Enfim, praticamente toda a família morava na cidade.

O ano de 1968 foi de muita agitação, porque foi o ano que mais preocupou a ditadura militar, culminando com a edição do AI-5.

"Lembro-me de ter feito algumas discussões com o Jaime sobre imperialismo. Foi um momento que me abriu bem a cabeça"

Nessa época, eu estudava num colégio particular chamado Alfredo Pucca. Nós morávamos na Bela Vista, eu ia a pé para a escola. Na volta da escola, minha mãe se preocupava porque ficava sabendo pelos meus irmãos que haveria passeatas, coisa e tal. Às vezes eu me atrasava e já era motivo de preocupação para ela. Antes das passeatas, normalmente o Lúcio, o Jaime, Maria Lúcia, todos se reuniam em casa. Outros militantes do PCdoB também se reuniam e saíam dali já para as manifestações.

Fui tomando consciência política naquela época. Passava pela cidade e via escrito, "pelego". Para uma criança de 12 anos de idade, o que significaria pelego? Ou mesmo, "abaixo o imperialismo", "abaixo MEC-USAID". Eram preocupações de uma criança de 12 anos que começava a querer saber o que aquilo representava. Com 12 anos comecei a aprender coisas que a população não sabia. Se pichava aquilo, mas talvez o povão não estivesse nem tendo a consciência do que estava escrito ali. Aquelas frases todas e tal.

Na escola, nós tínhamos aquelas aulas de Educação Moral e Cívica, que eram um horror. Para alguém que mesmo adolescente, mas que já tivesse uma certa consciência política, era insuportável assistir uma aula onde a professora dizia que não ter direito de votar para Presidente era certo. Que a Guerra do Vietnã, os Estados Unidos estavam lá só para ajudar.

Eu era muito contestador, me destacava em relação aos outros alunos. Lembro-me de uma vez que estava estudando lá no Liceu Noroeste, em Bauru, e foi um advogado mais um outro cara que eu não sei o que fazia lá, mas ele foi assim, entrou de sala em sala alertando contra o terrorismo, contra a subversão e coisa e tal. E senti aquilo como um certo alerta para mim porque eu batia de frente ali com alguns professores.

Lembro-me de ter feito algumas discussões com o Jaime sobre imperialismo. Foi um momento que me abriu bem a cabeça. Eles traziam da USP um livrinho que chamava *Um dia na vida do Brasilino*, que contava a história de como era a exploração das indústrias no país, como era a vida do Brasilino. E depois, mais à frente, voltamos para o interior. Morreu uma irmã da minha mãe e tinha uma avó que morava com essa irmã. Então minha mãe

Jaime e Clóvis, durante uma visita de Jaime, que morava em Itajubá (MG), à família em São Paulo, 1968

resolveu voltar para Bauru para ficar cuidando da minha avó. E logo em seguida, em 1970, meus irmãos já estavam se preparando para ir para Guerrilha do Araguaia. Teve também o momento da prisão do Jaime, em 1968.

Antes de voltarmos para Bauru, o Jaime participou do Congresso de Ibiúna e foi preso. Como tinha estudantes de diversas localidades do Brasil, muitas mães vieram para São Paulo e formaram um comitê visando a libertação dos presos políticos. Eu fui em duas ou três dessas reuniões. Eu estava sempre junto a minha mãe, e depois nós fomos até a porta do presídio Tiradentes para ver se tinha alguma novidade, se víamos o Jaime.

Dava para vê-los lá, bem de longe, o pessoal acenando com a mão, por entre aquelas grades. Até que veio um sujeito, era um tira, veio lá querer conversar com a minha mãe, querer saber quem éramos. Eu puxei minha mãe pelo braço e disse: "Olha, não conversa com esse sujeito, não, que esse aí é da polícia". E era mesmo. O sujeito era um araponga.

Quando o Jaime saiu do presídio Tiradentes, passou em casa e depois foi para Itajubá. Chegando lá, ficou sabendo pelos vizinhos que o Exército tinha estado na casa em que ele morava e vasculhado tudo. Estavam à procura dele. Já havia um mandado de segurança do Exército para que ele comparecesse lá e prestasse depoimentos. Mas ele não foi, porque naquela ocasião quem ia para esse tipo de interrogatório já era para ir para a tortura mesmo. Então o Jaime ficou escondido lá em Itajubá em um sítio do pai da Regilena, que era esposa dele. Fiquei com ele umas duas semanas mais ou menos. Até me lembro bem que teve uma noite que os cachorros latiram bastante. O Jaime pegou uma espingarda e já ficou meio de prontidão. Mas não era nada.

Depois, o Jaime passou a trabalhar como eletricista no norte de Goiás e de lá seguiu para São Paulo. Depois ele foi para o Araguaia, nós não tivemos mais contato com ele.

O último que eu vi foi o Lúcio. Ele foi para Bauru em 1971 mais ou menos, e deixou comigo um livro de Lenin que chamava *Cultura e Revolução Cultural*, um livrinho do *Manifesto Comunista* e alguns exemplares do jornal *A Classe Operária*. Eu também tinha um pôster bem grande que era de um Vietcong com um fuzil nas costas. Eu acompanhei o Lúcio até a estação rodoviária. Me despedi dele e nunca mais o vi. Ele falou que voltaria para me buscar um dia. "Fica aí cuidando da mãe, mas um dia eu volto para te buscar". Nessa época, eu já estava com uns 14 anos, mais ou menos.

Nós não sabíamos que eles estavam no Araguaia, não sabíamos onde eles estavam. Eles foram para lá entre 1970 e 1971, mais ou menos. E foi no começo da luta da Anistia, em 1977, que nós ficamos sabendo que a Maria Lúcia tinha morrido e que eles tinham ido para essa região. A Laura ficou sabendo antes, mas acho que guardou isso também para não causar um impacto muito forte na minha mãe, que tinha tido um pré-derrame, um AVC e ficado com uma paralisia facial. E acho que a Laura quis poupá-la. Ela já tinha uma preocupação, sabia que os filhos tinham ido embora, mas não sabia para onde e nem o que estava acontecendo. Foram praticamente seis anos sem notícia deles. Aí chegou um ponto que a Laura tinha que contar alguma coisa, porque os noticiários já iam começar a publicar e não ia mais ter como guardar esse segredo.

"Nós não sabíamos que eles estavam no Araguaia, não sabíamos onde eles estavam. Eles foram para lá entre 1970 e 1971, mais ou menos"

[Neste instante, a irmã, Laura Petit, interrompe e diz:]

Eu realmente não contei, primeiro por causa da saúde frágil da minha mãe e porque o Clóvis ainda era um adolescente. E eu fiquei temendo que em um ato de desespero a minha mãe saísse procurando, indo justamente nos locais em que não deveria ir. Ir em uma delegacia, querer saber dos filhos.

E por questão de segurança também. Eu acreditava que a ditadura ou o SNI ainda não tivesse os nomes de quem estaria na guerrilha, que se fôssemos procurá-los seria entregá-los para a polícia, para a ditadura.

Quando a Rede Globo, em 1996, publicou uma relação dos militantes que teriam ido ao Araguaia, na lista tinha até o vice-governador de São Paulo, o Aloysio Nunes. Então eles não sabiam exatamente quem estava no Araguaia. Apesar de ter sido muito duro para mim quando eu soube da morte da Maria Lúcia, eu não podia contar nem para minha mãe, nem para o meu irmão.

E foi muito difícil porque, já na época da anistia, quando o Clóvis ficou sabendo, ele era um adolescente, ficou muito revoltado e queria vingança sim. Dissemos para ele: "Não, você tem que se engajar em uma luta política". E foi providencial estar surgindo o Comitê Brasileiro de Anistia, CBAs, os movimentos pela anistia. E toda essa raiva do Clóvis, essa revolta, foi direcionada para a anistia, para o movimento político. Porque a primeira coisa que ele falou foi "Vou vingar a morte da Maria Lúcia, vou por veneno na caixa d'água de um quartel, eu vou fazer isso, eu vou fazer aquilo". Quando ele conta como adquiriu consciência aos 12 anos, fora o Lúcio, o Jaime, que já tinham militância política, a Maria Lúcia era quase uma segunda mãe para ele. Ela que via as lições dele, ela que explicava o que era o imperialismo, o que eram os royalties que o Brasiliano pagava etc.. E como foram os dois caçulas que ficaram com a minha mãe, a perda foi imensa para ele.

A Dodora [Maria Auxiliadora da Cunha Arantes] levou o comitê do CBA para Bauru. Fizeram até um dossiê dos perseguidos, dos ferroviários perseguidos da cidade de Bauru.

Lá na Corte [Interamericana de Direitos Humanos da OEA] na Costa Rica, nós familiares também somos considerados vítimas porque tínhamos o direito a uma integridade pessoal, familiar, que foi duramente atingida. Nós nunca nos pensamos como vítima e nós sofremos. A nossa família se desintegrou. A minha mãe poderia ter tido muitos netos, pois teve cinco filhos. E os meus filhos perguntam coisas assim, "Por que é que eu não tenho tios, por que é que eu não tenho primos?".

Tem uma coisa que eu acho que foi muito dura e eu só pude perceber mais tarde. Quando o Lúcio foi lá se despedir da minha mãe porque ia para Guerrilha e disse para o Clóvis: "Olha, você agora já está ficando mocinho, então você cuida da mãe". Porque eu já era casada e estava em São Paulo. E quando a minha mãe faleceu, o Clóvis sentiu muito, como eu, a perda dela; e ele dizia assim: "Será que eu cuidei direito da minha mãe como o Lúcio me pediu?" Então também foi uma carga muito difícil para ele, porque

foi o único que restou para dar suporte para ela na velhice, além de mim.

Como a Laura disse, quando eu fiquei sabendo da morte da Maria Lúcia, fiquei muito revoltado. Ainda passei por um período de esperança de que algum deles estivesse vivo, ou o Jaime, ou o Lúcio. Imaginávamos, "Eles podem ter fugido, podem estar em uma área mais reservada junto com alguma colônia de pescador". Falava-se de um padre da época da guerrilha, que mora lá isolado com não sei quem. Quer dizer, a gente acabava nutrindo esse tipo de esperança.

Eu passei por esse momento de revolta e vou dizer que não acabou. Tenho revolta ainda hoje. E muita. Principalmente quando vemos como essa política está sendo desenvolvida, dissimulada, de não enfrentar a questão da punição aos torturadores, aos assassinos. Estão todos aí na máquina pública. Quando o poder atual diz "Isso é só questão da justiça", estou esperando que o STF julgue a questão da anistia, que o Judiciário faça as punições e o Executivo fica aguardando, esperando que a justiça tome as suas providências. Não é bem assim.

A Constituição Federal é clara quando toca no princípio da moralidade pública. Então, esse Governo que está aí da Dilma Rousseff, hoje tenho críticas severas ao PT, ele decepcionou claramente na questão da política de direitos humanos no país. O PT é um partido que eu também ajudei a fundar ali nos seus pilares. Lá em Bauru a gente estava fazendo a luta da anistia e eu ajudei a criar o PT, quando este ainda era Comissão provisória.

A moralidade pública, que é um princípio que está na Constituição Federal, ela diz que quando alguém passa em um concurso público, qualquer cidadão, para qualquer cargo, é feito uma checagem da vida pregressa dessa pessoa para saber se ele pode ser empossado ou não em um cargo público. Mas, no entanto, temos torturadores, assassinos, que cometeram crimes hediondos, massacraram, cometeram crimes de lesa-humanidade e estão na máquina pública, no poder, descumprindo esse princípio constitucional. E na sentença da Corte Interamericana está dito claramente que esse governo deve excluir da máquina pública todas essas pessoas. Quer dizer, até hoje nem sequer esse probleminha, que seria um problema administrativo, um problema de moralidade, nem isso se cumpre, quanto mais a justiça.

Este governo que está aí já era para ter varrido essa camarilha de canalhas, de pessoas criminosas que estão sendo pagas com o dinheiro público. Eu fico revoltadíssimo com a impunidade, com a falta de decência, de respeito. Quando você entra com um processo na justiça, ele é negado. Quer dizer, precisa-se primeiro tentar mudar a Lei da Anistia. O parágrafo primeiro da Lei da Anistia fala dos crimes conexos, mas no direito, crime conexo não significa o que a parte contrária fez. Crime conexo é uma conexão de crimes. A pessoa para cometer um ato comete outro e outro. Existe uma conexão. Então deturparam e pegaram carona na Lei da Anistia. É uma coisa também imoral. É uma coisa que é um sarcasmo. Na Lei da Anistia não tem um artigo sequer que fale sobre torturador, sobre quem cometeu crime de tortura, de lesa-humanidade. São artigos que foram feitos para resguardar direitos de pessoas que estavam vindo do exílio ou que estavam sendo tiradas das prisões e que não têm nada a ver com os torturadores.

Clóvis, Duartina, 1969

[Neste instante, a irmã, Laura Petit, interrompe e diz:]

Eu só queria fazer uma observação. Essa tem sido uma luta solitária, porque, por exemplo, do Araguaia, os dois únicos desaparecidos encontrados foi através dos familiares que tiveram o apoio da Comissão de Justiça e Paz, a Comissão de familiares, que foram ao Araguaia em 1991 e em 1996 e encontraram [os restos mortais] da Maria Lúcia e do Bergson [Gurjão Farias]. E mesmo depois que nós tivemos na Justiça brasileira, transitado e julgado um processo que durou 25 anos, nós ganhamos a ação. A juíza foi favorável aos familiares, mas até hoje nós não tivemos a sentença cumprida dentro do país. Quer dizer, não se encontraram os corpos dos setenta militantes e camponeses do Araguaia. Não foram ouvidos os militares para esclarecer as circunstâncias de mortes. Quando a juíza chama, eles se negam a prestar as informações. Os arquivos continuam secretos tais quais os da Guerra do Paraguai e a gente não sabe quando essa verdade vai surgir. Nós recorremos ao direito internacional e fomos vitoriosos lá. Há dois anos, vamos completar já três, e até hoje a sentença não foi cumprida. Quando é que o Estado brasileiro vai, depois de tanta luta dos familiares, quando é que o Estado brasileiro vai nos devolver os corpos? Porque até hoje a gente está como lá em 1979, na anistia. Onde estão? Queremos saber os responsáveis. Queremos justiça.

Sobre o sentimento de não ter encontrado [os corpos dos irmãos], não tem nem o que falar. Isso é muito difícil. Minha mãe sempre teve essa esperança de encontrar os filhos. Ela conseguiu enterrar a Maria Lúcia e dizia que esperava até antes de morrer também enterrar o Lúcio, o Jaime. Ela tinha essa esperança de que ainda fosse conseguir isso. Mas ela se foi, talvez a gente se vá também. Quando comecei essa luta eu era adolescente e já estou de cabelo branco. A gente vai envelhecendo, mas enquanto tiver uma bengalinha, se pudermos dar uma bengalada, daremos.

CLÓVIS PETIT nasceu em Duartina (SP), aos 7 de março de 1956, formado em Direito, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo de Presidente Prudente e Região

1

2

3

4

5

Família Petit

1. *Julieta, avó de Clóvis, e José Bernardino, seu primeiro marido, 1942. José é pai dos quatro irmãos de Clóvis*
2. *Laura, Lúcio e Jaime, Itapuí (SP), 1948*
3. *Maria Lúcia em seu primeiro aniversário, Amparo (SP), 1951*
4. *Clóvis, Duartina (SP), 1957*
5. *Laura, Itapuí (SP), 1948*
6. *Julieta, Itapuí (SP), 1948*
7. *Lúcio e Jaime na primeira comunhão, Amparo (SP), 1951*

8 e 9. Maria Lúcia e Lúcio no primário, Duartina (SP), 1957

6

7

8

9

10

11

12

13

10. Clóvis, Duartina (SP), 1959
11. Clóvis, Duartina (SP), 1964
12. Clóvis, Duartina (SP), 1960
13. Julieta com Maria Lúcia e Clóvis, Duartina (SP), 1960

14. Maria Lúcia com 14 anos, Duartina (SP), 1964

15. Maria Lúcia lendo jornal na casa onde moravam, São Paulo, 1968

16. Maria Lúcia e Jaime na formatura dela no curso ginasial, Duartina (SP), 1964

17. Julieta costurando, São Paulo, 1968

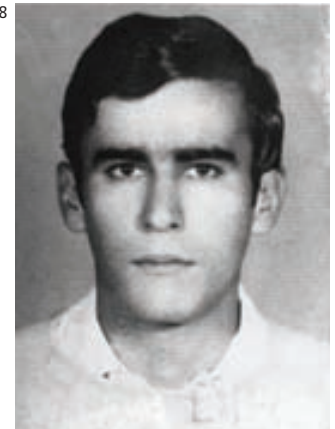
18. Jaime, nesta época presidente do Centro Acadêmico da Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG), 1968

14

15

16

17

18

1. Maria Lúcia, São Paulo, 1968

2. Lúcio cursando engenharia, Itajubá (MG), 1965

3. Jaime, 1968. Esta foto é da ficha do DOPS e foi tirada quando ele foi preso durante o XXX Congresso da UNE em Ibiúna, 1968

4. Laura e Lúcio, Praia Grande, 1967

5. Maria Lúcia e Laura na escadaria da Avenida Nove de Julho, centro de São Paulo, 1969

6. Julieta, Bauru, 1982. Período em que 22 familiares iniciaram uma ação na Justiça Brasileira pedindo à União a localização dos desaparecidos políticos, vivos ou mortos, esclarecimentos das circunstâncias de seus desaparecimentos e atestados de óbito nos casos de morte

Maria Lúcia Petit da Silva nasceu em 20 de março de 1950, em Agudos (SP), filha de José Bernardino da Silva Júnior e de Julieta Petit da Silva. Desaparecida em 16 de junho de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pertenceu ao Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista em São Paulo, onde foi professora primária municipal.

No início de 1970, como militante do PCdoB, foi para o interior de Goiás e, logo após, para o Sudeste do Pará. Maria Lúcia dedicou-se ao magistério e ao trabalho na roça, conquistando grande simpatia dos moradores da redondeza. Em 1972, o Exército brasileiro cercou a região de atuação dos guerrilheiros do PCdoB, utilizando forte aparato militar, onde se encontrava Maria Lúcia.

Segundo os depoimentos de sobreviventes, em 16 de junho de 1972, ao se aproximar da casa de um camponês, Maria Lúcia foi fuzilada por tropas do Exército, sob o comando do general Antônio Bandeira.

Em 1991, familiares de mortos e desaparecidos do Araguaia, com membros da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e a equipe de legistas da Unicamp, estiveram no cemitério da cidade de Xambioá, em Goiás (atual Tocantins), onde exumaram duas ossadas. Uma de um velho, negro, provavelmente Francisco Manoel Chaves (desaparecido na Guerrilha do Araguaia) e outra, de uma mulher jovem enrolada num pedaço de pára-quedas, que poderia ser Maria Lúcia. Esses restos mortais foram encaminhados à Unicamp.

Em entrevista à imprensa, Badan Palhares, então Chefe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, afirmou que os restos mortais eram certamente de uma guerrilheira. Mas ao chegar a São Paulo mudou de ideia e passou a dizer que a ossada pertenceria à filha de um dentista que atuava na área, que teria sido morta por não atender à ordem de prisão de uma patrulha. Cinco anos depois, o mesmo legista foi obrigado, pelos fatos, a examinar e reconhecer essa ossada.

Em 28 de abril de 1996, o jornal *O Globo* iniciou uma série de reportagens sobre a Guerrilha do Araguaia, quando publicou fotos de guerrilheiros presos e mortos entregues anonimamente ao jornal por um militar que participou da repressão política durante a ditadura. Entre as fotos, a família conseguiu identificar Maria Lúcia morta, embrulhada em um pedaço de pára-quedas e a cabeça envolta em plástico. A foto apresentava detalhes idênticos aos da ossada encontrada em Xambioá e foi encaminhada ao Departamento de Medicina Legal da Unicamp, em 30 de abril de 1996.

O exame da arcada dentária feito pelos dentistas que a atenderam em 1967, além do depoimento descritivo das circunstâncias da morte feito por seus companheiros e a comparação da foto publicada com os despojos encontrados em 1991, possibilitaram a identificação de Maria Lúcia em 15 de maio de 1996.

Em 15 de junho de 1996, houve um culto ecumênico e vigília em sua homenagem na Câmara Municipal de São Paulo. No dia seguinte, seus restos mortais foram traslados para o cemitério de Bauru (SP), com a presença de sua mãe, Julieta Petit da Silva.

Foto entregue por um camponês para o pesquisador Paulo Fonteles. Segundo o camponês, foi tirada na base militar de Bacaba, município de São Domingos do Araguaia, e nela se veem alguns militantes da guerrilha capturados, inclusive Lúcio. Todos os fotografados são desaparecidos políticos. 1974

Jaime Petit da Silva nasceu em 18 de junho de 1945, em Iacanga (SP). Desaparecido em 28 ou 29 de novembro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Em 1965, ingressou no Instituto Eletrotécnico de Engenharia da Faculdade Federal de Itajubá e trabalhou como professor de Matemática e Física nos colégios de Itajubá e Brazópolis (MG). Em Itajubá se casou.

Participava ativamente do movimento estudantil. Em 1968, foi eleito presidente do diretório acadêmico. Nesse mesmo ano, em outubro, participou do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, quando foi preso.

Condenado à revelia em 1969, foi obrigado a abandonar o curso de Engenharia e ir viver clandestinamente no interior. Posteriormente, mudou-se para a localidade de Caianos, no Sudeste do Pará, onde já residiam seus irmãos Lúcio e Maria Lúcia, também desaparecidos durante a guerrilha, integrando-se ao Destacamento B das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Sobre Jaime, o relatório do Ministério do Exército, encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, diz que "[...] existe registro de sua morte em 22 de dezembro de 1973", sem especificar as circunstâncias e o local de sepultamento. De acordo com o relatório do Ministério da Marinha, também de 1993, ele foi "[...] morto em 22 de dezembro de 1973".

Lúcio Petit da Silva (Beto) nasceu em 1º de dezembro de 1943, em Piratininga (SP). Desaparecido em 21 de abril de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Por conta das dificuldades financeiras da família, começou a trabalhar muito cedo. Foi viver com um tio em Itajubá (MG), onde terminou o colegial e o curso superior no Instituto Eletrotécnico de Engenharia.

Fez parte do diretório acadêmico da faculdade, onde iniciou sua militância política, encarregando-se do setor de cultura. Participou das atividades do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Escrevia poemas e crônicas sobre os problemas sociais brasileiros para o jornal *O Dínamo*, do diretório acadêmico.

Em 1965, trabalhou em São Paulo (SP) como engenheiro. Em meados de 1970, abandonou o trabalho e a cidade para continuar a luta política na região Sudeste do Pará, local escolhido pelo PCdoB para iniciar a Guerrilha do Araguaia.

No campo, destacou-se como excelente mateiro. Fez vários poemas e literatura de cordel que eram recitados pelos camponeses da região e nas sessões de terecô (religião local).

Tornou-se vice-comandante do Destacamento A – Helenira Rezende –, após a morte do comandante André Grabois, em 14 de outubro de 1973. Era conhecido como Beto. Visto pela última vez por seus companheiros em 14 de janeiro de 1974, após forte tiroteio com as Forças Armadas.

Foi homenageado pela cidade de São Paulo (SP), que deu seu nome a uma rua no bairro Visconde do Rio Branco. Outra rua com seu nome se localiza em Belo Horizonte (MG).

"Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe?"

por Edson Luis de Almeida Teles

Eu sou Edson, irmão da Janaína, primo do Joca, primo do Igor, filho da Amelinha e do César, sobrinho da Crimeia. Bom, e aí começa a minha história.

Eu nasci em 1968 e me chamo Edson Luís em homenagem ao estudante secundarista morto no Rio de Janeiro em uma manifestação estudantil. Meus pais eram militantes do PCdoB. E a Crimeia foi guerrilheira do Araguaia. Meus pais participaram plenamente da estruturação da guerrilha do Araguaia e do Partido Comunista.

Em dezembro de 1972, morávamos eu, a minha tia Crimeia, meu pai, minha mãe. O Joca estava na barriga da Crimeia e lembro que já conversávamos com ele. E tinha também o cachorro que o [Carlos Nicolau] Danielli tinha dado para a gente. Vivíamos numa casa na Zona Sul de São Paulo, no bairro de Cidade Ademar.

No dia 28, meus pais levaram o Danielli para um ponto com outro dirigente do partido e no fim do dia eles foram sequestrados pelos militares do DOI-CODI aqui de São Paulo, que ficava na Rua Tutóia. Lá, começaram as sessões de tortura e de busca de informações. Uma questão central da busca deles era saber quem era a tal pessoa que tinha vindo do Araguaia fazer contato com a direção do partido, que era justamente a Crimeia, eu suponho. E a Crimeia estava em casa conosco. O fato de os meus pais não terem voltado desse ponto já denotava que alguma coisa tinha ocorrido, provavelmente a prisão deles.

Edson, aos 3 anos, e Janaína, aos 4, São Paulo, 1971

Eu não tenho lembranças de ter sido uma noite grave, mas eu acredito que para a Crimeia foi uma noite muito difícil. Lembro de uma cena, acho que era a Crimeia queimando papéis, jogando na descarga. E eu apertando a descarga.

Eu tinha 4 anos de idade e a Jana 5. Nessa manhã, eu estava fazendo o que sempre fazia, que era assistir [ao programa de televisão] Vila Sésamo na sala. Eu gostava de ficar de ponta cabeça, tentando fazer o cérebro mudar a imagem que eu estava vendo na televisão. E foi nesse momento que chegaram os policiais.

> "Ela me chamou e eu, feliz da vida, reconheci a voz e me virei. Quando eu vi o rosto, eu não o reconheci. Ele já estava roxeado, desfigurado"

Primeiro, um casal. Um civil tocou a campainha e logo depois, eu não sei como foi exatamente, mas os policiais já entraram. O cachorro ficou num "morde não morde". Os policiais entraram armados e nós fomos levados para o camburão.

Aí eu já não sei se sou eu que lembro, se alguém contou, se é a Jana que lembra, mas nos colocaram no camburão cheio de armas. "Esses filhos de comunistas vão pegar essas armas, cuidado", disseram. E nós fomos levados para o DOI-CODI.

Algumas cenas são descritas pelos meus pais ou pela Jana, mas eu me lembro claramente de corpos torturados, marcados, roxeados, machucados. E a cena que mais me ficou presente foi o meu primeiro contato com a minha mãe. Parece que eu estava de costas para a janelinha de uma cela ou de um portão que tinha uma janelinha. Ela me chamou e eu, feliz da vida, reconheci a voz e me virei. Quando eu vi o rosto, eu não o reconheci. Ele já estava roxeado, desfigurado.

E me causou um forte estranhamento porque eu pensei: "Quem é esta pessoa que tem a voz da minha mãe? Mais do que a voz, tem o jeito de se comunicar comigo que eu reconheço claramente, mas não é a minha mãe".

Nessa época, não sabíamos o nome dos nossos pais. Era, provavelmente, uma medida de segurança para eles e para nós. Tenho outras lembranças, mas que eu acredito que são coisas que eu vi. Por exemplo, eu perguntei para o meu pai: "Por que você está roxo, verde? Por que você está tão marcado assim?"O fato é que nós fomos levados para a presença dos pais torturados. E isso foi usado para que eles falassem e os militares obtivessem informações. Havia todo tipo de ameaças: "Vamos matar os seus filhos, vamos sequestrá-los". E isso evidentemente era uma possibilidade grande ali.

Eu não sei quantas vezes nós fomos levados ao DOI-CODI, mas éramos acompanhados por uma policial, que nos levava a uma casa onde dormíamos na cozinha, num colchão no chão. E no dia seguinte éramos levados de volta ao DOI-CODI. O próprio Coronel [Carlos Alberto Brilhante] Ustra, que comandava a instituição,

o DOI-CODI, assumiu no seu livro [*A Verdade Sufocada – A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*] dizendo que estava fazendo um ato de benevolência com esses presos, levando seus filhos para visitar os pais.

Eu não sei quantos dias esse processo durou. Acredito que pela minha idade e talvez por mecanismos saudáveis daquilo que a gente lembra e esquece, eu não lembro de muitas cenas desse momento. Mas claro, a gente era criança, então mescla esses momentos de terror, espanto, com outros que você começa a brincar ali no pátio do DOI-CODI, correr para lá e para cá. Por quê? Porque nada daquilo fazia sentido.

Depois de alguns dias, não sei quantos, os militares nos entregaram, eu e Janaina para um tio nosso que era delegado de polícia em Belo Horizonte. Na época, ele era casado com uma irmã do meu pai e nós fomos viver com eles em uma espécie de cárcere privado. Era muito desagradável.

Havia ordenamento disciplinar, meio que de prisão, então por isso eu chamo de cárcere privado. Éramos acordados às sete da manhã, a Jana tinha de fazer o café e aí passávamos o dia nessa casa. Eu lembro muito de passar o dia no quintal, que eu gostava, porque tinha árvore. Eu criava um super mundo imaginário que me deslocava completamente dessa situação. Eu brincava um pouco com os filhos desse tio – ele tinha três – em um período do dia, porque no outro eles iam para a escola. E quando chegava à noite, depois do jantar, nós éramos levados para o nosso quartinho, no fundo da casa. Lá tinha um beliche e um vitrozinho por onde não daria para sair. E não lembro se era um trinco ou uma chave, mas eles trancavam a porta. Ali era a nossa pequena cela.

Eu fui levado para passear com esse delegado. O que era raro, porque não saíamos, ficávamos todos os dias lá. E um dia ele falou: "Ah, vou te levar ao zoológico". "Legal", eu pensei. Na minha memória, o zoológico era um lugar legal. Mas ele me levou à delegacia que ele comandava. Me levou para passear no corredor onde estavam as celas. Parava em frente a uma cela, apontava para o preso e falava: "Esse aqui é um veado". Apontava para outro: "Esse aqui é uma cobra" e esse daqui é não sei o quê. Era uma perversão sarcástica dele comigo e com os presos. Aquela era a mesma situação do DOI-CODI. Eu olhava nos olhos dessas pessoas que estavam presas. Eram olhares muito impactantes. Eles estavam assustadíssimos. Depois eu elaborei que eles estavam muito assustados com a figura daquele delegado porque provavelmente eles sofriam tortura naquele lugar. Fiz dois passeios a esse tal zoológico e não me lembro de ter saído nenhuma outra vez. Os filhos dele iam passear com ele aos domingos e voltavam com algum presente, um tênis novo ou alguma coisa assim. Isso também me marcava. Eu pensava: "Putz, que sacanagem". A gente não ganhava nada ali, havia muita diferença.

Um questionamento que me fiz, na época, foi: "Por que os nossos pais haviam nos abandonado naquela casa com aquelas pessoas?" O delegado era meu tio, era casado com a irmã do meu pai, portanto, eles eram nossos tios. Mas eu não os conhecia antes desse evento, então eu não os via como tios.

"O dia da visita ao meu pai no presídio era muito bom. A gente estava ali vivendo situações limites, graves, como não ter a presença do pai no dia a dia. E eu passava a semana ou os dias anteriores a essa visita pensando nela"

[Neste momento, a irmã Janaína de Almeida Teles interrompe e diz:]

"Nós vivemos na clandestinidade, não conhecíamos a nossa família, nem materna, nem paterna. Muito menos a paterna porque ela morava toda em Minas. Então nós fomos levados para Belo Horizonte. Eu lembro bem do dia que esse casal de policiais nos prendeu em casa. Eles nos levaram de carro. Era um Opala, aquele azul claro que é a cor dos outros carros do DOI-CODI. E levaram para esse delegado. Não sei como descobriram esse parentesco e nos entregaram para esse homem que é um... Não tenho adjetivos para classificá-lo. Lá, ficamos seis meses sem saber o que estava acontecendo".

Para nós, era uma casa de desconhecidos. Depois desses meses, a Crimeia foi solta da prisão em Brasília, foi levada para Belo Horizonte e passou a fazer o contato conosco. Lembro de ela ter ido duas vezes à casa do delegado e mais ou menos de termos ido passear numa praça. Foi ali que retomamos o contato com aquela nossa história que por seis meses tinha ficado perdida. Aí, em algum momento, nós fomos retirados dessa casa e voltamos ao convívio com a Crimeia. Passamos algum tempo que eu não sei quanto na casa de uma tia dela, a Celia. Depois, nós fomos morar no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense onde os meus avós maternos moravam, o Joffre e a Lúcia.

Acho que nós moramos lá por um ano. Depois, voltamos para São Paulo e começamos a mudar para um monte de lugares. Não era uma vida clandestina. Nossos nomes eram os verdadeiros, mas havia uma vida semiclandestina porque não podíamos contar a nossa história. Eu não podia ir à escola e contar "Olha, o pessoal participou lá de uma guerrilha, não sei o quê".

Em São Paulo eu entro numa instituição que me marca muito pelo convívio social que é a escola. Na Baixada Fluminense, eu era um moleque de shortinho e descalço, soltando pipa com a molecada lá do bairro correndo para lá e para cá. E a sociabilidade é muito tênue, você não precisa mentir, falar: "Ah, meu pai está não sei onde", não precisa inventar história.

Em São Paulo, sobre o meu pai estar preso, eu contava que ele estava internado, porque ele tinha sido mesmo internado uma época como tuberculoso. Então, eu dizia, "meu pai é tuberculoso. Ele está internado". Passavam as férias, eu voltava para a escola e eu dizia. "Meu pai está mal, continua internado". Só que nós íamos visitar o meu pai no presídio Romão Gomes na Zona Norte de São Paulo.

Os dias de visita eram muito esperados e muito gostosos. Só que eu não podia compartilhar com os meus amigos ou com os parentes dos meus amigos.

A escola, para mim, sempre foi um lugar que repetia o cárcere privado de Belo Horizonte e essa situação de condicionamento da nossa existência. Eu entrava na sala de aula e lá tinha uma foto do [Ernesto] Geisel. Parecia que ele estava me vigiando. Ficava me olhando com aquele olho, para onde você ia na sala, o cara estava te olhando. E do lado da foto do Geisel tinha o crucifixo com um cara tortura-

do, pregado, sangue escorria da mão dele, da perna. Era Jesus Cristo. E havia aquelas carteirinhas nas quais você ficava ali preso, um atrás do outro.

Então, uma das imposições ou imperativos éticos de ser criança na ditadura é aprender a mentir rapidinho, logo cedo. E mentir certo, rápido. No Sete de Setembro havia aqueles trabalhinhos, tinha que enaltecer a Bandeira, o Hino, o Governo... Então se aprende a mentir e ser cínico. Porque eu fazia tudo direitinho. "Vamos pintar a bandeira?" "Vamos". Na hora de cantar o Hino, e na minha escola a gente cantava o hino uma vez por semana, era um horror. Nesse dia que tinha que cantar o Hino e hastear a bandeira, eu fazia um movimento com a boca, era o meu ato de resistência. Minha resistência era: "Não vou soltar uma palavra desse Hino".

O dia da visita ao meu pai no presídio era muito bom. A gente estava ali vivendo situações limites, graves, como não ter a presença do pai no dia a dia. E eu passava a semana ou os dias anteriores a essa visita pensando nela.

Pensando sobre esse período, eu não tinha uma relação e nem me vejo hoje como vítima em relação a tudo o que eu vivi na ditadura. A minha postura era de sobrevivente e resistente, então eu tinha que arrumar mecanismos para resistir àquilo tudo.

Recentemente, eu escrevi uma homenagem ao Padre Renzo, que é uma figura importante da luta dos presos políticos no Brasil. E nesse texto eu lembro de uma história de resistência. Eu gostava de ir para o presídio Romão Gomes vestido de uma espécie de agente secreto da resistência. Eu vestia um casacão enorme que não era do meu tamanho, um chapéu de aviador, desses que tapa as orelhas e um óculos grandão, escuro, só que sem lentes. Não era mais filho de comunista, estava disfarçado.

Uma vez, pedi ajuda para a Crimeia. Eu queria esconder um potinho de guache na jaqueta para poder entrar no presídio sem que ninguém visse. Porque na entrada do presídio a gente era revistado, as crianças também.

Então a Crimeia fez um bolso falso nessa jaqueta. Botei meu potinho de guache lá. Teve uma primeira revista na qual a mulher localizou o potinho de guache, mas ela não achava o buraco para ter acesso a ele. E ela perguntava para mim o que era aquilo, mandava eu tirar. E eu só ficava olhando para ela. Porque eu já era cínico, já tinha aprendido. Eu não respondia nada. E aí ela chamou uma pessoa que hoje eu creio que fosse um oficial superior a ela e falou: "Olha, tem um negócio aqui e ele não quer entregar". O cara olhou e falou: "Não, tudo bem, entra". E aí foi legal porque eu aprendi que dava para burlar todo aquele sistema. Então, entrar com alguma coisa e pegar alguma coisa lá de dentro e também sair com ela, era o meu ato de resistência. Eu era uma espécie de guerrilheiro que também estava fazendo a minha parte.

> "Eu vestia um casacão enorme que não era do meu tamanho, um chapéu de aviador, desses que tapa as orelhas e um óculos grandão, escuro, só que sem as lentes. Não era mais filho do comunista, estava disfarçado"

Uma lembrança muito desagradável foi quando meu pai foi condenado. Nós fomos levados para a casa de uma amiga da minha mãe e o meu pai veio se despedir da gente já na cama. Ele disse "amanhã eu vou para uma audiência do julgamento, mas eu volto". E eu falei para ele: "Não, você não vai voltar". Para mim era certo, era óbvio. Eu tinha certeza dessa condenação e realmente eu só voltaria a vê-lo nessas visitas ao presídio.

Eu me assustava quando alguém chegava em casa com uma pessoa estranha. Era a ideia de que novamente ia acontecer a prisão, de que algum momento a gente seria preso novamente. A todo o momento eu me preocupava com isso.

Na volta da escola, por exemplo, voltávamos só nós dois, Jana e eu, de ônibus. Eu pensava assim: "Não posso ficar no ponto de ônibus na calçada muito perto da rua, porque pode parar uma Kombi e nos sequestrar rapidamente". Então eu ficava mais recuado da calçada, mais perto da parede do prédio onde tinha o ponto de ônibus ali em frente, como se isso fosse nos proteger.

Depois, com a volta da democracia, você não confia no Estado, na polícia e precisa repensar tudo que treinou desde a infância, como mentir. Em 1988 há uma nova lei, mas eu não acreditava nas leis. Então, tem que começar a pensar, "agora é um Estado democrático, há leis, regras, outras funções para essas instituições, há toda uma reelaboração subjetiva que tem de ser feita".

Em 2002, a Jana entrou em contato com Fábio Konder Comparato para processarmos o Coronel Ustra, pela prisão, sequestro e tortura da família. A elaboração desse processo foi uma coisa que me marcou muito porque foi aí que caiu minha ficha: "Nós realmente estamos em outro Estado. É possível, tentar um processo contra essas pessoas e apesar de todas as limitações da Lei da Anistia". Então foi a primeira vez que eu sentei para escrever essa história.

Na minha tese de doutorado, *Brasil e África do Sul: Memória Política em Democracias com Herança Autoritária*, também trabalhei com esse tema, tratando do caso da África do Sul e do caso brasileiro. Chamei o caso brasileiro de política do silêncio. Depois ficou claro para mim que eu estava falando da minha própria história. Essa tese foi uma espécie de divã. Ao escrever sobre a história do país, eu estava na verdade reelaborando a minha inserção enquanto sujeito no Brasil, no Estado brasileiro.

EDSON LUÍS DE ALMEIDA TELES nasceu em 15 de junho de 1968. Filho de Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles. Filósofo, é doutor em filosofia e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

"Dói gostar dos outros"

por Janaína de Almeida Teles

Vou tentar complementar algumas coisas de que me lembro, das quais o Edson não se lembra. É interessante perceber que nossas lembranças e memórias são complementares.

Lembro-me do dia da prisão, o dia 29 [de dezembro de 1972], mas não me lembrava de que tínhamos ajudado a minha tia, Crimeia Alice Schmidt de Almeida, a queimar os documentos guardados na nossa casa. Depois, soube que a casa funcionava como um "aparelho clandestino" voltado às atividades de imprensa do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Lembro-me muito bem, contudo, que durante a noite anterior à nossa prisão, ficamos contando moedas dos nossos cofres. Tempos depois, soube que a Crimeia pensou em fugir conosco, mas ela não tinha nenhum dinheiro e nossas moedas não eram suficientes para possibilitar uma fuga. Lembro-me também da hora da prisão, de quando um casal de policiais bateu à nossa porta. Fui atender e eles foram estranhos, meio grosseiros. Ela foi atendê-los no portão, em seguida, voltou e, nesse momento, minha tia pediu para irmos para um quarto nos fundos da casa. A porta não foi fechada totalmente e por uma fresta fiquei tentando ouvir o que estava sendo dito, porque senti que a situação estava muito ruim.

De repente, vieram os policiais e nos tiraram daquele quarto. Começou uma movimentação grande, uma gritaria e fomos levados para uma C14, onde havia muitas armas no chão. Então, perguntei alguma coisa para o soldado e ele me disse "Cala a boca, comunista!", ou algo assim. O estranho é que os carros eram pintados de cor azul claro.

Janaína com 11 anos e Edson com 10, João Pessoa (PB), 1978

Fomos levados para o DOI-CODI (localizado na 36ª. delegacia de polícia). Eu tinha 5 para 6 anos, então, imagino que por isso eu tenha mais lembranças do que o Edson. Fui levada para uma cela onde meus pais estavam sentados numa mesa, onde parecia haver dois pratos de sopa ou de outra comida. Eles não conseguiam se mexer e nem falar direito porque estavam muito machucados.

> "Perguntei alguma coisa para o soldado e ele me disse "Cala a boca, comunista!", ou algo assim"

Antes, eu fora levada para a cela onde minha mãe estava sendo torturada, eu a vi na cadeira do dragão. Mas não me lembro disso. Só me recordo de ter ficado muito chocada e de abraçá-los, beijá-los e, mesmo assim, eles não conseguiam se mexer. Depois de muitos anos, senti-me culpada por não conseguir lembrar-me dessas coisas direito. Isso me atormentava um pouco. Depois, fui entendendo que isso era uma autoproteção e que não havia como lembrar de fatos tão dolorosos.

Não sei quantos dias ficamos lá, mas, na minha memória, a gente ficou mais ou menos uma semana. E ficávamos o dia inteiro no DOI-CODI, entrando e saindo das celas, mas, especialmente, ficando no estacionamento... Tentávamos inventar brincadeiras, disfarçar para nós mesmos, fazer o tempo passar porque não entendíamos o que acontecia ali.

De noite, nos levavam para uma casa muito grande. Na minha lembrança, ela ficava perto do DOI-CODI. Dormíamos ao lado da cozinha em uma cama de campanha militar, dessas que dobram. Eu não conseguia dormir direito, pois a luz da cozinha ficava acesa e eu estava bastante preocupada com aquela situação... Não estava acostumada a dormir longe dos meus pais.

O comandante do DOI-CODI/SP entre 1970 e 1974, Carlos Alberto Brilhante Ustra, deu uma versão cínica para o nosso sequestro em seu primeiro livro. Segundo ele: "[...] Para não mandar as crianças para o Juizado de Menores, uma moça, Sargento da Polícia Feminina do Estado de São Paulo, ofereceu-se para tomar contar dos menores em sua casa, enquanto aguardávamos a chegada dos familiares do casal, que se encarregariam da guarda deles. Diariamente, a meu pedido, as crianças eram levadas ao DOI para visitarem seus pais. [...]"[1]. Vale ressaltar que a casa onde me recordo ter pernoitado era bem grande e não poderia ser a moradia de uma sargento da Polícia Feminina.

Durante o dia eles nos levavam de volta para o DOI-CODI. Ficávamos lá, entrando naqueles corredores escuros. Ouvíamos gritos, depois alguém nos punha para fora e a gente ficava no estacionamento. E, de vez em quando, aparecia alguém para falar conosco. Lá pelas tantas, alguém falou que aquilo era um hospital. Pensei: "Bom, meus pais parecem doentes mesmo, mas aqui não tem ninguém vestido de branco. Como isso aqui é um hospital?". "Não tem ninguém

---

[1] USTRA, Carlos Alberto B, *Rompendo o silêncio*, Editerra Editorial, 1987, p.160.

Amelinha, Padre Renzo Rossi, Crimeia, Edson e Janaína, Rio de Janeiro, 1975

"Tenho lembranças muito desconexas sobre aquele período. Uma delas é de quando o delegado colocou uma arma na mesa e disse que não era para perguntar da minha mãe"

de branco (mas havia algumas pessoas vestidas de verde oliva), isso aqui não é um hospital!!!".

Eu achava que tinha gente doente lá, por isso ouvia gritos. "Mas como um hospital pode ser escuro deste jeito?", pensava. Enfim, eu não entendia nada, e um dia aquele mesmo casal que tinha batido à porta para nos prender nos levou para Belo Horizonte (MG). Lá, na casa desse tio policial, Edelton Bosco Alvarenga Machado, casado com uma irmã do meu pai, eu tinha que acordar mais cedo porque era uma espécie de assistente da empregada doméstica. Eu fazia o café da manhã para os meus primos, tinha que servir a mamadeira deles na cama. Ajudava a cuidar deles e da casa etc.

Frequentemente, perguntava pela minha mãe e o delegado dizia que não era para falarmos dela porque era comunista! Eu queria mandar carta para meus pais. Estava começando a aprender a escrever, queria que alguém escrevesse uma carta e queria receber cartas dos meus pais. Mas eles respondiam que não era permitido falar desse assunto.

Tenho lembranças muito desconexas sobre aquele período. Uma delas é de quando o delegado colocou uma arma na mesa e disse que não era para perguntar da minha mãe. Ele era uma pessoa agressiva. Eu não me lembro da cena do zoológico relatada pelo Edson, mas havia uma atmosfera de muito medo naquela casa. Eu frequentava uma escola nesse período, onde todos os dias éramos obrigados a ouvir aquela canção do Roberto Carlos, acho que se chamava "Jesus Cristo", no autofalante da escola. Para mim aquele era um ambiente estranho, pois eu não tinha formação religiosa e éramos constrangidos a rezar. O delegado nos forçava a tratá-lo por "senhor", o que não era costume na minha família.

Um seis meses depois, a Crimeia apareceu, escondida, a gente brincava no jardim em frente da casa. Ela nos chamou do outro lado da rua, fazendo "psiu".

A partir daí, ela começou a nos encontrar escondida. Eu não me recordo dos detalhes, mas ela mandou não falarmos que estávamos nos encontrando com ela. A gente obedecia porque sabia que aquele lugar não era bom, e a Crimeia era uma lembrança boa... Nós havíamos convivido com ela e com meus pais juntos. Nós não conhecíamos ninguém da família, cuja maioria vivia em Minas Gerais, pois nascemos na clandestinidade...

A Crimeia explicou o que tinha acontecido com meus pais, que eles não haviam nos abandonado. O delegado e nossos primos, os filhos dele, falavam que meus pais tinham nos abandonado. E eu pensava: "A gente se gostava tanto, como é que eles me abandonaram?" Não fazia sentido. Então, a Crimeia apareceu e nos explicou que eles estavam presos, e que não tinha como saírem de lá.

Minha tia passou a ser a pessoa que explicava as coisas. Eu perguntei "ene" vezes o que es-

tava acontecendo. E ela repetia com paciência as explicações. Para fazer a gente dormir, ela contava histórias da Guerrilha do Araguaia. Só que não contava a parte violenta da história, e sim que ela havia cuidado de uma oncinha, que tinha tido uma lontra chamada "pilontra", uma égua que se chamava "Marta Rocha", porque tinha uma bunda grande igual a da miss, enfim, ela contou sobre os vários filhotes de animais que criou e sobre a vida na mata... Então, a minha relação com a Guerrilha do Araguaia começou desde muito cedo. Obviamente, eu não entendia o que era a Guerrilha do Araguaia, mas sabia que a Crimeia havia morado muitos anos na Floresta Amazônica juntamente a outros amigos e companheiros.

A Crimeia explicou também que o [Carlos Nicolau] Danielli fora assassinado. Ela teve de repetir algumas vezes porque isso tinha acontecido com ele, sobre o porquê dos militares não gostarem de nós... Ele era como um tio muito querido, o tio "Sig", que frequentava a nossa casa. Lembro-me também do "tio" Gustavo, Luis Ghilardini, assassinado sob tortura no Rio de Janeiro. Não conheci o André Grabois, o pai do Joca (João Carlos Schmidt de Almeida Grabois) e meu tio. Ela contava muitas histórias sobre o André, sobre quando fingiu que lutou com um jacaré ou quando uma onça quase o atacou (ele estava sem óculos e era bastante míope), suas piadas, peripécias, desenhos e do futebol que ele gostava de jogar.

Por meio da memória dela, fomos nos familiarizando com essa história difícil e essa nossa família distante. A Crimeia também começou a nos ensinar a escrever, porque era difícil, não dava mais para ir à escola naquele período, uma vez que já havia passado meio ano.

Ela também nos levou para visitar meus pais no presídio Carandiru. Era a primeira vez que eu ia vê-los depois de seis meses. Era inverno, fazia muito frio, e não tínhamos casacos suficientes. Chegamos lá, meu pai estava no lado masculino e minha mãe no feminino. Os policiais não deixaram nos encontrarmos todos juntos... Foi angustiante e tivemos de esperar muito tempo para conseguirmos nos encontrar todos juntos! Desse dia, lembro-me de que minha mãe estava muito bonita de cabelos compridos.

Há muitas histórias até cinematográficas, realmente. Uma delas diz respeito à Crimeia e o modo como ela nos encontrou, secretamente, no jardim da casa, fazendo "psiu" do outro lado da rua! A gente a encontrou várias vezes até que ela nos levou... ela nos ajudou a fugir de lá! Um dia, chegou e combinou que viria nos buscar no dia seguinte, ao final da tarde. Ela falou: "Hoje nós vamos embora, peguem as suas coisas que nós vamos fugir daqui". E a gente fugiu com a Crimeia da casa do delegado e fomos morar na casa da prima dela.

> "Os policiais não deixaram nos encontrarmos todos juntos. Foi angustiante e tivemos de esperar muito tempo para conseguirmos nos encontrar todos juntos"

[Neste momento, a tia de Janaína, Crimeia, a interrompe e complementa:]

Esse delegado foi meu vizinho e eu perguntei a ele: "Você sabe onde estão as crianças?"Ele respondeu: "Não". E como eu não confiava na polícia, resolvi ir até a casa dele, a qual sabia onde era. Fiquei vigiando e um dia achei as crianças. Aí bati na porta dele e falei, "Meus sobrinhos estão aqui, sou tia e quero vê-los".

E aí começamos a negociar que eu veria as crianças nos finais de semana. Até que eu falei: "Olha, na verdade sou mais tia deles do que você, eu vou ficar com as crianças". Ele respondeu: "Vai ter de entrar na Justiça e eles não vão te dar a custódia deles, porque você é terrorista, você é mãe solteira. Eu vou ficar com as crianças!".

Nesse meio tempo, consegui entrar em contato com a Rosa Cardoso, que era advogada dos pais deles, e pedi para que ela providenciasse a custódia das crianças. No dia em que ela me entregou os papéis, eu os levei sim, porque não ia pedir permissão ao delegado e dizer-lhe que estava com a custódia deles, isso não! Mas, legalmente, eu não os sequestrei.

Não me lembrava desses detalhes todos, mas lembro bem o dia em que a Crimeia falou: "Pega as suas coisas e vamos embora!". Saí correndo para pegar minhas coisas, ela ficou nos esperando perto do portão. Atrasei-me um pouco e fiquei com medo de que ela tivesse ido embora sem mim, mas ela estava lá me esperando e fui embora feliz da vida! O tratamento autoritário e insensível do delegado e de sua família deixaram marcas profundas em nós.

Muitos anos depois, soubemos que Edelton, era um delegado corrupto da delegacia de Lagoinha, em Belo Horizonte, de onde saíram vários torturadores para compor o temido DOI-CODI de Minas Gerais.

Meus pais foram soltos em outubro de 1973, se não me engano, e nos encontramos no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, onde morávamos com os meus avós maternos. Ficamos um tempo lá até meus pais conseguirem voltar para São Paulo, onde meu pai voltou a imprimir jornais clandestinos na gráfica que ele tinha, localizada no Bexiga, bairro central da cidade. Por causa dessas atividades, o processo dele foi reaberto. Nós fomos à audiência na segunda Auditoria Militar, que ficava na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, para assistir ao julgamento final.

Esse foi um dos momentos mais tristes para mim porque não consegui entender o que estava acontecendo. Apenas vi os militares todos enfileirados, o juiz no alto, e meu pai com o rosto muito triste – nós ficamos muito tristes. Ele foi para a prisão porque teve de se apresentar à Auditoria para não nos colocar em risco, porque, do contrário, teríamos de viver na clandestinidade novamente. E não havia condições materiais suficientes para levar a família para o exílio ou permanecer na clandestinidade. Toda aquela história já havia sido muito traumática.

Após a nossa prisão e o reencontro da família, eu e meu irmão passamos a fazer terapia na PUC, com o pessoal do Sedes Sapientiae, graças à ajuda da Madre Cristina, figura incrível que ajudou muita gente.

A partir da segunda prisão de meu pai, em 1975, passamos a visitá-lo no presídio todos os sábados. E minha mãe, que é muito mineira, era a primeira a entrar e a última a sair.

O Edson nos contou sobre sua fantasia de ser um agente secreto, eu achava aquilo engraçadíssimo, pois amadureci demais para a minha idade. Desde a prisão, preocupava-me em proteger meu irmão, meu primo e em defender meus pais! Queria ser adulta para poder enfrentar os policiais e buscar meus pais na prisão! Depois, percebi que ter ficado meio adulta

antes do tempo trouxe consequências muito difíceis e duradouras na minha vida, como distúrbios hormonais na infância que se prolongaram na vida adulta. Além de voltar a ter enurese noturna, passei a ter problemas com o sono (os quais de tempos em tempos voltam) e entrei em processo de puberdade precoce aos 7 anos de idade, o que levou a uma espécie de menopausa temporária, na vida adulta.

Acho que a principal característica dessa perda parcial da infância se apresenta por meio de um sentimento profundo de que ela se manifestará, sempre. A recorrência dessa sensação gera um sentimento de impotência enorme. A melancolia envolve a vida e, embora ela prossiga e tenha momentos felizes, a sensação de cansaço parece uma herança muito pesada para "carregar". As demandas dessa infância perdida sempre retornam, cobrando seu espaço em momentos onde nem o corpo e nem a mente podem mais dispor do tempo de criança. Esse desencontro é bastante doloroso e se torna ainda mais intenso quando sinto as dificuldades inerentes ao ato de contar essa história.

Na escola, também não gostava de cantar o Hino Nacional. E não gostava de ter de mentir, eu sempre contava que meu pai era um comerciante que viajava muito, por isso nunca estava em casa. Os colegas, a professora e as mães dos amigos sempre perguntavam. Era difícil mentir e, às vezes, a gente era pego em contradição, pois o Edson contava outra versão...

Desse período, lembro-me muito das visitas que fazíamos a Dom Paulo Evaristo Arns na Cúria Metropolitana. Minha mãe sempre ia lá para falar com ele – sozinha ou em reuniões coletivas. As famílias de presos políticos faziam muitas reuniões com D. Paulo, naquela época. Geralmente, ele passava as mãos nos meus cabelos e com aquela voz tranquila perguntava como eu estava. Depois, oferecia balas e nos deixava brincar embaixo da mesa dele, enquanto conversava com minha mãe. Apenas lembro que saíamos de lá meio aliviados.

Eu também sempre ia às reuniões do jornal *Brasil Mulher*, porque muitas vezes minha mãe não tinha com quem nos deixar e acabávamos dormindo nos bancos ou sofás da sala. Depois, começaram as reuniões do jornal *Movimento*, onde minha mãe trabalhava, e do Comitê Brasileiro de Anistia, as quais eu frequentava mais ou menos no mesmo padrão: brincava muito e depois dormia no sofá ou no colo de alguém. Mais tarde, comecei a ajudar a dobrar, colar selo no jornal e a entregá-lo de bicicleta no meu bairro. Acabamos conhecendo muita gente interessante e vários filhos de exilados; construímos algumas amizades duradouras e aprendemos muito!

> "Acho que a principal característica dessa perda parcial da infância se apresenta por meio de um sentimento profundo de que ela se manifestará, sempre"

Quando ocorreu a Chacina da Lapa, em dezembro de 1976, ficou um clima péssimo lá em casa, todo mundo acordou meio esquisito. Soube depois que minha mãe e minha tia passaram a noite queimando papéis e, sem querer, elas acabaram queimando quase toda a correspondência que trocamos nos anos de prisão. Uma pena, pois eu gostaria de ler as nossas cartas daquela época. Dias depois, minha mãe pediu para conversarmos e explicou que, talvez, o processo dela fosse reaberto e ela seria presa. Nós teríamos de ficar morando apenas com a Crimeia e o Joca. Nesse dia, chorei muito na frente de todo mundo, pois fiquei muito triste com a ideia de ficar sem pai e mãe também!

Felizmente, isso não aconteceu e pudemos esperar o dia em que meu pai foi solto. Ficamos quase o dia inteiro em frente ao antigo prédio do DEOPS/SP esperando por ele, quando, finalmente, ele saiu, ficamos muito alegres. Disso ainda me lembro.

Recordo-me da chegada do João Amazonas ao Brasil, em 1979. Fui escolhida para levar um buquê de rosas vermelhas para ele no aeroporto. Mas o que foi mais marcante na chegada do Amazonas é que nós fomos ameaçados pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAA). Um dia, meus pais leram a carta de ameaça, que dizia que a gente poderia ser sequestrada ou sofrer um acidente no caminho para a escola. Eles disseram "Agora vocês vão ter de redobrar o cuidado para ir e voltar da escola". Tínhamos de tomar todo o cuidado para voltar para casa porque eles não eram de brincadeiras, esse era o pessoal que explodia banca de jornal etc. Aí, eu fiquei realmente preocupada e com medo.

Era uma infância que todos tentavam tornar mais ou menos normal, mas certamente era rodeada de muito medo e tensão.

Então fomos estudar no colégio Equipe, ainda em 1979, onde ganhamos bolsa de estudos. No primeiro dia, o diretor me perguntou, "O que você espera do colégio?" Eu respondi, "Poder falar tudo o que penso". Ele ficou meio espantado. Depois, ajudei a organizar várias greves no colégio, seja para não aumentar a anuidade ou para evitar a demissão de alguém. Eles não gostaram muito disso. Até que suspenderam a minha bolsa, não sei se pela agitação política ou em decorrência da crise econômica aguda vivida pelo país naquele momento. A despeito desse fato, o ambiente lá era super legal, saudável e foi onde comecei a ter uma atuação militante, podendo dizer que eu e minha família tínhamos sido presos. O que nos deixava mais aliviados, reconfortados.

No Equipe havia um ambiente intrigante, que despertava nossa curiosidade, e também queríamos acelerar o processo que culminaria com o final da ditadura. Ainda havia muitas dúvidas sobre o sucesso da chamada "transição política". Eu queria ser militante para ajudar a acabar com a ditadura e naquela escola havia militantes de quase todos os grupos políticos da época.

Em 1982, outro fato nos deixou apreensivos. Por ocasião dos dez anos do início da Guerrilha do Araguaia, as famílias de desaparecidos propuseram ao PCdoB a realização de uma revista onde fossem publicados documentos e fotos inéditos ou pouco conhecidos sobre a guerrilha. Meu pai, que trabalhava na editora, e minha tia, uma das poucas sobreviventes, empenharam-se muito para produzi-la e até eu ajudei. A revista[2] foi apreendida e os militares iniciaram um inquérito na Justiça Militar. Naquele momento, consideramos que, talvez, a Crimeia pudesse ser presa novamente. Depois, o inquérito acabou sendo arquivado, mas ficamos preocupados. As famílias tiveram que fazer um empréstimo para editar a revista e

[2] Vários autores. *Guerrilha do Araguaia (1972 - 1982)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982

acabamos sendo obrigados a vendê-la clandestinamente para repor o dinheiro. Vendiam-se exemplares da revista para pessoas como Teotônio Vilela, Chico Buarque e, por solidariedade, muita gente pagava mais do que ela valia. E, assim, foi possível quitar essas dívidas.

Tínhamos muito medo, mas tínhamos amigos. Houve muita solidariedade, o tipo de solidariedade silenciosa ou anônima.

Havia solidariedade de todos os tipos, tal como a do Padre Renzo Rossi, originário de Florença (Itália), que nos "adotou", tornando-se uma figura meio paterna, meio de avô, e que ajudava muito. Meu pai é diabético, então precisávamos de ajuda, porque era muito difícil mantê-lo com a insulina e os remédios necessários. A Rosa Cardoso, a nossa advogada, ajudava; a Teresa, a professora que me alfabetizou, ajudava; a Ana e o Alemão; a Érica ajudava... Muitos foram solidários conosco.

Fiquei muito contente quando descobri, muitos anos depois, como a minha prisão, de meu irmão e da minha tia grávida de 7 meses foi denunciada desde o primeiro momento. Em 1994, soube pelo próprio D. Cândido Padin, bispo de Bauru, que ele fora o intermediário, junto à Anistia Internacional, das denúncias sobre a nossa prisão. À época, expressei em público minha gratidão, pois até então, não sabia quem havia sido o portador dessa ajuda tão valiosa.

Em 2007, descobri uma pasta de documentos sigilosos nos arquivos da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, onde havia um documento datado de 9 de fevereiro de 1973 relatando uma denúncia sobre a prisão de minha família à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Esta denúncia saiu do DOI-CODI através de Rioco Kayano, que havia sido transferida para o DEOPS e, por isso pôde encontrar-se com seu irmão. Ele relatou as torturas e ameaças de morte sofridas por meus pais a um advogado que escreveu a referida carta. Presumo que essa carta deve ter sido a fonte da denúncia de D. Cândido Padin.

Aos 8 anos, fiz um poema para dar de presente de aniversário para o meu pai. Esse poema chama-se "Dói gostar dos outros". É um poema triste, tem erros de português porque eu ainda estava aprendendo a escrever. E o Renzo gostou dele, conheceu a história da nossa família através de uma carta, na qual meu pai incluiu esse poema. Ele veio da Bahia para o Rio de Janeiro só para nos conhecer. Depois ajudou a publicar um livro[3] na Itália, organizado pelo famoso jornalista e deputado da esquerda independente do PCI e, depois do PDS, Ettore Masina, no qual havia poemas relacionados com a ditadura brasileira, entre os quais o meu. Na introdução, Masina contou a história da minha família. Esse poema (repoduzido abaixo) foi publicado – e a nossa história contada – em vários jornais de esquerda, de exilados, de grupos de defesa dos direitos humanos etc.

DÓI GOSTAR DOS OUTROS

Oi, vocês todos
Boa tarde para todos,
E um viva para todos:
Uns versos vou escrever.
Vou começar... atenção
Dói no peito chorar,
Dói nós chorar,
Dói os seus olhos chorarem.
Dói nós viver.
Dói os outros chorarem
Dói a natureza chorar,
Dói gostar dos outros,
Dói cair uma pedra no seu pé.
Dói falar tchau, amigos.

(Janaína fez esta poesia em 1974 quando tinha 7 anos e estava começando a ler e escrever. Era uma manhã de sábado. Aos sábados à tarde, ela e a mãe iam visitar o pai, que estava preso presídio Romão Gomes, de presos políticos).

Em diversas oportunidades minha família protagonizou denúncias dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura. Através de uma série de iniciativas, inclusive por meio desse poema, minha família insistiu em contar a nossa história. Quando meus pais foram processados na Justiça Militar, em 1973, eles ainda estavam presos e sob ameaça de voltar às torturas, mas não deixaram de denunciar que os filhos e a tia grávida haviam sido presos, e que o Danielli fora assassinado sob tortura. Por isso, no livro *Brasil: Nunca Mais*, publicado em 1985, consta a nossa história[3] (Note-se que 25% das pessoas processadas na Justiça Militar daquele período tiveram a coragem de denunciar torturas em juízo). A família sempre denunciou também o sequestro, as torturas e a prisão (de quase um ano) sofridos pelo meu avô materno, ainda em 1964 (ele e meus pais foram condenados em um Inquérito Policial Militar (IPM), em Minas Gerais, no ano de 1966, e passaram a viver na clandestinidade desde então).

Nesse sentido, meus pais escreveram um depoimento em 28 de outubro de 1979, registrado em cartório naquele mesmo ano, onde na última página diziam: "(...) As crianças de nosso país precisam também de uma anistia ampla, geral e irrestrita. Precisam que se lhes devolvam o direito de serem crianças no tempo certo." Nesse depoimento, eles contam que durante as torturas, sofreram ameaças de que seus filhos seriam assassinados caso não contassem o que sabiam.

Apesar de ser uma experiência muito dolorosa, minha família se esforçou para denunciar o coronel Ustra como torturador – em 2008 ele foi condenado em uma ação civil movida por nós contra ele –, assim como os demais crimes de que foi testemunha. Fazemos questão de denunciar que Ustra e o comandante do II Exército, Humberto de Souza Mello, torturaram pessoalmente minha tia Crimeia, então grávida de 7 meses.

Não é coincidência que uma história com essa gravidade não conste no meu *habeas data* (solicitado em 1993). Não há nenhum registro sobre o sequestro de que fomos vítimas entre 1972 e 1973. Não obstante, há menção a diversas atividades políticas das quais participei. As forças de segurança mantiveram minha vida sob vigilância. Nele, encontram-se informações incorretas ou inventadas, mas nada sobre o sequestro.

O medo esteve sempre presente e foi retomado em diversas ocasiões da minha vida. Fiz psicoterapia várias vezes para tentar reelaborar essas experiências traumáticas. E as ameaças

[3] MASINA, Ettore. Le parole sepolte fioriranno: i canti della resistenza brasiliana. Roma: Borla, 1976

[4] ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais* (Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns). 23ª ed, Petrópolis, Vozes, 1989, p. 45, 230, 252 e 253.

permaneceram no período democrático. Em 1996, auxiliei as buscas e escavações realizadas no sudeste do Pará, para tentar encontrar os restos mortais dos guerrilheiros do Araguaia, e lá nós fomos ameaçados. Também fomos ameaçados em 2001, com homem armado, no vilarejo de Santa Izabel, próxima a Xambioá (TO). Ou seja, as ameaças de morte, de sequestro ou de sumiço sempre estiveram presentes, inclusive no período democrático, não apenas durante a ditadura.

Aos poucos, resolvi que exerceria a profissão de historiadora. Sabia que teria de enfrentar críticas severas de historiadores que acreditam ser impossível manter certa distância do tema estudado, quando se está diretamente envolvido na história sobre a qual estudamos. Persiste ainda a ideia que menospreza a experiência vivida e que a separa da teoria, um procedimento bastante similar ao exercido em laboratórios de química. Eventualmente, persiste na universidade uma espécie de positivismo anacrônico.

A despeito dessas vicissitudes, quando divulgaram a existência da Vala de Perus, em 1990, acompanhei o esforço dessas mulheres e deste homem, Ivan Seixas, fantásticos, que pesquisavam, todos os dias, nos arquivos do IML. Aos poucos, fui compreendendo que tinha de ajudá-los como militante e como historiadora e acabei participando, em 1992, da comissão que investigava os casos de mortes e desaparecimentos políticos de São Paulo, criada pela então prefeita Luiza Erundina. E, a partir daí, comecei a pesquisar nos arquivos do DEOPS/SP e a participar da organização do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos publicado em 1995 e em 1996, e da edição de 2009.

Para a versão de 1995, ficamos cerca de quatro anos pesquisando nos arquivos do DEOPS. Naquela época, a universidade não se interessava muito por essa pesquisa. Depois, começaram a surgir projetos acadêmicos e passei a participar dessas pesquisas, mas continuei a reconstruir as histórias de morte e de vida desses militantes e a buscar informações e provas que pudessem despertar o interesse da sociedade para essa temática.

Entre 1992 e 1994, além de participar das pesquisas nos arquivos do DEOPS/SP – autorizada apenas aos familiares de mortos e desaparecidos políticos – colaborei ativamente na campanha para que esses documentos fossem franqueados ao acesso público. Fui a única mulher a participar do debate organizado pela Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, que definiu os padrões de acesso a esses arquivos, o qual passou a ser irrestrito a partir do final de 1994.

Os problemas decorrentes da falta de acesso aos arquivos da repressão do período ditatorial persistiram. Assim, em 2005, coordenei juntamente com historiadores, estudantes e professores, a campanha Desarquivando o Brasil, a qual tinha por objetivo revogar a lei que mantinha o "sigilo eterno" dos documentos considerados "imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado" (lei 11.111/05). Muitos protestaram contra a lei e organizaram campanhas similares e, inicialmente, conseguimos liberar documentos do extinto Serviço Nacional de Informações (1964-1990) – custodiados pelo Arquivo Nacional desde dezembro de 2005 em regime de acesso restrito. Apenas em 2011, porém, conquistamos a Lei de Acesso à Informação e essa nova realidade está auxiliando a Comissão da Verdade e a historiografia brasileira. Não obstante, muitos arquivos permanecem inacessíveis, notadamente, os de órgãos militares de informação e repressão, tais como o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações da Aeronática (CISA).

> "O medo esteve sempre presente e foi retomado em diversas ocasiões da minha vida. Fiz psicoterapia várias vezes para tentar reelaborar essas experiências traumáticas. E as ameaças permaneceram no período democrático"

As pesquisas nos arquivos do DEOPS tiveram uma importância adicional para mim, que foi pessoal. Durante muitos anos, não consegui "materializar" a presença do tio André na minha vida. Em 1992, porém, no dia da transferência dos arquivos do DEOPS/SP para o Arquivo do Estado, encontramos uma foto do André adulto (era a foto de seu passaporte) e, para mim, aquilo foi emocionante, pois pela primeira vez consegui perceber como o Joca era parecido com o pai!!! E senti algo como uma convicção, que antes era apenas racional, de que o André era mesmo parte da nossa família!!!!

Na minha pesquisa de mestrado, para entender o silêncio que predominava sobre os crimes da ditadura considerei necessário recuperar as histórias das famílias dos mortos e desaparecidos políticos no Brasil. E nesse período comecei adotar nas minhas análises uma perspectiva comparada, notadamente, com relação à história da ditadura argentina. Durante a pesquisa de doutorado, pesquisei as histórias e as memórias dos presos políticos brasileiros. Paralelamente, realizei um projeto de História Oral em vídeo na Universidade de São Paulo, em colaboração com a Universidade de Campinas, no qual gravamos oitenta entrevistas com presos políticos de vários estados, cerca de 320 horas, com o apoio da Fundação Ford do Brasil.

Essas pesquisas foram muito importantes para que eu pudesse me aproximar da experiência política desse período, o que me possibilitou aprofundar a análise crítica e a investigação factual da nossa história recente. Assim, tentei enfrentar também as minhas próprias experiências traumáticas, tanto no aspecto psicológico quanto no teórico e acadêmico.

JANAÍNA DE ALMEIDA TELES nasceu em 11 de fevereiro de 1967. Filha de Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles. Historiadora, é pesquisadora do programa de pós-doutorado do Departamento de História da USP e investiga a atuação dos advogados de presos políticos durante a década de 1970.

Família Teles

1, 2 e 3. Amelinha com Janaína aos seis meses, no Rio de Janeiro, 1967

4. Janaína, aos 3 anos, com uma boneca feita por sua tia Crimeia, 1970

5. Amelinha e Edson, aos 2 anos, São Paulo, 1970

6. Edson, aos 2 anos, Janaína, aos 3, São Paulo, 1970

7. Amelinha e César em dia de visita no Presídio do Barro Branco, São Paulo, 1976

1

2

3

4

5

6

7

1

2

3

1. Dia de visita no Presídio do Barro Branco

2 e 3. Fotos das fichas de César e Amelinha no DOPS

César Augusto Teles nasceu em 7 de julho de 1944, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Filho de Eustásio Telles e Geni Moreira Telles. Era ferroviário quando ingressou no Partido Comunista em 1962.

César e sua esposa Amelinha eram responsáveis pela imprensa clandestina do PCdoB quando foram presos em São Paulo juntos do dirigente Carlos Nicolau Danielli, no dia 28 de dezembro de 1972. Levados para a OBAN, César, que já era diabético e tuberculoso, devido às bárbaras torturas que sofreu durante dias, entrou em estado de coma e levou muitos dias para se recuperar o que, apesar de seu peculiar bom humor, lhe deixou sequelas que carrega até hoje.

Seus filhos Janaína e Edson e sua cunhada Crimeia, grávida de 8 meses, foram presos em seguida.

Foram torturados e presenciaram o assassinato de Danielli pela equipe do então major Carlos Alberto Brilhante Ustra.

No ano de 1975, César, já transferido para o Presídio do Barro Branco (SP), junto de outros 34 presos políticos escreveu o "Bagulhão", uma carta de denúncia das torturas sofridas pelos militantes. Além da importante riqueza de detalhes das mazelas sofridas, a carta traz uma lista de 233 torturadores, o que foi uma grande contribuição na luta pelo fim da ditadura. Ficou preso até 1977.

Maria Amélia de Almeida Teles conhecida como Amelinha, é militante comunista desde os anos de 1960. Nasceu em 6 de outubro de 1944, na cidade de Contagem, Minas Gerais. Filha de Joffre de Almeida e Lúcia Schmidt de Almeida, militou ao lado dos pais no PCB e depois no PCdoB até meados de 1987.

Morou no Rio de Janeiro no período de 1966 até 1969 e em São Paulo a partir de então. Desde que saiu da cadeia em 1973, luta por justiça para as vítimas da ditadura. É membro da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e reconhecida militante dos Direitos Humanos. É também uma das precursoras do Movimento Feminista no Brasil e fundadora da União de Mulheres de São Paulo.

Formada em Direito, nunca quis exercer a profissão e utiliza seus conhecimentos para fortalecer os movimentos populares. É idealizadora do projeto de Promotoras Legais Populares que, há 20 anos, forma mulheres, especialmente as mais pobres, sobre seus direitos e como conquistá-los com organização e luta.

A família Teles ingressou com ação declaratória contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, com a finalidade de que a justiça o declare como torturador. O processo foi favorável nas duas primeiras instâncias, mas Ustra recorreu e o processo segue para julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

Testemunhas da dor

por Amelinha Teles

Toda a minha família foi vítima de perseguições e dolorosas torturas por parte da repressão política instaurada no Brasil no período do golpe militar. Fomos duramente atingidos, eu e meu companheiro, César Augusto Teles, e nossos filhos Janaína e Edson Luis de Almeida Teles.

À época, meus filhos Janaína e Edson eram crianças com 5 e 4 anos de idade, respectivamente, e mesmo assim foram vítimas de tortura psicológica.

O responsável direto pelas perseguições e torturas contra a minha família foi Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel reformado do Exército brasileiro, comandante do DOI-CODI/SP no período de setembro de 1970 a janeiro de 1974. Responsável não apenas por ter chefiado a famigerada operação OBAN, e por ter comandado o DOI-CODI do II exército, mas também, e, sobretudo, por ter praticado pessoalmente os atos de tortura.

O meu sequestro e o dos meus foi justamente no contexto histórico, que se insurgiu contra o sistema então vigente a denominada "Guerrilha do Araguaia" (1972 a 1974) localizada no sudeste do Pará e o norte de Goiás, hoje Tocantins.

Nesse período, eu, meu companheiro e minha irmã Crimeia, éramos do Partido Comunista do Brasil, que passou a ser o principal alvo da repressão militar, pois era o centro logístico/financeiro da "Guerrilha do Araguaia", que tinha suas bases no PC do B de São Paulo e Rio de Janeiro, e a partir do momento em que o Exército brasileiro tomou conhecimento desse plano de guerrilha, intensificaram-se as perseguições e brutais técnicas de torturas, utilizadas para a obtenção de confissões dos presos políticos.

Eu e César trabalhávamos, principalmente, na imprensa do Partido, fazendo, portanto, oposição política, de maneira clandestina, ao regime militar instalado no Brasil.

Minha irmã, Crimeia Alice Schmidt de Almeida, participou diretamente dessa guerrilha e era companheira de André Grabois, filho do dirigente comunista, Maurício Grabois. (André Grabois foi assassinado em 14 out. 1974, pelo Coronel do Exército Lício Augusto Ribeiro Maciel, conforme suas próprias declarações feitas a jornalistas). Crimeia estava grávida de 7 meses quando também foi sequestrada pelos agentes do DOI-CODI/SP.

No dia 28 de dezembro de 1972, por volta das 18h30, as forças de repressão, comandadas pelo então Major Carlos Alberto Brilhante Ustra, acabaram prendendo a mim e a meu companheiro César quando estávamos juntos a Carlos Nicolau Danielli, dirigente comunista, que acabou por ser assassinado sob torturas, três dias após essa prisão.

No dia 29 de dezembro de 1972, um dia após sermos presos, os policiais/agentes do Exército sequestraram também nossos dois filhos e minha irmã Crimeia, que cuidava deles naquele momento. De casa, foram levados aos berros, gritos e ameaças, sob a mira de metralhadoras até serem deixados na OBAN (DOI-CODI/SP).

Meus filhos Janaína e Edson foram usados pelos bárbaros e boçais opressores, como instrumentos de tortura psicológica, pois a todo tempo os "militares" diziam a mim e ao César que nossas crianças também seriam torturadas e mortas.

Edson e Janaína foram testemunhas dos gritos de dor dos presos políticos sendo torturados e, principalmente, do meu rosto transfigurado, de tal modo que só fui reconhecida pelo Edson quando ele me ouviu chamá-lo, identificando-me pela voz, uma vez que eu estava deformada em função das equimoses provocadas pelas torturas. Meu filho, à época, tinha apenas 4 anos de idade e se lembra da: "Horrível sensação de estar diante de alguém que conhecemos a voz, mas não há identificação com o corpo, que a esta altura estava roxo, com hematomas (...)".

Já minha filha, Janaína, que à época tinha 5 anos de idade relato sobre o mesmo episódio: "Lembro-me claramente de me indicarem, entre corredores escuros, o lugar onde encontraria meus pais. Eles estavam numa sala escura sentados em uma mesa onde havia dois pratos de sopa, mal se mexeram quando viram a mim e a meu irmão. Estavam esverdeados ou amarelados e sem forças. Achei muito estranho, mas fiquei feliz em pular em seus colos, mesmo que eles mal conseguissem sorrir. Não me lembro sobre o que falamos, mas esta lembrança é muito marcante, nunca a esqueci. A falta de reação dos meus pais foi impressionante, eles sempre eram muito carinhosos. Naquele momento eles estavam inertes".

O absurdo com meus filhos não se restrigiram a isso. Janaína e Edson ficaram perambulando pelos corredores da OBAN durante alguns dias, vendo os presos, inclusive os pais, entrarem e saírem das salas de torturas e ouvindo seus gritos de dor.

Era muito doloroso para mim e para o César saber que nossas crianças eram obrigadas não só a assistir os horrores das torturas cometidos nos porões da ditadura contra os pais e contra todos os presos políticos, mas também eram obrigadas a ficar confinadas/presas numa delegacia de polícia atípica, que serviu de aparelho político repressor.

O fato de meus filhos, ainda muito pequenos, terem sido presos e terem sido obrigados a assistir as sessões de tortura é assumido pelo próprio Ustra ao descrevê-lo no livro denominado *Rompendo o Silêncio,* em resposta às acusações públicas realizadas pela atriz e então deputada Bete Mendes, que o reconheceu em Brasília.

À página 166 do referido livro, escrevendo sobre o período da ditadura, Carlos Alberto Brilhante Ustra, asseverou:

"A propósito, convém citar o caso de um casal de uma Organização que foi preso porque ambos eram militantes. Neutralizado o 'aparelho' onde eles residiam, que aliás era um 'aparelho de imprensa', seus filhos, bem pequenos, não tinham para onde ir. Para não mandar as crianças para o Juizado de Menores, uma moça, Sargento da Polícia Feminina do Estado de São Paulo, ofereceu-se para tomar conta dos menores em sua casa, enquanto aguardávamos a chegada dos familiares do casal, que se encarregariam da guarda deles. Diariamente, a meu pedido, as crianças eram levadas ao DOI para visitarem seus pais. Hoje, revoltado, vejo que este casal, no livro *Brasil: Nunca Mais* nos acusar de levar os filhos até eles para que 'vissem seus pais marcados pelas sevícias sofridas e pressioná-los, dizendo que as crianças seriam torturadas, se não confessassem o que queríamos saber'".

Ora, naquele período e hoje mais ainda é sobejamente sabido que na sede do DOI-CODI, era um local utilizado pela polícia política da época para a prática de torturas, das quais não apenas eu e meu companheiro fomos vítimas, o que por si só é uma crueldade inominável, que se amplifica ao absurdo quando se trata também de crianças, como foi o caso de meus filhos Janaína e Edson.

A história que o menino não queria ouvir a mãe contar

por João Carlos de Almeida Grabois

O meu nome é João. Minha mãe estava presa quando eu nasci. Ela estava sequestrada e eu nasci em Brasília, no Hospital da Guarnição do Exército. Mas isso eu não lembro. Comecei a ter lembranças quando a gente já estava morando no Rio de Janeiro, com o Edson e a Jana [Edson Teles e Janaína de Almeida Teles, primos de João Carlos], eu já devia ter meus 4 anos, em 1977, 1978.

Quando eu era pequeno, minha mãe contou que meu pai tinha morrido na Guerrilha do Araguaia. Ela dizia: "Olha, se perguntarem, você vai dar outro nome. Não vai falar o nome verdadeiro do seu pai, nem contar essa história de que ele era guerrilheiro. Você fala que ele teve um acidente e morreu. Que você era muito bebê e teve um acidente de carro, morreu e pronto".

Mas eu já tinha consciência. Minha mãe contava a história do Araguaia na hora de dormir e eu não gostava porque achava que ela ia morrer no final da história. Então, eu pedia: "Não conta, não". Os meus primos, Janaína e Edson, já eram mais velhos e gostavam dessa história. E eu, não. Mesmo sendo histórias de bichinhos, da cachorra, eu não tinha vontade de ouvir. Não era uma história que, para mim, tinha sido boa.

À esquerda, Joca em Bertioga, litoral paulista, 1978

Aí depois eu fui conhecer o Igor [Igor Grabois, outro primo de João Carlos], mais tarde, já quase nos anos 1980, eu já estava na escola. Nessa época conheci mais gente da família. Antes, a família era reduzida à Jana, o Edson, o Cesar, a Amelinha e a minha mãe. Eram poucas pessoas e aí, de repente, mais que dobra o número de familiares. Os Grabois têm um monte de primos.

> "Minha mãe contava a história do Araguaia na hora de dormir e eu não gostava porque achava que ela ia morrer no final"

Eu lembro que minha mãe tinha a preocupação de sermos sequestrados. A gente não podia chegar atrasado. Por exemplo, se eu saísse da escola e fosse para a casa de um colega e não tivesse sido planejado, se não tivesse avisado a minha mãe, ela ficava desesperada. E explicava "Olha, eu fico pensando que aconteceu alguma coisa com você, porque eles ameaçavam me sequestrar. Então tem que avisar, tem que ser mais responsável, não pode sair da escola e ir brincar, e tal. Tem que voltar para casa".

Tinha essa tensão, até depois de mais velho ela ainda carregava essa preocupação. Eu ia para as baladas e ela ficava em casa esperando: "Aconteceu alguma coisa?", ela perguntava. E isso já era nos anos 1990, mas mesmo assim ficou essa preocupação.

Aí, quando eu estava com 17 anos, mais ou menos, a gente abriu um processo contra a minha avó... olha que engraçado. Na verdade, era contra o meu pai e contra a minha avó para reconhecimento de paternidade.

Tinha o curador de ausente que estava defendendo o meu pai. Ele ficava questionando se minha mãe não tinha tido outros casos, se eu era realmente filho do meu pai, sei lá o que. Uma coisa assim meio surreal. A minha avó era ré, tinha este cara que estava lá para defender os interesses do meu pai, mas questionando a paternidade. Aí, uma hora o juiz perguntou se eu tinha uma pergunta para fazer. Eu disse: "Tenho, sim. Por que essa pessoa que está representando

“Havia um caderninho que ganhei da minha mãe em que ela contava toda a sua história. Era tipo um diário que ela fez durante todo o tempo em que esteve presa”

o meu pai não está querendo reconhecer o filho dele? Eu acho que se meu pai estivesse aqui ele ia querer, sim. E eu não entendo essa coisa aí”. Ele falou: “Não, a figura dele é essa, e alguém tem que questionar”. Aí eu falei, “Mas não tem sentido, ele não está aqui não é por que ele não quer reconhecer a paternidade. Ele não está aqui porque é desaparecido”.

Nós ganhamos esse processo e a partir dos 17 anos eu passei a ter no RG a filiação, pai: André Grabois. Porque antes, só tinha assim: mãe, Crimeia Alice. E ganhei uma certidão que tinha os avós paternos.

Havia um caderninho que ganhei da minha mãe em que ela contava toda a sua história. Era tipo um diário que ela fez durante todo o tempo em que esteve presa. Todo dia ela escrevia um pouquinho porque achava que não ia me conhecer.

Eu demorei muito tempo para ler esse caderninho. Minha mãe o colocou na minha fralda quando me entregou para minha tia, minha madrinha. Quando eu estava com três meses e saí da cadeia ela entregou para essa minha tia. E aí depois a minha tia entregou esse diário para minha mãe e depois a minha mãe entregou para mim. Só fui lê-lo quando estava com 21 anos. É triste.

Mas essa parte de ficar ouvindo histórias assim eu não gosto muito. O diário do Maurício [Grabois] eu também não li, não. A única história que eu li foi a que a minha mãe escreveu.

JOÃO CARLOS DE ALMEIDA GRABOIS nasceu em 13 de fevereiro de 1973, em Brasília. É filho de Crimeia Alice Schmidt de Almeida e André Grabois. É administrador e estudante de matemática.

1

2

1. Joca, Rio de Janeiro, 1974
2. Crimeia e Joca, Rio de Janeiro, 1974
3. À direita, Joca com 4 anos em São Paulo, 1978

3

1. Crimeia quando presa no XXX Congresso da UNE, Ibiúna (SP), 1968

2. André, pai de Joca. Fotografia de um passaporte falso

3. André aos 13 anos. Única foto que a família teve durante muitos anos

4. André, Gilberto Olímpio Maria e amigos na festa dos formandos do 4º ano do Ginásio Dom Orione em Porto Franco (MA), dezembro de 1967

5. Joca com 7 anos, São Paulo, 1980

André Grabois nasceu em 3 de julho de 1946, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Maurício Grabois, também desaparecido no Araguaia, e Alzira da Costa Reys. Desaparecido em 14 de outubro de 1973 na localidade denominada "Fazenda Caçador". Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Filho do dirigente comunista líder da bancada do Partido Comunista na Constituinte em 1946, desde muito cedo, graças ao convívio com destacados militantes do movimento comunista no Brasil, André interessou-se pelas questões políticas.

Em 1964, em razão das perseguições movidas contra seus pais, foi obrigado a abandonar os estudos e, com apenas 17 anos, foi viver na clandestinidade.

Em meados de 1966, André Grabois, Divino Ferreira de Souza, João Carlos Haas Sobrinho e Líbero Giancarlo Castiglia viajaram para a China e, na escala no aeroporto de Karachi, no Paquistão, tiveram os seus passaportes retidos por várias horas, sem nenhum esclarecimento. André realizou cursos de formação política e militar na China e na Albânia.

No segundo semestre de 1967, retornou clandestinamente ao território brasileiro pela Bolívia. Foi um dos primeiros a chegar à região onde se deu a Guerrilha do Araguaia, indo morar na localidade de Faveira no início de 1968. Ali trabalhava na roça e possuía um pequeno comércio próximo ao povoado de Ponta de Pedra.

Era conhecido como Zé Carlos. Em 1969, casou-se com a guerrilheira Crimeia Alice Schmidt de Almeida, a quem conheceu no Pará. Tiveram um filho, João Carlos, que nasceu na prisão, em fevereiro de 1973, que André não chegou a conhecer.

Foi o comandante do Destacamento A – Helenira Resende –, das forças guerrilheiras do Araguaia até sua morte. Seu pai e seu cunhado, Gilberto Olímpio Maria, integravam também a guerrilha e morreram durante o ataque do Exército, em 25 de dezembro de 1973.

Crimeia Alice Schmidt de Almeida

nasceu em 17 de abril de 1946, em Santos (SP). Filha de Joffre de Almeida e Lúcia Schmidt de Almeida. Nascida numa família de esquerda, seu pai era militante operário e trabalhou como estivador em Santos e como ferroviário. Foi preso político em 1964. Sua mãe era dona de casa. Crimeia passou a adolescência em Minas Gerais, onde iniciou sua militância no movimento secundarista.

Quando do golpe de 1964, mesmo sendo menor de idade, seu nome foi incluído no Inquérito Policial Militar, junto com o de seu pai e de sua irmã, Maria Amélia de Almeida Teles. Por conta do IPM, a família seguiu para o Rio de Janeiro. Lá, Crimeia foi estudar Enfermagem na Escola Ana Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde foi presidente do diretório acadêmico da escola. Participou do Congresso de Ibiúna, em outubro de 1968, quando ocorreu sua prisão.

Após o AI-5, em dezembro de 1968, entrou para a clandestinidade. Em janeiro de 1969, como militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) seguiu para a região do Araguaia, onde se desenvolveria a guerrilha contra a ditadura militar. Morou na região até agosto de 1972, quando foi enviada pelo Partido para São Paulo, na tentativa de romper o cerco que as Forças Armadas haviam imposto à guerrilha.

4

Estava grávida, fruto de seu relacionamento com André Grabois, um dos comandantes da guerrilha. Seguiu para São Paulo e foi morar na clandestinidade, junto com sua irmã Maria Amélia.

Em dezembro de 1972, quando estava com cerca de seis meses e meio de gravidez, foi sequestrada e levada para a Operação Bandeirante (OBAN) onde foi torturada. Depois, foi levada para o presídio do Pelotão de Investigações Criminais, o PIC, em Brasília, onde as violências seguiram. Crimeia ficou 27 horas em trabalho de parto, sem qualquer ajuda. Seu filho, João Carlos, nasceu, no Hospital da Guarnição do Exército, em Brasília, em 13 de fevereiro de 1973. Seu companheiro, André Grabois, foi assassinado em outubro de 1973 e não pode conhecer o filho.

Crimeia ficou presa até abril de 1973. Desligou-se do PCdoB em 1987. Atualmente é militante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e da União de Mulheres do Município de São Paulo.

5

"Um comunista a menos!"

por Crimeia Alice Schmidt de Almeida

Fiquei grávida enquanto ainda estava na mata, na guerrilha do Araguaia, perseguida pelas Forças Armadas. Nesse período, estava sob constante estresse das ameaças: perseguição de militares armados, sobrevoos de aviões e helicópteros além de fome e várias crises de malária. Assim foram os seis primeiros meses da gravidez do meu filho João Carlos.

Em 29 de dezembro de 1972, com seis meses e meio de gravidez, fui sequestrada pelo DOI-CODI/SP. O fato de estar em estado já bastante adiantado de gravidez não foi empecilho para as torturas físicas e psicológicas. Levei choques nos pés e mãos, muitos espancamentos, ameaças de fuzilamento e outras violências. E o pior, a ameaça de sequestrarem o bebê, se ele nascesse branco, saudável e do sexo masculino.

O primeiro a me torturar foi o major Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI/SP à época. Mas não foi o único. Até o carcereiro me torturava quando me tirava da cela para levar às salas de interrogatório. Durante essa época, o feto apresentava soluços, os quais eu tentava amainar alisando a barriga e cantando baixinho para ele. Até hoje, em momentos tensos meu filho apresenta soluços.

Depois de um mês no DOI-CODI/SP fui transferida para o Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército. Fui interrogada algumas vezes, sempre com as ameaças de morte e de sequestrarem o meu filho. Uma das vezes fui levada para interrogatório no Ministério do Exército na Esplanada dos Ministérios.

No dia 11 de fevereiro, à noite, entrei em trabalho de parto. Solicitei um médico que só chegou pela madrugada e me encaminhou ao Hospital de Base. Lá, o médico disse que não estava na hora do parto, recomendou que me colocassem na enfermaria do presídio e aplicou um antibiótico. Os militares me levaram de volta, não para a enfermaria, mas para a cela, onde havia muitas baratas, e como o líquido amniótico escorria pelas minhas pernas elas me atacavam em bandos. Já que os militares não tomavam nenhuma medida, depois do almoço comecei a gritar desesperadamente. Os outros presos fizeram coro e no fim da tarde me levaram para o hospital da Guarnição.

À noite o obstetra, Doutor Trindade, disse que eu estava em trabalho de parto, mas como ele não estava de plantão, então só faria a cesariana no dia seguinte. Reclamei que meu filho poderia morrer e ele respondeu: "É melhor! Um comunista a menos!" Prescreveu soro venoso e foi-se embora. Eu não queria tomar o soro porque imaginei que era para retardar o parto, mas me amarraram ao leito e o aplicaram. A porta do quarto ficava aberta, vigiada por um soldado armado com metralhadora. Eu cortei o equipo do soro com os dentes e não recebi a medicação. Por volta das 2h30 da madrugada do dia 13 meu filho nasceu de parto normal e pesava 3,150 quilos. Não me foi mostrado, mas soube que era um menino e saudável.

Nos primeiros dias o bebê ficou isolado no berçário e só me era entregue para as mamadas. Com o passar dos dias notei que ele foi ficando muito molinho, sonolento, sem forças para chorar e para mamar. Perguntei ao pediatra o que estava acontecendo, respondeu-me que estava tudo bem. Então, perguntei à auxiliar de enfermagem, que o trazia para as mamadas, e ela me disse que a criança chorava muito e, por isso, o pediatra lhe prescreveu "Luminaleta", um tranquilizante de uso infantil. Falei para o pediatra que ele não era o médico do meu filho, não tínhamos médicos, estávamos presos, não admitia que ministrassem tranquilizantes ao meu filho e queria que ele ficasse comigo no quarto. Consegui. Com o passar dos dias ele ficou mais ativo, chorava mais forte e mamava. Os militares queriam me interrogar no hospital; eu me recusava a isso e avisei que só responderia aos interrogatórios quando o meu filho estivesse em segurança.

Como castigo, ele era tirado do quarto, passava dois ou três dias sem ser trazido para as mamadas e voltava com diarreia e vômitos. Isto o fez perder muito peso e com um mês pesava 2,700 quilos. E sempre que me era devolvido nesse estado precário, diziam que era eu a responsável porque não queria cooperar. Finalmente, no dia 2 de abril o entregaram aos meus familiares que foram a Brasília buscá-lo. Ele foi abruptamente desmamado. Pelas constantes ameaças dos militares de que iriam adotá-lo, exigi que fosse previamente registrado como meu filho, o que consegui.

Ao retirarem o bebê, aplicaram-me uma medicação para secar o leite e em seguida voltei para a cela onde recomeçaram os interrogatórios que eram quase ininterruptos. Permaneci presa por mais uns vinte dias até ser liberada, e fui levada para a casa da tia que havia buscado meu filho.

Enquanto estava presa, meus familiares em Minas Gerais levaram João Carlos ao médico que constatou desnutrição e prescreveu uma dieta especial. Quinze dias após, ao retornar à consulta, João havia recuperado o peso que o médico previra que seria em cerca de três meses. Obviamente meus familiares não disseram que ele era recém-saído da prisão.

Em Belo Horizonte, alojaram-me em casa separada do meu filho por motivos que desconheço. Nessa época, eu não tinha documentos e não sabia do paradeiro de minha irmã, meu cunhado e meus sobrinhos. Providenciei minha documentação, localizei meus sobrinhos e decidi me mudar com eles e meu filho para a casa dos meus pais, no Rio de Janeiro. Meu filho estava com cinco meses quando nos mudamos. As crianças tinham muitos problemas, João quase não dormia e comia compulsivamente.

No final do ano, minha irmã e meu cunhado foram libertados por relaxamento da prisão preventiva e nos mudamos todos para São

Paulo. Nesta época, meu filho começou a apresentar convulsões. Com a madre Cristina, do Sedes Sapientiae, consegui um neurologista para ele. Foram tempos muito difíceis, mas encontramos muita solidariedade. O acompanhamento neurológico foi feito até os 10 anos, sem um diagnóstico conclusivo.

Embora muito cedo eu tenha lhe contado sobre o desaparecimento do pai, a prisão, seu nascimento, o tempo que ficamos separados, ele sempre dizia que queria ver uma foto do pai, saber como ele era. Com a Anistia, meu filho pode conhecer a família paterna que vivia na clandestinidade. A vida clandestina a que fomos todos obrigados nos impediu de termos fotos, cartas, qualquer lembrança. As poucas que existiam foram destruídas por medo que pudessem ser apreendidas pela polícia e dessa forma facilitar a identificação de nosso familiar. No caso de André, a única foto de adulto (com 18 anos) foi encontrada quando foi aberto o arquivo do antigo DOPS de São Paulo. Foi quando João Carlos pôde ver, pela primeira vez, a foto do pai – tinham a mesma idade.

Meu filho sempre frequentou escolas públicas, era inteligente, porém muito peralta. Não gostava muito da escola porque "era do governo", mas os colegas compensavam.

Em 1988, foi feita uma ação de investigação de paternidade. Enfrentamos duas grandes dificuldades: ele tinha medo de ter pai e mãe perseguidos pela repressão política e somente aos 15 anos e com a democratização do país aceitou fazê-la; também não aceitávamos entrar com uma ação em que o réu fosse André, pois na verdade ele era a principal vítima.

Crimeia com Joca no colo, presa, em Brasília, 1973, quando entregou Joca para sua tia Célia

A bebê sequestrada

por Carmen Sumi Nakasu de Souza

Meu nome é Carmen Sumi Nakasu de Souza. Eu nasci em Valinhos (SP), em circunstâncias um pouco obscuras. Fugindo daqui para ali, minha mãe conseguiu acertar a realização do parto com um colega da Faculdade de Medicina.

Quando eu tinha um ano e uma semana, em setembro de 1973, fui presa com a minha mãe e meu pai na Estação da Luz em São Paulo. Era meia-noite e nós íamos tomar o trem para o Rio de Janeiro, porque a intenção era sair do Brasil. Eles viviam uma situação muito complicada por conta da militância política. Naquele momento, nós fomos presos.

Meus pais ficaram no DOI-CODI por noventa dias sendo torturados. E por um período eu fui usada para obter mais informações. Fui mais um instrumento de tortura nas mãos dos militares. Eles me sequestraram e fiquei por quatro, cinco dias nas mãos de alguém, ninguém sabe de quem. Provavelmente foi de uma investigadora que me pegou no momento em que minha mãe se separou de mim. Só fui encontrá-los depois de três meses. Antes desse período, eu era uma criança muito alegre e extrovertida que gostava muito de tomar banho. E quando eu voltei para a casa dos meus familiares, retornei com muito medo e, estranhamente, passei a ter pânico de banho e do barulho da descarga.

Nesses três meses, passei cinco dias com os agentes do DOPS. Depois, com uma amiga da família, a dona Maria Cecília Figueira de Melo e em seguida fiquei sob o cuidado de familiares. Recentemente eu reencontrei dona Maria Cecília e sua família. Eles me contaram como foi a minha chegada e a minha estadia. Disseram que cheguei como uma criança extremamente amedrontada. Depois, fui levada para a minha avó, com quem fiquei até reencontrar meus pais. Quando os reencontrei, não os reconheci. Já havia passado três meses, que para uma criança de um ano é muito tempo.

Carreguei para a minha vida esse sofrimento do tempo em que fiquei afastada dos meus pais. Eu era uma criança muito tímida, muito insegura, que não conseguia ficar longe da mãe. Tive uma infância psicologicamente bastante conturbada, eu tinha muitas convulsões e terrores noturnos.

Também fui uma adolescente igualmente tímida, muito tímida, nunca tive muitos amigos. Não conseguia me relacionar muito bem e frequentemente era abatida por uma sensação horrível, uma angústia tremenda. Do nada, essa sensação me tomava. Era uma coisa estranha, que vinha com falta de ar, tudo junto.

Desde os 10 anos de idade minha mãe me colocou para fazer terapia, ou melhor, terapias. Fui de terapia em terapia para conseguir amenizar um pouco essa dor e na tentativa de me transformar numa pessoa mais extrovertida, mais alegre.

“Carreguei para a minha vida esse sofrimento do tempo em que fiquei afastada dos meus pais. Eu era uma criança muito tímida, muito insegura, que não conseguia ficar longe da mãe”

À esquerda, Carmen com um ano e meio, em 1974, em Atibaia (SP), na casa de seu avô paterno.

À direita, logo após seu sequestro, Carmen é entregue à sua avó materna, Elza, com quem ficou durante o período que seus pais estiveram presos.

“Eles deveriam ter me devolvido imediatamente para minha família, para as pessoas que conheciam minha família”

Aí quando estava com meus 19 anos fiz uma terapia de regressão. Foi uma experiência muito marcante porque foi feita uma espécie de volta ao tempo, como se fosse uma auto-hipnose, uma técnica da Psicologia Neurolinguística. E eu voltei no tempo através daquela sensação de angústia até chegar justo no momento em que meus pais foram pegos pelos agentes. Eu comecei a chorar muito. Chorava e via uma cena meio confusa, de uma correria de lá para cá. Aí, nesse momento a terapeuta falou: “Agora você vai conversar com essa criança. Fale que já está tudo bem e que foi um momento que você viveu, mas que a situação já está resolvida”. Então eu conversei com essa criança. Foi incrível, porque quando eu voltei ao tempo presente, parecia que tinha saído um chumbo de cima de mim.

De alguma maneira eu tinha que vivenciar uma memória que estava lá no fundo escondida, mas que se manifestava de uma forma estranhíssima, que me deixava meio paralisada.

A ditadura militar promoveu erros terríveis, que deixaram marcas indeléveis num número incalculável de pessoas. No meu caso, acho que o grande erro do regime militar foi ter ficado comigo nesse período. Eles não poderiam ter feito isso. Não tinha sentido nenhum. Eles deveriam ter me devolvido imediatamente para minha família, para as pessoas que conheciam minha família. Foi injusto para uma criança ter vivido uma situação dessas.

Eu acho que realmente houve muita injustiça, uma violação tremenda dos direitos humanos. Os militares foram atrozes no que fizeram. E eu penso que consegui, graças a muitas terapias e ao auxílio constante da minha mãe, superar muito dessa dor interior.

Porém, minha história foi muito mais leve do que a de muitas pessoas que perderam os pais e que, infelizmente, não puderam nem enterrá-los, ou que sofreram agressões. Crianças que sofreram violências, nasceram dentro do presídio, enfim, histórias muito mais complicadas do que a minha.

Hoje, não estou envolvida em nenhuma luta política. Sou católica praticante. Não participo de nenhuma ONG, de nenhum grupo, não sou ativista de partido político ou de qualquer causa. Mas admiro muito os meus pais por toda coragem de enfrentarem tudo o que eles enfrentaram e terem resistido bravamente a todo tipo de tortura, não terem delatado ninguém. Tudo por uma causa muito maior do que a minha existência, por exemplo. Que era a causa de todo um povo. De procurar, através dessa luta, dar possibilidade para os camponeses, para os operários, de terem um mínimo de dignidade. Até hoje meus pais são exemplos para mim.

No meu dia a dia procuro ter atitudes que sejam solidárias, de respeito ao próximo. De saber que todos, ainda que de distintas classes sociais, ascendências, formações, devem ser tratados com a mesma dignidade.

Então, eu canto. Sou cantora lírica. E eu acho que através da música consigo expressar muitos sentimentos que ficaram presos dentro de mim. Tanto que gosto muito de cantar músicas muito tristes. Quanto mais triste a música é, mais eu gosto. Através da música, consigo transformar sentimentos muito profundos em arte, e com isso, permitir também que as pessoas que me ouvem vivenciem muitas dessas emoções, transformando-as.

CARMEN SUMI NAKASU DE SOUZA nasceu em 21 de agosto de 1972. Casada, é mãe de três filhos. É bacharel em Linguística e Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Atua como empresária, professora de inglês e cantora lírica.

Carmen cantando.
Foto de Inaê Coutinho

“Sou cantora lírica. Eu acho que através da música consigo expressar muitos sentimentos que ficaram presos dentro de mim”

Elzira Vilela nasceu em 9 de agosto de 1939, em Pouso Alto (MG). Filha de José Costa Pinto e de Elza Vilela Pinto. Estudou na Faculdade de Medicina de Sorocaba-PUC São Paulo. Iniciou sua participação política em 1960. Foi militante da organização Ação Popular (AP) durante 11 anos (1962 a 1973) onde desenvolveu vários trabalhos, como médica no sindicato de trabalhadores rurais do Vale do Pindaré, no Maranhão e como integrada no campo em Alagoas. Militou também em Pernambuco, São Paulo e Maringá (PR). Casou-se com Licurgo Nakasu, também militante da AP, em 3 de julho de 1971. Viveu durante seis anos na clandestinidade política.

Foi presa em 2 de setembro de 1973 com o marido e a filha Carmen, de um ano de idade. Na Operação Bandeirante (OBAN), para onde foi levada, Elzira foi torturada por mais de 80 dias. Além de Elzira, seus três irmãos, Francisco, Maria Célia e Rosane, também foram presos na mesma época (setembro de 1973). Em 1976 teve outra filha, Maria.

Elzira participou da fundação do PT em 1980. Médica sanitarista, homeopata e pediatra, nunca deixou de lutar pelos Direitos Humanos, tanto na saúde coletiva, como em organizações como o Grupo Tortura Nunca Mais (1983 a 2004). Atualmente, milita no Coletivo Contra Tortura e participa do Conselho Consultivo da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva".

Licurgo Nakasu nasceu em 10 de agosto de 1946, em Atibaia (SP). Filho de Tadamitsu Nakasu e Sumi Nakasu. Entrou na Faculdade de Agronomia da USP, Esalq, em Piracicaba, em 1966. Sai em 1967 para militar em tempo integral na Ação Popular. Era colega e amigo de Luiz Hirata, assassinado em 1971, na OBAN.

Militou em São Paulo e ABC. No campo, atuou como arrendatário em Goioerê (PR). Viveu durante seis anos na clandestinidade. Foi preso em 2 de setembro de 1973 com a esposa e a filha Carmen, de um ano de idade. Levados à OBAN, Licurgo foi torturado por mais de 90 dias. Após a prisão, concluiu os estudos na ESALQ.

Participou ativamente do PT em seus primeiros tempos, sendo dirigente do núcleo Wilson Souza Pinheiro. Fez mestrado em Sociologia Rural na PUC com Octavio Ianni e doutorado na UNESP de Rio Claro em Geociências e Meio Ambiente.

Trabalhou no Instituto de Pesquisas Tecnológicas durante cinco anos e lecionou no curso de Geografia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Uva) e nos cursos de Pedagogia e História das Faculdades Inta. Publicou o livro *Aprender com a Natureza*. Atuava como consultor em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Agroecologia, Pedologia, Manejo e Conservação de Solos, Educação Ambiental e Turismo. Licurgo faleceu em 2011, aos 65 anos de idade, vítima de um câncer no esôfago.

Álbum de família

1. Com o pai, Licurgo, 1975

2. Carmen em momentos familiares durante sua infância: na casa dos pais

3. A família reunida em Atibaia (Carmen, sua irmã mais nova, Maria, Licurgo, Elzira e a avó paterna Sumi Nakasu)

4. Com os pais em Atibaia

2

1

3

4

Cutis
Cabelos
Bigode
Olhos
Estatura
Marcas

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

Ficha n.º
Data :
Nome :
Vulgo :
Prontuário Delegacia n.º

Cutis
Cabelos
Bigode
Olhos
Estatura
Marcas

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

Ficha n.º
Data :
Nome :
Vulgo :
Prontuário Delegacia n.º
Prontuário geral n.º
Atividade :

Filiação - Pai: Mãe:
Idade: anos Nascido em de Sexo:
Nacionalidade: Brasileira Natural de
Estado civil: Profissão:
Ordenado: Cr$ Local de trabalho:
Residência :
É sindicalizado? Sindicato e locais que costuma frequentar:

Fichas de Elzira e Licurgo no DOPS >

Os piores dias da vida de uma mãe

por Elzira Vilela

A gravidez e o nascimento de Carmen foram muito difíceis. O cerco da repressão era implacável e obrigava a mim e meu esposo Licurgo Nakasu mudarmos continuamente de residência. Meu estado de saúde era precário, tive um quadro de insuficiência pan hipofisária que exigia repouso, medicamento e indicação de parto cesariana.

O local do nascimento de Carmen não poderia ser em São Paulo, onde eu residia. Os agentes do DOI-CODI prenderam minhas irmãs para dar conta do meu paradeiro. Como elas nada revelaram, eles disseram que sabiam que eu estava grávida e quando chegasse a um hospital eu seria presa. Consegui que um colega que trabalhava em uma cidade do interior de São Paulo, Valinhos (SP), fizesse o parto.

O primeiro ano de vida de Carmen foi tranquilo. Era uma criança saudável físico e emocionalmente. Em setembro de 1973, com um ano de idade ela foi presa e levada ao DOI-CODI juntamente comigo e meu esposo. No DOI-CODI, retiraram Carmen do meu colo e a levaram para longe de mim. Iniciou-se um verdadeiro inferno. A violência física, a pancadaria, os pontapés, as palmatórias, os choques eram terríveis, mas nada se comparava ao desespero diante da ausência de minha filha. Eu não sabia onde ela se encontrava, o que estavam fazendo com ela e se ainda estava viva.

Os torturadores diziam que não mais desapareciam com crianças. Pediam que me acalmasse! Alucinada, pensava que poderiam torturar minha filha para que eu revelasse nomes de companheiros. “Não, não falo nada”, eu pensava “... Mas eu escolhi essa luta, e ela tem apenas um ano de vida... Eu a amo mais do que tudo... ”.

Foram os mais terríveis dias de minha vida. Eu quase enlouqueci. Não sei quanto tempo se passou até que o comandante Brilhante Ustra veio até a cela e contou que havia entregue Carmen para minha irmã mais nova, Rosane, que também estava presa e seria liberada.

Fiquei muito feliz com a notícia. Senti que nada do que pudesse acontecer comigo daqui para frente seria tão terrível quanto esse pesadelo que acabara de viver.

Após cinquenta dias, quebrou-se a incomunicabilidade e Carmen veio me visitar juntamente com minha mãe. Ela não reconheceu a mim nem ao seu pai. Ficamos muito tristes.

Quando fui libertada, Carmen estava com minha família e apenas depois de algum tempo tive condições de reassumir os cuidados maternos, devido ao precário estado de saúde no qual me encontrava. Ao vê-la senti que estava muito diferente: nervosa, inquieta e insegura.

A mãe, Elzira (ao centro) e suas filhas, Carmen (à esquerda) e Maria (à direita)

Nos anos subsequentes, Carmen teve inúmeras convulsões resistentes a medicamentos; quadro que perdurou até os 7 anos de idade. Aos 5 anos, ela foi encaminhada pelo neurologista para uma psicóloga que, após algumas sessões, me chamou para revelar que minha filha tinha um sonho que se repetia: contava que estava em meu colo, chegavam policias, tiravam-na de mim e a levavam embora. A psicóloga pediu que eu contasse todo o ocorrido para Carmen. Eu e meu esposo Licurgo achávamos que falar para Carmen tudo que ocorrera poderia ser muito traumático; além de implicar riscos reais, dado que vivíamos ainda em uma ditadura.

O segredo começou então a ser revelado, no entanto, parece não ter transformado o estado emocional de minha filha, uma vez que continuava a ser uma criança com muitos medos e angústias, apesar de todo afeto e segurança do ambiente familiar.

Carmen era uma criança criativa, mas de poucos amigos e insegura. Apenas aos 16 anos teve coragem de revelar o local onde tinha nascido, pois eu temia comprometer o médico que havia realizado o parto.

A retomada da vida após a prisão e a extinção da APML (Ação Popular Marxista Leninista) foi muito penosa. A vida só retornou em sua plenitude com o fim do regime militar, em 1985, ano em que Carmen começou a estudar canto lírico.

A arte do canto ajudou-a muito na superação dos seus traumas de infância. Porém, em diversos momentos da vida, ela precisou recorrer a tratamentos psicoterápicos.

Quando engravidei de Maria, em 1975, foi uma grande alegria, pois vivíamos um luto pela perda dos companheiros queridos. Ela foi a vida nova que surgia. Ela nasceu, em março de 1976. Logo depois, desenvolvi um quadro de intensa melancolia. Chorava muito e logo recomecei a trabalhar profissionalmente, pois a sobrevivência exigia.

A cidade de São Paulo, da qual havia me ausentado desde a saída da prisão, me fazia lembrar muito dos companheiros, dos encontros, dos pontos. Além de termos o telefone censurado, a imprensa censurada, hospedamos um companheiro que saiu da prisão. O ambiente era muito tenso. A Carminha continuava a ter crises convulsivas. Era uma vida muito difícil. Maria era uma criança que chorava muito. Se não fosse o carinho do pai... Felizmente hoje é psicóloga e professora universitária. E se entende também como vítima da ditadura.

Reconstruindo Gildo

por Tessa Moura Lacerda

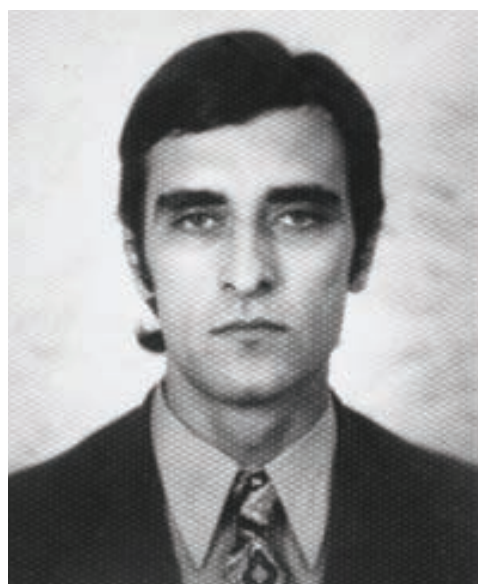
Meu nome é Tessa Moura Lacerda. Eu sou filha da Mariluce Moura e do Gildo Macedo Lacerda. Ambos foram presos em outubro de 1973. E três dias depois meu pai já estava assassinado. Minha mãe permaneceu presa grávida de mim por 42 dias.

Durante a minha infância, eu me lembro de ter perguntado, aos 6 anos: "Mãe, conta de novo a história de Gildo?" Isso significa que eu já sabia da história. Depois, ela me contou que falava sobre isso em casa desde meus 2 anos de idade para que eu ficasse conhecendo a história do meu pai biológico, já que ela tinha se casado de novo. E depois de alguns anos passei a chamar esse segundo marido dela de pai.

Esse momento foi de muita emoção, nós choramos muito, e eu tentei, com os instrumentos que uma criança de 6 ou 7 anos tem, reconstruir a minha história. Eu desenhei como de fato é a minha história, como gostaria que tivesse sido e como poderia ter sido – desenhei minha mãe grávida no enterro do meu pai e isso nunca aconteceu.

É muito duro falar desse assunto. Foram poucos os momentos da minha vida em que falei disso. O filme *15 Filhos* foi um desses momentos, e hoje também. Quando eu tinha 15 para 16 anos, tive uma conversa com a minha mãe. Tinha saído uma notícia no *Jornal do Brasil* que explicava como a ditadura chegou aos dirigentes da Ação Popular e, portanto, ao meu pai, e como ele foi morto. Eu disse à minha mãe: "Bom, pelo menos a gente tem certeza de que ele está morto". E ela ficou chocada: "Como você não tinha certeza? Eu recebi os objetos dele".

À esquerda, Tessa aos dois anos, com Mariluce, grávida da segunda filha, Elisa, Rio de Janeiro, 1976

Acima, Gildo, aos 23 anos, 1972

Eu, aos 9, 10 anos, tinha esperança de que Gildo tivesse conseguido fugir. Acho que aos 15 anos eu ainda não tinha desfeito essa fantasia, queria acreditar que ele tinha conseguido fugir. Como a ditadura foi até 1985 (ano em que completei 11 anos), eu achava que essa era a justificativa para que ele não tivesse aparecido. Minha mãe jamais me sonegou essa informação. Jamais. Mas eu não queria acreditar. Eu queria acreditar que ele estava vivo e que nem ela sabia. Na verdade, isso foi uma fantasia que eu fiz quando tinha uns 9, 10 anos.

Creio que isso se deve também à ausência do corpo, o fato de não haver um túmulo, qualquer coisa para fazer o rito, aceitar minimamente que aquela pessoa está de fato morta. Uma coisa que falei no filme *15 Filhos* e que é absolutamente pirante é, por um lado, eu tentar imaginar como meu pai era e, por outro, aceitar que isso que eu imaginei morreu.

Tanto a vida dele, que vou reconstruindo por meio de conversas, poucas fotos, mas sobretudo a morte de maneira brutal, cruel, e o fato de não ter um corpo para que eu faça o rito mesmo, aceite, faça o luto por essa morte, são muito inefáveis.

●

Na época em que o Fernando Henrique aceitou fazer a Lei 9.140 em 1995, por meio da qual o Estado reconhecia a responsabilidade pelas mortes de mortos e desaparecidos políticos, nós participamos de várias reuniões da Comissão de Familiares de São Paulo, e também de Minas, porque meu pai é mineiro. Tivemos acesso a cópias de cartas e cadernos. Eu tinha 20 anos e li avidamente tudo que chegava.

A Comissão de Familiares de Pernambuco também mandou um dossiê com a descrição da morte. Minha mãe disse: "Você não vai ler isso", porque queria me preservar. Mas eu li avidamente, para tentar reconstruir Gildo. E a minha história. E mais recentemente acha-

mos que mesmo com a Lei 9.140, deveríamos processar o Estado brasileiro pela morte de Gildo. Esse foi outro momento em que entrei em contato com minha história. E por sugestão do advogado fiz uma perícia psicológica. Achei o resultado muito interessante, porque a psicóloga disse que não há nenhum dano que tenha me impossibilitado de viver e de gozar da vida e ter alegrias. Mas como paira sempre essa sombra para mim, o que ela via refletido na minha personalidade era insegurança, baixa autoestima, enfim, uma série de coisas assim… Medo. Eu tenho muito medo sempre. Eu não durmo de luz apagada. Sempre tem que ter alguma luz acesa. E agora com os filhos é muito fácil dizer: "Tem de deixar a luz acesa. E se eles quiserem ir ao banheiro de madrugada?" Mas são coisas que eu carrego desde a infância.

●

Eu tenho uma relação ambígua com essa história porque como ela é muito difícil, a minha sensação é que eu não consigo encará-la sempre de frente. Há alguns momentos em que eu paro e falo: "Agora eu preciso resolver isso". E não é uma coisa que "Ah, então está resolvido, deixei para trás". Eu invejo quem consegue levar a vida totalmente se dedicando a essa história. Mas a minha maneira de lidar com ela é nem sempre encará-la de frente. Nem sempre ficar falando sobre, porque é muito duro. Eu gostaria de ter a coragem de pautar a minha vida por isso e expor mais essa história.

●

Depois de todo esse percurso, eu fui estudar filosofia. Fiz toda a minha formação em filosofia, virei professora e em 2011 fizemos um colóquio na USP em homenagem à professora Marilena Chaui, com quem eu trabalho e que também é uma pessoa que me cobra uma postura em relação à minha história.

Eu consegui fazer um texto sobre a filosofia política de Espinosa. Um texto acadêmico, mas falando da história de Gildo. Isso para mim foi uma grande vitória. É um texto de quinze páginas, é pouco, mas foi a maneira que consegui trabalhar nisso.

●

Até os 18 anos, eu não tinha o nome do meu pai na certidão de nascimento porque ele já estava morto quando nasci. No documento havia só o nome da minha mãe e dos meus avós maternos.

E isso criou situações constrangedoras, além de ser horrível para mim: "Como assim não ter um pai nem na certidão?" Quando eu fui ficando mais velha, fui percebendo olhares, situações constrangedoras por não ter o nome do meu pai na certidão. Como se eu não tivesse pai mesmo. E para que eu obtivesse o nome dele na minha certidão, juridicamente foi necessário que a minha mãe processasse a família do meu pai para que eles reconhecessem a paternidade.

> "Até os 18 anos, eu não tinha o nome do meu pai na certidão de nascimento porque ele já estava morto quando nasci. No documento havia só o nome da minha mãe e dos meus avós maternos"

Não que eles não reconhecessem antes disso, mas juridicamente era necessário. Isso também para mim era bastante estranho, processar a minha tia, a minha avó e tal, ser contra elas para ter o nome do meu pai na certidão. E, então, tive o nome dele só aos 18 anos. Sem a certidão eu não podia fazer o RG, e não podia prestar o vestibular. Eu fiz o vestibular com 18 anos. O meu aniversário é em junho e foi uma correria para fazer o RG.

[Neste momento, a mãe de Tessa, Mariluce Moura, interrompe e diz:]

Só esclarecendo esse detalhe da certidão: quando eu casei com o Gildo, ele estava usando o nome da clandestinidade, que era Cássio de Oliveira Alves. Havia uma certidão nossa de casamento e da igreja. Como casamos na igreja, isso poderia ser reconhecido pelo Estado, mas não com nome falso. E quando fiquei viúva, era viúva de um homem que não tinha atestado de óbito e, portanto, o homem não era morto. Então, eu tive de registrar só com o meu nome e entrar com um processo de investigação de paternidade. Só que ao fazer o processo de investigação de paternidade, segundo a minha advogada, o processo sempre tem de ter alguém que se acusa. E não poderia ser o Estado porque um processo de investigação de paternidade não se faz contra o Estado. E quem tinha de ser réu nessa ação tinha que ser a mãe de Gildo, o que era uma situação surreal. Ela concordando com tudo, dando declarações de que Tessa era neta dela sim, mesmo assim tinha que ter um processo. E esse processo demorou muito tempo.

●

Nasci em Salvador em junho de 1974. Minha mãe se mudou para o Rio quando eu tinha 2 anos. Depois voltamos para Salvador, onde ficamos até eu ter 9 anos. Depois nós fomos para o Rio e, com 11 anos, nos mudamos para Brasília; e com 14 para São Paulo. Desde então eu moro em São Paulo. Tenho dois irmãos. Uma irmã e um irmão mais novos do que eu, que são filhos do meu padrasto, do meu pai não biológico.

Meu nome foi escolhido pelo Gildo. Minha mãe conta que eles estavam em uma viagem. Ele a levava para conhecer a família dele em Minas. E durante a viagem falaram: "Se tivermos um filho com a, que nome você gostaria?" "Se fosse menino… se fosse menina…", com b, com c… Com t, ele falou "Tessa", aí ela falou, "Gostei desse nome".

Quando ele foi morto, ela estava com um mês e pouco de gravidez, mas eles tinham tido essa conversa anterior. Inclusive isso foi uma coisa que me levou a pensar "ele não pôde ser meu pai". Se eu tivesse alguma queixa, algum sentimento infantil de raiva, ou qualquer coisa assim, é impossível que eu tenha qualquer sentimento desses em relação a ele.

●

O atestado de óbito que conseguimos foi por meio da Lei 9.140, mas ainda não consta a *causa mortis*.

Gildo também nunca constou na lista dos desaparecidos. Por isso que a minha mãe ficou chocada quando eu disse: "Agora nós temos certeza". Porque na época da morte, foi divulgada a versão falsa, os teatros da ditadura, no *Jornal Nacional*, no *Jornal do Brasil*, no *Le Monde*.

A morte foi divulgada como se fosse um tiroteio no centro do Recife, às seis horas da

tarde, naquele movimento de pico e ninguém viu nada. Meu pai Gildo e o José Carlos da Mata Machado teriam sido levados para um encontro com um terceiro, que não é nomeado, e esse terceiro teria percebido a emboscada. E ele teria atirado no meu pai, que morre no local, e o Zé Carlos fica ferido. Não só a versão oficial encobre a morte sob tortura como ainda meu pai morre como se fosse traidor do companheiro.

Quando isso aconteceu, minha mãe estava presa. Ao sair, ela tentou reaver o corpo. Dizia-se que seria menos difícil reaver o corpo de Gildo porque ele tinha um metro e 92 centímetros de altura. Mas a investigação da Comissão de Familiares de Pernambuco apurou que primeiro seu corpo estava em um caixão lacrado, mas depois foi jogado em uma vala comum chamada Buraco do Inferno, e depois, seus restos mortais foram transferidos para outra vala comum, no cemitério Parque das Flores, lá no Recife. E, nessa, as ossadas ficaram a céu aberto, os ossos foram se deteriorando. Ficamos sabendo disso mais ou menos na época da Lei 9.140.

Temos essa informação, mas mesmo assim é muito duro. Não sabemos se há a possibilidade de identificação por meio de exame de DNA. Inclusive, eu contribuí com uma amostra de sangue para o banco de DNA do governo federal. O que sabemos é que, por ser uma vala a céu aberto, a identificação da ossada é inviável. Sabemos disso. (Pelo menos é a informação que tínhamos na década de 1990). Mas esse saber racional não tira a dor daquela criança que queria falar: "Eu sei que não dá, mas eu quero enterrar meu pai". Eu quero levar os meus filhos [ao cemitério] e dizer: "Olha, o seu avô está aqui". É claro que eu enchi a parede de minha casa com fotos de todos os nossos familiares, dos pais, dos avós e bisavós dos meus filhos para que eles vejam e entendam e reconstruam, e saibam que, além dessas pessoas com quem eles convivem, têm um avô que eles nunca vão conhecer. Então, saber racionalmente que isso é impossível, não adianta. É muito duro.

Eu fico pensando também nos meus avós, pais de Gildo, o quanto deve ter sido duro para eles, que morreram sem ter enterrado o filho.

O máximo que eu posso fazer é dizer para mim mesma: "Está bem, o meu pai está morto". Mas não dá para dizer "Você nunca vai ter o corpo, nem túmulo, nem jamais vai ter direito de fazer o luto de maneira decente". Isso eu não aceito. Não dá. Por isso que eu não acho tão absurdo para uma criança de 9 anos imaginar: "Quem sabe o meu pai fugiu para fora do país".

E o mais difícil é saber que não dá mesmo. A sensação que fica é que, com todas as aspas, é uma história que não fecha. Não é justo. Não é justo com ele. Não é justo com os pais dele. Não é justo com a minha mãe. Não é justo comigo. Não é justo com os meus filhos. Não é justo com ninguém.

Na Grécia Antiga, Sófocles escreveu a tragédia *Antígona*, que mostra toda a questão do corpo insepulto. É uma necessidade do ser humano de sepultar seus mortos, fazer o luto, fechar o ciclo em certo sentido. Jamais eu vou abandonar essa história, nem se eu quisesse eu poderia dar as costas para a história do meu pai, para a história do Brasil. Mas eu queria – e aí é a criança que está dizendo – enterrar o meu pai. Não adianta me explicar cientificamente que não dá. É muito doloroso.

Mais doloroso ainda do que saber que a minha mãe foi torturada comigo dentro da barriga e me perguntar até que ponto essa tortura me atingiu. Sei que ela se preocupou muito com isso na época. Na época não, sempre, mas enfim... E eu fui fazer exames e tal, eletroencefalograma. Fiz de novo, já adulta, já casada, porque eu estava vendo uns flashes. Só contei para a minha mãe depois, para ela não ficar preocupada. Não tinha nada.

Para mim, a maior dor é não poder enterrar o meu pai. Mais do que qualquer dor física que eu tenha sofrido sem saber e que, de alguma maneira, esteja lá no meu subconsciente, se é que eu tinha o subconsciente naquela época, no embrião.

•

Eu nunca quis ir atrás dos torturadores. No começo não sabia muito bem o porquê, mas depois eu fiquei pensando, e entendi que é porque eu não queria saber o rosto dessas pessoas. Acho que todas devem ser punidas, mas elas não estavam isoladas; era uma ação do Estado, então o Estado como um todo e todos os membros daquele Estado precisariam ser responsabilizados. Eu queria que as Forças Armadas brasileiras não tivessem o poder que elas ainda têm e acho que deveria existir uma lei proibindo que ex-torturadores, em geral, ocupem cargos públicos. Eu não queria uma vingança pessoal. Meu pai não deu a vida por algo individual. Ele deu a vida pela democracia. Democracia brasileira e latino-americana. Eu quero uma responsabilização pública.

"Jamais eu vou abandonar essa história, nem se eu quisesse eu poderia dar as costas para a história do meu pai, para a história do Brasil. Mas eu queria – e aí é a criança que está dizendo – enterrar o meu pai"

TESSA MOURA LACERDA nasceu em Salvador, em 18 de junho de 1974. Filha de Mariluce Moura e Gildo Macedo Lacerda, é professora de Filosofia na USP, casada e mãe de três filhos.

1

2

3

4

1. O menino Gildo

2 e 3. Aos 18 e 19 anos, respectivamente

4. Mariluce, aos 19 anos, na Chapada da Diamantina (BA), durante uma reportagem

5. Fichas de Gildo nos órgãos de repressão

6. Gildo carregando o sobrinho Marcelo Moura Perdigão, filho da irmã de Mariluce, em 1973

7. Mariluce com Tessa bebê, agosto de 1974, Salvador (BA)

LACERDA - Gildo Macêdo Lacerda P. 10 171
Morto em 1º.11.73 -em Recife
Filho de Agostinho Nunes Lacerda e Justa Garcia Macedo Lacerda. nasc(8/7/49).

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA

DEPENDENCIA

06.07.1970 - Denunciado pela 1a.Auditoria da Aeronáutica, como inc.nos arts.23,39,42,45 e 47 da LSN., acusado de pertencer a Ação Popular.

1.11.1973 - Morte em tiroteio travado em Recife.

5

6

7

Gildo Macedo Lacerda nasceu em 8 de julho de 1949, em Ituiutaba, município de Veríssimo (MG), filho de Agostinho Nunes Lacerda e Justa Garcia Macedo Lacerda. Morto em 28 de outubro de 1973. Militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Mudou-se muito cedo com sua família para Uberaba (MG). Estudou no Colégio Triângulo, Escola Normal e Colégio Dr. José Ferreira, onde foi presidente do Grêmio Central Machado de Assis. Ainda secundarista, foi orador oficial da União Estudantil Uberabense (UEU) e do Partido Unificador Estudantil (PUE).

Em 1967, já como ativista da Ação Popular no movimento estudantil, Gildo transferiu-se do Colégio Dr. José Ferreira para Belo Horizonte (MG), onde concluiu o segundo grau. Em 1968, ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas (Face) da UFMG. Foi preso no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, em outubro de 1968. Foi vice-presidente da UNE na gestão de Honestino Guimarães (1971-1972).

Deslocou-se, no primeiro semestre de 1972, para Salvador, Bahia, como um dos dirigentes regionais da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Nesse mesmo ano, em outubro, casou-se com Mariluce Moura.

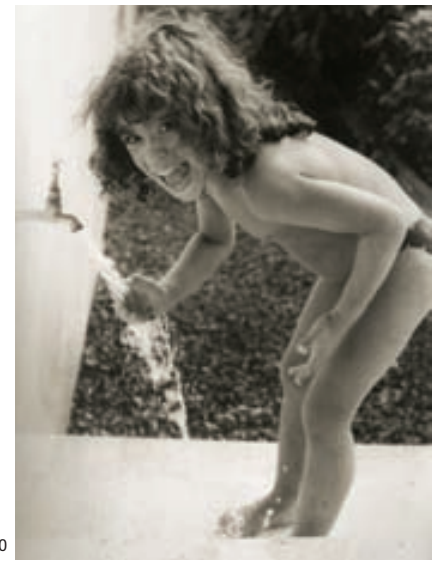
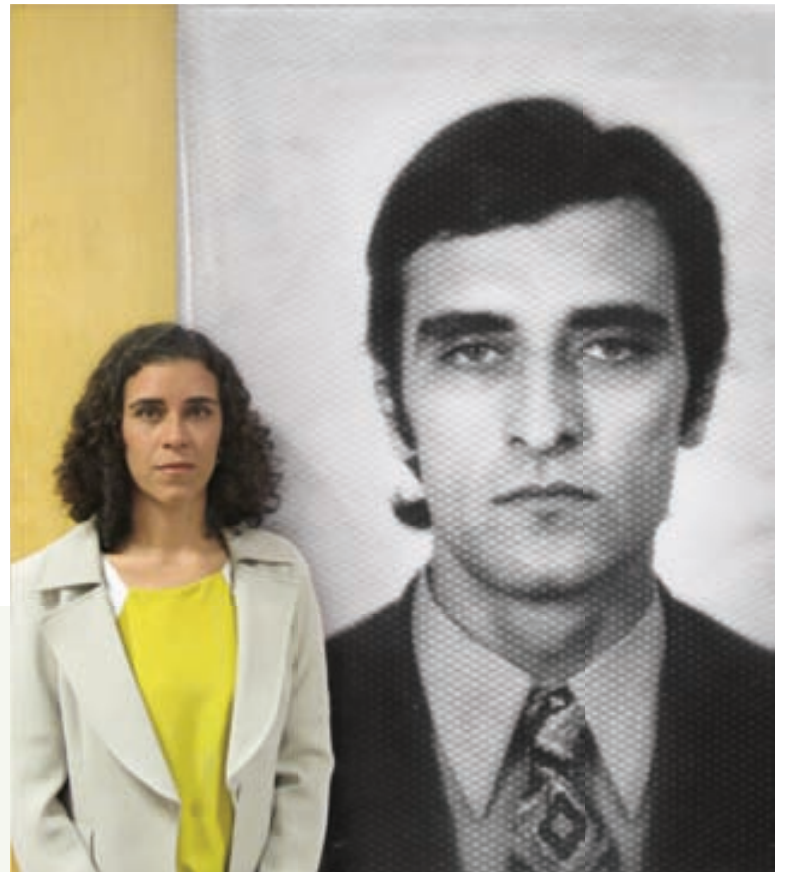
A sua última carta para os familiares foi datada de 17 de setembro de 1973, na qual manifestou sua preocupação por não receber cartas da família, acreditando em extravio de correspondência. Falou, ainda, de seu trabalho, do salário melhor, da saudade de todos e de uma próxima ida a Uberaba, no fim do mês (o que, de fato, ocorreu); despedindo-se com um até breve.

Gildo e Mariluce foram presos em 22 de outubro de 1973, em Salvador. Apanhado na Avenida Luiz Tarquínio, perto da Igreja do Bonfim, Gildo foi conduzido à Superintendência da Polícia Federal, onde passou a tarde e parte da noite juntamente com Mariluce (que ali o viu pela última vez) e outros presos. No dia seguinte Gildo foi levado ao Quartel do Barbalho, do Exército, e imediatamente conduzido às câmaras de tortura. Gildo foi transferido em 25 de outubro para o DOI-CODI do IV Exército, no Recife, onde foi torturado até a morte, em 28 de outubro de 1973.

Mariluce de Souza Moura nasceu em 3 de novembro de 1950, em Salvador (BA), na quarta posição entre os 11 filhos de Laerte de Souza Moura e Regina Nilza Moura. Iniciou sua militância em 1968 e foi militante da organização Ação Popular (AP) entre 1968 a 1973. Estudou o ginásio e o colegial no Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), jornalismo na UFBA, fez mestrado e doutorado em comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

8

9

10

8. Tessa aos seis meses, em Salvador (BA), 1974

9. Tessa aos 2 anos, no Rio de Janeiro (RJ)

10. Aos 4 anos, em Salvador (BA)

11. Tessa e os irmãos Elisa e Tiago, em Brasília (DF), em 1985

12. Durante audiência sobre o pai, na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", em 2013

11

12

Conheceu Gildo em 11 de junho de 1972 e casaram-se pouco mais de quatro meses depois, em 28 de outubro de 1972. Trabalhava no *Jornal da Bahia* e na sucursal de *O Globo* quando percebeu que estava sendo vigiada. Quando de sua prisão em 22 de outubro de 1973, mesmo dia em que ocorreu a prisão de Gildo, foi levada para a sede da Superintendência da Polícia Federal, na Praça Cairú, centro de Salvador, e no dia seguinte para o Quartel do Forte de São Pedro.

Durante uma das sessões de torturas no Quartel do Barbalho na noite de 25 de outubro, data presumida da transferência de seu marido desse mesmo quartel em Salvador, para Recife, ouviu de um dos torturadores, sem poder ver quem falava porque tinha os olhos vendados, que "Gildo foi levado para uma longa viagem". Em 1º de novembro o capelão do Exército em Salvador (VI Região Militar) levaria à sua cela um jornal com a notícia fantasiosa sobre a morte de Gildo num tiroteio no Recife, em 28 de outubro – data presumida de sua morte sob tortura em dependências do Exército.

Mariluce foi libertada em 3 de dezembro de 1973 e a filha do casal, Tessa, nasceu em 18 de junho de 1974.

Em 1982, Mariluce lançou o livro *A Revolta das Vísceras*, onde tenta, pela ficção, recuperar o sofrimento da morte de Gildo e o amor que os uniu.

A certidão de nascimento de Tessa levou quinze anos de luta judicial para incorporar o nome do pai. Nunca Mariluce, Tessa e os pais de Gildo puderam enterrar seu corpo.

Em 1975 Mariluce casou-se novamente, com Rico Marconi, com quem teve outros dois filhos, Elisa e Tiago.

Desde 1969 Mariluce trabalhou nas redações de alguns dos mais importantes veículos impressos do país, incluindo *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta Mercantil*, *Exame* e *IstoÉSenhor*. Foi editora-chefe da Revista Brasileira de Tecnologia, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Iniciou a implantação do setor de comunicação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), concebeu e desenvolveu o projeto da revista *Pesquisa FAPESP* e é sua diretora de redação. Lançou em maio de 2014 a revista *Bahia Ciência* e iniciou em agosto a implantação de seu projeto Ciência na rua. Tem três filhos e cinco netos.

Ser mãe na ditadura: alguns percursos

por Mariluce Moura

I

A tortura é sempre vil, destruidora, acachapante, aniquiladora – espécie de terror inalcançável pela inteligência de quem a sofre. A tortura sobre o corpo de uma mulher grávida é tudo isso, não em dose dupla, mas elevada a uma potência impossível de determinar em termos matemáticos. Sim, ela atinge imediatamente dois âmbitos biológicos vinculados, um ser e um vir-a-ser. Mas, porque esse ainda inconsciente vir-a-ser sequer pode saber de onde surgem esses tremores terríveis, esses espasmos assombrosos do corpo-lugar em que está aninhado – a alterar para sempre a tonalidade dos eventos no ambiente que o abriga e onde surgirão suas primeiras e mais primitivas percepções –, o impacto, a dimensão da violência da tortura sobre ele permanecerá nas alturas de uma potência imensurável.

II

Compartilhar os dados do desenvolvimento intrauterino de um bebê costuma ser gratificante experiência amorosa para um casal que se engajou conjuntamente na geração desse ser novo. Mas a vivência tão simples e feminina de contar ao parceiro o que disse o médico sobre o tamanho e o peso do bebê ou sobre a força de seus batimentos cardíacos, poeticamente atestada por um frio estetoscópio de Pinard em tempos sem o realismo das ultrassonografias, foi mais uma entre tantas possibilidades cortadas de meu percurso de vida pela ditadura. Entre dezembro de 1973 e junho de 1974, saí a cada mês do consultório do gentil e protetor doutor Elias Darzé, respeitado professor de obstetrícia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), vivendo, em paralelo à alegria de saber que o bebê seguia forte e saudável, a aridez extrema, a solidão infinita de um silêncio imposto e intransponível à partilha dessa alegria a quem ela mais de perto falaria e contagiaria, ou seja, o pai. Eu seguia do consultório para a sucursal do jornal onde trabalhava transitando pelo indecifrável de uma súbita inexistência, pelo abismo de um desaparecimento, pelo incompreensível assassinato de Gildo, meu marido, aos 24 anos, sobre mim atirado sem informações verdadeiras, sem dados, sem corpo para enterrar e prantear segundo os ritos de nossa cultura. Mas Tessa nasceu, linda, forte e saudável, em 18 de junho de 1974, e com ela nasceram para mim, ainda bem, experiências profundas de natureza inteiramente diversa.

III

Qual é o momento certo para revelar a uma criança a morte trágica do pai, ocorrida bem antes de seu nascimento, e de cujas reais repercussões sobre sua constituição psíquica, emocional, afetiva, a rigor ninguém sabe? Como igualmente não se sabe da influência de um luto prolongado, ainda que aparentemente domado, da mãe sobre as estruturas em formação da pessoa-filho (neste caso, filha). Tessa soube que o seu pai tinha morrido antes mesmo de completar 3 anos.

Estávamos, no final de 1976, de volta a Salvador, depois de uma estada de nove meses no Rio de Janeiro – aqueles eram tempos de buscas um tanto erráticas. Eu fora para retomar em parte o plano que fizéramos juntos, Gildo e eu, antes de todo o horror de outubro de 1973: mudar para o Rio de Janeiro, onde ele seguiria trabalhando sob falsa identidade até que algum evento lhe permitisse deixar a clandestinidade e retomar uma plena existência legal, enquanto eu faria o mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e cuidaria de desenvolver a carreira jornalística num mercado de trabalho mais promissor que o de Salvador. Nossa prisão em 22 de outubro e seu assassinato, provavelmente em 28 de outubro, cortaram esse e todos os planos de vida, todos os sonhos, que tínhamos. Entretanto, em julho de 1975 tornei-me por concurso professora da UFBA e, poucos meses depois, decidi, incentivada pela própria Universidade, candidatar-me ao mestrado na UFRJ. Passei na seleção e comecei a preparar a mudança para fevereiro de 1976. Solicitei transferência de trabalho da sucursal baiana para a sede de *O Globo* (meu contrato com a Universidade era de tempo parcial, eu seguia trabalhando em jornal no outro turno) e tratei de tomar outras providências.

A poucos dias da mudança para o Rio, a UFBA me informou que meu contrato não interessava à instituição, portanto, eu estava demitida (soube que isso ocorreu por determinação do Ministério da Educação, em razão de eu ter sido presa e ter respondido a processo na justiça militar. Em 2008, a Universidade me entregou o documento que comprova a arbitrariedade). Não havia tempo hábil para recuar dos planos e segui em frente. Como sempre fazia nas curtas viagens de trabalho, deixei Tessa com minha mãe, que a adorava e a quem ela era profundamente ligada. Nessa época, meu pai lutava contra um câncer de pulmão e o clima da casa da família, tristonho, difícil, certamente tornou mais dura ainda para Tessa, então com um ano e oito meses, essa separação de mim por três semanas. Hospedada com um casal amigo, enquanto tentava resolver os trâmites para o aluguel de um apartamento, voltei a Salvador para pegar Tessa antes mesmo da resolução das pendências quando soube que a equipe médica que operaria meu pai, no Hospital das Clínicas da UFBA, fechara seu tórax sem fazer a cirurgia. O câncer no mediastino era inoperável àquela altura. Compreendi que ele estava no fim de sua vida. Morreria no começo de maio, a dois meses e meio de completar 59 anos.

Voltei ao Rio com Tessa e com Rino Marconi, colega de faculdade e de trabalho, com quem iniciara uma nova relação no final de 1975. Ele se tornaria de fato meu segundo marido. Hospedados ainda com o casal de amigos, Bernard Van der Weid e Célia Pope, ficamos naqueles primeiros dias cariocas assustados e preocupados com os pesadelos que invadiam o sono de Tessa e a levavam a acordar aos gritos no meio da noite. Cerca de uma semana mais tarde, conseguimos mudar para nosso apartamento e seu reencontro com objetos familiares – sua cama, seus brinquedos, os móveis levados de Salvador – e mais a rotina restabelecida com a ajuda da babá que chegara da Bahia tiveram sobre ela um rápido efeito tranquilizador.

Eu soube que estava grávida novamente pouco antes da rápida ida a Salvador. Vivi num ritmo pesado aqueles meses, indo pela manhã às aulas do mestrado na UFRJ, voltando para almoçar em casa e seguindo depois para o jornal, onde a jornada ia das duas da tarde até quase meia-noite. Rino dedicava, então, mais tempo do que eu a Tessa. Mas

comecei a ter vários episódios de pressão baixa e tonturas durante a gravidez, o que me levou a licenças seguidas, bem como me permitiu estar mais com Tessa, o que eu achei um ótimo efeito colateral desse processo.

Voltamos a Salvador no começo de novembro de 1976, a família ampliada com o nascimento de Elisa em 29 de outubro. Deveríamos permanecer pelo período de minha licença e férias, mas Rino propôs ficarmos de vez porque sua situação de trabalho no Rio era desconfortável. Com alguma relutância, dados meus interesses profissionais e acadêmicos, aceitei. Foi então que matriculamos Tessa na Barca D'Alva, escola que iniciara uma experiência singular de educação de crianças em Salvador, baseada em teorias de Piaget e de Célestin Freinet, mas fortemente influenciada pelas ideias educacionais mais recentes de Agostinho da Silva, de Darcy Ribeiro e, talvez, embora menos claramente, de Anísio Teixeira. Certo dia Glória Carvalho e Aída Vieira, as criadoras à frente da escola, chamaram-me para conversar porque despertavam a atenção delas alguns momentos de distanciamento de Tessa em meio às atividades que desenvolvia com outras crianças.

Aída, que era psicóloga e já estava razoavelmente informada sobre os percalços que enfrentamos e enfrentávamos, acreditava que Tessa se deparava nesses momentos com um "um grande buraco de informação". Ela já estivera em Minas, conhecia os avós paternos, vira algumas raras fotos de Gildo que eu tinha, me ouvira falar dele, mas não sabia onde estava essa pessoa – era uma abstração inalcançável. Ao mesmo tempo em que concordou comigo quanto à necessidade de um eletroencefalograma, já que a mãe fora vítima de torturas, inclusive choques elétricos, no começo da gravidez, propôs-me uma estratégia de comportamento: que passássemos a falar normalmente de Gildo nas situações cotidianas em sua presença. Aída disse-me que tinha certeza de que ela logo iria me perguntar onde estava Gildo. E então eu falaria da morte – e diria também que Rino a escolhera como filha ao me escolher para ser sua mulher. As coisas se passaram então de forma impressionantemente próxima ao que Aída antevira: alguns dias depois de iniciada essa estratégia, nós duas jantávamos, quando Tessa me perguntou onde estava Gildo. Eu segui o roteiro que já tinha em mente e ao final ela me disse: "Então, eu também escolho Rino como pai". Ela falava muito bem, de forma muito articulada e clara. Na manhã seguinte, sentados na mesa do café da manhã, em vez de chamar Rino de Rininho, como fizera até então, disse-lhe: "Pai, me dê a manteiga". Foi com espanto e emoção que ele reagiu à unção inesperada. Em tempo: o eletroencefalograma de Tessa não apontou nenhuma alteração em relação ao padrão.

IV

Quando Tessa tinha entre 6 e 7 anos e eu estava grávida de Tiago, a casa em reforma para abrir espaço a esse novo bebê e Rino usando sua habilidade para construir os objetos que o preencheriam, ela expressou por diferentes meios um intenso conflito emocional em relação ao pai e a seu próprio lugar junto a esse pai, já que havia Elisa e haveria Tiago. Numa das vezes em que foi mais longe nessa expressão, juntando fala, lágrimas e movimento corporal, ela dizia, dirigindo-se simultaneamente a mim e a Rino, que tentava abraçá-la: "Eu quero que você seja meu pai, mas eu não quero que você seja meu pai, eu queria que Gildo estivesse vivo!". Em 1979 ela viajara conosco para Minas, encontrara os parentes paternos, participara da filmagem do documentário *Anistia*, proposto por Rino (e realizado por ele junto com Agnaldo Siri Azevedo e Timo Andrade), depois vira o filme em 1980. Soubera do livro que eu estava escrevendo e soubera que tinha relação com Gildo. Mais tarde participaria intensamente do lançamento desse livro. Eu sentia sempre tamanha delicadeza na forma como as coisas evoluíam que jamais me via segura da mãe que devia ser em relação a esse tema da morte/desaparecimento do pai. Jamais senti meus pés sobre um chão firme lidando com esse repertório tão complexo de emoções, as de Tessa e as minhas mesmo. No fundo, eu só sabia ser a mãe que eu de fato era, corporificada pela mulher um tanto reservada nas expressões afetivas que sou.

V

É muito difícil mensurar, para além da ausência do pai, o significado da falta do nome do pai em uma certidão de nascimento e em outros documentos de identidade para quem carrega tal situação. É difícil compreender a repercussão dessa falta nas formas como uma criança, depois adolescente, mais adiante jovem adulto, se move no mundo e experimenta dificuldade em se apropriar de seu direito pleno de existir, de se exercer livre e vigorosamente como sujeito. É difícil perceber o sentimento de diferença, talvez de inferioridade, que esse buraco de informação é capaz de acionar. A certidão original de Tessa não tinha o nome do pai. Teriam sido necessárias uma certidão de casamento civil e uma certidão de óbito para que o registro de nascimento pudesse ter sido imediatamente feito com o nome também do pai morto. Não havia nem uma nem outra. Gildo e eu nos casáramos no religioso, ele com o nome de Cássio de Oliveira Alves, que usava nos documentos da fase final da clandestinidade – e da vida. E era esse que constava de nossa certidão de casamento religioso. E a ditadura, embora tenha anunciado a sua morte num documento cheio de falácias, não fornecera atestado de óbito nem devolvera seu corpo, o que longamente o lançou à condição de desaparecido. Só em 1997 nos seria entregue uma certidão de óbito, com a estranha declaração de "morto nos termos da lei...". Ou seja, uma não *causa mortis*.

Um processo de investigação de paternidade teve que ser movido por mim contra a família de Gildo (de comum acordo) para que Tessa tivesse o nome do pai. Longamente ele se arrastou na Justiça e, finalmente, teve julgamento favorável no dia em que ela completou 15 anos. No entanto, a certidão, o documento em si, só chegou às mãos dela quando acabara de completar 18 anos. Um ciclo se fechara. E uma dolorosa história permanece em aberto enquanto não forem esclarecidas todas as circunstâncias da morte de Gildo, devolvidos à família seus restos mortais e punidos os responsáveis pelo crime. Estamos hoje diante de quarenta anos de desinformação e impunidade.

"Não tem luto. São vazios"

por Igor Grabois Olímpio

Eu tenho 47 anos e passei toda a infância e adolescência no período da ditadura. De uma certa maneira, me sinto próximo do que se convencionou a chamar de geração de 1968, apesar de ter nascido em 1966, sem ter vivido esse tempo histórico conscientemente, apenas meio que por tabela.

Depois do golpe de 1964, o Maurício Grabois [avô de Igor, comandante da Guerrilha do Araguaia], como é sabido, era dirigente comunista dos mais importantes do Brasil e a perseguição a ele se estendia a toda família. O Maurício era dirigente do PCdoB. Sua companheira, minha avó Alzira também era militante do PCdoB. Minha mãe, Victória; meu pai, Gilberto Olímpio e André Grabois [tio de Igor, irmão de Victória] também eram militantes do PCdoB. Então a família toda era quase que um comitê, quase uma célula.

Quando as crianças nasciam, era na clandestinidade, ou seja, corriam esse risco. Em 1964, 1965, após o golpe, o PCdoB foi buscar áreas para deflagrar a guerra popular contra o regime, a guerrilha rural. Meu pai, e a minha mãe Victória eram responsáveis por prospectar algumas áreas. Então, eles foram para o interior do Mato Grosso na cidade de Glória de Dourados. E foi nessa busca que fui gerado.

Minha mãe não foi para a guerrilha porque engravidou de mim. Foi por isso que ela se tornou uma não combatente do ponto de vista armado. E entre 1966 e 1971, a vida tinha uma certa aparência de normalidade. Meu pai vinha de quatro em quatro meses cumprir tarefas em São Paulo, então o meu convívio com ele foi nesse período. A última vez que eu o vi, foi em abril de 1971. Eu tinha de 4 para 5 anos e tenho lembrança nítida dessa última vinda. Inclusive essa foi uma última recepção familiar, quando houve uma grande reunião na Praia Grande.

Igor com sua mãe Victória
Arquivo pessoal – Reprodução da Revista Brasileiros

"A partir de abril de 1972, eu passei a me chamar Jorge. Esse segundo nome, essa segunda pele, durou oficialmente até 1982. De vez em quando, até hoje, quando alguém chama por Jorge eu olho para trás"

E o Maurício, meu avô, passava um período no Araguaia e outro período em São Paulo, exercendo a direção do PCdoB num revezamento com o João Amazonas.

A última vez que eu o vi, foi no reveillon de 1971 para 1972. Também tenho lembranças nítidas dele que são anteriores às do meu pai. Me lembro do meu avô num apartamento que moramos do Ipiranga. Nesse período de 1966 a 1972, moramos em algumas casas. Primeiro, no Ipiranga. Depois, num apartamento no Paraíso, de onde tenho lembranças. Depois fomos morar numa casa de cômodo no Jabaquara.

Quando se deflagra o Araguaia, logo em seguida essa casa do Jabaquara é abandonada e se consegue uma no Brooklin. É aí que as coisas começam a perder essa cara de normalidade. Em 1971, quando eu tinha 5 anos, a Victória conseguiu uma certidão de nascimento para mim, como mãe solteira. Ela foi ao bairro de Cascadura, no Rio de Janeiro, olhou uma casa, anotou o endereço, número. Foi a um cartório próximo e disse: "Eu vim registrar meu filho, ele tem 5 anos, nasceu nesse endereço, em casa", e mostrou o tal endereço.

A partir daí eu passei a me chamar Jorge de Freitas. Todos tinham nomes trocados. A Victória chamava Tereza de Rosa Freitas, a minha avó Alzira nunca tirou documentos ilegais, mas também não usava o nome Alzira, era Dona Maria.

A partir de abril de 1972, eu passei a me chamar Jorge. Esse segundo nome, essa segunda pele, durou oficialmente até 1982. De vez em quando, até hoje, quando alguém chama por Jorge eu olho para trás.

Essa casa do Brooklin tinha uma função política. Ela não era só uma casa e vim saber isso bem depois. O segundo andar era completamente vedado a qualquer criança que porventura ficasse minha amiga, que fosse frequentar essa casa. Ninguém podia ter acesso ao meu quarto. Mas quando eu ia na casa de outras crianças eu tinha acesso ao quarto delas.

E aí, com 6, 7 anos eu pergunto: "Cadê meu pai, cadê meu avô?" E como resposta, ouvia: "Ah, eles estão trabalhando, e o trabalho é fora de São Paulo, estão trabalhando". Só que esse

trabalho nunca permitia folga, era uma espécie de trabalho eterno. Era uma desculpa e eles iam enrolando. Funcionou durante um período, com 7, 8 anos. E depois parou de funcionar.

No segundo andar dessa casa, no meu quarto particularmente, tinha uma parte da biblioteca do PCdoB, com as obras completas do Stalin, livros do Lênin, do Marx, do Mao, em francês e em espanhol, nunca em português. E não era uma biblioteca com estante, não. Os livros ficavam em um saco de viagem, que fechava com zíper. Em cima, iam três ou quatro camadas de jornal envolvendo grupos de volumes. E no armário, em algum lugar intocado também tinha uma parte das finanças do PCdoB que ficavam meio que escondidas ali.

E nessa casa o João Amazonas vinha, de quinze em quinze dias. A história de fachada para a vizinhança era que ele era irmão da minha avó Alzira, e que era meu tio José. A última vez que o Amazonas esteve em casa foi antes da queda da Lapa, em 1976. Depois ele foi para o exílio. Foi mais uma figura masculina que também desapareceu do mapa. Simplesmente as pessoas iam literalmente sumindo do pedaço. Primeiro meu pai, depois o Maurício, depois o Amazonas. Então todas as figuras masculinas da família desapareciam.

Vivemos oito anos nessa casa do Brooklin. Na vizinhança, o que se ouvia era Roberto Carlos. No domingo, era Silvio Santos o dia inteiro na tevê. Era aquele bombardeio de propaganda do regime, via Silvio Santos, via Roberto Carlos. Inclusive havia aquele anúncio: "Este é um país que vai para frente".

Eu era regularmente matriculado no ensino oficial do Estado de São Paulo onde também tinha o culto à ditadura. Por exemplo, imagina eu ter que fazer um trabalho marcando a data do dia 31 de Março?

Nessa vida preenchida por vazios e cercada por mistérios, tem um episódio: a minha avó fazia contatos com o Carlos Danielli em pontos. No último ponto que ela fez com ele antes de ser assassinado, ele disse: "Aquela casa é insegura, tem que ter um cachorro". E não sei como, mas ele arrumou um cachorro, que mais tarde eu vim saber que era uma mistura de Pastor Alemão com Collie. Minha avó chegou um dia com um cachorrinho pequeninho, que se tornou um bicho do tamanho de um bonde, que ocupava o quintal.

O João Amazonas tinha verdadeiro pavor desse cachorro. Ele era proibido de entrar em casa e quando ele entrava o Amazonas corria pelas escadas fugindo. Naquela situação de clandestinidade, o cachorro se converteu em um problema, porque a vizinhança reclamava, ele latia e só duas pessoas conseguiam lidar com ele, eu e minha avó.

E um belo dia aparece um cidadão com uniforme da Força Pública dizendo: "Vim buscar o cachorro". Foi mais um desaparecimento, mais um vazio nesse período. A desculpa era "O cachorro vai treinar e volta". Nunca mais voltou.

> "A notícia do desaparecimento do meu pai, do meu tio e do meu avô chegou em 1974, quando o Amazonas trouxe as informações. O desaparecimento deles ocorreu com meses de diferença"

A partir de 1976 foram desfeitos os dois últimos contatos com o PCdoB que eram o João Amazonas e Elza Monnerat. O primeiro estava fora do país e Elza foi presa na queda da Lapa [dezembro de 1976], aí se perde o contato com o PCdoB e se perde o contato também com a família. Quem fazia a ligação com a família era a irmã do Maurício Grabois, a Maria Grabois que era uma médica no Rio de Janeiro.

Com o nome de Tereza, em 1975, minha mãe fez o vestibular e entrou na faculdade de Letras de Moema. Ela também foi aprovada na USP e na PUC, mas era impossível frequentar uma das duas por questões de segurança e a faculdade de Moema era mais discreta. A partir de 1976 ela assume aulas como professora temporária e começou a fazer parte da Associação dos Funcionários Públicos de São Paulo. Em 1978, quando começaram as greves, a Apeoesp começou a se destacar como entidade representativa dos professores. Antes de cair a ficha que era uma violação de segurança muito grave, minha mãe já estava no comando de greve. E tudo isso sem contato com o PCdoB.

A notícia do desaparecimento do meu pai, do meu tio e do meu avô chegou em 1974, quando o Amazonas trouxe as informações. O desaparecimento deles ocorreu com meses de diferença. Meu pai e o meu avô, foi no mesmo dia, 25 de dezembro. Natal de 1973. O André foi em outubro. Isso também eu fui descobrir depois em conversas quando comecei a reconstruir toda a cena.

Bem, a partir de 1977, 1978, eu já começo a chegar à conclusão que esse negócio de trabalho era conversa fiada. Aí eu pensei: "Como é que eu vou resolver esse mistério?". A primeira coisa que faço é abrir a biblioteca do PCdoB. Então, com 11 anos eu comecei a ler algumas coisas. Li *Esquerdismo, a Doença Infantil do Comunismo* de Lênin e não entendi nada. Tinha um livro em espanhol que era em conjunto com chineses com soviéticos. Era um artigo chinês, um soviético, louvando a unidade inquebrantável da União Soviética com a China, a pretexto dos 90 anos do Lenin.

Em 1978, foi relançada a coleção *Os Pensadores*. Eu comprei um Marx, o segundo volume, que tenho até hoje. É um volume meio afetivo. Então fui ler *Salário, Preço e Lucro*.

Então, a partir de 1978, as perguntas começam a ser feitas e elas não são respondidas. Até que um dia, em setembro de 1979, numa revista *IstoÉ*, tinha uma matéria: "Com Stalin no leme, PCdoB volta à cena!" e uma baita foto do Amazonas, assim logo após a Anistia. Eu pensei: "Opa, conheço esse cidadão aqui da fotografia". Fui lendo e uma certa hora diziam: "Os que fundaram o PCdoB, João Amazonas, Maurício Grabois". Tinha uma Grabois na parada como a minha tia Maria. Aí eu chamei a Victória, a minha mãe e disse: "Olha, essa situação aqui que a gente vive, tem a ver com isso".

Foi o dia em que a Victória sentou e contou a história toda. Foi assim, de uma vez só, um choque anafilático. Entendi todo o mistério, o porquê daquele medo, os segredos, por que os vizinhos não podiam saber, por que as crianças não podiam subir no segundo andar da casa.

Nesse dia eu passei a fazer parte da célula do PCdoB ou do que sobrou do PCdoB, onde o debate era o seguinte: sai da clandestinidade agora ou espera o João Amazonas vir fazer o contato e dar o aval do Comitê Central para sair da clandestinidade?

Foi um debate torturante que durou uns três meses. E os exilados voltavam. O primeiro do PCdoB que voltou foi o Diógenes Arruda, que a gente nem conhecia. Com a anistia, a Elza Monnerat é solta do presídio político feminino. E a partir daquele momento era fuçar as listas da volta dos exilados que eram publicadas. "Hoje está voltando Prestes, hoje está voltando o Brizola, hoje está voltando o Gabeira, está voltando o Franklin Martins", e o Amazonas nunca que voltava.

Então, qual era a conclusão? De que o PCdoB não estava acreditando na abertura, na anistia, essa deveria ser a linha política, ou seja, o pessoal estaria achando que os retornos eram para botar a cabeça de fora para eles cortarem. Então a gente não saiu da clandestinidade.

E aí descobrimos pelo jornal que o Amazonas estava vindo, primeiro para o Galeão, no Rio e depois para Congonhas, em São Paulo. Quando ele veio, ele não tinha casa para ficar no Rio de Janeiro. O PCdoB procurou a minha tia Maria Grabois pedindo para abrigar o Amazonas por uma noite na volta dele. Então ele e a Elza Monnerat ficaram na casa do meu tio avô Jaime Grabois, que é irmão também do Maurício. Minha tia Maria perguntou a ele sobre a situação de minha mãe e minha avó Alzira, e ele não respondeu nada.

Em 25 de novembro de 1979, eu e a Victória fomos para o aeroporto de Congonhas receber o João Amazonas. Ficamos em um canto com pessoas que estavam esperando passageiros comuns. Enquanto isso, estava lá a turma com faixas, "Vale do Ribeira recebe Amazonas", e o pessoal gritava "Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos um Araguaia em cada canto do Brasil". Essa era a palavra de ordem do pessoal do PCdoB e aquela explosão do pós-anistia. Nós ficamos ali, eu fiquei em um fascínio inacreditável.

Sai o Amazonas, aquela corrente humana. Ele ia ser levado diretamente para o Sindicato dos Metalúrgicos, se não me engano. Era o Zé Duarte segurando ele num braço e o Diógenes Arruda no outro. Essa cena eu me lembro como foto e me lembro como cena de filme. A Elza Monnerat vinha atrás. A Victória disse que ela pensou em segurar a Elza, tinha que ter segurado, mas ela não teve coragem. Voltamos para casa para o velho debate. Aquela agonia de Pilatos: "Sai da clandestinidade ou não sai da clandestinidade?" Nessa época eu já participava do debate: "Pelo amor de Deus, vamos sair da clandestinidade, vamos voltar para o mundo dos vivos".

Isso [postura do Comitê Central em deixar a família sem notícias e sem orientação do que fazer a respeito da clandestinidade] é injustificável. Tinha as notícias, teve o contato com a família, via Maria Grabois, via Jaime Grabois, então é absolutamente injustificável. Isso é uma das coisas que está inclusive na nossa briga com o PCdoB.

> "Isso [postura do Comitê Central em deixar a família sem notícias e sem orientação do que fazer a respeito da clandestinidade] é injustificável"

Tanto que, quando o Amazonas morreu, em 2002, eu já não tinha nenhuma relação política, pessoal ou afetiva com ele. É uma figura que marcou a minha formação, o que é inegável.

Com a Elza a gente teve mais contato porque ela morava no Rio, frequentava muito a nossa casa. Ela perdeu o peso político. Era do Comitê Central porque era uma pessoa histórica, mas não tinha uma tarefa política propriamente dita. Ela fazia algumas atividades de apoio, dava depoimentos, falava das questões históricas. A última tarefa dela era assistente da fração dos familiares de mortos e desaparecidos políticos do PCdoB.

Sobreviver na clandestinidade, eu era a única criança que não tinha primo, que não tinha tio, não tinha primo, que não tinha família. O Joca [João Carlos Grabois, filho de André Grabois], por exemplo, eu não sabia da existência dele, só fui conhecê-lo em 1980.

A outra coisa, é que também não tinha passado. Quem era o meu avô, meu bisavô? Eu não tinha passado. Qual era a identidade familiar, qual era a identidade étnica? Também não tinha lugar. Era São Paulo, Rio, eu não tinha lugar, um local. Nasci no Rio, morava em São Paulo, mas o ar de provisoriedade dos lugares era muito grande.

Havia motivos para se ter uma preocupação de segurança, mas elas acabavam virando verdadeiro exercício de paranoia. Qualquer cidadão esquisito que passava na rua era da polícia fazendo a campana e levantando os dados da casa para eles entrarem lá.

A Liana Casaroli, que já é falecida, se tornou uma grande amiga da minha mãe. Elas se conheceram na porta da escola particular que eu estudei um ano, no Brooklin. Ela se tornou a melhor amiga da minha mãe e uma pessoa de confiança naquele momento. Ela era a única pessoa que inclusive, dentro daquela comunidade que a gente vivia, tinha uma visão mais arejada, uma visão de oposição ao regime.

Quando teve a queda da Lapa, havia a preocupação que alguém abrisse sob tortura os dois aparelhos, as duas casas fortes do PCdoB.

Soubemos da Chacina da Lapa pela imprensa, no *Jornal Nacional*. Foi uma crise, um choque. Eu não sabia, mas a Victória e a Alzira, minha mãe e minha avó, ficaram apavorados quando viram aquilo. O Comitê Central do PCdoB tinha sido atacado, Pedro Pomar e o Ângelo Arroyo, tinham sido assassinados e a Elza Monnerat e o Wladimir Pomar, tinham sido presos. Essas pessoas eram as referências orgânicas delas.

O *Jornal Nacional* falava em aparelho terrorista desmantelado, dois terroristas mortos em confronto com policiais. Foi aquela matéria do *Jornal Nacional* e saiu no dia seguinte no *Estadão*, no *Jornal da Tarde*, na *Folha da Tarde*. Aquela foto do *Jornal da Tarde* ficou guardada lá na biblioteca do PCdoB. A porta da casa da Lapa metralhada.

Qual era situação? Podia cair a casa, nós podíamos cair, então a Victória correu lá na casa da Liana Casaroli e disse: "Olha, fica com o Jorge que eu preciso fazer uma viagem com urgência e daqui a três dias eu venho buscá-lo. Se eu cair preserve o Jorge". A Victória tinha a confiança que se acontecesse alguma coisa a ela, a Liana seguraria a minha onda lá de criação. Eu tinha 10 anos.

Em novembro de 1979 o Amazonas volta, não faz contato e não sei se foi por votação ou por imposição, eu e a Victória dobramos a Alzira e a Victória saiu a campo para buscar um advogado para poder promover nossa saída da clandestinidade.

O advogado que se conhecia, era um que aparecia muito na televisão, defendendo os presos políticos, que era o Luiz Eduardo Greenhalgh. Ela marca uma reunião e chega dizendo: "Sou a Victória Grabois, filha de Maurício Grabois e estou na clandestinidade". O Luiz Eduardo deu algumas orientações jurídicas. A primeira foi: "Saia de São Paulo, vá para o Rio buscar abrigo da família lá no Rio".

Como a Victória dava aula no Estado, com holerite e coisas do gênero, a orientação foi para simplesmente não renovar o contrato de ACT. Ela tinha comprado um carrinho e o Greenhalgh deu um jeito de vendê-lo na boca do lixo. O carro ajudou a fazer a mudança.

Então a Victória tirou documentos como Victória Lavínia Grabois Olímpio. Ela tirou carteira de identidade, CIC e título de eleitor aos 36 anos, independente do que aconteceria com os documentos ilegais. E entrou-se com o processo com base na Lei da Anistia. O artigo que se usou foi o crime conexo da anistia. Porque o crime da Victória era de falsidade ideológica, que era um crime do Código Penal. E tinha que se colocar esse crime como conexo da anistia. Ou seja, até a tragédia que a gente viveu, o crime conexo da anistia é o que anistiou os torturadores, é o artigo primeiro da Lei da Anistia.

Entrou-se com um processo para, com base na Lei da Anistia, recuperar todos os documentos que estariam porventura como Tereza da Rosa Freitas ou como Jorge Freitas. E então transformar em Victória Grabois e Igor Grabois os documentos que foram obtidos no período da clandestinidade.

O meu caso era o mais grave. Eu estava na sétima série, e ainda fiz a oitava série e o primeiro ano do Ensino Médio como Jorge. Fui até para uma escola da Comunidade Judaica que aceitava me tratar formalmente como Igor mesmo meus documentos sendo Jorge. Foi uma saída enquanto o processo não rolava.

Essa situação toda virou inquérito policial. O Delegado da Polícia Federal, Veronezzi, que presidiu o inquérito policial, apreendeu os documentos. E houve uma espécie de lobby para o Conselho Estadual de Educação aprovar que o nome Igor Grabois poderia constar nos meus documentos, histórico escolar. A partir dessa resolução do Conselho Estadual de Educação eu fiz universidade, concurso público e nunca ninguém questionou nada.

O diploma da Victória também foi outra briga. Foram uns três ou quatro anos de briga no MEC.

Em novembro de 2009, eu fui anistiado. O relator, Rodrigo Gonçalves, fez um parecer muito bonito. Ele tinha que justificar a anistia pelo Código Civil, com um período de perseguição. Ele teve que arrumar um argumento para quantificar essa perseguição. Porque sofri perseguição a vida inteira, em qualquer momento entre o dia em que eu nasci até a anistia e o dia dessa resolução do meu parecer do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Se formos fuçar um pouquinho na Escola Estadual Mário de Andrade ou na Direção Regional de Ensino lá de Santo Amaro, é capaz de encontrar lá o histórico escolar do Jorge Freitas.

Todas as notícias das mortes eu tive posteriormente aos acontecimentos. O desaparecimento do meu pai, do meu avô, do meu tio, a queda da Lapa, tudo isso eu fui saber pós-anistia. Ou seja, é como se eu tivesse uma vida até a anistia e passasse a ter uma outra vida a partir disso. É um corte.

"Soubemos da Chacina da Lapa pela imprensa, no *Jornal Nacional*. Foi uma crise, um choque"

O desaparecimento do meu tio, o André foi em outubro de 1973. O desaparecimento do meu pai e do meu avô foi em 25 de dezembro de 1973, no Araguaia.

As datas anteriores eu não tinha conhecimento. A única coisa que eu me lembro é o terror da minha avó e da minha mãe na hora em que veio a notícia na Globo: "Estourou a Lapa, terrorista, não sei o quê, morreram em combate, em enfrentamento", mas eu não sabia o que aquilo significava. Eu não consegui relacionar o terror com a notícia e com os três dias que fiquei na casa da Liana Casaroli. Nunca me foi falado assim: "Caiu o comitê central do PCdoB, nós estamos isolados do PCdoB, perdemos o contato". Isso nunca foi discutido comigo, só foi discutido lá em setembro de 1979, ou seja, todo esse período foi no escuro.

Então, não tem luto. São vazios. Meu pai não vem mais, meu avô não vem mais, o cachorro é mandado para treinar, o Amazonas para de vir, vão abrindo vazios. E é engraçado, porque mesmo sendo da primeira infância, dessas pessoas eu tenho a memória muito nítida.

Por exemplo, quem me ensinou a jogar xadrez? Foi o Amazonas, quando eu tinha 9 anos. Nesse período, eu tinha uma relação assim meio de avô para neto com o Amazonas. Depois foi um distanciamento só, mas nesse período da clandestinidade era uma proximidade muito grande. São vazios, então não tenho uma elaboração de luto.

Com a lei 9140/95, o governo brasileiro fala assim: "Busquem seus atestados de óbito, porque o governo brasileiro, o Estado brasileiro considera os desaparecidos mortos". Então, em 1995, minha mãe foi lá no cartório de pessoas naturais do Rio de Janeiro buscar o atestado de óbito de meu pai. Nele, consta: morto segundo a lei 9.140 de 95. É isso que está escrito no atestado de óbito do meu pai. Isso foi necessário porque senão a vida civil não prosseguia. Minha mãe se casou de novo, teve outro filho com outro companheiro. Então toda essa normalização da vida civil dependia disso. Mas esse atestado de óbito também não foi uma elaboração de luto.

Eu fui ler o Relatório Arroyo só em 1980. O [Angelo] Arroyo foi um membro da Comissão Militar da Guerrilha do Araguaia que sobreviveu à guerrilha, retomou o contato com a direção do PCdoB, e apresentou um relatório pormenorizado do ponto de vista do que ele viu. O relatório é a principal fonte que a gente tem até dezembro de 1973.

A figura do Maurício Grabois é sempre um modelo. Apesar de eu conhecer o Maurício como avô, o Maurício lenda sempre foi forte, referência de gerações de militantes, eu passei a vida encontrando antigos militantes que me falavam assim: "Conheci o teu avô, reuni com teu avô, estive com teu avô em local tal". Ou seja, grande parte dos militantes comunistas do Brasil, até de uma certa idade, eu sei que hoje seriam mais de 75 anos, vamos dizer assim, eu acho que até contemporâneos dele, conheceram o Maurício. Ele sempre foi uma referência. Além de ser uma figura familiar, ele meio que se converte em uma figura mítica.

Já o meu pai, eu fui redescobri-lo na idade adulta. Meu pai não tinha essa referência toda, há poucos militantes que conheceram ele. Meu

pai militou na juventude do Partido Comunista em 1958-1962, foi dirigente quando o PCdoB era um partido muito pequeno e a partir de 1964 foi para a clandestinidade. Boa parte dos militantes que conheceram o meu pai morreram. De vez em quando alguém fala dele, da guerrilha. Fui redescobri-lo com os velhos comunistas da Zona Leste, com as referências familiares e com os amigos dele. A descoberta do meu pai foi a partir da vida adulta, já tem mais de vinte anos que isso aconteceu.

Meu pai parece ser uma pessoa mais humana. Parece mais um ser humano do que o Maurício Grabois que tinha essa dupla presença, uma presença afetiva e ao mesmo tempo uma presença política muito grande. Algumas pessoas dizem que isso dá divã para muitos anos, como sempre me recusei ao divã, então...

Eu estive lá [na região do Araguaia] muito tardiamente, em setembro de 2011. Eu queria muito ter ido antes, mas só consegui ter a oportunidade de ir agora no Grupo Trabalho Araguaia.

Até hoje eu não consegui ler o que dizem ser o diário da guerrilha, do Maurício Grabois, que foi publicado na revista *Carta Capital*. Justamente pelo fato de esse diário não ter uma fonte comprovada, com certeza tem um filtro. Todo mundo sabia da existência desse diário que o Maurício mantinha. Esse diário estava com ele quando foi morto. O Exército teve acesso aos pertences dele e o diário virou um troféu de guerra. Ele foi soterrado em algum arquivo, pode ter sido até surrupiado como troféu pessoal de algum participante ali da repressão, a gente não tem como saber. Provavelmente está em algum arquivo. E uma versão desse diário foi manchete na *Carta Capital*.

A minha mãe leu e acha que tem elementos verdadeiros. Ela reconhece o pai no diário. Tem uma passagem em que o Maurício fala de mim, fala do meu aniversário. Eu só passei os olhos, não tive coragem de ler, mas pelo que eu vi, só tem coisas cotidianas, não fala de ações da guerrilha. Parece que o pessoal estava ali o tempo todo caçando jabuti, procurando água no rio, coisas do gênero. Então com toda a certeza ele é uma versão, não é um diário completo. Então eu não quis ler com esse filtro.

Estamos em contato com os familiares. E há o peso dos familiares dos guerrilheiros com a condenação do Brasil na Corte Interamericana.

“Então, não tem luto. São vazios. Meu pai não vem mais, meu avô não vem mais, o cachorro é mandado a treinar, o Amazonas para de vir, vazios vão abrindo vazios”

Sabemos que a solução para o pleito dos familiares é muito simples, é a abertura dos arquivos. Numa reunião conosco, o Ministro [da defesa] Celso Amorim quis dar a impressão que tinha uma caixa. Aí a Marinha pegou a sua caixa, a Força Aérea pegou a sua caixa, o Exército pegou a sua caixa e eles incineraram. Então cada um incinerou a sua caixa e nós não temos nenhuma notícia.

Nessa mesma reunião eu citei para o Ministro que o Ruy Barbosa tinha mandado queimar os documentos da escravidão e o máximo que ele conseguiu fazer foi queimar os assentos de vendas de escravos no Rio de Janeiro. O Ruy Barbosa não conseguiu porque se fosse queimar, ele teria que queimar o país. Porque a escravidão foi o retrato do país, como a ditadura foi o retrato do país. Então queimar arquivo é queimar o país.

Por que essa recusa tão grande do Exército Brasileiro em abrir os arquivos? Porque se abrir os arquivos, as classes dominantes vão se olhar no espelho. Quantos da burguesia brasileira, quantos do empresariado, quantos da política, quantos militares inclusive alguns mais novos vão se enxergar, vão se ver nesse apoio, nessa colaboração, nesse apoio da ditadura?

E a questão dos corpos? A questão das ossadas? Há notícias lá do Araguaia, que em 2001 o Exército fez uma operação limpeza. O [major Sebastião] Curió, que é militar e é político, tem até uma cidade com o nome dele, Curionópolis, ele reúne as pessoas de confiança dele que participaram como guias e assassinos junto com o Exército.

Eles estão morrendo, alguns são assassinados. Dos cinquenta que receberam a carteirinha de Delegado – que o povo lá chama de Delegado calça curta, porque o Curió deu uma carteira de Delegado da Secretaria de Segurança do Pará para cada um dos cinquenta homens de confiança dele – uns 25 tiveram morte violenta.

Foi queima de arquivo, porque eles se tornaram assassinos no Araguaia e depois viraram assassinos de aluguel, pistoleiros, mataram camponeses nos conflitos de terra.

Sobre a questão dos corpos, por que se acharam [os restos mortais de] Maria Lucia [Petit] e Bergson [Gurjão Farias]? Primeiro foram os esforços da Crimeia [de Almeida], da Amelinha [Teles], da Victória [Grabois], da Laura [Petit] de irem lá na região, de identificarem aquele cemitério de Xambioá. Foram lá e conseguiram abrir, identificar, e foi uma luta para identificar também. E a outra questão é que esses dois foram mortos logo no início, que até que a tecnologia, vamos dizer assim, de ocultação de pistas e dos corpos ainda não estava tão desenvolvida.

Os demais, de outras regiões, muito provavelmente, é duro dizer isso, mas em função dessas diversas operações de limpezas a dificuldade é muito grande de achar os demais corpos. Então se não se acham os corpos, é porque houve a operação limpeza.

IGOR GRABOIS OLÍMPIO nasceu em 9 junho de 1966. Filho de Victória Grabois e Gilberto Olímpio é professor universitário e economista formado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

1. Victória e Alzira em manifestação no Rio de Janeiro segurando cartaz e fazendo denúncia sobre os desaparecidos do Araguaia

2. Foto de carteira de identidade de Maurício Grabois

3. Maurício discursando na abertura da Assembleia Nacional Constituinte, 1946. Ele foi um dos três deputados da bancada do PCB eleitos pelo Distrito Federal para a Constituinte

4. Gilberto na Checoslováquia, 1961. Lá cursou engenharia e conheceu Osvaldão, outro importante líder do Guerrilha do Araguaia

5. Gilberto Olímpio Maria

6 e 7. Carteira de estudante de Igor com nome que usava na clandestinidade. Arquivo pessoal – Reprodução da Revista Brasileiros

Gilberto Olímpio Maria nasceu em 11 de março de 1942, em Mirassol (SP), filho de Antônio Olímpio Maria e Rosa Cabello Maria. Desaparecido em 25 de dezembro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Mudou-se para São Paulo (SP) onde estudou no Colégio Sarmiento. Pertenceu ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, depois, ao PCdoB.

Em 1961, viajou para a Checoslováquia para estudar Engenharia. Dois anos depois, retornou ao Brasil, com Osvaldo Orlando da Costa ("Osvaldão", desaparecido em 1974), de quem se tornara amigo. Trabalhou no jornal *A Classe Operária*, periódico clandestino editado pelo PCdoB, até o golpe militar de abril de 1964, quando passou a viver na clandestinidade.

Em 30 de dezembro de 1964, casou-se com Victória Grabois, em Araraquara (SP). Em 1964, Victória e Gilberto, junto com os companheiros Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão) e Paulo Mendes Rodrigues foram destacados pelo Partido a atuarem no oeste de Mato Grosso. Realizaram trabalho de massa junto aos camponeses e, também, no reconhecimento do território, visando à instalação da guerrilha. Em 1965, foram obrigados a abandonar o trabalho por problemas de segurança. Em 1966, nasceu seu filho Igor. Nesse mesmo ano, viajou para a China, onde realizou treinamento de guerrilha.

Retornando ao Brasil, morou em diversos locais do interior do país, inclusive em Porto Franco (MA) com João Carlos Haas Sobrinho (desaparecido em 1972), com quem se mudou mais tarde para a região de Caianos, próxima ao rio Araguaia, no sudeste de Pará.

Era conhecido como Pedro. Na guerrilha atuava na comissão militar e, posteriormente, foi comandante do Destacamento C com Dinalva Monteiro Teixeira, a Dina (desaparecida em julho de 1974).

Com Paulo M. Rodrigues e outros companheiros fundou o povoado de São João dos Perdidos, Distrito de Conceição do Araguaia (PA).

Victória Lavínia Grabois Olímpio nasceu em 01 de novembro de 1943, filha de Alzira da Costa Reis e de Maurício Grabois, histórico dirigente comunista. Victória e sua família eram militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Iniciou sua militância em 1963, durante o movimento estudantil. Após o golpe de 1964, foi expulsa do curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia (pertencente à atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)). Com a perseguição política, a família mudou-se para São Paulo e entrou para a clandestinidade. Conheceu Gilberto Olímpio Maria, no Rio de Janeiro, quando ele voltou Checoslováquia e com ele se casou.

A partir de 1966, militantes do PCdoB foram deslocados para a região do Araguaia, onde se desenvolveria a guerrilha contra a ditadura militar. Entre 1966 e 1969, seu pai, Maurício; seu irmão André e seu marido, Gilberto também se transferiram para a região. Victória só não foi para o Araguaia porque estava grávida. Maurício Grabois, André Grabois e Gilberto Olímpio foram assassinados pela ditadura militar e são até hoje desaparecidos políticos.

Enquanto sua família estava no Araguaia, Victória, que já vivia na clandestinidade, seguiu morando em São Paulo, adotou uma nova identidade, teve de registrar seu filho Igor com nome falso e mudava constantemente de casa. Ao todo, viveu dos 20 aos 36 anos na clandestinidade.

Após o decreto da lei da anistia em 1979, Victória voltou para o Rio de Janeiro, procurou um advogado que defendia presos políticos, tirou novos documentos e finalmente saíram da clandestinidade. Professora aposentada do ensino médio, é presidente do Grupo Tortura Nunca Mais (RJ) e integrante do Fórum Feminista do Rio de Janeiro.

A vida na clandestinidade de meu filho

por Victória Grabois

Igor, meu filho, nasceu na clandestinidade e só voltou ao convívio social aos 13 anos de idade. Eu conheci seu pai Gilberto Olímpio Maria, no final de 1963 e imediatamente nos apaixonamos. Nossa relação era de muito amor e carinho. Marcamos nosso casamento para abril de 1964, mas o golpe militar frustrou nosso desejo e só nos casamos em 30 de dezembro desse mesmo ano.

Após o nosso casamento, fomos morar em Guiratinga, cidade situada no oeste de Mato Grosso. Lá, ao lado de Osvaldão [Osvaldo Orlando da Costa] e Paulo Rodrigues, também desaparecidos, formamos um grupo de reconhecimento, tendo como meta estudar e pesquisar o local mais adequado para iniciar o movimento de resistência à ditadura militar.

No final do ano de 1965, por problemas de segurança, fomos obrigados a abandonar o trabalho que desenvolvíamos e voltamos para a cidade de São Paulo. Nessa época, mudei meu nome para Teresa, por medida de segurança.

Em setembro de 1965, soube que estava grávida. A reação de Gilberto foi de muita alegria, assim como a de meus pais. A minha gravidez foi muito festejada, afinal o bebê que iria nascer seria o primeiro neto do lado materno e paterno, o primeiro sobrinho. Da mesma forma, minhas amigas da Faculdade ficaram exultantes com a chegada do primeiro filho da "turma".

Em 9 de junho 1966, nasce nosso filho Igor. Após alguns meses, Gilberto retorna ao interior, indo morar no Maranhão com meu irmão, André Grabois e com o médico João Carlos Haas.

Durante o período em que meu marido esteve no Araguaia recebi duas cartas no ano de 1970 e uma em 1971. Nas cartas, Gilberto dizia que estava bem e que se preocupava com a educação do nosso filho:

"(...) quanto ao Marcelo , cresceu muito? Dê um abraço nele e agradeça pelo desenho. Estava bacana. Espero que ele tenha um aniversário feliz. Outra coisa, não deixe que ele se crie demasiado mimado. Permita que ele vá desenvolvendo os seus problemas. Não deixe que o tratem como se ele fosse de vidro. Diga a ele que se eu pudesse estaria brincando a vida toda com ele, de esconder e de outras brincadeiras e passearia muito também. Dê um abraço nele por mim. Sem choro, ele não se justifica".

A última vez que encontrei Gilberto foi em 2 de maio de 1971. Igor e eu o levamos até a rodoviária de São Paulo (SP), de onde ele partiria para o interior do país. Tivemos uma despedida muito triste, chorávamos os três. Igor, com apenas 4 anos, percebia muito bem a triste situação. Naquele dia, tive a percepção que nunca mais veria meu marido.

Quando soubemos que o Exército havia iniciado sua operação na região, minha mãe, Igor e eu tivemos que sair da casa onde vivíamos para outra casa. Gilberto e meu pai conheciam nosso endereço e tivemos medo que eles fossem presos e obrigados a informar nosso paradeiro.

Para preservar a integridade da minha família, precisei trocar o nome de meu filho. Como ele era muito pequeno, iria completar 6 anos, dei a seguinte explicação: Igor é nome russo, ele iria se matricular em uma escola de maior porte e, no Brasil, não se aceitava nomes estrangeiros. A partir daquela data ele se chamaria Jorge, tradução de Igor. Prontamente, meu filho aceitou a minha explicação. Igor é muito inteligente e percebeu que teríamos que viver de forma discreta.

Desde a ida de Gilberto para o Araguaia assumi a função de pai e mãe do meu filho. Fiquei com a enorme responsabilidade de educá-lo sozinha. As circunstâncias eram desfavoráveis, a vida clandestina é uma situação de risco, a qualquer momento poderíamos ser descobertos pelo Exército.

Esse momento foi um dos mais difíceis da minha vida. Perder todos os homens da família e viver na clandestinidade, longe dos amigos e dos outros familiares, sem ter uma identidade própria, trabalhar para sustentar minha mãe e meu filho, foi um sofrimento indescritível. Sentia-me solitária, não suportava os finais de semana, feriados ou férias. Gastava toda minha energia cuidando da educação do Igor e trabalhando como professora em escolas da periferia de São Paulo das sete da manhã até as onze da noite.

Senti-me impotente, sobretudo porque ainda estava na clandestinidade, apesar da vigência da Lei da Anistia. Minha primeira reação foi achar meios para sair da clandestinidade. Eu tive a notícia de que André teria sido morto em 1973, meu pai considerado desaparecido, e de Gilberto... nenhuma notícia.

João Amazonas e Diógenes Arruda, dirigentes do PCdoB, já haviam chegado do exílio, mas nem eles ou qualquer outro membro do Partido nos procurou. Minha mãe, Igor e eu continuávamos isolados do PCdoB e da família. Não havia mais sentido continuar morando em São Paulo.

A saída foi procurar um advogado. Indicaram-nos o Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, marquei uma audiência para aquele mesmo dia. Fui ao encontro do Luiz Eduardo e quando entrei no escritório e me identifiquei, ele demonstrou alegria e espanto por eu ter ido procurá-lo. A partir daquele dia, iniciei o processo de justificação, meu e do meu filho, para voltar a ter a nossa documentação original. Eu voltaria a ser Victória e meu filho, Igor. A ação foi fundamentada nos crimes conexos da Lei da Anistia, pois ao usar um nome falso e ter registrado meu filho com outro nome, havia cometido o crime de falsidade ideológica.

O sonho do pai, do avô e do tio despertou em Igor o dever de continuar a luta interrompida com os desaparecimentos dos três. O ideário político dos seus entes queridos ficou como semente no solo do Araguaia. Ele está prosseguindo a luta contra a miséria e a opressão e exigindo do Estado brasileiro respostas: Como? Onde? Quando? Quem assassinou e desapareceu com os corpos de Gilberto, Maurício, André e seus companheiros?

“Ele lutou muito para poder conseguir se inserir na sociedade, mas não conseguiu”

por Darcy Andozia

sobre Carlos Alexandre Azevedo

Eu sinto que meu filho poderia estar hoje aqui falando da mesma maneira que falou em Brasília quando fomos receber o pedido de perdão [do Estado brasileiro]. Sou mãe, convivia com ele no dia a dia e, mesmo assim, me surpreendi com a consciência e visão de mundo que ele tinha.

A luta contra a ditadura me deu forças para enfrentar o que vivi nesses anos todos, para me manter coerente. Contarei um pouco da história que nós vivemos.

Numa manhã de fevereiro de 1974, meu filho Cacá, de um ano e sete meses, foi preso em nossa casa, que ficava no bairro do Brooklin, em São Paulo. Eu tinha saído para ir à procura de Dom Paulo Evaristo Arns, com quem tínhamos um relacionamento direto, para avisar que o pai de Cacá [Dermi Azevedo] certamente tinha sido preso na noite ou no dia anterior. Já tínhamos recebido a notícia de que ele teria morrido. Então, para tentar evitar que de fato isso acontecesse, porque sabíamos que não se matava imediatamente e ele só tinha sumido no dia anterior, eu fui atrás de Dom Paulo.

Nem voltei para casa, porque, quando fui ao escritório de Maria Nilde [Mascellani], por volta das seis e meia da tarde, fui presa.

Andamos por São Paulo e a equipe seguia prendendo outras pessoas, inclusive uma terapeuta que trabalhava com Nilde. No trajeto, eles foram me colocando medo. Em alguns momentos, eu ficava sozinha no carro por muito tempo, porque eles iam revistar uma casa, prender outras pessoas.

Cacá em um açude com cerca de 5 anos, Rio Grande do Norte

Só fui encontrar meu filho de madrugada, por volta de uma, duas horas, no DOPS, com a babá, Joana, que cuidava dele. Na manhã anterior, os policiais estiveram em minha casa para me buscar.

> “levaram a criança e a babá para o DOPS. Ambos ficaram sem se alimentar, sem água, sem nada, por um bom tempo”

Como eu não chegava, levaram a criança e a babá para o DOPS. Ambos ficaram sem se alimentar, sem água, sem nada, por um bom tempo. Para minha surpresa, vi que na boca do meu filho havia um corte lateral. A menina me contou que [os policiais que] estavam em casa falaram: “Cadê a sua mãe? Sua mãe não está aqui nem pra te alimentar”. O menino começou a chorar de fome. Então os policiais deram um tapa muito forte que cortou a boca da criança.

Meu filho acabou me salvando da tortura. Fui levada para a sala de tortura, onde havia uma máquina de choque elétrico e comecei a ser interrogada pelo delegado Sérgio Fleury. Aí chegou um policial perguntando o que iriam fazer com o tal menino que estava preso no DOPS desde aquela tarde.

Por conta disso, não sofri tortura física naquela noite. Permitiram-me levar o menino para a casa dos meus pais em São Bernardo. Fomos durante a madrugada. Fui alertada pelo Fleury de que, se eu abrisse a boca para gritar ou falar qualquer coisa quando chegasse lá, meu filho voltaria comigo e não iriam levá-lo outra vez a lugar nenhum.

Quando chegamos a São Bernardo, Joana desceu com Cacá no colo, dormindo. Eu então perguntei para o motorista se era possível esperar até que alguém da minha família acordasse. Vi quando minha mãe abriu a janela e Joana entrou com meu filho. O carro deu uma arrancada imensa e nós voltamos para o DOPS.

No DOPS, fui levada para uma cela onde estava uma companheira nossa de trabalho e outra companheira de Belo Horizonte, que tinha sido presa há algum tempo. Fiquei presa durante quarenta dias. Nos primeiros dias, minha roupa rasgou e pedi uma agulha para consertá-la. Um dia, foram revistar as celas e encontraram a agulha de costura. Por causa disso, passei não lembro quantos dias dentro do que se chamava de solitária. Tive a oportunidade de conhecer o que era uma cela pequena, acho que de um metro, bem estreita e um pouco comprida.

Na cela tinha um banco de cimento e um vaso sanitário. Era preciso ficar atenta escutando o barulho da água no vaso, porque era dali que se pegava água para beber, com um copo, quando

“Em 2011, quando o Cacá recebeu a indenização do Estado, ele falou claramente de como se sentia, que não se adaptava”

eles davam a descarga, uma vez por dia. Certa vez me senti mal porque não conseguia comer a comida, que vinha completamente estragada. Ninguém conseguia.

Dom Paulo Evaristo Arns ajudou muito a minha família. Pediu ao padre de São Bernardo que fosse dar assistência a eles. Dom Paulo, esse padre e um advogado propuseram que minha mãe fosse ao DOPS levar algumas coisas para nós, como roupas e alimentos. Foi assim que minha mãe descobriu onde eu e Dermi estávamos. Até aquele momento não sabiam.

No período em que estive presa, meu filho ficou com meus pais. Ele teve uma infância muito difícil. Nós sofremos muita discriminação quando saímos da prisão. Quando Dermi saiu da cadeia, estava muito mal, fora da realidade e, para que melhorasse mais rápido, nos mudamos para uma cidade pequena do Rio Grande do Norte, Currais Novos, onde ele tinha nascido.

Antes de minha prisão, em São Paulo, eu trabalhava com Maria Nilde, que já havia sido perseguida e tinha aberto um escritório de educação. Também fui da RENOV, que era uma entidade de assessoria educacional.

Eu sustentava a família, tinha mais facilidade de conseguir trabalho que Dermi, que viera fugido para São Paulo do Rio Grande do Norte, onde estava sendo perseguido.

No Rio Grande do Norte, onde ficamos até 1979, meu filho sofria na escola, era chamado de terrorista, mau elemento, os meninos batiam nele. O todo tempo ele reclamava de ser atingido e tinha vergonha disso, de ouvir dizer que nós éramos marginais, principalmente a mãe – porque era uma paulista e todo paulista era, para eles, libertino. Isso ocorreu durante muitos anos. Ele acabou se fechando e os médicos diziam que o trauma tinha sido muito grande, que a partir daí teria esse problema de saúde. Para poder ganhar dinheiro e nos manter, eu precisei trabalhar naquela cidade. Fui dar aulas. Quando eu entrava na sala dos professores, todos saíam e eu ficava sozinha. Isso não foi por um dia, uma semana, foi durante muito tempo.

Em 2011, quando o Cacá recebeu a indenização do Estado, ele falou claramente de como se sentia, que não se adaptava. Acredito que ele lutou muito para poder conseguir se inserir nessa sociedade, mas não conseguiu. Mas o interessante e o que quero ressaltar é que ele era uma pessoa consciente, lia muito. Acompanhava sua vida de perto. Ele morava comigo em São Paulo.

Eu descobri, depois da sua morte, que na internet ele era uma referência para muita gente. Isso me deu forças até para continuar a vida. Cacá foi embora com 40 anos, ia fazer 41. Foi surpresa para todos os amigos, para mim, para os profissionais que cuidavam dele. Morreu numa sexta-feira de madrugada (16 de fevereiro de 2013). Na terça-feira anterior eu estava na casa de uma amiga. Eu quase não saía para lhe fazer companhia. A minha amiga ligou para brincar com ele e disse “Olha, Cacá, não liberarei sua mãe hoje. Você permite que ela fique aqui?” E ele respondeu: “Não, Ivete, eu quero que minha mãe venha pra casa, porque eu gosto muito de ficar com a minha mãe”. E três ou quatro dias depois – não deu para perceber absolutamente que meu filho estava triste ou deprimido – ele se suicidou de madrugada. Inclusive mandou um e-mail para os amigos se despedindo, deixou um bilhete muito bonito para mim, em que me pede para eu não esquecer e nem descuidar dos outros irmãos.

O testemunho acima é de Darcy Andozia, sobre seu filho Carlos Alexandre.

CARLOS ALEXANDRE AZEVEDO (1972-2013) filho mais velho de Darcy e Dermi, foi uma criança desde muito cedo marcada pela ditadura. Adulto, sofria de depressão e fobia social. Aos 37 anos, teve reconhecida sua condição de vítima da ditadura e recebeu uma indenização, mas nunca pôde trabalhar regularmente. Era técnico de computadores. Suicidou-se aos 40 anos.

Darcy Andozia nasceu em 30 de junho de 1948. Ela e seu marido na época, Dermi, eram ligados aos padres dominicanos e ao então cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Trabalhavam na retaguarda auxiliando, por exemplo, a saída de militantes para o exílio a fim de garantir sua sobrevivência.

Foi presa no dia 15 de janeiro de 1974 enquanto buscava ajuda para seu marido que havia sido preso no dia anterior e ela temia por sua vida. Seu filho Carlos Alexandre Azevedo, foi levado de sua casa, em São Bernardo do Campo, com 1 ano e sete meses de idade, com sua babá, Joana. Lá ele também sofreu agressões da equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Darcy conseguiu que seu filho e a babá fossem para a casa de seus pais, mas ela permaneceu presa por mais de quarenta dias até ser solta.

Mudou-se para o Rio Grande do Norte com a família depois da libertação de seu marido. Retornaram para São Paulo dez anos depois. Darcy sempre tentava recomeçar a vida, mas sofria ao ver que Carlos nunca se recuperou. Ele desenvolveu fobia social e, apesar de todo o apoio médico e psicológico que recebeu, não conseguiu mais lidar com suas angústias e suicidou-se em fevereiro de 2013. Segundo Darcy, ele “não conseguiu se adaptar ao mundo”.

Darcy é pedagoga aposentada.

Dermi Azevedo nasceu em Currais Novos (RN) em 4 de março de 1949. Filho de José Alexandre de Azevedo e Amélia Maria de Azevedo.

Foi preso durante o XXX Congresso da UNE em Ibiúna, interior de São Paulo, em 1968. Foi preso novamente em 14 de janeiro de 1974, um dia antes de sua esposa e seu filho. Quando saiu da prisão, em maio do mesmo ano, voltou com a família para a cidade onde nasceu e depois mudaram-se para a capital do estado, Natal.

Ingressou no curso de Jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde se formou em 1979. Retornaram para São Paulo em 1984 e ele começou a trabalhar no jornal *Folha de São Paulo*. Em 2001 conclui seu mestrado em Ciências Políticas pela USP com a dissertação *Igreja e Ditadura Militar: colaboração religiosa com a repressão de 1964*. Se formou doutor pela mesma universidade de quatro anos.

Dermi é um dos fundadores do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). É portador da Síndrome de Parkinson, doença que acredita ter adquirido como sequela das fortes pancadas recebidas na cabeça durante as torturas. É autor do livro *Travessias torturadas – Direitos Humanos e ditadura no Brasil* lançado em 2013.

Álbum de família

1. *Cacá e seu irmão Daniel, visitando a avó, 1976*
2. *Dermi e Darcy com Cacá no colo, no aniversário de 3 anos dele, no Rio Grande do Norte*
3. *Dermi com Estevão no colo, Darcy com Daniel, e Cacá na casa onde moravam no Rio Grande do Norte*
4. *Cacá com aproximadamente 10 anos durante visita à família em São Paulo*
5. *Daniel, Estevão e Joana, irmãos de Cacá, Darcy e Cacá. Foto do aniversário de 60 anos da Darcy, 2008*

1

2

3

4

5

"A indenização não vai apagar nada do que aconteceu na minha vida. Mas a Anistia é o reconhecimento oficial de que o Estado falhou comigo. Para mim, a ditadura não acabou. Até hoje sofro os seus efeitos. Tomo antidepressivo e antipsicótico. Tenho fobia social"

Declaração de Cacá em entrevista à revista *IstoÉ*, 2011

“Sou a prova de que mesmo na guerra existiu um grande amor”

por Lia Cecília da Silva Martins

Aos 9 anos de idade soube que era adotada. A história que minha mãe adotiva e minha irmã me contaram foi a seguinte: num dia do ano de 1974, um delegado acompanhado de um soldado foi até a Instituição Lar de Maria em Belém, no Pará, dizendo que haviam recebido uma denúncia de sequestro. Que a sequestradora havia sido presa e que a instituição deveria ficar com a criança, que tinha uns seis meses, pois estavam esperando um retorno da polícia de Goiás, estado onde o sequestro teria ocorrido. Assim, fiquei na instituição e o tempo foi passando, sem que tivessem resposta. Muitas vezes o responsável pela instituição e Eumélia Martins iam até a delegacia para obter respostas, mas nunca conseguiam.

O tempo foi passando e fui crescendo, muito doente. A cada fim de semana eu ia para o lar de alguém, até que Eumélia Martins resolveu ficar comigo, pois eu precisava fazer uma cirurgia para a retirada das amídalas e adenoide. Nessa época, eu tinha 2 ou 3 anos. Ela foi até o juizado para saber o que precisava fazer para me adotar, mas o juiz disse que só poderia dar a guarda provisória. Ela não aceitou. Falando com um amigo, soube que o mesmo conhecia um cartório na cidade de Bragança. Sendo assim, resolveu me registrar lá. De acordo com o dentista, que informou ao examinar minha arcada dentária, eu teria nascido entre junho e julho de 1974. Então ela escolheu uma data para registrar meu nascimento: dia 1° de julho de 1974, dia do aniversário de minha tia (irmã de meu pai Sandoval). Meu nome, Lia Cecília, foi escolhido pela minha irmã Rosália Luz.

Lia e seus pais adotivos

A partir daí, fui vivendo rodeada de amor por todos. De meus pais Eumélia e Sandoval Martins, meus irmãos Paulo, João Carlos, Antonio Sandoval Martins e minha irmã Rosália Luz. Assim, fui vivendo, mas sempre com a curiosidade de saber um pouco de minha origem. Até que um dia, no mês de junho de 2009, vi em um jornal local uma matéria cuja manchete dizia “Crianças sequestradas na guerrilha do Araguaia”. No texto, um dos guias dos militares falava da existência de um “bebê branco” que poderia ser filho de um guerrilheiro.

Foi então que resolvi falar com minha irmã. Disse que achei a matéria interessante. Ela concordou comigo e resolvemos

“um dia, no mês de junho de 2009, vi em um jornal local uma matéria cuja manchete dizia ‘Crianças sequestradas na guerrilha do Araguaia’... falava da existência de um ‘bebê branco’ que poderia ser filho de um guerrilheiro”

“Sobre meu pai, pelo pouco que ouvi percebi que foi um homem de um caráter excepcional, de personalidade forte, generoso, decidido e que acreditava em um ideal, um futuro melhor”

enviar um e-mail ao jornal. Recebemos a resposta nos comunicando que a matéria era do jornal *O Estado de São Paulo*, para onde enviamos e-mail. Na resposta, nos enviaram o e-mail de tia Mercês. Enviamos e-mail para ela, que assim que viu minhas fotos, logo entrou em contato conosco. Eu e ela nos encontramos pessoalmente em julho de 2010. Meu primeiro contato foi com tias Sandra, Vitória, tios Paulo e Roberto em março de 2010 em Fortaleza, quando resolvemos fazer o DNA. Logo que saiu o resultado positivo, nos aproximamos muito. Posteriormente, convivi com as tias Eliana e Socorro, em Brasília. Depois, com tia Mercês, em Curitiba.

Sobre meu pai, pelo pouco que ouvi percebi que foi um homem de um caráter excepcional, de personalidade forte, generoso, decidido e que acreditava em um ideal, um futuro melhor. Minha mãe, não se sabe quem é. Suspeita-se que era estrangeira, pois os camponeses disseram que ela era baixa, tinha cabelo curto, que falava uma língua diferente e que também vivia sob as árvores observando pássaros.

Não sei definir o que senti ao saber que era filha de guerrilheiro. Eu já conhecia a história da Guerrilha do Araguaia, mas nunca podia imaginar que indiretamente faria parte dela. Eu sou a prova de que mesmo na guerra existiu um grande amor.

Meus pais adotivos nunca souberam quem eram meus pais biológicos. Quando fiquei sabendo, em 2009, minha mãe adotiva já havia falecido e meu pai estava doente e com 89 anos. Então resolvemos não contar a ele para poupá-lo.

Minha relação com minha família adotiva continua sendo repleta de amor. Fui apoiada por eles quando resolvi buscar minhas raízes. As duas famílias se dão bem. Minha irmã conhece todos eles, com exceção de tia Mercês, que só se conhecem via rede social. As tias Eliana e Socorro minha irmã conheceu durante o momento difícil que passamos, eu e meu esposo Márcio, com a perda de minha filha, nossa princesa Cecília, dia 23 de dezembro de 2012 com 1 ano e dois meses de idade de leucemia.

LIA CECÍLIA DA SILVA MARTINS nasceu em 1° de julho de 1974 (data escolhida por seus pais adotivos). Filha adotiva de Eumélia Martins e de Sandoval Martins. Filha biológica de Antônio Theodoro de Castro. Formada em Gestão de Recursos Humanos, trabalha em empresa que ministra cursos de capacitação e treinamento de operação de máquinas pesadas.

1. D. Eumélia e Sr. Sandoval, pais adotivos de Lia

2. Lia adolescente (segunda em pé da direita para a esquerda) e família

1

2

3

4

3. Lia entre sua irmã Rosália (à esquerda) e tia Socorro (à direita)

4. Na ordem tia Eliana, Rosália (irmã) e tia Socorro, irmãs de Antônio Teodoro

5. D. Eumélia e Sr. Sandoval, com um bebê da família

6 e 7. fotos de Antônio

8. Sandra Castri, tia de Lia, em encontro com a família consanguínea

6

7

Antônio Teodoro de Castro nasceu em 12 de abril de 1945 em Itapipoca (CE), filho de Raimundo de Castro Sobrinho e Benedita Pinto de Castro. Desaparecido em 27 de fevereiro de 1974. Era militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e integrou o Destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Cursava o 4° ano de Farmácia na Universidade Federal do Ceará (UFCE) e era diretor da Casa do Estudante Universitário. Mudou-se para o Rio de Janeiro em razão das perseguições políticas que vinha sofrendo na universidade. A seguir, matriculou-se na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), participando do movimento estudantil nos anos 1969-1970.

Como se intensificaram as perseguições e Antônio acabou mudando-se para o Sudeste do Pará, na região do rio Gameleira, onde se integrou ao Destacamento B da guerrilha.

Segundo o Relatório Arroyo, documento escrito pelo dirigente Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974, Antônio Teodoro foi ferido em 30 de setembro de 1972, quando morreram ou foram presos João Carlos Haas Sobrinho, Ciro Flávio de Oliveira Salazar e Manoel José Nurchis. Mais adiante, esse mesmo documento relata que houve um tiroteio com as forças de repressão no dia 25 de dezembro de 1973, no qual Antônio estava envolvido. Desde então, não se teve mais notícias suas.

Em 2014 um exame de DNA foi realizado para verificar a probabilidade de Antônio ser pai de Lia. No dia 18 de março foi apresentada uma contraprova que indica como positiva a paternidade. O exame só não foi conclusivo pela falta de informações sobre a mãe. A família de Antônio pediu à Secretaria de Direitos Humanos que realize exame de compatibilidade também com as famílias das guerrilheiras desaparecidas no Araguaia com intuito de identificar quem é a mãe de Lia.

5

8

Lembranças

por Valter Pomar

Nasci em agosto de 1966. Nessa época, meu pai Wladimir Ventura Torres Pomar e minha mãe Rachel da Rocha Pomar, assim como meus irmãos Pedro Estevam e Wladimir, já viviam na clandestinidade.

Só no final dos anos 1970, quando meu pai ainda estava preso, é que fui registrado com os sobrenomes verdadeiros da minha família. Por isto é que aparece, como uma das testemunhas da minha atual (e espero que última) certidão de nascimento, Luíz Eduardo Greenhalgh, que foi advogado de meu pai e conduziu o processo de mudança de nomes.

Até 1976, data da prisão de meu pai e assassinato de meu avô, sempre morei com meus pais, e com meus irmãos, até que saíram de casa para estudar e trabalhar.

Nesse mesmo período, tive contato esporádico com meus avôs paternos; e também com minha avó materna e seu segundo marido (meu avô materno faleceu pouco antes de eu nascer); assim como com os irmãos de meu pai. Minha mãe é filha única.

De meu avô paterno, Pedro Pomar, assassinado em dezembro de 1976, tenho poucas lembranças: encerando e lustrando, juntos, um chão de tacos de madeira, numa casa que vinte anos; depois descobri estar no bairro de Pinheiros, São Paulo, capital; noutra casa, esta no bairro de Indianópolis, também em São Paulo, capital, acompanhando minha avó ao açougue e depois vendo meu avô, sentado em frente de uma máquina de escrever (que hoje está comigo) e a orientando a sempre dar gorjeta ao açougueiro, segundo lembro para manter boas relações; acompanhando Pedro e Catarina, minha avó paterna, numa festa realizada num sítio em Minas Gerais, onde encontraram meu tio Eduardo, diretor da Mesbla e que não era clandestino; dentro de uma Kombi branca, no que hoje acredito ter sido um "ponto" com amigos, numa praça próxima ao aeroporto de Congonhas.

Valter (ao centro), com seus irmãos, Pedro Estevam, à esquerda, e Vladimir, à direita, em Fortaleza (CE), em 1970

> "Só no final dos anos 1970, quando meu pai ainda estava preso, é que fui registrado com os sobrenomes verdadeiros da minha família"

Essas são algumas das parcas lembranças que tenho de meu avô. E uma cartinha, onde dizia *"Nada temas, procura conhecer a verdade, por mais dura e desagradável que ela seja. É a verdade a coisa mais importante e bela da vida"*.

Pedro Pomar, quando deputado, em 1949

> "Meu grau de consciência acerca da condição clandestina em que vivíamos era muito pequeno"

Valter e sua mãe, Rachel, em Niterói (RJ), 1978. Foto tirada por Wladimir, após sair em liberdade condicional

Recordo de alguns poucos amigos e companheiros de meus pais, basicamente militantes e simpatizantes do PCdoB, em São Paulo e no Ceará. Depois de 1976 reencontrei alguns, como é o caso de Carlos Ferrinho e Dona Heloísa; Washington Oliveira, atual vice-governador do Maranhão, e sua companheira Alzira.

Ao longo daqueles dez anos, morei em São Paulo, Santos, Fortaleza, Crato e Juazeiro do Ceará, bem como em Belém do Pará. Apesar das frequentes viagens e mudanças de casa, não me recordo de ter ficado sem frequentar escola, nem me lembro de nenhuma privação especial, nem de carinho, nem de alimento, nem de saúde.

Meu grau de consciência acerca da condição clandestina em que vivíamos era muito pequeno. Fui registrado como Valter e depois trocaram meu nome para Carlos, o que exigiu uma explicação breve: curiosamente, recordo a imagem dessa conversa, mas não lembro o que foi dito. Recordo ter mexido numa pasta 007, em Juazeiro, e encontrar uma arma: fechei a pasta, nada disse nem perguntei. Recordo ser repreendido por cantarolar uma música de Geraldo Vandré, pelas ruas de Juazeiro.

Numa das casas em que moramos no Ceará, quando queria evitar uma bronca de meu pai, corria para um local que era visível da rua, pois sabia que ele não podia ser visto ali. Recordo ter visto na TV cenas do fim da Guerra do Vietnã e de ter comentado isso de maneira mais efusiva do que o recomendável. Lembro de fazer comentários críticos à religião, acho que motivado pelo que vi das peregrinações para Padim Cícero e no Círio de Belém; diga-se que meus pais autorizaram que eu recebesse educação religiosa, graças ao que aprendi a rezar o Padre Nosso numa escola pública (!!) em Belém do Pará. Recordo de pouco mais do que isso.

A realidade só ficou patente para mim na noite de 16 de dezembro de 1976. Estava sozinho em casa e vi na TV o noticiário sobre a queda da Lapa. Comentei com minha mãe, confundindo Lapa com Mooca, onde moravam Carlos Ferrinho e Dona Heloísa. No dia seguinte, ao voltar da escola, minha mãe e meu irmão mais velho estavam em casa e me passaram para ler o jornal falando da morte de Pedro Pomar.

Depois veio a fuga da casa, a viagem de ônibus para Brasília, o contato com o general tio da minha mãe, o reencontro com a avó Catarina e meus tios Carlos (falecido em dezembro de 2012) e Jonas (com quem morei durante vários meses, em Pariquera Açu, SP) e, finalmente, a mudança para a capital, onde fui registrado como Valter Pomar e matriculado no Ginásio Equipe.

Portanto, no meu caso, a clandestinidade foi vivida, mas pouco percebida. Foi sobre meus pais e meus irmãos, dez anos mais velhos, que caiu o peso daquela época.

VALTER POMAR nasceu em 28 de agosto de 1966, filho de Wladimir Pomar e Rachel Pomar, formou-se técnico em artes gráficas, doutor em História, hoje é dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

Família Pomar

1. Pedro, Catharina e Wladimir Pomar, Belém (PA), 1938

2. Pedro, Catharina e Wladimir Pomar, São Paulo (SP), 1945

3. Rachel, Wladimir, Pedro Estevam e Wladimir, em Belo Horizonte (BH), 1960

4. Joran, Eduardo e Pedro; Catharina, Rachel e Wladimir; Carlos, Vladimir e Pedro Estevam, no bairro Tatuapé, São Paulo, 1959

1

2

3

4

1. Vladimir, Rachel, Pedro Estevam e Wladimir, em Iaçu - Bahia 1961 (foto tirada por Pedro Pomar)

2. Rachel, Pedro Estevam, Pedro Pomar e Vladimir, em Iaçu - Bahia, 1961

3. Vladimir, Wladimir e Pedro Estevam na praia, Rio de Janeiro (RJ), 1962

4

Folha de São Paulo

28 DEZ 1976

II Exército confirma seis prisões

Não houve mais presos na operação da rua Pio XI

Justiça Militar revela trâmite dos processos

Wladimir Ventura Torres Pomar,

nascido em Belém (PA), em 14 de julho de 1936, é analista político e escritor. Filho do histórico militante comunista Pedro Pomar, viveu na clandestinidade já aos 5 anos de idade, pois o pai era dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), perseguido pelo Estado Novo de Getúlio Vargas.

Trabalhou como jornalista e colaborou com diversos meios de comunicação, como *Tribuna Popular*, *Classe Operária*, *Movimento*, *Correio Agropecuário* e *Brasil Extra*, do qual foi diretor editorial. Além disso, foi funcionário de empresas como Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), General Eletric e Cerâmica do Cariri.

Ingressou no PCB em 1949, quando atuava no movimento estudantil secundarista. Em 1951, trabalhou na Arno e participou do movimento sindical. Em 1962, fez parte da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Dois anos depois, foi preso na Bahia por resistir ao golpe militar. Solto no final do ano, foi julgado e condenado à revelia. Viveu na clandestinidade desde então. Em 1976, foi preso na operação repressiva que resultou na chamada Chacina da Lapa, que matou três dirigentes do PCdoB, entre eles seu pai.

Libertado em 1979, desligou-se da direção do partido e entrou para o recém-fundado PT. Foi coordenador geral da campanha de Lula à Presidência em 1989.

Rachel da Rocha Pomar

é nascida no Rio de Janeiro em 28 de janeiro de 1936.

Formada em Biblioteconomia pela UFRJ, com mestrado em sociologia na PUC/SP, foi militante do Comitê Brasileiro pela Anistia, entre 1977 e 1980.

Militantes do PC morrem em tiroteio com Exército

5

6

4. Manchete da Folha de São Paulo fala sobre procurados depois da Chacina da Lapa

5. Manchete do Jornal do Brasil, sobre a Chacina da Lapa, que noticia a morte de Pedro Pomar

6. Wladimir, Aldo Arantes e outros em julgamento

(Os documentos acima foram encontrados em prontuários do DOPS, no Arquivo do Estado de São Paulo)

7

8

7. Valter, Rachel, Vladimir e Pedro Estevam, em Belém (PA), julho 1976

8. Valter, Pedro Estevam, Vladimir, Rachel e Wladimir Pomar, no Parque do Ibirapuera, São Paulo (SP) 1980

Como sobrevivemos na clandestinidade

por Rachel Pomar

Meu marido, Wladimir, foi preso nos primeiros dias do golpe militar de 1964, no interior da Bahia, onde trabalhava como engenheiro da General Electric. Foi a primeira vez que senti uma solidariedade real de pessoas que superaram o medo para me ajudar.

Embora Wladimir houvesse recebido *habeas corpus*, foi vítima de sequestro em 28 de agosto do mesmo ano, denunciado por Márcio Moreira Alves. Criou-se uma crise entre o Tribunal e o comando militar para efetivar a soltura.

Nós morávamos, então, com dois filhos, um de 7 e outro de 5 anos, em um apartamento no Rio de Janeiro. Na volta da prisão, Wladimir já fora demitido. Sobrevivemos por alguns meses com sua indenização trabalhista, após pagarmos o advogado. Certos de que seria condenado pela Justiça Militar, foi imposta a nós uma questão simples: Wladimir ser preso, ou optar pela fuga, no exílio ou na clandestinidade. Um tio meu, coronel do Exército, nos alertou de que, se ficássemos no Brasil, nossa vida correria risco. "Não haverá complacência", advertiu.

Optamos pela clandestinidade. Meu marido já vivera essa experiência. Mas eu e as crianças não fazíamos ideia do que seria uma vida desse tipo. Saímos do apartamento em que morávamos como fugitivos. Wladimir, primeiro, levando um dos meninos. Eu, depois, levando o outro, para nos encontrarmos em São Paulo. Fomos apenas com as roupas do corpo em duas pequenas malas. Tínhamos que aparentar estar saindo para uma pequena viagem. Abandonamos tudo. Só me despedi dos meus pais, e sem dizer para onde iríamos.

Ficamos algum tempo na casa de amigos. Casa e gente modesta. Dois dias após a chegada, as crianças tiveram caxumba. Febre alta e muitas dores. Sem condição de procurarmos um médico. Era uma prisão domiciliar de toda a família. Nem nós, nem as crianças, saíamos à rua. Não telefonávamos. Não escrevíamos cartas. Não fazíamos nem recebíamos visitas. As crianças ficaram sem poder estudar, sem amiguinhos, sem brinquedos, sem parentes, sem seu quarto, sem suas camas. Uma infinidade de "sem"...

A vida cotidiana era dura: privações até na alimentação. Não bastava "botar mais água no feijão" para quatro pessoas a mais. Tudo era contado: oito pessoas, oito pãezinhos no café. Queijo e geleia sumiram da mesa. No almoço, a carne moída substituíra os bifes. Às vezes, queriam um bife, ou até um pãozinho a mais, e não podíamos dar.

Para as crianças, a coisa toda não ficou clara. Trocar de nome foi o primeiro passo. Até acharam engraçado, mas para nós era um problema verdadeiro. Demoramos a conseguir certidões de nascimento e novas identidades. Depois, tirei carteira profissional e título de eleitor. Mas paramos por aí. Como trabalhar sem currículo escolar ou referências de trabalho anterior? Tínhamos 28 anos e seria normal que tivéssemos esses documentos.

Mas estávamos todos juntos. Tivemos que contar com a ajuda de custo do PCdoB, no qual meu marido militava. Então, fomos para um lugar perdido no mapa, no interior de Goiás, chamado Santa Terezinha do Crixás, tomar conta de um sítio. Mudança radical da cidade para o campo. Viramos criadores de porcos, às margens do rio do Peixe. Para os meninos foi uma época boa, de descobertas. Aprenderam a andar a cavalo. Tiveram contato com aves e outros animais. Iam buscar leite em fazenda próxima. Mas vivíamos sob a pressão de sermos descobertos.

Em 1966 foi preciso voltar a São Paulo. Eu estava com quase sete meses de gravidez e sem qualquer acompanhamento médico. Foi um grande amigo, Ângelo Arroyo, que levou a mim e a meus filhos, numa viagem difícil e demorada. Eu estava com uma infecção renal, com cálculos, e a posição da criança não era boa. Fiquei quase dois meses em tratamento e, felizmente, meu terceiro filho nasceu numa maternidade, pois o parto precisou ser cesáreo. Uma vitória: a primeira na clandestinidade.

No entanto, eu ignorava que meu pai morrera doze dias antes de eu dar à luz. Só fui saber de sua morte quase dois meses depois, quando levei a criança para ele e a avó conhecerem. Uma grande dor para mim. Ele sempre foi um grande amigo, amparando-me até nos momentos mais difíceis. Além disso, havia dor e aflição à nossa volta. Amigos "caíam" a toda hora, torturados ou mortos. E tínhamos que continuar a vida de corre-corre, de mudança em mudança, de cidade em cidade... fugindo sempre.

Ainda em São Paulo, consegui trabalhar em uma agência de turismo. Foi um alívio. Mas chegou um momento em que não deu para continuar lá. Wladimir realizava atividades políticas no norte de Goiás e foi decidido que eu e as crianças ficaríamos morando em Goiânia. Meu filho mais velho, então com 9 anos, caiu de um cajueiro sobre uma grade de ferro, sofrendo em enorme corte em "V". A hemorragia foi assustadora. Parecia um esguicho, jorrando sem cessar.

Alucinada, corri para um vizinho que chegava de carro para o almoço e pedi aos gritos que nos pusesse no carro e nos levasse para um pronto-socorro. Ao ver a gravidade do caso, ele disse que havia necessidade de um hospital com mais recursos. Argumentei que não tinha como pagar. Respondeu que estava acostumado a sustos como aquele: "Pagarei o que for necessário e depois vocês me pagam". Foi necessária cirurgia de quase três horas, que deixou uma cicatriz permanente. Conseguimos resgatar a dívida financeira, mas a da solidariedade permanece até hoje. Nunca mais o vimos.

Em 1968, tivemos que sair de Goiás e fomos para São Paulo. As crianças mais velhas enfrentaram as constantes trocas de escola. Em meados de 1969 mudamos de novo, desta vez para o Ceará. Wladimir passava a maior parte do tempo no interior, vindo em casa uma a duas vezes por mês, enquanto as crianças e eu morávamos em Fortaleza.

Aí, consegui trabalhar no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Fiz concurso para recenseadora e fui aprovada para chefe de posto. Foi um bom período. Pagamento todo fim de mês. Poder comprar sapatos, por exemplo, tênis para os meninos. Eles voltaram a estudar e o mais novo frequentava o jardim de infância. No entanto, a ditadura tornava cada vez mais intenso seus métodos repressivos. Quedas e mortes de amigos queridos. Nossa situação ficava mais perigosa.

Em 1973, saímos de Fortaleza e fomos para Juazeiro do Norte. Interior difícil. Bem menos recursos. Troca de colégios. Achávamos importante manter o estudo das crianças, apesar das dificuldades. Em 1974, novas prisões de pessoas que trabalhavam com o Wladimir. Fomos para Santos, São Paulo. Nova adaptação.

Ainda em 1974, outra mudança, para Belém, Pará. A família precisou se dividir para dar aos filhos maiores, agora com 17 e 16 anos, a oportunidade de viverem suas próprias vidas. O mais velho conseguiu emprego num jornal e pas-

sou a morar sozinho. O segundo foi estudar em Florestal, cidade de Minas onde havia um curso técnico agrícola em regime de internato. Eu, o mais novo e Wladimir passamos a morar numa pequena casa de subúrbio.

Começamos a pintar e vender camisetas e cerâmicas marajoaras. A situação continuava preocupante. Apesar disso, Wladimir viajou para São Paulo em dezembro. Na manhã do dia 17, ao ir para a escola, meu filho mais novo pegou o jornal que recebíamos todos os dias e viu estampada a foto do avô, na primeira página, como morto na Lapa, São Paulo. A notícia dizia que Arroyo também morrera. Outros participantes da reunião do comitê central do PCdoB haviam sido presos. O que, para nós, incluiria o Wladimir.

Dessa forma trágica a clandestinidade parecia terminar para nós. Que fazer? Embora a dor das perdas provocasse uma terrível incapacidade de raciocinar, dessa vez eu precisava resolver sozinha.

Temi pela vida de meus filhos. O mais velho chegou logo depois. Vira a notícia. Chorava quando abri a porta e também não sabia o que fazer. O obstáculo era o de sempre: faltava dinheiro para ir até São Paulo e arranjar advogado para o Wladimir, que eu supunha ter sido aprisionado. Em meu desespero, fiz meu filho mais velho jurar que tomaria conta do irmão de apenas 10 anos, caso eu viesse a sofrer algum constrangimento da repressão, ou até mesmo perdesse a vida.

Comecei por vender tudo: móveis, fogão, geladeira velha... Dizia que meu marido sofrera um acidente em São Paulo e eu precisava viajar com meu filho para lá. Com a ajuda de uma vizinha solidária, vendi quase tudo, passando os objetos sobre o muro que separava nossas casas. De noite, queimei os papéis que pudessem dar alguma pista sobre nós. Só depois soube que a repressão sequer descobriu que Wladimir estava em Belém.

Na manhã seguinte, abandonei a casa com meu filho menor. Procurei uns parentes do Wladimir, que nem sabiam que morávamos em Belém, e contei a minha situação. Eles haviam visto as notícias e nos acolheram prontamente. Com ajuda, consegui reunir dinheiro suficiente para comprar as passagens de ônibus para Brasília e, de lá, para São Paulo. Em Brasília localizei meu tio, então general de divisão. A esposa dele nos recebeu dizendo: "Você vai atrapalhar a nossa vida". Logo depois, fardado, ele chegou: "Eu avisei vocês. Não posso fazer mais nada".

Na rodoviária de Brasília, vimos numa revista a foto do Wladimir, de rosto inchado, como um dos presos. Soube pelos jornais que houvera outro assassinato, de João Baptista Drummond. Também descobri que Luiz Eduardo Greenhalgh era um dos advogados dos presos da Lapa. Ao chegar a São Paulo, consegui encontrar um cunhado e ir ter com minha sogra Catarina. Além do aneurisma cerebral que a atormentava, sofreu a perda do marido e a prisão do filho.

Ao contratar Greenhalgh, estava encerrada a minha clandestinidade. Entretanto, precisava de emprego, com urgência. Greenhalgh levou-me então ao encontro de um padre, pároco de Campo Belo, Antonio Haddad. Ele aceitou contratar-me como assistente social da agência paroquial de empregos para mulheres da periferia, e me levou até Dom Paulo Arns. Juntos, se tornaram, por assim dizer, meus anjos protetores. Um dia pretendo contar a história comovente de Haddad – cuja bondade, retidão de caráter e simplicidade não posso descrever tão rapidamente.

---

[1] Márcio Moreira Alves, *Torturas e Torturados*, Editora Idade Nova, Rio de Janeiro, 1966

Agradecemos a todas e todos que contribuíram com a preparação e a realização do ciclo de audiências "Verdade e Infância Roubada" da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, especialmente Amelinha Teles, Crimeia Schmidt de Almeida e Dodora Arantes, que são responsáveis pela ideia original do livro.

Merecem todo nosso reconhecimento e carinho as crianças e os adolescentes da época da ditadura e que, hoje todos adultos, conseguiram vencer a barreira do trauma e do silenciamento imposto durante anos e anos. Seus valiosos e corajosos testemunhos são a essência deste trabalho.

Agradecemos ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, nas pessoas de Fabiana Araujo Marcolino Vianna e, em especial, de Ricardo Silva Santos, Oficial Administrativo do NATEP/Acervo DEOPS, pela cessão de imagens utilizadas nesta obra.

Também gostaríamos de agradecer às pessoas que auxiliaram ao longo do processo de produção e finalização deste livro: Álvaro Okura, Amanda Brandão, Danilo Morcelli, Douglas Mansur, Igor Ojeda, Luiz Felipe Foresti, Luiza Villaméa, Maria Carolina Bissoto, Pádua Fernandes, Raquel Oliveira de Brito, Renan Quinalha, Ricardo Kobayaski e Vivian Tavernaro.